

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – FAFICH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

MAURICIO HEPP

A EMERGÊNCIA E DISPERSÃO DO CARAIPÉ NA CERÂMICA ARQUEOLÓGICA
DA AMAZÔNIA E CERRADO BRASILEIRO: TEMPORALIDADE, RELAÇÕES
SOCIAIS, IDENTIDADE, RESISTÊNCIA E CULTURA MATERIAL

BELO HORIZONTE

2021

MAURICIO HEPP

**A EMERGÊNCIA E DISPERSÃO DO CARAIPÉ NA CERÂMICA
ARQUEOLÓGICA DA AMAZÔNIA E CERRADO BRASILEIRO:
TEMPORALIDADE, RELAÇÕES SOCIAIS, IDENTIDADE,
RESISTÊNCIA E CULTURA MATERIAL**

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Antropologia, área de concentração em Arqueologia.

Linha de Pesquisa: Arqueologia do Mundo Moderno e Contemporâneo

Orientador: Prof. Dr. Luís Claudio Pereira Symanski

BELO HORIZONTE

2021

306
H529e
2021

Hepp, Maurício.

A emergência e dispersão do caraipé na cerâmica arqueológica da Amazônia e cerrado brasileiro [manuscrito] : temporalidade, relações sociais, identidade, resistência e cultura material / Maurício Hepp. - 2021.

421 f. : il.

Orientador: Luís Claudio Pereira Symanski.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1. Antropologia – Teses. 2. Arqueologia - Teses.
3. Cerâmica - Teses. I. Symanski, Luís Claudio Pereira.
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO DE MAURÍCIO HEPP (MATRÍCULA N.º 2016651215)

Aos 30 (trinta) dias do mês de abril de 2021 (dois mil e vinte e um), reuniu-se, em ambiente virtual pela plataforma *Zoom*, a Comissão Examinadora para julgar em exame final a tese intitulada: "**A Emergência e Dispersão do Caraipe na Cerâmica Arqueológica da Amazônia e Cerrado Brasileiro: temporalidade, relações sociais, identidade, resistência e cultura material**", requisito final para a obtenção do Grau de Doutor em Antropologia, área de concentração: Arqueologia, linha de pesquisa: Arqueologia do Mundo Moderno e Contemporâneo. A Comissão Examinadora foi composta pelos/as professores/as doutores/as: **Luís Cláudio Pereira Symanski - Orientador (UFMG), Andrei Isnardis Horta (UFMG), Marcos André Torres de Souza (UFRJ), Ângelo Alves Correa (UFPI) e Sibeli Aparecida Viana (PUC-GO)**. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Luis Cláudio Pereira Symanski, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao doutorando Maurício Hepp para apresentação da sua tese. Seguiu-se a arguição pela comissão examinadora, com a respectiva defesa do discente. Logo após a arguição dos/as examinadores/as, a Comissão se reuniu, sem a presença do doutorando, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora aprovaram a Tese por unanimidade e o resultado foi comunicado publicamente ao discente pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 30 de abril de 2021.

Membros da Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Luís Cláudio Pereira Symanski (Orientador)

Prof. Dr. Andrei Isnardis Horta

Prof. Dr. Marcos André Torres de Souza

Prof. Dr. Ângelo Alves Correa

Profa. Dra. Sibeli Aparecida Viana



Documento assinado eletronicamente por **Sibeli Aparecida Viana, Usuário Externo**, em 02/05/2021, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrei Isnardis Horta, Membro**, em 03/05/2021, às 09:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ângelo Alves Corrêa, Usuário Externo**, em 04/05/2021, às 07:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos André Torres de Souza, Usuário Externo**, em 04/05/2021, às 08:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Claudio Pereira Symanski, Chefe de departamento**, em 04/05/2021, às 20:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0688449** e o código CRC **95B210CB**.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é o resultado de um percurso de muito tempo, a qual foi um objeto de anseio da minha parte, mas também um esforço contínuo e compartilhado por muitas pessoas que, minimamente, contribuíram para chegar ao fim dessa jornada. Jamais conseguiria agradecer a todos que participaram direta ou indiretamente nesse trabalho, sejam com ideias, contribuições, compartilhamento, escuta, fala, e até mesmo de modo mais incisivo. A todos que me auxiliaram nessa caminhada, meus sinceros agradecimentos, mesmo que vossos nomes não estejam citados aqui, jamais cogitaria em fazer injustiça à ajuda que foi dispendida.

Quero agradecer, especialmente, ao professor Symanski que me acompanha na jornada há muito tempo, orientando, auxiliando, e sendo um amigo em diversos momentos, fossem estes alegres ou tristes. Quero deixar aqui minha gratidão por fazer parte dessa jornada, a quem pacientemente guiou, cedeu a ideia desta tese e persistiu até o os últimos momentos.

Agradeço, também, aos meus professores, mestres e guias, de todas as etapas da minha formação, especialmente, do PPGAN da UFMG. O conhecimento compartilhado por vocês é inestimável e o aprendizado que eu carrego com apreço me acompanhará para a vida. A todos os professores, e principalmente àqueles que nos marcam, o meu muito obrigado por partilharem do conhecimento, ensinar e deixar as ideias e os ideais virem à tona. Não somente os professores, mas também as pessoas que compuseram a trajetória desse doutorado, colegas, amigos pesquisadores, funcionários, e demais pessoas que cruzaram o meu caminho durante todos os anos na FAFICH e na UFMG. Também à CAPES, sob a forma de auxílio com bolsa de estudos, que propiciou o fomento que permitiu durante um período desenvolver essa pesquisa.

Aos meus colegas de curso que partilharam um trecho do caminho, meus sinceros agradecimentos e meus cumprimentos por chegarmos ao fim da jornada. Mesmo que distantes uns dos outros, nossas discussões, conversas informais, debates acalorados ou descontentados, contribuíram no meu crescimento intelectual. A compreensão, as angústias, os acertos e os erros, todos os momentos que, mesmo breves fazem parte de chegar ao fim dessa jornada.

Em especial, gostaria de agradecer aos meus colegas mais próximos, aqueles que estiveram presentes na minha trajetória profissional e de estudo, os “irmãos e irmãs de laboratório”, amigos em todas as horas, a quem nos aparentamos ao longo da jornada e compartilhamos a mesma tutela. Ao Fernando, Isa, Natália, Suzana, Victor, Paula, Patrícia, Geraldo, Juliana, Lucas... Cada qual ajudou em algum momento, da maneira que pode, seja com um lugar para abrigar e acolher, ou com uma simples conversa, ou ainda pela presença e por compartilhar as angústias. Haveria, ainda, tantos outros nomes que não cabem aqui, mas que os levo comigo, sobretudo, com meu sincero muito obrigado! A minha felicidade é partilhada com vocês!

Também agradeço aos amigos que não estiveram presentes nessa jornada, mas contribuíram em algum momento na minha trajetória pessoal, enquanto arqueólogo e acadêmico, onde suas colaborações jamais foram esquecidas, e pelas quais sou muito grato a todos. Meus amigos da Preservar que sempre me apoiaram e acreditaram no meu potencial, Maneca, Fabi, Tatiana, Adriana dentre tantos outros que dividiram a estrada e campo. Aos amigos que surgiram em meio às turbulências, e aqueles que compartilharam ideias, livros e conversas, Marcony, Iberê, Pithi... E tantos outros. Aos meus amigos de longa data, não habituados com a arqueologia, mas sempre presentes na minha vida, minha graditão por acreditarem que era possível. Toda a ajuda vem de diferentes formas, Iko, Abelar, Ricardo, Feli, Giova... E aqueles cujos nomes não foram mencionados, não se sintam esquecidos, uma parte de vocês também está aqui.

Aos meus pais e ao meu irmão, minha família, obrigado pela devoção e pela inspiração, e por possibilitar que eu chegasse até aqui, cada um ajudando à sua maneira. Esta conquista também é de vocês.

À Denise, minha companheira, que mesmo tendo chegado na minha vida após essa jornada ter se iniciado, foi um porto seguro, com compreensão e paciência. Viu as dificuldades do caminho, compartilhou os anseios e as angústias. Teve parcimônia e empatia nos diferentes momentos para ver esse ciclo se fechar. A você, pelo seu amor e o seu companheirismo, minha profunda graditão. Sou feliz de dividir essa conquista contigo.

Para todos que compartilharam e acreditaram nessa jornada! Obrigado!

RESUMO

A cerâmica com *caraipé* tem estado presente nos registros arqueológicos desde cerca de 4000 anos e foi amplamente dispersa por toda a área de Cerrado e da Amazônia brasileira, além de incluir os territórios do Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, as Guianas e o sul do Caribe. Sua continuidade é observada tanto nos contextos que antecedem a colonização europeia quanto nas comunidades contemporâneas, que incluem indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais. Essa trajetória espacial e temporal demonstra que o *caraipé* tornou-se não apenas um elemento tecnológico desejável como apresentou diferentes aspectos simbólicos para a produção cerâmica de diferentes grupos. Através da ponderação sobre a sua emergência e dispersão, busca-se um entendimento de como essa prática pode figurar transversalmente em diversas populações e se colocar como atuante na mediação das relações e na resistência contra grupos socialmente dominantes. O *caraipé* foi determinante nas relações durante o período colonial se mantendo como uma tecnologia difundida entre as comunidades da bacia amazônica, e outras regiões, demonstrando que a sua apropriação foi moldada pelas relações e pela atribuição de novos significados à materialidade. Através de um levantamento dos registros do uso dessa técnica em território nacional, pretende-se compreender como se deu o seu processo de emergência assim como a sua dispersão para outras áreas, e o que o levou a ser considerado como um material atuante nas relações culturais e operante na longa duração. Por fim, pretende-se elaborar um aporte para uma longa história do *caraipé* no Brasil, compreendendo-o não apenas com um elemento tecnológico na cerâmica, mas como um artefato intercultural vinculado com a resistência de grupos subordinados, sobretudo indígenas e afrodescendentes, no sistema colonial.

Palavras-chave: *caraipé* – cerâmica – emergência tecnológica – dispersão – longa duração – temporalidade

ABSTRACT

Caraipé pottery has been present in archaeological records for about 4000 years and has been widely dispersed throughout the Cerrado area and the Brazilian Amazon, in addition to including the territories of Peru, Ecuador, Colombia, Venezuela, the Guyanas and southern Caribbean. Its continuity is observed both in the contexts that preceded European colonization and in contemporary communities, which include indigenous peoples, quilombolas and other traditional populations. This spatial and temporal trajectory demonstrates that the *caraipé* became not only a desirable technological element, but also presented different symbolic aspects for the ceramic production of different groups. Through the consideration of its emergence and dispersion, sought to an understanding of how this practice can appear across diverse populations and act as an agent in the mediation of relationships and resistance against socially dominant groups. *Caraipé* was decisive in relations during the colonial period, remaining as a widespread technology among communities in the Amazon basin and other regions, demonstrating that its appropriation was shaped by relations and by the attribution of new meanings to materiality. Through a survey of the records of the use of this technique in Brazil, it is intended to understand how its emergence process took place as well as its dispersion to other areas, and what led it to be considered as an acting material in the cultural relations and operative in the long term. Finally, it is intended to develop a contribution to a long history of *caraipé* in Brazil, understanding it not only as a technological element in ceramics, but as an intercultural artifact linked to the resistance of subordinate groups, especially indigenous and afrodescendants, in the colonial system.

Keywords: *caraipé* – pottery – technological emergence – dispersion – long term – temporality

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distribuição do emprego das cascas de árvore como ingrediente na produção cerâmica. LINNÉ (1932, p. 226).	16
Figura 2: Mapa com a distribuição do emprego de <i>caraipé</i> na produção cerâmica (conforme Linné, 1932) e sobreposto à dispersão de algumas famílias linguísticas no Brasil, de acordo com a base linguística compilada e apresentada por Campbell (1997).	18
Figura 3: Espécime de <i>Licania sclerophylla</i> coletada no município de Óbidos, Pará, popularmente conhecida como caripé vermelho.	36
Figura 4: Espécime de <i>Licania sclerophylla</i> coletada no município de Santa Terezinha, divisa de estados do Mato Grosso e Tocantins.	36
Figura 5: Exemplar de <i>Licania apetala</i> , também conhecida como caripé da várzea, sem local de coleta identificado.	37
Figura 6: Exemplar de <i>Physocalymma scaberrimum</i> coletada no município de Porto Velho, Rondônia, conhecida como cega-machado.	37
Figura 7: Variedades de <i>caraipé</i> observado através da lupa binocular nos fragmentos cerâmicos. Foto de Wagner S. Silva (OLIVEIRA, 2005, p. 47).	41
Figura 8: Exemplos de <i>caraipé</i> em fragmentos cerâmicos observados a partir de lupa binocular, com aumento de 10x (escala em milímetros). Imagens A-D; F, adaptado de Gaspar (2014, pp. 115-131) e imagem E, extraído de Rodrigues et al. (2017, p. 96).	41
Figura 9: Processo de seleção e mistura do <i>caraipé</i> com a argila realizado por artesão pertencente a etnia Baniwa, no alto rio Negro. Fotos: Thiago Oliveira / Museu do Índio-FUNAI / Povo Baniwa. Disponível em: http://thiagodacostaoliveira.com/portfolio/prodocult-baniwa/	45
Figura 10: Organograma com as características de performance a partir da seleção e preparação da pasta durante o processo de manufatura da cerâmica. Baseado em Skibo (2013) e Santacreu (2014).	47
Figura 11: Organograma com as características de performance a partir das funções presumidas ou esperadas na elaboração de um vasilhame. Baseado em Skibo (2013) e Santacreu (2014).	48

Figura 12: Coleta de matéria-prima para fabricação de cerâmica entre os Palikur, no baixo Oiapoque, Guiana Francesa. As figuras A e B são referentes ao transporte da argila; C-E são referentes a extração das cascas de <i>kwep</i> (<i>caraipé</i>); e F mostra o tronco da árvore após a coleta (ROSTAIN, 2016, p. 101).	51
Figura 13: <i>Caraipé</i> (<i>mui</i>), ainda não mistura ao barro pelos ceramistas <i>Mati</i> (MAZZ, 2008, p. 51).	53
Figura 14: Modelo de cadeia operatória para produção cerâmica com <i>caraipé</i> a partir das etapas propostas por Gosselain (1998; 2018).	83
Figura 15: Exemplo de cadeia operatória da produção cerâmica com <i>caraipé</i> , realizado pela oleira Feliciano Tenazor, indígena da etnia Tukúna, da aldeia Belém, no rio Solimões. Fotos de Jussara Gruber (LIMA, 1986, pp. 179-186).	84
Figura 16: Preparação da pasta a partir da mistura da argila com o <i>kwep</i> (<i>caraipé</i>). As imagens B-D mostram a preparação do <i>kwep</i> (<i>caraipé</i>); e as imagens E-F a mistura com a argila (ROSTAIN, 2016, p. 104).	86
Figura 17: Mapa da divisão regional arbitrária para contextualização das principais informações das tradições ceramistas com referência do uso de <i>caraipé</i> na Amazônia. Fonte: (ERIKSEN, 2011, p. 16).	107
Figura 18: Localização dos principais sítios arqueológicos da área do médio Orinoco. Destaque para os sítios (1) Corozal; (3) La Gruta; (4) Parmana; (5) Ronquin; (6) Cedeño; e (9) Agüerito. Fonte: GASSÓN (2002, p. 275).	113
Figura 19: Localização dos principais sítios arqueológicos da área do alto Orinoco. Destaque para os sítios (4) Raudal de Maipures; (5) Atauripe; (6) Maipures; (12) San Juan de Manapiare; (13) Esmeralda; (14) Raudal Guaharibo; (19) Corobal; (20) Monou-Teri; (21) Albarical; (31) San Pedro; (32) Nericagua; (36) Panaven; (37) Patacame; (38) La Punta; e Pueblo Viejo; (57, 58). Fonte: GASSÓN (2002, p. 265).	116
Figura 20: Mapa com as principais culturas ceramistas das Guianas. Fonte: ROSTAIN (2008, p. 280).	118
Figura 21: Distribuição das Fases da Tradição Polícroma Amazônica na bacia do rio Amazonas, segundo Belletti (2016, p. 350).	127
Figura 22: Mapa com sítios de geoglifos e montículos identificados na porção ocidental do estado do Acre. Fonte: SCHAAN et al., 2012, p. 134.	132

Figura 23: Área aproximada da ocorrência do estilo Konduri, com base nas pesquisas de Hilbert (1955), na região dos rios Nhamundá e Trombetas (ALVES, 2020, p. 3).	138
Figura 24: Mapa de dispersão dos sítios arqueológicos associados à tradição Aratu e as principais áreas de ocorrência (SOARES, 2013, p. 67).	152
Figura 25: Imagem aérea de uma aldeia Xavante durante a expedição Roncador-Xingu. Fotografia de José Medeiros, sem data. Disponível em: https://img.socioambiental.org/v/publico/pibmirim/como-vivem/habitacoes/XVF0018.jpg.html	154
Figura 26: Prancha compilando as formas características da cerâmica Aratu, fase Mossâmedes, onde há maior frequência de <i>caraipé</i> na composição da pasta (SCHMITZ et al., 1982, pp. 75-81).	156
Figura 27: Prancha com as características da cerâmica pertencente à tradição Uru, associadas à fase Aruanã, na região da bacia do rio Araguaia (SCHMITZ et al., 1982, pp. 121-126).	160
Figura 28: Mapa com os locais históricos e contemporâneos da continuidade do uso de <i>cariapé</i> na produção cerâmica, conforme listados no Quadro 6.	173
Figura 29: Formas das cerâmicas acordeladas e torneadas em Santarém (SYMANSKI e GOMES, 2012, p. 76)	176
Figura 30: Formas da cerâmica acordelada em Santarém (MUNIZ e GOMES, 2017, p. 64).	176
Figura 31: Mulher indígena fazendo cerâmica em Santarém. Desenho de James W. Champney, 1860. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=22008	177
Figura 32: Formas dos recipientes cerâmicos (decorados e não decorados) identificados nos sítios de Chapadas dos Guimarães (SOUZA & SYMANSKI, 2009, p. 531).	181
Figura 33: Mapa de distribuição de sítios arqueológicos levantados para essa pesquisa e registros etnográficos sobre a presença de cerâmica com <i>caraipé</i>	190
Figura 34: Relação da quantidade de sítios datados subdivididos em períodos de 300 anos.	194
Figura 35: Relação da quantidade de sítios datados subdivididos em períodos de 100 anos.	194

Figura 36: Mapa com a quantidade de datações por localidades ou proximidades que pudessem ser consideradas como agrupamentos.	196
Figura 37: Mapa com a localização e datações dos registros mais antigos para a cerâmica com <i>caraipé</i> no Brasil.	200
Figura 38: Mapa do modelo de elevação digital gerado a partir da variação cronológica dos sítios arqueológicos com <i>caraipé</i>	202
Figura 39: Mapa do modelo de elevação digital com a direção do fluxo das datações a partir das áreas mais antigas para as mais recentes.	204
Figura 40: Mapa de densidade cronológica e de sítios arqueológicos com <i>caraipé</i> datados.	207
Figura 41: Simulação da dispersão de grupos ceramistas na América dos Sul conforme modelo de expansão apresentado por Souza et al. (2020, p. 18).	210
Figura 42: Modelo para as rotas de dispersão da tecnologia do <i>caraipé</i> a partir da Amazônia Ocidental.	212
Figura 43: Modelo de visualização temporal da dispersão do <i>caraipé</i> em intervalos de 300 anos (1).	218
Figura 44: Modelo de visualização temporal da dispersão do <i>caraipé</i> em intervalos de 300 anos (2).	219
Figura 45: Modelo de visualização temporal da dispersão do <i>caraipé</i> em intervalos de 300 anos (3). No último mapa pode ser observada a área de dispersão do <i>caraipé</i>	220
Figura 46: Mapa de dispersão dos grupos de língua Arawak e as proposições das áreas do sistema de trocas regionais, conforme demonstrado por Eriksen (2011, p. 222).	235

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Áreas de uso da cerâmica com <i>caraipé</i> segundo mapa elaborado por Linné (1932, p. 226).	17
Quadro 2: Síntese das espécies referenciadas como <i>caraipé</i> na literatura botânica e arqueológica.	39
Quadro 3: Sumário das características de performance e da qualidade considerando o uso do <i>caraipé</i> na produção cerâmica.	68
Quadro 4: Síntese das tradições arqueológicas e da presença de <i>caraipé</i> nos conjuntos cerâmicos da Amazônia brasileira.	108
Quadro 5: Síntese das tradições arqueológicas e da presença de <i>caraipé</i> nos conjuntos cerâmicos do Centro-Oeste brasileiro.	148
Quadro 6: Síntese das áreas com registros de produção cerâmica com <i>caraipé</i> em contextos após o contato com o colonizador europeu.	171

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1 A DIMENSÃO ESPACIAL DO CARAIPÉ E AS PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A SUA EMERGÊNCIA E DISPERSÃO	13
1.1 A CONCEPÇÃO DO CARAIPÉ E AS PESQUISAS ETNOGRÁFICAS E ARQUEOLÓGICAS	14
1.2 DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA E A ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO CARAIPÉ ATUAL SEGUNDO A ARQUEOLOGIA E A ETNOGRAFIA	20
2 CARAIPÉ, PERFORMANCE E PRODUÇÃO CERÂMICA COM INCLUSÕES ORGÂNICAS: UMA BREVE DISCUSSÃO	27
2.1 SOBRE OS CONCEITOS E USOS DOS TERMOS TEMPERO E ANTIPLÁSTICO	28
2.2 AS CARACTERÍSTICAS DO CARAIPÉ A PARTIR DA CONSTRUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O CONHECIMENTO TRADICIONAL.....	33
2.3 SOBRE INCLUSÕES ORGÂNICAS E PERFORMANCE NA CERÂMICA.....	42
2.3.1 A disponibilidade e manuseabilidade da matéria-prima	49
2.3.2 A manuseabilidade	53
2.3.3 Secagem e perda de massa.....	54
2.3.4 Eficiência térmica	55
2.3.5 Resistência ao choque térmico	56
2.3.6 Resistência ao impacto	58
2.3.7 Resistência à abrasão	59
2.3.8 Porosidade ou permeabilidade.....	59
2.3.9 Portabilidade ou leveza	60
2.3.10 Inferências e discussões sobre as características de performance do <i>caraipe</i>	61
3 ENTRE PRÁTICAS E RELAÇÕES DA CULTURA MATERIAL E DOS GRUPOS HUMANOS: ALGUNS APORTES TEÓRICOS	69
3.1 PENSANDO EM PRÁTICA, HISTÓRIA DE LONGO TERMO E ARQUEOLOGIA	71
3.1.1 Cadeias operatórias, transmissão e processos tecnológicos	79
3.1.2 Considerando os processos e as continuidades	87

3.2	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CENÁRIO DE PESQUISAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: DEBATES E CONTINUIDADES	90
4	UM PANORAMA PARA A EMERGÊNCIA E DISPERSÃO DO CARAIPÉ NO CONTEXTO BRASILEIRO: ORIGEM, EXPANSÃO E ALCANCE TEMPORAL	102
4.1	OS CONTEXTOS DE CERÂMICA COM CARAIPÉ NA AMAZÔNIA: UMA REVISÃO DOS DADOS E DAS TRADIÇÕES ARQUEOLÓGICAS	103
4.1.1	Contextos arqueológicos com <i>caraipé</i> na bacia do rio Orinoco.....	110
4.1.2	Contextos arqueológicos com <i>caraipé</i> nas Guianas	117
4.1.3	Contextos arqueológicos com <i>caraipé</i> na Amazônia Ocidental.....	121
4.1.4	Contextos arqueológicos com <i>caraipé</i> na Amazônia Central e no Baixo Amazonas	132
4.1.5	Contextos arqueológicos com <i>caraipé</i> na Amazônia Meridional	140
4.2	OS CONTEXTOS DE CERÂMICA COM CARAIPÉ NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO: UMA REVISÃO DOS DADOS ARQUEOLÓGICOS	145
4.2.1	Os ceramistas da Tradição Una e as cerâmicas antigas do Centro-Oeste	150
4.2.2	Os ceramistas da Tradição Aratu e as grandes aldeias do Centro-Oeste.....	151
4.2.3	Os ceramistas da Tradição Uru e os prováveis difusores da tecnologia do <i>caraipé</i>	159
4.2.4	Os ceramistas da tradição Tupiguarani no Brasil Central.....	162
4.2.5	Os ceramistas da tradição Bororo e a continuidade das populações tradicionais	164
4.2.6	Os ceramistas da tradição Borda Incisa e o alto Xingu	165
4.2.7	Os ceramistas da tradição Capão do Canga.....	166
4.3	OS CONTEXTOS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS E A CONTINUIDADE DO CARAIPÉ	167
5	UM MODELO PARA A EMERGÊNCIA, DISPERSÃO E ADOÇÃO DO CARAIPÉ NO CONTEXTO BRASILEIRO	183
5.1	PENSANDO NUM MODELO DE EMERGÊNCIA E DISPERSÃO PARA TECNOLOGIAS PRETÉRITAS	184
5.2	PROPOSIÇÃO DE UM MODELO PARA A EMERGÊNCIA E DISPERSÃO DO CARAIPÉ NO BRASIL	188
5.2.1	A coleta e consolidação do banco de dados	188
5.2.2	Modelo de elevação digital para os dados cronológicos	201
5.2.3	Modelo de rotas de dispersão para os sítios com <i>caraipé</i>	208

5.2.4 Modelo de visualização temporal a partir da cronologia dos sítios.....	213
6 CARAIPÉ: RELAÇÕES ENTRE A PRÁTICA, TEMPORALIDADE E OS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO E PERSISTÊNCIA CULTURAL	221
6.1 DIVERSIDADE MATERIAL, CULTURAL E OS PROCESSOS FORMATIVOS DO SUDOESTE AMAZÔNICO	224
6.1.1 A diversidade biológica, manejo ecológico e a relação com o <i>caraipé</i>	224
6.1.2 Variabilidade cerâmica no contexto de emergência do <i>caraipé</i>	229
6.2 A DISPERSÃO DA CERÂMICA COM CARAIPÉ E AS RELAÇÕES DE DIVERSIDADE CULTURAL	236
6.2.1 A relação entre o <i>caraipé</i> e as trocas simbólicas	237
6.2.2 A dispersão do <i>caraipé</i> no Cerrado	241
6.2.3 Fronteiras e limites da dispersão do <i>caraipé</i>	247
6.3 RUPTURA E CONTINUIDADE NA PRÁTICA DO USO DE CARAIPÉ	251
6.3.1 A resistência e o uso do <i>caraipé</i> hoje.....	262
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	265
8 REFERÊNCIAS.....	272
ANEXO I: BASE DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E LOCALIDADES COM CARAIPÉ	295

INTRODUÇÃO

Esta tese surgiu da ideia de se discutir a emergência do *caraipé*, a sua dispersão e como ele foi adotado por diferentes grupos humanos, principalmente por populações não nativas que se apropriaram desse elemento e o inseriram nas suas práticas cotidianas elaborando novos referenciais a partir do contexto em que estavam. Desse ponto de vista, a pesquisa se propunha a trabalhar a relação entre o *caraipé* e as diferentes afinidades estabelecidas por ele como uma forma de observar processos que estariam atuando em determinados contextos ao longo do tempo. Conforme proposto, o eixo central da pesquisa estaria associado aos contextos pré-contato com o europeu e posteriormente, na tentativa de entender os processos que fizeram o *caraipé* ser um elemento cerâmico amplamente difundido e recorrentemente adotado por diferentes grupos.

Contudo, a perspectiva de se trabalhar a emergência do *caraipé*, por si só, já demandaria de um enorme labor em termos de coleta de dados e síntese de informações. Porém, esse eixo temático tornou-se algo preponderante e de grande interesse nessa pesquisa. O que se propunha aqui, inicialmente, não saiu tanto da prerrogativa estabelecida, mantendo o foco, sobretudo, no *caraipé*. O que tangeu para outros caminhos foi a questão de observar o todo em diferentes perspectivas. A primeira delas seria trabalhar com processos de contextos temporalmente distintos (no sentido de serem anteriores e posteriores à colonização europeia) através de uma perspectiva comparativa. Como um dos objetivos traçados envolvia identificar, mapear e organizar os registros arqueológicos em que havia cerâmica com *caraipé*, deixou-se de lado essa abordagem sincrônica para trabalhar com uma abordagem diacrônica. Se a pesquisa iria buscar a emergência do *caraipé*, então por que não o trabalhar na perspectiva de entendê-lo como um fenômeno de longa duração, já que o mesmo se situa em diferentes faixas temporais, inclusive contemporaneamente? Já que seria necessário visitar uma ampla gama de informações apenas para montar o referencial e um “estado da arte” do *caraipé*, então se utilizar desses dados para desenvolver uma abordagem que permitisse levantar questionamentos pertinentes que só poderiam ser observados em uma escala similar.

Desse modo, a proposta dessa pesquisa deslocou-se de se debruçar apenas sobre contextos específicos e buscou se direcionar em responder perguntas que

necessitariam um olhar mais abrangente. E ao se falar de emergência e continuidade, a primeira meta foi averiguar quais seriam os locais mais antigos em que o *caraipé* surgiu e como foi possível que ele se dispersasse por um vasto espaço geográfico e permeando diferentes populações.

Para se adentrar nesse tema de pesquisa, a análise das dimensões de espaço e tempo se faz imprescindível. Quando foi que o *caraipé* surgiu? Quais são as datas mais recuadas para a sua emergência? Como se deu a dispersão do *caraipé* e como e quando ele alcançou outras regiões do Brasil? A partir daí um levantamento exaustivo da literatura arqueológica buscaria visitar contextos, pesquisas e trabalhos já consolidados no cenário arqueológico brasileiro e poder confrontar dados atuais com hipóteses que vem sendo discutidas nas últimas décadas.

Um primeiro ponto a se considerar deveria ser a perspectiva do que compreende o próprio *caraipé*. O termo, já cunhado na arqueologia durante muitos anos, foi repetido e retomado regularmente, mas em nenhum momento recebeu uma atenção mais específica sobre a sua adoção e consolidação enquanto traço tecnológico, e principalmente em como ele ajudou a definir e classificar conjuntos materiais, sítios e culturas arqueológicas no Brasil.

Para entender o *caraipé* através de processos históricos, deve-se recuar até onde é possível traçar, não uma origem propriamente dita, mas a emergência de uma determinada característica preponderante à pesquisa, que reside na própria terminologia do que é o *caraipé*. Etimologicamente, a palavra *caraipé* designa não apenas o nome popular de uma árvore como também se refere às cinzas da sua casca, que são queimadas e trituradas para misturar ao barro na produção oleira. Na origem Tupi do termo, podem ser observadas diferentes grafias preservadas nos dicionários, como *karai'pe* ou *karaipé*, mas, talvez, seja no vocabulário elaborado pelo padre Montoya no século XVII que reside um significado mais adequado, como apontou Carneiro (1974[2009], p. 11), que chegou às palavras *cará*¹ (destro, no sentido de útil) e *ipé* (casca de árvore) assumindo que esta poderia ser uma tradução adequada. Observando mais a fundo outros verbetes do dicionário de Montoya (1639, pp. 90-92), sugere-se possíveis palavras que também tenham relação com o objeto de estudo, como *carapé* (algo curto, pequeno ou cortado),

¹ O mesmo termo também é utilizado para designar uma raiz comestível (MONTROYA, 1639, p. 89).

carapí (coisa curta ou cortada), *caraí* (no sentido de arranhado, raspado, tirar lascas, debastar), e *pé* (casca de árvore, cortiça). Essas palavras podem ser vistas como radicais que compõem o termo *caraipé*, além de todos apresentarem significados que fazem menção da palavra, no seu sentido etimológico, ligado às cascas de árvore, cortadas, raspadas ou debastadas. Essa mesma árvore que é referenciada em várias fontes pelos grupos indígenas e outras comunidades locais, acabou recebendo o nome de *caraipé*, *caripé*, *caraipé vermelho*, e *caraipé verdadeiro*, além de nomes derivados, como *caraiperana* ou *caraipé das ágoas* (LE COINTE, 1947).

Ao saber da origem etimológica do objeto de estudo, entende-se o porquê desse material ser intimamente relacionado ao ambiente amazônico. A ocorrência dessas árvores já havia sido verificada por viajantes e naturalistas, mas foi Linné (1925; 1932) que atentou para a sua abrangência geográfica, o qual apontava para uma grande dispersão da tecnologia com base no uso das cascas de árvores do gênero *Licania*. Mais do que um simples “tempero”, os problemas que envolvem a emergência e dispersão, bem como as características que o inseriram na produção cerâmica de populações pré-cabralinas e os subsídios que fizeram a popularidade e a ampla adoção em diferentes regiões da América do Sul.

Dentro dessa perspectiva, como seria possível que um material agregado à cerâmica pudesse atuar transversalmente entre diferentes esferas culturais nos diferentes contextos nos quais foi empregado, e como ele se manteve persistente mesmo após processos e mudanças significativos nas práticas e modos de vida da população originária que o utilizava? Para isso, foi necessário desconstruir um pouco da visão do que ele representa dentro do sistema classificatório e analítico da cerâmica arqueológica. A ideia de “tempero” ou antiplástico precisou ser revista já que era a unidade conceitual que definia o *caraipé* dentro da arqueologia, e isso seria o ponto de partida para entender porque essa casca de árvore silicosa congregaria diferentes aspectos que o tornaria algo único, e envolveria questões referentes à sua disponibilidade, recorrência e continuidade dentro de um longo período temporal. Dada a grande abrangência a que se verificou inicialmente, o *caraipé* gozava de uma popularidade nos contextos amazônicos, tanto pré-históricos quanto pós-colonização, que rivalizava com outras formas de se preparar o barro para a cerâmica.

Além de toda essa perspectiva geográfica, observa-se que o *caraipé* também está associado a uma continuidade temporal que o faz presente, de

maneira segura, na produção cerâmica desde o início do Holoceno tardio² até os dias atuais. Pode-se considerar impressionante que a prática oleira com *caraipé* sobreviveu a diferentes eventos marcantes ao longo de todo o processo de ocupação dos territórios brasileiros. Mais do que isso, além da dinâmica da emergência de diferentes grupos ao longo do tempo, testemunhou o avanço de grupos linguísticos como os Arawak e Carib (SANTOS-GRANERO, 2002; ERIKSEN, 2011), a dispersão dos Tupis (LATHRAP, 1970; BROCHADO, 1984), e também de outros agricultores-ceramistas, além de sobreviver ao processo da colonização europeia e da violência sistêmica contra a população e a cultura indígena. Além disso, o *caraipé* perpetuou-se para além do processo colonizador, foi absorvido pela população brasileira e também apropriado por grupos cativos oriundos da África para o trabalho escravizado nas fazendas (SYMANSKI, 2006). Por fim, resistiu, até certo ponto, às mudanças e à dinâmica do capitalismo enquanto o mesmo consolidava-se nas Américas e introduzia suas *commodities* nas colônias, o que contribuiu para a estabilização de um mercado dependente, mesmo após os conflitos que levaram à independência dos emergentes estados americanos. Sobreviveu, também, aos processos de intensa mudança cultural que as comunidades tradicionais foram submetidas durante a definição do território e construção da identidade nacional, em particular as indígenas e quilombolas, persistindo na prática da produção oleira o quanto foi possível. O *caraipé* manteve-se presente em pequenos redutos e comunidades que não abdicaram daquilo que era considerado uma característica inerente à sua cultura. Nessa perspectiva, o *caraipé* foi mais do que um elemento tecnológico para a produção ceramista, ele pode ter sido responsável por contribuir na resistência contra os processos de violência e de subjugação cultural, ainda que seja algo menos visível na cultura material.

Embora grande parte dos objetivos dessa pesquisa possa ser resumida em apenas uma palavra, *caraipé*, a pesquisa se propõe a adentrar em outros temas,

² A subdivisão aqui assumida para o período Holoceno se pauta na proposta apresentada pelo grupo de trabalho INTIMATE e na *Subcommission on Quaternary Stratigraphy*, os quais se baseiam nos registros estratigráficos para averiguar mudanças climáticas no respectivo período. Esta subdivisão abrange três níveis: early (antigo), middle (médio) e late (tardio), os quais são para organizar algumas questões abordadas nessa pesquisa dado o quadro de mudanças ecológicas decorrente desses períodos. Assim, a passagem do período antigo para o médio corresponde ca. 8200 anos atrás e a passagem do médio para o tardio ca. 4200 anos atrás (WALKER, et al., 2012).

ainda que relacionados ao ponto em comum. Nesse âmbito, buscou-se entender qual seria a atuação do *caraipe* e como foi possível que ele transcendesse o simples aspecto tecnológico e apresentasse um significado dentro de determinadas estruturas culturais. Para tal, a revisão da literatura se deteve em realizar um compilado de informações através de diferentes acervos e conjuntos cerâmicos, e procurou indícios que podussem desvelar as informações significativas sobre as populações que as produziram e utilizaram. Essas pequenas peças de quebra-cabeças maiores podem transmitir mais do que a mera reconstrução de atividades cotidianas. A quantidade de informação contida nesses materiais é tamanha a ponto de levar o pesquisador a questionar diferentes processos dentro de uma cadeia de atividades que levaram àquele resultado. Mais do que isso, os fragmentos de informação ali contidos estão dispostos em uma extensa continuidade temporal e podem falar muito mais ao longo do tempo do que simplesmente atestar sobre um ou outro evento em específico.

A despeito das limitações que podem se apresentar nos dados empíricos, grande parte do material cerâmico recuperado nos contextos do Brasil e da América do Sul tende a ser produto de espaços domésticos, os quais sobrevivem inclusive aos impactos de eventos com grande magnitude na organização social e cultural dos grupos humanos. Mesmo um acontecimento tão marcante quanto foi o processo colonizador nas Américas, a cerâmica esteve lá, do começo ao fim, tanto nas casas dos mais afortunados quanto nos espaços reservados à população de menor visibilidade socioeconômica. Ela fala sobre práticas cotidianas, economia, política, relações sociais, religiosidade e, quando questionada apropriadamente, também fala sobre resistência, identidade e etnicidade. Além disso, a cerâmica é um registro que se preserva durante um grande período, sendo um registro apropriado para se observar mudanças a nível diacrônico. A transformação dos conjuntos cerâmicos pelas populações, permite que se observem seus detentores e também aqueles com quem interagiram, demonstrando que a materialidade tem informações sobre a interação entre as pessoas e com o mundo ao seu redor.

A leitura que essa pesquisa se propõe a fazer não é tão ambiciosa a ponto de desvelar os diferentes níveis (ou sistemas) de um número considerável de grupos sociais. O olhar que essa pesquisa busca dirigir reside nos elementos que permeiam a prática cotidiana, expressa na produção cerâmica com *caraipe* (especificamente sobre esse último), e como essa mesma prática pode ter se consolidado

temporalmente na população indígena e, posteriormente, como foi resignificada e inserida em outros grupos étnicos marginalizados, como os africanos escravizados, indígenas e a população mestiça, incluindo ribeirinhos e a população brasileira proveniente da mestiçagem.

Com a perspectiva de verificar qual seria o alcance temporal do *caraipé*, e como ele se configurava, os objetivos traçados buscaram montar um referencial como base para poder responder as diferentes perguntas levantadas neste trabalho. Dentre os objetivos a que se propõe, além de se verificar quais os locais mais antigos que se têm registro da cerâmica com *caraipé*, a continuidade e como essa se deu também foi importante. Para reunir essas informações, montou-se um banco de dados de sítios arqueológicos com *caraipé*, os quais serviram não apenas para mapear a abrangência deste antiplástico, mas também para identificar a cronologia e a filiação cultural. Por fim, esse banco de dados serviu como base para se propor alguns modelos de dispersão para essa tecnologia.

Cabe aqui sintetizar que as discussões encaminhadas durante o curso dessa pesquisa apresentaram um desafio que residia em achar qual(is) suporte(s) iria(m) se adaptar melhor ao tema de pesquisa e quais poderiam auxiliar a direcionar um olhar crítico e suficiente para responder as perguntas que a tese se propunha. Seguindo nessa linha, a ideia inicial foi buscar uma análise para a emergência do *caraipé*, seu uso na produção cerâmica das populações ameríndias, sua persistência temporal, e como se incorporou dentro da estrutura da sociedade colonial, e nas relações entre os diferentes grupos étnicos nos processos de ocupação de diferentes contextos no território brasileiro.

Assim, a estrutura desse trabalho pode ser subdividida em três partes: na revisão bibliográfica, na discussão teórica e proposição de modelos; e, finalmente, no entendimento do que o *caraipé* representaria ao longo de sua trajetória histórica.

Para abordarmos isso, o capítulo 1 apresenta, brevemente, uma introdução do conhecimento sobre o uso de *caraipé* na produção cerâmica, principalmente pautada nos dados etnográficos e arqueológicos que haviam sido produzidos no início das pesquisas científicas na Amazônia, principalmente. De modo sucinto, essa seção da pesquisa procurou apontar para questões básicas sobre a terminologia, a relação com grupos indígenas, o alcance geográfico da técnica e outras questões que permeiam como o conceito de *caraipé* se inseriu nos vocabulários etnográficos e arqueológicos. Procurando se ater apenas nos dados mais antigos, buscou-se dar

uma noção geral do que se pesquisou e se considerou durante décadas sobre o *caraipé*, apontando ainda como a percepção do *caraipé* mudou a partir da inserção dos dados arqueológicos, os quais ampliaram muito a noção e conhecimento do uso dessa técnica.

Dando sequência às revisões, o capítulo 2 aborda um aspecto mais técnico para entender as propriedades materiais do *caraipé*. Para chegar a uma conjunção satisfatória, buscou-se na revisão da literatura sobre as diferentes abordagens que se referem a “tempero”, “antiplástico” e “desengordurante”, termos recorrentes do vocabulário arqueológico e que acabam sendo utilizados, algumas vezes, sem um entendimento mais profundo. A revisão bibliográfica do tema também permitiu observar onde o *caraipé* se enquadra nessas proposições e qual o seu papel na composição dos vasilhames cerâmicos. A partir de uma abordagem relacionada à ciência dos materiais, tentou-se verificar as sequenciais atribuições do *caraipé* e a origem da bibliografia que atribuía suas características inerentes. Com base em todos os dados levantados, essa seção busca demonstrar que o *caraipé* pode, em vários momentos, ter tido uma interpretação equivocada quanto à leitura de suas qualidades.

O terceiro capítulo, embora não faça parte do conjunto de revisões temáticas, insere, de certo modo, uma revisitação da literatura arqueológica no que tange às abordagens teóricas que possam contribuir nas discussões da proposta de pesquisa em consonância com um quadro teórico adequado a comportar essa abordagem. Nessa perspectiva, procurou-se trabalhar com algumas questões referentes à construção do pensamento que são oriundas das disciplinas da antropologia e história, assim como sua relação com o pensamento teórico da arqueologia. A partir dessas três vias, pretende-se elaborar uma linha de pensamento teórico para demonstrar como o *caraipé* representa um elemento atuante em diferentes perspectivas, seja pelos aspectos que condizem à materialidade do mesmo, quanto às questões relacionadas à esfera simbólica e que dizem respeito às escolhas feitas pelas populações que se apropriaram deste aditivo.

Fechando os ciclos de revisões literárias, o quarto capítulo pretende elaborar um “estado da arte” para o *caraipé*, em termos de registros arqueológicos. Nesse texto, busca-se apresentar uma revisitação breve de alguns temas relacionados à arqueologia brasileira no que tange aos ambientes da Amazônia e do Cerrado,

principalmente, com o foco em buscar elementos na literatura disponível tanto sobre a presença do *caraipé* dentro das diferentes culturas e contextos pesquisados quanto à disponibilidade de registros sobre o mesmo. Aqui se busca uma revisão das informações que permitam sintetizar um quadro ocupacional e, então, mapear a ocorrência do *caraipé* nos diferentes contextos, para assim verificar quando este emerge e se estabelece dentro da tecnologia cerâmica dos grupos pré-cabralinos. Ainda que a dimensão espacial do *caraipé* o identifique por grande parte do território norte da América do Sul, o destaque aqui se deu ao contexto brasileiro, visto que a disponibilidade e acessibilidade aos dados foram mais consistentes com a proposta que se busca trabalhar.

Com o capítulo quinto, a reunião de todos esses dados da literatura será convertida em um aporte para elaborar modelos e testar algumas premissas que envolvam o *caraipé*. Nesse momento, a base de sítios arqueológicos levantados será utilizada para averiguar o *caraipé* em duas dimensões pertinentes à pesquisa: espaço e tempo. Os dados de *caraipé* serão mapeados e representados para que se tenha uma noção geral de onde ocorre essa técnica e qual a relação que ela pode ter com o ambiente em que esteja inserida. Para os sítios que apresentavam dados referentes às datações de contextos, os mesmos serão usados para elaborar uma cronologia do *caraipé*, o qual deverá indicar sua provável emergência e como ele se dispersou nos territórios, além, é claro, de averiguar como o *caraipé* se manteve enquanto práticas ceramistas, já que muitos dos locais levantados correspondem não só a sítios arqueológicos, como também a áreas etnográficas e etnohistóricas que fazem menção ao uso do *caraipé*. Desse modo, será possível traçar uma perspectiva de longa duração para o *caraipé*, desconsiderando que eventos históricos, ainda que significativos, atuem como rompedores da longa história indígena ou da longa história do *caraipé*.

Por fim, o último capítulo tratará de abordar as diferentes hipóteses levantadas tanto na proposta inicial dessa pesquisa quanto na revisitação de dados da literatura arqueológica para então produzir um quadro coerente que possa indicar, dentre outras possibilidades, como a emergência, adoção e popularização do *caraipé* se insere na perspectiva da história indígena profunda, e como ele passa a ser visto como um elemento significativo dentro de diferentes etnias por compor uma prática de se fazer cerâmica, enfrentando o processo de colonização e se colocando

frente ao sistema econômico predominante, subvertendo e atuando como uma forma das populações subalternas se colocarem no mundo, mediar relações e elaborar novos referenciais embasados em uma estrutura cultural profunda.

1 A DIMENSÃO ESPACIAL DO CARAIPÉ E AS PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A SUA EMERGÊNCIA E DISPERSÃO

Esta, como sabemos, serve aos indígenas das Antilhas e do Brasil para a fabricação de sua cerâmica, porque partículas siliciosas da casca que resistem ao fogo constituem um excelente material para o oleiro.

Ernst Küster, 1897, p. 48

Um dos objetivos iniciais dessa pesquisa foi construir uma base de informações do que se considera um processo de longa duração do *caraipé*. Para tal, não apenas a coleta de dados arqueológicos, mas a busca na literatura etnográfica e etnohistórica também assumiu um papel importante, já que revisitar alguns dos estudos e as proposições que foram direcionadas a ele ao longo dos anos em que a pesquisa científica foi se consolidando no Brasil, permitiu direcionar melhor a proposta dessa tese. Tanto a antropologia quanto a arqueologia atuaram, cada qual sob uma perspectiva, na construção do conhecimento sobre o uso do *caraipé*, seja no passado ou no presente. Os estudos etnográficos do começo do século XX acabaram sendo importantes fontes documentais para os arqueólogos que abriram caminho nas pesquisas realizadas, principalmente, na segunda metade do século XX. As informações contidas nesses estudos compilaram descrições e apontamentos sobre diversos eventos cotidianos que compunham a cultura de determinados grupos na bacia amazônica. Antes dos primeiros etnólogos, muitos deles pesquisadores amadores ou a serviço de instituições como museus, pesquisadores das ciências naturais encarregados de viajar, pesquisar e descrever sobre as feições da floresta amazônica foram responsáveis por compilar informações oriundas de populações originárias que, de alguma forma, acabaram sendo revisitadas e figuraram nas interpretações que alguns arqueólogos fizeram sobre a cultura material. Esses trabalhos, ditos pioneiros, também abriram o campo de atuação em diferentes áreas não exploradas do território e trouxeram à luz informações que eram ignoradas (no sentido de desconhecidas) pelos pesquisadores que atuavam em regiões com maior disponibilidade de informações.

1.1 A CONCEPÇÃO DO *CARAIPÉ* E AS PESQUISAS ETNOGRÁFICAS E ARQUEOLÓGICAS

Quando as pesquisas arqueológicas na Amazônia passaram a ser reconhecidas e divulgadas através dos trabalhos de Meggers (1948), e Meggers e Evans (1957), os escassos dados disponíveis no período já haviam sido explorados por pesquisadores itinerantes, assim como por etnólogos que haviam entrado em contato com as populações locais e que, de alguma forma, apontavam para o que seriam os primeiros achados arqueológicos de determinadas regiões. As pesquisas de Meggers e Evans, contudo, trouxeram maior visibilidade, dada a notoriedade que eles dispunham e aos métodos científicos que introduziram. Nesse contexto, os conjuntos cerâmicos exumados e descritos na região da foz do rio Amazonas, incluindo a Ilha de Marajó, incluíam a produção de cerâmica com o uso de *caraipé*³. A partir dessas pesquisas, o termo *caraipé* foi conceituado, contudo, contendo um equívoco na sua grafia, gerando algumas discrepâncias perpetuadas nas pesquisas posteriores (CARNEIRO, 2009)⁴. A despeito das variações na sua nomenclatura (*caraipé*, *cariapé* ou *caripé*), o termo acabou sendo um elemento característico para a definição de determinados conjuntos materiais além de um marcador utilizado na definição de tradições e de fases arqueológicas.

A ampla área de ocorrência do *caraipé* no território brasileiro, assim como a recorrente referência dele nos conjuntos cerâmicos, já havia chamado a atenção dos pesquisadores antes mesmo da pesquisa de Meggers e Evans. A despeito de ter sido citado em pesquisas anteriores (NIMUENDAJÚ, 1926), uma sistematização inicial foi feita somente nas pesquisas de Linné (1925; 1932). Essa pesquisa primordial consistiu na descrição e no entendimento do uso de cascas de árvores (*caraipé*) e espículas de spongeáceos (*cauixi*) na produção da cerâmica indígena na América do Sul, as quais ele abordou a respeito da chamada “sílica biológica” na

³ Os trabalhos realizados por Betty J. Meggers e Clifford Evans tiveram grande influência na Arqueologia brasileira devido ao fato desses pesquisadores participarem da formação de uma geração de arqueólogos que viria a compor o PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), sendo o primeiro grande projeto arqueológico no Brasil que caracterizou, mapeou e cunhou grande parte dos conceitos que temos atualmente.

⁴ Nessa pesquisa optou-se por utilizar a grafia do termo como se apresentou nas primeiras fontes escritas. Ainda que se trate de um nome popular, utilizam-se aqui diversas referências que fazem menção ao nome original, desse modo, não se considera adequado adotar um verbete que pode ter sido resultado de um equívoco de transcrição, ainda que seja mais popularizado.

produção da cerâmica local (contemporânea) e na cerâmica arqueológica (LINNÉ, 1932, pp. 204-206)⁵. Apesar de um cenário pouco conhecido e com certa limitação de dados na época, os registros disponíveis já faziam menção a uma grande área de dispersão tanto para a cerâmica com *caraipé* quanto *cauxí*. No caso do *caraipé*, já se fazia uma clara associação com as espécies do gênero *Licania* e, também, supunha-se que a cerâmica ocorreria em uma área ainda maior, dada a própria assunção de Linné sobre o fato de que a matéria-prima (*Licania*) poderia ser encontrada em lugares onde ainda não se tinha registro do uso dessa cortiça até aquele momento (LINNÉ, 1932, p. 221).

Acabou que, em pesquisas posteriores, o termo *caraipé* e o consequente conhecimento sobre ele, já estaria incorporado no jargão arqueológico e recorrentemente apontado enquanto elemento constituinte de produção da cerâmica de grupos amazônicos, incluindo as populações pré-coloniais, como visto nas pesquisas de Meggers e Evans (1948; 1957). Sua referência foi ampliada, sendo, também, reconhecida em conjuntos cerâmicos fora da Amazônia (BOOMERT, 1986), e dividida em duas variedades, anteriormente não previstas, mas que diziam respeito a variações nas características observáveis nas análises dos conjuntos cerâmicos arqueológicos (SCHMITZ, et al., 1982; WÜST, 1983, p. 154).

A importância da pesquisa realizada por Linné (1925; 1932) permitiu organizar um grande número de referências e ocorrências citadas nos estudos etnográficos, relatos de viajantes e naturalistas da época para elaborar um primeiro quadro de dispersão para as tecnologias de “sílica biológica”. Considerando estes dados, a proposição apresentada para o uso de cortiça na elaboração da cerâmica abrangeu uma considerável dispersão geográfica (Figura 1 e Quadro 1). Os contextos assinalados abrangiam desde o norte e nordeste do Peru, o norte da Bolívia, e parte dos territórios da Colômbia, Venezuela, Suriname, Guianas, e a Amazônia Brasileira, incluindo os estados do Amapá e Maranhão, até a bacia do rio Araguaia (abarcando os atuais estados de Goiás e Tocantins). Essa dispersão acompanhava ainda o território de diversos grupos indígenas contemporâneos, ou referidos nos textos etno-históricos, falantes das línguas Tupi, Arawak, Carib, Betoya, Pano e Jê (LINNÉ, 1932, pp. 226-229) (Figura 2).

⁵ A “sílica biológica” mencionada por Linné é referenciada como presente tanto no *caraipé* quanto no *cauxí*, que no caso, a referida pesquisa também se direciona para esse outro elemento.

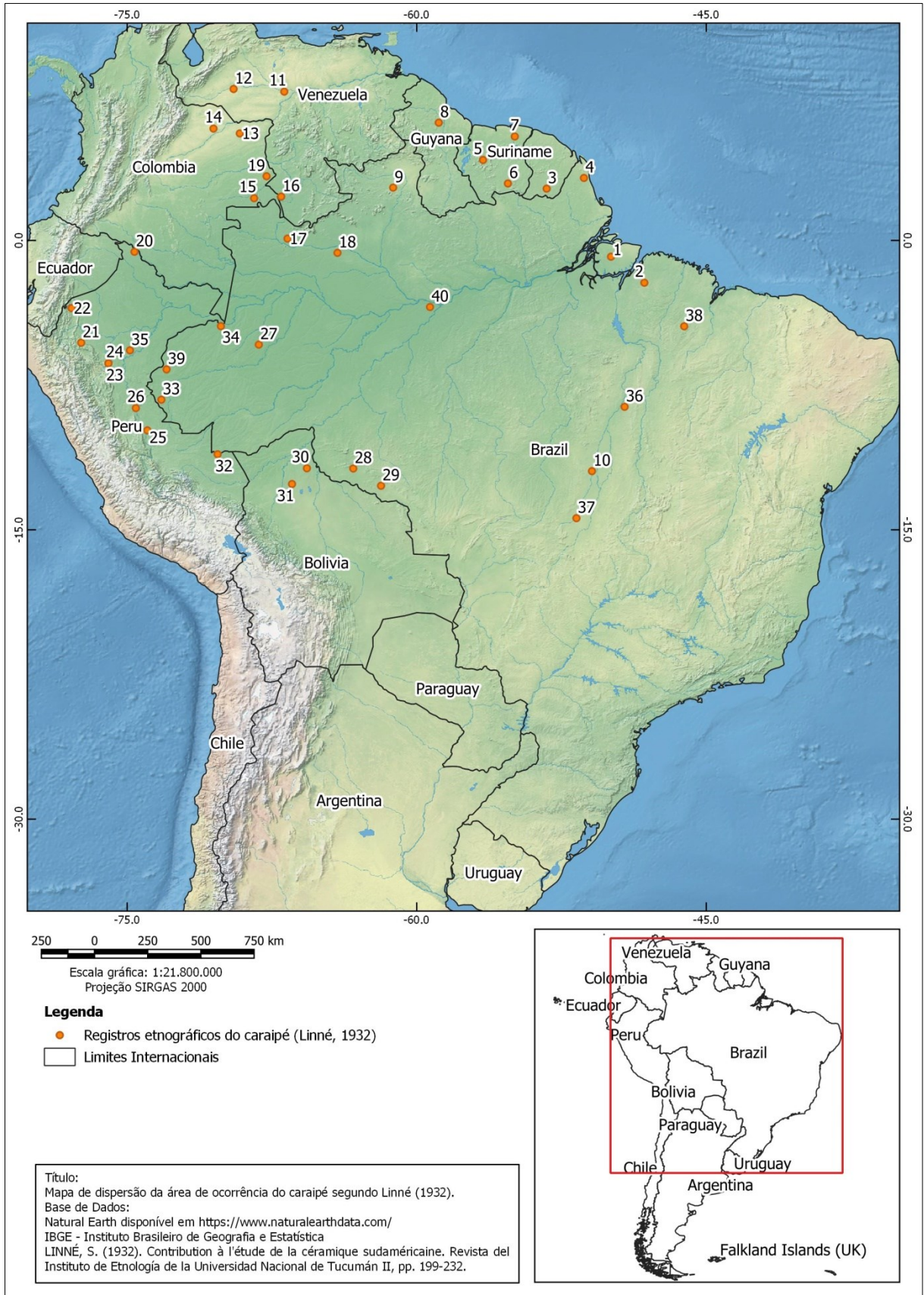


Figura 1: Distribuição do emprego das cascas de árvore como ingrediente na produção cerâmica. LINNÉ (1932, p. 226).

Quadro 1: Áreas de uso da cerâmica com *caraipé* segundo mapa elaborado por Linné (1932, p. 226).

Nº.	Grupo indígena ou região	Nº.	Grupo indígena ou região
1	Pacoval, Ilha de Marajó	21	Jivaro
2	Caripi	22	Canelos
3	Wajãpi (Oyampi)	23	Maynas
4	Palikur	24	Cocama
5	Tiriyó (Trio)	25	Conibo
6	Wayanas (Ojana)	26	Shipibo
7	Suriname	27	Katukina
8	Guiana Inglesa	28	Wanám (Huanyam)
9	Wapishana (Wapisiana)	29	Palmella
10	Karajá	30	Chacobo
11	Orinoco	31	Caxina
12	Wayuu (Guahiro)	32	Piro
13	Rio Guaviare	33	Setebo
14	Piapoco	34	Omágua
15	Baniwa (Banixa)	35	Chebero (Jebero)
16	Rio Casiquiare	36	Xerente
17	Indígenas do noroeste do Brasil	37	Xavante
18	Rio Negro	38	Guajajara
19	Baré	39	Sarayaku
20	Uitoto	40	Amazonas e Rio Negro

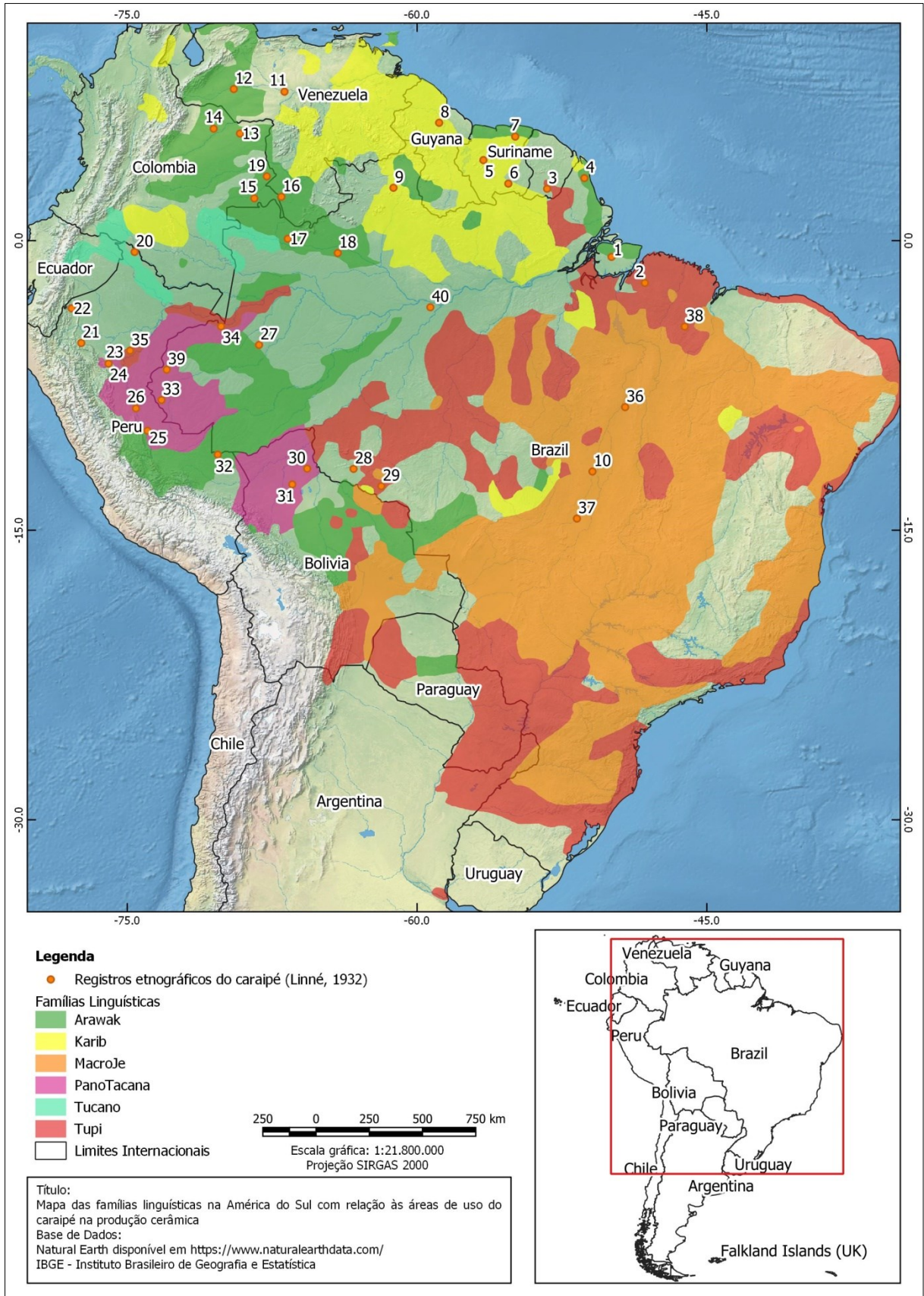


Figura 2: Mapa com a distribuição do emprego de *caraipe* na produção cerâmica (conforme Linné, 1932) e sobreposto à dispersão de algumas famílias linguísticas no Brasil, de acordo com a base linguística compilada e apresentada por Campbell (1997).

As áreas assinaladas por Linné demonstravam um claro limite na divisa entre a Amazônia e o Cerrado, já que este bioma, por sua vez, teria supostamente uma quantidade relativamente menor de ocorrências no uso de *caraipé* do que inicialmente havia se postulado. Além dos grupos indígenas Karajá, Xerente e Xavante, junto à bacia do rio Araguaia, mais ao sul os Bororo também apresentaram contextos em que a prática de fazer cerâmica com *caraipé* era registrado por sua população embora não tenham sido incluídos na pesquisa de Linné (WÜST, 1990; 1999).

O impressionante alcance dessa técnica permitiu que fosse possível associar o *caraipé* como originalmente circunscrito ao bioma amazônico (LINNÉ, 1932, p. 221), com poucas exceções, como o caso da cerâmica dos Shipibo-Conibo no Peru (já no domínio dos Andes) (DEBOER e LATHRAP, 1979), e dos Karajás no Cerrado brasileiro (WÜST, 1975). Essa consideração partiu principalmente dos registros dos então povos indígenas contemporâneos, demonstrando que o domínio para o uso do *caraipé* também se relacionava com alguns grupos linguísticos específicos. Dentre os grupos assinalados por Linné durante a construção desse referencial, algumas áreas apresentam maior relação com os grupos de língua Arawak do que outros grupos linguísticos, especialmente no território dos limites políticos entre Brasil, Colômbia e Venezuela.

Grande parte desses registros baseou-se em informações coletadas ao longo do século XIX e início do século XX, o que significa que mudanças nas dinâmicas culturais dos referidos grupos tenha alterado a manutenção de determinadas práticas ou até em questões referentes à mobilidade desses grupos. Alguns povos indígenas, como o caso dos Palikur e dos Baniwa, por exemplo, nunca abandonaram essa prática das suas atividades cotidianas, elaborando a cerâmica e a reproduzindo mesmo frente às mudanças frequentes no processo de globalização e da inserção junto à sociedade não indígena. Essa prática também é sinônimo de resitência frente a diversos conflitos que se dão no campo cultural, agrário, religioso e ambiental, e têm sido sinônimo de manutenção das suas referências culturais (MAZZ, 2008; OLIVEIRA, 2015; ROSTAIN, 2016; FERREIRA, 2016; BORGES, 2017; JÁCOME, 2017).

1.2 DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA E A ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO *CARAIPÉ* ATUAL SEGUNDO A ARQUEOLOGIA E A ETNOGRAFIA

Atualmente, com o aumento das pesquisas realizadas, e principalmente com a adição de registros arqueológicos, a delimitação proposta por Linné pode ser expandida, atingindo regiões de maior amplitude e abarcando as áreas tropicais além do continente sul-americano. Considerando que a gama e disponibilidade de dados arqueológicos na atualidade são mais abrangentes, e somados às informações oriundas de pesquisas etnográficas, pode-se observar que o panorama de ocorrência do *caraipé* foi constituído, principalmente, numa grande faixa temporal que inclui o surgimento dos grupos sedentários e de agricultura itinerante, até a antecedência da chegada do colonizador europeu. A partir disso, pode-se considerar que a soma das áreas de abrangência da tecnologia do uso de *caraipé* incluem quase que totalmente o Cerrado Brasileiro, principalmente os atuais estados do Mato Grosso, Goiás e Tocantins, com exceção do estado do Mato Grosso do Sul, onde as referências para o *caraipé* são escassas (WÜST, 1983; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996). Ainda abrangendo o Cerrado, mas já avançando no sudeste brasileiro, temos o registro de conjuntos cerâmicos na porção noroeste/oeste do estado de Minas Gerais, que compõem o Triângulo Mineiro (CHMYZ, SGANZERLA, e VOLCOV, 2009), assim como localidades específicas no estado de São Paulo (AFONSO e MORAES, 2005-2006; ARAÚJO *et al.*, 2016), estas já nas áreas de tensão ou domínio da Mata Atlântica. O registro extremo no limite meridional está no norte do estado do Paraná, com uma ocorrência singular atribuída à cerâmica da Tradição Aratu (SCHMITZ e ROGGE, 2008).

Aparentemente há um limite ocidental marcado no bioma do Pantanal, onde as áreas de charco do extremo oeste do estado do Mato Grosso do Sul não apresentam sítios arqueológicos em que os conjuntos cerâmicos incluam o *caraipé*. Inclusive nessa porção ocidental, os registros se restringem à porção norte do território boliviano, na região de *Llanos de Mojos* (ZIMPEL NETO, 2018). Menções ao *caraipé* só aparecem novamente em sítios localizados na região do vale do rio *Ucayali*, no Peru, já na divisa com o bioma amazônico (DEBOER e LATHRAP, 1979). Os demais registros acompanham a delimitação da floresta tropical, incluindo o Equador (na sua faixa amazônica), a Colômbia e a Venezuela, esta última com grande incidência de referências para o vale do rio Orinoco até a sua foz, e o litoral

norte das Guianas (GASSÓN, 2002; SCARAMELLI, 2006; VAN DEN BEL, 2015). O limite setentrional, entretanto, excede o continente sul-americano, com sítios registrados nas Ilhas Barlavento e em Trinidad e Tobago, já na América Central (BOOMERT, 1986).

Considerando a significativa área de abrangência, a qual foi delimitada a partir de dados arqueológicos, etnográficos e históricos, pode-se apontar para um significativo alcance apenas sopesando a disponibilidade da matéria-prima relacionada às características ambientais e fitogeográficas que permitiram o acesso às entrecascas de árvores utilizadas para o *caraipé*. Embora as espécies do gênero *Licania*⁶ acompanhem outros biomas além dos citados (como é o caso da caatinga no nordeste brasileiro), não se observam registros de sítios arqueológicos nem de referências etno-históricas ou etnográficas na produção cerâmica dessa região. Tampouco se observa o *caraipé* em registros na faixa litorânea oriental nem no extremo sul do país, áreas de domínio da Mata Atlântica, ou dos Pampas. Há, contudo, um limite claro que não permite associar o uso do *caraipé* exclusivamente a um determinismo ambiental de oferta dessa matéria-prima, ainda que espécies similares e pertencentes ao gênero *Licania* também ocorram em outros biomas. Mesmo que o seu acesso tenha sido amplo e ao mesmo tempo um número grande de espécies estariam disponíveis e que, teoricamente, poderiam ser enquadradas para o uso, a cerâmica com aditivos dessa natureza não é identificada com recorrência em todos os contextos brasileiros.

Aqui se deve fazer um parêntese ao fato de que as considerações são traçadas a partir de generalizações comuns à literatura arqueológica, onde se fala de *caraipé* como proveniente de uma árvore oriunda do gênero *Licania*. Como será visto a seguir, esse gênero botânico compreende uma grande quantidade de espécies identificadas em uma grande amplitude territorial. Porém, nas referências oriundas de pesquisas arqueológicas ou etnográficas, há de se considerar que os apontamentos, muitas vezes, foram realizados a partir de generalizações decorrentes da ausência de dados mais apurados. É importante ressaltar que o *caraipé* não é extraído nem reconhecido como oriundo de qualquer espécie dentro do gênero *Licania*. A despeito dessa significativa dimensão espacial e da presumida

⁶ Diferentes pesquisas apontam para o gênero *Licania* como a principal referência das espécies citadas como as que teriam sido utilizadas para extração da casca de árvore para o uso na olaria (LINNÉ, 1932; LE COINTE, 1947).

oferta de matéria-prima, os conjuntos cerâmicos, principalmente aqueles do período anterior ao contato com o europeu, restringem-se tanto a áreas mais delimitadas, seja dentro do bioma Amazônico ou no Cerrado, quanto a períodos temporais que acompanham esses contextos. Inclusive, se for colocado em contraste à variabilidade dos conjuntos cerâmicos sem e com *caraipé*, o mesmo não pode ser considerado como uma escolha popular em todos os períodos e contextos, mesmo com a sua disponibilidade no ambiente, algo que também será abordado mais adiante.

Embora se tenha uma grande abrangência para uma inclusão tão específica quanto é o *caraipé*, observa-se que a literatura não aprofundou ou sequer considerou discussões que adentraram nos aspectos que se referem à sua origem e dispersão. Não é incomum observar que as pesquisas atribuam uma origem amazônica (LINNÉ, 1932) mantendo, entretanto, certo obscurantismo (ou seria falta de dados?) sobre o possível local de origem ou até mesmo apontamentos sobre seus primeiros registros. É justificável, porém, que essa incerteza seja proveniente do fato de que se trate de contextos complexos e abrangentes, como é o caso da Amazônia, assim como a demasiada dimensão territorial e a baixa frequência de dados em uma área pouco explorada arqueologicamente. Com mais de quatro milhões de km² só no território brasileiro (cerca de 40% da área total do país)⁷, a densidade de sítios arqueológicos registrados para o bioma amazônico não traduz essa dimensão territorial⁸. Contudo, o cenário arqueológico está em evidente crescimento nas pesquisas desde a década de 1990, o que vem permitindo, gradativamente, uma adição de dados, incluindo escavações sistemáticas e datações, permitindo uma maior precisão e acesso aos dados.

A despeito de todas essas contravenções para a pesquisa, há, contudo, na literatura arqueológica disponível, certo consenso de que a origem do *caraipé* estaria de alguma forma relacionada à floresta amazônica. Essa premissa, sem adentrar em maiores debates, vem de algumas considerações, das quais se pode apontar simplesmente para o fato da ocorrência do que seria a espécie de árvore mais provável da qual se extrai as cascas o *caraipé* ou *caripé* (e suas denominações similares), serem oriundas do bioma amazônico (LE COINTE, 1947). Além disso, a

⁷ Dados do IBGE.

⁸ São cerca de 5472 registros na base de dados do CNSA/IPHAN, compondo cerca de 21% do total de sítios registrados no Brasil (dados oriundos de 2018).

nomenclatura vernácula da árvore e seus sinônimos estão intimamente ligados às regiões desse bioma. Algumas corruptelas do nome *caraipe*, entretanto, são encontradas fora da Amazônia, como é o caso do nome “catipé”, dado por populações no centro oeste brasileiro (SCHEUER, 1982; ASSIS VIANA, 2003). Outro elemento que pode ser considerado à origem remete aos dados etnográficos e as inúmeras referências, desde o século XIX, que associam o uso do *caraipe* na produção cerâmica das populações tradicionais amazônicas, sejam elas indígenas, quilombolas ou ribeirinhos (BATES, 1863; COIROLO, 1991; OLIVEIRA, 2015; BORGES, 2017). Além disso, as referências de ceramistas em comunidades indígenas fora do território brasileiro também sugerem uma íntima relação com o uso do *caraipe*, mesmo que a este seja atribuído outros nomes⁹ (BOOMERT, 1986; SCARAMELLI, 2006; MAZZ, 2008; VAN DEN BEL, 2009).

Rostain (2016, p. 103) também sugere que o *caraipe* teria surgido na Amazônia, mais precisamente, no baixo amazonas, seguindo a indicação de que alguns autores tendem a apontar uma relação da utilização do *caraipe* com a família linguística Arawak. Porém, ressalta que é difícil associar que a sua emergência e dispersão esteja somente atrelada aos grupos de língua Arawak, já que a mesma estaria distribuída em um amplo território, maior até do que alcançou a expansão desse grupo linguístico.

Por fim, um último argumento à emergência amazônica do *caraipe* tem sido verificado nos dados arqueológicos, onde os contextos cerâmicos com essa tecnologia apresentam datações bastante recuadas em diferentes regiões da bacia amazônica, acompanhando os processos de ocupação do território por populações ceramistas a partir de ca. 4000 anos AP (GOMES, 2008; GUAPINDAIA, 2008; ZIMPEL NETO, 2018). Esse cenário tem sido mantido, também, pela proposição da antiguidade dos contextos cerâmicos na Amazônia, principalmente aqueles que se referem à origem da mesma na floresta tropical (ROOSEVELT, 1995). Esses dados representam uma referência significativa no discurso que se sustenta desde os fins do século XX, sendo as menções ao *caraipe* fora da Amazônia normalmente referidas a uma dispersão ou inclusão do uso do mesmo, decorrente de mudanças nas estratégias oriundas de áreas externas, e não uma inovação particular dos

⁹ Outros nomes dados ao *caraipe* são: *kwep* ou *kwepi* entre os Plaikur (Guiana Francesa), *kwepi* também pelos Waiwai (Brasil) e Kari'na; *kawa* entre os Baniwa (Brasil), *kamyda* entre os Waimiri/Atroari, *paripo* entre os Tiriyó, e também *mui* entre os Mati (Brasil/Colômbia).

grupos ceramistas locais, como é o caso no Cerrado brasileiro (WÜST, 1990; 1999; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996).

Talvez uma das maiores dificuldades de se traçar uma emergência comum do *caraipé* resida no fato de que ele não seja um traço exclusivo no conjunto cerâmico de determinada tradição ou estilo arqueológico, tampouco seja uma assinatura cultural exclusiva que tenha uma correlação clara ou de identidade para determinado grupo. O *caraipé* ocorre nos contextos arqueológicos de maneira ampla, em frequência variada e transversalmente acompanha tanto tradições quanto cronologias, sustentando-se durante grande período de tempo. Diferente dos registros etnográficos (WÜST, 1975; COIROLO, 1991; VAN DEN BEL, 2009), onde é possível ter uma associação direta entre as técnicas de produção e as práticas mantidas pelas comunidades tradicionais, os dados arqueológicos demonstram que o uso do *caraipé* estava disperso entre grupos e territórios diversos. Pode não ser incomum já que a tecnologia da produção cerâmica envolve elementos compartilhados em grande escala, principalmente no que tange às inclusões da pasta. Entretanto, o uso de *caraipé* também pode ser ponderado a partir de uma exceção, já que sugere uma etapa à parte e adicional na cadeia de produção cerâmica, que envolve a coleta e processamento das cinzas antes de serem adicionadas ao barro. Toda essa atividade é considerada com um indicativo de intencionalidade durante a preparação da pasta, diferente do que pode ocorrer com outros tipos de inclusões¹⁰.

Embora não seja uma característica exclusiva do *caraipé*, outros tipos de inclusões, comumente identificados no registro arqueológico, também transcendem conjuntos distintos (como o caso do uso de chamote, concha, e de minerais como calcário e mica). Porém, ressalta-se aqui que o *caraipé* tinha equivalentes no seu uso, e que era partilhado em diferentes áreas, nem sempre permitindo que a entrecasca de árvore fosse expressamente o aditivo mais popularizado. Em contextos como da região na foz do rio Trombetas e em Santarém e adjacências, no baixo rio Amazonas, aponta-se certa distinção na ocorrência das inclusões de *caraipé* e *cauíxí*, sendo na margem direita do rio Amazonas onde os sítios acabam

¹⁰ A título de exemplo, a própria inclusão de conchas moídas na cerâmica pode ser oriunda de áreas de estuário onde há sobreposição dos depósitos de conchas junto com os locais de coleta de argila, o que necessariamente não indicaria que as inclusões de conchas fossem realizadas de modo premeditado.

demonstrando uma maior preferência ao uso de *cauíxí* (ALVES, 2019, p. 261), ainda que o *caraipé* tenha sido usado recorrentemente, mas sempre em menor frequência (GOMES, 2008; GUAPINDAIA, 2008). Peter Hilbert, quando da sua pesquisa na região de Oriximiná, também no Baixo Amazonas, assinalou uma interessante passagem com os moradores locais que produziam cerâmica onde relatou que o *caraipé* era tão facilmente obtido quanto o *cauíxí*, porém, mesmo estando ciente das qualidades deste último, a opção pelo *caraipé* era feita em função que a espícula “provoca inchações nas mãos e, além disso, causa desarranjos estomacais comer em vasilhames temperados com esse ingrediente” (HILBERT, 1955, p. 35).

O cenário de dispersão do *caraipé* parece mais complexo do que aparentemente se observou nos últimos anos. Enquanto as fronteiras que limitam sua ocorrência entre diferentes culturas arqueológicas são fluídas, tende a não ser claro como tenha sido inserido no contexto amazônico. Tudo indica que o *caraipé* atingiu um nível de popularização maior somente quando ocorreu considerável aumento populacional na Amazônia, assim como uma maior complexificação nas estratégias de subsistência de que, de subsistência? e nas sociedades emergentes por volta do ano 1000 AD (MORAES e NEVES, 2012). Nessa dimensão, o *caraipé* dialoga entre diferentes áreas culturais, com diferentes tecnologias e, num primeiro olhar, não parece representar uma exclusividade geográfica nem temporal, embora sua ocorrência em determinadas áreas seja tímida. Essa particularidade também é verificada nos registros arqueológicos do Centro-Oeste, quando observa-se uma consolidação nas estratégias regionais em que os assentamentos passam a se apresentar em padrões de grandes aldeias e com maior densidade populacional por volta da mesma época (WÜST, 1999; WÜST e BARRETO, 1999; HECKENBERGER, et al., 2008).

É tangente a esse cenário que as pesquisas direcionam que o *caraipé* teria chegado ao Centro-Oeste através de uma provável inserção pela tradição Uru, esta tendo sido oriunda do contexto amazônico, e que teria se estabelecido nas regiões do alto e médio rio Araguaia, alto rio Tocantins e no vale do rio São Lourenço por volta dos séculos VIII a IX d.C., persistindo até o contato com o colonizador europeu (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996a, p. 37; 1996b, p. 105). Essa perspectiva considera,

ainda, outras questões que não incluem o *caraipé*¹¹, e que tangem as características do material cerâmico, com a ocorrência de pratos e tigelas de base plana (assadores), que estariam intimamente relacionados ao processamento da mandioca tóxica (SCHMITZ et al., 1982, p. 103). Além disso, outros indícios nos materiais, como bases em pedestal, trempes, formas com gargalo, bordas reforçadas, banho vermelho, motivos decorativos incisos e apliques zoomorfos oriundos de regiões como o alto rio Tapajós e o alto rio Xingu, também relacionam essa tradição às influências amazônicas (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996b, p. 105). Por fim, as características dos sítios arqueológicos, formados por grandes aldeias e comportando uma densidade populacional maior, também permitiram associar às estratégias que seriam comuns aos grupos do ambiente amazônico (WÜST, 1983; 1990; 1999). A cronologia então disponível colocaria a tradição Uru num contínuo temporal que teria permitido um movimento expansivo no sentido Oeste para Leste, partindo-se dos contextos antigos da bacia do rio Araguaia sem exceder os limites do bioma de Cerrado e do território do Centro-Oeste brasileiro (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996a, p. 38).

Os dados empíricos disponíveis hoje, contudo, permitem que esse cenário seja revisitado para fins de compreender se esse modelo expansionista é válido na atualidade. O conjunto material da tradição Uru é, todavia, um dos dados mais conciso do uso de *caraipé* fora do bioma amazônico, já que este é uma característica frequente nos conjuntos cerâmicos associados a essa tradição arqueológica. Tenha sido ou não que o *caraipé* tenha se dispersado a partir de uma difusão tecnológica ou de um movimento migratório que manteve a prática em outro ambiente, o fato de que o uso da cortiça foi tão bem-sucedido no Cerrado quanto o foi na Amazônia, demonstrando que do ponto de vista ecológico, o *caraipé* não teve impeditivos no Cerrado.

¹¹ Devido ao registro mais frequente de *caraipé* nos conjuntos cerâmicos da Amazônia, assumiu-se que o mesmo deveria ser um elemento originário da região e teria sido levado para outras regiões em algum movimento migratório.

2 CARAIPÉ, PERFORMANCE E PRODUÇÃO CERÂMICA COM INCLUSÕES ORGÂNICAS: UMA BREVE DISCUSSÃO

To enable the vessels to stand the fire, the bark of a certain tree, called Caraipé, is burnt and mixed with the clay, which gives tenacity to the ware. Caraipé is an article of commerce, being sold, packed in baskets, at the shops in most of the towns.

Henry W. Bates, *The Naturalist on the River Amazon*, 1863, p. 40

No capítulo anterior se argumentou brevemente sobre os primórdios das pesquisas que caracterizaram o *caraipé* e que o inseriram no contexto das pesquisas arqueológicas. Foram traçados alguns elementos que se relacionam a origem do termo e à perpetuação de apontamentos que persistiram durante longa data nas pesquisas arqueológicas. Este capítulo tem por objetivo de retomar as discussões e situar o entendimento sobre as características intrínsecas que constituem o *caraipé*. Busca-se aqui a literatura que trata sobre as origens do seu uso e a adoção do termo nos conceituais arqueológicos, assim como as primeiras referências dentro da pesquisa científica. Com isso, o intento é permitir um inicial mapeamento sobre as diferentes perspectivas em que o *caraipé* tem sido inserido dentro da pesquisa arqueológica e, em especial, nas análises de material cerâmico. Em um segundo momento, será abordado como as pesquisas e respectivas metodologias têm direcionado o entendimento do *caraipé*, tanto como composição da pasta da cerâmica quanto no que tange às características de performance do material. Essa discussão permitirá a compreensão de alguns equívocos e algumas negligências em relação ao *caraipé*, assim como direcionar as questões que apontem para perspectivas futuras para a compreensão desse elemento dentro dos contextos arqueológicos.

2.1 SOBRE OS CONCEITOS E OS USOS DOS TERMOS TEMPERO E ANTIPLÁSTICO

A seleção ou preparação de uma pasta adequada para a fabricação de um recipiente cerâmico é algo imprescindível para que o produto desejado atenda satisfatoriamente ao fim para o qual foi construído. Um dos fatores a ser considerado nessa etapa de produção, conscientemente ou não, é a performance que o vasilhame proporcionará e qual a melhor forma de se obter essa performance. Para entender essa questão, os arqueólogos tendem a olhar a cerâmica e a descrevê-la a partir de todas as características que possam influir em como determinado recipiente irá se comportar em determinado uso. Nessa perspectiva, uma abordagem que privilegie uma ciência dos materiais acaba desempenhando um papel fundamental para entender como os(as) ceramistas manipulavam diferentes aspectos da produção de determinado conjunto cerâmico, o que incluiria a composição da pasta utilizada e os métodos que davam forma aos vasilhames, de modo a atender propósitos conforme suas características tecnofuncionais (SKIBO, SCHIFFER, e REID, 1989, p. 122).

Dentre os diferentes elementos que compõem os aspectos tecnofuncionais de um vasilhame cerâmico, pode-se destacar aqui (e que é o interesse da presente discussão) a composição da pasta. Ao abordar sobre a pasta, refere-se inicialmente à argila utilizada e todos os elementos que a incluem, sejam eles plásticos ou antiplásticos e, evidentemente, o tipo, tamanho, forma e quantidade dos mesmos.

A despeito do que se pode identificar visualmente quando se depara com um recipiente cerâmico, como a forma e a decoração, a composição da pasta utilizada na fabricação também reserva informações tão importantes quanto os supracitados elementos, porém não se apresentam na mesma forma de evidência, e não podem ser captados no imediato olhar. Mas isso não implica que a preparação da pasta para a elaboração da cerâmica não esteja relacionada com aspectos que envolvam diretamente às escolhas dos(as) ceramistas. O tipo de tempero foi um elemento amplamente atribuído pelos pesquisadores a fatores culturais antes do que tecnofuncionais ao longo de muitos anos (BRONITSKY e HAMER, 1986, pp. 89-90). Ainda que a seleção de determinados temperos possa estar relacionada a funções sociais, ideológicas ou até emotivas (pessoais), os arqueólogos passaram a explorar como essas escolhas poderiam ter um impacto no modo como os vasilhames se

comportariam durante a sua manufatura e uso (SKIBO, 2013, p. 37). Pode-se dizer que, de fato, não há um único tempero considerado perfeito para a produção cerâmica, mas sim, que há diferentes materiais que possuem certas vantagens e desvantagens técnicas, ou ainda que as pastas possam requerer diferentes estratégias de tempero (SANTACREU, 2014, p. 69).

Contudo, ainda que os aspectos culturais e tecnofuncionais possam ter uma relação muito mais ampla do que aparentam, o uso de tipologias para descrever as pastas e as inferências do comportamento do(a) ceramista com base nessas descrições têm permanecido como uma prática constante nas pesquisas (ARNOLD, 1989, p. 33). Embora seja uma necessidade aos processos analíticos, as descrições tipológicas têm se apoiado cada vez mais em técnicas e métodos das ciências exatas que permitem aprofundar a leitura a partir de sua composição química e física.

Assim, deve-se considerar que o uso de tempero na cerâmica implica em uma questão muito mais abrangente do que meramente uma descrição tipológica. Partindo-se desse ponto, é necessário revisitar a conceituação do termo, antes de tudo, para enfim entender questões relativas às escolhas das abordagens metodológicas que permeiam a análise e as características que referem-se à composição da pasta de um vasilhame cerâmico.

Então, o que é “tempero” para os arqueólogos? Dentre as conceituações e discussões sobre o termo, e seu recorrente uso, o mesmo ainda é utilizado, muitas vezes de forma imprecisa ou equivocada¹². Tempero pode ser considerado como as inclusões não argilosas e não plásticas, que se assume terem sido intencionalmente adicionadas pelo(a) ceramista na preparação da pasta (SHEPARD, 1956, p. 25; RYE, 1981, p. 31; RICE, 1987, p. 406; ARNOLD, 1989, p. 34; SKIBO, SCHIFFER, e REID, 1989, p. 123; SINOPOLI, 1991, p. 12; VELDE e DRUC, 1999, pp. 82-84; p. 141). Estas inclusões podem ser de materiais de diferente natureza (ou categorias básicas), como os cacos moídos de cerâmica (chamote); materiais orgânicos ou derivados, como palha, fibras vegetais, conchas, ossos e sílica biológica (como é o

¹² A própria palavra no original, em inglês, *temper*, já apresentava um problema, visto que foi utilizado tanto como um substantivo quanto como um verbo pelos arqueólogos (ver essa discussão em RICE, 1987, p. 406; ARNOLD, 1989, p. 34). Enquanto o termo usado como substantivo se refere aos elementos não plásticos constituintes na argila (podendo inclusive ser naturais), e uso do termo como verbo é a ação do ceramista de adicionar tais materiais na argila. No português, contudo, “tempero” e “temperar” nitidamente apresentam uma diferenciação que não permite essa dualidade.

caso do *caraipé* e do *cauíxi*); e os materiais minerais, como areia, quartzo, mica, feldspato, calcário entre outros (ARNOLD, 1989, p. 35; RICE, 1987, p. 407; SINOPOLI, 1991, p. 12; VELDE e DRUC, 1999, p. 142). Basicamente, a adição (ou existência) de elementos não plásticos desempenha o papel de “equilibrar” a plasticidade da argila que está sendo trabalhada. Nesse sentido, o “tempero”, como um material adicionado, atua de modo a ser um “antiplástico”, que tem como uma de suas finalidades melhorarem a manuseabilidade e diminuir a plasticidade (no caso das argilas muito plásticas), desse modo, fortalecendo a pasta, além, é claro, de outras propriedades que podem ser atingidas com sua adição (VELDE e DRUC, 1999, p. 152).

A discussão no uso do termo tempero acaba residindo em como os arqueólogos e arqueólogas podem definir o que é natural da argila e o que é intencionalmente adicionado para gerar um efeito de controle na plasticidade da matéria-prima usada. Nesse sentido, o que podemos considerar como intencionalmente incluídos seriam apenas os elementos orgânicos¹³, não plásticos, e também os cacos moídos, que não são componentes que podem ser naturalmente encontrados nos depósitos de argila (ARNOLD, 1989, pp. 35-36).

Rice (1987, pp. 408-409) elucida um pouco dessa discussão oriunda do cenário estrangeiro, mas que apresentam pontos interessantes para construir um entendimento do uso do termo tempero no cenário brasileiro. O primeiro problema reside na identificação e descrição do tempero, que muitas vezes é realizada a olho nu e a partir de uma seção (ou quebra) de um fragmento. Pode-se adicionar aqui, a questão de erros de aferição por parte de pesquisadores, algumas vezes inexperientes com relação ao material e/ou aos contextos. Outra dificuldade reside na questão de, se a inclusão é intencional, como e porquê o(a) ceramista adicionou determinado tempero e como chegar a esse nível de inferência já que parte dos elementos podem ser oriundos dos depósitos de argilas naturais. O terceiro ponto elencado implica na quantidade de determinado tempero na pasta e se essa quantidade é suficiente para modificar as propriedades da argila trabalhada. Por fim, deve-se considerar o que constitui uma cerâmica não temperada. Afinal, o barro não

¹³ Destes ainda há uma ressalva quanto a inclusões esporádicas que podem ter sido não intencionais, decorrentes do processo de manufatura (principalmente elementos que apareçam em uma frequência muito baixa na pasta) ou coletadas junto com a pasta (como pode ocorrer com o *cauíxi*).

temperado, ou puro, por assim se dizer, ainda pode conter inclusões naturais que não são observáveis de imediato, e que de certa maneira podem modificar em algum nível as propriedades da argila. Além disso, outro fator pouco discutido seria a possibilidade de haver mistura de dois ou mais tipos de argila, sendo que em algum destes compostos poderia haver partículas de elementos não plásticos, desse modo, caracterizando até mesmo a adição de argila *in natura* como um tempero.

Mais do que um problema de semântica ou uma pré-concepção da intencionalidade, a definição do termo tempero deve ser observada com cautela, visto que a combinação deliberada de elementos não plásticos para a preparação da pasta pode resultar em implicações nos campos estilísticos, tecnológicos e funcionais, além de que a escolha desses materiais pode ser assumida como um padrão normativo ou persistente, e a variação do mesmo poderiam ser vistos como resultado de comportamentos culturais (RICE, 1987, p. 409).

Distinguir o que foi modificado pelo(a) ceramista e o que não teve modificação exige diferentes níveis de observação. Um destes níveis recai para distinguir os elementos que podem ser naturalmente encontrados nos depósitos de argila, sua frequência e distribuição na pasta. Determinados depósitos de argila podem conter um material suficientemente adequado para trabalhar, não havendo necessidade de preparações posteriores. Rice (1987, p. 409) também aponta para quatro características determinantes: tipo do material, forma da partícula, tamanho e quantidade. Materiais triturados apresentam certo padrão em formas e tamanhos, sendo distinguidos daqueles naturalmente presentes. Além do mais, elementos indesejados na pasta são removidos porque podem ser prejudiciais no processo de construção e queima do vasilhame. Exemplos de trabalhos etnográficos e etnoarqueológicos são excelentes fontes de apoio à medida que permitem observar o comportamento dos grupos no fabrico desses utensílios (RYE, 1981; ARNOLD, 1989; SKIBO, 2013).

De maneira alternativa, como um fim a essa discussão, diferentes pesquisadores atentos a esta problemática propuseram o uso de outros termos, como aplástico (*aplastic*) (ARNOLD, 1989) e não plásticos (*nonplastic*) (SHEPARD, 1956). Este último, distinguindo-se do termo tempero, o qual seria definido como inclusões deliberadas, e não usado em um senso geral e para materiais de fontes indeterminadas (SHEPARD, 1956, p. 25). Outros termos também sugeridos foram inclusões (DRUC e CHAVEZ, 2014, p. 15), aditivos, agregados, modificadores etc., e

ainda o termo *desengordurante* (*desgraissant* ou *desgrasante*) para os pesquisadores de língua francesa e espanhola, respectivamente (RICE, 1987, p. 411).

No Brasil, o termo *tempero* foi recorrentemente usado e popularizado na terminologia proposta pelo PRONAPA, que resultou no uso a partir da sua conceituação nos primeiros manuais de procedimentos técnicos nas décadas de 1960 e 1970, e posteriormente foi sendo substituído pelo termo *antiplástico*, porém, muitas vezes sendo assumido como um equivalente (CHMYZ, 1966, p. 20; 1976, p. 144; MEGGERS e EVANS, 1970, pp. 26-27; RIBEIRO, 1988, pp. 30-31; SOUZA, 1997, p. 122). A distinção dos termos “*tempero*” e “*antiplástico*” passou a ser considerada posteriormente como uma forma de distinguir sua utilização nas análises e descrições enquanto os elementos propositalmente adicionados e os presentes naturalmente na pasta (LA SALVIA e BROCHADO, 1989, p. 12; BARRETO, LIMA, e BETANCOURT, 2016, pp. 553-554).

Terminologias à parte, Rice (1987, p. 412) adverte para que o uso do termo seja feito com cuidado, visto que “é uma inferência comportamental tirada de uma observação analítica, não da observação propriamente”. Uma alternativa para não cair numa armadilha conceitual que a pesquisadora propôs seria utilizar o termo *inclusões*, que segundo sua definição

(...) podem ser minerais ou orgânicas, grandes ou pequenas, plásticas ou não plásticas. Podem estar presentes na argila natural selecionada pelo ceramista ou adicionadas a ela; se adicionadas, o termo *inclusões* é neutro se a incorporação foi intencional. Por estas razões *inclusões* é um termo mais apropriado que *tempero* nos estudos de pastas de cerâmica arqueológica, cobrindo virtualmente todas as circunstâncias exceto a mistura de duas (ou mais) substâncias argilosas para formar a pasta¹⁴ (RICE, 1987, pp. 412-413).

A adoção de um termo mais adequado no seu aspecto intrínseco evita que se aprofundem os dilemas terminológicos ou a adoção de conceitos não claros, visto que no caso de “*tempero*” temos um problema que passa tanto pelo domínio descritivo quanto pelo inferencial (ARNOLD, 1989, p. 34). Como observamos, os materiais utilizados na modificação da pasta cerâmica podem conter tanto elementos plásticos como não plásticos, da mesma forma que os materiais plásticos do

¹⁴ Tradução própria.

“tempero” podem desempenhar uma função de não plásticos, como é caso de determinados minerais. Fazer uso do termo “tempero” para qualquer material não plástico inserido na pasta, dessa forma, torna-se impreciso a nível descritivo e interferirá em qualquer inferência sobre o comportamento do(a) ceramista quando analisada a preparação da pasta (ARNOLD, 1989, p. 36).

Na presente pesquisa, esse nível de diferenciação se faz necessário, pois aqui está se abordando um elemento que é *diretamente e propositalmente incluído na pasta para obter determinada performance*, o que faz do *caraipé*, uma *inclusão antrópica* com fins específicos. Não há, nesse cenário, uma possibilidade do *caraipé* ter sido uma inclusão “acidental” ou “casual”, visto que o processo para sua preparação decorre de uma série de atividades antrópicas. Sobretudo, o objeto de estudo em questão, caracteriza-se como uma inclusão que pode ser afirmada como “tempero”, *stricto sensu*: um aditivo de origem antrópico e realizado de forma intencional na pasta cerâmica. Esse entendimento é primordial na decorrência do trabalho, já que muitas reflexões partirão desse pressuposto.

2.2 AS CARACTERÍSTICAS DO CARAIPÉ A PARTIR DA CONSTRUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O CONHECIMENTO TRADICIONAL

O *caraipé* é recorrentemente referido na literatura arqueológica como um tempero (ou componente da pasta) da cerâmica de grupos originários da Amazônia. Sua existência, contudo, não é restrito a esse bioma, havendo inúmeras referências de sua utilização por grupos que antecederam a chegada dos colonizadores europeus e pela população que se constituiu após a interação com os mesmos, tanto na Amazônia quanto no Cerrado brasileiro. Assumido como uma característica inerente à produção da cerâmica em determinados grupos indígenas e caboclos, o *caraipé* já era conhecido e referido pelos pesquisadores desde meados do século XIX.

Relatos do uso do *caraipé* para produção da cerâmica foram tomados por viajantes da bacia do rio Amazonas e seus afluentes. Contudo, muitos desses relatos apenas faziam apontamentos ou referências do uso do *caraipé* como adendo às atividades industriais locais, como Ferreira Penna (1971, p. 114) o fez sobre as louças de barro nas baías de Camuí e Anapu, em meados de 1876. Outros casos

podem ser ilustrados através das expedições científicas que buscavam descrever e caracterizar a flora amazônica, empreendidas por botânicos e naturalistas (BATES, 1863, p. 40; SPRUCE, 1908, p. 10; LE COINTE, 1947, p. 119), que também são responsáveis por menções ao uso da casca de árvore como elemento para produção da cerâmica indígena. As pesquisas realizadas, principalmente na segunda metade do século XIX, já apresentavam que esse aspecto da produção da cerâmica indígena era recorrente nas aldeias que visitavam. Entretanto, esses apontamentos não tinham um interesse arqueológico evidente, tampouco etnográfico, sendo meramente menções do uso de determinadas plantas, as quais se propunha reconhecer e identificar, para fabricação de utensílios pela população local, que era majoritariamente de origem indígena.

Trabalhos etnográficos ou arqueológicos que citaram o uso do *caraipé* na produção cerâmica surgiram, principalmente, entre o fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. O trabalho de C. Nimuendajú (1926, p. 42) junto aos *Palikur*, ilustra um exemplo deste tipo de pesquisa, e faz menção da cerâmica produzida com *Kuëpi* (um homônimo para *caraipé* na língua nativa). Como mencionado no capítulo anterior, somente com os trabalhos de Sigvald Linné (1925; 1932) que um olhar de cunho mais científico e direcionado para a cerâmica, em especial a arqueológica, foi realizado e pautado em dados etnográficos e arqueológicos da época.

Talvez a primeira discussão que se deva levantar sobre o *caraipé* reside na sua caracterização. A maior parte das referências que se dispõe limita-se a descrevê-lo como “(...) cinzas da casca e da entrecasca de plantas do gênero *Licania* (...)” (BARRETO, LIMA, e BETANCOURT, 2016, p. 556); que por sua vez atuam como um “antiplástico adicionado à argila a fim de temperar a pasta” (RIBEIRO, 1988, p. 31); e “(...) cuja casca (misturada com o barro) diz ter uma propriedade resistente ao fogo (...)” (SPRUCE, 1908, p. 10). Essa conceituação, observada a partir de fragmentos de pesquisas ao longo do tempo, traduz de forma mais simples e direta o que se entende hoje como o *caraipé* do ponto de vista arqueológico. Porém, ainda não é suficiente para que se compreendam as relações estabelecidas entre a sua escolha e o porquê de ter perpetuado nas técnicas de produção da cerâmica por um longo período de tempo.

Encontrado com certa frequência nas matas amazônicas, o *caraipé* é oriundo da casca de árvores do gênero *Licania* (SPRUCE, 1908; LINNÉ, 1932; LE COINTE,

1947; RIBEIRO, 1988), pertencentes à família das Chrysobalanaceae. Possuem uma distribuição pantropical, onde somente no Brasil registra cerca de 236 espécies abrangendo os domínios fitogeográficos da Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica¹⁵. A maioria dessas espécies encontra-se no domínio Amazônico, das quais são árvores, arvoretas, arbustos, e raramente subarbustos ou lianas. De modo geral, “a casca viva da Chrysobalanaceae é vermelha, grossa e siliciosa (granulosa quando esfregada entre os dedos) e, muitas vezes, com resina avermelhada (...)” (RIBEIRO, et al., 1999; MONTEIRO, et al., 2012, p. 91).

Sua relação com a produção cerâmica pode ser observada em diferentes relatos de viajantes, todavia, a identificação da planta referente ao uso como aditivo misturado ao barro é menos comum. Bates (1863, p. 40) fez a referência ao nome de uma árvore como *caraipé*, encontrada próximo à Santarém, junto às margens do rio. Spruce (1908, p. 10), também fez referência à árvore com o nome de *caraipé*, e a identificou como uma Chrysobalanaceae do gênero *Licania*. O mesmo autor, em outra passagem, trouxe um relato sobre uma árvore chamada “*caraipé* das águas” (*Licania turiuva*), a qual sua casca calcinada também era utilizada para a fabricação da cerâmica, porém, possuía menor concentração de sílica e recorria-se a esta quando da falta de outro espécime melhor (SPRUCE, 1908, p. 87). Na sistematização realizada por Le Cointe (1947), a referência do uso da casca queimada recai a algumas espécies citadas pelo autor, como o **caraipé verdadeiro** (*Licania scabra*, *Licania utilis*, *Licania microcarpa*, *Licania sclerophylla*) (Figura 3 e Figura 4), do qual “a cinza da casca é rica em potassa: mistura-se com a argila destinada à fabricação dos potes para água, das bilhas, das talhas, etc., para que não rachem no forno e se tornem mais porosos” (LE COINTE, 1947, p. 119), assim como a **caraiperana** e o *caraipé-da-várzea* (Figura 5) têm a mesma propriedade (p. 120). Outra espécie utilizada da mesma forma que o *caraipé* amazônico na fabricação da cerâmica seria o **macucu verdadeiro** (*Ilex macoucoua*), também conhecido como *pau macacu*, identificado na Guiana Francesa (LE COINTE, 1947, p. 269).

¹⁵ Sothers, C.; Alves, F.M.; Prance, G.T. 2015 *Chrysobalanaceae* in **Lista de Espécies da Flora do Brasil**. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://floradobrasil.jbrj.gov.br/jabot/floradobrasil/FB16815>>.



Figura 3: Espécime de *Licania sclerophylla* coletada no município de Óbidos, Pará, popularmente conhecida como caripé vermelho¹⁶.



Figura 4: Espécime de *Licania sclerophylla* coletada no município de Santa Terezinha, divisa de estados do Mato Grosso e Tocantins¹⁷.

Nas pesquisas arqueológicas a identificação do uso do *caraipé* foi realizada a partir dos registros dos viajantes citados e através dos trabalhos de cunho etnográfico ou etnoarqueológico (WÜST, 1975; 1981/1982). Esses últimos visavam obter dados que auxiliassem no entendimento dos contextos arqueológicos. A pesquisa empreendida por Wüst entre os Karajá de Aruanã (1975) é um exemplo de uma importante fonte de referência para a caracterização do *caraipé*. A coleta de dados realizadas junto à essa população levou a algumas informações sobre o uso das plantas necessárias para elaborar o antiplástico necessário na produção dos vasilhames. A adição do *adenadé* (cinzas da casca) da árvore *mawãcedá*,

¹⁶ Ramirez J, Tulig M, Watson K, Thiers B (2020). The New York Botanical Garden Herbarium (NY). Version 1.19. The New York Botanical Garden. Occurrence dataset <https://doi.org/10.15468/6e8nje> accessed via GBIF.org on 2020-03-20. <https://www.gbif.org/occurrence/1930366599>.

¹⁷ Royal Botanic Gardens, Kew (2020). Royal Botanic Gardens, Kew - Herbarium Specimens. Occurrence dataset <https://doi.org/10.15468/ly60bx> accessed via GBIF.org on 2020-03-20. <https://www.gbif.org/occurrence/1291647962>.

(*Pindaiba xylopi*a, sp.²⁰), denominada por eles de *aria iorubo*. Na ausência deste “tempero” poderia ser utilizada a casca de burudu-i, popularmente conhecida como aroeira (*Schinus therebintifolius*), embora não pareça ter a mesma qualidade que o tipo anterior (MURCCILLO e WÜST, 1981/1982, p. 324).

Também no estado do Mato Grosso, na sua pesquisa sobre cerâmica popular, Scheuer (1982, p. 41) apresentou comunidades ceramistas que utilizavam uma cinza obtida da queima da casca de uma árvore chamada pimenteira²¹, a qual se referia como “catipé”. Esta substância figurava nos antiplásticos utilizados pelas ceramistas locais na preparação de seus vasilhames.

Ribeiro (1988, pp. 30-31) ao abordar a cerâmica indígena, trouxe definições para os termos antiplástico e também *caraipé*, dos quais citou algumas espécies que o compunham, como a já referida “cega machado”, e *Licania octandra* subsp. *pallida*, esta última utilizada pelo grupo indígena Deni. O mesmo grupo ainda faria uso da espécie *Couepia longipendula* Pilg., da família das rosáceas, conhecida popularmente como castanha-de-galinha. Além destas, menciona novamente a *Licania turiuva* e *Hirtella octandra* como características no uso como antiplástico preparado para a cerâmica.

No Quadro 2, a seguir, é possível ver algumas das espécies que foram recorrentemente citadas na literatura (tanto arqueológica quanto etnográfica) e que fazem referência às árvores das quais se extraía as cascas para a elaboração do *caraipé* (enquanto aditivo para a cerâmica).

²⁰ O nome científico dessa espécie não pode ser encontrado nos manuais de botânica, tampouco em sites de coleções botânicas para referência da mesma. O nome vulgar citado, “orelha-de-burro”, levou a informação que se refere a espécie *Clusia nemorosa*. Encontrou-se, ainda, por aproximação dos termos utilizados, a árvore pindaiba ou cortiça (*Xylopi*a *brasiliensis*) que poderia representar a terminologia mais próxima daquela empregada por Murccillo e Wüst. Dessa forma, não podemos afirmar se houve um equívoco no uso do nome científico pelas autoras ou uma confusão a partir do nome vulgar referenciado à árvore.

²¹ Não há nenhuma referência ao nome científico, apenas a nomenclatura vulgar.

Quadro 2: Síntese das espécies referenciadas como *caraipé* na literatura botânica e arqueológica.

Nome popular	Família botânica	Nome científico	Região de ocorrência	Referência
<i>Caraipé</i>	Chrysobalanaceae	<i>Moquilea utilis</i>	Médio Amazonas	Rodrigues (1876) ²²
<i>Caraipé</i> verdadeiro	Chrysobalanaceae	<i>Licania scabra</i> ; <i>Licania utilis</i> ; <i>Licania microcarpa</i> ; <i>Licania sclerophylla</i> .	Amazônia	Le Cointe (1947); Linné (1932)
<i>Caraipé</i> -das-águas ²³	Chrysobalanaceae	<i>Licania turniva</i>	Amazônia; Guiana	Spruce (1908)
Caraiperana	Chrysobalanaceae	<i>Licania turiuva</i>	Amazônia	Le Cointe (1947)
Macucu verdadeiro	Chrysobalanaceae	<i>Ilex macouocua</i>	Amazônia; Guiana	Le Cointe (1947)
Pimenteira ²⁴	?	?	Mato Grosso	Scheuer (1982)
Caripé, caripé vermelho	Chrysobalanaceae	<i>Licania octandra</i> <i>subsp. pallida</i>	Amazônia	Ribeiro (1988)
Castanha-de-galinha	Chrysobalanaceae	<i>Couepia longipendula</i>	Amazônia	Ribeiro (1988)
Cega machado	Lythraceae	<i>Physocalymma scaberrimum</i>	Amazônia; Mato Grosso; Goiás	Wüst (1983)
Orelha-de-burro	Clusiaceae	<i>Clusia nemorosa</i>	Amazônia; Cerrado; Caatinga; Mata Atlântica	Muccillo e Wüst (1981/1982)
Pindaíba	Annonaceae	<i>Xylopia brasiliensis</i>	Mato Grosso; Goiás	Muccillo e Wüst (1981/1982)
Aroeira ²⁵	Anacardiaceae	<i>Schinus terebinthifolius</i>	Mato Grosso	Muccillo e Wüst (1981/1982)
Ajuru ²⁶	Chrysobalanaceae	<i>Licania apetala</i>	Amazônia e caribe	Boomert (1986); Van den Bel <i>et al.</i> (1995)
Kwep	Chrysobalanaceae	<i>Licania alba</i>	Guiana Francesa	Rostain (2016)

²² Referência disponível em (FERREIRA e NOELLI, 2009, p. 89).

²³ *Caraipé*-das-águas e *caraiperana* podem ser a mesma espécie, visto que há referência de ambas como sendo equivalentes e o nome científico é muito similar, podendo representar um equívoco de grafia do texto, o mesmo editado no início do século XX (1908).

²⁴ Conforme já apontado, Scheuer (1982) não faz nenhuma referência sobre o nome científico da espécie. Embora haja referência de uma árvore com nome vulgar aroeira-pimenteira (*Schinus terebinthifolius*) e que também é citada por Muccillo e Wüst (1981/1982), não há outras informações que possam atestar que se trate da mesma espécie.

²⁵ No relato, a aroeira foi usada como substituta por não achar a espécie adequada, sendo feito seu uso apenas para demonstração, porém, afirmou-se que não se tratava da espécie que era tradicionalmente utilizada (Muccillo e Wüst, 1981/1982).

²⁶ Nome popular da espécie no Brasil. A referência a esta árvore como *caraipé* (no caso do texto citado, usou-se o termo *kwep*, um homônimo, assim chamado pelos *Palikur*) abrange os contextos arqueológicos das Guianas, Trinidad e Tobago, e as Ilhas de Barlavento, na América Central (BOOMERT, 1986).

Nenhum destes estudos, porém, aprofundou-se sobre métodos para a possibilidade de identificação de diferentes espécies após a consolidação da produção da cerâmica, ou ainda para a diferenciação das variedades e o que isso significaria na perspectiva de entender a performance dos vasilhames cerâmicos. A dificuldade de identificação é compreensível, de todo modo, já que o universo de possibilidades e a amplitude do uso por diferentes grupos originários da Amazônia e do Cerrado podiam remeter ao acesso de diferentes espécies e variedades. Não foi incomum, então, recorrer aos estudos etnográficos, principalmente, dado a dificuldade que seria trabalhar com um processo reverso para se chegar à composição da cerâmica arqueológica.

Um dos pontos de especial interesse fica por conta na existência de uma diferenciação nas variedades de *caraipé* possíveis de serem reconhecidas na análise do material (SCHMITZ, et al., 1982). A distinção entre os tipos pode ser um primeiro entendimento para outras questões específicas. Enquanto ambos os componentes são caracterizados pela sílica presente a partir da queima e da trituração da casca, sua identificação varia, visto que o tipo denominado ***caraipé A*** inclui “filamentos silicosos de cor cinza, (...) pequenos segmentos cilíndricos alinhados, de cor branca e aspecto brilhante, (...) dificilmente pode ser distinguido a olho nu” (WÜST, 1983, p. 155). As porções mais fibrosas da planta que não queimam inteiramente aderem a um aspecto de fragmento lenhoso e acabam sendo mais bem visualizadas, com ou sem o uso de uma lupa binocular (BARRETO, LIMA, e BETANCOURT, 2016, pp. 556-557). Já a variedade denominada ***caraipé B*** “apresenta-se em forma de partículas com finos filamentos silicosos compactos de coloração cinza claro e, raramente, cinza escuro” (WÜST, 1983, p. 155). Essas fibras tendem a ser mais finas, com um aspecto leitoso, sem as extremidades afiladas e são facilmente visíveis a olho nu (BARRETO, LIMA, e BETANCOURT, 2016, pp. 556-557) (Figura 7 e Figura 8).

Dado a ausência de uma aferição mais apurada em grande parte das pesquisas realizadas, fica difícil caracterizar com precisão uma área de abrangência e/ou os conjuntos dos quais cada variedade seriam procedentes. Além do mais, muitas pesquisas tendem a classificar o *caraipé* como tal, sem fazer uma distinção entre os tipos A e B. Há ainda trabalhos que sequer identificam o *caraipé* na cerâmica, utilizando outros termos generalizantes para representar a composição da pasta, dado os objetivos ou propriamente dificuldades na aferição. Contudo, alguns

estudos de antracologia têm sugerido que a variedade B pode ser derivada de cascas de frutos de palmeiras (BARRETO, LIMA, e BETANCOURT, 2016, p. 557). Ainda que sejam necessários métodos de identificação mais eficientes, a simples diferenciação entre os tipos A e B já inserem perspectivas para se pensar o uso dessa inclusão em escala regional ou mesmo o reconhecimento de variedades das espécies.

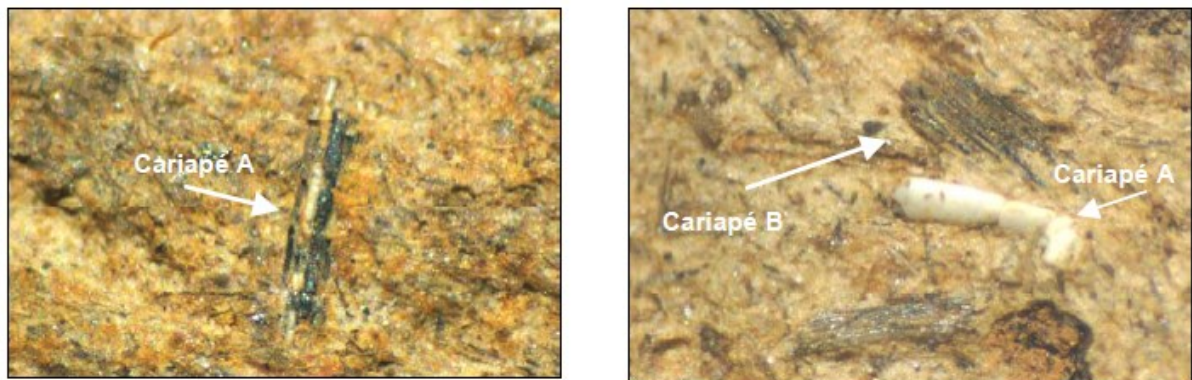


Figura 7: Variedades de *cariapé* observado através da lupa binocular nos fragmentos cerâmicos. Foto de Wagner S. Silva (OLIVEIRA, 2005, p. 47).

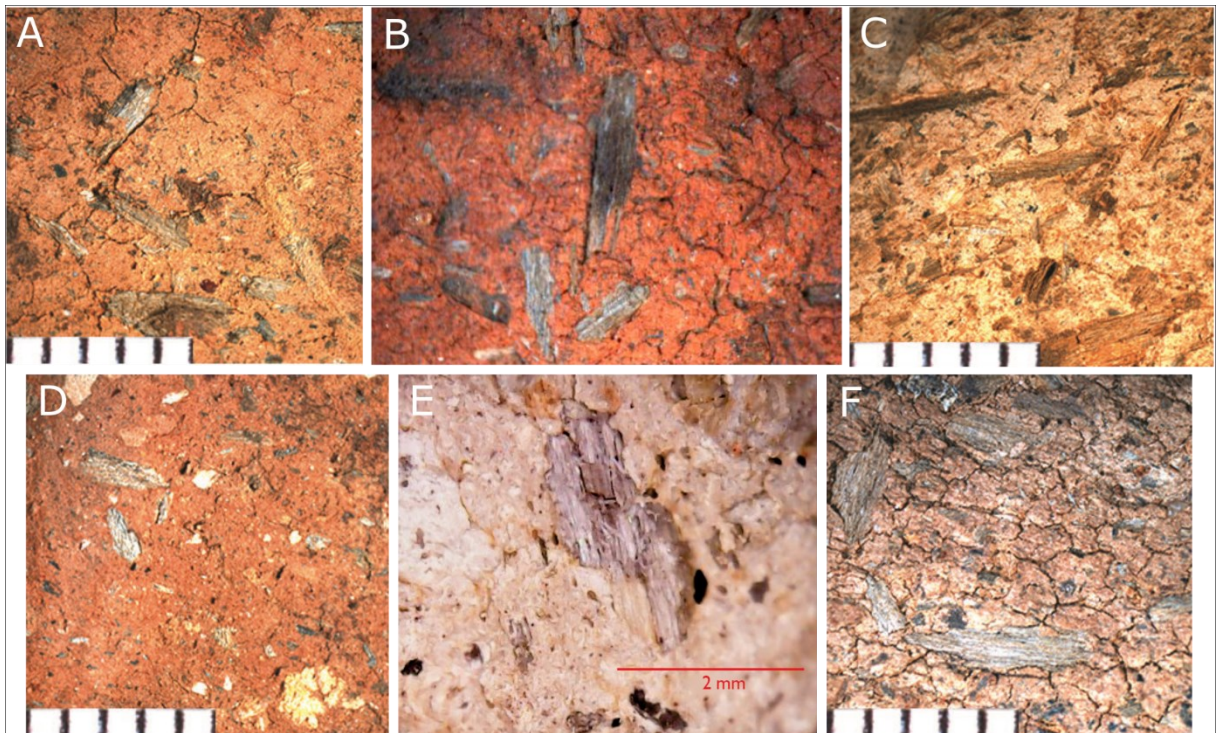


Figura 8: Exemplos de *cariapé* em fragmentos cerâmicos observados a partir de lupa binocular, com aumento de 10x (escala em milímetros). Imagens A-D; F, adaptado de Gaspar (2014, pp. 115-131) e imagem E, extraído de Rodrigues et al. (2017, p. 96).

2.3 SOBRE INCLUSÕES ORGÂNICAS E PERFORMANCE NA CERÂMICA

A adição de materiais orgânicos de diferentes origens pode ser considerada como um dos tipos de inclusões mais recorrente entre diferentes culturas, tanto pretéritas quanto contemporâneas (SANTACREU, 2014, p. 70). A diversidade desses materiais abrange desde plantas silvestres ou domesticadas, até palha, fibras, grama, cascas e esterco, entre outros elementos que foram misturados à argila a fim de propiciar alguma eficiência na manufatura da cerâmica, ocorrendo em contextos que vão desde a Europa até o sudeste dos Estados Unidos; na África Sub Sahariana, na América do Sul e Central, e também no sudoeste asiático (RICE, 1987; SKIBO, SCHIFFER, e REID, 1989; SINOPOLI, 1991; VELDE e DRUC, 1999; SASSAMAN e RUDOLPHI, 2001; TOMBER, CARTWRIGHT, e GUPTA, 2011; GOSSELAIN, 2014; SANTACREU, 2014; GILMORE, 2015; MOSKAL-DEL HOYO *et al.*, 2017).

A amplitude da diversidade de elementos orgânicos, contudo, não reflete, necessariamente, uma variabilidade em termos funcionais. Enquanto a cerâmica tende a apresentar significados e relações diferentes dentro de cada cultura, elas ainda detêm certas características físicas que são universais e inerentes à sua materialidade (SANTACREU, 2014, p. 149). E isso também diz respeito aos processos que incluem a manufatura e escolha de determinados elementos que compõem o resultado final.

Uma abordagem que os arqueólogos têm aderido há bastante tempo para entender como essas escolhas tecnológicas influenciam nas práticas culturais está relacionada às pesquisas oriundas de uma ciência dos materiais, onde a premissa reside na perspectiva de que certas propriedades da produção cerâmica são relevantes dentro do escopo de realizar determinadas funções e, desse modo, seriam consideradas durante o processo de manufatura (SANTACREU, 2014). Essa linha de pensamento foi amplamente desenvolvida e popularizada, principalmente, pelos trabalhos de Schiffer e Skibo (1987; 1989; 1997) que se pautaram tanto em dados etno-históricos quanto experimentais para elaborar inferências sobre as características tecno-funcionais da cerâmica arqueológica (SKIBO, 2013; SANTACREU, 2014).

Os artefatos, de modo geral, tendem a ser produzidos com o intuito de desempenhar um papel ou uma função, seja ela utilitária ou simbólica, dentro de um

determinado sistema cultural no qual estão inseridos. Para tal, espera-se que o resultado da sua elaboração tenha características de performance adequadas ou presumíveis que atestem para a sua capacidade e aos usos relacionados para as quais foram concebidas, desempenhando, desse modo, satisfatoriamente as funções ou as atividades que lhes tenham sido destinadas (SKIBO, 2013, p. 9). Essas características estão diretamente relacionadas às escolhas de materiais que resultam nas propriedades físicas dos recipientes, como a argila, as inclusões, e as ferramentas, bem como as técnicas utilizadas no processo de manufatura. É através da identificação tanto dos conjuntos materiais quanto das suas diferentes propriedades que é possível se chegar a uma abordagem que permite inferências sobre o conhecimento e as escolhas técnicas realizadas pelo(a) ceramista (SANTACREU, 2014, p. 150).

Quando refere-se às características de uma performance utilitária associada à cerâmica, fazemos alusão, principalmente aos aspectos funcionais relacionados à eficiência em compor um aparato que seja útil num determinado contexto, como cozinhar, armazenar ou servir alimentos, entre outras. Nesse sentido, características como resistência ao choque (térmico), ao impacto e a eficiência térmica são propriedades desejáveis no produto final. Contudo, também há outras formas de performance que o vasilhame pode desempenhar quando sua finalidade não está relegada ao campo utilitário, mas sim aos aspectos simbólicos, e que podem direcionar suas características para um aspecto sensorial, como a visão ou o tato (SKIBO, SCHIFFER, e REID, 1989; SKIBO, 2013).

De todo modo, pretende-se abordar aqui, inicialmente, o aspecto funcional em relação ao uso do *caraipé* com fins nas suas características intrínsecas e que possa ser possível entender, por este ângulo, as possíveis razões que o tornaram uma opção viável para diferentes grupos dentro de suas escolhas tecnológicas. Para isso, faz-se necessário recorrer, inicialmente, aos estudos que se debruçaram quanto ao uso de inclusões orgânicas na produção da cerâmica e, principalmente, o que elas podem proporcionar em termos de performance à cerâmica. Mais do que isso, precisa-se entender se o *caraipé*, de fato, possui vantagens sobre outras inclusões (o que faria sentido na sua preferência em termos tecnológicos), sejam elas orgânicas ou não, e se a opção pelo seu uso pode estar relacionado a outras práticas que não sejam puramente um aspecto tecnológico.

Como já foi apontado, estudos sobre a funcionalidade da cerâmica são recorrentes na literatura, porém, poucos se debruçaram sobre a especificidade do *caraipé*. Algumas pesquisas na região amazônica, onde o *caraipé* é abundante, fizeram uso na abordagem de análise tecnológica cerâmica com base numa ciência dos materiais e buscaram tratar das características e composição das pastas a partir das inferências propostas por este escopo teórico (MACHADO, 2005; 2005/2006; GUAPINDAIA, 2008; LIMA e NEVES, 2011). Somado a essas referências, observamos ainda uma considerável quantidade de pesquisas etnográficas e etnoarqueológicas que apontam para a produção e uso da cerâmica com *caraipé*, ainda que não se atenham a detalhes tecnológicos específicos, como as propriedades que a inclusão de materiais diferentes ao barro proporciona na cerâmica (ERIKSON, 1990; VAN DEN BEL et al., 1995; JÁCOME, 2017).

A ausência de estudos focados pode estar relacionada à escassez de pesquisas destinadas a entender especificamente o papel do *caraipé* dentro dos processos tecnológicos. Ademais, muitas análises dos conjuntos cerâmicos partem do pressuposto da origem orgânica do *caraipé* e acabam generalizando suas características de performance a esse conjunto de inclusões, sem adentrar em maiores discussões. Enquanto assumindo essa prerrogativa, a tendência é que se parta das características intrínsecas de performance dos aditivos orgânicos, mas também trabalhe-se com outros aspectos que sejam colhidos a partir de outras áreas do conhecimento, como a etnografia e etnoarqueologia, para não resumir a abordagem que, embora direcionada aos materiais, tem como base contextos externos aos contextos que estão sendo observados (SKIBO, SCHIFFER, e REID, 1989, p. 122).

A necessidade de se adicionar materiais distintos à argila antes de produzir a cerâmica acaba tendo uma relação direta quanto à performance do vasilhame. Como observado em diversos estudos, diferentes efeitos podem ser atingidos com diferentes tipos de materiais adicionados ao barro (RICE, 1987). Estima-se que cerca de 20 a 50% do volume total da pasta a ser utilizada leva inclusões (RYE, 1981, p. 39), além do fato de que diferentes argilas podem ser combinadas para atingir uma pasta adequada à fabricação de certos tipos de vasilhames (SINOPOLI, 1991, p. 16). Muitos ceramistas tendem a preparar suas pastas de acordo com proporções bem estipuladas entre argila e inclusões (antrópicas), contudo, na prática, não as cumprem estritamente, mas as definem conforme a experiência

adquirida (SINOPOLI, 1991, p. 16). Isso demonstra a importância que representa o ato de preparação da pasta e do nível de habilidade do(a) ceramista (p. 74), visto que o objetivo final não é apenas dependente da qualidade do material, mas também passa pelo *know-how* do artesão. Na Figura 9, a seguir, é possível observar esse processo de mistura realizado com o *caraipé*.



Figura 9: Processo de seleção e mistura do *caraipé* com a argila realizado por artesão pertencente a etnia Baniwa, no alto rio Negro. Fotos: Thiago Oliveira / Museu do Índio-FUNAI / Povo Baniwa. Disponível em: <http://thiogodacostaoliveira.com/portfolio/prodocult-baniwa/>

O material que os arqueólogos têm acesso quando pesquisados os sítios arqueológicos, porém, não permite ter uma noção apurada de algumas etapas que correspondem à cadeia de operações que acompanha à preparação da pasta. Nesse sentido, como se tem apenas o produto final (muitas vezes, um fragmento deste), resta trabalhar a partir dos elementos resultantes após a queima do

recipiente, o que conduz a certa diferenciação entre o que se pensa sobre a pasta pré e pós-queima²⁷ na análise do material estudado.

A composição após a queima (chamada de *fabric*, no original em inglês) sintetiza todas as ações que foram realizadas durante a preparação da pasta até então, desde a escolha de matérias-primas diversas, purificação e preparação da argila, adição de elementos, processos de modelagem, tratamentos de superfície etc., que culmina na matriz do vasilhame (SANTACREU, 2014, p. 109)²⁸. Contudo, o que observa-se são resultados já transformados dos materiais empregados, além de não ser possível visualizar com maiores detalhes as técnicas ou outros aparatos utilizados no processo de manufatura. As escolhas de materiais e técnicas realizadas pelos(as) oleiros(as) torna-se reflexo de seus antecedentes culturais, onde pode-se observar através da composição da matriz do fragmento/vasilhame o resultado de uma produção que envolve todos os materiais, conhecimento e técnicas que tem seu próprio significado e racionalidade dentro de uma dada sociedade (p. 110).

Dentro dessa perspectiva, existe uma infinidade de possibilidades que poderiam ser considerados quando da produção da cerâmica. Contudo, as ações resultantes das escolhas do(a) oleiro(a) consideram, ainda, outras perspectivas que incluem questões que passam por esforço, tempo, disponibilidade e acessibilidade de materiais e que, de certa forma, são influenciadas nos aspectos econômicos e também nas escolhas particulares feitas por cada artesão(ã) (SKIBO, SCHIFFER, e REID, 1989).

²⁷ Na terminologia em língua inglesa é comum os termos *paste* e *fabric*, com distinção de ambos, onde o primeiro se refere ao material (argila) ainda não queimado (ou cozido). *Fabric*, num sentido mais específico, envolve a composição e as características da pasta após a queima, já que o alcance de certas temperaturas envolve processos de transformação da argila e das inclusões presentes. É esse estado que temos contato com o material no registro arqueológico e o definimos a partir de análises, sejam elas químicas, petrográficas, mineralógicas ou de textura (SANTACREU, 2014, p. 109). Não é incomum observarmos nas pesquisas o uso do termo “pasta” para ambos os estágios, não sendo feito uma distinção entre a preparação da pasta e a composição final, pós queima.

²⁸ Essa composição final, que será aquela observada durante uma análise por parte do arqueólogo, é mais abrangente, incluindo, além da composição da pasta, outros aspectos da manufatura, como os acabamentos de superfície. Essa noção de composição final, também chamada de “fabrico” (português de Portugal) incluem a textura, dureza, espessura, cor, engobo e outros acabamentos (brunido, polimento etc.) que compõem um aspecto mais amplo das técnicas de manufatura da cerâmica (CRUZ e CORREIA, 2007, p. 25). Devido ao fato que esta definição abrange uma perspectiva macroscópica, a identificação de “fabrico” pode ser uma atividade suscetível a um viés de veras subjetivo (The Prehistoric Ceramics Research Group, 2010).

Todas essas escolhas resultam numa série de características que são desejáveis no produto final. Antes de buscar o entendimento onde o *caraipe* se enquadra nessas características, faz-se necessário realizar uma breve síntese desses aspectos de performance para vasilhames cerâmicos, tendo como referência os estudos de ciência dos materiais, simultaneamente apontando os pontos fortes ou fracos das inclusões orgânicas, e então, observaremos o quanto as características inerentes dos vasilhames com *caraipe* se enquadram ou não nessas performances elencadas.

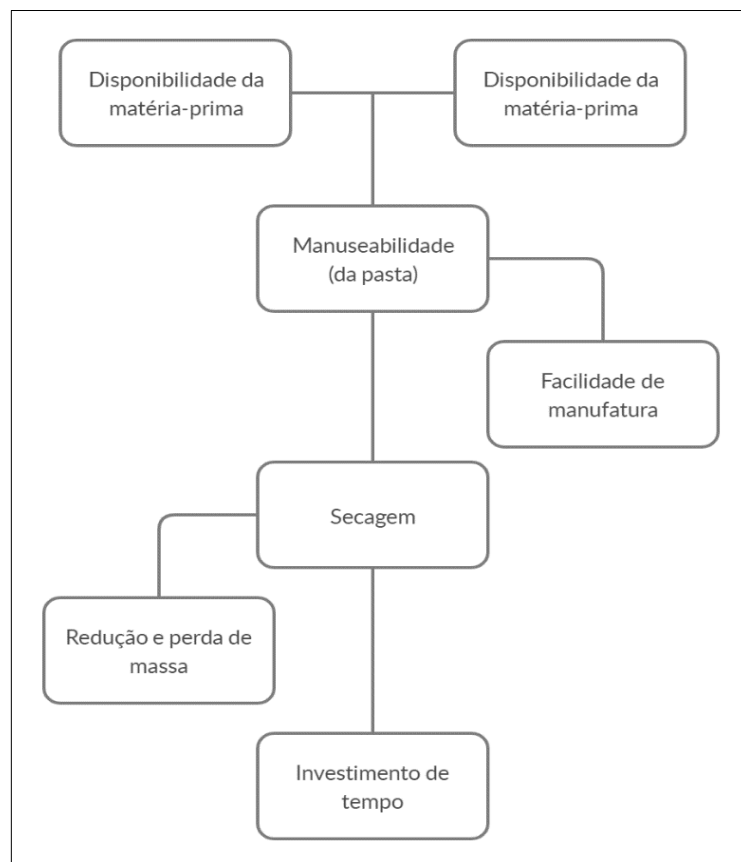


Figura 10: Organograma com as características de performance a partir da seleção e preparação da pasta durante o processo de manufatura da cerâmica. Baseado em Skibo (2013) e Santacreu (2014).

As características de performance foram resumidas a partir dos trabalhos de Skibo (2013) e Santacreu (2014), sendo duas referências que permitiram iniciar essa discussão e norteiam as definições das características de performance. Junto a estas duas obras, pesquisas que abrangeram dados oriundos tanto de processos de experimentação quanto de dados etnográficos para esse fim também foram consideradas nessa discussão. Nesta perspectiva, busca-se sintetizar as

características de performance através de dois segmentos da produção de cerâmica: o primeiro referente ao processo de manufatura (Figura 10), e o segundo relacionado aos usos propostos/atribuídos (funcionalidade) dos vasilhames cerâmicos (Figura 11). Para trazer essa revisão e discutir o que foi pertinente a esta pesquisa, considerou-se as características que têm relação direta ou indireta com o uso de inclusões orgânicas.

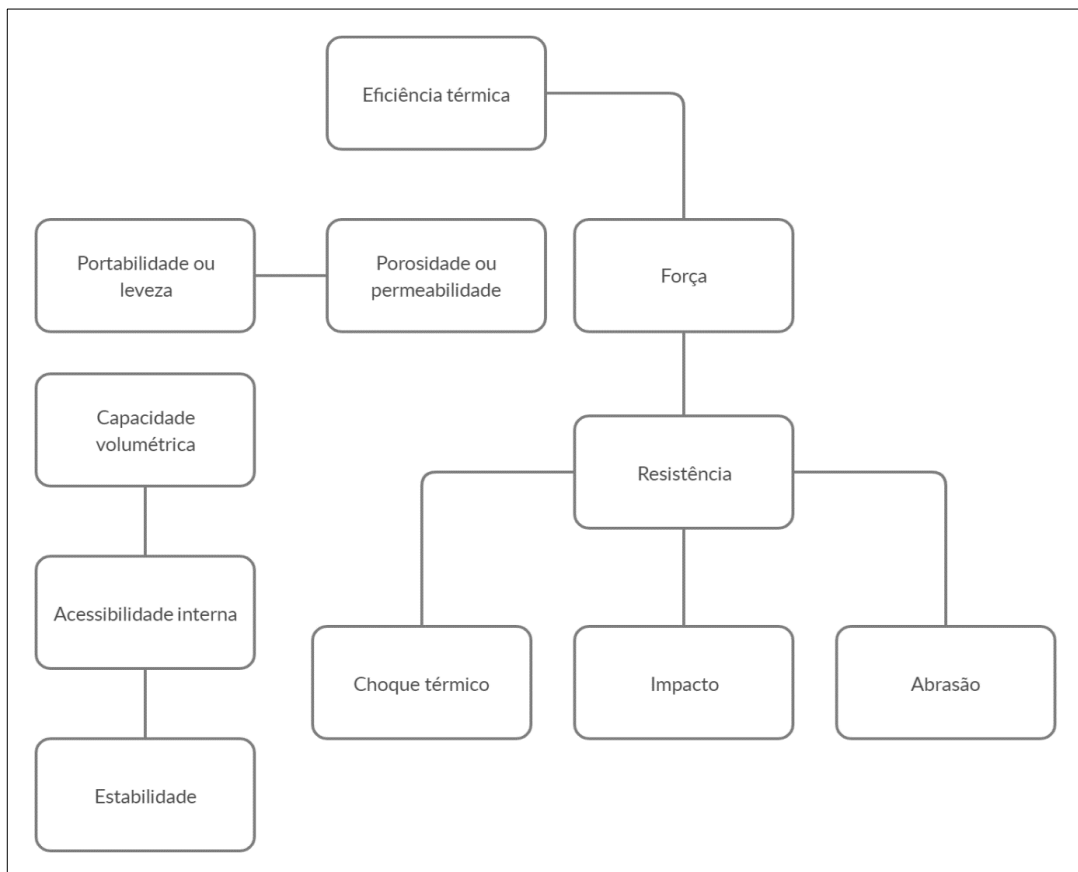


Figura 11: Organograma com as características de performance a partir das funções presumidas ou esperadas na elaboração de um vasilhame²⁹. Baseado em Skibo (2013) e Santacreu (2014).

Essas características elencadas consideraram o conceito de *composição da pasta* para discutir as inferências possíveis dentro do escopo pretendido³⁰. Enquanto

²⁹ Das características elencadas nesse organograma algumas delas não serão descritas por não apresentarem relações diretas com as inclusões de caraipé. Com exceção da força, que é associada às características que competem os seus diferentes tipos de resistência (desde o calor até o impacto), compondo, assim, um atributo geral que foi subdividido em outras características de performance (SKIBO, 2013, p. 46). Já as demais características (estabilidade, capacidade volumétrica e acessibilidade interna) são exclusivamente dependentes da forma do vasilhame, não sendo relacionado à inclusão do caraipé.

esse conceito pode ser entendido nos processos antes e após a queima do vasilhame, optou-se por especificar em qual estágio da cadeia operatória ele ocorre: se durante a preparação da pasta, ou depois da estrutura já cozida do vasilhame. Esta distinção foi necessária quando observado o quanto uma inclusão influencia em diferentes etapas que compõem a cadeia operatória da cerâmica. Também permitiu construir um quadro de argumentações que propôs um posicionamento sobre questões que remetem às características intrínsecas do *caraipé* enquanto material qualitativo na olaria doméstica.

2.3.1 A disponibilidade e manuseabilidade da matéria-prima

A primeira etapa considerada diz respeito à preparação da pasta de um modo abrangente. Nesse momento foi importante destacar questões puramente ambientais e que tem uma correlação direta à oferta de determinado material, e ao tempo necessário para prepará-lo. As características de *disponibilidade* e *manuseabilidade da matéria-prima* se enquadram como um fator preponderante quando considerados os ambientes com os quais as populações interagiram no passado. Os recursos para se produzir a cerâmica devem estar acessíveis aos ceramistas em uma distância não demasiada do local de trabalho, de modo que possam ser facilmente explorados e a energia gasta na obtenção desses recursos não exceda a produção do mesmo, o que o tornaria inviável em termos econômicos (ARNOLD, 1985, p. 32)³¹.

A grande diversidade de recursos orgânicos que compõem as inclusões dessa categoria já foi citada anteriormente neste capítulo, variando de acordo com o continente, o grupo que se apropriou, e as espécies de plantas utilizadas para esse fim. No Brasil, a referência de inclusões orgânicas limita-se, sobretudo, ao *caraipé* (com exceção de poucos outros indícios). Embora se tenha apontado para uma diversidade de espécies que compõem o mesmo gênero botânico associado, nem

³⁰ Não há uma distinção no idioma português para o termo, assim como há na língua inglesa (*paste* e *fabric*). As pesquisas que fazem uso de análise cerâmica no Brasil tendem a usar metodologias distintas que, em alguns casos, não consideram aspectos pré e pós-queima na composição da pasta.

³¹ Para uma discussão sobre a obtenção de recursos para produção cerâmica, Arnold (1985, pp. 35-57) argumenta com base no *exploitable threshold model*, onde apresenta uma estimativa de dados etnográficos de ceramistas para propor o alcance de uma área para obtenção dos recursos. Nessa proposta, o autor estima que a maioria dos ceramistas opta por captar recursos a uma distância máxima de 7km, normalmente representado como um espaço máximo aceitável (*op. cit.*, p. 50).

todas têm indicativo de uma relação direta com o uso da casca na produção cerâmica. Visto que as principais espécies do gênero *Licania* e o nome popular da árvore *caraipé verdadeiro* abrangem o bioma amazônico, sua disponibilidade no período que antecede a chegada dos europeus e às expansões capitalistas na floresta Amazônica, pode ser considerada alta. Exemplares das espécies podiam ser encontrados com facilidade até algumas décadas atrás, tanto em áreas de terra firme quanto em ambientes lacustres onde se fazem referências de espécies similares (SPRUCE, 1908; LINNÉ, 1932; LE COINTE, 1947). Recentemente o panorama tem mudado aos poucos, tanto pelo processo de desmatamento da Amazônia quanto pela comercialização intensiva ocorrida em algumas localidades, o que gradativamente têm diminuído a disponibilidade das árvores (BORGES, 2017, p. 175).

No Cerrado, a demanda parece ter sido similar ao bioma amazônico, com a disponibilidade das cascas utilizadas como matéria-prima em certa abundância nas regiões florestadas. Contudo, esse cenário sofreu uma mudança tão significativa quanto, ou até mesmo superior ao observado no ambiente amazônico, tanto pelo extermínio gradativo das populações originárias quanto pela frente expansiva da agropecuária que tem sido responsável, há anos, pelo desmatamento sistemático do Cerrado. Os trabalhos de Wüst (1975; 1981/1982), Murccillo e Wüst (1981/1982), Scheuer (1982), e Assis Viana (2003) já apontavam para dificuldades dos ceramistas de encontrarem a matéria-prima ideal para a produção dos vasilhames, assim como para a diminuição no número de pessoas que detinham o conhecimento da técnica.



Figura 12: Coleta de matéria-prima para fabricação de cerâmica entre os Palikur, no baixo Oiapoque, Guiana Francesa. As figuras A e B são referentes ao transporte da argila; C-E são referentes a extração das cascas de *kwep* (*caraiapé*); e F mostra o tronco da árvore após a coleta (ROSTAIN, 2016, p. 101).

A despeito das dificuldades na obtenção de matéria-prima na atualidade, diversas comunidades locais desenvolvem suas práticas de produção oleira com certa regularidade (COIROLO, 1991; VAN DEN BEL, 2009; OLIVEIRA, 2015; FERREIRA, 2016; BORGES, 2017; FERREIRA, 2018). A busca por matéria-prima é realizada sempre em locais não muito distantes, o que faz do *caraipé* uma opção pertinente já que o investimento de tempo e esforço na obtenção das cascas não é oneroso (OLIVEIRA, 2015, p. 303). Diferentemente, o *cauíxí*, que também é uma inclusão comum nas cerâmicas amazônicas e compartilha geograficamente sua dispersão com o *caraipé*, tende a ser coletado nas margens de rios e lagos, com boa oxigenação e sem sedimentos finos em suspensão, estando sujeito à imersão e expostos somente quando o nível da água diminui (VIANA, RIBEIRO, e OLIVEIRA, 2011, p. 39). Embora não seja um impeditivo à sua coleta, essa diferença com relação ao *caraipé* faz com que as condições de disponibilidade e acessibilidade sejam menos custosas do que com relação ao *cauíxí*³².

A coleta pode ser feita com a extração das cascas diretamente, ou com a derrubada da árvore, quando necessária maior quantidade (ROSTAIN, 2016, pp. 100-101) (Figura 12). No que se refere ao processamento das cascas para transformação no aditivo, normalmente incluem as atividades de secagem, queima, trituração e peneiramento (VAN DEN BEL, 2009, p. 44). Embora seja uma etapa adicional na cadeia de produção, o *caraipé* pode ser armazenado e utilizado futuramente (Figura 13), reduzindo o tempo empregado em coletas adicionais (WÜST, 1981/1982, p. 313).

³² O *cauíxí*, contudo, apresenta uma característica inerente ao seu processamento, o qual não apresenta necessidade de ser triturado após a queima, e se desfaz facilmente (ALVES, 2019, p. 179).



Figura 13: *Caraipé (mui)*, ainda não mistura ao barro pelos ceramistas *Mati* (MAZZ, 2008, p. 51).

2.3.2 A manuseabilidade

Outra característica relacionada a preparação da pasta é a *manuseabilidade* da mesma, que, de modo geral, pode ser entendida como uma qualidade que o(a) oleiro(a) deseja para trabalhar determinadas técnicas e atingir formas almejadas do vasilhame cerâmico (SINOPOLI, 1991, p. 11; SKIBO, 2013, p. 39). Essa característica está intimamente relacionada à manufatura tradicional, que envolve técnicas como o acordelado e a modelagem. Para tal, o(a) oleiro(a) observa três propriedades que lhe sejam de interesse à sua manipulação: controle, forma e plasticidade (BRONITSKY e HAMER, 1986; SKIBO, 2013). Essas propriedades são medidas através da manipulação da argila (com ou sem aditivos) e estão associadas à experiência do(a) ceramista, que pode verificar com um simples teste de confecção de pequenos roletes e, então, curvá-los para examinar possíveis rachaduras ou a homogeneidade do barro (CEREZER, 2011, p. 46). A pasta, então, é medida de modo a verificar o quão mole (ou macia) ela é, e o quanto ela deformaria ou manteria sua estrutura pós-modelagem, bem como sua rigidez (ou

dureza) que resultaria em estruturas mais porosas ou suscetíveis às rachaduras (SKIBO, 2013, pp. 39-40). Esse ponto exato da pasta adequada acaba sendo um conjunto de fases dentro desta etapa da cadeia de produção, que envolve desde a argila *in natura*, até a escolha, quantidade e adição de materiais antiplásticos (pp. 39-40).

Dentro dessa característica deve-se considerar ainda um componente específico que se refere à *facilidade de manufatura*. Esta compreende o quanto de tempo e esforço é necessário para trabalhar com a argila perante o fator de contração da pasta. É aqui que o tempero e a qualidade da pasta desempenham um papel fundamental (SKIBO, 2013, p. 40)³³. Vale ressaltar que a facilidade de manufatura também inclui questões referentes à plasticidade, à resistência enquanto o material ainda não foi queimado, e à capacidade de secagem do mesmo (SKIBO, 2013, p. 42). Devido às características excessivamente plásticas ou úmidas de certas argilas, há a necessidade de se equilibrá-las para que se possa atingir o resultado desejado, assim como a manutenção do vasilhame durante o período de secagem. Desse modo, a adição de materiais não plásticos é preferencialmente necessária, pois são estáveis e não solúveis e, principalmente, não desenvolvem plasticidade em contato com a água, permitindo assim o equilíbrio necessário entre o elemento de modelagem e de sustentação pré queima. Nesta categoria, entre outros tipos de materiais não plásticos, enquadram-se aqueles de origem orgânica, especialmente os biominerais, como o *caraipé* (RYE, 1981, p. 31).

2.3.3 Secagem e perda de massa

Diretamente relacionado com a manuseabilidade da pasta cerâmica, o processo de *secagem* é proeminente antes da realização da queima da peça. A secagem envolve dois fatores relevantes: o tempo necessário para a eliminação da água presente na peça recém-manufaturada, e a perda de massa total ou encolhimento do vasilhame durante o período de secagem.

³³ Enquanto a manuseabilidade (*workability*) está direcionada a maleabilidade da argila, a facilidade de manufatura (*ease of manufacture*) diz respeito ao tempo e esforço de construção do vasilhame. Em suma, a primeira trata da modelagem do pote, e a segunda diz sobre os estágios ou dias necessário para elaborar um vasilhame (SKIBO, 2013, pp. 39-40).

Havendo a necessidade de a pasta ser constantemente hidratada durante o processo de manufatura, a massa total da argila utilizada acaba absorvendo cerca de 15 a 50% do seu peso em água (SANTACREU, 2014, p. 80). Após o processo de manufatura finalizado, a secagem do vasilhame deve ser realizada de maneira gradual, de modo a minimizar o estresse gerado pela perda da umidade, o que pode acarretar rachaduras devido à desidratação e dos chamados “poros de água” (microestrutura porosa), que são deixados após a evaporação (RICE, 1987, pp. 64-65). Durante os estágios que envolvem o tempo de secagem que o vasilhame foi submetido, diversos fatores influenciam nesse processo, como a temperatura, umidade, e a quantidade de água, entre outros (SANTACREU, 2014, p. 80).

Inerente a esse processo, a preparação da pasta e uso de inclusões são significativas para a eficiência ou, minimamente, contribuição ao processo como um todo. Em locais de clima úmido ou com grande quantidade de chuvas, como as florestas tropicais, o tempo de secagem da pasta pode ser afetado, ocorrendo a necessidade de se adequar um período condizente para completar a cadeia de produção da cerâmica incluindo a queima e demais etapas. Desse modo, inclusões de origem orgânica tendem a reduzir o excesso de água absorvendo-a e possibilitando a argila de ser trabalhada de modo mais rápido, além de permitir a construção de um vasilhame de uma só vez (MACHADO, 2005/2006, p. 97). Embora haja uma certa discrepância entre a posição de autores nessa questão (SKIBO, SCHIFFER, e REID, 1989, p. 132), a eficiência de temperos minerais pode ser equiparada, ou até maior que as inclusões orgânicas. Contudo, esses correlatos são baseados em aditivos orgânicos de modo geral (fibras, estrume etc.), e não considera a bio sílica que podem apresentar características até certo ponto semelhantes a outros aditivos minerais.

2.3.4 Eficiência térmica

Talvez esta seja uma das características comumente mais desejadas nos vasilhames cerâmicos, visto que boa parte dos conjuntos tem como fim o uso doméstico e associado à cocção ou processamento de alimentos. Nesse sentido, um recipiente adequado e que permita executar tal função pode passar por diferentes características dado as necessidades ou o tipo de alimento que se espera cozer/processar. Essas características podem ser tanto relacionados à forma quanto

à capacidade de manutenção e dissipação de calor. Eficiência térmica, em suma, está relacionada a diferentes escolhas técnicas, que incluem não apenas a morfologia e o tratamento da superfície, mas também as inclusões utilizadas na preparação da pasta (SKIBO, 2013, p. 33).

O vasilhame com uma boa eficiência térmica vai se ater em dois fatores principais: expansão e condução (RICE, 1987, p. 364). A expansão térmica está relacionada à resistência ao choque térmico (que será vista no item a seguir) e compreende no processo de expansão e retração do material devido à sua exposição ao calor. Já a condução térmica se refere à capacidade que o material tem na passagem de calor sob determinado gradiente de temperatura.

Os fatores que influenciam em questões de eficiência térmica, contudo, são aqueles relacionados à espessura, textura e porosidade das paredes dos vasilhames. Contudo, são amplamente dependentes do processo de manufatura que envolve tipos de argilas, inclusões, métodos de confecção e tratamentos da superfície (SANTACREU, 2014, p. 157).

Embora a eficiência térmica seja atribuída também à condições de porosidade da estrutura do vasilhame, característica muito comum nos recipientes que fazem uso de antiplástico orgânico (BRONITSKY e HAMER, 1986; SKIBO, SCHIFFER, e REID, 1989), onde os poros deixados pela queima da inclusão permitiriam maior condutividade do calor, tal propriedade não pode ser associada ao *caraipe*, visto que sua estrutura após a cocção assume outra condição do que seu total consumo durante a queima (e que deixaria os poros na estrutura cerâmica). Isso pode ser observado nas pesquisas de Van den Bel *et al.* (1995) e nas experimentações realizadas por Alves e Trichês (2013), onde apontam para as características refratárias³⁴ das argilas misturadas com *caraipe*.

2.3.5 Resistência ao choque térmico

Após um vasilhame cerâmico ser produzido, espera-se que ele tenha uma durabilidade na execução das tarefas às quais foi destinado. Nessa perspectiva,

³⁴ Embora a pesquisa tenha sido feita com o objetivo de testar a qualidade da argila misturada com as cinzas de *caraipe* para aplicações na indústria de refratários, os resultados atingidos são exemplos interessantes das propriedades que as cinzas do *caraipe* possuem com base no teste dos materiais.

uma das características apreciadas é a sua capacidade de resistência em diferentes aspectos. Dentre as capacidades de resistência, a que se refere ao *choque térmico* compreende a aptidão do vasilhame de se manter íntegro após repetidas exposições ao calor. Obviamente é uma característica bastante desejada nos recipientes utilizados para cocção e repetidamente expostos ao fogo (SINOPOLI, 1991, p. 14; SKIBO, 2013, p. 40). A resistência ao choque térmico, assim como a eficiência térmica, também é afetada por diferentes variáveis: a porosidade, o tipo, quantidade e distribuição das inclusões minerais; a expansão térmica decorrente tanto da argila quanto dessas inclusões; e a forma do vasilhame, que inclui, ainda, a espessura da parede (RYE, 1981, p. 27; VELDE e DRUC, 1999, p. 161). Além disso, a eficiência de certos vasilhames com pasta de aditivos orgânicos pode apresentar uma performance tão boa quanto qualquer antiplástico mineral (SKIBO, SCHIFFER, e REID, 1989, pp. 132-133).

Aqui, pressupõe-se, que a resistência exercida seja pautada na possibilidade de o pote apresentar uma durabilidade dado seu constante uso. Como a atividade de cocção é praticamente diária, não é incomum que este tipo de vasilhame esteja sujeito a maiores condições de intempéries, sejam elas decorrentes do uso, ou intrínsecas aos materiais escolhidos para sua confecção. Como já mencionado, essa característica está relacionada à eficiência, expansão e condução térmica, em que todas devem permitir uma durabilidade aceitável. Sendo assim, é imprescindível um aditivo de qualidade, visto que a exposição ao calor pode ocasionar microfaturas, estas interrompidas na sua propagação quando encontrando espaços vazios deixados pelo antiplástico consumido ou sendo impedidas pela própria estrutura criada com a adição de material não plástico (RYE, 1981, pp. 33-34; VELDE e DRUC, 1999, p. 160; SKIBO, 2013, p. 40).

Embora a relação entre inclusões não plásticas e argilas seja complicada com relação ao “comportamento térmico” (RICE, 1987, p. 366), o ponto de equilíbrio nas proporções e no tipo do material empregado é, sem dúvida, um fator preponderante, já que é comum que vasilhames destinados à cocção apresentem estruturas com alto teor de inclusões não plásticas (SKIBO, 2013, p. 40). Contudo, os aditivos devem ter um coeficiente de expansão térmica reduzido, ou eles poderão ocasionar rachaduras internas diminuindo a vida útil do vasilhame (BRONITSKY e HAMER, 1986, pp. 96-97; RICE, 1987, p. 366).

Dentro dessa perspectiva, os aditivos minerais tendem a apresentar resultados melhores nas performances relacionadas à resistência (térmica, mecânica e abrasão) ou à eficiência na cocção, já que seriam considerados melhores condutores de calor (SKIBO, 2013, p. 43). Ainda que o *caraipé*, e também o *cauíxí*, apresentem uma composição baseada em sílica, assim como a areia (mineral), Machado (2005, p. 228) aponta que outros fatores, como a forma dessas inclusões, distinguem a sua performance: enquanto o *cauíxí* se comportaria mais como um isolante térmico do que condutor, e o quartzo seria um bom condutor, o *caraipé* propiciaria uma performance intermediária entre esses dois outros aditivos.

2.3.6 Resistência ao impacto

Outro fator relacionado à resistência do vasilhame e à sua durabilidade dado a mobilidade e manuseio constante condiz com a *resistência ao impacto*. Essa propriedade se distingue pela capacidade que o recipiente tem de resistir aos diferentes tipos de choques mecânicos e que resultariam na quebra do vasilhame, conseqüentemente relacionada a uma maior ou menor resistência dependendo do antiplástico presente (BRONITSKY e HAMER, 1986; VELDE e DRUC, 1999, p. 158; SKIBO, 2013, p. 41).

A despeito de que as inclusões não plásticas influenciam na resistência mecânica (BRONITSKY e HAMER, 1986), os fatores resultantes da manufatura do pote também tem importante contribuição neste quesito, como o método de confecção por roletes, por exemplo, que pode deixar “pontos fracos” na junção dos mesmos, caso a atividade não tenha sido desempenhada de acordo. Também a espessura das paredes do recipiente e as condições de queima que têm um maior apelo nessa característica de performance, já que incidem na resistência direta da dureza do vasilhame (CEREZER, 2011, p. 101).

A cerâmica que recebe inclusões orgânicas, entretanto, tende a apresentar certa resistência devido aos antiplásticos, quando os mesmos são consumidos na queima e deixam espaços vazios que podem impedir a propagação de pequenas fissuras, funcionando basicamente como amortecedores de choques físicos (SKIBO, SCHIFFER, e REID, 1989, p. 123). Do mesmo modo, quantidades moderadas de inclusões minerais também poderiam propiciar tal efeito. Quanto menor a quantidade de inclusões não plásticas, maior a capacidade de contração da matriz da argila,

consequentemente podendo prevenir quebras por impacto (BRONITSKY e HAMER, 1986; SANTACREU, 2014, pp. 161-162).

2.3.7 Resistência à abrasão

Por fim, a *resistência à abrasão* corresponderia a capacidade que o recipiente possui de resistir à perda do seu material de superfície decorrente de diferentes processos culturais ou naturais (SKIBO, 2013, p. 41). Isso reflete na vida útil e na capacidade de uso do vasilhame, diretamente influenciado pela composição da pasta, temperatura de queima e o tratamento de superfície (SKIBO, SCHIFFER, e REID, 1989, pp. 139-140). Nesse caso, aplicações e acabamentos na superfície cerâmica representariam um papel mais ativo nesse processo de resistência contra o processo intempestivo. A repetida exposição ao fogo, principalmente dos vasilhames destinados à cocção, e a erosão química (decorrente do uso do recipiente, como no caso de fermentação de bebidas) causam a perda das superfícies e, consequentemente, ocasionam uma diminuição em outras performances (SANTACREU, 2014, p. 159).

Na cerâmica onde há porosidade abundante decorrente da inclusão de material orgânico, existe a possibilidade de apresentar maior suscetibilidade aos processos abrasivos. O mesmo caso, contudo, não acontece com os aditivos minerais que tendem a demonstrar maior resistência à perda da superfície (SKIBO, SCHIFFER, e REID, 1989; SKIBO, 2013, p. 41; SANTACREU, 2014, pp. 159-160).

2.3.8 Porosidade ou permeabilidade

Essa característica também é mencionada como *eficiência de resfriamento* sendo adequada aos vasilhames destinados a armazenar, dado suas propriedades inerentes para a preservação, seja de comida ou líquidos. Esses recipientes tendem a apresentar uma permeabilidade que permitiria que a água (ou outro líquido) no interior do recipiente passe para a superfície externa do vasilhame e, consequentemente, evapore, removendo, desse modo, o calor e resfriando o conteúdo do vasilhame (SANTACREU, 2014, p. 162).

É conhecido na literatura que recipientes com muita inclusão de minerais tendem a possuir maior permeabilidade (RYE, 1981, p. 26; SKIBO, 2013, p. 40).

Essa característica, contudo, varia por questões externas, como a temperatura do ambiente. Nas áreas de clima mais quente, deve haver permeabilidade suficiente para que esse fenômeno de evaporação e resfriamento ocorra, o que, muitas vezes, é favorecido quando do uso de antiplásticos fibrosos ou orgânicos (MACHADO, 2005/2006, p. 97). De todo o modo, uma porosidade excessiva, como a que ocorre em recipientes ricos em matéria orgânica, propiciaria uma diminuição na eficiência de resfriamento, já que a porosidade e permeabilidade alta resultariam na perda do conteúdo (SANTACREU, 2014, p. 163).

2.3.9 Portabilidade ou leveza

A *portabilidade* ou *leveza* de um vasilhame diz respeito ao quão fácil é o seu transporte considerando, principalmente, uma distância que pode ser percorrida de modo pedestre. Recipientes com inclusões orgânicas tendem a ter um peso aproximadamente 30% menor do que de inclusões minerais, o que pode ser um fator preponderante na escolha dessa inclusão (SKIBO, SCHIFFER, e REID, 1989, p. 123; SKIBO, 2013, pp. 40-41).

Essa perda de peso está relacionada ao consumo do material orgânico quando queimado ao ponto de ser convertido em carbono em vez de ser consumido na queima, e pode diminuir a característica de permeabilidade do recipiente (RYE, 1981, p. 33). De outro modo, são os espaços vazios deixados pela queima, quando esta é total, que contribuem para a diminuição do peso dos recipientes (RYE, 1981, p. 27; MACHADO, 2005/2006, pp. 96-97; SKIBO, SCHIFFER, e REID, 1989, p. 133).

Questões referentes à mobilidade dos grupos e a aspectos de trocas podem implicar numa preferência pelo peso dos vasilhames. Muitas pessoas podem ter suas atividades relacionadas ao transporte desses recipientes, seja para coleta de água, ou o movimento de algum outro líquido entre as áreas domésticas e aquelas destinadas a atividades específicas. Além disso, uma fração de um conjunto material total de determinado grupo doméstico pode considerar alguns vasilhames destinados a essa função (SANTACREU, 2014, pp. 163-164).

2.3.10 Inferências e discussões sobre as características de performance do *caraipé*

Ao longo da síntese acima realizada foi possível revisitar algumas informações e considerar alguns pontos que permitiram uma discussão referente às características que compõem um quadro funcional e de performance de vasilhames cerâmicos com adição de *caraipé*. Com base no referencial já construído a partir de outras pesquisas, observa-se que as qualidades intrínsecas no uso de inclusões orgânicas, de modo geral, podem ser comparadas com outros tipos de aditivos dentro do processo produtivo da cerâmica, averiguando variação na eficácia ou até mesmo equiparação desta, ainda que as pesquisas não pudessem ter atentado para esse fato.

A abordagem conduzida através de uma sumarização de informações pautadas na perspectiva da ciência dos materiais permitiu que fossem revistos alguns conceitos a respeito do *caraipé* e consideradas outras perspectivas as quais não eram atribuídas à cortiça. A contribuição de Schiffer e Skibo para o tema, assim como a colaboração de tantos outros pesquisadores, trouxe para o campo da arqueologia subsídios com estudos etnográficos, arqueológicos e experimentais, que conceberam a base de modelos que são recorrentemente utilizados até hoje. Essa perspectiva considera que as populações antigas utilizaram da tecnologia para resolver problemas cotidianos, assim como adaptaram suas atividades e necessidades de acordo com a solução de tais problemas, resultando na materialidade do seu comportamento (SANTACREU, 2014, p. 146). O pressuposto inicial desta pesquisa dentro dessa perspectiva considerou uma abordagem semelhante para o uso do *caraipé* na produção cerâmica. Enquanto elemento tecnológico, a sua escolha pode ter partido de uma resposta a questões inerentes aos problemas que as populações enfrentaram na constituição de seus aparatos materiais. Contudo, não se considera que essa seja a única abordagem possível e fica evidente que as discussões devem ir além da perspectiva puramente tecnológica.

Entretanto, ao se revisitar a literatura e buscar algumas direções sobre o entendimento do uso de *caraipé* observa-se que a quantidade de pesquisas onde esse aditivo figurou como tema de maior atenção foi escasso. Assim, buscar uma abordagem baseada na materialidade faz com que seja levantado e revisitado diversas questões necessárias referentes ao que se produziu sobre o *caraipé* até o

momento. Uma das perguntas a ser respondida versa sobre os aspectos tecnológicos, funcionais, ou até mesmo simbólicos na produção da cerâmica com *caraipé*.

O primeiro ponto a ser levantado é uma questão puramente de conceituação. Ao trabalhar com as ações que envolvem a inclusão ou adição dos elementos não plásticos, passou-se por um longo processo de revisitação dos termos cunhados e dos conceitos assumidos, muitas vezes reprisados sem ao menos revê-los sob um aspecto mais crítico. Um ponto importante a considerar aqui é o fato das pesquisas realizadas no Brasil durante as primeiras décadas do estabelecimento da arqueologia enquanto disciplina acadêmica ser abastecida pela literatura estrangeira, ainda que para consolidar o campo de atuação. Esta realidade se mantém nos dias atuais. Não há, contudo, negatividade nisso, mas alguns equívocos podem ter sido reproduzidos simplesmente por problemas de tradução, ou porque não foram abordados na época porque não condiziam naquele momento ou não se observava problemas conceituais. A começar, deve-se frisar as diferenças observadas no próprio termo *caraipé* que, embora possa parecer pouco significativa, trata-se de um erro de grafia que foi reproduzido sem o devido criticismo (CARNEIRO, 2009). Ainda atentando às terminologias, os conceitos de tempero, antiplástico, aplástico, não plástico, entre outros, também parecem ter sido utilizados sem uma observação um pouco mais detalhada, o que tem na sua proposição da língua em que foi concebida significados que não acompanharam as traduções aqui trazidas (RICE, 1987; ARNOLD, 1989). Pode parecer pouco significativo, mas os equívocos de grafias e, principalmente, os conceituais podem ter permitido que se reproduzisse informações que não chamaram a atenção para possíveis problemas de pesquisa ou até mesmo para averiguar as abordagens utilizadas.

Um segundo ponto reside na base bibliográfica utilizada nos estudos cerâmicos dos conjuntos com *caraipé*. Não foi incomum que os referenciais bibliográficos de análise cerâmica e as abordagens da ciência de materiais utilizadas recorrentemente trouxeram informações pautadas nos correlatos estrangeiros em grande parte. As informações que foram utilizadas até pouco tempo desenham um quadro para as inclusões na produção cerâmica, em especial as de origem orgânica, com base em pesquisas realizadas com contextos distintos ao que se observa no Brasil e com aditivos de características não tão similares, embora ainda sejam de natureza similar (SKIBO, SCHIFFER, e REID, 1989). O fato de haver um

distanciamento destes estudos com a realidade dos contextos no Brasil já é um fato a ser considerado. Entretanto, é necessário frisar que não se aponta aqui que estes estudos devam ser rejeitados, pois o objeto de crítica não exige a sua validade, mas sim ressalta as particularidades que os tornam relevantes e à sua aplicabilidade em determinados contextos. A presente crítica reside no fato de que elementos de origem orgânica, como o *caraipé*, foram assumidos simplesmente pela sua origem e não foram consideradas suas características intrínsecas. As premissas observadas nos trabalhos de Skibo e Schiffer dentre outros, por exemplo, têm como base os aditivos orgânicos pautados em grama, palha ou esterco (para citar alguns exemplos) que, embora venham a compartilhar a origem vegetal com o *caraipé*, não refletem o resultado final pelo qual podem ter sido utilizados na cerâmica. O *caraipé* e também o *cauíxí* são elementos valorizados, sobretudo, pela sua composição de bio sílica. Diferente de outros elementos orgânicos, o que resulta da queima da entrecasca é um material silicoso que inclusive o difere de outros aditivos de origem orgânica³⁵.

A escassez de pesquisas de campo abordando essa temática e, principalmente, a (quase) inexistência de trabalhos de experimentação arqueológica com a cerâmica permite que esse problema ainda persista. As referências bibliográficas disponíveis na atualidade são escassas, mas vêm gradativamente mudando esse cenário. Enquanto se tem boas sínteses realizadas nos últimos anos³⁶, trabalhos de revisão conceitual e teórica são menos frequentes. Contudo, a despeito dos problemas teóricos, as referências que fazem parte da conceituação e teoria das análises cerâmicas ainda figuram nessas e em outras fontes como as mais confiáveis até o momento. Talvez, em tempo, deva-se fazer as perguntas pertinentes com o que se dispõe em mãos. Como mencionado anteriormente, um dos pontos principais que a revisão desse tema permitiu observar foi de que há uma diferença entre as demais inclusões orgânicas e o *caraipé*. E essa diferença reside nas particularidades que o fazem distinto em algumas características de performance de seus supostos correlatos orgânicos, porém não tão distante em

³⁵ Entende-se que diversos contextos com aditivos orgânicos também apontam para um enriquecimento de sílica após a mistura da pasta e a finalização do vasilhame, contudo, o mesmo não é verificado ou apontado em contextos em que Schiffer *et al.* (1989) e Skibo (2013) utilizaram como base em suas pesquisas.

³⁶ Ver o trabalho de compilação organizado por Barreto, Lima e Betancourt (2016) e a síntese revisada e ampliada por Prous (2019), como alguns exemplos.

determinadas questões. Novamente, frisa-se a necessidade de se direcionar para abordagens mais particulares, principalmente a partir da experimentação.

É importante que essa discussão possa questionar que, se o *caraipe* não pode ser generalizado aos demais aditivos orgânicos, o que faria ele, então, se diferenciarem dos demais? A resposta já foi apontada ao longo do texto em mais de uma ocasião: a bio sílica. A principal característica que faz o *caraipe* uma inclusão com qualidades para a produção cerâmica é a sua composição abundante de sílica. Essa propriedade já havia sido apontada por Linné (1932), Le Cointe (1947), Wüst (1975; 1983), Rye (1981), Van den Bel *et al.* (1995), entre outros pesquisadores. Contudo, uma abordagem tecnicista no sentido de usar de metodologias de análise físicas e químicas da composição da cerâmica ainda é pouco comum no contexto brasileiro, a exceção dos trabalhos de Costa *et al.* (2004; 2011) que, sobretudo, o foco da pesquisa não reside na caracterização do *caraipe*, mas sim na formação do solo antropogênico³⁷.

Nas esparsas referências que se dispõe, observa-se que a bio sílica é obtida adequadamente com a queima das cascas de árvore (*caraipe*), as quais ao serem peneiradas acabam eliminando grande parte dos resíduos orgânicos decorrentes dessa queima. O que sobra para uso é praticamente cinzas com abundância de sílica. O *cauíxí* também apresenta uma composição similar, porém seu processo de uso na argila e a sua estrutura são diferentes³⁸, o que, embora não seja uma distinção tão significativa, pode ter sido um fator preponderante nas escolhas entre os ceramistas (MACHADO, 2005). Ainda que a bio sílica possa encontrar um correlato na sílica abundante da crosta terrestre (quartzo e areia) no que tange à performance junto ao material cerâmico, outros fatores que implicam em todas as etapas de produção decorrentes do processamento do *caraipe* podem ter uma relação que o fazem imbuído de significados na cadeia operatória do(a) oleiro(a).

Em termos tecnológicos e de performance da cerâmica, a diferença entre a sílica biológica e a sílica mineral não seria tão grande (ao menos na sua composição) (VAN DEN BEL *et al.*, 1995, p. 50). Entretanto, outras características como a obtenção, armazenamento, origem orgânica e o índice quando misturado

³⁷ No caso a Terra Preta Indígena (TPI).

³⁸ O *cauíxí*, que é de origem animal, possui uma estrutura composta por espículas que contém a bio sílica não apresentando a necessidade de queima, apenas a trituração e adição à argila (MACHADO, 2005; VIANA *et al.*, 2011).

poderiam estar relacionados com a escolha de usar o aditivo, visto que os depósitos de argila contendo uma quantidade adequada de sílica ou a inclusão proposital da mesma pode não ter sido uma prática constante, ou ciente, nos contextos em que se fez uso do *caraipe*. A descoberta de uma alternativa para corrigir certas carências inerentes aos locais de coleta do barro foi, sobretudo, uma prática para se obter melhores resultados no ofício oleiro.

Considerando essa referência da condição da bio sílica, o aumento no teor desse elemento na composição de um vasilhame cerâmico propiciaria, entre outras características, uma boa propriedade refratária (ALVES, 2013). Isso faria do *caraipe* um aditivo adequado para vasilhames que são expostos ao fogo, principalmente aqueles destinados à cocção. Esse atributo já o difere das demais inclusões orgânicas, como aquelas descritas nos trabalhos de Skibo *et al.* (1989) ou de outros contextos da Europa e África (SANTACREU, 2014). Enquanto os vasilhames cerâmicos com aditivos orgânicos tenham sido sugeridos como de baixa durabilidade (SKIBO, SCHIFFER, e REID, 1989), no caso do *caraipe* a situação se inverte, visto que, de fato, as cinzas adicionadas ao barro são os elementos que propiciam força ao vasilhame (WÜST, 1975; 1981/1982).

Agora, se o *caraipe* apresenta boas propriedades refratárias, aumenta o nível de sílica na pasta mantendo homogeneidade e resistência, por que do seu uso ser diferenciado de outros aditivos como o quartzo e o *cauixi*? Novamente, do ponto de vista tecnofuncional, o *caraipe* apresentaria ainda outras propriedades associadas aos aditivos orgânicos: uma maior capacidade de absorção de água, o que permitiria o(a) artesão(ã) trabalhar de maneira imediata com a argila natural apenas adicionando as cinzas (VAN DEN BEL *et al.*, 1995, p. 50). Somado a isso, tem-se o aumento da manuseabilidade da pasta e uma taxa de redução menor, o que é altamente favorável para se trabalhar com vasilhames de acabamentos elaborados, como apêndices, zoomorfos, antropomorfos, asas, flanges e outros atributos comumente identificados nas cerâmicas amazônicas.

Além disso, o clima quente e úmido da floresta tropical, e o clima seco do Cerrado, apresentam-se como ambientes que exigem que o uso de uma pasta para a elaboração cerâmica tenha características que retenham mais umidade durante o trabalho, podendo ser manufaturada continuamente, permitindo ainda maiores condições para a sua secagem (quando da perda de água do vasilhame) nesses ambientes e de maneira uniforme (VAN DEN BEL *et al.*, 1995, p. 50).

Sopesando apenas as características mencionadas, a validação do *caraipé* em termos de performance já o faz um elemento que traz vantagens na produção da cerâmica. Se as outras características atribuídas aos aditivos orgânicos também sejam compartilhadas com o *caraipé*, é válido considerar que a cerâmica assim produzida permitiria recipientes que, além de deter maior qualidade refratária, também teriam uma maior resistência ao impacto e ao choque térmico (em detrimento de menor resistência à abrasão). Somado a essas características, ainda haveria de ter uma maior leveza pela sua característica estrutural, basicamente constituída de cinzas e não de elementos minerais (SKIBO et al., 1989, p. 123; SKIBO, 2013, p. 42).

Com relação a apontamentos sobre a porosidade há discrepâncias quanto a assumir esta característica como inerente ao *caraipé*. Numa perspectiva de aditivo orgânico, Skibo (2013, p. 39) traz a informação de que algumas cerâmicas queimadas à baixa temperatura, e adicionadas de material orgânico fibroso para então ser utilizadas ao fogo, mostram-se mais favoráveis à quebra. Isso se refere às cerâmicas com pasta adicionada de grama do período Arcaico Tardio no Leste dos Estados Unidos, onde as propriedades preponderantes residiam numa maior facilidade para produzir os recipientes e na portabilidade dos mesmos (SKIBO, 2013, pp. 41-42). Essa informação trazida por Skibo não pode ser transposta para o *caraipé*. O que tem sido observado na literatura e recorrentemente é apontado, que a composição estrutural dos vasilhames com *caraipé* teria maior resistência à quebra, principalmente àquelas levadas ao fogo. Essa atribuição, contudo, é referida pela característica de performance da matéria orgânica que, quando queimada, deixaria espaços vazios os quais permitiriam a absorção de pequenas fissuras internas. Levando-se em conta que o *caraipé* de fato fosse consumido totalmente na queima, a estrutura da cerâmica com espaços vazios permitiria uma melhor expansão e retração da mesma quando levada ao fogo repetidas vezes. No fim, a pasta resultante tornar-se-ia altamente porosa, capaz de suportar e absorver grande capacidade de pressão decorrente da ação do calor do fogo (MACHADO, 2005/2006, p. 92).

Entretanto, no que tange à porosidade da pasta, o *caraipé* não se compõe de uma estrutura que é consumida totalmente após a queima do vasilhame. Enquanto as cinzas são previamente queimadas e peneiradas para se obter a bio sílica antes da adição à pasta, a queima total dos aditivos orgânicos nem sempre

ocorre, visto que a estrutura silicosa permanece e funciona como um reforço à argila. A porosidade decorrente da queima de material orgânico é mais condizente com os aditivos que não são compostos de bio sílica, ou não a possuem em grande quantidade. Fosse esse o caso, os vasilhames com *caraipé* recorrentemente seriam referidos pelos espaços vazios deixados na estrutura interna do vasilhame e não pelas características fibrosas ou “lenhosas” que se observa nas seções partidas de fragmentos ou nas próprias paredes quando erodidas³⁹.

Por fim, se for considerado, ainda, a ampla disponibilidade e o processo de obtenção do *caraipé*, pode-se entender que, do ponto de vista tecnológico, a escolha deste é uma opção que permite sanar diversos problemas do ponto de vista prático (ou funcional) e propiciam um material de qualidade para os(as) ceramistas executarem seu trabalho. Ao pensar no contexto da Amazônia Central apenas, onde há uma oferta e disponibilidade considerável dessa inclusão, assim como existe uma oferta equivalente de outros aditivos (como o *cauíxí*, e também areia), as escolhas também poderiam estar associadas à priorização de determinadas propriedades (como a manuseabilidade e o processo de secagem), ainda que outras características pertinentes à eficiência do vasilhame pudessem ser relegadas a um segundo plano (MACHADO, 2005, p. 247).

Desse modo, observa-se que o *caraipé* não apenas detém características próprias que o diferem de outros aditivos orgânicos, como também dispõe de atributos que o fazem se aproximar da performance de elementos de origem minerais. Suas vantagens e desvantagens (sumarizadas no Quadro 3) atestam que a perspectiva para sua escolha necessariamente não residira em fundamentos puramente tecnológicos, já que tanto o *cauíxí* e até mesmo o quartzo, a areia e os cacos moídos de cerâmica também poderiam apresentar um resultado semelhante e, quem sabe, com menor investimento de tempo. Há, contudo, de ser considerado que, além do processo funcional que pode estar relacionado à sua escolha, há também uma perspectiva simbólica na cadeia de produção, as questões referentes à

³⁹ As inferências sobre a performance de aditivos orgânicos deveria ser alvo aprofundado em trabalhos de experimentação arqueológica, já que é possível observar que o *caraipé* tende a apresentar certas contradições na literatura (muitas vezes com referência na língua estrangeira) e no conhecimento tradicional. A experimentação poderia levantar alguns questionamentos sobre a validade das atribuições de porosidade e da estrutura silicosa oriunda do aditivo, sendo possível verificar que até mesmo as duas possibilidades sejam plausíveis, desde que tenham relação com o preparo prévio do *caraipé*.

sua coleta, processamento e posterior estocagem sejam um elemento de diferenciação, já que o mesmo não necessita compor a produção cerâmica no mesmo momento em que é processado.

Quadro 3: Sumário das características de performance e da qualidade considerando o uso do *caraipé* na produção cerâmica.

Características de performance	Performance com <i>caraipé</i>
Disponibilidade de matéria-prima	Boa/Razoável
Manuseabilidade da matéria-prima	Boa/Razoável
Facilidade de manufatura	Boa
Secagem	Boa
Redução e perda de massa	Boa
Eficiência térmica	Boa
Resistência ao choque térmico	Boa
Resistência ao impacto	Razoável
Resistência à abrasão	Razoável/Baixa
Porosidade ou permeabilidade	Baixa
Portabilidade ou leveza	Razoável
Investimento de tempo	Razoável

De todo modo, se as qualidades do *caraipé* compartilham àquelas dos aditivos orgânicos descritos por Skibo (2013), não seria incomum verificar sua inclusão recorrente na pasta de vasilhames de grande porte, destinados à armazenagem, especificamente. Embora as informações para verificar tal premissa exigissem a examinação de um grande número de contextos, há de se considerar que em alguns registros, incluindo àqueles oriundos de fontes etnohistóricas, fazem menção frequente das qualidades refratárias sobre qualquer outra, o que pode ser traduzido no melhor uso dos vasilhames ao fogo (SPRUCE, 1908; LE COINTE, 1947). A ampla aceitação, contudo, pode estar associada a outras questões que não sejam respondidas por uma perspectiva puramente funcional, já que o *caraipé* pode fazer frente a outros aditivos que o precederam, como o caso do uso de conchas moídas, assim como inclusões que foram contemporâneas a ele, como o *cauíxí*.

3 ENTRE PRÁTICAS E RELAÇÕES DA CULTURA MATERIAL E DOS GRUPOS HUMANOS: ALGUNS APORTES TEÓRICOS

Assim, durante muitos anos tive a noção da natureza social do “habitus”. [...] Ela não designa os hábitos metafísicos, a “memória” misteriosa, tema de volumosas ou curtas e famosas teses. Esses “hábitos” variam não simplesmente com os indivíduos e suas imitações, variam sobretudo com as sociedades, as educações, as conveniências e as modas, os prestígios. É preciso ver técnicas e a obra da razão prática coletiva e individual, lá onde geralmente se vê apenas a alma e suas faculdades de repetição.

Marcel Mauss, 1935 [2003], p. 404

Considera-se que o pensamento teórico se porte como um guia para os pesquisadores produzirem determinado conhecimento. A teoria concede ferramentas para explicar – assim como uma linguagem visa comunicar – e ao mesmo tempo em que ela se torna apta a falar, também restringe o modo que vai ser falado (HEGMON, 2003). A trajetória assumida na construção do conhecimento é, por vezes, permeada de escolhas por ângulos de visão que afetam os resultados dos trabalhos realizados. Algumas vezes, alguns olhares são essenciais para resolver determinados problemas e outros não alcançariam os mesmos resultados.

Durante muitos anos, a arqueologia no Brasil trouxe para o campo de atuação local abordagens desenvolvidas em contextos externos à realidade observada aqui. Modelos teóricos oriundos do histórico-culturalismo oriundo dos Estados Unidos, ou da arqueologia européia, em especial a francesa, foram os cenários que permearam as pesquisas desde meados das décadas de 1950-1960. Contudo, não é caso de direcionar uma crítica substancial a tais modelos teóricos que, dentro do seu próprio contexto, foram importantes no período de afirmação da disciplina no Brasil. Embora alguns questionamentos sejam os mesmos das décadas anteriores, os pesquisadores se propuseram a repensar o modo de responder as questões inserindo outros vieses de construção teórica para atender as dificuldades e carências e construir narrativas mais adequadas ao conhecimento produzido.

Pensar teoria na arqueologia do Brasil é pensar nos problemas apresentados nos sítios arqueológicos e, principalmente, nos contextos que se têm observado através do material recuperado nesses sítios. As hipóteses formuladas

devem nos conduzir a encarar os problemas que observamos no material de forma a traduzir essa linguagem e produzir conhecimento adequado. Mas, sobretudo, é pensar no aporte que leva a construção desse conhecimento, seja a partir das dificuldades e das diferentes respostas que a escolha teórica possa propiciar. Nesse sentido, porém, uma escolha teórica implica numa ontologia em que o pesquisador vai direcionar o seu conhecimento, e isso faz com que se tenham preocupações mais abrangentes do que uma produção de informações em si, mas soluções viáveis aos problemas propostos, mais uma vez, onde nem sempre uma abordagem responde satisfatoriamente a determinadas questões.

Considerando a proposta desta pesquisa, que se trata, primariamente, da emergência, dispersão e continuidade do *caraipé* nas diferentes comunidades em que essa prática surge nos conjuntos cerâmicos, buscou-se pensar em suportes que pudessem trabalhar essa questão sem cair em modelos histórico-culturalistas que dissociassem questões referentes aos processos de mudança e a dinâmica que as relações sociais estivessem inseridas na trajetória de longo prazo que envolveu a persistência do uso de *caraipé*. Nesse caso, considerou-se que o elemento comum em um processo de grande continuidade e ocorrendo transversalmente em diferentes culturas, o *caraipé* poderia se portar como algo inserido num espectro que transcendeu a particularidade e a prescritividade, podendo ser visto como um agente atuando nas diferentes esferas das relações humanas e possibilitando uma fuga aos modelos deterministas (DORNAN, 2002).

Partindo das reflexões teóricas para diferentes casos de estudos em que se observa a presença do *caraipé* nos conjuntos cerâmicos, propõe-se uma forma de pensar os contextos arqueológicos através de duas perspectivas preponderantes: prática e relação. Para desenvolver um pensamento a partir dessas duas temáticas, faz-se necessário, primeiramente, que se desvincule o pensamento de noções essencialistas para a cultura material, como algo definido e dado, assim como a lógica de grupos circunscritos e bem definidos diretamente relacionados a um conjunto material⁴⁰. Em segunda medida, é necessário entender que os processos também não são condições dadas, ou estabelecidas autarquicamente, e possuem

⁴⁰ Essa noção tem acompanhado o modelo teórico histórico-culturalista na arqueologia brasileira durante muitos anos, tendo sido alvo de questionamentos e debates por parte de alguns pesquisadores quanto a sua validade ou aplicação dentro de determinados contextos. Para uma discussão maior sobre o tema, ver os trabalhos de Dias (1995), Hilbert (2007), e Schaan (2007).

relações em diversas esferas que vão do social ao simbólico, e se firmam (ou são rejeitadas) durante períodos longos de tempo. E em meio a toda essa conjuntura, não se pode relegar que a cultura material tem um papel preponderante dentro dessa perspectiva, já que a materialidade pode ser inserida em abordagens que incluam agência e uma rede de relações (LATOURET, 2012), onde se afirma que “não há relações sem coisas, elas reúnem e abrem lugar para o relacionamento” (DOMANSKA, 2006, p. 183).

É quase um senso comum, atualmente, que nenhuma cultura se cria ou vive isoladamente, tampouco os indivíduos isolam-se sem manter minimamente relação com alguma coisa em determinado momento (LEVI-STRAUSS, 2013). As culturas se desenvolvem a partir de premissas internas e de relações externas que se dão não apenas com os grupos humanos, mas com o meio físico em que estão inseridas, com os objetos, as crenças, e as ideias. Pensando nessa premissa, levantam-se para a discussão perspectivas teóricas relacionadas à prática, à diacronia, ao relacionismo e a questões referentes às dicotomias dos espaços micro/macro, de agente/estrutura e do individualismo/holismo (RITZER e GINDOFF, 1994). O objetivo é criar um aporte para que se possa trabalhar as hipóteses, argumentos e críticas na perspectiva de traçar uma linha de discussões que subsidiem essa pesquisa, sem desconsiderar a transculturalidade e a trajetória das populações pretéritas a partir de sua materialidade.

3.1 PENSANDO EM PRÁTICA, HISTÓRIA DE LONGO TERMO E ARQUEOLOGIA

Ao se ponderar na discussão sobre alguns dos conceitos vigentes na disciplina arqueológica no Brasil durante muitas décadas, buscou-se rever o pensamento teórico a partir de uma premissa básica: o quanto a materialidade se relaciona de modo a influenciar a organização e as práticas dos grupos humanos e o quanto pode ser observado, nessa mesma materialidade, das práticas e das estruturas sociais e mentais desses grupos. Entre os questionamentos necessários, observa-se o quanto alguns elementos materiais muitas vezes não são perceptíveis, mas podem estar relacionados às perspectivas simbólicas que definem culturalmente os grupos e que auxiliam na construção de suas particularidades. A título de exemplo, têm-se vários elementos que são plenamente identificados de

imediatamente ao se observar um objeto, como a forma, o acabamento ou algum traço específico que o diferencia. Mas o que acontece com os elementos que também podem ser particulares, mas não são observáveis de imediato?

Elementos decorativos, atributos formais na composição de um vasilhame, forma, tamanho, cores e acabamentos, são todos elementos que transmitem de imediato mensagens e informações referentes às pessoas das quais aquele objeto foi criado (GELL, 2005). Isso não exige que outros elementos igualmente importantes relacionadas às práticas e às particularidades simbólicas daquelas pessoas não estejam impressos no objeto. As técnicas, que envolvem o modo de fazer, as escolhas da matéria-prima, objetos para a manufatura, preparação do barro, inclusões, gestos e preferências, tudo isso acompanha e faz parte de um número igualmente significativo de mensagens que não são prontamente identificadas, mas dizem a respeito das particularidades simbólicas das pessoas que produziram determinado objeto. Dessa forma, o uso do *cariapé*, pode representar tanto uma perspectiva tecnológica para produção de vasilhames cerâmicos, como um aspecto simbólico incorporado de modo a demonstrar algo que é inerente ao oleiro(a) que produz a cerâmica. Ele foi criado, elaborado, assumido inserido na prática e difundido, seja por qualquer meio que o dispersou, por diferentes comunidades e grupos culturais ao longo do tempo.

Do mesmo modo que o *cariapé* esteve presente durante grande parte da trajetória das populações ameríndias até a chegada do colonizador europeu, a sua aceitação (ou apropriação) perdurou mesmo após o contato com diferentes grupos étnicos. A cerâmica com *cariapé* apareceu nos contextos relacionados aos cativos africanos que vieram para o Brasil (SYMANSKI, 2006; SOUZA e SYMANSKI, 2009), assim como os seus descendentes que se estabeleceram em comunidades quilombolas (ASSIS VIANA, 2003; FERREIRA, 2016); atuou em contextos urbanos (SYMANSKI e GOMES, 2012), nos povoados destinados à catequização (SCARAMELLI, 2006) e teve continuidade através das populações indígenas que resistiram ao contato com europeu e nas comunidades contemporâneas (OLIVEIRA, 2015; BORGES, 2017; JÁCOME, 2017).

A verificação desse processo histórico de continuidade permite pensar na relação criada entre os diferentes grupos étnicos envolvidos e os conhecimentos tradicionais, e como o uso desse aditivo na produção de utensílios de cerâmica, primeiramente exclusivo aos ameríndios, passou a ter o seu “saber fazer” (*know-*

how) compartilhado por parte de populações distintas, mas que estiveram inseridas numa relação simétrica de poder durante o período colonial. Esse contexto não só afetou intrinsecamente na manutenção do *caraipé*, como perseverou ao longo dos anos o conhecimento como um marcador cultural presente dentro de diferentes grupos que vieram a se formar dentro da sociedade colonial.

Ao considerar essas premissas, um dos primeiros pontos que se pode verificar foi a sua recorrência em ambientes distintos, como é o caso da Amazônia e do Cerrado, a despeito da sua disponibilidade em outras regiões (sejam espécies similares ou não). A variedade em termos ambientais pode ser observada também na variedade em termos de tradições arqueológicas. Em ambos os ambientes, o *caraipé* foi aceito na produção cerâmica por diferentes grupos já que sua ocorrência é consoante a diferentes conjuntos cerâmicos, claramente diferenciados entre si. Se a aceitação se deu por termos funcionais ou simbólicos, o fato é que sua adoção apresenta frequências constantes dentro de diversos conjuntos materiais verificados, ainda que não seja sempre preponderante nas coleções. Essa recorrência também demonstra sua aceitação nos diferentes grupos que pode estar associadas às dinâmicas sociais de contato (SCHMITZ et al., 1982; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996).

Essa relacionalidade verificada para o *caraipé* comumente não é descrita ou aprofundada nas pesquisas, com poucas informações sobre a interação desses grupos e os processos que levaram à adoção, apropriação ou hibridização dos conjuntos materiais através do uso de cariapé, antes do contato com o europeu. Por isso, é interessante considerar a desconfiança à noção de culturas orgânicas ou automáticas, como exposto por Wolf (1984), e lembrar que ao observar essas culturas, deve-se fazê-lo desprovidos de essencialismos, e que ao invés de se olhar as culturas como conjuntos circunscritos, deve-se vê-las como conjuntos de conjuntos que estão em contínua desconstrução e construção, em termos de processos e conexões, e que podem envolver diversas esferas de atuação (WOLF, 1984, p. 396).

A partir desse ponto, compreende-se que os grupos ameríndios que estariam fazendo uso do cariapé passaram por seus próprios processos históricos e, em determinado momento, eles teriam entrado em contato uns com os outros, respondendo de maneira diferenciada a essa interação. Nesse momento, a materialidade produzida pelos diferentes grupos pode ter sido afetada no sentido de

trocas ou apropriações, além de, poder representar um produto da própria invenção local. Essa perspectiva, de acordo com Heckenberger (2001, p. 23), sugere a possibilidade de se rever aspectos em que a arqueologia tem de conceber analiticamente as “coisas-através-do-tempo”, ou a “cultura-através-do-tempo”, dependendo, em última instância, de questões acerca da visibilidade – o quê, sobre o passado, podemos concretamente visualizar no presente (nesse caso, nos contextos materiais).

Uma longa escala temporal permite observar uma gama maior de dados e uma possibilidade mais ampla de se ter acesso a informações antes improváveis. Sistematizar essas informações e traçar uma perspectiva dessa longa duração temporal permite que se aborde a dinâmica que estaria atuando nesses grupos. O cariapé, aqui tido como um elo comum passa a figurar como elemento de representatividade para essa abordagem, pois ele está presente transversalmente numa grande faixa temporal e espacial. E de um modo mais abrangente, essa faixa temporal também busca, e foca, atingir processos históricos de maior dinamismo e complexidade, como a emergência de determinadas culturas arqueológicas, migrações de grupos linguísticos, além do advento do colonialismo europeu.

Essa perspectiva oriunda de uma história de *longue durée* (BRAUDEL, 1965) tem sido discutida na arqueologia há algum tempo (HODDER, 1987), e tem conduzido para algumas perspectivas que mudaram o foco de entendimento das trajetórias das populações indígenas para uma concepção que direciona para a continuidade histórica frente aos diferentes eventos que se deram no decorrer do tempo (CORRÊA, 2013; NEVES 2015; SOUZA, 2017). A preocupação não reside em fazer periodizações que causem divisões e analisem os contextos como blocos distintos, como se as rupturas fossem eventos magnânicos de fim e recomeço, quase que negando a continuidade e os processos decorrentes dessas mudanças. Mais do que isso, há ainda certa exclusão e invisibilidade das populações indígenas, principalmente nos contextos relacionados ao colonialismo (SOUZA, 2017).

Assim, para se chegar a uma perspectiva próxima, faz-se necessário buscar interpretações de uma abordagem teórica que possa compreender as ações das pessoas e as representações de modo gerativo e que levam a mudanças. Dentro desse viés, são as mudanças a longo termo e como os indivíduos se reorganizam dentro desses contextos e expressam na prática suas perspectivas e visões de mundo que interessa compreender (PAUKETAT, 2001). É através de um estudo a

partir dos artefatos, sejam eles decorrentes de encontros coloniais (ou de outra natureza), ou através da trajetória desses artefatos que vieram a se constituir a partir de laços com práticas culturais e sociais próprias (SOUZA, 2017, p. 146).

Nesse sentido, entende-se que as “práticas são os processos, não apenas consequências de processos” (PAUKETAT, 2001, p. 74). Essa premissa demonstra que a relação das ações dos indivíduos está estritamente relacionada com a perspectiva do processo histórico e, conseqüentemente, tem a falar sobre as relações das mudanças e do cotidiano dos indivíduos. Nesse ponto, Heckenberger (2001, p. 56) expressou que os esquemas culturais (estruturas) se tornam incorporados e objetivados através da prática social, fazendo com que o passado seja sedimentado ou inscrito nos objetos, na memória, no pensamento simbólico etc., conforme é visto na elaboração da teoria da prática de Bourdieu (1977, pp. 87-95). Ao invés de dicotomizar práticas e processos dentro de uma perspectiva dissociada, passa-se a entendê-las dentro de uma escala de relações, onde uma influencia a outra, e observa-se o nível de mudanças e outras perspectivas ao se direcionar para a cultura material.

Como essa pesquisa se propõe a observar em diferentes escalas, fica necessário estabelecer como seria possível a relação entre essas práticas cotidianas e os processos que de fato ocorrem a nível comunitário ou até mesmo regional. Para tal, é importante ter claro que existe nessa perspectiva uma oposição entre tradições e as prescritividades culturais e de olhar a cultura como uma entidade dinâmica. Diferente da proposta da arqueologia histórico-culturalista, com conjuntos normativos e circunscritos, busca-se um entendimento de como os grupos se formaram e se representaram, ou ainda, como eles foram associados pelos arqueólogos. Enquanto os conceitos de “tradição arqueológica” privam de certa forma um dinamismo cultural, volta-se novamente para a perspectiva de práticas, considerando que as mesmas envolvem negociações. Imerso nesse viés, Pauketat (2001, p. 79) observa que

A negociação é uma forma de recriar tradições. Estas, por sua vez, podem ser entendidas como um processo de “vir a ser”, existindo como “entidades reais” somente através da prática que elas passam a ser entendida por nós em outros conceitos como, colaboração, crioulização, dominação, hierarquização, revitalização, sincretismo, transculturação, entre outros⁴¹.

Todos esses conceitos passam pelas relações estabelecidas entre os grupos, indo de um nível ao outro, assim como de uma escala a outra, onde a agência humana, história social e as tradições existem simultaneamente nas escalas micro e macro (PAUKETAT, 2001).

Essa relacionalidade de escalas é importante quando se olha para os contextos e procura-se entender a relação dos processos históricos em um longo termo. Enquanto a microescala busca lidar com as especificidades de como os indivíduos estavam se relacionando ou desenvolvendo suas práticas no cotidiano, a macro escala expõe questões mais abrangentes e através de períodos longos para verificar como essas práticas estavam sendo entendidas ou reproduzidas numa perspectiva holística.

De acordo com Ritzer e Gindoff (1994, p. 14), o relacionismo aponta para a ligação entre estas e outras dicotomias. Essa perspectiva condiciona que as explicações do mundo social devem envolver as relações entre indivíduos e sociedade. Em ambos os casos, nenhuma das escalas é depreciada e os conceitos podem incluir a relação entre eles. Esse entendimento do fenômeno social envolve conceitos relacionais empregados quando o objetivo final é a explicação de determinado contexto. Em suma, o foco desses relacionismos reside nas conexões entre os indivíduos e a totalidade (RITZER e GINDOFF, 1994, p. 15).

Nessa perspectiva é possível uma abordagem para ambas as escalas de espaço (micro/macro) e uma observação diacrônica para a emergência e dispersão do cariapé, onde as duas perspectivas poderão ser trabalhadas de modo a contribuir no entendimento das práticas e dos processos históricos. Essas observações devem considerar a dinâmica que incide sobre os grupos (ou sobre a cultura material) enquanto a prática reproduzida por eles. Assim, os olhares para a cerâmica com cariapé não devem ser feitos com pressupostos restritivos, onde os construtos analíticos de classificação usualmente utilizados para a cultura material acabam “congelando” num determinado período o poder comunicativo que os objetos

⁴¹ Tradução própria.

possuem, e a ênfase no que de fato é relevante e pode ser facilmente associado às questões que se busca em uma pesquisa (DEAGAN, 2013, p. 269).

Quando se traz essa conjuntura para o foco, observa-se que a noção de colonialismo, vista numa perspectiva de macro escala, envolve relações de poder que são assimétricas, e só é possível captar o modo como essas relações de poder exercem na sociedade quando se volta à observação da escala macro para uma perspectiva em escala micro. É através dessa perspectiva oriunda da análise e interpretação de contextos regionais – “micro” – que se pode traçar uma relação em que as observações lançam inferências para processos relacionados ao “macro” (DEAGAN, 2013, p. 262).

Em consonância com essa perspectiva, e do ponto de vista da prática, Pauketat (2001, p. 87) discorre que “a relação de mudança em ambas às escalas (micro e macro) está pautada na ação das pessoas ou suas representações das disposições nos contextos sociais em que estão inseridos”. Continuando a proposição, essa ideia de prática se atenta aos momentos em que os indivíduos exercem a criatividade, inseridos no tempo e espaço onde a mudança, de fato, está acontecendo. Esse processo, então, não assume essencialismos, mas concentra-se nas ações em microescala e suas representações. Por fim, nos contextos “micro” onde ocorrem essas práticas, os mesmos processos podem existir também na escala macro (PAUKETAT, 2001, p. 87).

A partir dessa noção de escala, tem-se um quadro teórico para repensar as questões que envolvam os rearranjos sociais, outro ponto de interesse ao se estudar contextos dessa envergadura. Voltando à perspectiva do cariapé, enquanto se tem uma larga escala temporal, desde o período do Holoceno médio até a contemporaneidade, são as dinâmicas nas relações evocadas em eventos ao longo do processo histórico que inseriram as interações que permitiram uma dispersão e adoção em larga escala. Essa abordagem considera desde o contato com outros grupos étnicos em níveis internos (entre a população indígena que antecedeu a chegada do europeu), quanto externos (no caso do contato com africanos e europeus no advento do colonialismo), assim como outras relações oriundas do que se pode chamar de hibridização dessas culturas.

Os rearranjos, principalmente dos grupos marginalizados ou subordinados da sociedade colonial, que têm sua estrutura cultural sumariamente suprimida até determinado ponto, são um fator preponderante a ser considerado. Observa-se que

grupos distintos dentro de um sistema social exigiriam novas estratégias para manutenção da identidade ou uma relação de resignificação dos elementos culturais para manutenção dessa identidade. A expressão na cultura material é um ponto incisivo para esse entendimento, pois é principalmente nos novos arranjos sociais que se considera que os sujeitos possuem potencial de se relacionar e estão incorporados em uma matriz de relações com outros – pessoas, coisas, lugares – (STRATHERN, 2014, p. 239), que se desenvolveram em uma trama mais complexa que a simples relação exploratória do colonialismo.

Esses rearranjos estão pautados na perspectiva de que os grupos sociais, enquanto vistos do presente, são categorias criadas a partir da cultura material, e podem parecer evidentes e determinantes. Contudo, Wagner (2010, p. 244) salienta que existem outras formas de se agrupar as pessoas. Essas outras formas podem ser expressas no agrupamento de residências, na cooperação, no envolvimento econômico, na genealogia ou na política entre os pares. Esses dispositivos criam grupos que os próprios sujeitos podem não ter consciência. Mas existem determinados pontos que conectam estes sujeitos, e são esses pontos expressos pela agência de determinados elementos que traçam um denominador comum do que se torna significativo dentro do contexto em que estão inseridos e também de como essas relações expressam valores intrínsecos aos indivíduos, e refletem as relações de poder que se exercem em determinados contextos, períodos, ou sistemas econômicos.

Assim, mantem-se os limites fluídos para não criar circunscrições determinantes da cultura material, mas abre-se espaço para entender a prática expressa no material cerâmico como uma forma em que se estabelecem as relações com outros grupos ou etnias. Latour (2012) aponta que a cultura material, nesse caso os objetos, está relacionada com as ações das pessoas e das atividades que elas desempenharam. Eles tornam-se agentes por conta das atividades que produzem e participam diretamente das ações com os indivíduos, que intermediam essas ações e o seu resultado. Chega-se, assim, a uma perspectiva em que o cariapé passa a ser entendido como uma forma de ligação entre os grupos ou entre os indivíduos, e marca, além de características herdadas, uma nova apropriação da cultura material, e a continuidade do saber fazer da cerâmica, transmitida nas gerações que se seguem.

3.1.1 Cadeias operatórias, transmissão e processos tecnológicos

Dentro do que se tem observado até então, é preciso encontrar um mecanismo para que se possa observar essas relações ou como essas práticas se desenvolvem. Pelo fato de se estar trabalhando com cultura material, reside nos aspectos tecnológicos e de conhecimento reproduzido que mais se refletem as práticas cotidianas da produção cerâmica.

Quando se fala nessa produção de objetos e na respectiva tecnologia, uma das abordagens comumente utilizadas na arqueologia para entender sobre os processos tecnológicos envolve o conceito de cadeia operatória. A proposta de cadeia operatória, ou sequência de operações, é uma abordagem que vem sendo amplamente discutida na arqueologia ao longo da segunda metade do século XX até a atualidade. Nascida na teorização de Marcel Mauss (MAUSS, 2003) sobre as “técnicas do corpo” e posteriormente desenvolvida por Leroi-Gourhan (LEROI-GOURHAN, 1984) e a escola francesa de arqueologia, busca a compreensão do processo produtivo dos objetos a partir da análise de cada etapa que envolve a produção do mesmo (RODET et al., 2013). Esse aporte teórico, além de ser amplamente discutido desde a década de 1960, só foi adotado em maior proporção na arqueologia após os anos de 1980 e 1990 onde, através dos estudos de antropologia das técnicas e da etnoarqueologia, ganhou um impulso considerável (ROUX, 2017, p. 102). A ampliação desse conceito passou a ponderar, também, que a natureza desses processos técnicos envolve relações de cunho social, histórico e até ecológico, que não apenas estabelecem padrões sócio-históricos da atuação dos artesãos, como também determinam como os indivíduos moldam e dão significado para o seu ofício (GOSSELAIN, 2018).

Todo esse processo de transformação da matéria em objeto passa por uma sequência de operações que tende a adquirir uma série de significados dentro de cada etapa, o que leva a acumular múltiplas informações relacionadas aos indivíduos e aos grupos dos quais esses objetos são partilhados (GOSSELAIN, 2000, p. 189). Desse modo, a aprendizagem do processo se dá através da observação e da tutela de um membro do grupo que detém o conhecimento, o qual irá guiar e partilhar junto com os aprendizes todas as atividades que envolvem um determinado modelo e um objetivo para o produto final. É nessa tutela onde a prática se faz com a transmissão do conhecimento e, conseqüentemente, a transmissão

cultural, onde as habilidades necessárias para tal finalidade serão incorporadas pelos novos artífices (ROUX, 2017, p. 103).

De modo mais geral, as escolhas tecnológicas decorrem como um resultado de um processo de aprendizado, onde os ceramistas tendem a trabalhar e transformar a matéria a partir do que lhes foi ensinado. Esses comportamentos técnicos são ressignificados e incorporados nos modos de tradições intimamente ligados a alguns aspectos da identidade social e que definem determinados estilos (GOSSELAIN, 1998, p. 91).

Observar a cadeia operatória torna-se importante porque ela irá indicar os diferentes modos de se produzir a cerâmica. Cada grupo vai obedecer a uma série de sequências que são comuns a todos os oleiros(as), indiferente dos seus antecedentes culturais, as quais referem-se às etapas basilares na fabricação de um utensílio cerâmico. Contudo, dentro dessa perspectiva de cadeia de produção, são as especificidades que podem ser observadas nas variações e que dizem respeito às respostas particulares relacionadas a diferentes aspectos que envolvem feições ecológicas, geográficas, simbólicas e culturais, e que dizem respeito ao modo de fazer de cada grupo ou comunidade (GOSSELAIN, 1999; 2000; 2018; ROUX, 2017).

Ao pensar em termos de coletivização desse conhecimento, a transmissão pode se dar a partir dos vínculos entre os indivíduos, assim como uma rede de relações que se estende para além de um grupo doméstico, clã, facção, linhagem, comunidade, grupo étnico, grupo linguístico, ou até mesmo gênero. Essa transmissão de conhecimento, assim como sua manutenção ou transformação diante determinados eventos, demarca o que pode ser considerado os limites de uma determinada técnica, conhecimento ou tradição pautada no “saber fazer” da cerâmica (ROUX, 2017, pp. 102-103).

Os comportamentos decorrentes dessas práticas podem se constituir em sistemas culturais em que as escolhas realizadas por agentes/atores, como matérias-primas, ferramentas, modos de manufatura, entre outros, não são decisões assumidas meramente por influências do mundo natural, mas elas envolvem aspectos relacionados ao simbólico, religioso, econômico e até mesmo político (GOSSELAIN, 1998, p. 78).

Essas escolhas realizadas no campo tecnológico envolvem uma característica dinâmica que estão relacionadas com as esferas sociais ou culturais, além da tecnologia em si. Do mesmo modo que se salientou que as culturas não

devem ser observadas em isolamento (WOLF, 1984), mas sim num espaço de constantes mediações, mudanças e dinamismo, é também um espaço de domínio da materialidade e as relações que ela estabelece. O mesmo pode ser válido para as técnicas, que também não devem ser vistas como instituições estáticas, mas sim como elementos de transformação nas relações sociais de produção e entre as representações coletivas (VAN DER LEEUW, 1993, p. 240). As tradições ceramistas não constituem, necessariamente, sistemas coerentes e imutáveis (GOSSELAIN, 1999, p. 221). As culturas estão sempre em movimento, e diversos elementos “entram e saem” do que era previamente estabelecido. A aplicação de conceituações circunscritas e essencializadas reduzem a uma ideia de conjuntos bem definidos e cristalizados, que não dão conta de expressar toda a dinâmica de relações que os contextos podem apresentar (SOUZA, 2008). Não seria incomum que uma técnica fosse emprestada de um grupo vizinho e brevemente modificada para encontrar espaço na prerrogativa simbólica local (GOSSELAIN, 1999, p. 221).

Enquanto a tendência de um peso ecológico possa parecer, numa primeira vista, como algo determinante, pois lida com questões práticas como disponibilidade de recursos e insumos com objetivo de melhor aproveitamento técnico, o que concerne ao domínio simbólico também pode ser tão determinante quanto aos aspectos econômicos da produção cerâmica (GOSSELAIN, 1998). Além disso, van der Leeuw (1993, p. 241) postula que o que mais restringe na produção oleira não é a limitação aos recursos naturais, mas sim os aspectos culturais dos mesmos. Se levar em consideração essa premissa, o *caraipé* nunca teria se evadido do contexto amazônico, já que as espécies nativas e intrinsecamente associadas ao seu uso estão relegadas a este bioma⁴². Ainda defendendo essa premissa, o papel principal em realizar toda a concepção e a própria produção cerâmica reside no conhecimento do(a) ceramista, que é quem detém a técnica e decide quando e qual abordagem deve ser utilizada, assim como é quem realiza as escolhas que reside sobre o ambiente e as matérias-primas necessárias para a produção cerâmica (VAN DER LEEUW, 1993, p. 241).

Seguindo essa premissa, é possível observar como esses aspectos são influenciáveis em termos gerais por fatores que não exclusivamente naturais.

⁴² As espécies com maior associação com *caraipé* compartilham o mesmo nome popular e algumas variações, como *caraipé vermelho*, *caraipé-das-águas* ou *caraiperana*.

Murccilo e Wüst (1981/1982) já trouxeram um exemplo de como essa escolha por parte do ceramista que demonstra que opção pelo *caraipé* foi substituído por outra árvore dado a ausência da espécie tradicional. A escolha consciente realizada por parte da ceramista não deixou que o ambiente a limitasse na tarefa que se propôs executar, evidentemente estando ciente de que o insumo utilizado não era o idealizado, mas supriria o que ela pretendia fazer.

Do mesmo modo, observa-se uma série de restrições e tabus que são seguidos durante a produção cerâmica. Os mesmos acompanham o caráter simbólico da produção e são, minimamente, restritivos em termos práticos, como o caso dos períodos de coleta da argila, *caraipé* e a queima dos vasilhames entre as ceramistas da comunidade do Maruanum (COIROLO, 1991), ou da própria ressalva a coleta do *caraipé*, que deve ser realizado por determinados agentes ou sob determinadas circunstâncias (ROSTAIN, 2016).

Retomando o conceito de cadeia operatória, toda essa construção teórica sobre os aspectos inerentes da sequência que envolve a produção até o resultado desejado, os autores têm atribuído uma série de etapas (ou fases) que dizem respeito ao processo de manufatura da cerâmica (GOSSELAIN, 1998; 1999; 2018; ROSTAIN, 2016; ROUX, 2017). Esse processo pode variar conforme a complexificação de cada pesquisa, podendo abranger de oito (GOSSELAIN, 2018) até treze etapas (ROSTAIN, 2016). Algumas dessas etapas (ou fases de produção) correspondem a operações mandatórias que não podem ser subtraídas do processo de produção de um vasilhame cerâmico, caso contrário não se obtém o resultado postulado. Do mesmo modo, há algumas etapas da produção que não são de cunho estratégico, e sua presença não condiciona o resultado final, porém, aplicam-se na necessidade da realização de um produto específico, ou seja, que atenda às necessidades específicas de um determinado grupo ou indivíduo.

Cada etapa da cadeia operatória pode ser subdividida em outras etapas menores, consideradas como operações e sequências (Figura 14). As *operações* correspondem a uma ação isolada ou uma sequência de ações, e a *sequência*, um conjunto organizado de operações (GOSSELAIN, 2018).

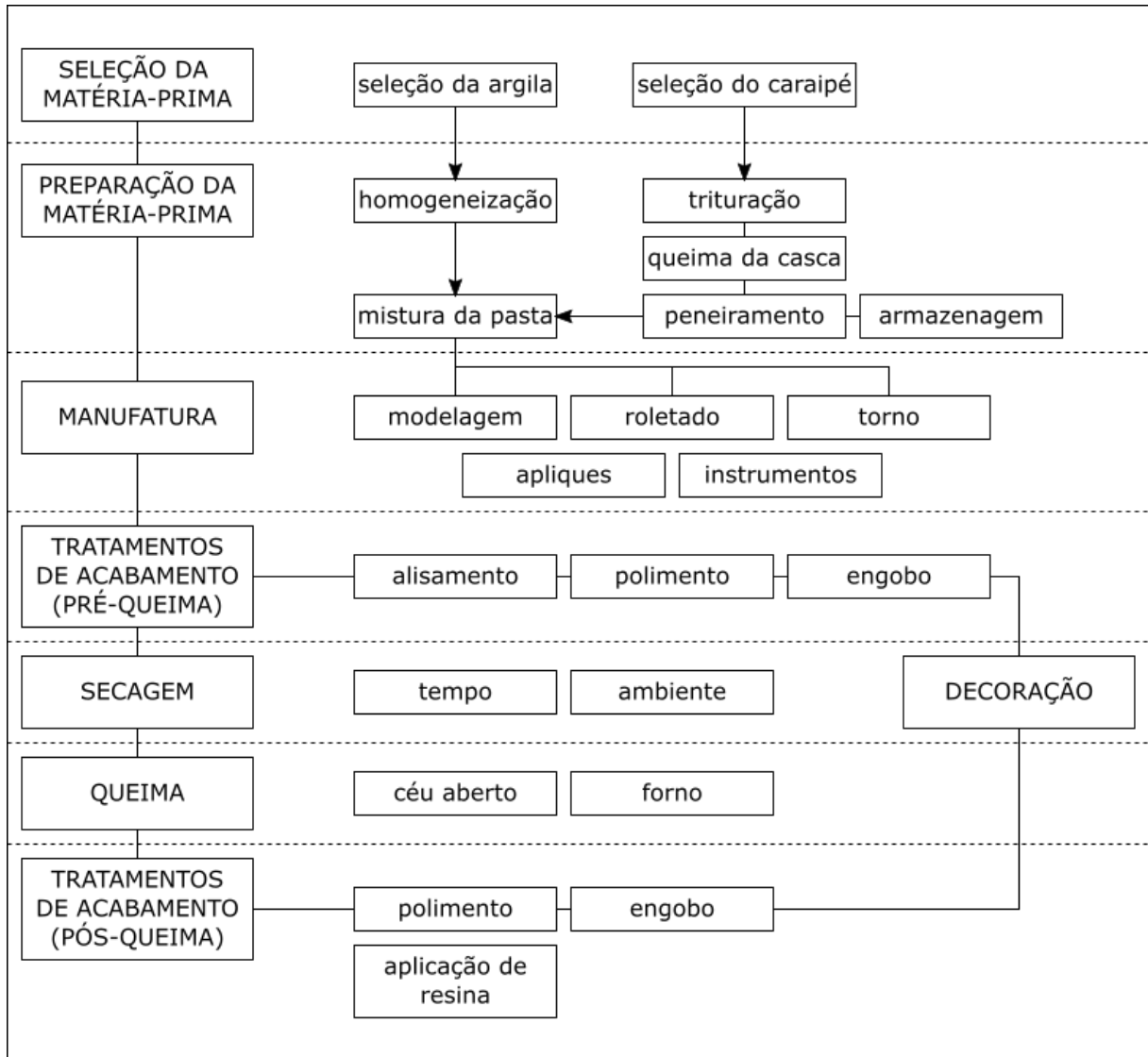


Figura 14: Modelo de cadeia operatória para produção cerâmica com *caraipe* a partir das etapas propostas por Gosselain (1998; 2018).

Para ilustrar essa questão na produção de cerâmica com *caraipe*, observa-se, de um modo geral, que a fase correspondente ao processamento do barro inclui outras sequências que envolvem secagem, preparação, manipulação, remoção de impurezas antes da inclusão do *caraipe*, que, conseqüentemente, envolve outras operações. A preparação do *caraipe*, então, envolve a seleção, remoção das cascas, queima, trituração, peneiramento e armazenagem, que são ações decorrentes da operação de preparo do antiplástico e que constitui a sequência de “temperar” a cerâmica, dentro da fase correspondente na cadeia operatória. Do mesmo modo, se for pensar na produção de cerâmica com outras inclusões de pasta, é possível, então, compreender questões que estão relacionadas às

possibilidades de escolha entre diferentes opções que são igualmente viáveis (GOSSELAIN, 1992, p. 560), como é o caso de antiplásticos que permitem performances similares. Além disso, ao observar os processos de manufatura numa escala microrregional, as mesmas revelam variações possíveis que somente poderiam ser explicadas em termos culturais (GOSSELAIN, 1992, p. 561). Uma cadeia operatória não atuaria independentemente da sociedade que a produz, do mesmo modo que ela não pudesse ser explicada em termos ambientais e funcionais restritivos, mas entendida como uma contribuição original à solução de um problema (GOSSELAIN, 1992, p. 580).

Um bom exemplo para ilustrar essa questão entre escolhas reside na própria relação do *caraipé* com outros aditivos na cerâmica. Como foi mencionado em capítulo anterior, o *caraipé* é, sobretudo, um elemento de inclusão exclusivamente antrópico. O seu processo de uso se dá através de uma sequência de operações que correspondem à preparação do barro para a fabricação de um vasilhame. Na Figura 15, observa-se o processo de preparo do *caraipé* por parte de uma artesã Tukúna (imagens b, c, d, e), que envolvem a coleta, queima, trituração, peneiramento e, por último, a mistura com a argila.



Figura 15: Exemplo de cadeia operatória da produção cerâmica com *caraipé*, realizado pela oleira Feliciano Tenazor, indígena da etnia Tukúna, da aldeia Belém, no rio Solimões. Fotos de Jussara Gruber (LIMA, 1986, pp. 179-186).

Um procedimento similar pode ser visto na Figura 16, realizado pelos ceramistas Palikur, da Guiana Francesa. Em ambos os casos, a obtenção de um pó que vai ser misturado à argila é referido recorrentemente pelos ceramistas como algo destinado a dar resistência ao vasilhame (SPRUCE, 1908; ROSTAIN, 2016). Mais do que isso, os ceramistas tendem a utilizar os diferentes elementos aditivos de modo a controlar a plasticidade do barro, que ao ser empregado na sua forma pura, normalmente tende a deteriorar as peças durante a secagem e posterior queima. Do mesmo modo que o *caraipé* é utilizado para esse fim, outros elementos também são verificados como atuantes na mesma perspectiva, como o *cauixí*, cacos de cerâmica (incluindo tijolos e telhas) triturados, quartzo, conchas, calcário etc., todos com o objetivo de diminuir a plasticidade e gerar resistência ao vasilhame evitando assim fraturas (LIMA, 1986, p. 175). Em termos de disponibilidade ambiental e para fins tecnológicos, os diferentes tipos de adições tendem a executar o mesmo objetivo para o(a) ceramista: conter a plasticidade e propiciar resistência ao vasilhame. Desse modo, pensando na perspectiva puramente adaptativa, qualquer um deles serviria na produção cerâmica. Mais do que isso, poderia ser utilizado aquele que representasse o melhor benefício com o menor custo em termos de força de trabalho.

Se fosse assumido dessa forma, numa perspectiva puramente ecológica, o *caraipé* não seria uma escolha tão habitual, já que o seu processamento depende de etapas adicionais de trabalho. Sendo mais específico, se a ponderação for apenas entre *cauixí* e *caraipé*, ambos os aditivos são caracterizados como fontes de bio sílica, um de origem animal e outro vegetal, com ampla disponibilidade no ambiente. O *cauixí*, entretanto, acaba sendo utilizado de duas formas distintas: a primeira incide na recolonização de um mesmo esqueleto estrutural e na forma “bolas de espinhos”, tende a necessitar de uma secagem e trituração para adicionar à cerâmica. Já a segunda forma, incide na fragilidade e deposição das espículas silicosas na argila contida no fundo de lagoas, o que incide na coleta juntamente com o barro, não sendo vista como uma adição antrópica (VIANA et al., 2011, pp. 39-40). Em ambos os casos, o *cauixí* pode ser entendido em processos distintos, um intencional e outro não. Já o *caraipé*, sem o seu processamento, não há como ser utilizado, devido a própria característica das cascas de árvores, não compatíveis para misturar diretamente com a argila.



Figura 16: Preparação da pasta a partir da mistura da argila com o *kwep* (*caraipé*). As imagens B-D mostram a preparação do *kwep* (*caraipé*); e as imagens E-F a mistura com a argila (ROSTAIN, 2016, p. 104).

Os estudos que se debruçam em examinar as questões referentes aos procedimentos de busca e processamento das matérias-primas para a produção cerâmica normalmente não adentram em maiores especificações sobre o que envolveria na coleta desses materiais. No caso do *caraipe*, as descrições são sempre suscintas, indicando apenas o procedimento de um ponto de vista mais geral, omitindo períodos, agentes e questões simbólicas na maioria dos casos. Ainda assim, observa-se o uso de diferentes materiais e procedimentos de preparação da pasta entre ceramistas que estariam no mesmo ambiente e com acesso aos mesmos recursos, porém recorrendo a respostas diferentes para objetivos similares na sua produção cerâmica (GOSSELAIN, 1998, p. 100).

3.1.2 Considerando os processos e as continuidades

É importante ressaltar que a construção de conhecimento na arqueologia se deve pelos exaustivos processos de sistematização da cultura material em classificações, como as definições de Tradições e Fases no Brasil realizado pelo PRONAPA. Esta perspectiva enquanto método de organizar, classificar e circunscrever os grupos artefatuais, incluindo as culturas e grupos humanos, representou não apenas uma forma de visualizar os dados dispersos geograficamente e temporalmente como também uma forma de nomear e tornar tangível algo que não estava em evidência. A busca pelos padrões culturais, comparáveis e organizados taxonomicamente eram uma necessidade no início do século XX (MCKERN, 1939) e foram refinados nas décadas que se seguiram mantendo a premissa de que suas formulações deveria ter um conteúdo (material) formal, distribuição em determinado espaço geográfico e uma duração temporal determinada (WILLEY e PHILLIPS, 1958, p. 17).

Atualmente, a disciplina arqueológica não se resume apenas aos trabalhos de classificação e de busca por regularidades históricas que possam ser comparáveis entre diferentes contextos. Um dos fatores que mais se discutiu após a essa fase classificatória foi de entender os processos, as práticas, as relações e as trajetórias dos diferentes grupos humanos que os conduziram até determinado momento ou que os levaram a se constituir enquanto identidades, sociedades, etnias, entre outros. Os processos classificatórios, contudo, não deixaram de ter a

sua importância no seu contexto específico, já que muito das definições que postularam não conseguiu se desvincular das pesquisas arqueológicas⁴³.

Entre os diferentes problemas dessas perspectivas classificatórias, conforme com Deagan (2013, p. 269), reside no fato de os construtos analíticos de classificação usualmente utilizados para a cultura material acabam “congelando” os objetos num determinado período, assim como o poder comunicativo que esses objetos possuem, de modo que geram um movimento oposto ao que se propõem, por exemplo, nos estudos de hibridismo. Desse modo, quando se busca pesquisar mudança cultural, e também os fenômenos de hibridização, pode-se requerer uma flexibilidade ou adaptação dos métodos classificatórios, com ênfase no que de fato é relevante e pode ser facilmente associado às questões que se busca nas pesquisas. Nesse momento, aponta-se a importância de determinados atores, não necessariamente humanos, sem embargo à representatividade que outros aportes distintivos à cultura material proporcionam, porém reforçando a perspectiva de interpretar elementos “pouco visíveis” (DEAGAN, 2013).

Em vista disso, torna-se possível observar processos em suas formas internas quando se buscam os elementos que as constituem através dos fenômenos de troca cultural, afetados pela imigração, comércio, alianças e casamentos; todos distanciados da perspectiva assimétrica de poder que é inerente a contextos como os de colonização (DEAGAN, 2013, p. 263). O significado desse processo na cultura material se expõe nos contextos sociais de produção e uso, do mesmo modo que eles são observados nos contextos arqueológicos *in loco* (DEAGAN, 2013, p. 264).

Já em outro momento, a temporalidade abordada sob a ótica de um longo processo (diacronia) traça um perfil para uma contextualização das discussões a partir de estudos que consideram as dinâmicas culturais que carregam determinado acúmulo informacional. Estudos com tal envergadura visam um recorte temporal mais amplo para entender determinados processos que não podem ser observados em faixas temporais reduzidas, tampouco em contexto limitados. Além disso, o desenvolvimento de apreciações mais incisivas, e nesse caso retoma-se o exemplo do cariapé, já que a investigação do seu uso na cerâmica arqueológica visa obter

⁴³ As definições de tradições e fases na arqueologia brasileira, por exemplo, tem sido utilizadas como os meios mais adequados de organização dos dados oriundos de contextos complexos, como o caso da Amazônia e, apesar de muito criticados ao longo das últimas décadas, continuam sendo referência na elaboração de quadros de maior amplitude.

respostas que lidem para além das características puramente materiais dos vasilhames. A tecnologia não é vista como uma casualidade ambiental ou como uma adaptação fenotípica, mas é imbuída de significados e perspectivas que envolvem escolhas e projeções de uma estrutura cultural reproduzida na prática continuamente (PAUKETAT, 2001; SILVA, 2002; MACHADO, 2005-2006). Finalmente, uma abordagem teórica incluindo discussões que vão além da materialidade e da objetividade, levam a um pensamento de relacionalidade (e da maneira como essas relações se estabelecem) com ligações entre atores, objetos e poderes, que constituem uma malha de significados com base numa estrutura prévia herdada. Assim, observa-se que o uso do cariapé está distintivamente ligado a um processo histórico e que permeia as relações entre diferentes grupos, culturas materiais, tecnologias, significados e etnicidades.

Estudos envolvendo esse nível de resolução exigem lidar com diferentes problemas que envolvem fenômenos de contato, hibridização, dominação e conflito. Esses eventos não se resumem ao processo de colonização europeia, e podem estar atrelados a uma série de outras perspectivas passíveis de serem identificadas no registro arqueológico. O conflito, por exemplo, pode ser observado através da presença de estruturas defensivas evidenciadas em contextos de reocupação e diversidade de conjuntos materiais, sugerindo que os grupos, em algum momento, passaram por períodos que envolveram a tensão, iminência e o próprio conflito em si (MORAES e NEVES, 2012; NEVES et al., 2014; NEVES et al., 2019).

Talvez seja recorrentemente lembrado o período de chegada do colonizador europeu como o evento de maior impacto numa história indígena profunda, principalmente em decorrência da disponibilização das fontes para a pesquisa. Essa gama de dados bibliográficos não é acompanhada com a disposição dos dados arqueológicos, que tendem a esquecer dos povos indígenas frente às dinâmicas da colonização, dando maior atenção a outras esferas da população e de interação (SOUZA, 2017). Desconstruir essa perspectiva de invisibilização da população indígena e reinterpretar os contextos arqueológicos e históricos deve recorrer a abordar questões que indiquem os impactos produzidos pela colonização, as trocas culturais e transformações, as relações de trabalho e o próprio sentido de ontologias nativas (SOUZA, 2017, pp.148-150).

Assim, os estudos sob essa ótica buscam suprir questões que foram excluídas, mesmo que sem intencionalidade, das abordagens e pesquisas

arqueológicas, atentando para os diferentes nuances que podem ser observados no registro arqueológico e demonstrando que os processos não ocorrem simplesmente pela incorporação ou mistura de traços refletidos na cultura material, mas eles transcendem essa esfera e condicionam a pensar que por trás da expressão material há diversas outras relações que condizem à própria identidade que passa a ser construída (GEERTZ, 2008; DEAGAN, 2013).

Dessa forma, pode-se entender que

A cultura material híbrida também parece mais útil se categorizada como um produto de engajamento multicultural. Objetos físicos híbridos manifestam distintos atributos tecnológicos e sociais em escalas locais específicas, mas eles compartilham um significado expressivamente maior para o entendimento relacionado a trocas culturais e criatividade (DEAGAN, 2013, p. 272).

É coerente observar que os pesquisadores tendem a dirigir o pensamento de que as coisas (os objetos, os artefatos) mantêm seus significados dados pelos arqueólogos como fixos, imutáveis. Porém, se direcionar o olhar para uma perspectiva temporal que a arqueologia consegue captar, as coisas (objetos) podem se mostrar transitórios, em contínua mudança, problemáticas e, de certa forma, não definidas. Esse fluxo de contínua transformação, de crescer, mudar, morrer e se esgotar, pode ser praticamente atemporal, considerando-se as relações da vida humana (HODDER, 2011).

3.2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CENÁRIO DE PESQUISAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: DEBATES E CONTINUIDADES

O desenvolvimento de pesquisas arqueológicas na Amazônia ficou muito tempo relegado às dificuldades geográficas e ambientais que a região apresentava aos pesquisadores, considerando tanto seu tamanho quanto a dificuldade de se cobrir informativamente tamanha extensão territorial e complexidade cultural. Ao longo do período de consolidação da arqueologia no Brasil⁴⁴, durante as décadas de

⁴⁴ A referência ao PRONAPA se dá por ser um projeto que lançou as bases na arqueologia do Brasil, além de ter sido responsável por treinar uma geração de arqueólogos que iniciou a sistematização dos registros arqueológicos em diferentes regiões até então não exploradas no Brasil.

1960 e 1970, as pesquisas empreendidas no território nacional estavam concentradas na identificação de sítios arqueológicos e no estabelecimento de cronologias com maior precisão, desenvolvendo as pesquisas em áreas selecionadas previamente e que pudessem apresentar resultados mais significativos dentro do escopo proposto (BROCHADO, et al., 1969). Essa proposta acompanhava, sobretudo, uma continuidade das pesquisas que Meggers e Evans haviam realizado nas terras baixas da América do Sul, em especial na foz do rio Amazonas. Essa perspectiva acabou incluindo pressupostos metodológicos padronizados que conduziram as pesquisas de campo e laboratório, bem como os protocolos de coleta, análise e o estabelecimento de seriações que formariam o quadro cronológico para o território brasileiro (DIAS, 1995, pp. 29-31).

A despeito desse cenário, a região Amazônica foi uma exceção à empreitada do PRONAPA, visto que o projeto não pode dar a atenção necessária ao tamanho desta área, considerando, além das dificuldades de pesquisa na região, a baixa demanda de pesquisadores para atender às diversas localidades do país. Embora tenha recebido algumas pesquisas na primeira metade do século XX, as primeiras intervenções a nível sistemático vieram de outras frentes de pesquisa, como as iniciativas do Museu Paraense Emílio Goeldi. O museu atuava no segmento da pesquisa arqueológica desde fins do século XIX, realizando expedições de campo e coletando dados arqueológicos na Amazônia, em localidades na Ilha de Marajó, no Amapá, no rio Tocantins e no litoral do Pará (SIMÕES, 1981, p. 149). Contemporâneo ao período de criação do PRONAPA, o Museu Emílio Goeldi contava com um considerável investimento do CNPq de anos anteriores que reestruturaram o setor de Arqueologia e permitiram uma série de pesquisas, entre elas as realizadas por Peter Hilbert no período de 1952 a 1968. Além das pesquisas de Hilbert, outros projetos foram realizados ao longo da região até os anos de 1980, que lançaram bases para as informações que se dispõem atualmente (SIMÕES, 1981, p. 151).

Na década de 1970, a Amazônia já não era a região melhor documentada arqueologicamente (como havia sido até meados dos anos 1960) e os resultados positivos do PRONAPA fizeram os pesquisadores redirecionarem os olhos novamente para a bacia Amazônica, visto que nessa época iniciava-se uma frente de desenvolvimento e colonização promovida pelo governo na região, o que exporia muitos sítios a uma destruição iminente (SIMÕES, 1977, p. 297). Com a perspectiva

de atuar em 21 novas áreas da bacia Amazônica, o PRONAPABA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica) foi iniciado com o objetivo não apenas de desvendar informações e construir sequências cronológicas, como o PRONAPA, mas também “testar a aplicabilidade do modelo de *refúgios florestados* proposto por vários biólogos (...) para explicar as diversificações observadas no ecossistema atual da região” (SIMÕES, 1977, p. 299). O programa tinha como diretores científicos, além de Mário F. Simões, a arqueóloga Betty J. Meggers e o arqueólogo Clifford Evans do Smithsonian Institution. Embora o PRONAPABA não tenha sido o responsável exclusivo por uma caracterização inicial do período pré-histórico da Amazônia, a metodologia utilizada e base teórica e conceitual deram continuidade aos preceitos criados pelo PRONAPA, mantendo a abordagem histórico-culturalista, a definição de tradições e fases, assim como estabelecendo sua dispersão e cronologia ao longo do território brasileiro.

Esse viés investigativo se deu em continuidade ao que pode ser considerado um grande hiato de pesquisas e informações sobre a Amazônia, havendo poucas referências de pesquisas realizadas durante as primeiras décadas do século XX. As primeiras sínteses só apareceriam posteriormente em trabalhos da década de 1980, ainda lidando com as dificuldades dos grandes vazios informacionais. O que se seguiu foram pesquisas que tiveram dificuldades em estrapolar as abordagens histórico-culturalistas que só viriam a ser questionadas décadas depois, com o PAC⁴⁵ e com uma revisão das abordagens na arqueologia amazônica (NEVES, 1999/2000).

Nessa perspectiva, Neves (1999/2000, pp. 88-97), traz uma síntese das perspectivas e abordagens que predominaram na arqueologia amazônica até meados da década de 1990, e o impacto que causaram nas proposições e construção de referenciais ao longo dos anos para aquela região. É importante revisitar algumas dessas questões, pois elas tem uma influência, até certo ponto, direta no que se pensava sobre perspectivas relacionadas a emergência da agricultura, origem da cerâmica e o surgimento de sociedades complexas, temas de interesse para se debruçar numa busca sobre a também emergência do uso de *caraipé*.

⁴⁵ Projeto Amazônia Central.

As pesquisas realizadas pelo PRONAPABA, e algumas antecedentes a esta, foram influenciadas em grande medida pelas abordagens que privilegiasse os pressupostos da ecologia cultural proposta por Steward (1955). Os volumes editados do *Handbook of South American Indians* foram escritos em colaboração com diversos pesquisadores, tanto antropólogos quanto arqueólogos, a fim de apresentar um vislumbre geral dos povos originários do continente sul-americano. Contudo, a visão depreciativa para as chamadas “terras baixas da América do Sul”, consideradas marginais aos Andes, prevaleceu na visão dos pesquisadores dessa época.

Consolidando uma perspectiva centrada nas condições ambientais, o modelo de Steward (1955) reduzia a imagem das florestas tropicais, de um modo geral, a de “ambientes prístinos, escassamente ocupados por seres humanos” (NEVES, 2016, p. 33). Essa perspectiva era pautada pelo ponto central da interação entre cultura e o ambiente em que estava inserido, partindo do pressuposto que o aspecto vital ficava em torno da subsistência ou, de modo mais direto, de que maneira o ambiente permitiria a produção de alimentos (MEGGERS, 1954, p. 802). Esse discurso fortemente baseado nos pressupostos de Steward persistiu com a ideia de que as populações originárias da América do Sul careciam de condições ambientais pertinentes para sustentar grandes agrupamentos humanos e até mesmo para atingir um estágio evolutivo equiparável às civilizações antigas, a exemplo do império Inca. A agricultura era o ponto delimitador para um desenvolvimento cultural significativo: as áreas onde apenas as práticas de cultivo itinerárias (cultivo de *coivara*) devido a um solo com menor índice de fertilidade eram pouco propensas à agricultura intensiva, praticada por um longo período (MEGGERS, 1954, p. 802).

Nessa proposição, Meggers (1954, p. 803) assinala, dentre os quatro tipos de ambientes com implicações culturais e agrícolas, dos quais a Floresta Tropical se enquadraria melhor no tipo 2 (áreas de potencial agrícola limitado)⁴⁶. Nesses ambientes, assumia-se que a produtividade estaria limitada à fertilidade do solo, que era minimizada, visto que a prática agrícola rapidamente exauriria o solo, devido às condições climáticas, com chuvas abundantes e alta umidade. Essa limitação também refletiria na diversidade cultural e no potencial evolutivo que deveria, nos

⁴⁶ Ver também a classificação de Steward (1946-1950) das quatro áreas culturais para a América do Sul: Marginal, Floresta Tropical, Circuncaribenha e Andina (tradução livre).

estágios seguintes, culminar num urbanismo, sendo este um avanço decorrente das pressões adaptativas e das necessidades potenciais de sobrevivência, tendo características superiores à sociedade tribal (MEGGERS, 1987, p. 225). Esse embasamento nas condições de aptidão agrícola pouco favoráveis colocaram as terras baixas (incluindo desde a Amazônia até a faixa litorânea brasileira) como uma área limitada a sustentação de culturas em estágio de maior complexidade (STEWART, 1947).

Esse discurso sustentou-se durante um longo período devido às cronologias regionais elaboradas a partir desse modelo, além da alegação de que as condições ambientais da floresta tropical impediriam a progressão de culturas tecnologicamente mais avançadas, e o desenvolvimento de outros grupos, dada a limitação para uma produção em larga escala e para a distribuição de alimentos (MEGGERS, 1954, pp. 807-808). Para as terras baixas da América do Sul e em especial ao Brasil, ficou relegada a posição de ser uma área marginal ao desenvolvimento tecnológico observado nas culturas andinas, com condições limitadas para a produção de alimentos (caça, pesca e coleta). Considerando que sustentaria uma organização nômade para os grupos, as áreas de Floresta Tropical pautariam sua subsistência na agricultura de *coivara*, além da caça, pesca e coleta, mantendo assentamentos com população variando entre 50 a 1000 pessoas (STEWART, 1947, pp. 90-94; MEGGERS, 1954, p. 814).

Juntamente com esse modelo da ecologia cultural, a atribuição de que as populações subandinas não apresentavam características que representassem a complexidade tecnológica, principalmente marcadas na ausência de estruturas monumentais, no trabalho especializado e na hierarquização social, embasavam essa proposição de região pouco desenvolvida. Somado a isso, os vestígios materiais considerados visualmente menos “complexos” (e. g., cerâmica sem decoração, formas simples, baixa variabilidade), salvo a Cultura Marajoara, amparavam a proposição de que as terras baixas seriam territórios marginais às culturas andinas (NEVES, 2016, p. 34). Esse discurso construiu uma perspectiva de que os territórios da floresta tropical não poderiam sustentar uma complexidade social, nem tampouco sustentar centros de origem e difusão de novas tecnologias, sendo que sua ocupação teria se dado num período tardio e as inovações teriam

sido introduzidas de áreas externas, como seria o caso da cerâmica⁴⁷ (MEGGERS, 1987; 1997; BROCHADO, 1989, p. 69).

Em contrapartida a essa abordagem, D. Lathrap (1970) postulou um modelo que entrou em conflito ao sustentado por Steward e Meggers. Embora sua base pautava-se numa perspectiva difusionista similar às propostas de Meggers para a ocupação do território sul-americano, Lathrap entrou em conflito com o modelo de Meggers por apresentar uma visão menos marginalizada para as terras baixas, em especial a Amazônia. Sua hipótese reconhecia a floresta tropical como um possível centro de inovação, e não um ambiente circunscrito e limitado ao desenvolvimento cultural, especialmente relegado a uma posição marginal às culturas andinas. Mais do que isso, a proposta induzia que o possível centro de invenção e difusão da cerâmica estaria na Amazônia Central, expandindo-se para o restante do continente a partir de fissões e pressões demográficas, questionando assim, o modelo da ecologia cultural de limitação à subsistência na floresta tropical (LATHRAP, 1970, pp. 75-77). Embora essa hipótese tenha sustentado um debate que persistiu durante um grande período na Arqueologia Brasileira, ele pautava-se, basicamente, nos limitados dados arqueológicos da época, tendo maior peso nas referências dos dados linguísticos, já que as dificuldades de se realizarem pesquisas no ambiente amazônico sempre deixaram uma imensa área a ser explorada.

Em continuidade ao modelo de Lathrap, Brochado (1984) deu sequência às pesquisas trabalhando com a hipótese da emergência e dispersão da cerâmica no Brasil, sustentando a proposta inicial de Lathrap da origem de uma indústria cerâmica simples emergida por volta de 3500 a.C., datação essa considerada a mais antiga para a cerâmica da Tradição Mina e equivalente às datas disponíveis para o médio rio Orinoco, na Venezuela (BROCHADO, 1984, p. 306). Esse modelo propunha que a Tradição Polícroma Amazônica teria uma história de desenvolvimento muito mais antiga do que outros complexos cerâmicos na região, sendo inclusive relacionada à expansão dos grupos falantes da língua Tupi, que originou duas subtradições cerâmicas amplamente difundidas no Brasil: a cerâmica Tupi e a cerâmica Guarani (BROCHADO, 1984). O que motivou essa expansão,

⁴⁷ Embora postulasse que a cerâmica Polícroma Amazônica tivesse, em algum momento, origem nos Andes e teria se difundido ao longo do rio Amazonas num fluxo de oeste para leste, Meggers reconhecia que a Cultura Marajó seria uma expressão equivalente de complexidade social, que teria, porém, gradualmente decaído devido às condições ambientais não propícias.

conforme Brochado (1989, p. 79), foi uma pressão demográfica decorrente do aumento populacional e do aproveitamento eficiente dos recursos ambientais, condicionando as comunidades a buscarem novos nichos ecológicos e acompanharem a disposição da rede hidrográfica.

Esses antagonismos dos modelos expressaram uma grande mudança no paradigma de pensar as terras baixas da América do Sul. Enquanto um modelo pautou-se num discurso limitado às restrições ambientais, onde a baixa disponibilidade de recursos restringia o desenvolvimento cultural, o outro, em oposição, propôs um modelo de exploração e ocupação de áreas ecológicas que permitia um aumento populacional e uma crescente expansão em busca de locais e recursos. Ainda que ambos tivessem bem firmados nos pressupostos de um difusionismo cultural, esse debate permitiu que as pesquisas revisitassem dados e revessem a construção do conhecimento sobre a pré-história da região amazônica.

As pesquisas mais recentes têm demonstrado uma floresta tropical cada vez mais complexa e, principalmente, com uma particularidade de ser um ambiente amplo de possibilidades e rico em recursos, demonstrando que a perspectiva dos modelos de subsistência das décadas de 1950, 1960 e 1970 não mais comportavam o quadro para a Amazônia. Enquanto esses modelos buscavam registros de uma monumentalidade para as culturas pré-colombianas na América do Sul, entre outros indícios de complexidade cultural, a perspectiva era de identificar uma semelhança com as populações Andinas pré-contato com o europeu, consideradas o estágio civilizatório mais avançado antes da colonização. Para as culturas Andinas a construção de edificações em pedra e a monumentalidade é um elemento marcante no registro arqueológico dos últimos cinco milênios. Na Amazônia a escassez de pedras agrupadas necessariamente não implicou numa limitação ao desenvolvimento de sociedades complexas ou da própria monumentalidade. No caso da floresta tropical, o solo desempenhou um fator significativo no registro da complexidade e da dimensão do contingente populacional, onde as evidências recaem nas estruturas terra, e não aponta-se apenas os já conhecidos tesos da Ilha de Marajó, mas aterros, valas, diques, canais, e o próprio solo antropogênico (Terra Preta Indígena), que são evidências da mobilização, organização e sustentação de grupos cada vez mais numerosos e indícios de um modelo alternativo de urbanização (SCHAAN, 2004; HECKENBERGER, et al., 2008, p. 1217; NEVES, 2016, p. 34).

Esse debate conduz a outro tema recorrentemente abordado e que é necessário ser mencionado, já que permeia as discussões no cenário arqueológico da América do Sul: a questão de origem da cerâmica e o início da agricultura e sedentarismo no ambiente amazônico. As teses a respeito dessa temática foram levantadas já durante o período de debates das potencialidades e limitações do ambiente de floresta tropical, anteriormente mencionado, e sustentaram um debate teórico que ainda possui elementos para ser investigado. Partindo dos pressupostos da ecologia cultural, Meggers (1997, p. 35) trabalhou com uma hipótese pautada na difusão da cerâmica a partir de um centro comum, porém não creditava, devido aos dados da época, que o ambiente Amazônico poderia comportar tal centro de origem. Nas suas pesquisas em território sul-americano, Meggers identificou conjuntos cerâmicos antigos na costa do Equador e norte da Colômbia (os complexos Valdivia e San Jacinto). Esses conjuntos, devidamente datados (Valdivia com cronologia entre 5600 a 4300 AP, e San Jacinto com cronologia de 5900 a 5200 AP), levaram à proposição de que os centros mais antigos da cerâmica sul americana possuíam características comuns que os faziam mais próximos de uma única Tradição, originária de uma difusão anterior oriunda da Cultura Jomon, do Japão (MEGGER, 1997, p. 13; 1998, pp. 142-143; MILLER, 2013, p. 338).

Em contraponto a essa perspectiva, as pesquisas de Roosevelt demonstraram uma hipótese que não coincidia com a abordagem difusionista defendida por Meggers, e sim uma origem mais antiga e local para a cerâmica na América do Sul. Com base na escavação e revisitação dos dados do sítio Taperinha, nas proximidades de Santarém, Roosevelt chegou a datações bastantes recuadas para a cerâmica no Brasil, ampliando o alcance para 7000 anos AP (ROOSEVELT et al., 1991). Não apenas uma data, mas uma sequência cronológica colocou a cerâmica de Taperinha num alcance temporal de 7000 a 5700 anos AP, o que levou a um questionamento das propostas de origem e difusão da cerâmica a partir desse sítio. Além disso, os contextos associados à chamada Fase Mina, com alcance temporal por volta dos 5000 anos AP (SIMÕES, 1981), propuseram-se como uma continuidade a essa cerâmica mais antiga.

Hoopes (1994) ao visitar o quadro cronológico dos contextos mais antigos para a cerâmica nas Américas, projeta um levantamento das diferentes áreas e das características dos conjuntos cerâmicos, assim como a inserção dos sítios, apontando para a variabilidade desses conjuntos que se reflete nos estratos mais

antigos. Nessa perspectiva, o autor considera, no mínimo, oito áreas que poderiam estar relacionadas à evolução independente na produção cerâmica, que incluem o Brasil (baixo Amazonas), norte da Colômbia, costa do Equador e do Peru, porção central do Panamá, Mesoamérica meridional, e sudeste e centro dos Estados Unidos. Essa perspectiva também foi trabalhada por Roosevelt quando revisitou o debate, incluindo datas da Fase Alaka nas Guianas (1995, pp. 117-118) e compondo um quadro que permitiu também sugerir uma perspectiva de múltiplos centros de origem, atestados, principalmente, pelas datas dispersas na porção norte do continente sul-americano e enfatizando as datas mais recuadas na Amazônia Central do sítio Taperinha⁴⁸. Fato observado é que, as datações mais recuadas de conjuntos cerâmicos compõem um arco em uma região predominantemente de ambiente tropical, compartilhando a incidência dos sítios em áreas litorâneas, estuários ou ribeirinhos (NEVES, 2016, p. 35). Somente essa constatação já levanta um panorama deveras interessante, pois coloca as terras baixas como um local onde foram possíveis as inovações tecnológicas e não apenas como uma área marginal ao restante do continente, principalmente aos Andes e aos grupos circumcaribenhos, que seriam presumidamente mais complexos, conforme a proposta original de Meggers (1954).

Nessa perspectiva, Hoopes (1994, pp. 39-41) sugeriu que a adoção da cerâmica no continente americano não se deu de maneira uniforme nem imediata, como sugeria a ecologia cultural. Também ressaltou que não se pode associar os sítios com os conjuntos mais antigos apenas ao ambiente de estuário e costeiros, como comumente se observa nas datas recuadas em sambaquis. Há uma diversidade de áreas onde estes sítios ocorrem e, principalmente, há uma variabilidade na tecnologia, entre os acabamentos simples/decorados com incisões e na escolha das inclusões para a produção dessas cerâmicas. Enquanto os contextos costeiros privilegiam areia e conchas (Brasil e Guiana), em sítios do interior observa-se o uso de fibras vegetais (Colômbia e Estados Unidos) entre outras inclusões.

⁴⁸ As datas do sítio de Taperinha, segundo Meggers (1997, pp. 29-30), eram problemáticas e com incertezas na estratigrafia elaborada, o que, segundo a autora, atribuía que o contexto datado estaria relacionado ao período pré-cerâmico. A despeito dessas críticas (também apontadas por Hoopes), as datações de Taperinha são mantidas no debate atual.

A despeito de uma sequência cronológica para esses contextos, se considerados apenas nessa perspectiva, a hipótese de Lathrap (1970) para a emergência e dispersão a partir da Amazônia Central teria um suporte nesse quadro cronológico. Contudo, a amplitude na variabilidade regional tenderia a apontar para que esses centros cerâmicos seriam resultantes de invenções independentes, a partir dos quais a tecnologia cerâmica teria se dispersado para as regiões circunvizinhas, ao contrário de uma difusão unitária e em larga escala como proposto tanto por Meggers quanto por Lathrap (HOOPES, 1994, p. 42).

Esse debate pode ser intimamente ligado a outras questões no cenário da Arqueologia Sul-americana, em particular, as que dizem respeito ao processo de domesticação de plantas e ao surgimento da agricultura. É importante ressaltar que o chamado “processo de neolitização”, muitas vezes assumido como um processo adjunto à emergência da produção de cerâmica trata-se de um modelo elaborado para os contextos da Europa e da Ásia, principalmente, e necessariamente não pode refletir ao contexto Amazônico (NEVES, 2016). Além do que já foi exposto, faz-se necessário, também, uma revisão em algumas classificações e terminologias que foram (e são) recorrentemente utilizadas no contexto de pesquisa no Brasil. Não é incomum que a literatura se refira que o surgimento da cerâmica e, conseqüentemente, da agricultura no continente americano tenha ocorrido no Formativo e que ambos sejam decorrentes um do outro.

Ao revisitar essa definição é importante considerar os dados utilizados nas pesquisas e na elaboração de cronologias com base nessa periodização, onde diferentes dados eram comparados e, por vezes, até refutados, caso não se enquadrassem nos modelos previstos. Mesmo a pesquisa de Meggers (1997), com forte influência de abordagens adaptativas e evolucionistas, já apontava para o surgimento da tecnologia cerâmica em fins do período Arcaico (fora do modelo padrão), assim como os dados trabalhados por Roosevelt no sítio Taperinha (1991). Contudo, não se pode associar o surgimento da cerâmica diretamente com a domesticação de plantas e, conseqüentemente, com o início da agricultura. Há, inclusive, poucos dados disponíveis na América do Sul com os quais se pode traçar uma relação próxima entre a produção inicial de cerâmica e o processamento de alimentos (FAUSTO e NEVES, 2018, p. 1606).

Observa-se, na Amazônia, um quadro com grandes intervalos entre a domesticação de plantas e a adoção da cerâmica e agricultura (FAUSTO e NEVES,

2018, p. 1607), o qual aponta para um processo de domesticação e incorporação de plantas à dieta acompanhando escolhas particulares aos contextos e não uma pressão adaptativa para a adoção rápida dos mesmos (NEVES, 2016, p. 37). Esse panorama parece tanto refutar os conceitos propostos para o Velho Mundo (neolítico) quanto não se adequa àquele proposto para o Novo Mundo (Formativo). Mais do que isso, o processo de adoção da agricultura pode ter sido um fenômeno distinto do que o verificado em outras partes do mundo, com uma perspectiva muito mais relacionada a uma estratégia de cultivo pautada em plantas domesticadas e não domesticadas, com manejo de espécies, propiciando um sistema agroflorestal que excedeu o nível de subsistência (FAUSTO e NEVES, 2018, p. 1608). O que conhecemos popularmente pela agricultura de *coivara* (tida como um modelo incipiente de cultivo) pode estar relacionada a uma prática posterior, sustentado nas escassas evidências do cultivo de mandioca (principal planta para esse tipo de plantio) nos períodos mais antigos, e na introdução do machado de metal durante o século XVI, que pode ter alterado as estratégias de cultivo e manejo devido à interação com os colonizadores europeus (FAUSTO e NEVES, 2018, pp. 1609-1610).

No caso das cerâmicas de Taperinha, e de outros ambientes costeiros ou de estuários que compõem uma faixa cronológica bastante recuada, o surgimento da horticultura não tem uma relação direta, embora Roosevelt (1995, p. 129) aponte para assentamentos mais permanentes, porém com uma exploração voltada aos recursos aquáticos. Salienta-se que a Amazônia é um ambiente composto por diversos rios de grandes proporções, canais de igarapés que os ligam para os territórios interioranos, além de uma extensa floresta em que atividades como coleta, seja de recursos ribeirinhos ou florestais, podem ter representado uma base para o desenvolvimento da tecnologia cerâmica.

Em meio a todo esse cenário é importante rever os conceitos e os modelos, principalmente quando os dados empíricos vão gradativamente mudando as perspectivas e alimentando os debates. Mais do que isso, não apenas as abordagens teóricas como os dados empíricos permitiram rever conceitos postulados e importados de outros contextos, como é o caso do “neolítico” vindo do Velho Mundo. Esses conceitos, tão necessários durante a sistematização e na trajetória da arqueologia do século XX, já vêm sendo questionados nos próprios círculos europeus e alguns esboços de novas categorias podem ajudar a repensar

as proposições sobre temas como a emergência da agricultura e da cerâmica para as Américas, permitindo um olhar mais direcionado às trajetórias históricas das populações indígenas do que na reprodução das premissas importadas de outros contextos (NEVES, 2016, p. 39). Além disso, o que se considera hoje como uma categoria definida como “Formativo” para a emergência da agricultura e da complexificação social, por exemplo, pode estar envolvendo um processo muito mais longo que envolve a adoção de diferentes estratégias, tanto para a agricultura quanto para o manejo de plantas, sequencialmente desenvolvendo, através da inovação, ou se apropriando de uma tecnologia cerâmica que passa a sustentar essas novas práticas de subsistência.

Nesse interlúdio, deve-se, então, visualizar como o *caraipé* pode estar imerso nesse processo, tanto de emergência quanto na transmissão da tecnologia cerâmica. Todo esse cenário revisitado é importante, pois em algum momento os contextos cerâmicos antigos foram contemporâneos ao conhecimento e uso do *caraipé*, compondo a manufatura, e os processos de propagação (ou adoção) de conhecimentos e nos subsequentes processos de mudança, tanto nas dinâmicas ocupacionais, quanto no surgimento de outras tecnologias que passaram a compor a produção oleira.

Aqui convém uma atenção para questões mais práticas da composição do quadro classificatório e de caracterização da antiguidade Amazônica. Durante grande período de vigência das pesquisas sob a metodologia do PRONAPA, o uso de traços característicos, como o “tempero”, eram recorrentes e assumidos como elementos que definiam ou delimitavam tradições e fases. Isso, muitas vezes, levava a conclusões premeditadas, onde os conjuntos cerâmicos com antiplástico diferentes, no mesmo sítio, ou até artefatos de outros conjuntos, eram considerados de fases distintas ou até mesmo “intrusivas”, dificultando a interpretação de outros processos vigentes (SCHAAN, 2007, p. 83). Isso se desdobra para os contextos cerâmicos mais recuados e que se inserem nessa faixa cronológica de emergência da cerâmica nas Américas. Embora o *caraipé* não figure nos estratos mais antigos em diversos destes sítios, seu gradual surgimento insere-se nos processos de dispersão dos diferentes conjuntos e estilos cerâmicos, de tal modo que acabou se firmando como um elemento pertinente a diferentes tradições e fases, tanto na Amazônia quanto em outras regiões do Brasil e em países vizinhos.

4 UM PANORAMA PARA A EMERGÊNCIA E DISPERSÃO DO CARAIPÉ NO CONTEXTO BRASILEIRO: ORIGEM, EXPANSÃO E ALCANCE TEMPORAL

La utilización de este desgrasante se desarrolló quizás em el origen, em el bajo Amazonas, y ciertos autores vem um nexo histórico entre el uso del desgrasante de ceniza vegetal y los grupos filiación Aruak [...]. Sin embargo, la amplia difusión que esta técnica conoció [...] vuelve difícil la atribución de su invento a um grupo lingüístico preciso.

Stéphen Rostain, 2016, p. 103

Para criar um entendimento da emergência e dispersão do *caraipé* faz-se necessário uma revisão da literatura arqueológica em busca de referências que possam ser compatíveis com o objetivo pesquisa. Embora não seja possível extrair todas as informações pertinentes ao que se pretende elaborar, a revisitação de pesquisas na literatura disponível vem ao encontro de criar um quadro de embasamento e no conhecimento empírico acumulado por diferentes pesquisadores que visitaram as áreas de interesse ao presente trabalho. Como já foi apontado, estudos específicos da tecnologia do uso de *caraipé* na cerâmica são escassos e quase não foram revisitados nas últimas décadas. Debruçar sobre algo específico leva em consideração rever pesquisas e consultar trabalhos consolidados com objetivos distantes a este texto.

Em suma, pretendeu-se constituir o conhecimento a partir de uma revisão textual disposta em duas dimensões iniciais: espaço e tempo. Concomitantemente, almejou-se caracterizar a amplitude geográfica da cerâmica com *caraipé*, acompanhando a movimentação e dispersão dos conjuntos materiais onde tenha sido identificado esse antiplástico, e ao mesmo tempo em que se observa a cronologia destes mesmos contextos, principalmente a partir das datas disponíveis e que podem ser feitas referências à cerâmica com *caraipé*. No fim, objetivou-se traçar uma continuidade temporal para atestar a persistência do uso tecnológico do *caraipé* na cerâmica ameríndia a despeito dos longos processos de ocupação ante a chegada do colonizador europeu.

Essa revisão bibliográfica permitiu formar uma base para construir, posteriormente, um modelo com o qual fosse possível discutir emergência e dispersão, assim como temporalidade e persistência tecnológica, incluindo a

possibilidade de entender as dinâmicas e processos de mudanças, que vão desde início do período Formativo⁴⁹ até o presente etnográfico. Do mesmo modo que se revisitou os contextos com *caraipé*, algumas discussões mais amplas a respeito da origem da cerâmica no Brasil (e no continente sul-americano) também foram revisitadas, visto que incluem aspectos relevantes para entender o cenário ocupacional em que emerge o *caraipé*.

4.1 OS CONTEXTOS DE CERÂMICA COM *CARAIPÉ* NA AMAZÔNIA: UMA REVISÃO DOS DADOS E DAS TRADIÇÕES ARQUEOLÓGICAS

Revisitar dados e informações sobre a Arqueologia na Amazônia é, sem dúvida, uma tarefa demasiadamente extensa. Considera-se, aqui, que trata-se de um bioma que transcende limites políticos, culturais e geográficos, já que o alcance de sua área possui uma extensão de aproximadamente 6.909.421 Km², apenas para os seus limites ecológicos, o que abrange parcelas do Brasil (60,7%), Bolívia (8,2%), Peru (11,3%), Equador (1,1%), Colômbia (6,6%), Venezuela (5,7%), Guiana (3,1%), Suriname (2,1%) e Guiana Francesa (1,2%) (ARAGÓN, 2018, p. 18). A grande parte do território, contudo, localiza-se no Brasil e a dimensão e as dificuldades que se expressam no ambiente limitaram, durante muitos anos, um avanço das pesquisas na região como um todo. Apesar das dificuldades inerentes ao bioma, observou-se um crescente número na disponibilidade de dados oriundos de projetos e pesquisas para o contexto amazônico que gradativamente foram preenchendo lacunas informacionais e compondo um cenário cada vez mais complexo.

Ainda que as pesquisas arqueológicas avançassem num ritmo contido se comparado a outras regiões do Brasil, tem sido evidente durante muito tempo que a

⁴⁹ Esse termo foi inicialmente apresentado na periodização proposta por Willey e Phillips (1958), a qual buscava correlatos aos estágios evolutivos do contexto europeu para classificar a sucessão dos períodos de desenvolvimento humano na América do Norte. A princípio, a proposição foi elaborada em cinco estágios evolutivos que posteriormente foram adaptados à realidade brasileira com a utilização dos termos Lítico, Arcaico e Formativo. O período Lítico, também seria conhecido como Paleoindígena, e corresponderia às primeiras ocupações do continente americano, realizada por caçadores-coletores em torno de 12.000 a 10.000 anos AP. O que se definiu como Arcaico, estaria relacionado às ocupações correspondentes aos caçadores-coletores e pescadores do período Holoceno a partir de 10.000 anos AP, contudo, sem o conhecimento da cerâmica e da agricultura. Já o Formativo abarcaria o período do surgimento da agricultura e dos primeiros grupos a fazerem uso da cerâmica, assim como uma organização sedentária, o que teria se dado no continente sul-americano por volta de 4000 anos AP (PROUS, 2019, p. 155).

Amazônia, antes da chegada do europeu, acolheu diversas famílias linguísticas e culturas arqueológicas que persistiram consideravelmente por um longo período de tempo e se condicionaram a ocupar esse vasto território (ERIKSEN, 2011). Nesse âmbito, faz-se necessário observar os dados a partir de uma perspectiva ampla e que possa ser traduzido em um modelo de visualização compatível a traçar algumas hipóteses, ainda que existam muitos espaços que careçam ser explorados arqueologicamente. No que tange aos registros com *caraipé*, entende-se que a crescente adição de contextos arqueológicos das últimas décadas permitiu direcionar um olhar cada vez mais apurado para entender a dinâmica que envolve sua emergência e dispersão, bem como aspectos relacionados a sua posição entre as diferentes culturas e regiões da Amazônia Internacional. Contudo, ainda fala-se de um extenso território multicultural que abarca os limites políticos de nove países e uma inter-relação com outros ambientes que não apenas a floresta tropical.

Desse modo, tornou-se comum que abordagens teóricas para a Arqueologia Amazônica nas últimas décadas considerem tratar a região com uma íntima relação de continuidade à História Indígena, sem dissociar a profundidade dos dados arqueológicos, históricos e etnográficos. Além disso, torna-se possível inserir uma profundidade temporal que pode ser verificada em diferentes contextos compatíveis com tal proposta (LIMA, 2010; CORRÊA, 2013; NEVES, 2015). Do mesmo modo, considera-se essa abordagem oriunda da *longue durée* para a construção do presente referencial, a qual pretende elencar os diferentes cenários que compõem a presença do *caraipé* e que seja possível construir um contínuo cronológico e geográfico, para que se observe tanto a sua emergência quanto a sua dimensão espacial, incluindo informações que correspondam a eventos, estruturas e continuidades.

Como ponto inicial para constituir um “estado da arte” para o *caraipé*, considerou-se diversos temas que permearam as pesquisas arqueológicas das últimas décadas na Amazônia. Um dos temas de partida apoia-se na hipótese de que a Amazônia tenha sido um dos centros de origem da tecnologia cerâmica nas Américas (HOOPES, 1994; ROOSEVELT, 1995; NEVES, 2016; BARRETO, LIMA, e BETANCOURT, 2016). A despeito dos debates em torno dos dados e das diferentes hipóteses que atestem para tal proposta (como visto anteriormente), é inegável que a região amazônica detenha uma considerável variabilidade de estilos cerâmicos

assim como uma profundidade temporal dos mesmos ao longo da bacia hidrográfica e regiões vizinhas (BARRETO, LIMA, e BETANCOURT, 2016).

Pode-se considerar que esse contexto de grande variabilidade na tecnologia cerâmica tenha, de alguma forma, relação com a possibilidade da existência de centros de produção e dispersão independentes da tecnologia cerâmica, e que tenha culminado no chamado período Formativo, onde verificou-se o estabelecimento das primeiras populações pautadas numa subsistência apoiada na agricultura. Novamente, não associa-se aqui o início da agricultura (ou da horticultura como alguns autores mencionam) com o surgimento da tecnologia cerâmica, visto que há debates mais que suficientes para considerar a dissociação dos dois eventos na América do Sul (FAUSTO e NEVES, 2018). Partindo do pressuposto que os dados que atestem para um crescimento populacional e num processo de mudança nas estratégias de subsistência, assim como na organização social por volta dos 4500 a 2000 anos atrás, é muito provável que o *caraipé* tenha emergido junto a esse processo. Considerando as diferentes perspectivas de emergência da produção cerâmica, busca-se aqui, também, identificar os locais em que ocorre a menção ou a identificação de conjuntos cerâmicos com *caraipé*, e se os mesmos têm relação com esses complexos ceramistas mais antigos.

As dimensões territoriais que abrangem o ambiente amazônico suscitam numa necessidade grande de informações para detalhar tal território. Esse desafio, ainda que tenha sido atenuado pelo crescente número de pesquisas das últimas décadas, tem-se conhecimento de que muitas áreas carecem de dados ou possuem registros desatualizados com as perspectivas teóricas e metodológicas atuais. Um dos problemas principais reside na falta de cronologias apuradas, ou de sequências cronológicas confiáveis, elaboradas a partir de extensos quadros temporais. Contudo, mesmo que algumas regiões não possuam um considerável número de informações, é possível extrapolar as considerações a partir de outras regiões.

A partir de uma organização espacial dos dados, optou-se conduzir esse referencial considerando divisões regionais para a bacia Amazônica, uma opção para trabalhar a gama de dados, e tendo como ponto de partida a proposta apresentada por Eriksen (2011, p. 16). No referido trabalho, a bacia Amazônica ficou subdividida em cinco áreas: Amazônia Ocidental, Noroeste Amazônico, a Área do Orinoco e Guianas, o Médio e Baixo Amazonas, e a Amazônia Meridional. Embora seja uma divisão aceitável para a presente pesquisa, contudo, não atende

totalmente a forma como se pretende desenvolver o levantamento bibliográfico. Na compreensão de se seguir com a necessidade de uma subdivisão, a presente pesquisa considerou algumas recorrências verificadas nos trabalhos e que envolve na disponibilidade de dados das mesmas, principalmente no que tange à ocorrência de *caraipé*.

Desse modo, elegeu-se uma discussão pautada em cinco grandes áreas, das quais foram definidas a partir de arranjos que permitissem caracterizar melhor os contextos materiais com a presença do *caraipé*, baseada numa divisão anteriormente proposta por Eriksen (2011, p. 16). Sabendo-se que alguns conjuntos pretéritos excederiam qualquer delimitação arbitrária, os levantamentos de dados acompanharão, em alguns momentos, essa dimensão a fim de pautar a discussão de acordo com a temática central, no caso, o *caraipé*. Propõe-se, então, que se considere que a região amazônica seja observada a partir das seguintes áreas: 1) a bacia do rio Orinoco, que abrangerá também a região dos *Llanos colombianos*, ao sul da Colômbia; 2) as Guianas, a qual envolverá, basicamente, a área em que está inserida o Escudo das Guianas, e a faixa costeira que vai da foz do rio Orinoco até a bacia do rio Oiapoque; 3) a Amazônia Ocidental, considerada aqui a extensa faixa que vai da bacia do rio Madeira (à exceção do seu baixo curso) até o limite oriental da cordilheira dos Andes e abrangendo o sul da Colômbia e parte do Equador até o alto rio Negro; 4) a Amazônia Central e o Baixo Amazonas, que abrange os contextos na confluência dos rios Negro e Solimões até a foz do rio Amazonas, incluindo a Ilha de Marajó, o estado do Amapá e parte do litoral do Pará; e por fim, 5) a Amazônia Meridional, que abarca toda a área ao sul da bacia do rio Amazonas, principalmente na foz dos rios Xingu e Tocantins, assim como o sudoeste e leste Amazônico (Figura 17).

Com base no levantamento bibliográfico e nas subdivisões do território amazônico, o Quadro 4, a seguir, apresenta uma breve síntese apontando tradições e fases em que foram identificados conjuntos cerâmicos com a presença de *caraipé* ou que foi feita referência ao mesmo em algum momento. As datações foram coletadas de diferentes pesquisas realizadas ao longo das últimas décadas, e sintetizam períodos cronológicos relativos pautados em outros sítios semelhantes. Os dados se referem apenas a descrições gerais do material e dos contextos, assim como uma caracterização breve considerando o *caraipé* como principal marcador temporal, o que pode não refletir a cronologia de algumas tradições/fases. Essas

periodizações, também consideram os conjuntos em que ocorra o *caraipé* em baixa frequência, ou associado a outros contextos. Buscou-se, sobretudo, apresentar um panorama da profundidade temporal e da variedade de conjuntos cerâmicos dos quais o *caraipé* está associado.

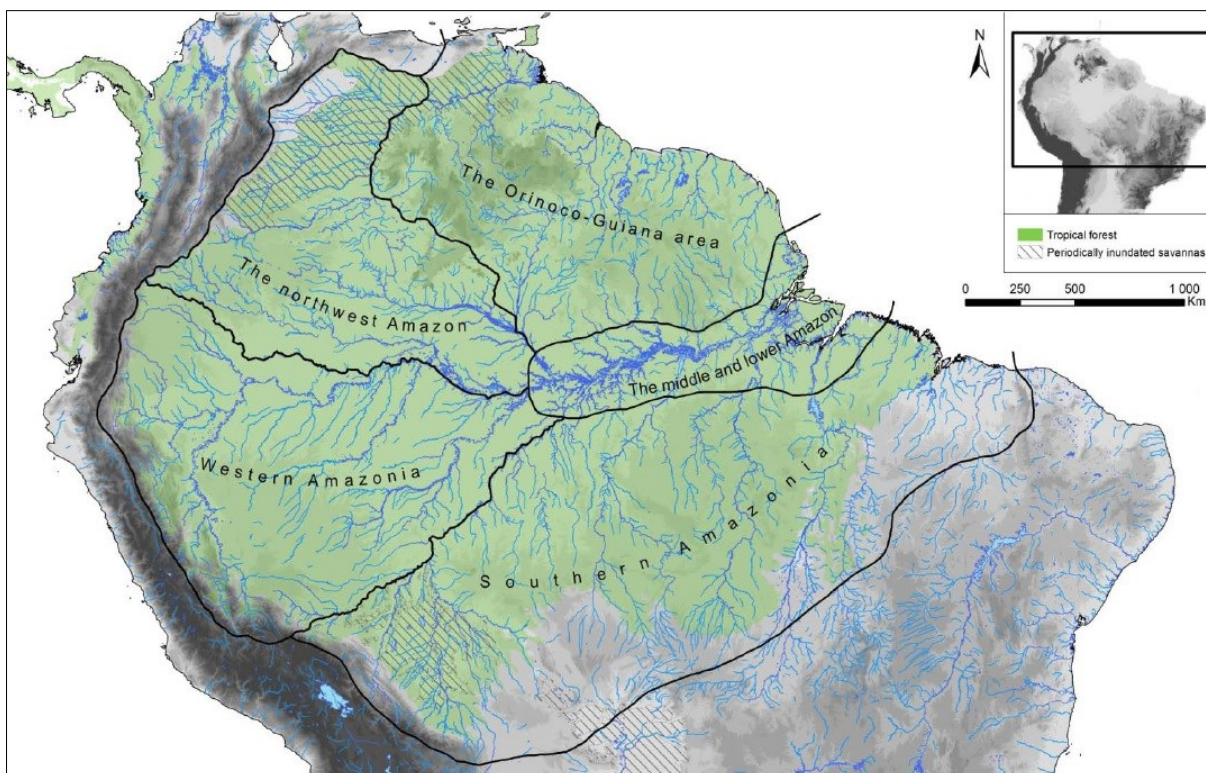


Figura 17: Mapa da divisão regional arbitrária para contextualização das principais informações das tradições ceramistas com referência do uso de *caraipé* na Amazônia. Fonte: (ERIKSEN, 2011, p. 16).

Conforme pode-se observar, a antiguidade dos contextos em que o *caraipé* abrange uma faixa que vai de oeste a leste da bacia amazônica, com diferentes locais de ocorrência. Algumas periodizações que não foram inseridas no Quadro 4 tratam de datas com alguma problematização no cenário atual de pesquisa. Ainda que em determinado momento tenham sido consideradas, dado a associação com contextos similares ou com a continuidade temporal que faria a mesma ter um sentido no todo, as datações em maior nível de debate foram deixadas à parte para discussões durante o texto, sem gerar problemas mais contundentes na elaboração da cronologia do *caraipé* como um todo.

Quadro 4: Síntese das tradições arqueológicas e da presença de *caraipé* nos conjuntos cerâmicos da Amazônia brasileira.

Tradições ⁵⁰	Período	Localização	Presença do <i>caraipé</i>
Sem filiação	ca. 4500 a 3000 AP	Alto rio Madeira	<i>Caraipé</i> em baixa frequência
Sem filiação	ca. 4000 a 2800 AP	Baixo rio Tocantins	<i>Caraipé</i> em baixa frequência
Quinari (?) ⁵¹	ca. 4000 a 500 AP	Oeste do estado do Acre na divisa com a Bolívia	<i>Caraipé</i> ocorre com certa frequência
Cerâmica Parauá (?) ⁵²	ca. 3800 a 3200 AP	Baixo rio Tapajós	<i>Caraipé</i> raro
Inciso-Ponteadada	ca. 3300 a 500 AP	Desde o baixo rio Madeira até contextos no médio e baixo Amazonas	Presença de <i>caraipé</i> associada ao <i>cauíxí</i>
Não associado	ca. 3320 a 2800 AP	Lago Amanã	<i>Caraipé</i> ocorre com certa frequência
Tupiguarani	ca. 3320 a 440 AP	Baixo rio Tocantins e Sudeste do estado do Pará	<i>Caraipé</i> associado a minerais e a carvão
Polícroma (incluindo a Fase Jatuarana)	ca. 3150 a 400 AP	Rio Madeira, Amazônia Central e Baixo Amazonas	Presença de <i>caraipé</i> em grande número de contextos sempre associado a outros antiplásticos
Pocó-Açutuba	ca. 3000 a 1640 AP	Amazônia Central	<i>Caraipé</i> associado a outros tipos de antiplástico, em geral ao <i>cauíxí</i> , mas sempre em menor frequência
Fase Mina	ca. 2900 AP	Litoral do Pará	<i>Caraipé</i> associado a outros tipos de antiplásticos
Jamarí	ca. 2750 a 300 AP	Bacia do rio Jamarí	<i>Caraipé</i> é predominante
Fase Tefé	ca. 2700 a 320 AP	Lago Amanã	<i>Caraipé</i> ocorre com certa frequência
Fase Pocó	ca. 2500 a 2400 AP	Lago Amanã	<i>Caraipé</i> ocorre com certa frequência

⁵⁰ Foi incluído aqui, também, algumas sub tradições e fases arqueológicas para facilitar a compreensão de um quatro com uma síntese geral.

⁵¹ Embroa as descrições do material cerâmico nem sempre definem com clareza, as cerâmicas são recorrentemente associadas à tradição Quinari.

⁵² A inclusão preponderante nos contextos da Cerâmica Parauá é o *cauíxí*, porém o *caraipé* aparece nos conjuntos em baixa frequência, ainda que não haja clareza sobre figurar nos contextos mais antigos.

Tradições ⁵⁰	Período	Localização	Presença do <i>caraipé</i>
Borda Incisa	ca. 2500 a 800 AP	Baixo rio Madeira, Amazônia Central e Baixo Amazonas	Presença de <i>caraipé</i> em baixa frequência associado ao <i>cauíxí</i> nos contextos mais antigos
Fase Poaia	ca. 2500 a 1945 AP	Baixo rio Guaporé	<i>Caraipé</i> ocorre com certa frequência
Fase Bacabal	ca. 2475 a 810 AP	Alto e médio rio Guaporé	<i>Caraipé</i> ocorre raramente e é associado ao <i>cauíxí</i> que predomina
Fase Agupapé	ca. 2300 a 200 AP	Alto rio Guaporé	<i>Caraipé</i> associado a outros tipos de antiplásticos
Konduri	ca. 1900 a 500 AP	Rios Nhamundá e Trombetas	Baixa frequência de <i>caraipé</i> associado aos outros tipos
Saracá	ca. 1700 a 1100 AP	Baixo rio Amazonas	Presença de <i>caraipé</i> em baixa frequência associado ao <i>cauíxí</i> e ao chamote
Fase Aristé	ca. 1600 a 400 AP	Das Guianas até o estado do Amapá	<i>Caraipé</i> associado a outros tipos de antiplásticos
Fase Corumbiara	ca. 1100 a 260 AP	Médio rio Guaporé	<i>Caraipé</i> ocorre com certa frequência
Fase Pimenteiras	ca. 1100 a 260 AP	Médio rio Guaporé	<i>Caraipé</i> ocorre com certa frequência

Como foi mencionado, estas áreas elencadas possuem características atestadas nas pesquisas que tendem a apresentar uma profundidade temporal recuada para as ocupações ceramistas na Amazônia. Na porção ocidental, por exemplo, as cronologias foram bastante documentadas e sugerem um longo período de permanência em determinados sítios (ALMEIDA, 2013; SILVA, 2015). O mesmo caso também é observado na Amazônia Central, somado ainda à diversidade material e onde se sugere uma maior confluência de densidade populacional, conseqüentemente convergindo estilos e ocupações de grupos distintos (LIMA e NEVES, 2011).

Essas prerrogativas fazem com que seja considerado que o *caraipé* pode ter emergido em contextos que estavam plenamente passando por processos de

mudanças sociais significativas, como a passagem de uma organização de subsistência direcionada à produção de alimentos para uma agricultura mais intensiva em detrimento apenas da caça, coleta e de uma horticultura incipiente. Assim como as áreas do oeste amazônico têm uma íntima relação com a formação de TPA, em alguns sítios com cronologias controladas (MILLER, 2009; ZIMPEL NETO, 2018), outras áreas também apresentam o mesmo nível de complexidade durante o período comumente chamado de Formativo (MACHADO, 2005; MORAES, 2006; MORAES e NEVES, 2012). Mesmo que as datas anteriores ao que os pesquisadores apontam de consenso ao início do Formativo e das sociedades com um sistema de agricultura mais complexo, é mais seguro apontar que o *caraipé* tenha tido sua emergência consolidada nesse período, visto que acompanha mudanças significativas nas estruturas sociais e econômicas das sociedades ameríndias.

4.1.1 Contextos arqueológicos com *caraipé* na bacia do rio Orinoco

Uma das regiões de grande relevância em termos de dados arqueológicos para a América do Sul (e até para regiões circuncaribenhas) é a bacia do rio Orinoco. Marco geográfico que assinala o limite da Amazônia internacional, o rio foi tratado, durante um longo período, como uma área marginal ou secundária aos Andes e outras regiões do continente sul-americano, ainda que possua uma complexa histórica cultural e ecológica (GASSÓN, 2002, p. 238).

A bacia do rio Orinoco abrange não apenas um considerável território, mas também representa um importante centro de desenvolvimento cultural dada a sua inegável sequência Arqueológica. Além disso, a porção sudoeste do rio é apontada como uma divisa entre os falantes de língua Carib e Arawak, separados pelo intervalo das bacias Negro/Orinoco, na borda do chamado Escudo das Guianas (ERIKSEN, 2011, p. 121).

Assim como a bacia do rio Amazonas, o rio Orinoco foi considerado, durante muito tempo, como uma área à margem dos Andes, compondo as chamadas “Terras Baixas”, com características que o enquadravam na mesma perspectiva da Amazônia dentro dos estágios evolutivos propostos por Steward (1946-1950) e Meggers (1954). Esse quadro foi sustentado durante um longo período, mesmo com as sucessivas pesquisas que apontavam para uma complexidade das culturas

arqueológicas locais e que atestavam para uma profundidade temporal com cerca de 10.000 anos (GASSÓN, 2002, p. 238).

A longa cronologia para os primórdios da agricultura e do surgimento de grupos ceramistas na região do Orinoco também acompanha a perspectiva do uso de *caraipé* entre diversos desses grupos. A frequência com que aparece nos registros arqueológicos ao longo de toda a bacia do rio Orinoco, faz considerar que a tecnologia passou a ser amplamente difundida (ou partilhada) pelos grupos locais. Desde os contextos cerâmicos mais antigos, como os de La Gruta e de Ronquín; ou as cerâmicas Saladoide, Cedeñoide e Barrancoide; e também a Fase Nericagua (GASSÓN, 2002; ERIKSEN, 2011), até o período em que chegam os europeus e estabelecem assentamentos jesuítas e espanhóis (SCARAMELLI, 2006), há uma recorrência de *caraipé* em algum período dentro desses conjuntos, demonstrando que o alcance na bacia do Orinoco é tão expressivo, em termos regionais, quanto no rio Amazonas e afluentes.

A despeito dos contextos mais antigos, como o período tardio da Fase Alaka (entre 5250 a 3300 anos AP) (ERIKSEN, 2011, pp. 129-130), que se espalhou pelo litoral das Guianas até o Amapá, no Brasil, a tecnologia cerâmica experimentou uma grande diversificação no período Formativo nessa região e nos domínios da bacia do Orinoco. Os sítios de Los Barrancos e Ronquín acabaram propiciando os dados do que seria uma das mais importantes tradições ceramistas para a área: a chamada Série Barrancóide⁵³ (BOOMERT, 2000, p. 101). Junto a Série Saladóide, esses dois grandes conjuntos são considerados as primeiras séries cerâmicas ao longo do vale do Orinoco, com uma cronologia, contudo, bastante debatida. Há três proposições cronológicas que podem ser consideradas: uma cronologia longa (que tem início em torno de 2400 a. C.), a cronologia curta (iniciada por volta de 600 a. C.), e uma terceira abordagem que apresenta uma cronologia que se iniciaria por volta de 900 a. C., com a Série Saladóide (ERIKSEN, 2011, p. 132). Este debate foi constituído, sobretudo, em decorrência de problemas na construção da cronologia, onde diversas datas foram rejeitadas dado a possibilidade de contaminação por partículas

⁵³ Alguns trabalhos apresentam o uso dos termos “Série” e “Tradição” para a designação desses conjuntos. Aqui, optou-se em manter o termo originalmente utilizado nos textos de referência.

de lignito⁵⁴, que pode ser encontrado de forma natural na região do vale do Orinoco (BOOMERT, 2000, p. 110).

No período em que Sanoja e Vargas retornam aos contextos de Ronquín, Camoruco, La Gruta e Parmana (a localização pode ser observada na Figura 18), na década de 1970, sua proposta incluiu a chamada “cronologia curta”, com uma terminologia mais simples a fim de organizar essa sequência, que passaria a ser composta por duas fases: Ronquín e Corozal. A ocupação da Fase Ronquín teria iniciado por volta de 2600 anos AP com o chamado Período I, onde se caracterizaria por assentamentos de pequenos grupos ao longo das margens do rio, uma subsistência baseada em horticultura, pesca e caça, com a produção de uma cerâmica decorada com policromia e, sobretudo, utilizando inclusões de areia fina e grossa, carvão, cinzas, argila, e também o *caraipé*. O Período II da mesma fase estaria inserido cronologicamente entre 1950 a 1650 anos AP, mantendo o padrão de subsistência, porém a cerâmica não mais apresentando o uso de carvão, cinzas e *caraipé* (GASSÓN, 2002, p. 277).

Mesmo com as discrepâncias apresentadas para a cronologia das duas séries, Roosevelt (1997) considerou o aporte da “cronologia longa” para a Fase Saladóide no médio Orinoco e apresentou as datas conforme as referências de suas escavações na região, seguindo uma sequência que iniciaria com o sítio La Gruta (4050 AP), e sucedido por Ronquín (3550 AP), Ronquín Sombra (3050 AP) e Corozal (2750 AP) (ERIKSEN, 2011, p. 132). Desses contextos, é pertinente notar que o conjunto cerâmico Z de Ronquín, definido como parte do Complexo Cerâmico Polícromo Antigo nesse sítio (BOOMERT, 2000, p. 101), pode ser observado a ocorrência de *caraipé* nos fragmentos (BARSE, 2000, p. 340).

Já para a Série Barrancóide, há certo consenso no estabelecimento mais preciso de sua cronologia, considerando que as cerâmicas com esse estilo teriam surgido por volta de 1000 a 700 a. C., além de que seja possível relacionar essa data com a expansão de um sistema de troca regionais por parte dos falantes da língua Arawak para a Amazônia (ERIKSEN, 2011, pp. 133-134).

Três fases da Série Barrancóide, Casa Vieja, Pozo Azul e Culebra, apresentam uma cerâmica decorada com incisões largas e planas, com a inclusão de areia na pasta associado ao *cauxí* ou ao *caraipé*, ainda que em baixa frequência.

⁵⁴ Lignito é uma rocha sedimentar considerada uma forma menor de carvão.

A fase Culebra foi considerada contemporânea à fase Ronquín do médio rio Orinoco (GASSÓN, 2002, p. 267).

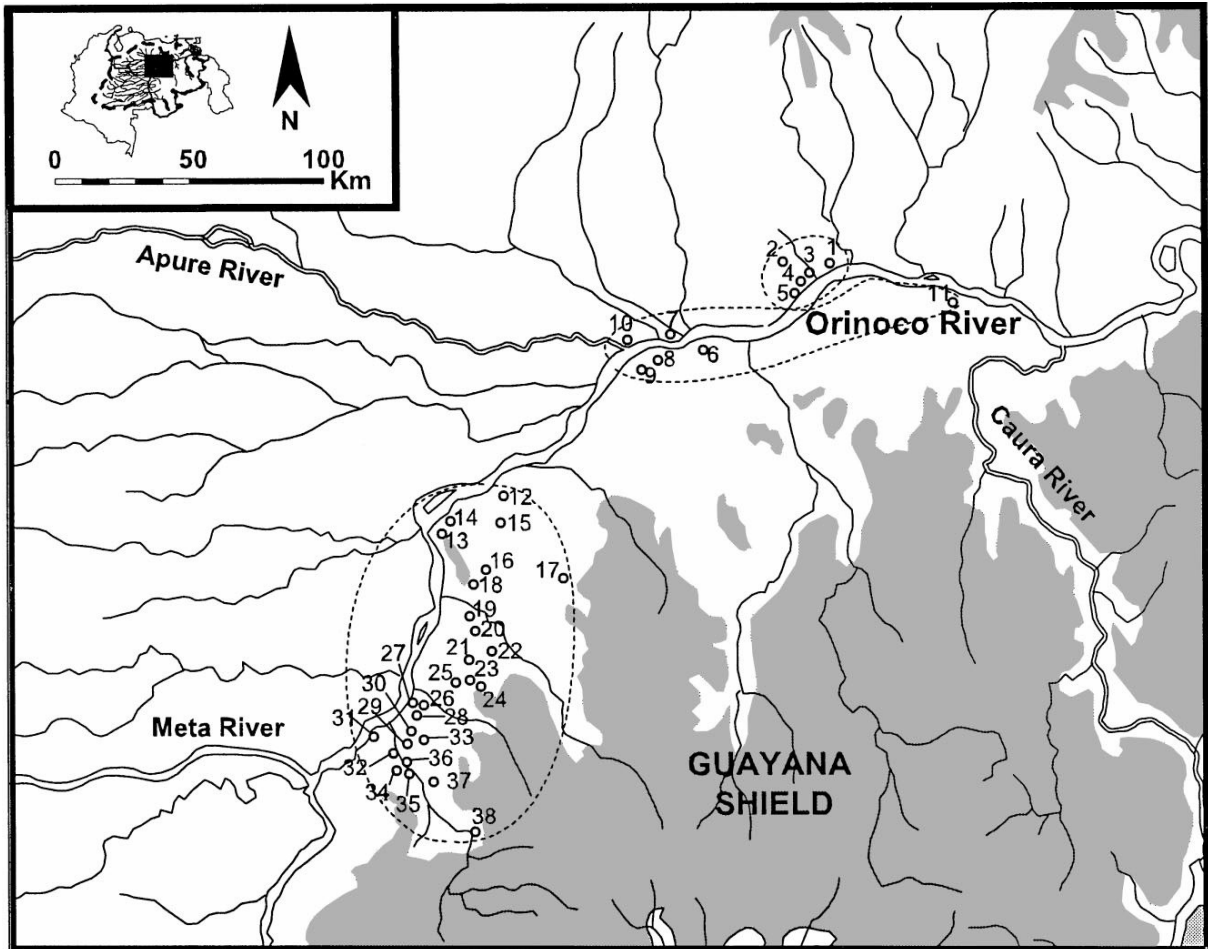


Figura 18: Localização dos principais sítios arqueológicos da área do médio Orinoco. Destaque para os sítios (1) Corozal; (3) La Gruta; (4) Parmana; (5) Ronquín; (6) Cedeño; e (9) Agüerito. Fonte: GASSÓN (2002, p. 275).

Outra tradição cerâmica de grande representatividade para o médio Orinoco é a Série Cedenóide que, segundo Boomert (2000, pp. 109-110), seria amplamente contemporânea à Série Saladóide. Ocorre, em muitos casos, junto com a presença de outros conjuntos cerâmicos, sendo apenas conhecida por ter sido identificada, em contexto sem influências, apenas no sítio Cedeño. Essa cerâmica é porosa, friável e com uma queima oxidante incompleta; apresenta composição de fibras vegetais, que incluem o *caraipé*, cinzas, carvão, *cauixí*, areia fina e alguns pequenos nódulos de argila (BOOMERT, 2000, p. 110).

Embora as Séries Saladóide e Barrancóide partilhem diversos contextos, alguns autores consideram que sejam tradições culturais separadas, incluindo suas

respectivas origens que necessariamente não são compartilhadas. Essa hipótese assume que as semelhanças observadas nas cerâmicas são resultados de contatos, trocas ou outra forma de interação. Do mesmo modo, para a influência mútua de materiais Saladóide e Cedeñoide deva proceder a mesma interpretação (BOOMERT, 2000, pp. 109-110).

Na porção do alto rio Orinoco (Figura 19), que abrange um ambiente com vegetação variada que vai desde a mata densa até as savanas e campos herbáceos, além de comportar grande quantidade de afluentes que compõem a bacia hidrográfica na região, as investigações arqueológicas foram bastante reduzidas até meados dos anos 1980 (ZUCCHI, 2017). As primeiras pesquisas que começaram a caracterizar a ocupação pré-histórica da região ficaram a encargo de Evans, Meggers e Cruxent (1959) que definiram as fases Nericágua e Corobal. A fase Nericágua, com uma cronologia inicialmente estabelecida entre os anos 800 a 1414 d. C., foi definida por uma cerâmica decorada com incisões, modelados e pinturas negativas, além do uso de *caraipé* na sua produção, ainda que existissem outros tipos de inclusões (como *cauíxí* e areia), embora em baixa frequência ou quase inexistentes (ZUCCHI, 1991, p. 3; 2017, pp. 38-39). Sua distribuição regional encontra-se ao longo do baixo rio Ventuari, no Orinoco, no Caño Caname, e no Atabapo, demonstrando ampla distribuição geográfica (ZUCCHI, 1991; 2017; GASSÓN, 2002).

Embora sua cronologia tenha sido definida para fim do século VIII e início do século XIX, apontou-se que suas características (que incluíam a decoração incisa e o uso de *caraipé*) poderia ser mais antiga do que a então verificada. Fato esse apresentado por Zucchi (1991, p. 4; 2017, p. 272), onde as datas dos sítios Panaven (2060 ± 130 anos AP, Beta 18458), Cáscara Dura (2010 ± 80 anos AP, Beta 18452), Laguna Iboa (1730 ± 80 anos AP, Beta 18454) e San José de Minicia (690 ± 190 anos AP, Beta 18456) recuam a cronologia para que a fase Nericágua já estaria bem estabelecida no alto Orinoco e tendo permanecido durante um longo período.

Uma datação mais recuada também foi verificada no lado oposto, nos *llanos* colombianos, região do alto rio Ararí, que abrange uma área com 24 sítios divididos em três conjuntos cerâmicos. Essa divisão foi realizada a partir da identificação das inclusões na pasta, que corresponderam ao caco moído (chamote), areia grossa e *caraipé*. Os conjuntos estabeleceram duas fases ceramistas: Puerto Caldas, com datação de 2910 ± 110 anos AP, e Granada, com datação de 1140 ± 100 anos AP.

Essa área, de modo geral, apresentou ocupações densas e permanentes, ainda com indícios de que possa ter sustentado sociedades hierarquizadas do tipo cacicado (GASSÓN, 2002, p. 262).

Somado a isso, os conjuntos cerâmicos apresentaram maior semelhança com os complexos da bacia amazônica do que com as regiões vizinhas, sendo plausível propor que a área do rio Ararí tenha servido como uma rota migratória e de contato cultural entre a população do vale do rio Orinoco e da Amazônia (GASSÓN, 2002, p. 262).

Pesquisas realizadas ao sul da Colômbia, na área conhecida como o Trapecio Amazônico, e também ao longo dos rios Caquetá e Vichada, os registros identificados apresentaram uma sequência de três ocupações bem diferenciadas. O contexto que corresponde ao Trapecio Amazônico apresentou uma cerâmica com uso de inclusões vegetais, em especial o *caraipé*. O primeiro conjunto, embora considerado o mais antigo, apresentou uma data de 160 ± 105 anos AP (I-6008). O segundo conjunto consistiu na inserção de novos traços, tanto na pasta quanto na decoração e na forma dos vasilhames, com datas entre 700 ± 130 anos AP (I-6083) e 615 ± 125 anos AP (I-6072). O terceiro conjunto, a cronologia o posicionou entre 1190 ± 90 anos AP (I-5574) e 925 ± 90 anos AP (I-5778) (ZUCCHI, 2017, p. 273).

Considerando as características do conjunto material, Zucchi (2017, p. 274) sugeriu também incluir a estas a Fase Camani da região de Araracuara (Colômbia), que compartilha traços na cerâmica, incluindo o uso de *caraipé*. A cronologia obtida para essa fase se enquadra com as datas mais recuadas do Trapecio Amazônico, situadas em 1145 ± 105 anos AP (Beta 1503) e 1120 ± 65 anos AP (Beta 1508).

A Fase Nofurei, pertencente à Tradição Polícroma Amazônica (BELLETTI, 2015, pp. 223-224), apresentou características que, segundo Zucchi (2017, p. 275) podem ser resultado de interações entre grupos com diferentes estilos cerâmicos. Com um conjunto cerâmico marcado pela inclusão de *caraipé* e carvão como componentes da pasta, seus elementos técnicos, formais e decorativos parecem apresentar certa semelhança com os conjuntos das fases Camani e Nericágua. Além destes, os tipos cerâmicos Ocuné Fino e Ocuné Ordinário do alto rio Vichada também apresentam grandes semelhanças com a fase Nericágua (incluindo o uso do *caraipé*), o que foi considerado como um elemento de contatos estabelecidos com os grupos do alto rio Orinoco (ZUCCHI, 2017, p. 275).

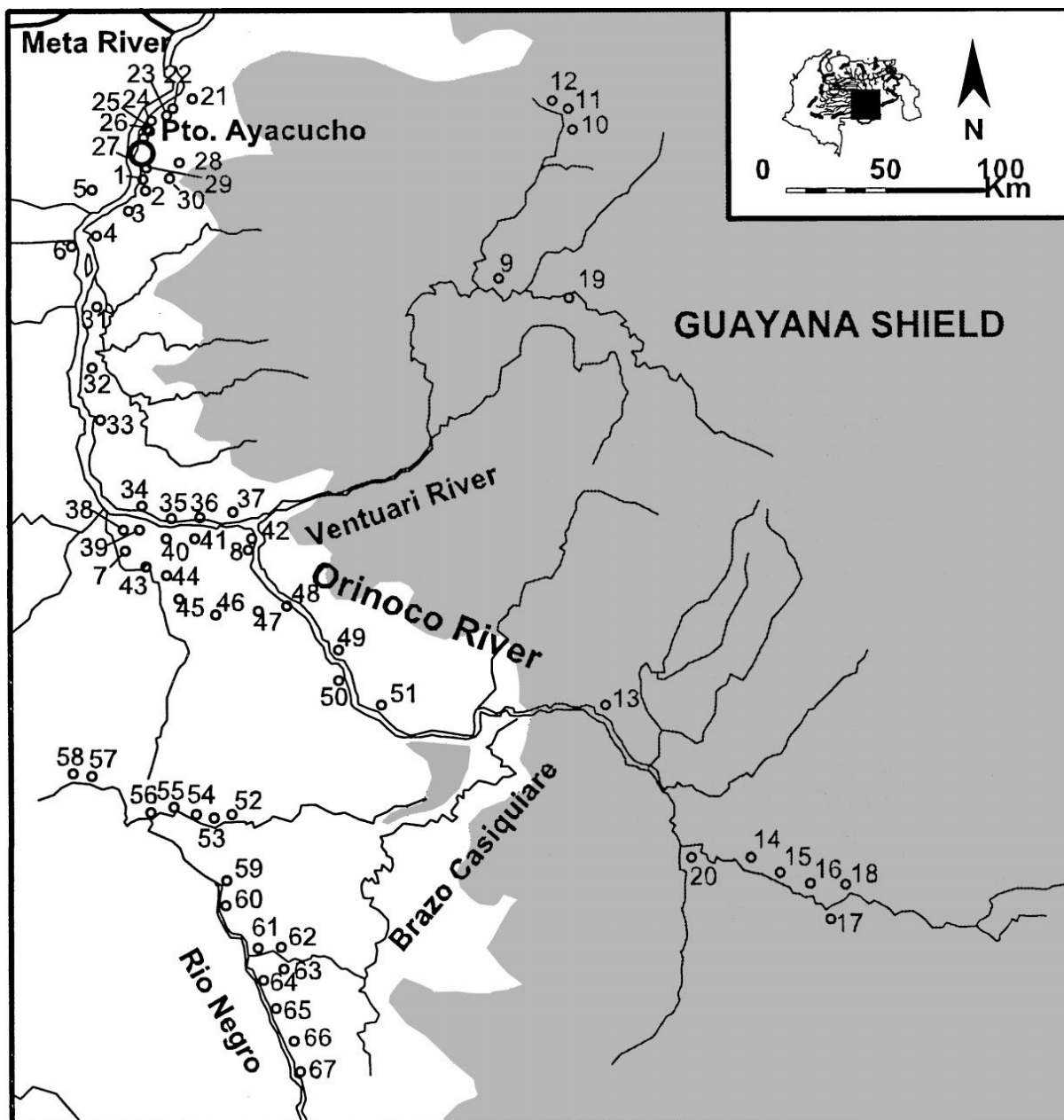


Figura 19: Localização dos principais sítios arqueológicos da área do alto Orinoco. Destaque para os sítios (4) Raudal de Maipures; (5) Atauripe; (6) Maipures; (12) San Juan de Manapiare; (13) Esmeralda; (14) Raudal Guaharibo; (19) Corobal; (20) Monou-Teri; (21) Albarical; (31) San Pedro; (32) Nericagua; (36) Panaven; (37) Patacame; (38) La Punta; e Pueblo Viejo; (57, 58). Fonte: GASSÓN (2002, p. 265).

Investigações conduzidas por Zucchi (1973) na região dos *Llanos Occidentales* da Venezuela revelou evidências do uso de *caraipé* em duas formas de *budares* para o complexo cerâmico Caño del Oso, no sítio Hato de la Calzada. O montículo escavado de onde proveram os materiais cerâmicos apresentaram uma cronologia de ocupação que ia desde 920 anos a. C. até 500 anos d. C., com

indícios de uma subsistência pautada na caça, pesca e cultivo de milho (ZUCCHI, 2017, pp. 83-87).

O complexo Monu Teri é outro conjunto no qual foi identificado o uso do *caraipé* na cerâmica. Sua caracterização se deu a partir de fragmentos coletados na foz do rio Mavaca, tributário do alto rio Orinoco. Além de *caraipé*, as cerâmicas apresentaram inclusões de pedras trituradas, alguma decoração inciso-aplicada, fragmentos que sugeriram formas de *budare*, e as datas atingiram um período de 1010 ± 70 anos AP até 500 ± 170 anos AP. O material compartilha similaridades com os conjuntos das Séries Valóide e Araquinóide, além da Fase Nofurei da região de Araracuara, na Colômbia (GASSÓN, 2002, p. 268; ZUCCHI, 2017, p. 39).

Na província de Apure, no rio Clarito, próximo à foz do rio Capanaparo, há um complexo cerâmico com predominância no uso de *cauxí* e *caraipé*, o qual compartilha alguns traços tecnológicos com os estilos Arauquín e Matraquero, com datação de 550 ± 70 anos AP (GASSÓN, 2002, p. 261).

Na região de San José de Oconé, a confluência dos rios Vichada e Muco, sítios com cerâmica temperada com *caraipé*, carvão e argila foram identificados junto a áreas de terra preta com até 60 cm de profundidade. As decorações em vermelho sobre branco e motivos geométricos indicam uma relação com o estilo Agüerito e Araquinóide do médio Orinoco (GASSÓN, 2002, p. 263).

4.1.2 Contextos arqueológicos com *caraipé* nas Guianas

Mesmo fazendo parte da Amazônia internacional, as Guianas apresentam particularidades que a distinguem, de certo modo, das demais áreas, principalmente pelo chamado Escudo das Guianas. Essa área é uma espécie de território insular circundada pelas bacias do rio Negro e Amazonas, o Canal Casiquiare, a bacia do rio Orinoco e o Oceano Atlântico. Os diferentes ambientes, que incluem as savanas, a floresta tropical e a planície costeira, tiveram influências marcantes nas populações pré-colombianas (ROSTAIN, 2008, p. 279).

Os contextos mais recuados cronologicamente nas Guianas apontam para as áreas costeiras, com as populações de pescadores, coletores e caçadores que iniciaram o sedentarismo a partir dos assentamentos em concheiros (Figura 20). Essa mudança acompanhou o desenvolvimento da tecnologia cerâmica e iniciou um aporte para a agricultura (ROSTAIN, 2008). Nesse contexto, a planície costeira foi o ambiente escolhido por essas populações, se estendendo desde a foz do Orinoco (Venezuela) até o litoral do Maranhão (Brasil). Os sítios do tipo concheiros foram

substituiria a Saladóide, onde seria observado um aumento na complexidade da cerâmica e nas ocupações a partir do período de 300 a 650 d. C. É, também, nesse período que observa-se mais uma mudança significativa nas estratégias de subsistência com o que poderia ser chamado de uma pseudorrevolução neolítica (com inexistência da domesticação de animais), onde as regiões do médio e baixo Orinoco teriam um papel importante no desenvolvimento para as populações da Amazônia e também das Antilhas (ROSTAIN, 2016, p. 58).

Os grupos Mabaruma, pertencentes à tradição Barrancóide, apresentaram datas recuadas para contextos com *caraipé* na faixa costeira das Guianas, que incluem os montículos dos sítios Buckleburg 1 e Buckleburg 2, e que têm o início de sua cronologia marcada em 1845 ± 45 anos AP (GrN-9804), e se estende até 1315 ± 55 anos AP (ROSTAIN, 2016, p. 60). A cerâmica desses contextos, embora tenha na composição de sua pasta cacos moídos nas camadas superiores, apresentaram nos estratos mais profundos uma amostra com fragmentos contendo porcentagens diferentes de materiais, como quartzo, conchas, mica, carvão e *caraipé* (VERSTEEG, 2008, p. 307).

Também aqui pode-se apontar, conforme Zucchi (1991, p. 16) assinala, que os portadores da cerâmica Mabaruma estiveram em contato com as populações da Fase Alaka tardia (aproximadamente em 500 d. C.), o que pode ter propiciado mudanças nas estratégias de subsistência desse grupo mais antigo, numa transição entre a coleta para a agricultura. Além disso, é possível sugerir, segundo a autora, que a cerâmica Alaka tardia⁵⁵ e a agricultura teriam sido introduzidos na porção costeira das Guianas a partir de rotas vindas do alto Orinoco, Vaupés e Cauquetá, já que complexos cerâmicos com características compartilhadas foram identificados em ambas as regiões.

Os sítios arqueológicos da tradição Araquinóide também marcam presença no litoral das Guianas, com uma ocorrência que abrange desde a porção oriental até a ilha de Cayena. Sua cronologia teria se iniciado por volta de 600 d. C., e manifestou-se em seis culturas distintas: Mabaruma, Tardif, Hertenrits, Kwatta, Barabakoeba e Thémire, todas consideradas uma continuidade geográfica,

⁵⁵ Aqui são apontados os tipos *Sand Creek Plain*, *Unclassified Caraipé-tempered Plain*, *Unclassified Clay-tempered Plain* e *Unclassified Decorated*, dos quais há um deles indicado o uso de *caraipé*.

cronológica e cultural, ainda que nem todos os conjuntos cerâmicos apresentassem *caraipé* na composição da pasta (ROSTAIN, 2016, p. 60).

Os contextos associados à cultura Kwatta são observados ao longo de uma faixa que compreende os rios Coppename e Suriname, com datações dentro de um intervalo que vai de 1140 a 895 anos AP, e apresenta uma cerâmica composta, principalmente, com argila refratária e *caraipé*, além de areia e conchas moídas (ROSTAIN, 2016, p. 62).

Já os sítios do chamado Complexo Thémire também apresentaram o uso do *caraipé* nos seus conjuntos cerâmicos. Encontrados frequentemente numa área que abrange as planícies holocênicas da porção central da Guiana Francesa, abarcando o rio Kourou e a Ilha de Caiena. Esta, sobretudo, comporta o que seria o sítio-tipo para o complexo Thémire, onde haveria de compor três tipos cerâmicos, incluindo o *Melchior kwep*, que teria *caraipé*. A cronologia para essa ocupação foi elaborada a partir de duas datas, 510 ± 40 AP (OBDY-794) e 380 ± 35 AP (OBDY-796), que sugeriram um período entre 1400 a 1670 no calendário cristão (VAN DEN BEL, 2015, p. 14).

As pesquisas realizadas por Van den Bel (2015a; 2015b) ao longo da porção costeira oriental das Guianas também apresentaram contextos diversos com o uso do *caraipé*. Exibindo uma cronologia extensa, os sítios dessa região compunham um contínuo temporal que abrange o período Formativo até o contato com o colonizador europeu. Embora nem todos os contextos tenham o *caraipé* predominantemente, em muitos deles o seu uso na cerâmica é recorrente, e compartilham a mesma profundidade temporal. As datas criaram uma sequência consistente, principalmente para o litoral da Guiana Francesa, onde atingem 2325 ± 25 (KIA-36135.2) no seu contexto mais antigo (VAN DEN BEL, 2015, p. 24). Essa sequência se mostra consistente quando dos contextos nos sítios Eva 2, Chemin Saint-Louis, Crique Sparouine e AM 41, todos com uma sequência de datas até o século XV-XVI (VAN DEN BEL, 2015).

Aproximadamente em 350 d. C. a Guiana Oriental recebeu populações que teriam seu foco a partir do baixo e médio rio Amazonas, representados, principalmente, pela cultura Aristé. Esta, por sua vez, poderia ser dividida em três fases; Aristé Antigo (350 a 1100 d. C.), Aristé Recente (1100 a 1600 d. C.) e Aristé Final (1600 a 1750 d. C.), das quais, no meio dessa sequência, estaria o estilo Caripo kwep, com cerâmica contendo *caraipé* (ROSTAIN, 2016, pp. 67-68). Esse

estilo, contudo, não acompanha a dimensão da cultura Aristé (que abrange o estado do Amapá, no Brasil e as Guianas), mas estaria associado à tradição Inciso-Ponteada, limitando-se a ocorrer em torno da baía do rio Oiapoque, com mais semelhanças com os conjuntos do médio Amazonas do que com os tipos policromos (op. cit., p. 68).

Por fim, outro conjunto cerâmico comum na região das Guianas, e originário da região, seria o Complexo Koriabo, muitas vezes interpretadas como produtos de troca em toda a área do Escudo das Guianas. Embora Rostain (2009) o considere um produto único das Guianas, esse complexo se estende para além dessa área, inclusive atingindo os contextos do baixo Trombetas e rios Nhamundá, no Brasil (ALVES, 2019). A cerâmica desse complexo é bastante característica quanto aos traços de suas formas e decoração, porém, são os aditivos que compõem a pasta um elemento que varia conforme a região, indo desde areia, mica e chamote, até o *caraipé*. O conjunto chamado “Caripo Kwep” é aquele que apresenta o uso do *caraipé*, que pode estar ligado à tradição Inciso-Ponteada, sendo identificada no médio e baixo rio Amazonas, e em alguns sítios da Fase Aristé no baixo rio Oiapoque e no estado do Amapá (ROSTAIN, 2016, p. 67).

A cronologia desse complexo nas Guianas se estende a partir do ano 750 d. C. no interior, e 1100 d. C. na faixa costeira (ROSTAIN, 2016, p. 68). O registro inicial que caracterizou o conjunto na região das Guianas foi classificado em cinco tipos, dos quais, o tipo “Barima Simples” compreendeu a cerâmica com uso de *caraipé* (VAN DEN BEL, 2015, p. 15).

4.1.3 Contextos arqueológicos com *caraipé* na Amazônia Ocidental

Esta, talvez, seja a área delimitada mais extensa para esse referencial e, ainda assim, é a que apresenta grandes vazios informacionais em termos arqueológicos. Com uma extensão territorial que abrange em sua maior parte a floresta tropical, com evidente limite na cordilheira dos Andes, a Amazônia Ocidental não abrange somente grande parte de um contexto inserido no território brasileiro, mas também a Amazônia peruana o Equador e o Sul/Sudeste da Colômbia. Essa grande extensão territorial, além de incorporar uma grande diversidade de culturas arqueológicas, também comportou o que poderia ser definido como uma área de

redes de conexão e trocas entre as populações das cadeias de montanhas e os povos da floresta tropical (ERIKSEN, 2011, p. 17).

Durante grande parte das décadas de 1970 e 1980, a Amazônia Ocidental detinha um considerável número de pesquisas e informações arqueológicas dentro do contexto amazônico como um todo que poderia ser considerado uma das áreas mais conhecidas naquele período. Contudo, esse cenário foi gradativamente mudando ao longo dos anos devido à discrepância cada vez mais evidente entre a dimensão territorial e o número de informação disponível, muitas vezes resultando numa certa extrapolação de dados para compreender melhor essa área, a qual detinha grandes dificuldades de se realizarem pesquisas (ERIKSEN, 2011, p. 19).

Ainda que esses problemas acompanhem as pesquisas arqueológicas nessa área, os inúmeros trabalhos produzidos nas últimas décadas, em especial na Amazônia brasileira ocidental, demonstram que os dados empíricos disponíveis são excelentes pontos de partida para discussões que possam assistir os demais contextos amazônicos (ERIKSEN, 2011). Dentro dessa perspectiva, as datas para ocupações ceramistas acabaram demonstrando um recuo cada vez maior, com continuidades temporais bem atestadas ao longo dessas pesquisas (CRUZ, 2008; SCHAAN et al., 2010; 2012; SAUNALUOMA, 2010; SAUNALUOMA e SCHAAN, 2012 ALMEIDA, 2013; MILLER, 2013; ZUSE, 2014; SILVA, 2015; ZIMPEL NETO, 2018), o que têm permitido uma consistente releitura de diversas proposições que vinham sendo mantidas ao longo da Arqueologia realizada até então.

Indícios do início da domesticação de plantas e de atividades horticultoras incipientes foram propostas para regiões da Amazônia equatoriana, as quais apontam para um contexto de experimentação e desenvolvimento de domesticação entre 8000 e 5000 anos AP (OLIVER, 2008, p. 208). Essa proposição acompanha outros contextos que têm demonstrado essa distância temporal entre a adoção da cerâmica e da agricultura com a domesticação e uso de plantas, a qual sugere um longo período em que as estratégias de subsistência se apresentaram de uma forma intermediária entre uma horticultura incipiente e a agricultura junto com a produção de cerâmica (FAUSTO e NEVES, 2018, pp. 1607-1608).

Esse contexto antigo para indícios de uma horticultura também acompanha os registros de sítios com cerâmicas datadas do início do período Formativo, como é o caso da Cultura Valdivia na costa equatoriana com datações ao redor de 5000 anos AP (HOOPES, 1994, pp. 17-19). Do mesmo modo, pode-se observar outras

datas em torno de 2500 a. C. para esse contexto sub andino, principalmente ao norte do Peru, que apresentaram uma sequência cronológica aos contextos da cerâmica Valdivia, os quais poderiam ter sido resultantes da difusão de tecnologia a partir desses grupos (HOOPEs, 1994, p. 35). Apesar desse movimento inicial, a cerâmica antiga na Amazônia Ocidental, e principalmente na área costeira, teria se dispersado para outras regiões, incluindo os Andes, a Colômbia e o Peru. Essa proposição, contudo, pode ser melhor aceita a partir de que esta área comporia uma espécie de zona intermediária entre as terras baixas e altas. A troca de materiais, cerâmicos ou de outra natureza, pode ter se dado a partir dos corredores de passagem entre a floresta e a cadeia montesina, onde há indícios também da introdução do milho e da mandioca a partir da costa do Equador para o vale do rio Ucayali (ERIKSEN, 2011, pp. 19-21).

Outra região apontada como uma possível zona de contato, ou intermediária na conexão entre as diferentes áreas amazônicas, seria a região do rio Negro, rio Casiquiare e alto rio Orinoco, nas divisas de Brasil, Venezuela e Colômbia. A proposta, originada na pesquisa de Lathrap (1970), consistiu em apontar que, por volta dos anos 3000 a. C., as pressões demográficas nas populações da Amazônia Central forçaram os grupos a migrarem em buscas de novas zonas ambientais favoráveis, das quais, uma das rotas tomadas foi mediante o alto rio Negro na direção do médio e baixo rio Orinoco. Esta perspectiva foi retomada por Rouse (1985) e posteriormente ampliada por Zucchi (1991) para a área em questão.

Com base em dados da linguística, na tradição oral de povos originários e nos registros arqueológicos, Zucchi (1991, pp. 14-16) propôs um modelo em que os grupos proto Maipure, proto Baré, proto Palikur e proto Manao teriam utilizado o rio Negro como rota de dispersão, sendo que um desses grupos (proto Manao) permaneceu no médio rio Negro enquanto os demais seguiram rio acima através a área Negro/Casiquiare/Orinoco e se dividiram ao longo das regiões dos *Llanos*, do litoral e atingiram as Guianas. Considerando os dados arqueológicos, junto a dispersão desses grupos, os conjuntos cerâmicos que surgiram contemporaneamente têm uma relação nas suas características formais, incluindo, ainda, a presença do uso de *caraipé* em alguns deles.

Apesar de todo esse movimento aparentemente originário de migrações da Amazônia Central, contextos pesquisados na porção brasileira da Amazônia Ocidental apresentaram dados que atestam para ocupações ceramistas datadas por

volta de 3000 anos AP. Os trabalhos realizados por Miller no estado de Rondônia, abrangendo as bacias dos rios Guaporé, Madeira, Jamarí e Ji-Paraná logrou a identificação de sítios e datação de contextos que apresentaram um conjunto material bastante singular e uma sequência cronológica consistente (ZIMPEL NETO, 2008; MILLER, 2013).

Na região do Pantanal do Guaporé, no sambaqui de Monte Castelo, foi obtida uma sequência cronológica que remonta o Holoceno Inicial, inicialmente para a ocupação aceramista e posteriormente para ocupações cerâmicas. Essa sequência abarcou as fases Cupim, Sinimbu e Bacabal, esta última marcada pela ocupação ceramista. Embora tenha-se registro de material cerâmico nas duas outras fases, é somente no período que marca a ocupação da fase Bacabal que a produção cerâmica atinge um nível maior (ZIMPEL NETO, 2018, p. 37). A cronologia inicial remonta à cerca de 4000 anos AP, porém a camada de transição entre a fase Bacabal e a fase Sinimbu apresenta traços tênues do que seriam esteios, contendo também fragmentos cerâmicos considerados intrusivos mas sem indícios de deslocamento, o que poderia recuar ainda mais o início desde que essa camada passaria a compor o horizonte ceramista, chegando a 5183 anos AP (MILLER, 2013, p. 342).

A antiguidade da fase Bacabal e os traços que compunham as características da cerâmica fizeram com que Miller (2013, p. 340) associasse essa ocupação com os conjuntos cerâmicos do início do Formativo, no caso com as Culturas Valdivia e de Puerto Hormiga, tendo sido resultado de uma difusão cerâmica a partir desses centros até o sítio de Monte Castelo. Além disso, diversos outros atributos dessa fase, principalmente no que tange às características dos assentamentos, podem ser comparadas com outros sítios de ambientes lacustres, como os sambaquis que compõem a fase Mina, quanto também ao sítio Taperinha no baixo rio Xingu (ZIMPEL NETO, 2018, p. 39). Contudo, a diferença principal reside nos elementos que compõem a cerâmica. Inicialmente, nas camadas mais antigas, as cerâmicas são mais simples e associadas a unidades domésticas, onde os fragmentos apresentaram inclusões de areia, *cauíxí* e concha triturada. O *caraipé* só vai figurar nos conjuntos cerâmicos cerca de 2500 anos AP, até meados de 800 anos AP (MILLER, 2009, p. 108).

Fases decorrentes das ocupações Bacabal (Aguapé e Poaia) poderiam, inclusive, ter surgido dos contextos no alto rio Guaporé (ZIMPEL NETO, 2018, p.

64), considerando que ambas apresentam *caraipé* nos seus conjuntos materiais. Não há, entretanto, nenhuma discussão sobre essa continuidade ou pela adoção do *caraipé* na produção cerâmica desses grupos.

Próximo aos contextos da fase Bacabal estariam sítios arqueológicos com cronologias mais recentes, porém, com a continuidade do uso de *caraipé*. As fases Pimenteiras e Corumbiara não foram filiadas a nenhuma tradição ceramista, tendo sido identificadas durante as pesquisas do PRONAPABA realizadas por Miller e Simões nas décadas de 1970 e 1980. Possuem uma cronologia que as insere entre 900 AD até 1746 AD e apresentam características em comum, tanto entre os padrões de assentamentos quanto na tecnologia cerâmica (CRUZ, 2008; ZIMPEL NETO, 2018). A sua diferenciação residiria, principalmente, nas questões que se referem à extensão dos assentamentos, na variedade de tipos decorados e morfologia dos vasilhames. Para ambas as fases, o uso do *caraipé* estaria associado também ao uso do *cauíxí* (ZIMPEL NETO, 2018, p. 71).

Na mesma perspectiva pode ser inserida a fase Poaia, também não está filiada a nenhuma tradição e corresponde a dois sítios arqueológicos em abrigos sob rocha identificados por Miller no baixo rio Guaporé. Apresentou vasilhames globulares e tigelas rasas, ambas de pequeno porte, com decoração em motivos incisos de linhas paralelas retas, curvas e zigue-zague (CRUZ, 2008, p. 58). O conjunto cerâmico foi caracterizado, principalmente, pela presença de *caraipé* e apresenta uma cronologia que faz o uso dessa tecnologia figurar muito previamente do que outros contextos próximos à região (ZIMPEL NETO, 2018, p. 77). As datas disponíveis apontam para uma ocupação que surge por volta de 2500 anos AP e se estende até aproximadamente 2000 anos AP (CRUZ, 2008, p. 55).

Outra pesquisa que também apresentou indícios bastante recuados para ocupações ceramistas, novamente no estado de Rondônia, abrange a região dos rios Guaporé, Madeira e Aripuanã que identificou contextos com cerâmica corrugada e pintada com datações que atingiram 5070 anos AP (MILLER, 2009, p. 36). Os dados apresentados por Miller visaram corroborar os apontamentos linguísticos e etno-históricos para a área de origem dos grupos falantes da língua Tupi, relacionado aos contextos de produção cerâmica associados a grupos Proto-Tupiguarani (MILLER, 2009, p. 37). Dos sete sítios arqueológicos datados, a sequência cronológica apontou para um contínuo que vai dos 5000 anos AP até meados de 500 anos AP, sendo os conjuntos cerâmicos classificados em 14 tipos

além de uma amostra que não pode ser inserida em nenhum conjunto anterior. Destes, uma pequena parcela do total (cerca de 5,17%) junto a fragmentos não classificados, apresentaram na composição da pasta inclusão de *caraipé* (MILLER, 2009, p. 54). Embora não haja um apontamento direto dos contextos, o tipo que compreende uso do *caraipé* poderia estar relacionado a esses sítios, incluindo os mais antigos.

A porção sudoeste da Amazônia é considerada uma das mais diversas em termos culturais, com uma variedade de línguas originárias além de também um possível local de interações por parte dos diferentes grupos. Além dos registros prováveis da origem dos grupos Tupi (sejam linguísticos ou arqueológicos), as pesquisas têm apontado que esta região detém uma profunda sequência cronológica, atestada pelo crescente número de projetos desenvolvidos na região nas últimas décadas (ZUSE, 2016).

Nesse crescente quadro de dados, um dos contextos mais recuado está relacionado à Tradição Polícroma na Amazônia, da qual torna-se indiscutível considerar a grande amplitude de seus registros em todo território da floresta tropical (Figura 21). Definida a partir do traço diagnóstico que é a pintura vermelha e preta sobre um engobo branco, também acompanha uma grande variedade nos aparatos cerâmicos, além de contornos mais complexos com a presença de ombros, carenas, flanges, bordas cambadas (ALMEIDA, 2013, p. 44), além de incluir incisões, excisões e acanalados sobre as superfícies, com ou sem engobo vermelho (CHMYZ, 1976, p. 145; SOUZA, 1997, p. 130; BELLETTI, 2015, p. 222). A profundidade temporal também é compatível com a dimensão espacial, sendo os registros encontrados na porção ocidental da Amazônia datados próximos à 3000 anos AP. Além da bacia do rio Madeira, sítios associados a essa tradição podem ser verificados no alto rio Amazonas, rio Solimões, rio Japurá, rio Negro e, fora do território brasileiro, no rio Ucayali, rio Napo e rio Caquetá (BELLETTI, 2015, p. 223).

A diversidade cultural e temporal é refletida tanto pela definição de subtradições e, ao menos, 17 fases cerâmicas sem considerar o baixo Amazonas e as tradições com pintura dessa área (Marajoara, Aristé e Koriabo). As datas mais recuadas estão na calha do rio Madeira, onde os sítios da subtradição Jatuarana apresentaram contextos com 2730 ± 75 anos AP e 2340 ± 90 anos AP (ZUSE, 2016, p. 386).

Dentro dessa complexidade cultural, e das discussões que acompanham a tradição Polícroma⁵⁶, considera-se aqui um elemento bastante particular que foi utilizado como um traço que identificava essa tradição, que era o uso do *caraipé*. Ainda que não tenha sido uma característica preponderante em todas as fases, sua recorrência nos contextos da TPA⁵⁷ ceramista (ALMEIDA, 2013, p. 53), conduz-se aqui uma reflexão sobre esse conhecimento tecnológico ter acompanhado, de alguma forma, a dispersão dessa tradição.

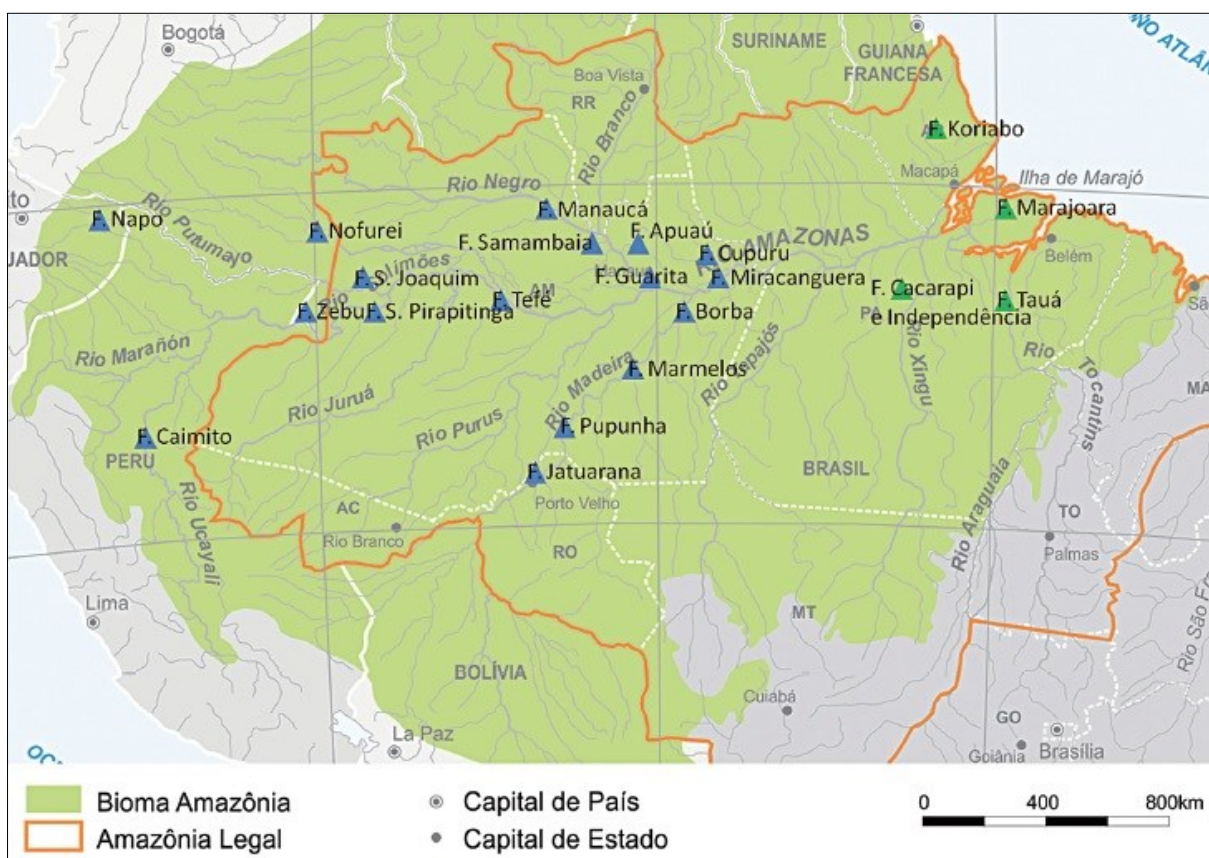


Figura 21: Distribuição das Fases da Tradição Polícroma Amazônica na bacia do rio Amazonas, segundo Belletti (2016, p. 350).

Ao extremo oeste dos limites da Amazônia Internacional, as fases Cotacocha e Napo comporiam os conjuntos mais ao limite da dispersão da TPA nessa área na bacia do rio Napa (Equador/Peru). Essas duas fases seriam marcadas por uma característica comum, embora a principal diferença entre ambas residiria na decoração corrugada (Cotacocha), que poderia ser acompanhada de ponteados ou

⁵⁶ Para maiores informações sobre os debates ver o trabalho de Belletti (2015).

⁵⁷ Tradição Polícroma Amazônica.

ungulados, e a policromia para os conjuntos Napo, conforme a caracterização de Evans e Meggers (1968). As inclusões de *caraipé* foram observadas nas pastas dos dois conjuntos cerâmicos, contudo, no caso da fase Cotacocha, as ocorrências estão direcionadas na porção do baixo rio Napo equatoriano, onde o uso teria se iniciado aproximadamente após o ano mil da era cristã (ARROYO-KALIN e PANDURO, 2016, pp. 466-468).

A fase Napo foi identificada durante as pesquisas de Evans e Meggers na região do vale do rio Napo equatoriano, pouco acima da foz do rio Aguarico. Muitos dos conjuntos dessa fase provieram de atividades de colecionistas ou da arqueologia preventiva, recentemente. Em termos mais específicos, essa fase detém como traços formais, o uso do *caraipé*⁵⁸, areia grossa e fina, e carvão na produção da pasta para as vasilhas. A sua dispersão atual inclui regiões ao longo da bacia do rio Napo que incluem o território peruano, com uma cronologia em torno de 1210 a 1280 d. C. (782 ± 53 AP, P-347; 769 ± 51 AP, P-269) (ARROYO-KALIN e PANDURO, 2016, pp. 467; 469-475).

Embora o quadro cronológico proposto para o rio Napo seja mais abrangente do que as datas citadas, os demais contextos que representam as fases Tivacuno, San Roque e Yasuní tiveram um conjunto cerâmico com inclusões de pasta marcado, principalmente, por minerais, e minoritariamente orgânico. Não há, contudo, uma definição se essas inclusões “orgânicas” comportariam o *caraipé*, ainda que não fosse algo distante dos contextos da fase Napo e Cotacocha. Porém, se fosse esse o caso, poderia reduzir a cronologia de uso do *caraipé* localmente para uma data próxima a 460 a. C. (ARROYO-KALIN e PANDURO, 2016, p. 477).

No alto Amazonas, ainda pode ser observado um único sítio da TPA, o qual acabou sendo definido como pertencente à fase Zebu. Esse sítio apresentou um conjunto material com *caraipé*, carvão e chamote como principais inclusões na pasta (BELLETTI, 2015, p. 306). Para a fase Nofurei, que abrange os indícios de ocupação no rio Caquetá, os vasilhames identificados foram predominantemente caracterizados pelo uso de *caraipé* e carvão (BELLETTI, 2015, p. 318).

Na região do alto rio Madeira, os contextos arqueológicos antigos estão associados à ocupações que apresentam camadas pouco espessas, porém ao longo de uma faixa temporal constante que atinge um intervalo com cerca de 2000

⁵⁸ Também chamado de *apacharama*.

anos, como é o caso dos sítios Boa Vista, Vista Alegre e Foz do Jatuarana. A cerâmica desses contextos, ainda sem uma associação direta, possui datas de 2010 ± 30 AP e 4470 ± 40 AP (Boa Vista), 3140 ± 40 AP e 2080 ± 30 AP (Vista Alegre), 2780 ± 40 AP (Foz do Jatuarana), 2730 ± 75 AP (Teotônio), e 2340 ± 90 AP (Igapó I) (ZUSE, 2016, pp. 392-393). Os contextos apresentam, em algum momento, o uso de *caraipé* na composição das pastas.

Subsequente a essas ocupações, uma cerâmica com características similares às da Série Barrancóide, apareceram principalmente nos sítios Santo Antônio e Teotônio, com camadas arqueológicas datadas entre 1160 ± 40 AP até 760 ± 40 AP, embora se tenha registros de datações mais recuadas para esse contexto no sítio Santa Paula (1550 ± 30 AP), porém com difícil correlação (ZUSE, 2016, pp. 394-395).

Em continuidade a essas ocupações, a subtradição Jatuarana aparece nos contextos, mantendo ainda a antiguidade do estilo das cerâmicas policromas. Essas cerâmicas compõem grande parte das áreas pesquisadas no rio Madeira compondo os conjuntos, por vezes, associados à terra preta e sobrepondo ou misturando-se com as cerâmicas Barrancóides (ZUSE, 2016, p. 397). As datações para a subtradição Jatuarana recuam até aproximadamente 3000 anos AP e persistem até o século XVIII (ALMEIDA, 2013, p. 107). A subtradição Jatuarna foi definida a partir de uma manifestação da Tradição Polícroma Amazônica na região do alto e médio rio Madeira numa extensão que abrange uma área de cerca de 550 km. Dentre as características dos sítios, principalmente associados a sítios de habitação e de cemitério, haveria ainda pacotes de terra preta q chegariam a dois metros de profundidade (ALMEIDA, 2013, p. 109).

O material cerâmico da subtradição Jatuarana apresenta uma diversidade de estilos decorativos que incluem desde elementos plásticos, como ponteados, ungulados, pinçados, serrungulados, estampados, carimbados e apliques zoomorfos e antropomorfos, além é claro da policromia que parece tornar-se mais popular através do tempo. Sobretudo, outro elemento predominante é o uso do *caraipé* como inclusão predominante na produção da pasta, que, por vezes, também inclui o uso de *cauíxí*, carvão e areia (ALMEIDA, 2013, pp. 110-111).

Embora o *caraipé* seja recorrente nos conjuntos cerâmicos da Tradição Polícroma Amazônica, este não consegue assumir como um elemento marcador de todo o conjunto material, principalmente em alguns contextos no rio Madeira, como é

o caso do sítio Itapirema, que apresenta o *cauixí* como predominante nos conjuntos cerâmicos. Ainda que seja um sinalizador de alguma mudança, o *caraipé* não deixa de existir nas amostras, surgindo em menor frequência (ALMEIDA e MORAES, 2016, pp. 407-408).

A Tradição Jamarí é outro conjunto Identificado ainda durante a época do PRONAPABA, quando essa tradição foi proposta por E. Miller a partir do estudo de 96 sítios arqueológicos no médio e baixo curso do rio homônimo, ao longo de uma extensão com cerca de 340 km até a foz no rio Madeira (ZIMPEL NETO, 2008, p. 47). Essa tradição foi subdivida em quatro fases: Urucuí, Jamarí, Cupuí e Matapí (CRUZ, 2008, p. 51-52), com uma longa sequência de permanência no rio Jamarí, onde todas as fases identificadas teriam, em algum momento, relação com os contextos de formação da terra preta indígena (ALMEIDA, 2013, p. 122).

A cronologia da fase é extensa e se refere a datações que poderiam incluir as mais antigas ocorrências com *caraipé* para a Amazônia ocidental. A sequência de datações insere as quatro fases num contínuo que iniciaram com a fase Jamarí⁵⁹ (ca. 800 a. C. até o século XVI), com um total de 37 sítios registrados; a fase Urucuí, com um breve período (entre ca. 550 ± 90 – 280 ± 50 a. C.), verificada em 17 sítios; a fase Cupuí com 16 sítios identificados (ca. 600 ± 60 d. C.); e, por fim, a fase Matapi que corresponderia já o período em contato com os colonizadores europeus no século XVIII (ALMEIDA, 2013, p. 122).

O que se pode ressaltar de maior interesse nessa região, é que as quatro fases são marcadas pela presença do *caraipé*, o que o tornou como um traço característico na definição dessa tradição (ZIMPEL NETO, 2008; CRUZ, 2008; ALMEIDA, 2013).

No extremo dos limites políticos do Brasil, ainda há os contextos que compõem o estado do Acre, inserido na perspectiva da Amazônia Ocidental, porém uma região ainda pouco explorada arqueologicamente (Figura 22). Embora os

⁵⁹ Há uma discordância entre os trabalhos de Almeida (2013) e de Zimpel Neto (2008) sobre a cronologia dessa tradição e respectivas fases. Na cronologia apresentada por Zimpel Neto assinala-se que a fase mais antiga é a Urucuí, com a seguinte cronologia apresentada: 2500 ± 90 AP (Beta-22750) a 2230 ± 50 AP (Beta-32324); Subfase A 2410 ± 50 AP (Beta-22757) a 2230 ± 50 AP (Beta-32324); e Subfase B 2500 ± 90 AP (Beta-22750) até 2280 ± 100 AP (Beta-22744) (ZIMPEL NETO, 2008, p. 49). Segundo o mesmo autor, a fase Jamarí estaria enquadrada num intervalo cronológico de 2130 ± 140 AP (Beta-22764) a 420 ± 50 AP (Beta-22751), considerando o intervalo de tempo de 42 datações. Tanto Zimpel Neto quanto Almeida utilizam com base a o trabalho publicado por Miller em 1992.

recentes trabalhos, principalmente, sobre o geoglifos têm apontado para uma considerável densidade de sítios arqueológicos além de propor interpretações para as estruturas de terras (SAUNALUOMA, 2010; 2014; 2016), poucas foram as escavações intensivas que puderam apresentar um quadro mais apurado sobre essas ocupações. Ainda assim, os trabalhos recentes de Schaan e Saunaluoma (2012) e Saunaluoma et al. (2018) têm sequencialmente apontado para uma cronologia extensa e bastante recuada que compõe essa região arqueológica.

Os dados iniciais para o Acre, assim como outras regiões da Amazônia vieram dos trabalhos realizados no âmbito do PRONAPABA na década de 1970. A despeito das poucas intervenções que puderam ser realizadas no período, esses trabalhos primordiais organizaram os dados e indicaram para a existência de uma ocupação que foi chamada Tradição Quinari (DIAS JR et al., 2006). Para essa tradição foi identificado quatro fases, as quais estariam dispersas ao longo da porção leste do estado do Acre, e foram nomeadas Quinari, Iquiri, Xapuri e Yaco. Com exceção da fase Yaco, localizada no rio Iaco, as demais concentram-se entre os rios Acre, Iquiri e Abuanã (SAUNALUOMA, 2016, p. 415).

A cronologia dos sítios arqueológicos tem apontado para uma extensa permanência dos grupos, com datas que chegam próximo aos 4000 anos AP e persistem até o século XV-XVI ante a chegada da colonização europeia, com uma maior antiguidade para os sítios de geoglifos em relação aos sítios de montículos (SAUNALUOMA, 2010; 2014; 2016; SAUNALUOMA e SCHAAN, 2012; SCHAAN, et al., 2012; SAUNALUOMA, et al., 2018).

Em oposição à antiguidade está a densidade de material cerâmico, que aparece em maior quantidade nos sítios de montículos, nestes com indicativos de uso em atividades de cocção. A composição da pasta nestes fragmentos aponta para um uso predominante de carvão e *caraipé*, com alguma ocorrência de hematita e chamote (SAUNALUOMA, 2016, p. 416).

Ao sul dos contextos dos geoglifos do Acre, na região de *Llanos de Mojos* na Bolívia, sítios arqueológicos com *zanjas* aparecem na região com uma cerâmica (fase Jasiaquiri) com diversos tipos de pastas, contendo cavidades deixadas pela combustão de material vegetal, a qual pode ser uma referência ao uso de *cauxí* ou *caraipé*, datadas do primeiro quarto da era cristã (BETANCOURT, 2016, pp. 438-439). Ainda que não haja um apontamento direto para o uso do *caraipé*, essa região poderia receber grande influência dos contextos do oeste do Acre e de Rondônia, na

bacia do rio Guaporé, áreas com contextos de ocupação com cerâmica contendo *caraipé*. Nesse sentido, a região entre o rio Guaporé e os *Llanos de Mojos* poderiam marcar a fronteira ocidental do uso de *caraipé* como aditivo cerâmico.

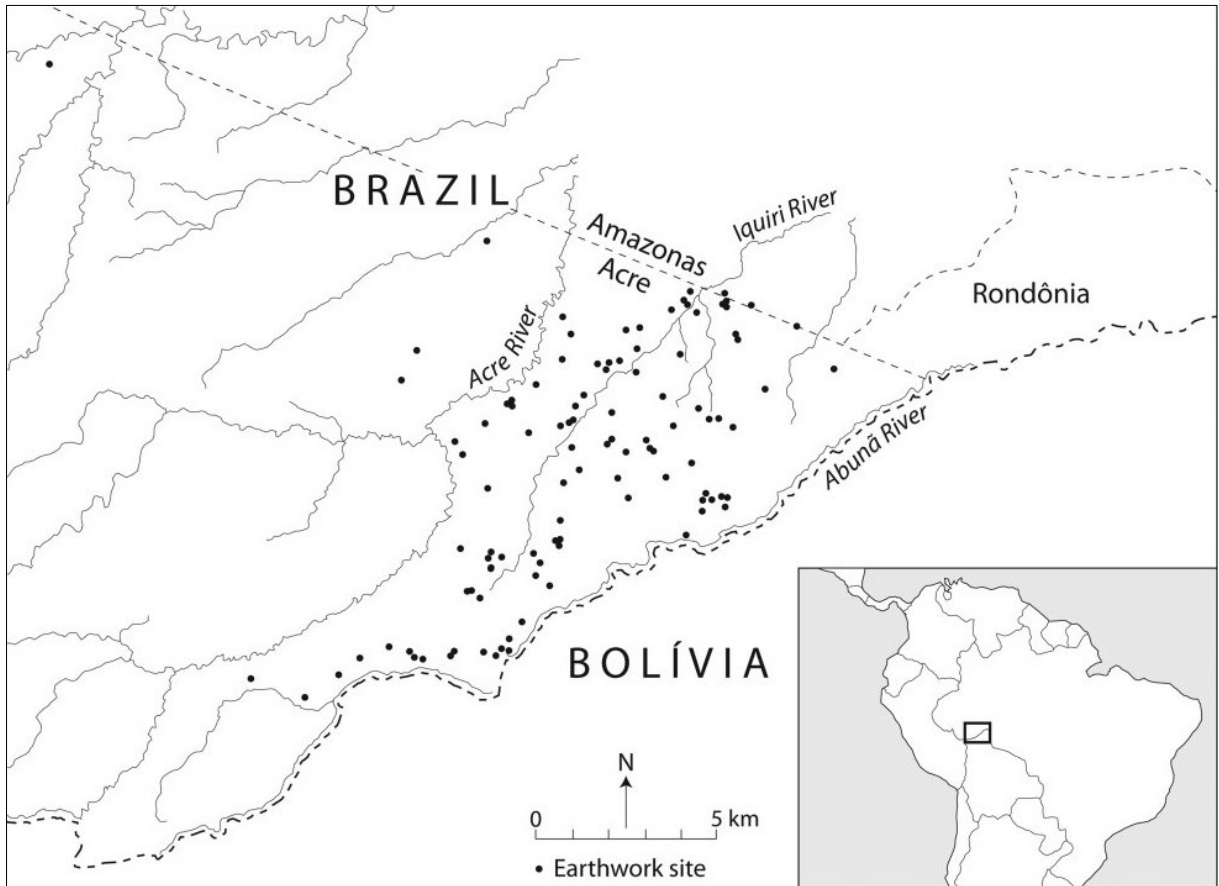


Figura 22: Mapa com sítios de geoglifos e montículos identificados na porção ocidental do estado do Acre. Fonte: SCHAAN et al., 2012, p. 134.

4.1.4 Contextos arqueológicos com *caraipé* na Amazônia Central e no Baixo Amazonas

As regiões que abrangem a confluência dos rios Negro e Solimões assim como o baixo curso do rio Amazonas, incluindo a sua foz e a Ilha de Marajó, apresentam um denso registro arqueológico que tem sido desvelado desde meados do século XIX, através das pesquisas de pioneiros (ALVES, 2019), e retomadas nas últimas décadas com diferentes projetos de pesquisas (MACHADO, 2005; GOMES, 2008; LIMA, 2010; PROUS, 2019). A grande potencialidade arqueológica, assim como a variabilidade dos conjuntos cerâmicos tem sido abordada em pesquisas

realizadas não apenas em regiões recorrentemente referenciadas na literatura arqueológica, quanto na ampliação de novas áreas para subsidiar os dados já existentes, demonstrando que as ocupações do médio e baixo Amazonas apresentam grande profundidade temporal (GUAPINDAIA, 1993; 2008; GOMES, 2008; 2011).

No caso da Amazônia Central, a crescente disponibilidade de dados atuais é devido, principalmente, às pesquisas realizadas ao longo do PAC⁶⁰, desenvolvido pela USP com a colaboração de diferentes pesquisadores, o qual propiciou não apenas uma retomada nas investigações da região, como abriu o caminho para novas pesquisas na Amazônia. Inicialmente com uma proposta de verificar os modelos propostos por Lathrap (1970) e Brochado (1984), os quais apontavam a região como um centro de difusão de tradições ceramistas e grupos populacionais, o projeto logrou aprofundar as pesquisas a ponto de constituir uma base de dados que ajudou a impulsionar outros trabalhos na Amazônia. Entre os objetivos do programa, uma das metas era propiciar uma sequência cronológica controlada para os sítios, bem como a identificação, registro e mapeamento de outros locais de interesse arqueológico, assim como entender os processos de emergência de sociedades complexas nas terras baixas (cacicados), o que colaborou para aumentar as possibilidades na Arqueologia Amazônica assim como numa revisão de dados em diversas áreas (MORAES, 2006, p. 14).

Já o Baixo Amazonas foi uma área que recebeu diversas pesquisas ao longo do século XX tanto pela facilidade no acesso quanto na proximidade aos centros urbanos da região. Além disso, as instituições pioneiras começaram seus trabalhos em locais não muito distantes, ou já previamente assinalados por viajantes, naturalistas, ou ainda pela população local (SIMÕES, 1981). Essas “áreas pioneiras” abarcavam, principalmente, os locais com identificação de sítios cemitérios, sambaquis ou áreas próximas aos grandes rios e de fácil acesso (em detrimento às áreas de mata não explorada). É nesse contexto que se estabeleceram sequências de desenvolvimento cultural para a foz do rio Amazonas organizadas pelas pesquisas realizadas nas ilhas de Marajó, Mexiana e Caviana, e incluindo o território do Amapá (MEGGERS e EVANS, 1957; SIMÕES, 1981, p. 150). Soma-se ainda, as pesquisas que propiciaram estabelecer as primeiras coleções da região de

⁶⁰ Projeto Amazônia Central.

Santarém e as escavações de P. Hilbert nos rios que compõem os afluentes do baixo Amazonas que constituíram cronologias e referências que foram continuadas e ampliadas nas pesquisas de M. Simões (HILBERT, 1955; SIMÕES, 1977; 1981).

Esse histórico de pesquisas impulsionou a continuidade das mesmas através de uma sucessão de outros trabalhos que ampliaram o quadro arqueológico, principalmente a partir dos anos 2000. A pesquisa de Schaan (1996; 2001; 2004), e de Schaan e Martins (2010), ampliaram significativamente os dados disponíveis para a ilha de Marajó. A colaboração de Schaan também se deu nas pesquisas de Santarém (SCHAAN e ALVES, 2015), em sequência aos trabalhos realizados por Roosevelt na década de 1980, e continuados por Gomes (2010; 2011), Gomes e Luiz (2013), e Gomes *et al.* (2018), estes últimos incluíram, também, as regiões nos arredores da cidade.

Recorrentemente referida na literatura, a região (principalmente Santarém) abrange um gama de sítios relacionados à tradição Inciso-Ponteado, a qual comporta diferentes estilos e apresenta certa similitude com os conjuntos das cerâmicas Barrancóides do Orinoco (Venezuela), ainda que outros autores sugiram que a similitude esteja mais direcionada aos grupos Araquinoídes do Baixo Orinoco (PROUS, 2019, p. 618). Essa cerâmica é caracterizada pela presença do *cauíxí* enquanto aditivo predominante na produção das vasilhas e, por vezes, está associado ao chamote, e ainda, em menor frequência, aparece associado a outros elementos, como minerais e o *caraipé*. Ainda que seja predominante na cerâmica Inciso-Ponteada, o *cauíxí* tende a necessitar de processos adicionais de acabamento quando o vasilhame é utilizado na cocção de alimentos, como é o caso da aplicação de resina, caso contrário as espículas que desprendem da parede do vasilhame podem prejudicar quem consome o alimento (PROUS, 2019, p. 622).

A despeito de o uso do *cauíxí* ser conscientemente preparado e adicionado no barro, ou sua origem ser das espículas encontradas nas barrancas dos rios junto às fontes de matéria-prima, fato é que existe certo limite na ocorrência de *caraipé* quando o *cauíxí* tende a ser predominante. Nas regiões do médio e baixo rio Amazonas fica evidente através dos conjuntos cerâmicos dos sítios datados que antecedem a chegada dos colonizadores europeus, principalmente nos locais onde os estilos cerâmicos da tradição Inciso Ponteada, da cerâmica Kinduri, da Tapajônica e da Parauá, todos localizados já no médio para o baixo curso. Essa delimitação não faz do *caraipé* um item excluído totalmente, mas indica uma forte

imposição de outra tradição ceramista manifestada no uso de uma cerâmica igualmente enriquecida com sílica biológica, porém oriunda de uma fonte diversa e sujeita a outras etapas na cadeia de produção que podem marcar uma diferenciação inclusive no campo simbólico.

A despeito desse marcador de limites, o *caraipé* pode ter sido absorvido ou gradativamente incorporado, seja por trocas, compartilhamento, ou inserção de pessoas. Os diferentes conjuntos cerâmicos que compõem a tradição Inciso-Pontado tendem a apresentar, em alguns sítios, cerâmicas com uma baixa incidência de *caraipé* na pasta. Alguns deles podem ser observados nas fases identificadas por M. Simões na região dos rios Uatamã, Maripá e Urucará, com datação de 920 ± 75 AP (SIMÕES e CORRÊA, 1987), assim como na região do lago de Silves (SIMÕES e MACHADO, 1987). Além destas, não é incomum que a ocorrência do *caraipé* também na região de Oriximiná e Faro, inicialmente identificados durante os trabalhos de P. Hilbert, seja referenciada como o estilo Konduri ou como a Fase Pocó (HILBERT, 1955; HILBERT e HILBERT, 1980).

Tratando-se dos trabalhos de P. Hilbert, a sequência cronológica estabelecida para a cerâmica Inciso Pontada nessa área apontou uma antiguidade e consistência bastante abrangente, com a Fase Pocó tendo datas do sítio Boa Vista que se iniciam em 65 a. C. e se estendem até o século XVI. A profundidade temporal verificada só não foi maior porque os autores rejeitaram duas datações que inseriam a cronologia em 1330 a 1000 a. C., tendo sido descartadas devido a não comportar o “sítio-tipo” (HILBERT e HILBERT, 1980, p. 9). Embora as datas sejam bastante recuadas quando do período da pesquisa, não é incomum encontrar outras datações que remetam à mesma faixa cronológica em regiões não tão distantes, sendo possível reconsiderá-las a luz de novos dados (GUAPINDAIA, 2008; LIMA, 2008; LIMA e NEVES, 2011).

No que tange à tradição Borda Incisa, outra manifestação na região em epígrafe, esta pode ser considerada na sua ampla ocorrência que abrange diferentes complexos cerâmicos que vão desde a bacia do rio Orinoco até a bacia do Amazonas, com uma provável ligação com a série Barrancóide, apresentando características que enfatizam motivos incisos sobre as largas bordas dos vasilhames (BROCHADO, et al., 1969). Suas principais manifestações podem ser observadas na Amazônia Central através das fases Manacapuru, Paredão e Açutuba (LIMA e NEVES, 2011). Considerando a grande dispersão geográfica, a profundidade

temporal desses conjuntos também é extenso e pode ser traçado a partir de 2500 anos AP (GOMES, 2011), na qual essa tradição tende a ter como principal característica da composição da pasta o uso do *cauixí*. Apesar dessa particularidade, o *caraipé* figura em alguns contextos sempre numa frequência baixa, muitas vezes compondo uma fração pouco significativa da amostra (LIMA e NEVES, 2011, p. 216).

Do mesmo modo que pode ser considerado para os sítios com cerâmica Inciso-Ponteadada, considera-se que as características que compõem os assentamentos na Amazônia Central (MORAES e NEVES, 2012), não seria improvável considerar que a presença do *caraipé* nesses contextos possa ser decorrência de trocas (sejam elas culturais, de pessoas ou por meio belicoso) em algum nível, apontando tanto para a circulação de bens como a inserção do uso de outras tecnologias. Soma-se a isso, ainda, a hipótese que associa a cerâmica da tradição Borda-Incisa aos grupos falantes da língua Arawak⁶¹, que teriam se dispersado em grande parte do ambiente amazônico, incluindo a bacia do rio Xingu, e teriam manifestações reconhecidas na Amazônia Central nas fases Manacapuru e Açutuba (HECKENBERGER, 2005) e, de alguma forma, o *caraipé* estaria presente, mesmo que em baixa frequência em alguns desses conjuntos cerâmicos.

Se forem considerados também os contextos além da Amazônia Central, pode-se observar ainda uma maior relação no uso do *caraipé*, como é o caso do médio curso do rio Solimões, onde os contextos da tradição Borda Incisa apresentaram uma frequência considerável no uso do *caraipé*, visto como aditivo principal, ao lado do *cauixí* (GOMES, 2011, p. 16). É possível que, nessa região, o horizonte ocupacional se insira anteriormente ao surgimento das Terras Pretas e de outras características que compõem um sedentarismo mais intenso, o que já figura no estabelecimento de agrupamentos e de disseminação de tecnologias em outras regiões além da Amazônia Central para os portadores dessa cerâmica (GOMES, 2011, p. 18).

Ao sul da cidade de Santarém, às margens do rio Tapajós, sítios de coletores-horticultores foram identificados tendo se estabelecido na região através de ocupações semissedentárias iniciadas por volta de 3800 anos AP, sendo a área reocupada sequencialmente até meados de 910 anos AP (GOMES, 2008, p. 6). A

⁶¹ Inicialmente proposto na década de 1970 com Lathrap.

cerâmica utilitária com um padrão decorativo sutil marcado por incisões e com uma pasta predominante de *cauíxí* poderia ser associada à cerâmica da tradição Borda Incisa, além de apresentar características que possuem certa afinidade com outros conjuntos amazônicos, além da tradição Uru, no Brasil Central (GOMES, 2008, p. 7). Essas semelhanças podem ser consideradas quando se recorre à hipótese de uma origem da tradição Uru a partir de conjuntos amazônicos, em especial àqueles relacionados com a tradição Inciso-Ponteadada e de conjuntos provenientes do alto rio Xingu (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996, p. 38). Ponderando que o *caraipé* figura em uma porcentagem baixa da pasta de alguns vasilhames, não é improvável que o aditivo tenha sido utilizado na região mesmo sem ter se tornado uma prática comum, tendo maior receptividade na produção cerâmica de outros grupos além da região de Parauá. Contudo, não há uma relação direta entre as cerâmicas dos estratos mais profundos com o uso de *caraipé*, sendo as espículas de água doce a inclusão mais recorrente, o que leva a supor que o uso da entrecasca tenha se dado tardiamente (GOMES, 2008, p. 22).

Embora se observe menor ocorrência do uso de *caraipé* na região do entorno de Santarém, na margem esquerda do Amazonas o cenário é um pouco diferente, porém, são as áreas interioranas, incluindo os afluentes do Amazonas, quem detém registros mais recorrentes de uma pasta elaborada com a cortiça das árvores do gênero *Licania* sp. ou afins. Nessas áreas, os sítios com *caraipé* parecem figurar a partir das regiões que abrangem os rios Trombetas e Nhamundá, território em que se observa com frequência a cerâmica do chamado “estilo Konduri” (GUAPINDAIA, 2008; ALVES, 2019) (Figura 23). Já na região do rio Mapuera, as cerâmicas do estilo Konduri aparecem misturadas com outros tipos cerâmicos em maior frequência, estes com antiplástico mineral e de *caraipé*, sem traços de *cauíxí* (PROUS, 2019, p. 647).

Conforme aproximam-se da foz do rio Amazonas, os registros de *caraipé* tornam-se menos frequentes, principalmente àqueles que apresentam datas mais recuadas, o que os mantém mais próximos às ocupações Konduri e Pocó, e em algumas outras manifestações diversas, como a Fase Mazagão (MEGGERS e EVANS, 1957), no Amapá, ou em períodos específicos da ocupação Marajoara (SCHAAN, 2004).

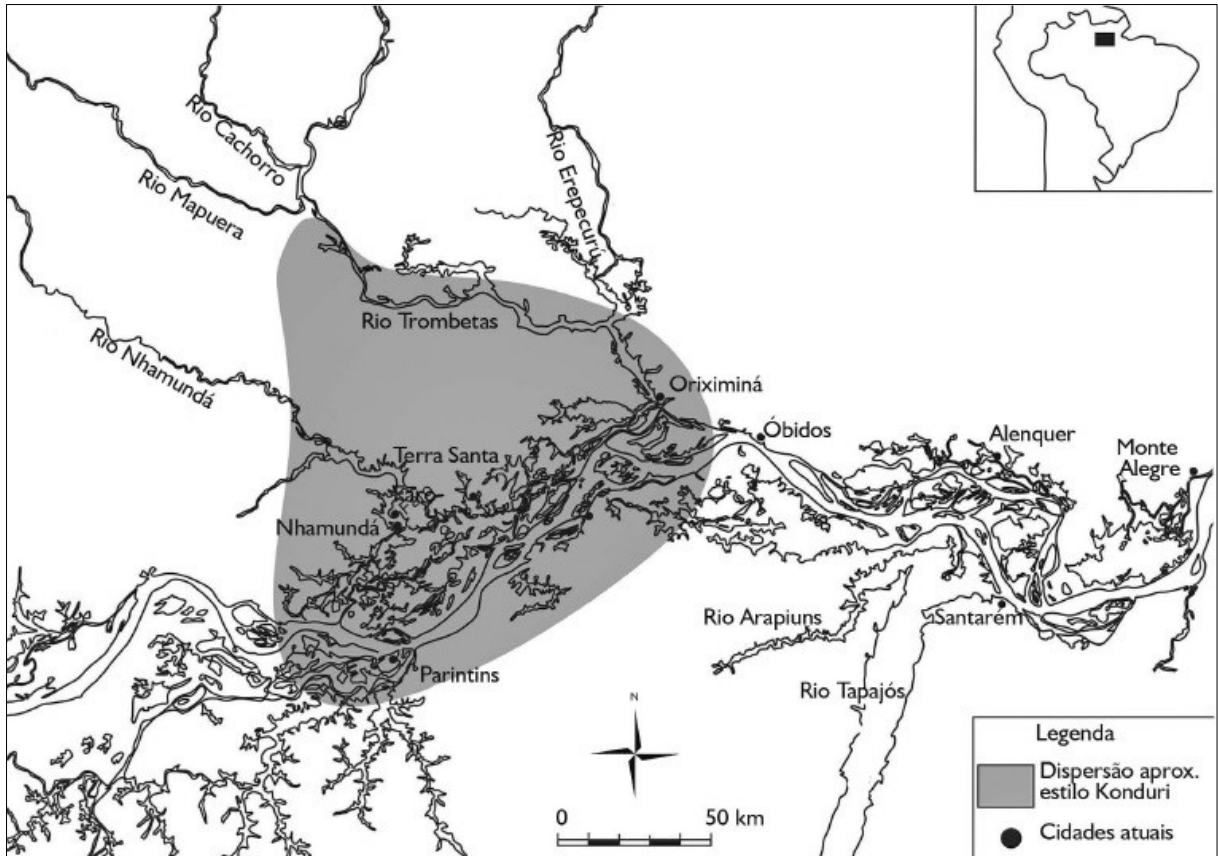


Figura 23: Área aproximada da ocorrência do estilo Konduri, com base nas pesquisas de Hilbert (1955), na região dos rios Nhamundá e Trombetas (ALVES, 2020, p. 3).

No que tange à Ilha de Marajó, foi notável observar que o *caraipe* chegou até as ocupações que marcam o auge dos grupos que edificaram os tesos e está presente em parte do seu conjunto cerâmico. Diferentes sítios apresentaram o uso do *caraipe* na sua cerâmica, porém em frequência variada, sendo que os mais antigos tendem a apresentar amostragem reduzida do uso dessa inclusão em comparação com outras inclusões, como é o caso do chamote (SCHAAN, 2001; 2007). É somente com a Fase Cacoal (1300 a 1600 d.C.) que passa a figurar após a Cultura Marajoara onde o *caraipe* se apresentou com certa predominância na cerâmica local (SCHAAN, 2004; 2007). Mesmo durante o auge da Fase Marajoara já era possível verificar um uso gradativo do *caraipe* que, por vezes, ia surgindo a partir da periferia das áreas, contudo sendo restrito dentro dos diferentes tipos de vasilhames, esse aditivo não teria sido usado na produção de urnas funerárias ou outros objetos de importância ritual (SCHAAN, 2007, p. 83). Há ainda a possibilidade de que a tecnologia do *caraipe* tenha sido introduzida na área através de levas de migrantes ou tendo sido realizada por trocas de materiais, de maneira similar com o

que se pressupõe com alguns artefatos líticos que também surgem nessa época (op. cit.).

Pesquisas realizadas na área que compõem o arquipélago de Marajó também lograram identificar uma considerável quantidade de sítios que abrangem as imediações da ilha e possuem referência de *caraipé* em seus conjuntos materiais. Essas áreas compreendem uma região abrangente que compreende as baías de Caxiuanã e Portel, a sul e sudoeste da Ilha de Marajó (SCHAAN e MARTINS, 2010). Embora não tenha pesquisas mais aprofundadas sobre os sítios dessa área, a ampla localização permitiu uma amostragem de que a cerâmica com *caraipé* atingiu grande parte do que seria a periferia do Cacicado Marajó, inclusive perdurando após o seu declínio (SCHAAN, 2004).

No outro lado da foz do rio Amazonas, no estado do Amapá, o *caraipé* também tem uma presença mais consolidada tardiamente, embora haja registro bastante recuados de sua existência com datação por volta de 2000 anos (CHMYZ, 2006). Os registros do chamado Complexo Jarí (SALDANHA et al., 2016, p. 88) compreendem uma ocupação que se deu por volta de 1400 a 1200 A.P., com um conjunto material composto de uma cerâmica simples, utilitária, e com a presença de *cauíxí* e *caraipé* na sua pasta. Outro complexo, mais ao norte, foi descrito por Rostain (1994) com a denominação de *Ouanari Encoché*, o qual caracterizaria o início de uma sequência de ocupação relacionada à Fase Aristé (MEGGERS e EVANS, 1957; SALDANHA et al., 2016). Embora o *caraipé* não seja evidente nesse complexo, a Fase Aristé ainda detém algumas referências do uso do aditivo nos seus conjuntos cerâmicos, de modo similar à Fase Mazagão, onde em determinado período a cerâmica com inclusões de areia e quartzo de ambos os conjuntos passam a ser modificadas com a inclusão de chamote e *caraipé* (“Caripo Kwep”) na sua produção (SALDANHA e CABRAL, 2010, p. 100; CABRAL, 2011, p. 97).

A partir do ano 1000 A.P., a diversidade de ocupações se tornou mais evidente nos registros arqueológicos do Amapá, com uma definição de diferentes complexos cerâmicos que se ajustaram para as reconhecidas fases Aristé, Mazagão, Marajoara e Maracá no que tange à faixa costeira do estado, e nas regiões interioranas ficaram relegados à Fase Koriabo (SALDANHA, et al., 2016, p. 89). De modo similar ao que ocorre em outras áreas do baixo Amazonas, o uso do *caraipé*, ainda que presente pontualmente nos sítios, não parece seguir uma tendência consolidada, principalmente quando se observa os registros da Fase

Koriabo e da ausência de referência para outros contextos no estado do Amapá (ALVES, 2019). Nesse sentido, a proposição de que os complexos cerâmicos como um todo na região tenham uma normatização menos rígida, ou por assim se dizer, possam ser interpretados de modo mais fluído, as pesquisas que abrangem o Amapá, a Guiana Francesa e o Suriname sugerem uma correlação a partir de redes de trocas, refletindo o funcionamento de redes de trocas ameríndias atuais (GALLOIS, 2005; SALDANHA, 2016, p. 91). Essa perspectiva pode ser considerada condizente quando se olha para o uso do *caraipé*, visto que o mesmo pode ser decorrente da troca de bens, muito mais do que de uma pressão ou difusão tecnológica já que o mesmo não atinge uma consolidação nos conjuntos cerâmicos nessas regiões.

4.1.5 Contextos arqueológicos com *caraipé* na Amazônia Meridional

Os contextos arqueológicos que abrangem essa região foram definidos a partir da porção sul da bacia do rio Amazonas, que incluem a foz e o curso dos rios Xingu e Tocantins, incluindo ainda a porção do norte do estado do Mato Grosso, norte do estado do Tocantins, e a faixa ocidental do estado do Maranhão até o seu litoral. Essa imensa região compreende o que muitas vezes é referenciado como Amazônia Oriental, e tende a apresentar características arqueológicas e ambientais diferentes das demais áreas até então revisadas nesta pesquisa. Primeiro, inclui os limites entre os biomas do Cerrado e Amazônico, com mudanças ambientais marcantes que podem ter influenciado nas dinâmicas dos grupos pretéritos. Em um segundo ponto, as culturas arqueológicas que ocuparam essa grande área também apresentam mudanças bem definidas para com os contextos amazônicos, sendo que um dos registros mais antigos de cerâmica no continente está associado à Fase Mina no litoral maranhense. Também é essa região onde se observa uma frequência maior de sítios relacionados à Tradição Tupiguarani, abrangendo territórios no interior do Pará e Maranhão. No que tange ao passado mais recente, a bacia do rio Xingu é um dos principais recursos hídricos tanto para populações quanto como um canal de comunicação entre a Amazônia e o Cerrado onde tem seu território marcado pela ocupação indígena até os dias atuais. Esse contexto se insere numa importante posição de diálogo para a pesquisa, pois localiza-se tanto nas áreas

limítrofes para a dispersão do *caraipé* ao leste, quanto expõe o regime de mudança dos biomas e o modo como isso marca a dinâmica da dispersão do *caraipé*.

Somado a isso, a Amazônia Oriental compreende uma faixa que até poucas décadas havia sido pouco explorada arqueologicamente, e que nos últimos anos têm apresentado dados cada vez mais consistentes sobre a ocupação local. Embora possa ser vista como uma periferia de grandes centros populacionais pré-cabralinos, a região comporta não apenas bacias hidrográficas de grande relevância nas dinâmicas populacionais, como o rio Tocantins, que tem sua nascente nas terras do Cerrado brasileiro, mas também deixa evidente que a área de transição entre os biomas compõe uma importante fonte de dados sobre a mobilidade e territorialidade de alguns grupos.

Quando se observa a faixa litorânea, a região ainda abriga sítios arqueológicos que detêm alguns dos conjuntos mais recuados e com a presença de ocupações sambaquieiras, menos comuns na região da foz do Amazonas. Também é possível verificar a longa cronologia da Fase Mina nessa região, que além da profundidade temporal, estendeu seu alcance até o litoral maranhense (OLIVEIRA e SILVEIRA, 2016; BANDEIRA, 2016).

No que tange aos contextos com *caraipé*, a Amazônia Oriental compartilha, até certo ponto, o que havia sido visto nos contextos do médio e baixo Amazonas: uma gradativa baixa na frequência do uso de *caraipé* nos conjuntos cerâmicos. De certo modo, o fluxo de circulação e adoção da tecnologia parece cair consideravelmente mais quando se refere ao litoral. Nesse contexto, sítios ceramistas apresentam poucos indícios de uma cerâmica com esse aditivo. Verificando a ocupação mais antiga, a Fase Mina, seus sítios apresentam-se em ocupações sobre concheiros (sambaquis) tanto em estuários quanto no litoral. A cerâmica dessa fase apresenta inclusões particularmente marcadas por areia ou conchas trituradas (CORRÊA e SIMÕES, 1971). O *caraipé* não foi uma escolha característica na Fase Mina, tampouco foi recorrente nos contextos das cerâmicas dessa fase, principalmente no que diz respeito ao material mais antigo. Contudo, pesquisas realizadas por Oliveira e Silveira (2016) que continuaram os trabalhos deixados por M. Simões na região do Salgado, lograram uma datação bastante recuada para um contexto com cerâmica tendo inclusões de *caraipé*. Os dados obtidos de sambaquis nessa região já vêm estabelecendo uma longa sequência cronológica para a Fase Mina, inclusive, é uma região que detém um dos conjuntos

cerâmicos mais antigos do continente. Dentro desse contexto aparece a datação de um conjunto elaborado com a inclusão de *caraipé* numa faixa temporal de 3000 anos A.P. (OLIVEIRA e SILVEIRA, 2016, p. 136). Esse recuo cronológico para o litoral pode demonstrar que a tecnologia de uso do *caraipé* tenha se estendido até essa região antes mesmo de algumas localidades do baixo e médio Amazonas, e pode ter acompanhado a contemporaneidade de outros contextos no interior. Contudo, esse parece ser um caso à parte para os dados obtidos no litoral norte do Brasil.

No estado do Maranhão, os sítios arqueológicos em estearias são o mais próximo que se observou de registro do *caraipé* para aquela região litorânea. Os sítios estão relativamente distantes do litoral, porém ainda inseridos em um ambiente mais similar do que o bioma amazônico. Com uma cronologia situada entre o século VIII ao XI do calendário cristão, a cerâmica identificada apresentava uma quantidade relativamente baixa no uso de *caraipé* (NAVARRO, 2018, p. 85), o que necessariamente pode ter feito a tecnologia não ter sido totalmente aceita ou absorvida na região. Dadas as particularidades dessa ocupação, onde os assentamentos se davam em áreas alagadas e através de edificações de moradas sobre esteios, os conjuntos cerâmicos também destoam com os verificados em regiões próximas, apresentando policromia e modelagem de antropomorfos mais similares aos conjuntos do médio/baixo Amazonas do que às cerâmicas litorâneas da fase Mina ou os das cerâmicas Tupiguarani do interior.

Considerando o uso do *caraipé* nessa região, também pode-se ponderar que as características tecnológicas envolvidas na produção desse tipo de cerâmica, principalmente nos aspectos relacionados à acessibilidade da matéria-prima, podem ter sido limitantes e o uso da cortiça não ter sido aceito. Do mesmo modo que para outros contextos do baixo Amazonas, a pouca frequência do *caraipé* na cerâmica pode ter se dado em função de trocas ou a uma gradativa inserção ou emulação tecnológica que não foi aceita pelo grupo. O mesmo pode ser assumido nas regiões de ocupação Konduri, onde o uso pode estar associado a um fenômeno decorrente da circulação de bens.

Na confluência dos rios Araguaia e Tocantins, nos limites dos estados do Maranhão, Tocantins e Pará, pesquisas empregadas durante o PRONAPABA por M. Simões e outros pesquisadores têm apontado para uma área com grande relevância na cronologia regional. Registros de sítios associados à Tradição Tupiguarani foram identificados no baixo curso do rio Tocantins desde a cidade de Marabá, no estado

do Pará, até o delta do rio Amazonas (SIMÕES e ARAÚJO-COSTA, 1987). Pesquisas realizadas posteriormente ampliaram esse cenário, com a adição de novos sítios arqueológicos e complementando a cronologia regional (ALMEIDA, 2008; 2013; SCIENTIA, 2010). Nesse fluxo de ocupação, as datações têm apresentado um recorrente aumento na antiguidade e levado a ponderar diversas questões sobre a ocupação local, em especial àquela relacionada a Tradição Tupiguarani.

É no ambiente amazônico que se observa a ocorrência dessa tradição ligada à faixa leste do território, e seguindo um fluxo de expansão, conforme proposto por alguns autores (ALMEIDA, 2008; NEVES e ALMEIDA, 2015), em que abrangeria um território de ocupação a partir do litoral norte e também avançaria para o Brasil Central. Os trabalhos iniciais de Simões e Araújo-Costa (1987) identificaram um adensamento ocupacional subdividido em diferentes fases, como a Tauarí, Tucuruí e Tauá, as quais apresentavam características comuns da Tradição Tupiguarani, porém com traços associados às tradições amazônicas, como é o caso da Inciso-Ponteadá (SIMÕES e ARAÚJO-COSTA, 1987, p. 15). Entre as características identificadas, também se aponta o uso do *caraipé* na produção cerâmica, mesmo que não seja preponderante no conjunto todo.

Em alguns casos, contudo, o *caraipé* atinge uma proporção considerável no conjunto cerâmico de alguns sítios, ainda que não se tenha uma associação clara com quaisquer tradições arqueológicas da área e, por vezes, figurando como um material característico nos conjuntos associados à tradição Tupiguarani. Datas recuadas apontam para um intervalo dos 5000 a 2500 anos nos primeiros registros de ocupação (SCIENTIA, 2010), contudo, não totalmente assumidas devido à sua incompatibilidade com o contexto ou com as características do sítio em si. Embora essas datas possam ser problemáticas por efeitos decorrentes dos processos de formação do sítio, algumas delas sugerem que não sejam totalmente descartadas devido a expandir as hipóteses e repensar os problemas. O mesmo caso recai sobre datas do sítio Remanso, no interior do estado do Maranhão, onde a cronologia atinge 1600 a.C. para a ocupação ceramista, num conjunto em que há *caraipé*, ainda que em baixa frequência (SCIENTIA, 2008; ALMEIDA, 2013).

Se forem considerados outros sítios onde o *caraipé* tem relação com os conjuntos cerâmicos dessa região, pode-se observar uma relação considerável entre o uso dessa inclusão e a tradição Tupiguarani ao menos nos conjuntos mais tardios.

Nos conjuntos antigos, o *caraipé* não tem um impacto tão grande na amostragem, a qual está associada às cerâmicas com características distintas, marcadas por incisões ou modelagens mais próximas daquelas que se observa em áreas próximas ao curso do rio Amazonas e afluentes. Com uma cronologia estabelecida no baixo Tocantins, as fases Tauarí e Tucuruí representam grande parte dos sítios, situadas entre 1550 ± 70 AD e 1000 ± 70 AD, respectivamente (SIMÕES e ARAÚJO-COSTA, 1987; CRUZ, 2008; ALMEIDA, 2008). Já no sudeste do Pará, a fase Tauarí recua ainda mais sua cronologia, atingindo um espaço temporal entre 480 ± 20 a.C. a 1560 ± 90 AD (CRUZ, 2008; ALMEIDA, 2008).

Na bacia do rio Xingu, embora potencialmente pesquisado ao longo dos anos, os indícios de *caraipé* não são tão evidentes quanto se poderia supor. Na porção do médio/baixo curso, onde abrange predominantemente o bioma amazônico, a correlação é mais esporádica, visto que em alguns locais ainda carecem de pesquisas arqueológicas e outros dados são escassos comparados à amplitude dessa área. Os dados disponibilizados pelo PRONAPABA consolidaram a região como uma grande área de ocupação entre a tradição Tupiguarani e Inciso Ponteadas com uma terceira manifestação cultural sendo apontada posteriormente (GARCIA, 2016, pp. 186-187). As cerâmicas na porção do médio/baixo curso apresentam uma variabilidade nos tipos decorativos e principalmente na pasta, onde ocorrem vasilhas predominantemente com quartzo e feldspato, porém com inclusão de *cauíxí* e *caraipé* em menor frequência (p. 196). Na volta grande do Xingu, pesquisas recentes têm ampliado o cenário ocupacional, assim como consolidado as cronologias locais, com registros de conjuntos cerâmicos com *caraipé* atingindo idade de 800 a 2200 anos A.P. (MÜLLER et al., 2016, p. 209).

Toda essa imensa complexidade entre os conjuntos materiais na região meridional e oriental do bioma amazônico apresentam um desafio equiparado ao que se observa na calha do rio Amazonas. Enquanto as correlações dos grupos linguísticos antigos e atuais na Amazônia e as classificações arqueológicas para os conjuntos materiais não conseguem ter um consenso, observa-se que os estudos de variabilidade artefactual devem considerar, ainda, a relação entre os diferentes conjuntos e grupos locais, já que há uma estreita ligação entre o Brasil Central, via rio Tocantins e rio Xingu, assim como há com a Ilha de Marajó ao noroeste dessa área e demais grupos Tupi a oeste (ALMEIDA, 2016).

Em toda a área verificada, o *caraipé* permanece apresentando um padrão já apontado em outro momento: sua gradativa diminuição ao longo do baixo rio Amazonas e a sua cronologia mais tardia nessa mesma área. Contudo, alguns sítios têm apresentado dados dissonantes em que podem ser repensadas essas hipóteses. Uma das questões observadas é a antiguidade de contextos com *caraipé* no leste amazônico, o qual se equipara a outras regiões do bioma. A complexidade dos conjuntos cerâmicos também é um desafio, conforme verificado na distribuição de características compartilhadas entre diferentes tradições que geram quebra-cabeças para os arqueólogos há anos. Entretanto, há um fator que não pode ser ignorado é a possibilidade de interlocução e contato entre os diferentes grupos, o que é um elemento constantemente reafirmado e observado enquanto se revisa a literatura arqueológica. O *caraipé* está circulando na periferia leste amazônica e nas regiões meridionais de maneira diferenciada, figurando nos conjuntos cerâmicos de tradições que usualmente são atribuídas traços bastante restritos e constantes. Um dos pontos de consideração aqui é entender se a dispersão oriental do *caraipé* seguiu com a tradição Tupiguarani ou se foi apenas compartilhada por ela em algum momento.

4.2 OS CONTEXTOS DE CERÂMICA COM *CARAIPÉ* NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO: UMA REVISÃO DOS DADOS ARQUEOLÓGICOS

Embora os dados arqueológicos apresentem uma grande quantidade de referências do *caraipé* na Amazônia, as ocupações ceramistas na região Centro-Oeste também representam uma parcela significativa dos sítios arqueológicos com uso de dessa tecnologia. Em termos ambientais, essa porção do território brasileiro detém grande parte de suas características dominadas pelo bioma de Cerrado, mesmo amntendo uma grande faixa do domínio amazônico. A divisão político-administrativa assumida aqui contribuiu apenas para organizar os dados arqueológicos, já que é possível observar que, mesmo sendo uma divisão arbitrária, as diferenças no registro arqueológico também são notadas. Ainda que grande parte do território em que ocorreu o *caraipé* seja a Amazônia, o mesmo não encontrou dificuldades para se estabelecer regionalmente nas áreas de Cerrado, visto que as populações ceramistas encontraram formas de reproduzir a técnica com as espécies

disponíveis no ambiente. Embora árvores de *caraipé* verdadeiro, *caraipé* vermelho ou *caraipé-das-águas*, comuns na Amazônia, não sejam encontradas no Cerrado, outras espécies do gênero *Licania* sp. estão distribuídas ao longo desse bioma, o que pode ter facilitado às populações a encontrarem um equivalente e adaptado às características de produção cerâmica frente a uma região diversa.

Embora os estados de Mato Grosso e Tocantins compartilhem o bioma amazônico, em termos arqueológicos, os conjuntos materiais apresentam uma diferença significativa com o material encontrado ao longo da bacia do Amazonas e seus afluentes. As áreas de tensão ecológica e os limites desses dois ambientes representam particularidades das quais podem ter exercido influência nas escolhas das populações pretéritas quanto aos seus referenciais e práticas de elaboração da cultura material.

Diferentemente da Amazônia, as pesquisas arqueológicas no Centro-Oeste brasileiro tardaram a surgir, mesmo no advento do PRONAPA e foram desenvolvidas em locais muito específicos, como na bacia do rio Xingu, que abrange em grande parte o domínio amazônico (SIMÕES, 1967). Os trabalhos pioneiros da arqueologia no Mato Grosso, a exemplo de outras regiões, foram desenvolvidos por pesquisadores estrangeiros na primeira metade do século XX, porém com pouca contribuição para o cenário regional, pois alguns deles tinham o objetivo de formar coleções para museus no exterior (OLIVEIRA e VIANA, 1999/2000, p. 143). As pesquisas sistemáticas com o intuito de desvelar questões regionais surgiram, de fato, a partir da década de 1970, com as iniciativas da Universidade Católica de Goiás e com o apoio do Instituto Anchietano de Pesquisas (RS). Essas seriam as principais referências que identificaram e classificaram a maioria das culturas arqueológicas no Cerrado, assim como elaboraram as primeiras hipóteses e considerações sobre a ocupação pré-histórica dessa região (OLIVEIRA e VIANA, 1999/2000, pp. 143-144).

Durante o último quarto do século XX, as pesquisas arqueológicas mantiveram a perspectiva de que no Centro-Oeste a ocupação por ceramistas estaria estimada por volta de 2000 anos atrás (OLIVEIRA e VIANA, 1999/2000; VIANA et al., 2011), com diferentes grupos ceramistas oriundos da Amazônia e se dispersado e estabelecido nessa porção do território, os quais deram origem às tradições arqueológicas conhecidas (BROCHADO, 1984; OLIVEIRA e VIANA, 1999/2000). A exemplo do contexto amazônico, o Cerrado também apresentou dificuldades durante o período de consolidação da pesquisa arqueológica, com

territórios extensos e poucas áreas sendo abordadas ou recebendo intervenções sistemáticas. As décadas de 1970 e 1980 marcam, contudo, uma mudança nesse quadro com projetos de pesquisa sendo desenvolvidos principalmente nos estados de Goiás e Tocantins (quando este ainda fazia parte do território de Goiás) (SCHMITZ et al., 1981; 1982; OLIVEIRA e VIANA, 1999/2000).

Os resultados dos sequenciais projetos de pesquisas desenvolvidos lograram equacionar os diferentes conjuntos em um quadro que apresentou uma extensa ocupação espacial e temporal para região. Considerando apenas os conjuntos cerâmicos, os pesquisadores identificaram e classificaram os achados que foram atribuídos às tradições Una, Aratu, Sapucaí⁶², Tupiguarani, Bororo, Descalvado, Pantanal, Inciso Ponteadá e, mais tardiamente, Capão do Canga⁶³. De todos os conjuntos definidos, somente as tradições Descalvado e Pantanal não possuem indicação de *caraipé* na sua cerâmica em algum de seus contextos.

A cronologia desses contextos, contudo, apresenta uma sequência marcada por algumas descontinuidades, que incluem, em grande parte, as ocupações por populações ceramistas a partir do primeiro milênio da era cristã, com um aumento na diversidade dos conjuntos, nas dimensões das ocupações e na complexidade das mesmas por volta dos séculos X e XI d.C. (WÜST, 1999, p. 327). Apenas as manifestações relacionadas à tradição Una, com poucos sítios e contextos estudados, poderiam inseri-la no contexto cronológico superior a 3000 anos, no que seria o período Formativo. A adição de novos dados oriundos de pesquisas realizadas nas últimas décadas tem gradativamente aumentado essa cronologia e estabelecido quadros de maior temporalidade tanto para ocupações ceramistas quanto para não-ceramistas. Embora ainda se tenha algumas discussões ou discrepância na continuidade cronológica, não seria improvável considerar que as ocupações ceramistas possam ter datas bastante recuadas a ponto de atingir por volta de 3000 anos AP ou até mais antigas.

Somado a isso, observa-se que dentro desses conjuntos ainda é possível observar o que se considera como clara influência amazônica, como é o caso da tradição Uru, que apresenta formas similares e reconhecíveis no contexto amazônico e o uso do *caraipé* na produção dos vasilhames (SCHMITZ et al., 1982;

⁶² Em algumas regiões do sudeste, no estado de Minas Gerais, principalmente, essa tradição foi unida à tradição Aratu, compondo um só conjunto chamado Aratu/Sapucaí (PROUS, 2019).

⁶³ Esta última é uma proposição vista no trabalho de Lima (2012).

WÜST, 1983). Contudo, do mesmo modo que ocorre na Amazônia, tratando-se de conjuntos com a ocorrência de *caraipé*, esse quadro é um pouco delicado, já que as observações em diversos conjuntos cerâmicos apresentam, muitas vezes, baixa frequência e dificuldades na evidenciação dessas características. Uma síntese das diferentes ocupações e cronologia estimadas é apresentada no quadro a seguir (Quadro 5), pautado na ocorrência de *caraipé* desses conjuntos.

Quadro 5: Síntese das tradições arqueológicas e da presença de *caraipé* nos conjuntos cerâmicos do Centro-Oeste brasileiro.

Tradições	Período	Localização	Presença do <i>caraipé</i>
Aratu	ca. 2800 a 500 AP	Centro e Sudeste (GO); médio rio Tocantins	Inclusão gradativa do <i>caraipé</i> na cerâmica principalmente no período tardio
Uru	ca. 2500 a 280 AP	Oeste do rio Tocantins (TO) até o rio São Lourenço (MT)	<i>Caraipé</i> é predominante
Una	ca. 3700 a 800 AP	Planalto central (GO e MT)	Baixa frequência de <i>caraipé</i> nos conjuntos cerâmicos
Tupiguarani	ca. 2200 a 500 AP	Disperso em todos os estados do Centro-Oeste, sendo mais recorrente no MS na fronteira com SP	Baixa frequência de <i>caraipé</i> em alguns dos conjuntos cerâmicos
Borda Incisa	ca. 1050 a 300 AP	Alto Xingu (MT)	<i>Caraipé</i> divide as coleções com a presença do cauixi
Bororo	ca. 280 AP até fins do século XX	Bacia do rio Vermelho (MT)	<i>Caraipé</i> está presente em alguns conjuntos cerâmicos
Capão do Canga	ca. 1000 a 750 AP	Bacia do Rio Guaporé (MT)	Baixa frequência de <i>caraipé</i> nos conjuntos cerâmicos

Fonte: Adaptado de Wüst (1999, p. 326).

A aparente multiculturalidade verificada nos conjuntos cerâmicos classificados nas diferentes tradições parece apontar para uma mudança nas dinâmicas populacionais e ocupacionais, principalmente em torno do século VIII (WÜST, 1999). O surgimento e aumento das aldeias de grande porte poderia ser resultado de um crescente aumento populacional experimentado por essas populações, além de ainda poder ter relação com migrações de contingentes externos, principalmente oriundas da Amazônia. Essa hipótese foi inicialmente trabalhada por Brochado (1984) com o intuito de propor um modelo que compreendesse os processos de difusão e expansão dos grupos ceramistas no Brasil. Na proposta de Brochado, a

cerâmica do Centro-Oeste brasileiro⁶⁴ teria sido originada a partir da Amazônia Central, onde teria como referência a tradição Mina. Essa difusão do estilo cerâmico teria chegado ao Brasil central e entrado em contato com os grupos caçadores-coletores que ali residiam (SCHMITZ et al., 1981; 1982; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996).

Posteriormente, Wüst (1990) trabalhou com a hipótese de que os grupos ceramistas poderiam ter surgido da transição dos caçadores-coletores mais antigos que incorporaram novas práticas a partir da produção de alimentos, constituindo-se, assim, grupos caçadores-coletores-horticultores inicialmente, e depois agricultores-ceramistas associados aos sítios de grandes aldeias. A gradativa incorporação da cerâmica seria atribuída a uma inovação local e não decorrente de ondas migratórias com a difusão de traços culturais (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996, pp. 23-24).

Tanto as pesquisas realizadas Wüst (1983; 1990), quanto às de Robrahn-González (1996), apontam para um cenário permeado com contextos arqueológicos onde há indicativos de interação entre os diferentes grupos. É possível observar artefatos de mais de uma tradição arqueológica sobrepostas em diferentes camadas de ocupação, sejam eles intrusivos ou não, e também traços tecnológicos compartilhados entre esses conjuntos materiais. As pesquisas das autoras citadas também apontaram para uma convergência de populações para o Centro-Oeste, oriundas de regiões distintas, novamente, oriundas da Amazônia. Essa interação decorrente da movimentação humana, necessariamente, não resultou em contatos pacíficos ou relações de trocas amistosas, como pode ser atestado pelos registros de sítios com estruturas bélicas ou defensivas identificadas ao longo do vale do rio Xingu e em outras localidades (HECKENBERGER, 2005).

A literatura arqueológica para a região tem demonstrado que não é incomum a existência de sítios multicomponenciais nas diferentes áreas pesquisadas, onde os conjuntos materiais relacionados às diferentes tradições arqueológicas locais podem traduzir, em parte, os processos que incluem a adoção, apropriação ou rejeição de determinados traços da tecnologia cerâmica, o que pode incluir o próprio *caraipé* (SCHMITZ et al., 1982; WÜST, 1990; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996). Se for considerada essa particularidade, observa-se que o *caraipé*, mesmo não sendo um

⁶⁴ Considerando as datações da tradição Una como as mais antigas.

elemento popular regionalmente, parece, mesmo assim, ter sido partilhado em algum momento por quase todos os grupos ceramistas, com raras exceções.

A despeito dessa hipótese pautada na premissa de uma dispersão da cerâmica através dos centros mais populosos da Amazônia, o Centro-Oeste apresenta uma consistência ocupacional que, embora não tenha uma cronologia tão longa para os contextos ceramistas, principalmente aqueles tidos como os mais antigos, apresenta uma dimensão de complexidade dos assentamentos e dos grupos que podem ser claramente observados nas características das chamadas “aldeias circulares” (WÜST, 1999; WÜST e BARRETO, 1999; HECKENBERGER, 2005; HECKENBERGER, *et al.*, 2008).

4.2.1 Os ceramistas da Tradição Una e as cerâmicas antigas do Centro-Oeste

Reconhecidos em uma grande porção do território que vai do estado do Mato Grosso até Minas Gerais, abrangendo ainda Rio de Janeiro e Espírito Santo, a tradição Una é, por vezes, referida como um conjunto material onde “a cerâmica é predominantemente lisa e os recipientes cerâmicos são pequenos ou médios, predominando bordas diretas, sendo as com contorno infletido relativamente raras” (WÜST, 1990, p. 63). Essa definição parece sugerir um conjunto de artefatos simples, pouco trabalhado, e que comporiam uma categoria de vasilhames facilmente relacionados com outros conjuntos (PROUS, 2019, pp. 458-459). De toda forma, a cerâmica Una parece manter traços relativamente simples, com quase todo o conjunto ausente de tratamentos decorativos (com exceção de algumas cerâmicas de Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro), e com as inclusões na pasta de minerais (majoritariamente) e, no caso de registros no estado de Goiás, *caraipe* (SCHMITZ, *et al.*, 1989, p. 191; WÜST, 1990, p. 63).

As manifestações dessa cerâmica ocorrem em ambientes diversos, incluindo o litoral no sudeste do Brasil, às áreas de transição entre a Mata Atlântica e o Cerrado, até a fronteira com o bioma Amazônico (PROUS, 2019). Os indícios nas áreas de Cerrado são encontrados, sobretudo, em abrigos sob rocha e cavidades compondo um estrato partilhado com os conjuntos líticos. Essa composição associada a uma baixa frequência do conjunto cerâmico, e a continuidade dos estratos líticos anteriores parece ter atribuído a esses conjuntos uma relação em que os mesmos possam representar uma mudança nas estratégias ou um estágio de

transição de caçadores para horticultores (WÜST, 1990; 1999). Embora sejam comuns os sítios com cerâmica Una em abrigos sob rocha, também ocorrem ocupações a céu aberto, normalmente de pequenas dimensões, com baixa densidade material, e partilhado com material de outras tradições ceramistas (WÜST, 1990, p. 66).

Ainda que tenha sido atestada a esta cerâmica uma cronologia que a coloca como uma das mais antigas para o Brasil central, as datas apresentam um recuo ainda mais considerável em regiões que abrangem a Mata Atlântica, nos estados do Rio de Janeiro e em algumas localidades de Minas Gerais, principalmente. Registros até certo ponto controversos indicam uma cronologia que inicia por volta de 4200 anos AP, sendo a área de Cerrado datada por volta de 3700-3100 anos AP (SOUZA, 2020, p.17). Contudo, nenhum desses registros parece fazer menção ao uso do *caraipé* nos conjuntos, até porque essa não seria uma característica comum da cerâmica Una.

Os registros relacionados à produção dessa cerâmica com o uso de *caraipé* são limitados a poucos sítios localizados nos estados de Goiás e Mato Grosso. Referem-se, principalmente, a ocupação denominada como fase Jataí, onde a cronologia dos contextos não comporta a mesma antiguidade do que outras tradições ceramistas. Os sítios são comumente identificados em abrigos rochosos, sendo estes contextos datados por volta do século X (SCHMITZ et al., 1989). Essa escassez de dados também pode ser verificada pelo fato de que a tecnologia do uso do *caraipé* não tenha sido totalmente absorvida pelo grupo ou, ainda que seja contemporânea a outras tradições ceramistas, possa se considerar a hipótese de que tenha sido decorrente de trocas. Porém, nesse caso, necessitaria de mais indicadores e pesquisas para sustentar essa afirmação. Outra hipótese ficaria a cargo de os grupos portadores dessa cerâmica já estarem em pleno declínio quando do estabelecimento de populações que traziam consigo a cerâmica com *caraipé*, sendo absorvidos, dizimados ou até “empurrados” para outras regiões dado a conflitos de interesse no território.

4.2.2 Os ceramistas da Tradição Aratu e as grandes aldeias do Centro-Oeste

Essa tradição ceramista foi definida durante as pesquisas do PRONAPA na década de 1960 por Valentin Calderón através de registros identificados na Bahia e

posteriormente compilados e sistematizados pelo grupo, absorvendo, em parte, registros do que se atribuía à tradição Sapucaí (BROCHADO, et al., 1969). A área de dispersão abrangia principalmente o estado da Bahia até Minas Gerais, e posteriormente passou a incluir os estados do Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso e Tocantins, onde já indicava para a existência de grandes sítios-habitação.

Até a década de 1980 houve poucos estudos sobre essa tradição ceramista sendo que os registros do Centro-Oeste passaram a se tornar frequentes após as primeiras pesquisas serem realizadas naquela região ainda na década de 1970 (RODRIGUES, 2011). A partir dessas pesquisas, um considerável número de sítios foi identificado e acabou ampliando as áreas de ocorrência da tradição Aratu, principalmente evidenciando uma densa ocupação no estado de Goiás (SCHMITZ et al., 1982) e posteriormente no estado de Mato Grosso (WÜST, 1990; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996) (Figura 24).

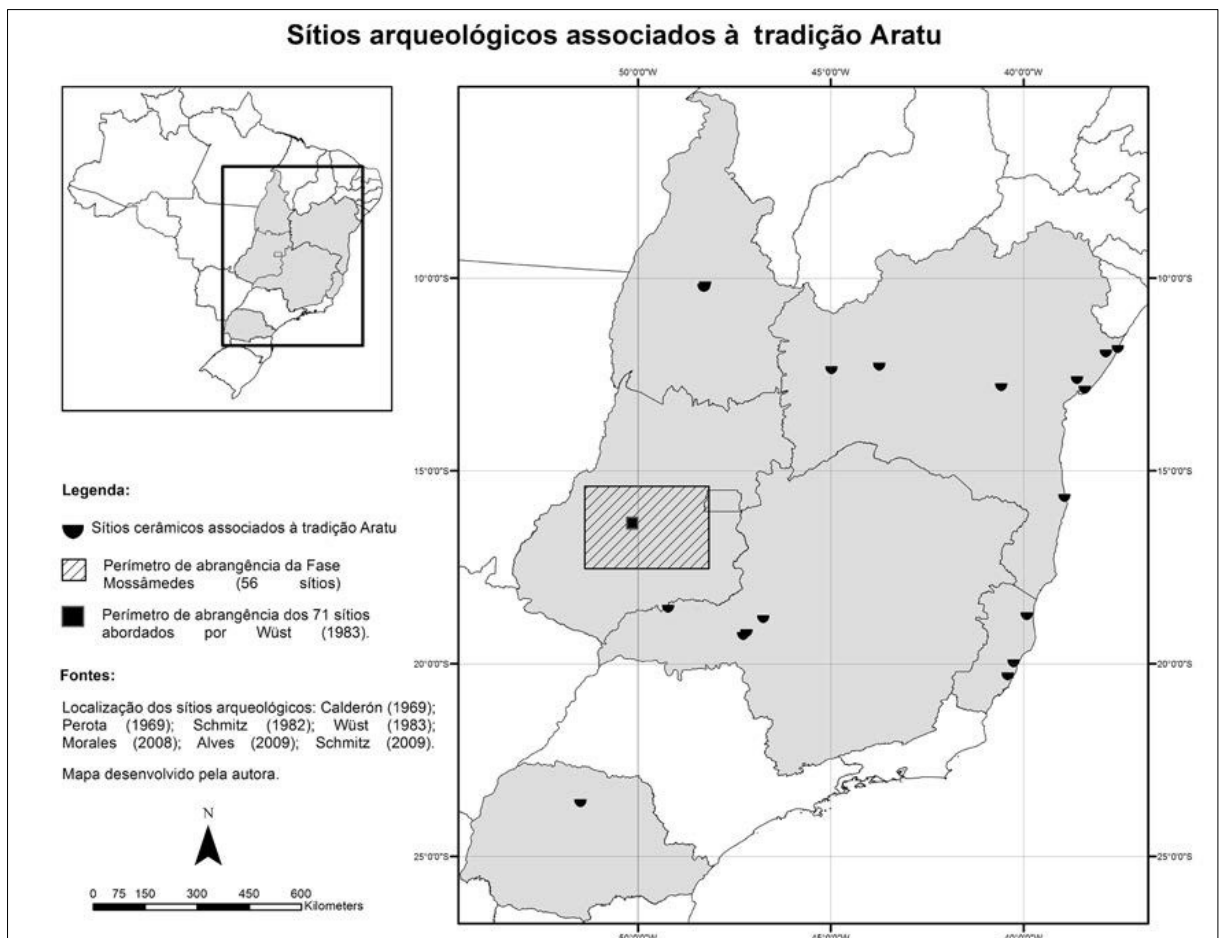


Figura 24: Mapa de dispersão dos sítios arqueológicos associados à tradição Aratu e as principais áreas de ocorrência (SOARES, 2013, p. 67).

Atualmente, o conjunto material atribuído à essa tradição abrange um território que inclui a bacia hidrográfica do Araguaia-Tocantins até o litoral leste brasileiro, incluindo os estados de Pernambuco, Bahia e Espírito Santo; e um limite meridional no estado de São Paulo (WÜST, 1990; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996; PROUS, 2019). A bacia do Araguaia-Tocantins, em especial, detém a maior parte dos registros de sítios dessa tradição no Centro-Oeste brasileiro, sendo a porção sul do estado de Goiás a com maior densidade de assentamentos (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996, pp. 27-28).

As características dos sítios Aratu no Centro-Oeste apresentaram manchas escuras dispostas circularmente em torno de um espaço vazio, no qual não ocorre material arqueológico, com dimensões que podem superar os 500 metros (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996; WÜST e BARRETO, 1999; SOARES, 2013). Esses locais são usualmente associados a aldeias circulares de grandes dimensões (Figura 25), as quais, segundo Wüst e Barreto (1999, p. 6), poderiam ter emergido das dinâmicas locais, não necessariamente estando associadas às populações amazônicas ou decorrentes da migração das mesmas. Esse tipo de assentamento é também característico nas regiões da bacia hidrográfica do rio Xingu, compondo um quadro ocupacional bastante próximo daquele da região amazônica, visto que se estende a este bioma (HECKENBERGER, 2005).

A localização dos sítios, conforme aponta Soares (2013, p. 69), está inserida majoritariamente no planalto central do Brasil, com o maior número no estado de Goiás, nos domínios do Cerrado, em áreas de mata de galeria e na floresta estacional decidual. Essa tendência de escolha em locais de tensão fitoecológica permitiria uma melhor relação simultânea entre os recursos de ambientes diversos (SCHMITZ e ROGGE, 2008, p. 48).

Na Bahia, outro estado com grande manifestação da tradição Aratu, a profundidade temporal é semelhante ao Centro-Oeste, contudo, as ocupações na região não tendem a apresentar o uso do *caraipe* nos conjuntos cerâmicos. Nessas regiões, Fernandes (2011, pp. 51-53) considerou as datações das fases Aratu e Mossâmedes, características de cada uma de suas regiões, para apontar que ambas poderiam ter uma contemporaneidade entre si, se desenvolvendo paralelamente em área distantes e com características próprias.

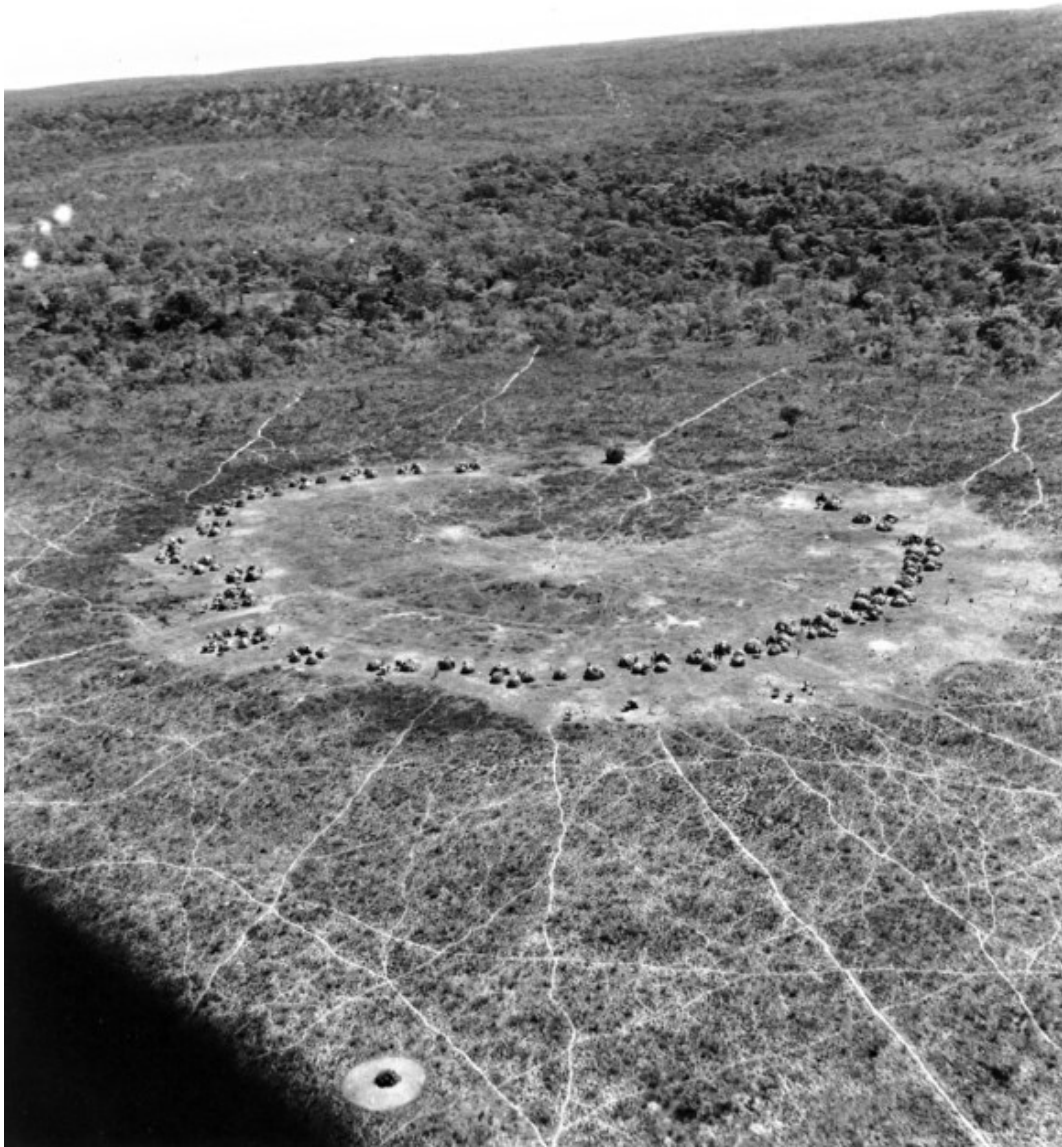


Figura 25: Imagem aérea de uma aldeia Xavante durante a expedição Roncador-Xingu. Fotografia de José Medeiros, sem data. Disponível em: <https://img.socioambiental.org/v/publico/pibmirim/como-vivem/habitacoes/XVF0018.jpg.html>

O conjunto cerâmico, que é o material predominante dessa tradição, aparece enquanto recipientes de grande porte, compondo vasilhames cônicos, globulares e semiglobulares, e contornos simples na maioria dos casos. O acabamento dos vasilhames é quase sempre liso, com algumas poucas incisões ou alguns apêndices. A pasta para essa cerâmica é composta em grande quantidade mineral, principalmente quartzo, mas em alguns casos ocorre o uso de *caraipé* (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996, p. 28). Ao que as pesquisas parecem sugerir, o *caraipé* começa a surgir nos conjuntos cerâmicos da tradição Aratu a partir do contato com os portadores da tradição Uru, por volta dos séculos VIII a X. Contudo, registros anteriores a esses têm apontado que o *caraipé* possa ter aparecido na cerâmica

Aratu ainda mais cedo, por volta de 2800 anos AP⁶⁵. Todavia, as datas que incluem os séculos VIII a X também marcam o período de aumento no número de sítios para a tradição Aratu, além de marcarem o contato com a tradição Uru, e poderia corresponder a uma expansão de seus territórios (SCHMITZ *et al.*, 1982; WÜST, 1983; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996).

Embora algumas datas atribuídas à tradição Aratu a posicionam numa cronologia mais recuada, incluindo o próprio uso do *caraipé* na cerâmica, sugere-se que os fenômenos de contato já deveriam estar ocorrendo antes do estabelecimento de uma expansão dos territórios e da constituição de grandes aldeias. Esse recuo cronológico coloca em discussão também a perspectiva de uma adoção do *caraipé* mais tardiamente. As datas no médio curso do rio Tocantins fazem referência às ocupações por volta de 1800 anos A.P. (MORALES, 2008), do mesmo modo que a fase Mossâmedes já havia apresentado uma datação similar no estado de Goiás (SCHMITZ *et al.*, 1982; ROBRAHN-GONZALEZ, 1996).

Os registros com *caraipé* da cerâmica Aratu, todavia, limitam-se a essas regiões do Brasil central, com uma maior densidade de registros marcados no estado de Goiás sob a Fase Mossâmedes (SCHMITZ *et al.*, 1981; 1982; 1986) (Figura 26). A referida fase seria um dos contextos ocupacionais com considerável quantidade de dados disponíveis no Centro-Oeste. Considerada a expansão até o limite ocidental da tradição Aratu, ocupava preferencialmente as partes altas e interflúvios dos cursos de água de médio e grande porte, nunca nas margens, mas respeitando certa distância. A cronologia mais consistente para esta fase corresponderia datas do século IX até meados do século XV, e provavelmente tenham entrado em contato com o colonizador europeu (SCHMITZ *et al.*, 1982, pp. 50-51).

⁶⁵ Essa data consta na ficha CNSA do sítio arqueológico Emival, no município de Novo Gama (Goiás), cadastrado no Programa de Levantamentos Sistemáticos dos Patrimônios Arqueológicos Pré-histórico, Histórico e Histórico-cultural na ADA pela LT Samambaia / Rio Vermelho, no ano de 2004.

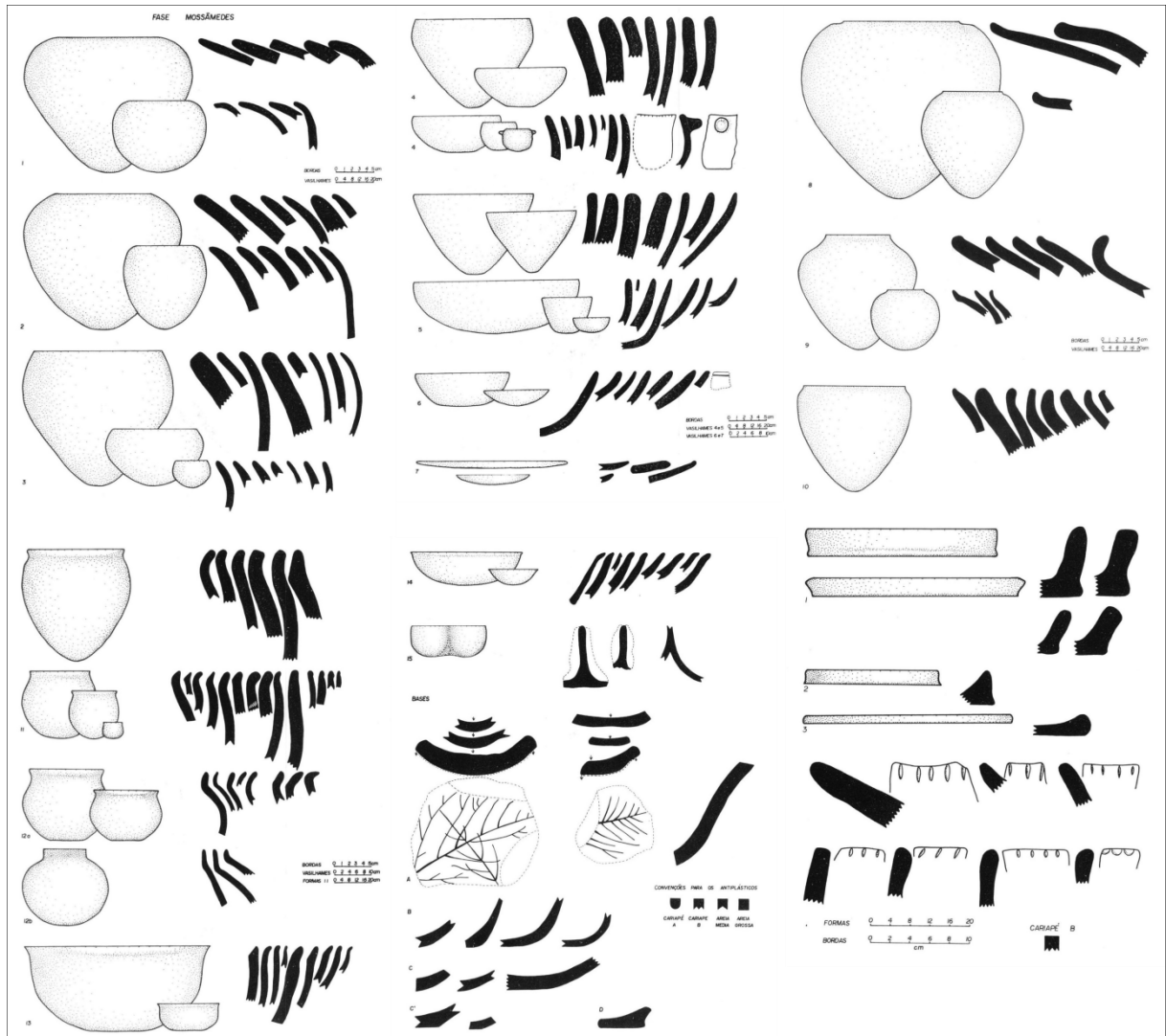


Figura 26: Prancha compilando as formas características da cerâmica Aratu, fase Mossâmedes, onde há maior frequência de *caraipe* na composição da pasta (SCHMITZ et al., 1982, pp. 75-81).

Embora as referências para a origem dessa tradição não sejam muito seguras, a proposta de Robrahn-González (1996) sugere que o vale do rio Paranaíba possa ser considerado a área principal de desenvolvimento desse grupo e que levou a ondas de migração para outras áreas do Centro-Oeste. Além disso, o estado de Goiás parece ser a região com maior densidade ocupacional, além de maior densidade cronológica, o que sugere que possa representar o auge ocupacional para os portadores dessa cerâmica (SOARES, 2013). A bacia do rio Tocantins, mais ao norte, no seu médio curso, também apresenta datas recuadas para discussão de hipóteses de origem, atestando que essas ocupações teriam uma origem por volta de dois mil anos (MORALES, 2008). Apesar dessa cronologia, a tradição Aratu pode ter sido um vetor de dispersão do *caraipe* dado a sua

localização estratégica ao norte, no rio Tocantins, o que teria possibilitado o contato com a região Amazônica através dessa rede hidrográfica. Algumas datas recuadas de uso do *caraipé* podem ser observadas nos contextos do baixo/médio Tocantins e não seria surpresa que os antigos portadores da cerâmica Aratu tivessem absorvido essa tecnologia ou, o que pode ser mais condizente, trazido o conhecimento a partir de trocas com outros grupos da periferia Amazônica.

Se for considerada ainda a hipótese de Brochado (1984), a tradição Aratu poderia ter se originado da mesma leva migratória que a tradição Una, associada ao tronco linguístico Macro Jê e então se estabelecido no Brasil central. A mesma associação poderia ser feita com base nos dados etnográficos e etno-históricos que tendem a considerar os Kayapó (do sul) como sucessores dos portadores da cerâmica Aratu, especificamente a fase Mossâmedes, ainda que não se tenham dados mais concisos para atestar essa continuidade (SCHMITZ et al., 1982; WÜST, 1983; 1990).

Algumas variações no padrão de assentamento e nas características das ocupações, assim como nos conjuntos materiais, sugeririam que a tradição Aratu esteve em contato com outros grupos, em especial a tradição Uru. Nesse cenário, especialmente a região do Araguaia-Tocantins, parece ter ocorrido contatos onde foi possível observar nos registros arqueológicos variações nas dimensões dos assentamentos, locais de implantação e na disposição das concentrações de material (SCHMITZ *et al.*, 1982; WÜST, 1983).

Com efeito, Robrahn-González (1996, p. 35) apresenta essa discussão, na qual aponta para os processos que podem ter resultado da interação entre os portadores das duas tradições arqueológicas:

Evidências de contatos culturais com grupos portadores de cerâmica Uru foram definidas a partir da utilização, em escala crescente, do antiplástico cariapé em substituição ao mineral, e na forma e aumento de tamanho dos vasilhames. Este processo define as fases Uru e Jaupaci (tradição Uru), que teriam surgido a partir da Mossâmedes, reunindo sítios localizados no alto Tocantins e médio Araguaia. Contaria-se, aqui, com uma progressiva e radical transformação da tecnologia alimentar, com recipientes Mossâmedes indicando mais o processamento do milho, e no final tendo-se elementos que indicariam exclusivamente a transformação da mandioca.

Embora tenham sido observadas diferenças territoriais bem marcadas, os conjuntos materiais recorrentemente conduziam a entender que este território não seria bem circunscrito. Sítios de ambas as tradições eram encontrados nos supostos

territórios “inimigos”, sugerindo que os processos de contato podem ter seguido uma dinâmica mais complexa do que foi sugerido (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996).

A expansão dessa tradição parece ter se dado em direção ao leste, com as datas dos sítios ficando gradativamente mais recentes se comparados com a porção central (WÜST, 1990). Além disso, registros apontam que os mesmos alcançaram as regiões Sudeste e Sul, onde também apresentam um conjunto material com a presença de *caraipé*. Pode-se considerar que a pressão demográfica decorrente do deslocamento de outros grupos, seja devido relações bélicas com seus vizinhos, ou devido às invasões dos europeus durante a colonização do Centro-Oeste, tenham propiciado movimentações dos portadores dessa cerâmica para além do ambiente de Cerrado. Sítios datados no final do primeiro milênio da era Cristã até meados do período de chegada dos europeus podem ser encontrados nos estados de São Paulo e do Paraná (AFONSO e MORAES, 2005/2006; SCHMITZ e ROGGE, 2008). Essas datas têm sugerido que a mobilidade desses grupos não parece ser um fenômeno da pressão do colonizador europeu, visto que a sequência cronológica é semelhante à de algumas áreas do Centro-Oeste. Sítios datados por volta de 1000 anos AP até fins do século XVII demonstram uma cerâmica com o uso do *caraipé* numa área limítrofe ao Cerrado e de tensão com a Mata Atlântica (AFONSO e MORAES, 2005-2006, pp. 60-61).

A identificação de um sítio Aratu na extremidade meridional de seu território, ao norte do estado do Paraná, próximo às nascentes do rio Pirapó, e entre as bacias dos rios Tibagi e Ivaí, marca a extensão máxima no sentido sul para essa tradição. Esse sítio, pesquisado por Schimitz e Rogge (2008), parece ser um assentamento isolado e que não se associa a um ramo de expansão ou de um sistema de assentamentos para os portadores dessa tradição. A datação realizada para o contexto o insere entre os anos 1290 a 1420 do calendário cristão. Também como nos casos singulares do estado de São Paulo, a coleção cerâmica apresenta o uso do *caraipé* nas inclusões da pasta, compondo assim, a ocorrência meridional mais distante das áreas comumente associadas ao uso do *caraipé*.

4.2.3 Os ceramistas da Tradição Uru e os prováveis difusores da tecnologia do *caraipé*

Essa tradição arqueológica foi definida por Schmitz e seus colaboradores ainda no ano de 1974, e recorrentemente foi trabalhada em pesquisas posteriores nos diferentes projetos da equipe no estado de Goiás (SCHMITZ et al., 1982). A sua ocupação inicial incide nas bacias hidrográficas dos rios Araguaia e Tocantins, abrangendo os atuais estados de Goiás, Tocantins e Mato Grosso. Os sítios tendem a ocupar tanto áreas de mata quanto de savana, em proximidade a cursos de água, com algumas manifestações inseridas nas margens dos rios, sempre com preferências às áreas planas e pouco acidentadas (WÜST, 1990). Em termos morfológicos, a composição dos sítios tende a ser circular, a exemplo dos assentamentos Aratu, porém, com algumas ocorrências em sentido elíptico e também lineares (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996).

A cerâmica dessa tradição apresenta um acabamento simples, alisado e, em alguns casos, com um engobo vermelho, ou algumas incisões na borda (SCHMITZ et al., 1982). Em algumas ocorrências também há poucos elementos decorativos, como apêndices, faixas aplicadas, e incisões ponteadas, mas nunca abundantes nos conjuntos. As formas dos vasilhames marcam a presença de bases planas ou com pedestal, tigelas rasas com paredes infletidas e em alguns casos reforçadas, com dimensões que variam até 50 cm de diâmetro (WÜST, 1990, pp. 72-73).

Em particular interesse para a presente pesquisa é a composição da pasta utilizada na confecção da cerâmica, preponderantemente composta por *caraipé*. Embora tenha sido descrito por Schmitz et al. (1982) durante a sua caracterização, foram as pesquisas desenvolvidas por Wüst (1975; 1981/1982; 1983) com o apoio de dados etnográficos com populações contemporâneas que trouxeram informações pertinentes ao registro arqueológico. O contato com ceramistas da etnia Karajá, em Aruanã (WÜST, 1981/1982), e posteriormente pesquisas com a etnia Bororo da aldeia Tadarinama (Mato Grosso) (MURCCILLO e WÜST, 1981/1982), partiram do objetivo de buscar referenciais das populações tradicionais, das quais se podia fazer uma relação de continuidade com determinados contextos arqueológicos (WÜST, 1999).

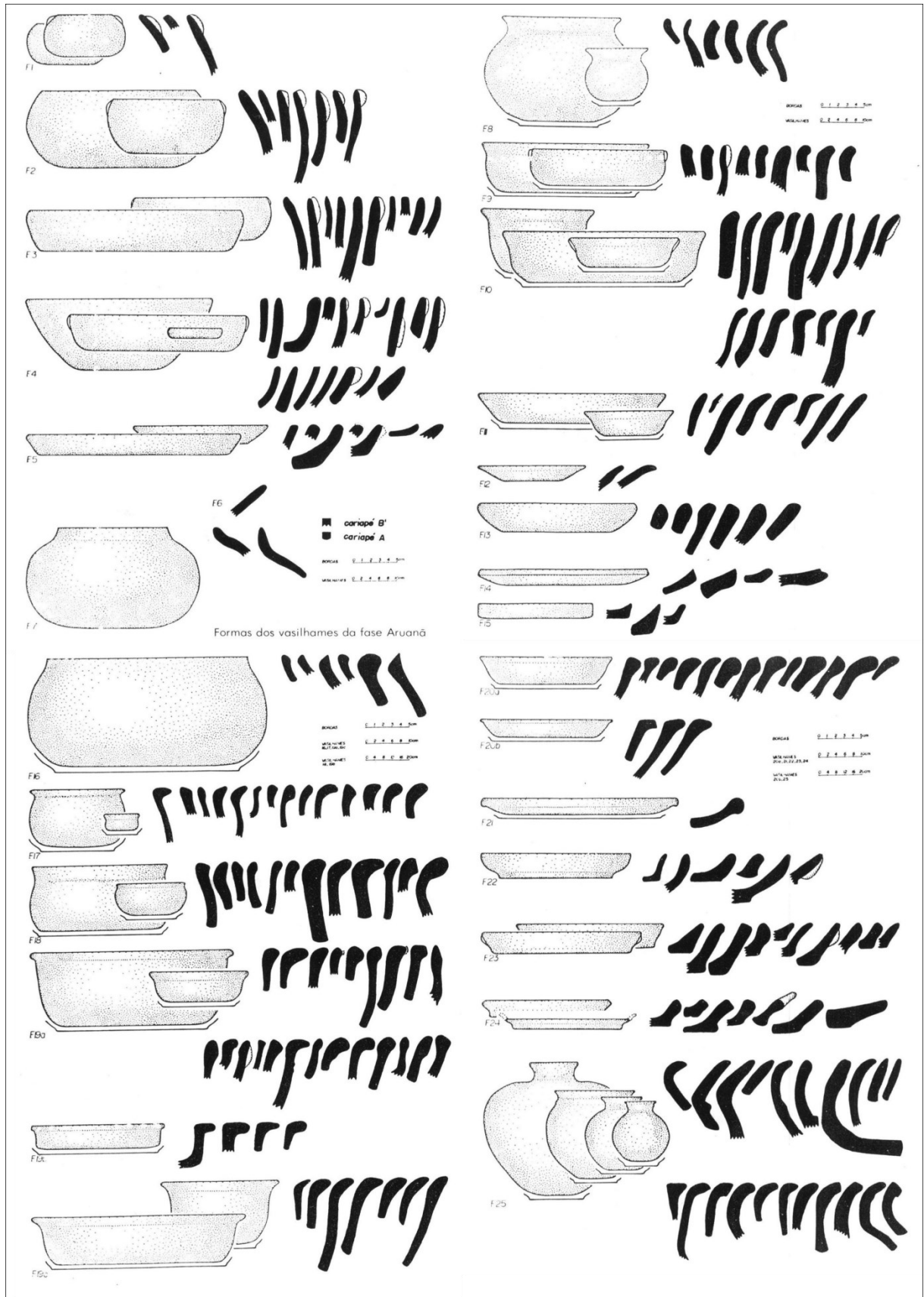


Figura 27: Prancha com as características da cerâmica pertencente à tradição Uru, associadas à fase Aruanã, na região da bacia do rio Araguaia (SCHMITZ et al., 1982, pp. 121-126).

As formas dos recipientes cerâmicos apresentam características comuns aos conjuntos amazônicos, o que levou os pesquisadores a associarem essa tradição a ter uma relação com os grupos da Amazônia, principalmente no que tange às formas de bases planas, em pedestal, trempes, gargalos e, principalmente os assadores. Estes últimos, segundo Schmitz et al. (1982), sugerem que o grupo teria trazido consigo uma subsistência baseada no cultivo e processamento da mandioca tóxica. Essa correlação com os conjuntos amazônicos se acentua quando são observados os conjuntos de tradições ao norte do Cerrado e no início da área do bioma amazônico. Nessa faixa, existem vários indícios de materiais cerâmicos com características similares aos conjuntos da tradição Uru, como ocorre no alto rio Xingu associado à tradição Inciso Ponteadada (SIMÕES, 1972). O mesmo é verificado na bacia do rio Guaporé, nas fases Corumbiara e Pimenteiras e também no baixo e médio rio Tocantins (MILLER, 1992; SIMÕES e ARAÚJO-COSTA, 1987; SIMÕES e CORRÊA, 1987; SIMÕES e MACHADO, 1987; SIMÕES e LOPES, 1987).

Esses indícios podem sugerir uma relação de cunho migratório oriundo da região amazônica, como alguns autores já apontaram anteriormente (SCHMITZ et al., 1982; WÜST, 1983; 1990; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996). Essa aproximação, tanto ambiental quanto em termos de características do material cerâmico, reforçou a hipótese de que a tradição Uru teria suas raízes na Amazônia, tendo se estabelecido na região Centro-Oeste após movimentações vindas pelos rios Guaporé, Tapajós, Xingu e Tocantins-Araguaia. Essa última bacia hidrográfica parece concentrar a maior parte dos sítios e representar uma área com grande densidade de ocupação dessa tradição (RUBIN, et al., 2019), inclusive com relações entre os conjuntos cerâmicos e a ancestralidade das populações indígenas Karajá que ocupavam aquela região (SCHMITZ et al., 1982).

Atestando a continuidade do *caraipé* nesses grupos indígenas contemporâneos, Wüst (1975) trabalhou com essa hipótese de que a tradição Uru (fase Aruanã) poderia ter permanecido através do grupo indígena Karajá, que apresenta uma produção cerâmica recente com características similares aos conjuntos dessa tradição arqueológica, o que inclui o uso de *caraipé* (WUST, 1981/1982; SIMÕES, 1992; VIANA et al., 2011). Outro trabalho realizado por Wüst (1999, pp. 303-304) propôs entender as continuidades e descontinuidades entre os registros arqueológicos e dados etno-históricos para as aldeias Bororo do Mato Grosso. Essa associação entre os Bororo e a produção de uma cerâmica com

caraipé foi pautada em estudos etnográficos realizados com os próprios indígenas sobre a produção de seus vasilhames (MURCCILLO e WÜST, 1981/1982). Simões (1992) também coletou informações sobre os Karajá, em especial a produção de artefatos de cerâmica (vasilhames e bonecas), compilados de suas notas etnográficas da década de 1950 oriundas das aldeias às margens do rio Araguaia, as quais fazem referência ao uso do *caraipé* por esse grupo.

De modo similar aos sítios da tradição Aratu, há indícios de que alguns assentamentos da tradição Uru eram dispostos da mesma forma que as aldeias circulares, com manchas de ocupações em torno de uma praça central. As dimensões, contudo, são menores que os assentamentos Aratu, e concentram em regiões específicas ao norte de Goiás (WÜST, 1990).

A disposição dessa tradição em regiões onde também se registra assentamentos de tradições distintas (como a Aratu e Tupiguarani) fez Wüst (1990, pp. 74-75) levantar a hipótese de uma rede de relações entre os portadores das tradições Uru e Aratu nas bacias dos rios Araguaia e Tocantins. Dados oriundos das plantas dos assentamentos indicam unidades com contextos particularmente exclusivos de cada tradição, além de que o empréstimo de traços tecnológicos da cerâmica não permite induzir que tenham ocorrido reocupações por diferentes grupos, pautando-se, assim, numa relação de incorporação de grupos externos.

4.2.4 Os ceramistas da tradição Tupiguarani no Brasil Central

Os sítios dessa tradição ceramista encontram-se dispersos por quase todo o território brasileiro, com assentamentos consistentes e identificados juntos às bacias hidrográficas de grande e médio porte. Do ponto de vista geográfico, até o período do contato com o Europeu, lograram ocupar grande parte do litoral brasileiro, assim como as principais bacias hidrográficas do interior. Sua dispersão foi tamanha que não é incomum os pesquisadores a considerarem como uma cultura “panbrasileira” (NOELLI, 1999/2000; PROUS, 2019).

A primeira sistematização na arqueologia para a tradição Tupiguarani se deu no período do PRONAPA, com base nos dados oriundos da linguística e pautados na similaridade do conjunto material amplamente distribuído, o que resultou na definição a qual seria “caracterizada principalmente por cerâmica policrômica (vermelho e/ou preto sobre engobo branco e/ou vermelho), corrugada e escovada,

por enterramentos secundários em urnas, machados de pedra polida, e, pelo uso de tembetás” (CHMYZ, 1976, p. 146). Embora o conceito estivesse longe de abarcar a diversidade material intrínseca, quanto o grande número de sítios arqueológicos, serviu como guia para pesquisadores que trabalharam exaustivamente nas décadas seguintes.

A ocupação no Brasil Central, contudo, é relativamente reduzida em número de sítios se comparada a outras regiões do país. Podem ser encontrados desde a porção leste, sudeste e sul do estado de Goiás; no vale do rio Vermelho na região meridional do estado de Mato Grosso; e ocorrem com maior frequência no Mato Grosso do Sul, desde a faixa que abrange a região de Corumbá até as imediações do rio Paraná (PROUS, 2019). Nas áreas em que compartilham o espaço com outras tradições arqueológicas, observa-se uma maior disposição dos seus sítios, sendo o estado de Goiás, nos vales dos rios Paranaíba e São Domingos, em que ocorre a maior parte da sua ocupação (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996).

Embora seja menos frequente que os sítios identificados no Centro-Oeste pertençam exclusivamente a essa tradição, a presença de sua cerâmica associada a sítios de outras tradições parece ser recorrente (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996, p. 45). Essa particularidade levou aos pesquisadores a considerarem diferentes hipóteses sobre a sua ocupação no Brasil central. Na pesquisa de Wüst (1990, p. 76), a autora apontava que a tradição Tupiguarani poderia ser minoritária se comparado aos outros grupos da região, além de apresentar uma alta mobilidade, e certa variabilidade nos tipos de assentamento. Já na proposta de Schmitz e Barbosa (1985, p. 5) consideram que os grupos dessa tradição teriam dificuldades para ter se estabelecido numa região já ocupada por outros grupos (Aratu e Uru), o que faria a sua proporção de assentamentos menores e dispostos de maneira mais esparsa no território. A escolha dos assentamentos, contudo, davam preferência à proximidade de rios com porte médio a grande, os quais propiciariam recursos necessários e a mobilidade para novas áreas (SCHMITZ *et al.*, 1982).

No vale do Paranaíba, onde a ocorrência dos sítios com material quase que majoritário da tradição Tupiguarani, a incorporação de elementos externos da cerâmica Aratu e Uru levou Schmitz e Barbosa (1985) a considerar que esses locais não se caracterizam por reocupações, mas sim um processo de empréstimo e apropriação de motivos tecnológicos e decorativos.

A cerâmica da tradição Tupiguarani já foi exaustivamente descrita em diversas pesquisas⁶⁶, e um panorama para esse conjunto material pode ser visto nos trabalhos de Wüst (1983; 1990) e Robrahn-González (1996). Ambas as autoras também ressaltam as condições de contatos verificadas nas diferentes regiões trabalhadas. Nesses contextos, pode-se observar uma cerâmica com características diagnósticas para incluí-las na tradição Tupiguarani, contudo, a partir do contato com outros grupos, verificou-se que os conjuntos materiais também possuíam características ligeiramente diferenciadas do padrão estabelecido para essa tradição, com feições que remetiam às tradições próximas, sendo um desses traços verificados, a inclusão do *caraipé* (WÜST, 1990, pp. 232-242).

Ainda que não seja um fenômeno exclusivo da região Centro-Oeste, o material cerâmico já fazia uso desse aditivo nas regiões Amazônicas em datas até mais recuadas, como o caso da cerâmica das Fases Tauarí, Tucuruí e Tauá, no baixo Tocantins (SIMÕES e ARAÚJO-COSTA, 1987). Porém, a dinâmica ocupacional da região foi bastante diversa do que na Amazônia Oriental. Enquanto as áreas do Pará e Maranhão apresentam assentamentos densos e consistentes para a tradição Tupiguarani, no Cerrado a ocupação nunca atingiu uma expansão considerável visto a contemporaneidade com outros grupos ceramistas. É possível que o contato tenha se dado muito mais do ponto de vista bélico do que de uma harmonização nas relações de uso e ocupação da terra, já que muitos sítios são notadamente multicomponenciais. O panorama só vai se alterar na calha do rio Paraná e em direção ao sul do Brasil, onde a tradição Tupiguarani se estabelece de maneira mais consolidada naquele território (PROUS, 2019).

4.2.5 Os ceramistas da tradição Bororo e a continuidade das populações tradicionais

Essa tradição ceramista foi definida por Wüst (1990) para designar os sítios associados a dados etno históricos e que compunham assentamentos na região sudeste do estado de Goiás e sul do estado de Mato Grosso em um território associado ao grupo indígena Bororo (WÜST, 1999, pp. 307-309). Para a cerâmica associada a esses grupos, Wüst ponderou, principalmente, o período em que os

⁶⁶ Recentemente os trabalhos coordenados por Prous e Lima (2016) geraram três volumes com diversas abordagens sobre a tradição Tupiguarani abarcando diferentes temáticas e regiões.

sítios apresentaram características materiais que correspondessem aos dados etno históricos disponíveis, assim como na homogeneidade desses conjuntos em oposições a outras tradições contemporâneas, apontando aspectos tecnológicos e morfológicos para as chamadas cerâmicas Bororo. Essa continuidade da tradição cerâmica foi verificada entre o início do século XVIII até a segunda metade do século XX (WÜST, 1999).

Com base nesses indicadores, assumiu-se que os sítios Bororo pesquisados apresentavam características semelhantes com as informações etnográficas coletadas sobre o grupo ao longo do século XX, principalmente. Wüst (1990, p. 89) também se baseou na proposição de Tonelli (1927)⁶⁷ para traçar uma origem para os grupos Bororo, os quais teriam procedido para o atual território vindos do alto rio Negro e Orinoco, passando pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, além de ter permanecido um tempo junto ao grupo Capacura da Bolívia.

A cerâmica descrita incluía formas de contorno simples e formas semiesféricas, com acabamento alisado, bordas predominantemente diretas e as inclusões da pasta apresentando em parte da amostra (WÜST, 1990, pp. 243-247). Embora em grande parte dos contextos onde foram identificados a “cerâmica Bororo” apresentem cerâmicas de outras tradições arqueológicas (como a Tupiguarani e Uru), Wüst (1999, pp. 311-314) aproximou-se de uma interpretação de que seria decorrente de interação com outros grupos e que implicaram em continuidades e descontinuidades na tecnologia cerâmica. Essas interações teriam resultado na adoção de tecnologias estrangeiras sendo utilizadas em maior ou menor grau, conforme o período de tempo, culminando com um reforço nos traços tradicionais que perdurariam até meados do século XX, ante a inclusão de produtos industrializados.

4.2.6 Os ceramistas da tradição Borda Incisa e o alto Xingu

Ainda que os registros dessa tradição ceramista a insiram praticamente em todo o território do bioma amazônico, seus registros são espacialmente amplos a ponto de ser observados em sítios das regiões do Centro-Oeste brasileiro. Definida,

⁶⁷ Ainda que houvesse uma crítica a abordagem difusionista utilizada pelo autor que foi considerada “extremada e pouco fundamentada” (WÜST, 1990, p. 89).

inicialmente, pelas características decorativas dos vasilhames cerâmicos, onde estão presentes motivos incisos retilíneos ou em padrões desenhados em linhas paralelas associados a ponteados, podendo ocorrer, algumas vezes, a pintura (BROCHADO, et al., 1969, pp. 26-27). Apresentam, também, outros artefatos em cerâmica, que incluem estatuetas, cachimbos, rodela de fuso e “suporte de painéis” (SOUZA, 1997, pp. 129-130).

Sua abrangência, como mencionado, é ampla, abarcando praticamente grande parte da bacia do rio Amazonas até o rio Negro, e incluindo o alto rio Xingu (de especial interesse nesse momento). As ocorrências do material cerâmica abarca sítios nos estados do Amazonas, Amapá, Rondônia, Pará e Mato Grosso (BROCHADO, et al., 1969), subdivididos em diferentes fases. Atualmente as pesquisas sobre essa tradição aumentaram significativamente, ampliando não só as características materiais quanto à densidade dos registros.

A despeito dessa ampla ocorrência, os sítios registrados no alto rio Xingu seriam os registros em um ambiente que partilha tanto o Cerrado quanto o bioma Amazônico. Alguns dos sítios tendem a apresentar conjuntos cerâmicos com o uso de *caraipé* (SIMÕES, 1967). Observa-se, na hipótese de Wüst (1999), que a tradição Uru apresenta características notadamente semelhantes com os contextos amazônicos, a qual se considera, nessa perspectiva, como oriunda dessa região e dispersa posteriormente no Centro-Oeste brasileiro.

A importância de uma rede hidrográfica como do rio Xingu o faz uma área extremamente importante dentro dos contextos arqueológicos. Além disso, a diversidade de povos e as características políticas e sociais fazem dessa área uma região ímpar em termos culturais (HECKENBERGER, 2005) onde, provavelmente, podem ter ocorrido relações com os grupos do Centro-Oeste. A ocorrência de *caraipé* nos conjuntos cerâmicos da bacia do rio Xingu não seria tratada como algo isolado, mas precisa ser observada em como pode ter relação ou, de certa forma, influenciado na sua ocorrência entre os grupos do Cerrado.

4.2.7 Os ceramistas da tradição Capão do Canga

Essa tradição teria sido definida a partir de contextos do sudoeste do Mato Grosso, na divisa com a Bolívia, conforme apresentado por Lima (2010). A cerâmica descrita, com decoração plástica incisa ou pintada, com linhas entrecruzadas em

alguns fragmentos, com inclusões predominantes de *cauíxí* e minerais, e, em menor frequência, a presença de *caraipé* (LIMA, 2010, p. 149).

Esse conjunto identificado na região do alto rio Guaporé, apresenta características que dificultaram sua classificação inicial tendo sido posteriormente classificada como tal. Não há registros de outras áreas com a mesma cerâmica, porém, os sítios onde ela é encontrada também apresentam, em certos casos, outros conjuntos de tradições ceramistas, como o caso da Uru (LIMA, 2010; 2012).

A cronologia dessa tradição situa-se entre os anos 800 a 1300 d. C., com um horizonte de ocupação bem definido, e que pode ser comparado como contemporâneo a outras tradições do Centro-Oeste, e também justifica os contextos com material cerâmico de outras tradições. Importante ressaltar que o *caraipé* pode ser um traço incorporado pelo grupo ao ter contado com os portadores da tradição Uru, o que teria sido incorporado já que também fazem uso da sílica biológica (*cauíxí*).

4.3 OS CONTEXTOS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS E A CONTINUIDADE DO CARAIPÉ

A continuidade no uso do *caraipé* na olaria tradicional resistiu ao impacto da colonização europeia em diferentes formas. As transformações decorrentes da invasão do colonizador e as estratégias adotadas pela população subjugada ao sistema colonial levaram aos indígenas e a população brasileira a criarem novos referenciais, significados e arranjos sociais que correspondessem ao modo de vida que estava sendo imposto devido aquele evento. Com o advento de uma nova organização social e as novas estratégias econômicas, a população nativa precisou entender e significar os novos referenciais culturais que eram, muitas vezes, forçados ou deveriam, de algum modo ser assimilados.

A cerâmica artesanal pode ser vista, nesse momento, como um elemento de grande importância para a população nativa. Por um lado, representava a continuidade de práticas ancestrais recontextualizadas e inseridas num novo mundo de referências. Do outro lado, figurava como uma forma de se inserir dentro da sociedade ao assumir o abastecimento de um produto inerente aos diversos segmentos sociais. Os espaços domésticos eram locais de domínio da população

indígena, africana e mestiça, muitos destes escravizados, enquanto uma parcela representava trabalhadores livres (SYMANSKI e GOMES, 2012).

Indiferente da perspectiva e dos significados que levaram o *caraipe* a ser inserido no meio da sociedade colonial, um fato tornou-se inegável pela continuidade que se deu no uso relacionou a sua qualidade enquanto insumo para produção da cerâmica (SPRUCE, 1908). Até meados do século XX, a produção oleira ainda se sustentava na elaboração de vasilhames observando as práticas tradicionais e passando de geração para geração esse conhecimento. Mesmo com o advento de novas frentes de progresso marcados pela invasão dos territórios tradicionais e a constituição de uma ocupação (forçada) do território para a prática agropastoril, o conhecimento técnico presente na população originária encontrou uma forma para persistir do mesmo modo que essa população resistiu na manutenção de seus territórios tradicionais.

Mesmo que as referências da produção oleira tenham se reduzido significativamente desde meados dos séculos XVI e XVII, isso não significa que as áreas anteriormente abundantes de ocupação indígena abondonaram por completo a prática ceramista. A diminuição dos registros arqueológicos decorre sim do impacto que da violência do colonialismo, com conflitos e predação das populações originárias. Contudo, as transformações pelas quais essas populações passaram não são necessariamente apontadas nos registros documentais. Evidentemente que é impossível resgatar a maioria dos dados, visto que muitas informações devem ter se perdido ao longo dos anos, e determinados contextos sequer são percebidos no registro arqueológico. De toda sorte, mesmo com os escassos dados referentes aos séculos XVI até meados do século XIX podem refletir que tanto o isolamento regional vivenciado por algumas comunidades assim como a interação com etnias estrangeiras influenciou nas práticas ceramistas.

Grande parte dos dados obtidos sobre o período pós século XVI vem de fragmentos de diferentes fontes. Algumas informações podem ser obtidas, em parte, dos relatos de cronistas que viajaram pelas regiões estudadas (PORRO, 1993; COSTA, 2017). Outra porção pode ser recuperada através de pesquisas arqueológicas que se ocuparam dos sítios dessa natureza, ainda que menos frequentes do que os do período pré-colonização (COSTA, 2017). Por fim, os registros etnográficos e etnohistóricos representam também uma fonte igualmente produtiva para se verificar informações relativas à continuidade do uso de *caraipe*.

No Centro-Oeste do Brasil, as informações sobre as comunidades indígenas das etnias Karajá, Bororo, Juruna e Terena e a sua produção de cerâmica mencionam o uso do *caraipé* como uma das práticas ao se produzir os vasilhames (OLIVEIRA e GALVÃO, 1969; WÜST, 1975; MURCCILLO e WÜST, 1981/1982; SIMÕES, 1992). Embora atualmente não seja observada essa continuidade em todos os grupos mencionados, até poucas décadas atrás, os(as) oleiros(as) dessas etnias detinham esse conhecimento e produziam a cerâmica conforme a prática herdada por seus ancestrais. Fora da esfera indígena, ainda no Centro-Oeste, as comunidades escravizadas da região de Chapada dos Guimarães absorveram essa prática e a inseriram nos seus referências e na sua produção cerâmica, como uma forma de reproduzir elementos culturais próprios (SYMANSKI, 2006). Essa perspectiva teve continuidade através de seus descendentes, conforme é visto até os dias de hoje na comunidade de Varginha (ASSIS VIANA, 2003).

Na bacia Amazônica, a continuidade do uso do *caraipé* foi bem mais recorrente, embora as fontes de referência sejam um pouco diferentes. A produção cerâmica esteve firmemente envolvida com os(as) oleiros(as) e ribeirinhos ao longo do rio Amazonas assim como a comunidade indígena, seja ela absorvida pelas cidades como Santarém, entre os séculos XVIII e XIX (MUNIZ e GOMES, 2017), ou seja, pelas comunidades isoladas ao contato com a sociedade europeia. A produção de cerâmica com *caraipé* foi tão constante durante esse período que era abastecida por um mercado regional através de diversos núcleos oleiros, como aqueles na região das baías de Camuí e Anapu, e na região de Caxinauá (PENNA, 1973), e em diversos engenhos que empregavam mão-de-obra indígena no baixo rio Amazonas (MARQUES, 2004). Toda essa população inserida dentro do sistema de trabalho colonial manteve presente práticas e conhecimentos tradicionais que persistiram em contraste com os núcleos urbanizados e a conseqüente inserção de bens manufaturados na Europa.

Durante esse processo de reocupação do território, e reorganização das relações de trabalho, a população passou a reproduzir práticas indígenas herdadas do contexto em que viviam, indiferente de sua origem, fosse africano, português ou nascido no Brasil. As práticas tradicionais foram adequadas à economia local, o que resultaram em comunidades que faziam da olaria uma das suas atividades de resistência e identificação. Esse é o caso principalmente de comunidades

quilombolas e indígenas, responsáveis pela continuidade desse saber (COIROLO, 1991; FERREIRA, 2016).

Além desses grupos, a resistência por parte das comunidades indígenas também é observada, embora muitas vezes as referências a essas atividades tenham se tornado invisibilizadas perante outros processos de resistência. A manutenção de práticas tradicionais, onde se inclui a produção cerâmica, tornou-se um elemento de grande importância na manutenção cultural de algumas populações. Embora, atualmente, o mercado capitalista já tenha inserido em grande medida uma quantidade significativa de *commodities* e outros bens industrializados que substituíram os utensílios domésticos tradicionais, novas referências foram dadas para as práticas ancestrais. Algumas comunidades indígenas, como os Palikur, os Waiwai, os Baniwa e os Kaiabi têm na cerâmica uma forma de manutenção e reafirmação de seus referenciais culturais. A produção da cerâmica continua obedecendo às práticas tradicionais e observando o sistema simbólico de restrições e significações, porém, agora, esses utensílios têm sido destinados para outras atividades que não o uso doméstico, como aparelhagem de ritos, ou até mesmo como artesanato (VAN DEN BEL, 2009; OLIVEIRA, 2015; GOMES, 2016; BORGES, 2017; JÁCOME, 2017).

O Quadro 6, a seguir, apresenta um resumo de algumas comunidades que produziram (durante o período de colonização) ou produzem cerâmica com o uso de *caraipé*⁶⁸, além da localização das mesmas no mapa da Figura 28.

⁶⁸ As comunidades aqui levantadas necessariamente não representam a totalidade da população ou grupos que fazem cerâmica com *caraipé*, mas apenas ilustram as diferentes comunidades que deram continuidade a essa prática.

Quadro 6: Síntese das áreas com registros de produção cerâmica com *caraipe* em contextos após o contato com o colonizador europeu.

Nº	Contexto	Área/Localização	Período	Referência
1	Engenho do Murutucu, Belém	Pará	Séculos XVII a XIX	Martins (2015)
2	Fonte da Carioca	Goiás	Século XVIII	Dantas (2014)
3	Forte do Castelo	Amazonas	Séculos XVII a XVIII	Marques (2005)
4	Engenho Rio da Casca	Chapada dos Guimarães (MT)	Séculos XVIII a XIX	Symanski (2006)
5	Sítio Aldeia	Santarém, Pará	Séculos XVIII a XIX	Muniz e Gomes (2017)
6	Cerâmica da região de Caxinauá	Pará (baías de Camuí e Anapu)	Séculos XIX e XX	Kern e Costa (1997)
7	Engenho do Quilombo	Chapada dos Guimarães (MT)	Século XIX	Symanski (2006)
8	Engenho Água Fria	Chapada dos Guimarães (MT)	Século XIX	Symanski (2006)
9	Tapera do Pingador	Chapada dos Guimarães (MT)	Séculos XIX e XX	Symanski (2006)
10	Itubore Bororo (MT-SL-017)	Mato Grosso	Séculos XVII a XX	Wüst (1983)
11	Comunidade Quilombola do Maruanum	Amapá	Século XX	Ferreira (2016)
12	Ceramistas Palikur	Guiana Francesa e Amapá	Século XX	Van den Bel (2009)
13	Comunidades ceramistas de Varginha (MT)	Chapada dos Guimarães (MT)	Século XX	Assis Viana (2003)
14	Mati	Fronteira Brasil/Colômbia (alto rio Negro)	Século XX	Mazz (2008)
15	Waiwai dos rios Mapuera (Mawtohrí), Cachorro (Katxuru) e Trombetas (Kahu)	Baixo Amazonas	Século XX	Jácome (2017)
16	Terena	TI Cachoeirinha, Mato Grosso do Sul	Século XX	Gomes (2016)
17	Cerâmica Apurinã	Amazonas divisa com o Acre	Século XX	Ferreira (2018)
18	Baniwa	Alto rio Negro	Século XX	Oliveira

Nº	Contexto	Área/Localização	Período	Referência
				(2015)
19	Shipibo-Conibo	Peru, vale do rio Ucayali	Século XX	Lathrap e DeBoer (1979)
20	Ceramistas do Mocambo	Parintins, Divisa de Amazonas com Pará	Século XX	Borges (2017)
21	Jarudore Bororo (MT-RN-034)	Mato Grosso	Século XX	Wüst (1985)
22	Juruna (Rio Xingu)	Mato Grosso (alto rio Xingu)	Século XX	Oliveira e Galvão (1969)
23	Tadarinama (1979 - 1983) MT-SL-020	Mato Grosso	Século XX	Wüst (1983)
24	Karajá de Aruanã	Goiás/Tocantins (rio Araguaia)	Século XX	Wüst (1975)
25	Moju 1	Moju, Pará	Séculos XVIII e XIX	Guerra (2008)
26	Lago Feliciano (AM-IR-48)	Amazônia Central	Sem data	Lima (2003)
27	Lago Santo Antônio (AM-IR-49)	Amazônia Central	Século XIX	Lima (2003)
28	Ceramistas de Juruti	Pará	Século XX	Panachuk (2016)
29	Terra Indígena Kaiabi	Divisa MT-PA	Séculos XIX a XX	Gaspar (2014)
30	Cerâmica indígena da AMIRT – Associação das Mulheres Indígenas da Região de Taracúá	Alto Rio Negro (triângulo Tukano)	Séculos XX e XXI	Moreira (s/d)

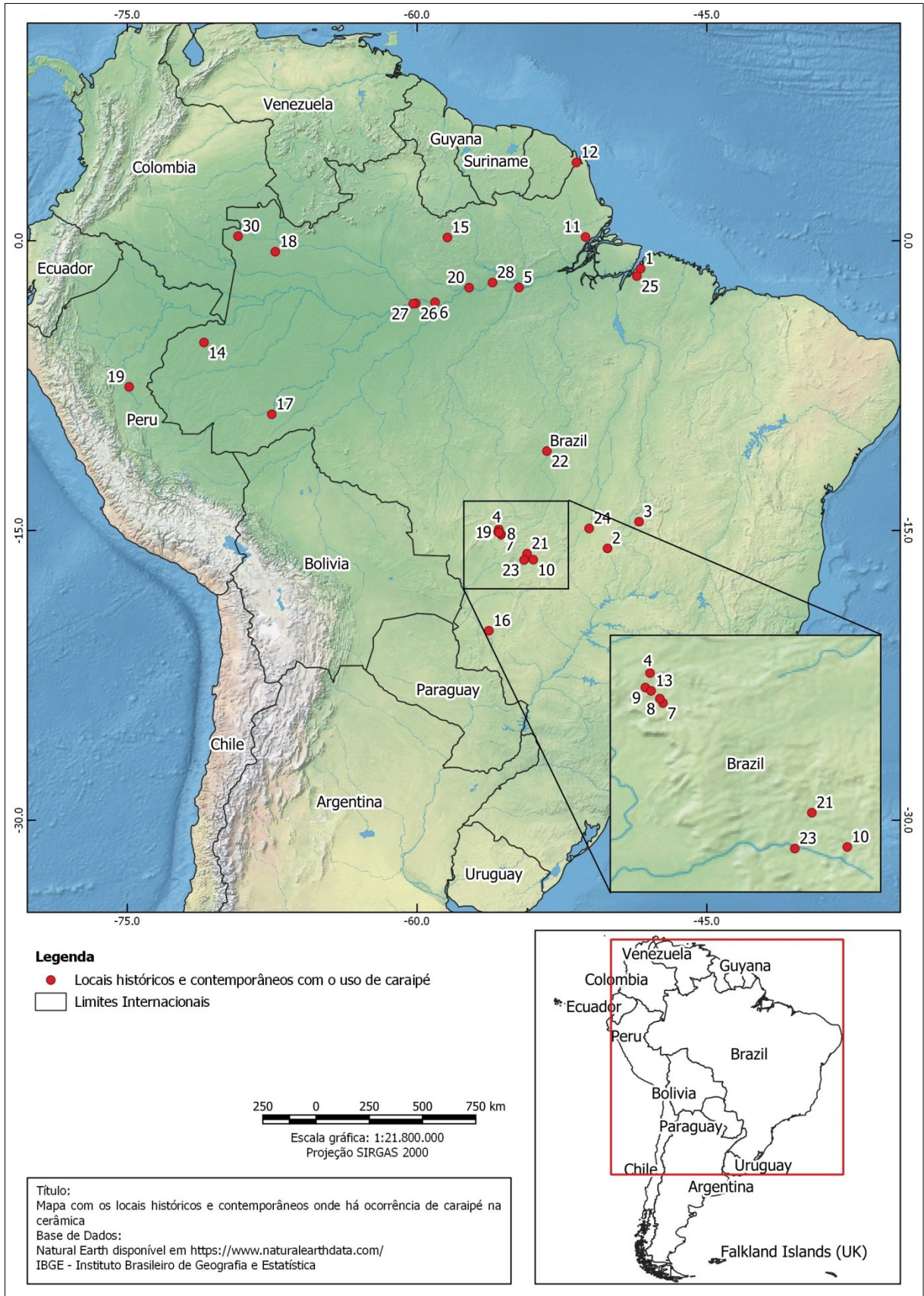


Figura 28: Mapa com os locais históricos e contemporâneos da continuidade do uso de caraiapé na produção cerâmica, conforme listados no Quadro 6.

A despeito da “invisibilidade” dos registros arqueológicos históricos (que podem estar mais relacionados aos direcionamentos das pesquisas), é possível observar um número considerável de referências que atestam para a continuidade do uso de *caraipé*. Mais do que isso, esses registros não se limitam a comunidades ou etnias específicas, mas acompanham da mesma forma que o *caraipé*, uma diversidade de populações que adotaram a prática e a mantiveram nos seus referenciais culturais. Desse modo, a despeito de uma aparente ausência de registros do período pós-contato com o europeu na Amazônia (COSTA, 2017), os poucos dados já levantados demonstram que o *caraipé* passou a ser apropriado pelas comunidades da região e tornou-se um elemento comum à produção cerâmica.

Essa continuidade é uma das perspectivas mais representativas do *caraipé* para algumas comunidades tradicionais. A exemplo do que ocorre com algumas populações indígenas, em que essa prática é algo tão natural que pode ser traçada em uma ancestralidade equiparada aos registros arqueológicos, ela também passou a ser algo naturalizado no ofício da olaria por comunidades quilombolas. Dois exemplos bastante claros são as comunidades em Varginha (Chapada dos Guimarães) e Maruanum (Amapá). Ambas possuem uma característica de comporem comunidades descendentes de escravos, e que acabaram se misturando com a população indígena e tiveram influência da mesma. Essas práticas são mantidas, inclusive, até a contemporaneidade, hoje com outros significados.

As expressões da cerâmica frente à colonização europeia também demonstrou uma oportunidade de continuidade no uso do *caraipé*. Em dois contextos distintos, em Santarém, em plena a floresta amazônica, e na Chapada dos Guimarães, no Cerrado mato-grossense, ambos os grupos considerados invisibilizados socialmente apropriaram-se do *caraipé* e inseriram-no em seus próprios referenciais.

Em Santarém, um dos principais centros urbanos no período colonial para a região Amazônica (SYMANSKI e GOMES, 2012), e também uma das regiões com referências a uma grande população indígena anterior ao contato com o europeu (GOMES, 2011), pode-se observar que as dinâmicas de contato entre diferentes etnias propiciaram um cenário particular para o desenvolvimento dos diferentes níveis de relação entre a população local. Enquanto a cidade abrigava uma significativa quantidade de população ameríndia, a introdução de mão-de-obra

africana escravizada só se deu no século XVIII, em menor escala e acompanhada da proibição da escravidão indígena (SYMANSKI e GOMES, 2012; MUNIZ e GOMES, 2017). Neste contexto, observa-se que a grande parte da população ameríndia compunha o grupo de trabalhadores destinado aos serviços domésticos e afins nas residências de portugueses e luso-brasileiros, o que implicaria numa ocupação e domínio dos espaços domésticos por parte dessa população. Isso reflete nos conjuntos materiais identificados nos contextos dessas unidades domésticas, onde a cerâmica com características indígenas estava presente e compunha-se, basicamente, de vasilhames cerâmicos com fins de cozinhar e outras atividades do preparo de alimentos (SYMANSKI e GOMES, 2012).

Na Santarém dos séculos XVIII e XIX a cerâmica doméstica desempenhava um papel notadamente associado à população indígena, a qual era responsável, em grande parte, pela sua produção e uso. Considerando o histórico de ocupação da cidade de Santarém, a qual seria uma grande aldeia dos Tapajó no século XVI que foi transformada em Missão Jesuíta, e então foi constituída como vila posteriormente, a população era composta basicamente por dois núcleos sociais, um deles composto por indígenas e outro composto por portugueses e luso-brasileiros. Essa segregação ocorreu após o assentamento ter passado por diferentes processos, incluindo a escravização indígena, o deslocamento de contingentes por parte dos jesuítas e o emprego da mão-de-obra indígena na coleta das drogas do sertão resultaram em um processo de mudanças na organização social dos grupos indígenas e gerando numa configuração multiétnica (SYMANSKI e GOMES, 2012, pp 55-56).

Como resultado dessa reconfiguração multiétnica, a produção ceramista local foi afetada nas suas práticas e escolhas. Enquanto o *cauxí* foi uma escolha recorrente e, muitas vezes, preponderante no registro arqueológico antes do contato com o europeu (GOMES, 2008; 2011; GUAPINDAIA, 2008), o que passa a ser frequente após a colonização é o uso do *caraipé*, o qual configurou como uma escolha tecnológica pelas ceramistas em Santarém. Outros elementos distintos da cerâmica pré-colonial, como a decoração e a variabilidade nas formas, gradativamente desaparecem deste cenário, dando espaço a um material com menor expressividade e limitado a formas e funções mais simplificadas, com o cozimento e consumo de alimentos líquidos, além de assadores de mandioca. Se for observado nas Figura 29 e Figura 30, as formas são bastante simples, e a cerâmica

torneada não está inclusa nos vasilhames de cocção, mas destinada aos recipientes para armazenar e consumir líquidos (SYMANSKI e GOMES, 2012, pp. 75-76).

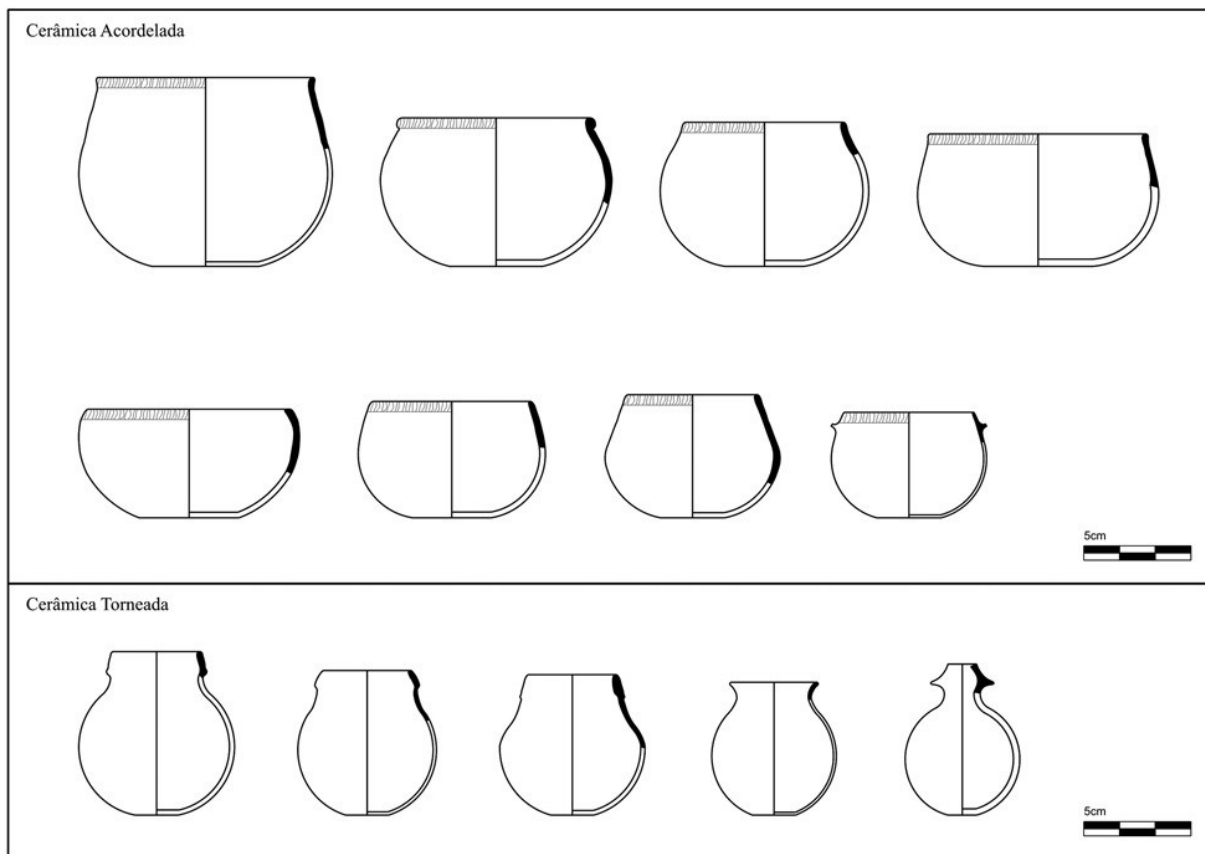


Figura 29: Formas das cerâmicas acordeladas e torneadas em Santarém (SYMANSKI e GOMES, 2012, p. 76)

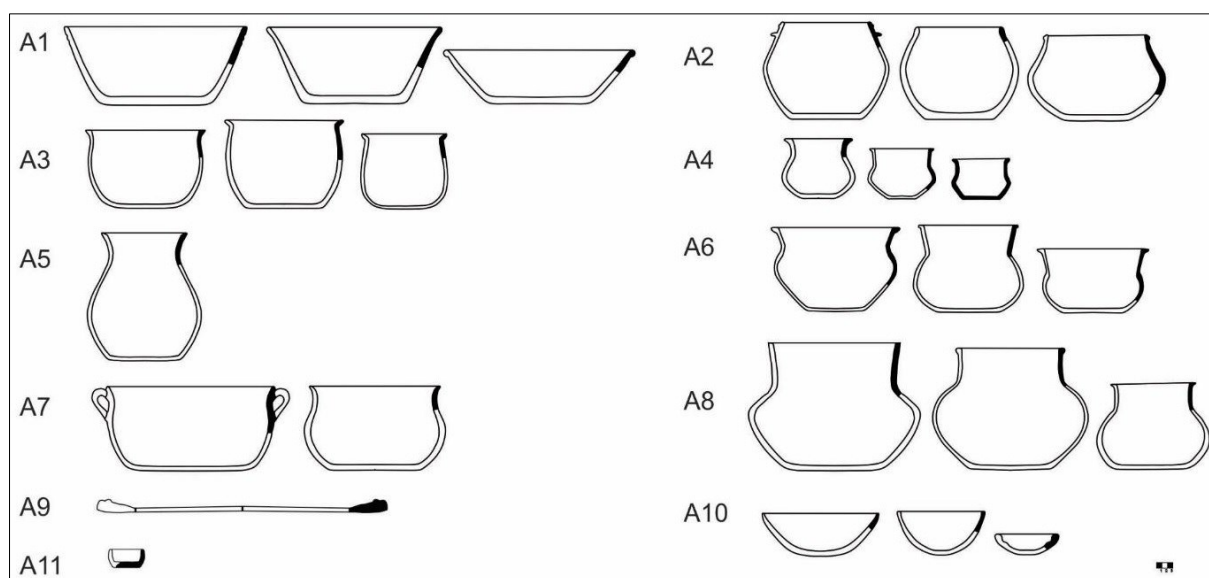


Figura 30: Formas da cerâmica acordelada em Santarém (MUNIZ e GOMES, 2017, p. 64).

O caso de Santarém demonstra que o efeito de mediação entre os grupos sociais ali existentes – indígenas, portugueses e mestiços – foram um espaço fértil para que se pudesse desenvolver uma fusão das identidades e conformação de uma nova perspectiva pós cenário da conquista, já que a violência sistemática da posse do território agora estava direcionada a outro campo: o domínio social. Cada parcialidade da sociedade desempenhava suas atribuições e as faziam sob a perspectiva de suas práticas cotidianas, seja a ceramista que produzia a cerâmica, ou a cozinheira que escolhia determinado recipiente para produzir os alimentos. Mesmo que as cerâmicas tenham sido transformadas e perderam as características que lhes indicava sua indigeneidade, foi o *caraipe* quem seguiu a característica intrínseca da população indígena, mediando através da cultura material o seu espaço e domínio dentro da sociedade (Figura 31).



Figura 31: Mulher indígena fazendo cerâmica em Santarém. Desenho de James W. Champney, 1860. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=22008.

Além de Santarém, outras regiões na Amazônia também apontaram para a existência de um conjunto material cerâmico onde o *caraipe* era recorrente. O sítio

Engenho do Murutucu é caracterizado pela sua longa história de ocupação na região através de indígenas e africanos escravizados (COSTA, 2017, p. 679). O início de sua ocupação remonta ao século XVIII (1711) com os Frades Carmelitas, tornando-se acampamento temporário para os rebeldes da Cabanagem em 1835, e sendo reocupado novamente na segunda metade do século XIX até 1940 (MARTINS, 2015, pp. 3-4; COSTA, 2017, p. 679). O material oriundo das áreas relacionadas à senzala apresentou uma cerâmica produzida tanto pelo método acordelado quanto torneado, e com o uso de antiplástico vegetal (*caraipé*) desde os níveis mais antigos de ocupação, ainda que não fosse a inclusão preponderante na amostra (MARTINS, 2015, p. 90). Considera-se que esse período de ocupação esteja relacionado com a transição da propriedade do engenho entre os Frades Carmelitas para o Ouvidor-Mor José Borges, que instalaria ali o engenho em meados do século XVIII, tendo em mente a utilização inicial da mão-de-obra indígena até a chegada de escravos africanos (MARTINS, 2015, p. 95-96).

A região da foz do Amazonas nas proximidades da cidade de Belém foi local para diferentes empreendimentos da agroindústria canavieira, onde fazendas e engenhos foram estabelecidos de modo a ocupar a região e torná-la produtiva durante a colonização. A mão-de-obra empregada nessa empreitada foi inicialmente composta por indígenas e depois substituída por escravos trazidos da África, já no século XVIII (MARQUES, 2004). Os espaços ocupados pela população indígena demonstram na manutenção de algumas práticas, como a produção de cerâmica e o uso em seus espaços domésticos. Essa atividade, pouco influenciada pelo colonizador português pode manter tradições e identidades nativas. A exemplo do que foi visto em Santarém, a manutenção de formas simples e pouco elaboradas, destinadas a atividades domésticas, predominam nos conjuntos cerâmicos desses locais, os quais se utilizam de práticas indígenas na escolha de algumas formas e na preparação do barro, onde há presença de *caraipé* (GUERRA, 2008).

Distante do contexto amazônico, na região de Chapada dos Guimarães, no estado do Mato Grosso, também foi observado contextos de grande relevância na apropriação e utilização do *caraipé* na produção cerâmica. Localizados numa área que passou a ser explorada durante o avanço da colonização europeia no século XVIII, os sítios da região sinalizaram a ocupação por engenhos de cana-de-açúcar, principalmente após o ápice da descoberta e exploração de ouro na região (SOUZA e SYMANSKI, 2009).

A economia pautada na mineração e, posteriormente, na produção de cana-de-açúcar nos latifúndios locais empregou como base de sua mão-de-obra um contingente escravizado que foi gradativamente crescendo conforme as mudanças na economia local. Para o território do Mato Grosso nessa época, a população escravizada representou significativa fração dentro da demografia local, com aumento constante da população cativa nas entre os séculos XVIII e XIX. Da segunda metade do século XVIII, o contingente escravizado representava 21,52% da população, aumentando para 43,01% durante os anos de 1800, e chegando a 63,18% dos indivíduos em 1815, experimentando um declínio populacional somente em 1860, após a abolição do tráfico no Brasil, onde atingiu 36,62% da população, considerando Cuiabá e regiões adjacentes, como Chapada dos Guimarães (SOUZA e SYMANSKI, 2009, pp. 518-519).

O final do século XVIII também marca o início da maior concentração de engenhos de açúcar na região de Chapada de Guimarães que perdurou até meados da segunda década do século XIX, o que aponta para a crescente intensificação e importância dessa atividade na região, toda ela sustentada pela mão-de-obra escravizada (SYMANSKI, 2006, p. 32). A economia dos engenhos propiciava uma unidade produtiva quase autossuficiente, tendo que recorrer ao mercado externo apenas alguns bens que requeriam um nível de especialização maior, ou de maior dificuldade de obtenção, como sal, ferro, tecido, ferramentas e outros equipamentos destinados à agricultura. Os demais produtos poderiam ser todos obtidos na produção local do engenho, como algodão, tabaco, café, cacau, e alimentos cultivados, tais como feijão, milho, arroz, mandioca, batata-doce e inhame, além, é claro, de açúcar e cachaça, que eram os produtos de exportação do engenho. A criação de animais (bois, mulas, cavalos e porcos) também era comum, tanto para sustento quanto para o uso no transporte dos bens produzidos para Cuiabá (SYMANSKI, 2006, p. 41).

Toda essa produção dentro do engenho era destinada, principalmente, a abastecer os mercados locais, devido à distância do litoral leste brasileiro, onde residia o maior mercado consumidor da colônia. A dificuldade de transportar os bens fazia com que os mesmos não apresentassem uma compensação no valor de venda, sendo a solução abastecer os mercados mais próximos, como o caso de Cuiabá e, em menor frequência, a capitania de Goiás, Pará e até a fronteira com a Bolívia (SYMANSKI, 2006, pp. 42-43)

Neste contexto, o papel da população cativa era primordial para a economia, visto que compunham a principal mão-de-obra dos engenhos. Embora a dinâmica não fosse equalizada às regiões litorâneas do Brasil, a população cativa detinha parte de uma produção própria de bens materiais para sanar atividades básicas, em especial a alimentação. Responsável pela produção dos seus aparatos domésticos, a cerâmica era devidamente decorada com motivos que remetiam sua ancestralidade, com motivos decorativos incisos associados com a cosmologia africana de origem e a elaboração de referenciais próprios dentro daquele contexto, contudo, na preparação e elaboração da pasta para produção da cerâmica, um dos elementos utilizados não era originário da África, e sim uma prática regional, que era o uso do *caraipé* (SYMANSKI, 2006; SOUZA e SYMANSKI, 2009). Este quesito é bastante peculiar se considerado os referenciais que estavam sendo usado e, possivelmente, demonstra as interações existentes entre a população cativa, tanto os de origem africana quanto àqueles de origem brasileira, indígenas ou mestiços. Todavia, a população ameríndia era menos numerosa e compunha, em muitos casos, apenas de grupos de trabalhadores livres nas atividades de criação de gado e extrativismo (SOUZA e SYMANSKI, 2009), e seu número nas senzalas era mais restrito: com dois indígenas identificados nos inventários durante o século XIX e um baixo número de indivíduos de origem miscigenada, como os caborés (descendência africana e indígena) e os cabra (referido a origens não conhecidas, mas pautada na cor da pele), contudo, não atingiam a um quinto da população cativa (SYMANSKI, 2006).

Apesar dessa rara referência a ameríndios entre a população cativa nos engenhos, o conjunto material recuperado desses contextos evidenciou uma cerâmica com o uso de *caraipé*, frequentemente identificados nos conjuntos materiais dos sítios pré-contato com o europeu. Torna-se evidente que, de alguma forma, a população indígena influenciou na produção da cerâmica local. Mais do que isso, o conjunto material de Chapada dos Guimarães não apresenta semelhanças com o material pré-histórico, tanto indígena quanto africano, mas sim características em que os indivíduos selecionaram aspectos particulares das suas referências culturais e as transformaram de modo a se inserir no novo contexto, onde há a emergência predominante de novas formas materiais (Figura 32). Desse modo, sugere-se que em Chapada, a cerâmica foi utilizada por um grupo possivelmente

mais abrangente e inclusivo, considerando escravos, indígenas e indivíduos livres (SOUZA e SYMANSKI, 2009).

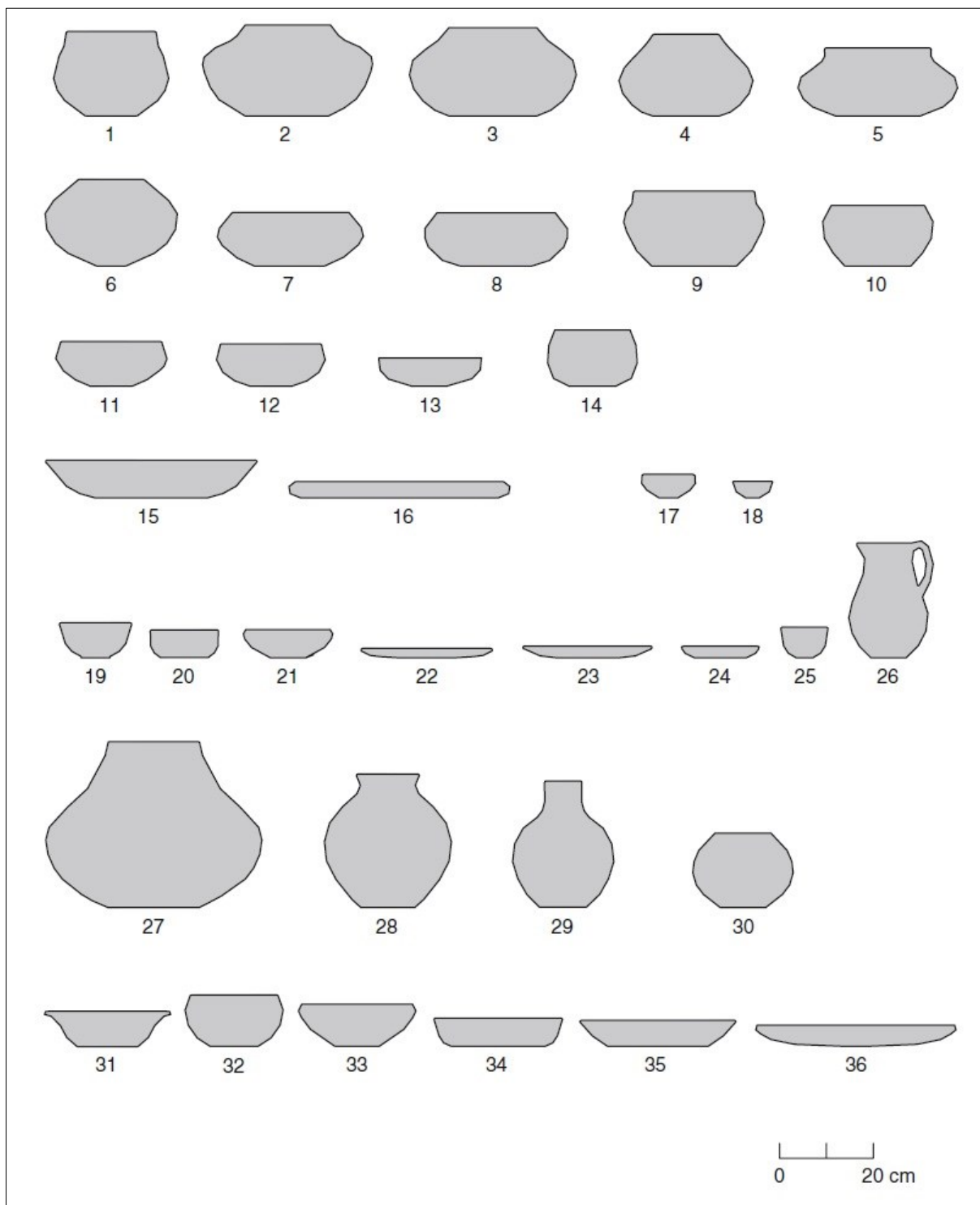


Figura 32: Formas dos recipientes cerâmicos (decorados e não decorados) identificados nos sítios de Chapadas dos Guimarães (SOUZA & SYMANSKI, 2009, p. 531).

A continuidade das práticas ceramistas pode ser observada na população descendente de quilombolas de Chapada dos Guimarães. A comunidade de Varginha é um desses núcleos de produção cerâmica que mantém uma estreita relação com a prática oleira. Embora não se identifique as mesmas características da cerâmica produzida pela população escravizada, o uso do *caraipé* foi o elemento comum que permaneceu daquela tradição ceramista dos séculos XVIII e XIX. O uso da cerâmica, atualmente, se dá em outros aspectos que não somente o utilitário. Enquanto ainda existe a produção de panelas de cozer, estas dividem espaço com o material de ferro e alumínio. Outras formas frequentes envolvem a produção de moringas, potes de armazenagem, vasos para flores e boiões, estes últimos mais destinados à sociabilização (ASSIS VIANA, 2003, pp. 180-181).

Na comunidade de Marunatum, também ocorre uma perspectiva semelhante, onde a população local, de origem quilombola, produz uma cerâmica com o uso do *caraipé*. Essa comunidade tem suas origens a partir da população escravizada no século XVIII e na população indígena local (COIROLO, 1991). Produzem a cerâmica para atender as necessidades domésticas, com formas utilizadas até hoje e destinam uma parte da produção para o comércio (FERREIRA, 2016). Tanto para a coleta da argila quanto do *caraipé*, seguem uma sequência de atividades que incluem aspectos simbólicos como a interdição, e o *caraipé* é recolhido apenas das árvores já caídas, tanto pela rejeição de se usar da “casca verde”, quanto de modo a manter uma sustentabilidade (FERREIRA, 2016, p. 130).

As comunidades indígenas também mantêm a prática cerâmica com o uso do *caraipé*, principalmente na região Amazônica. De modo similar ao que é observado nas comunidades quilombolas, a produção de cerâmica é pouco distribuída para o uso doméstico, já que a inserção de bens de alumínio e ferro têm se tornado frequente. A produção cerâmica passa a ser destinada apenas para manutenção cultural ou na necessidade de se utilizar algum recipiente para alguma atividade ritualística (OLIVEIRA, 2015; JÁCOME, 2017). Outras comunidades também destinam a produção cerâmica para o artesanato, o que propicia uma renda extra e auxilia na continuidade da prática (FERREIRA, 2018).

5 UM MODELO PARA A EMERGÊNCIA, DISPERSÃO E ADOÇÃO DO *CARAIPÉ* NO CONTEXTO BRASILEIRO

Mapas colocam diante de nossos olhos os países onde as substâncias [...] foram usadas como um agente desengordurante; a área de dispersão desse processo técnico é limitada: à bacia amazônica, à bacia do Orinoco e seus afluentes e, finalmente, à Guiana. No entanto, estes levantamentos cartográficos não nos dão uma imagem exata da realidade, independentemente do fato de que nossa lista certamente poderia ser aumentada.

Sigvald Linné, 1932, p. 221

Através do que foi visto nos capítulos anteriores, buscou-se demonstrar ao menos uma parte da grande gama de informações que tem relação ao uso do *caraipé*. Pode-se destacar, então, dois pontos principais que se fizeram presentes em todo o levantamento bibliográfico realizado. O primeiro reside na dimensão espaço-temporal que o *caraipé* atingiu e que pode ser verificado tanto no registro arqueológico, quanto nas referências etnohistóricas e contemporâneas. Um segundo ponto reside na consistência e recorrência junto aos conjuntos materiais em diferentes contextos, o que demonstra que essa tecnologia foi absorvida, reproduzida, e transmitida por diferentes culturas arqueológicas em diferentes situações de contato. Em suma a toda essa trajetória, observa-se o quão amplo é o alcance da técnica na produção oleira, visto que grande parte dos grupos que fizeram (ou fazem) uso do *caraipé* originou-se a partir de diferentes culturas, com troncos linguísticos diversos e também oriundos de regiões e ambientes igualmente diversos. Desde os vales da floresta tropical até a divisa das montanhas andinas, assim como nas regiões do Cerrado e até os litorais ao norte da América do Sul e nas regiões insulares do Caribe, o *caraipé* atingiu uma amplitude que pode ser considerada, de certo modo, continental, dada a extensão territorial.

Considerando os dados levantados até então, propõe-se visualizar, em termos cronológicos, o alcance dessa tecnologia no Brasil. Partindo das informações disponíveis de uma base de datações dos sítios arqueológicos, busca-se elaborar um entendimento espacial e temporal desses sítios e de sua recorrência relacionadas ao uso de *caraipé* na cerâmica. Desse modo, a premissa aqui é de elaborar um modelo que proponha uma explicação para a emergência dessa técnica

e discutir sua expansão ao longo do território brasileiro, sendo possível focar na explanação de hipóteses e elaborar um quadro compreensivo para a dispersão do *caraipé*.

Para atingir esse objetivo, os métodos escolhidos priorizaram uma abordagem de larga escala e foram pautados no uso de modelos SIG⁶⁹ com a elaboração de um banco de dados condizente com informações produzidas até recentemente, assim como a criação de mapas explicativos para algumas das hipóteses. Contudo, faz-se um parêntese nesse ponto, pois embora a presente pesquisa busque mapear e entender a dispersão geográfica do *caraipé*, este não é um objetivo com fim próprio, visto que se tem ciência das limitações e do alcance que os dados utilizados possuem. Antes de tudo, objetiva-se especializar os dados para visulazar e complementar as informações já indicadas no levantamento da literatura arqueológica, assim como demonstrar o que pode ser entendido como a emergência de uma técnica nos conjuntos materiais, do qual o mesmo permeia diferentes grupos, estes definidos arbitrariamente, seja por arranjos materiais, ou sob a égide de arranjos linguísticos que, necessariamente, não refletem a dispersão de uma etnia em específico.

5.1 PENSANDO NUM MODELO DE EMERGÊNCIA E DISPERSÃO PARA TECNOLOGIAS PRETÉRITAS

As pesquisas arqueológicas desenvolvidas no Brasil desde o advento de uma prática sistemática da disciplina foram alcançando uma proporção cada vez maior de dados não esgotados e com potencial de serem aproveitados ou amplificados através de diferentes abordagens na pesquisa arqueológica. Os diversos projetos que tiveram execução entre os anos de 1960 a 1980, como aqueles sob a atuação do PONAPA e do PRONAPABA, por exemplo, reuniram uma base cronológica e espacial consistente que fundamentou diversos temas na arqueologia brasileira durante as décadas que se seguiram (BROCHADO, et al., 1969; SIMÕES, 1977). Embora não houvesse grandes projetos similares em termos de abrangência que os tenham sucedido após os anos de 1980, as pesquisas

⁶⁹ Sistema de Informação Georreferenciada.

arqueológicas foram direcionando cada vez mais seu foco para abordagens regionais ou em menor escala, porém, ainda reunindo e gerando dados que alimentaram as discussões e complementaram o quadro que vinha sendo montado no país (DIAS, 1995; HILBERT, 2007). As sínteses regionais conseguiram apresentar alguns esboços do que poderia ser assumida, futuramente, como uma compilação inicial para a formação de uma “*big data*” da arqueologia no Brasil. Somado isso, o exponencial crescimento da arqueologia preventiva, ou arqueologia consultiva, gerado pela normatização e efetivação de uma legislação de proteção ao patrimônio arqueológico, assim como os projetos de desenvolvimento da infraestrutura do país, propiciaram um aumento significativo nas pesquisas arqueológicas no território nacional. O financiamento de pesquisas oportunizados nesse contexto permitiu que novas áreas pudessem ser exploradas e registradas do ponto de vista da arqueologia, ainda que sujeitas às delimitações arbitrárias dos empreendimentos, os trabalhos exploratórios desenvolvidos nessa abordagem foram avançando em territórios pouco conhecidos, ou totalmente desconhecidos, pela geração anterior de arqueólogos (MONTICELLI, 2005).

Com o aumento no número de registros de sítios arqueológicos e a sua acessibilidade⁷⁰, tornou-se cada vez mais viável a possibilidade de se trabalhar com dados que pudessem ser direcionados às pesquisas em larga escala. Após décadas de estudos, diversas regiões têm apresentado dados que suprem lacunas informacionais, assim como a revisitação e releitura de antigas áreas já conhecidas arqueologicamente. Ainda que a densidade de dados disponíveis não seja tão numerosa do ponto de vista como uma *big data* consolidada, o direcionamento que ela pode propiciar, conforme apontou Kristiansen (2014, p. 14), é de grande importância para experimentações e reorientações teóricas e metodológicas, permitindo abordar temas como as mobilidades e migrações, e também a emergência e dispersão de grupos, conjuntos materiais e até mesmo técnicas, como aqui se propõe.

Contudo, não é um fim para este trabalho atingir algum modelo definitivo ou imutável, mas propor hipóteses e material para discussões de soluções que ainda estão à deriva de serem consideradas definitivas. As indagações, essas sim, têm

⁷⁰ A significativa quantidade de sítios arqueológicos no Brasil está registrado no Banco de Dados do Patrimônio Arqueológico e o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN, disponível em <http://portal.iphan.gov.br/>.

como objetivo testar algumas antigas hipóteses ou premissas que podem ou não se adequar às perspectivas e discussões em estudo no cenário da arqueologia na Amazônia e no Cerrado.

As abordagens macroespaciais, entretanto, não são uma novidade metodológica na arqueologia brasileira, tampouco se resumem a trabalhos estáticos ou não questionáveis. De maneira geral, pesquisas nessa perspectiva já faziam uso de bancos de dados disponíveis até então, criados a partir de sínteses regionais, ou de revisões extensas sobre áreas mais amplas. Alguns dos trabalhos pioneiros com abordagem similar no Brasil são aqueles que reuniam resultados das pesquisas realizadas durante o período do PRONAPA, as quais sintetizavam os dados disponíveis para a caracterização de origem, dispersão e continuidade temporal das culturas arqueológicas (BROCHADO, et al., 1969). Essas sínteses buscavam testar hipóteses e propor modelos com o interesse de caracterizar a sequência histórica de determinadas culturas arqueológicas, como no caso da tese desenvolvida por Brochado⁷¹ e seus subsequentes trabalhos (BROCHADO, 1989). O modelo proposto por Brochado acompanhava não apenas discussões levantadas pelos estudos linguísticos, como também abordava as origens e dispersão de diferentes conjuntos cerâmicos, com o uso do (limitado) banco de dados de datações e de sítios arqueológicos daquele período. Partindo dos registros de diferentes conjuntos cerâmicos, e com um enfoque na Tradição Tupiguarani, Brochado utilizou os dados cronológicos da época para ampliar o modelo e as discussões sobre a origem e dispersão da cerâmica nas terras baixas que havia sido iniciada na década de 1970 por D. Lathrap (BROCHADO, 1984). Posterior à sua pesquisa, outros acadêmicos ficaram a cargo de dar continuidade às discussões, juntamente com a adição de novos dados oriundos de sínteses regionais e revisões temáticas, todas abordando os modelos inicialmente propostos por Brochado (ALMEIDA, 2013; ALMEIDA e NEVES, 2015; CORRÊA, 2014; 2017).

O impacto exercido por pesquisas desse nível no cenário arqueológico permite que trabalhos subsequentes possam usufruir dessas sínteses para reformular questões e readequar modelos. Assim como a tese de Brochado representou um importante estudo dentro da temática de origem e dispersão de

⁷¹ *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into eastern South America*, defendida em 1984, tornou-se um dos trabalhos de referência sobre a origem e dispersão da tradição Tupiguarani.

tradições cerâmicas, outras pesquisas seguiram essa perspectiva, porém utilizando-se de abordagens distintas, que fossem mais condizentes com as premissas indicadas por Kristiansen (2014) quando se referindo à terceira revolução científica em arqueologia. O uso dessas abordagens através de *big data* em contextos mais próximos ao que compõem essa pesquisa já foram vistos em trabalhos como de Bonomo *et al.* (2015), Corrêa (2017), e mais recentemente por Souza *et al.* (2020). Essas investigações demonstraram o potencial que bancos de dados propiciam na construção de modelos explanatórios consoantes com a gama de informações disponíveis atualmente.

Quando se discute fenômenos de migração e colonização de territórios, o que se aborda, em muitos casos, são expansões que podem ter sido decorrentes de um aumento produtivo de alimentos e acompanhadas de um conseqüente aumento populacional, o qual desencadearia um processo em que o crescente número de pessoas gerou ondas de movimentação e ocupação de novos territórios (SOUZA *et al.*, 2020). Outra proposição reside na perspectiva de difusões culturais através de redes de trocas ampliando o alcance de características tecnológicas e de conjuntos materiais (ERIKSEN, 2011). A despeito de que as duas abordagens podem conduzir para uma hipótese de dispersão para o *caraipé*, averiguar os dados disponíveis permite que seja possível garantir que algumas questões possam ser levantadas e melhor elucidadas.

Assim, podem-se relacionar algumas perguntas para que sejam respondidas e que residem em problemas já levantados nessa pesquisa. A primeira delas se refere aos locais mais antigos com ocorrência de *caraipé*, observando a possibilidade de relação com alguma tradição arqueológica ou grupo linguístico, de modo que haja possibilidade de se indicar uma possível emergência para essa prática. A segunda questão a ser respondida envolve a dispersão do *caraipé*, se ela se deu a partir de algum movimento migratório ou se é decorrente de processos de uma difusão tecnológica. E terceiro, verificar algumas perspectivas que possam ser discutidas e que tenham relação entre a emergência de outras características nas ocupações humanas com a emergência do uso de *caraipé* na cerâmica. A partir desses três questionamentos é possível pensar e elaborar um modelo explicativo para a emergência e expansão do *caraipé*.

5.2 PROPOSIÇÃO DE UM MODELO PARA A EMERGÊNCIA E DISPERSÃO DO *CARAIPÉ* NO BRASIL

5.2.1 A coleta e consolidação do banco de dados

A elaboração de um banco de dados com os sítios arqueológicos em que há o registro de cerâmica com *caraipé* partiu da premissa de que sua área de ocorrência abrangia os biomas da Amazônia e Cerrado, de onde se originam a maior parte das informações disponíveis na literatura arqueológica no Brasil. Quando Linné (1932, pp. 226-227) mapeou pela primeira vez as ocorrências das áreas em que se fazia uso da entrecasca rica em sílica, permitiu um primeiro conjunto de dados passível de ser assumido como uma base para as elaborações futuras. Essas informações inicialmente coletadas permitiram cruzar dados tanto arqueológicos quanto etnográficos pertinentes ao entendimento da dimensão do uso de *caraipé*. Contudo, se for considerado o nível de informações atuais para sítios arqueológicos com *caraipé*, comparado com o nível de informações em bancos de dados estrangeiros para estudos similares, observa-se que ainda se carece de muito trabalho para consolidar vazios informacionais e a dimensão territorial estudada. Ainda que seja um pouco limitante, é possível contornar esse inconveniente se for considerada também a existência de dados que podem ser incluídos nessa abordagem, como quando é possível relacionar a dispersão das famílias linguísticas que, muitas vezes, acompanham vastas expansões no território e induzem a pensar nessas dispersões demográficas (SOUZA et al., 2020, p. 2).

De todo modo, com o apoio dos dados disponíveis foi possível arregimentar um conjunto de informações que reuniram não apenas a localização espacial dos sítios arqueológicos, como informações pertinentes que foram agregadas para ampliar discussões ou cruzar outros subsídios. Os registros utilizados aqui foram extraídos de bancos de dados, em especial o CNSA (Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos) do IPHAN, e principalmente, de informações disponíveis em artigos científicos, teses, dissertações, mapas temáticos, notas e listas de datações, as quais permitissem alguma informação para situar espacialmente o registro de *caraipé*. O critério de seleção se baseou nos objetivos da pesquisa: situar espacialmente os dados disponíveis para a ocorrência de *caraipé*, isto é, através de unidades previamente registradas (sítios arqueológicos); e a informação de uma

cronologia referente ao registro. Nos locais que não se configuravam sítios arqueológicos, ou seja, em áreas contemporâneas em que há informação do uso da técnica, também foi realizado a indicação geográfica para futura referência e como parte do banco de dados, visto que a pesquisa também se atém na dimensão temporal, e os dados contemporâneos são adicionados com esse fim. Ocorrências arqueológicas isoladas foram excluídas por se caracterizarem como as informações mais efêmeras aos objetivos da pesquisa. Os conjuntos materiais foram considerados indiferentes da frequência alta ou baixa de *caraipé*, desde que o mesmo figurasse na amostra.

Com as informações básicas definidas, foram compilados os dados, quando disponíveis, que auxiliassem na sua localização, como o nome do município, Unidade da Federação ou quaisquer referências passíveis de localização. Muitos dos registros averiguados não dispunham de informação geográfica precisa, onde, nesses casos, utilizou-se de outras formas que permitissem inseri-lo espacialmente. Considerando que os mapas gerados trabalham com uma escala ampla de visualização, a localização precisa do ponto não interferiria na composição de um mapa distribucional, bastando-se apenas da referência do município que já limitava, em termos de escala, sua localização. Os registros excluídos da coleta de dados foram aqueles que não apresentaram informações condizentes, tanto para a existência ou não de *caraipé* nos conjuntos cerâmicos, quanto para a localização, de algum modo, desse registro. Algumas das informações obtidas também são imprecisas quanto ao contexto do material com *caraipé*, não se valendo de referências sobre estratos datados ou quantificação nos conjuntos. Destes, somente aqueles com alguma referência significativa foram considerados enquanto a sua associação cronológica.

A partir desse levantamento, o banco de dados gerado inicialmente consistiu em 1663 registros de sítios arqueológicos, registros de datações e referências etnográficas com informações sobre uso de *caraipé*. Destes registros, excetuando as datações em um mesmo local e áreas fora do Brasil, foram levantados 1271 sítios e registros que, em algum momento, fazem referência ao *caraipé* em seus conjuntos materiais. Destes, 540 datações foram registradas, sendo que apenas 275 possuíam uma ou mais datações disponíveis, alguns, inclusive, disponibilizavam dez ou mais datações. (sem contar alguns registros fora do Brasil, esse número sobe para 304). Alguns contextos, inclusive, disponibilizavam dez ou mais datações (Figura 33).

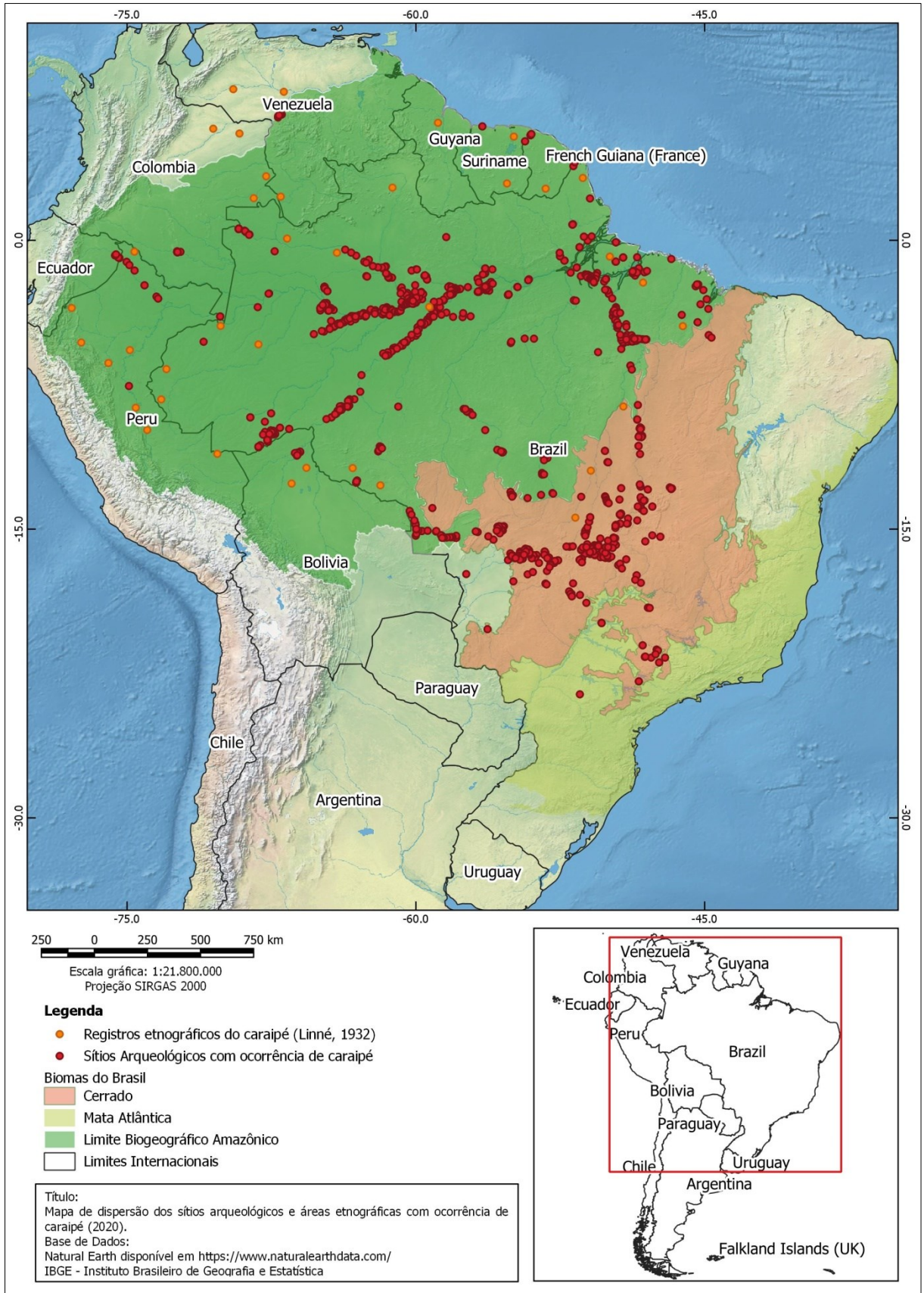


Figura 33: Mapa de distribuição de sítios arqueológicos levantados para essa pesquisa e registros etnográficos sobre a presença de cerâmica com *caraiapé*.

Dentre os problemas na formação dessa base de dados alguns pontos foram considerados na abordagem aqui utilizada. O primeiro se refere à baixa quantidade de registros fora do Brasil. É evidente e se têm ciência de que as fronteiras políticas não são determinantes quando se trabalha com a movimentação de populações antecedentes ao período colonial. Contudo, a limitação de acesso às informações fora do Brasil foi um impeditivo para a formulação de uma base mais abrangente. Todavia, alguns registros obtidos através de publicações especializadas permitem que se tenha acesso a uma amostra dos cenários arqueológicos dos territórios da amazônia internacional. Em outro sentido, a pesquisa focou-se na perspectiva brasileira, sobretudo, de modo que o levantamento da literatura buscou construir um contínuo temporal para os contextos no Brasil e referências em outros países também. Todavia, não se desconsideraram totalmente a existência e o diálogo com os contextos estrangeiros, estes, contudo, inserem-se em discussões mais restritas na presente pesquisa.

O segundo problema na coleta de dados reside na dificuldade de rastrear as informações dos contextos datados em diversas pesquisas. Uma das fontes de referência utilizada foi o banco de dados do CNSA/IPHAN, que detém o registro dos sítios arqueológicos no Brasil. Apesar das questões sobre a atualização de tal banco de dados e da gama de informações disponíveis, essa ferramenta consiste em uma das maiores compilações de informações arqueológicas no país. Alguns registros disponibilizam uma série de informações, incluindo dados sobre o contexto, características do material e datações do referido sítio. Essas informações foram pertinentes no quesito de mapear e identificar diversos sítios arqueológicos com dados escassos, e também propiciaram coletar algumas datações não publicadas em artigos ou pesquisas acadêmicas. Embora se deva ter certo cuidado no uso desses dados, isso não desacredita a fonte da informação, principalmente na falta de outras referências. Além desse problema, algumas pesquisas apresentaram informações vagas ou com certa discrepância, sendo difícil rastrear a existência ou não de *caraipé* no contexto datado ou da impossibilidade sequer de entender em qual contexto havia sido feita a datação. Algumas dessas pesquisas, todavia, foram consideradas no conjunto de dados devido à informação indireta e a possibilidade de que tais contextos pudessem, de fato, suportar a existência de *caraipé* nos seus conjuntos cerâmicos (como o caso de conjuntos materiais em que o *caraipé* é

determinante na sua caracterização). Outros, contudo, foram excluídos desse banco de dados devido à falta de credibilidade para o estudo.

Outro fator problemático a ser considerado reside no fato da coleta de informações relevantes aos métodos de datação. Este é um problema recorrente para os trabalhos dessa natureza, visto que, mesmo com uma padronização para essa informação, muitas pesquisas os omitem, como no caso dos métodos de datação, tipo da amostra, referência temporal, se a data foi calibrada, e até mesmo o ano em que a amostra foi datada (CORRÊA, 2017, p. 382). Datações relativas com base em características dos sítios (no caso de locais de cunho histórico, como fortalezas, engenhos etc., os quais possuem alguma documentação que aponte para a sua cronologia) foram consideradas, visto que também alguns contextos levantados nessa pesquisa dizem respeito a locais associados às ocupações do período colonial e pós-colonial para as populações originárias ou foram coletados a partir de informações etnográficas (WÜST, 1975; 1981/1982).

Algumas datações consideradas problemáticas, isto é, que envolvam debates sobre a sua validade, assim como registros que foram descartados pelos autores durante o período em que a pesquisa foi realizada por alegarem inconsistência com a cronologia local, também foram postas sob análise para compor o banco de dados. Algumas datas oriundas de pesquisas mais antigas eram refutadas por não compor o quadro cronológico e cultural para a época, mas que em função de pesquisas atuais, e comparadas com datações adicionais para os mesmos contextos (ou contextos similares), podem ser consideradas como validadas num escopo mais abrangente. Isso se refere, por exemplo, a algumas datações não aceitas por Hilbert e Hilbert (1980) por “não se enquadrar no sítio-tipo”, e que posteriormente passaram a ser equivalentes às datações em contextos similares (LIMA, 2008; LIMA e NEVES, 2011). As datações refutadas por algum motivo referente à coleta do material, ausência de informações adicionais, ou por serem contextos muito antigos às demais datações observadas no banco de dados, também não foram consideradas.

No fim, as datações coletadas passaram por um processo de averiguação para uniformização da informação, convertendo as datas disponíveis em BP (*before present*) ou AD (*anno domini*) para o calendário ocidental ou vice-versa, e realizando

a calibração das mesmas, quando não havia informação de tal calibragem, através do software OxCal 4.3⁷² e as curvas SHCal13 (para os sítios no hemisfério sul) e IntCal13 (no caso de registros no hemisfério norte). Já no caso a uniformizar os dados quando as informações estavam imprecisas, assim como traduzir datas relativas para um denominador comum, utilizaram-se critérios semelhantes aos apresentados por Corrêa (2017, p. 383) apenas mantendo o ano de 2000 como base para datações relativas ou conversões de datas BP. Os intervalos de tempo que podem decorrer dessas discrepâncias, contudo, não são significativos para o que se pretende apresentar aqui, sendo uma formalidade para uniformização dos dados a serem trabalhados.

A consolidação do banco de dados se deu, por fim, com a posterior divisão entre períodos de 300 anos, apenas com a finalidade de organizar conjuntos de datas e observar a dispersão temporal das mesmas. Conforme é observado no gráfico da Figura 34, existe uma maior incidência de registros conforme há um avanço temporal, o que só vem a diminuir após o período de colonização europeia. A maioria dos registros finais compreende também aqueles relacionados aos dados etnohistóricos ou etnográficos de ocupações indígenas que deram continuidade à prática de manufatura da cerâmica com o *caraipe*. Se for diminuído esse intervalo temporal para 100 anos, por exemplo, é possível observar um maior detalhamento na variação da incidência de datas em determinados períodos, conforme o gráfico da Figura 35.

Observando os dois gráficos é possível perceber que há uma correlação de maior número de datas em determinados períodos temporais. No caso, há um aumento considerável de registros datados a partir de 1300-1200 anos AP, onde começa a ocorrer uma constante nos registros datados, o que pode estar relacionado ao período de grande estabilidade na dispersão do *caraipe* que se sustenta até meados de 500 anos AP, que marcaria a chegada dos colonizadores europeus. Inclusive, é possível observar um maior número de datas entre 600 e 500 anos AP, que não é observável no gráfico da Figura 34, mas torna-se evidente quando da periodização a cada 100 anos. Pensando de modo prático, essa variabilidade no número de datações já demonstra períodos bem marcados, como o aumento populacional experimentado principalmente pela região amazônica por

⁷² <https://c14.arch.ox.ac.uk/OxCal/OxCal.html>

volta do ano 1000 AP (MORAES e NEVES, 2012), o ápice populacional registrado por viajantes e cronistas europeus quando do início da colonização (PORRO, 1993), e a conseqüente diminuição da população indígena frente à violência sistêmica implantada pelo colonizador.

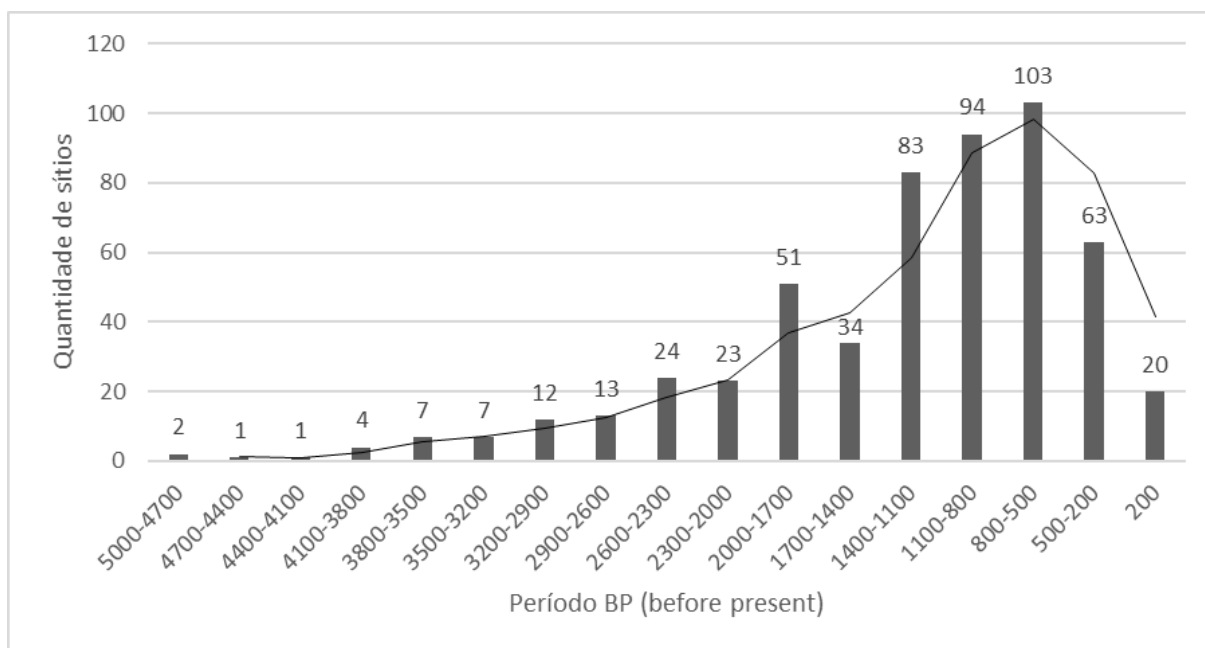


Figura 34: Relação da quantidade de sítios datados subdivididos em períodos de 300 anos.

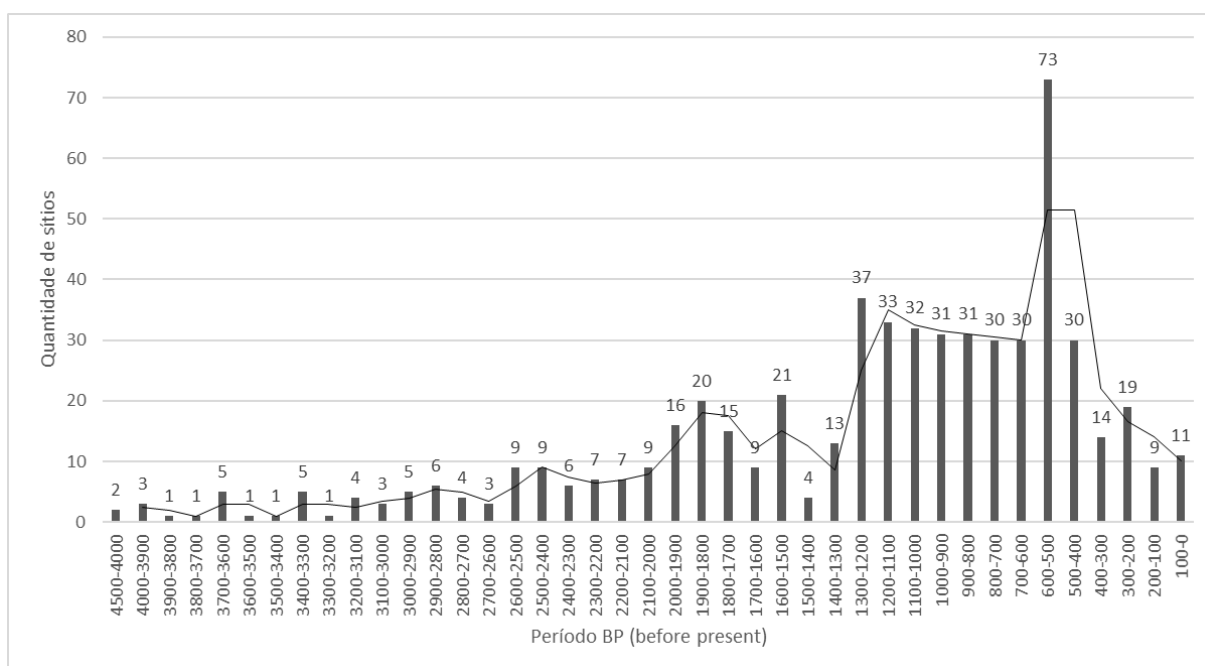


Figura 35: Relação da quantidade de sítios datados subdivididos em períodos de 100 anos.

No que tange à distribuição das datas, algumas áreas apresentaram maior concentração de datações que outras. Isso ocorre devido a determinados sítios possuírem uma sequência de datação muito superior aos demais, ou somado a proximidade de outros sítios arqueológicos que foram datados (Figura 36). Essa suposta “nuvem de pontos”, por fim, indica que determinadas regiões concentram maior índice cronológico quando comparadas a outras. Isso pode ser visto como um problema recorrente ao se buscar um banco de dados bem distribuído, já que as datas acabam sendo sequencialmente dispostas num mesmo local ou nas proximidades. Em outra medida, a profundidade cronológica obtida em alguns sítios permitiu visualizar uma confiabilidade em alguns processos de continuidade, visto que a ocorrência do *caraipé* se manteve consistente ao longo de um espaço de tempo, mesmo que sujeito a ocupações sequenciais ou distintas. Com as sequências bem elaboradas para determinados sítios e regiões, determinadas áreas garantiram uma consistência cronológica que permitiu maior confiabilidade nos dados principalmente no que se referiam às áreas mais recuadas cronologicamente.

Desse modo, a fim de atingir uma referência para iniciar um modelo de dispersão com o qual se pudessem iniciar algumas discussões, fez-se necessário elencar sítios arqueológicos onde as datações mais recuadas iriam figurar como “ponto de partida” para o processo de dispersão. Nesse sentido, considerando o levantamento realizado para o banco de dados, os locais escolhidos foram aqueles com maior recuo nas datas registradas, a despeito de quaisquer apontamentos ou discussões sobre origem, esses locais foram assumidos como pontos iniciais. Muitos modelos de dispersão consideram o ritmo de expansão de populações tendo como base difusões de cunho dêmico (*demic*), onde a migração para novas áreas acompanha a expansão dos grupos (SOUZA et al., 2020). Na presente proposta, contudo, há outras considerações que não sejam apenas o modelo populacional, visto que a tecnologia do *caraipé* necessariamente não pode ter acompanhado alguma migração ou, ao menos, não somente essa perspectiva. Enquanto tecnologia, o *caraipé* pode ter alcançado regiões mais distantes a partir de trocas ou outros tipos de interações, acompanhando um ritmo que tenha levado, em outro momento, aos grupos migrantes.

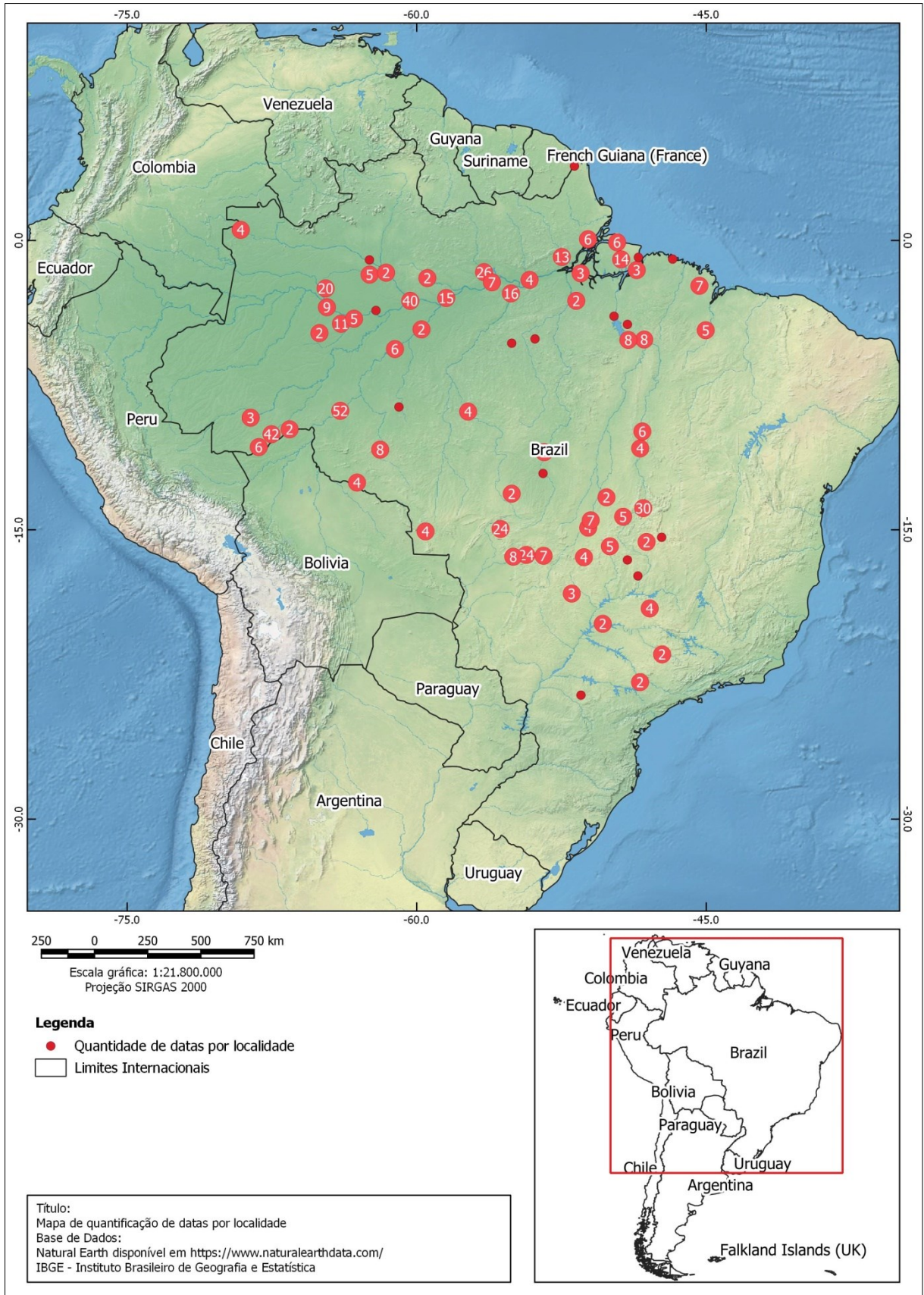


Figura 36: Mapa com a quantidade de datações por localidades ou proximidades que pudessem ser consideradas como agrupamentos.

Nessa proposição, seguiu-se o exposto por Roux e Manzo (2018, p. 969), onde se devem considerar três aspectos para processos de difusão (tecnológica), as quais incluem o fato de que determinadas práticas culturais acabam não sendo apropriadas como resultado de contato entre os grupos; que as ocorrências em que as práticas culturais são adotadas por outros grupos (independente do contato); e o caso das práticas que são copiadas (ou emuladas) de um grupo por outro. Nesse caso, firma-se aqui que a perspectiva de interações necessariamente não corresponde apenas às migrações populacionais e, mesmo em um sistema de conexões limitado em meio à floresta tropical, é possível que o contato tenha se dado, ao menos, em um âmbito mais regional, podendo ser gradativamente ampliado ao longo do tempo (NEVES et al., 2019).

Um ponto comum levantado na base de dados é que as datações mais recuadas, e também uma subsequente gama de datas antigas, tendem a estar direcionadas na porção ocidental da bacia do rio Amazonas. Nessa região, em especial o alto rio Madeira e o Acre, concentram-se sítios arqueológicos com contextos em que a cerâmica faz uso do *caraipé* na pasta. Mais do que isso, a cerâmica identificada com *caraipé* também compreende características diferenciadas que as enquadram em conjuntos distintos, e que podem representar origens também distintas. As datas mais antigas superam cerca de 4000 anos AP (ou muito próximos a este número), como é o caso dos contextos em Rondônia de uma cerâmica bastante friável, em baixo estado de conservação, com bastante desgaste, erodida e fragmentada. Contudo, a pasta é composta, majoritariamente por minerais, carvão e *caraipé*, e ocasionalmente *cauíxí*. Devido ao estado de conservação, há poucas informações sobre as características dos vasilhames, sendo a maioria deles não identificado e sem nenhum traço na sua superfície, e apenas três fragmentos apresentam algumas incisões (ZUSE, 2014).

O outro contexto identificado com datas bastante recuadas foram os sítios arqueológicos localizados no alto rio Ji-Paraná por Miller (2009), e que são atribuídos, segundo o autor, a um conjunto Proto-Tupi. As datas são, sem dúvida, bastante recuadas e apresentam um contexto de origem de diversos troncos linguísticos, incluindo a hipótese de origem para os grupos Tupi, de acordo com Rodrigues (1986). Um problema para aceitação dessas datas reside no fato não apenas das discussões sobre as coletas e as questões estratigráficas, mas também pela definição da metodologia de análise que subdividiu a cerâmica em conjuntos

conformes as características de pasta e superfície das mesmas (ALMEIDA, 2017). Nessa subdivisão não fica claro a origem das mesmas com relação aos contextos datados dificultando uma associação mais adequada. Apesar disso, os sítios com datação mais antiga, Sítio RO-JI-15: Urupá (5070 ± 60 e 4.230 ± 100 anos AP), Sítio RO-JI-17: Nova Vida (3990 ± 70 anos AP) e Sítio RO-JI-23A: Ipiranga (3760 ± 70 anos AP) teriam em seus conjuntos fragmentos de cerâmica com *caraipé*.

Nesse mesmo contexto pode-se inserir o sítio Severino Calazans, identificado no Acre, com datação próxima a 4000 anos AP (SCHAAN et al., 2012). O sítio que abrange a área de contexto dos geóglifos e detém uma cronologia bastante recuada, similar a outros sítios de características compartilhadas, porém não tão antigos quanto o referido. O contexto no Acre não dista tanto de Rondônia e pode facilmente ser considerado nessa perspectiva temporal, apontando, assim, para uma tendência de que o alto rio Madeira e regiões adjacentes possam de algum modo comportar a área mais antiga de ocorrência do *caraipé*.

Em contrapartida, os dados obtidos na outra extremidade da Amazônia, na sua porção leste, indicam para ocupações de igual antiguidade (4000-3300 anos AP) no estado do Maranhão, próximo à região do baixo rio Tocantins. Nessa área, sítios datados têm apresentado ocupações bastante recuadas, onde os estratos mais recentes são associados à tradição Tupiguarani, incluindo alguns registros de cerâmica com *caraipé* (ALMEIDA, 2008; ALMEIDA e NEVES, 2015). Outros dados regionais ainda apontam para sítios em regiões interioranas e de ocupações recorrentes, com considerável densidade material e datações em torno dos 3000 anos AP. Embora esses registros sejam pouco comuns, a cerâmica apresentou características distintas das ocupações posteriores atribuídas aos conjuntos Tupiguarani, com elementos mais facilmente associados à cerâmica Barrancóide de quaisquer outros conjuntos (ALMEIDA, 2013).

Por fim, uma terceira área com concentração de contextos cronologicamente recuada (em torno de 3800 a 3200 anos AP) reside na região próxima à cidade de Santarém (Pará), onde os conjuntos cerâmicos apresentaram características que podem ser associados a utensílios simples e utilitários, com formas esféricas e bases planas predominantes e padrão decorativo bastante sutil, com motivos de incisões em faixas curtas e paralelas próximas às bordas (GOMES, 2008). Essas características podem incluir essas cerâmicas facilmente na tradição Borda Incisa (emobra também seja referida como cerâmica Parauá), assim como apresentam

uma indicação de proximidade com os conjuntos observados na tradição Uru do Brasil central. Embora o antiplástico predominante seja o *cauixí*, também há registro de *caraipé* em menor proporção nesses conjuntos (GOMES, 2008, p. 7).

Essa ocupação por ceramistas apresenta um contínuo temporal que vai até meados de 900 anos AP, com conjuntos cerâmicos que indicam que os grupos mais antigos poderiam estar organizados em assentamentos transitórios, de economia mista e com relativa mobilidade, contudo, mantendo seu padrão tecnológico por um longo período de tempo (GOMES, 2008, p. 13).

Completando o quadro de datações superiores a 3000 anos AP, ainda existem áreas na região central do Brasil, as quais poderiam ser discutidas quanto ao seu recuo cronológico. Um destes registros, embora tenha uma relação das camadas datadas e da indicação de cerâmica associada à tradição Uru⁷³, que majoritariamente carrega o uso de *caraipé*, não apresenta um contínuo temporal com outras datações regionalmente, tampouco se compreende se essas datações, de fato, estariam relacionadas aos respectivos contextos ceramistas, já que seriam muito recuadas para os contextos associações a essa tradição arqueológica. O que pode ser assumido, é que se as datas (e a associação delas aos estratos) de fato estiverem corretas, a cerâmica ali presente deveria ser averiguada se estaria associada à tradição Uru ou se corresponderia a outro conjunto que teria sido marcado pelo uso de *caraipé*. Todavia, seria mais interessante ter outras aferições, pois o recuo cronológico denota também uma grande distância de outros contextos contemporâneos àquela região.

A partir dessas áreas, pode-se observar que há um gradativo aumento na ocorrência e na sequência cronológica dos demais sítios arqueológicos que passaram a compor um quadro expansivo da cerâmica com *caraipé* oriundo dessas regiões. A antiguidade observada nessas áreas antigas também permitiu elaborar um modelo expansivo gradual para as demais regiões, tendo em mente a possibilidade de que a tecnologia passaria, em algum momento, a se dispersar, por diferentes vias de contato, incluindo, sobretudo, pelas vias hídricas, dado a grande aceitação dos grupos a se instalarem junto a esses ambientes.

⁷³ A datação desse contexto foi identificada em uma ficha de cadastro de sítio arqueológico multicomponencial (WÜST, 1983).

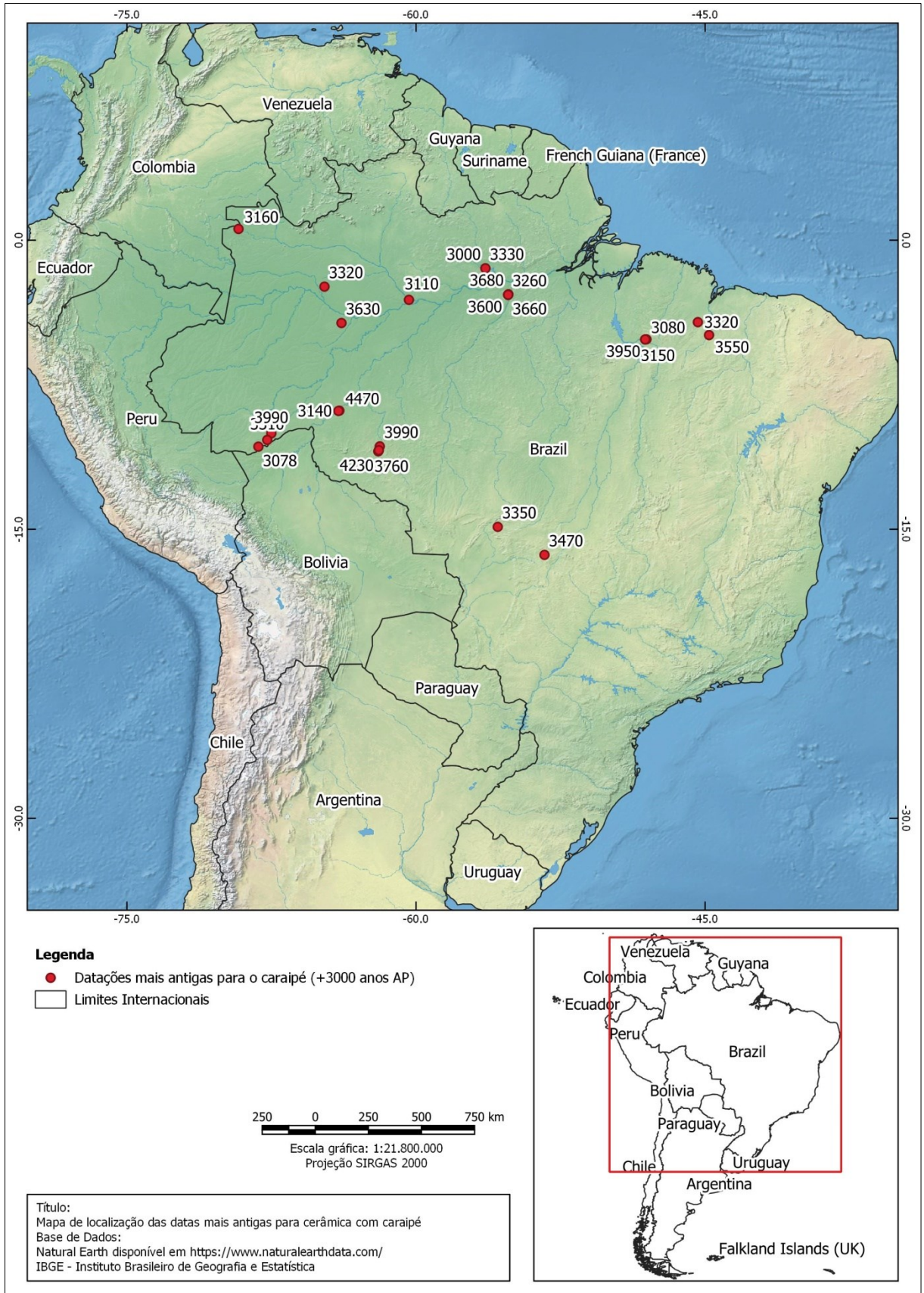


Figura 37: Mapa com a localização e datações dos registros mais antigos para a cerâmica com caraipe no Brasil.

5.2.2 Modelo de elevação digital para os dados cronológicos

Com o banco de dados consolidado foi possível trabalhar com a visualização dos dados em diferentes abordagens. A primeira dessas abordagens foi a criação de um modelo de elevação digital⁷⁴ com o intuito de averiguar áreas com maior incidência de uma cronologia mais recuada em comparação com as outras. O intuito dessa modelagem foi de averiguar a dispersão dos pontos coletados com relação a variável temporal e identificar as áreas que concentrem os registros mais antigos do *caraipé*. Desse modo, ao visualizar-se essa nuvem de pontos, o resultado apontou para um mapa que, ao estilo topográfico, indica áreas de maior ou menor profundidade temporal em relação a outras variáveis de dispersão, como a rede hidrográfica na perspectiva de modelar possíveis corredores de dispersão. Foram usadas três variáveis para esse mapa, x e y correspondendo à localização geográfica⁷⁵; e a variável z ficou definida como a média cronológica nas datações dos registros⁷⁶. Devido à sobreposição de alguns pontos e a proximidade decorrente da densidade de registros pela concentração de sítios arqueológicos, algumas áreas apresentaram melhor resolução que as demais. Dentro de uma perspectiva ideal, a distribuição mais homogeneizada de pontos resultaria em uma visualização mais compatível com as áreas pouco ou sem amostragem, já que as mesmas são estimadas a partir da proximidade com os demais pontos. Contudo, a variável cronológica foi preponderante em apontar as áreas com os valores mais antigos.

Buscando uma modelagem com melhor visualização, foram testados diferentes métodos aplicados para a realização de DEM (modelos de elevação digital), e optou-se por fazer uso de apenas uma forma de interpolação que demonstrasse a melhor resolução em termos de suavização nas áreas com baixa densidade e suprimindo os vazios de pontos cotados. A variável cronológica foi apresentada em intervalos de 300 anos para melhor visualização da profundidade temporal e também para averiguar o gradual efeito expansivo, com as áreas mais antigas representando “picos” e as demais áreas indicando menor variação no modelo de elevação.

⁷⁴ Do original *Digital Elevation Model*.

⁷⁵ Todos os dados foram convertidos para um *Datum* único (SIRGAS 2000), e compatível com a base de mapas utilizada.

⁷⁶ Essa metodologia também pode ser empregada nos trabalhos de Bonomo et al. (2015) e de Corrêa (2017) sobre a dispersão e cronologia da tradição Tupiguarani.

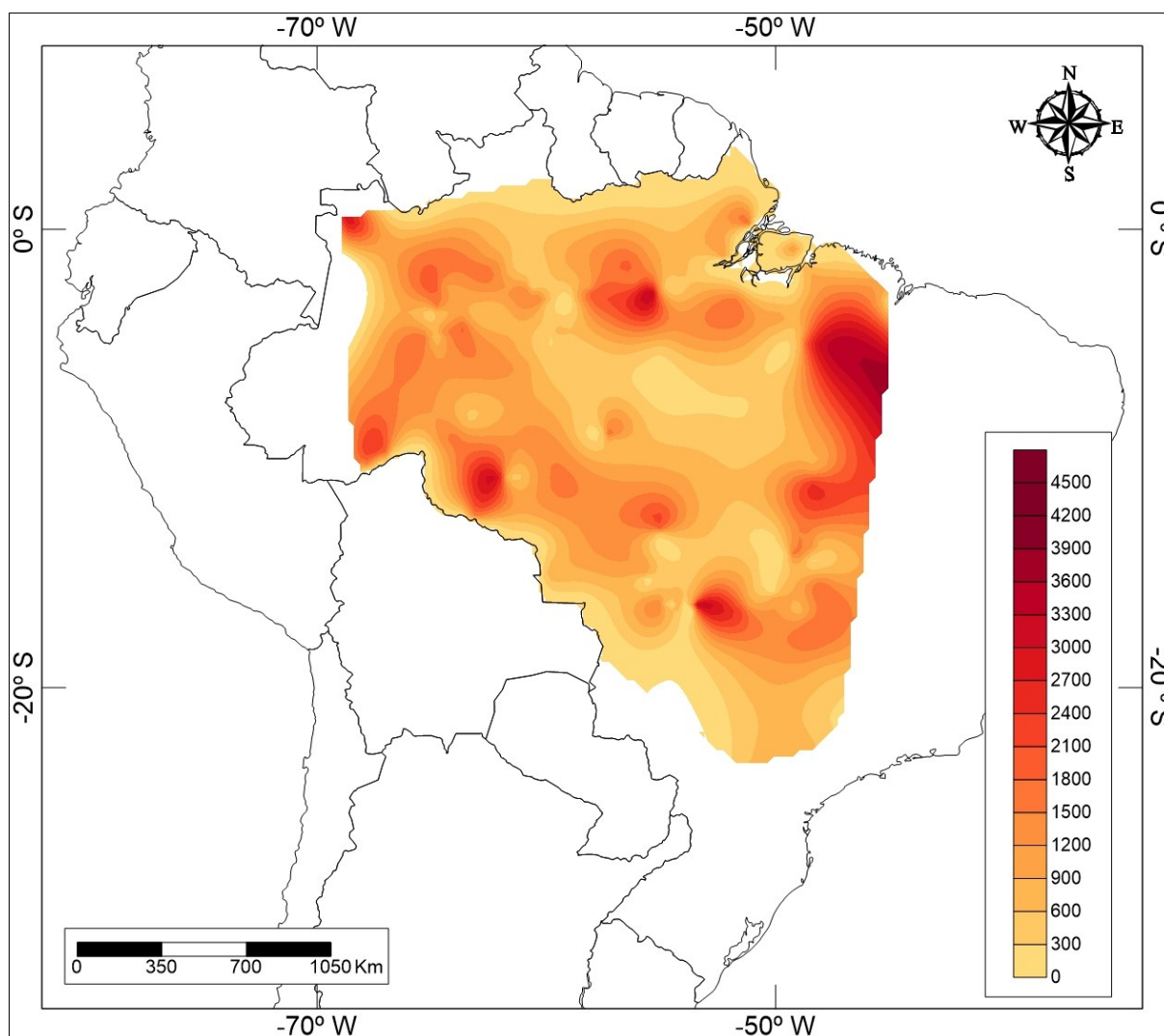


Figura 38: Mapa do modelo de elevação digital gerado a partir da variação cronológica dos sítios arqueológicos com *caraipé*.

O desenho gerado pelo modelo de elevação digital dividiu a área de ocorrência em uma nuvem de curvas de nível que, ao interpolar os dados da área total, considerando uma média para as porções em que não há disponibilidade de dados. Curiosamente, essa modelagem previu um preenchimento dos espaços vazios em termos de cronologia presumindo essas áreas como regiões de menor profundidade temporal. De modo semelhante, nas porções com datas mais antigas, como ao nordeste do mapa da Figura 38, a existência de datações bastante antigas em contraste com o vazio informacional das regiões vizinhas gerou um “pico” com indicação de uma área bastante antiga. Essa perspectiva, contudo, se reflete devido à baixa incidência de datas nos arredores, sendo a proporção de datações mais antigas e o intervalo cronológico muito maior que as demais áreas. Apesar dessa

tendência na geração do mapa de curvas, as demais porções comportam significativamente uma resolução adequada para a cronologia dos sítios do banco de dados, com áreas de maior antiguidade bem definidas e as demais regiões bem representadas cronologicamente.

Com base nesse primeiro teste, a possibilidade de as áreas circunvizinhas compartilharem uma cronologia sequencial é plausível se pensado em uma gradativa expansão (ou dispersão) da tecnologia para os locais próximos com o decorrer do tempo. Nessa premissa, diferentes áreas apresentaram um potencial de comportar cronologias mais recuadas, todas distribuídas em regiões distintas e com distâncias consideráveis entre si. Pode-se visualizar que ao menos quatro áreas no bioma amazônico detêm essa característica: na porção ocidental, noroeste, centro-norte e ao leste. Uma quinta área também tem dados consistentes de antiguidade e se encontra na porção Sul/Sudeste, já nos domínios do Cerrado. Essas áreas poderiam ser entendidas como potenciais dispersores da tecnologia, fazendo o papel de centros onde o contato gradativo com outros grupos foi permitindo a assimilação ou a inserção da cerâmica com *caraipé*. Observa-se, no mapa da Figura 39, onde as setas representam as direções para as variantes cronológicas menores, que poderiam representar o avanço para as áreas de datas mais recentes. Essa movimentação parece indicar uma direção no sentido periferia-centro da região amazônica, onde a cronologia mais recuada ocorre em áreas extremas das porções ocidental e oriental. No Cerrado, contudo, o movimento é inverso, com áreas centrais sustentando uma cronologia mais antiga e então se distribuindo para outras regiões circunvizinhas.

Se essa proposição for assumida, haveria de se considerar que o *caraipé* teria mais de um centro de emergência, e também que teria se dado em períodos distintos, mas com certo intervalo entre as regiões mais antigas. Para sustentar essa proposição, contudo, mais dados deveriam demonstrar a consistência dos conjuntos cerâmicos com *caraipé* em regiões distintas. Por exemplo, na Amazônia oriental, as ocorrências do *caraipé* são passíveis de uma diminuição na sua frequência nos conjuntos cerâmicos em diferentes períodos. Se a área fosse considerada como local de emergência, seria mais adequado que haveria um movimento de maior frequência nos conjuntos cerâmicos em determinado período e posteriormente tendo sofrido alguma diminuição ou compartilhando significativamente a proporção com outras inclusões na cerâmica.

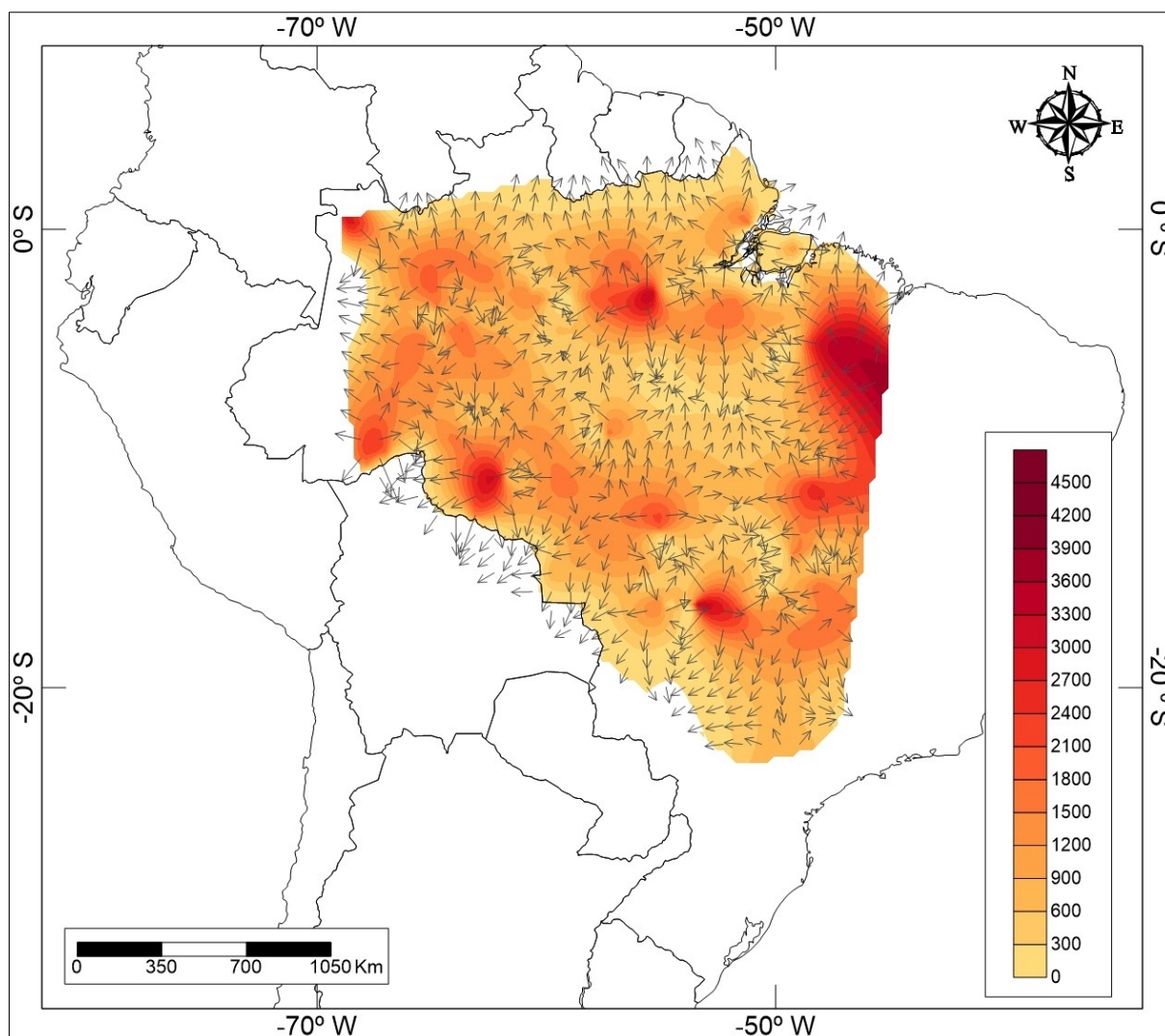


Figura 39: Mapa do modelo de elevação digital com a direção do fluxo das datações a partir das áreas mais antigas para as mais recentes.

Outro método utilizado para averiguar a densidade cronológica e a consequente relação entre datas e localidades foi através de um modelo KDE⁷⁷ (BAXTER e COOL, 2016). Esse método propiciou representar os agrupamentos de sítios arqueológicos a partir de sua variável cronológica, aproximando os dados que indicassem maior profundidade temporal e respectiva proximidade, gerando uma representação com focos que indicariam os locais com maior densidade de datações antigas. Determinadas áreas apresentaram um grande adensamento e puderam ser associados a uma cronologia mais antiga, indicando a possibilidade de que

⁷⁷ Kernel Density Estimation.

pudessem comportar continuidade e dados associados de maior confiabilidade, em contraste com os hiatos cronológicos de outras regiões (conforme observado no mapa da Figura 40).

Desse modo, essas áreas têm mais potencialidade de representarem centros onde a tecnologia pode ter se desenvolvido e então disperso para outras regiões do Brasil. Contudo, embora isso possa refletir a tendência da quantidade de dados disponíveis nas referidas regiões, esse modelo compatibiliza melhor a quantidade de dados nas proximidades, dando maior relevância para as áreas mais datadas ou com mais pontos datados. Isso demonstra, por exemplo, uma diminuição na tendência entre registros antigos isolados e áreas com maior continuidade temporal, como é o caso do contraste visto na bacia Amazônica entre a porção ocidental, central e oriental. Enquanto no leste, no baixo Tocantins existem datas bastante recuadas, a consistência nessas datas não é mantida, já que a sequência cronológica sofre de intervalos grandes de tempo e de pouca recorrência de registros. Num primeiro momento isso pode ser visto como um problema de resolução nas amostras se comparado com as áreas que possuem uma continuidade atestada e podem servir como um melhor embasamento na dispersão e expansão da tecnologia, já que os registros próximos dão conta de firmar a continuidade temporal. Vale ressaltar, também, que alguns sítios são pouco datados (entre uma a três datações) e outros recebem um quadro cronológico mais robusto (chegando a dez ou mais datações), o que, de certa forma, influencia na intensidade dos dados (CORRÊA, 2017, p. 387).

Partindo dessas “concentrações cronológicas” observa-se certo contraste com os mapas gerados a partir do modelo de elevação digital, onde as densidades podem se apresentar como conflitantes. Para aproveitar melhor ambos os modelos, e para se chegar a um entendimento comum, deve-se observar a disponibilização dos dados em ambas as regiões. A bacia amazônica concentra a maior quantidade de sítios arqueológicos com datações para o *caraipé*. Juntamente com essa maior proporção de dados, os referências bibliográficos também apontam para uma maior continuidade cronológica tanto no território brasileiro quanto estrangeiro. O contraste observado nos hiatos cronológicos também pode ser extrapolado na perspectiva da frequência do *caraipé* nas coleções cerâmicas. Enquanto no oeste amazônico observam-se uma quantidade de maior significância nos conjuntos cerâmicos para o *caraipé* (MILLER, 1992; ZUSE, 2014; 2016; ZUSE et al., 2020), o mesmo não pode

ser observado na porção oriental. Esta, por sua vez, enfrenta grande dificuldade ao dividir espaço com o *cauíxí* conforme se direciona para a porção baixa. Muitos conjuntos cerâmicos a partir da Amazônia central tendem a apresentar uma menor proporção de *caraipé*, salvo algumas regiões que apresentam sítios onde o *caraipé* é predominante. Somado a isso, as datações recuadas da cerâmica Borda Incisa (GOMES, 2008) e da cerâmica Tupiguarani (ALMEIDA, 2008; 2013) sugerem que esses grupos não teriam uma relação tão intrínseca com o *caraipé*, já que este raramente figura como uma inclusão predominante nesses conjuntos cerâmicos.

A tendência de que o *caraipé* tenha maior abrangência na cerâmica à oeste da bacia amazônica sugere que essa região deva representar uma área onde sua aceitação e adoção tenha sido mais frequente, e que tenha sido posteriormente dispersa para outras regiões. Com maior tendência para áreas mais antigas se relacionado ao *caraipé*, além de datas com mais de 4000 anos AP (MILLER, 2009; ZUSE, 2014), a Amazônia ocidental parece representar uma área mais propícia para comportar a emergência do *caraipé*.

No que tange a dispersão e alcance da tecnologia, a questão de conectividade entre as áreas e transitabilidade ainda é um ponto para ser discutido no Brasil. Enquanto modelos mais antigos sempre se fiaram na dispersão baseada em redes hidrográficas, principalmente pela recorrência de sítios nas imediações dos rios, disponibilidade de recursos e a facilidade de locomoção frente à densidade de vegetação e limitações do relevo (BROCHADO, 1984; 1989), os modelos recentes tendem a apresentar modelagens pautadas na estimativa de expansão dos grupos anualmente, considerando todas as rotas disponíveis (FORT, 2015; JORDAN et al., 2016; SOUZA et al., 2020). Esses modelos tendem a considerar que a dispersão, muitas vezes, se deram no nível populacional, com migrações e expansões em busca de novas áreas. Embora os dados coletados não permitam um modelo nessa dimensão, buscou-se apenas entender o quanto o *caraipé* pode ter sido gradativamente utilizado nos diferentes contextos, sendo muito mais adequado pensar em aspectos de uma difusão tecnológica do que dêmica.

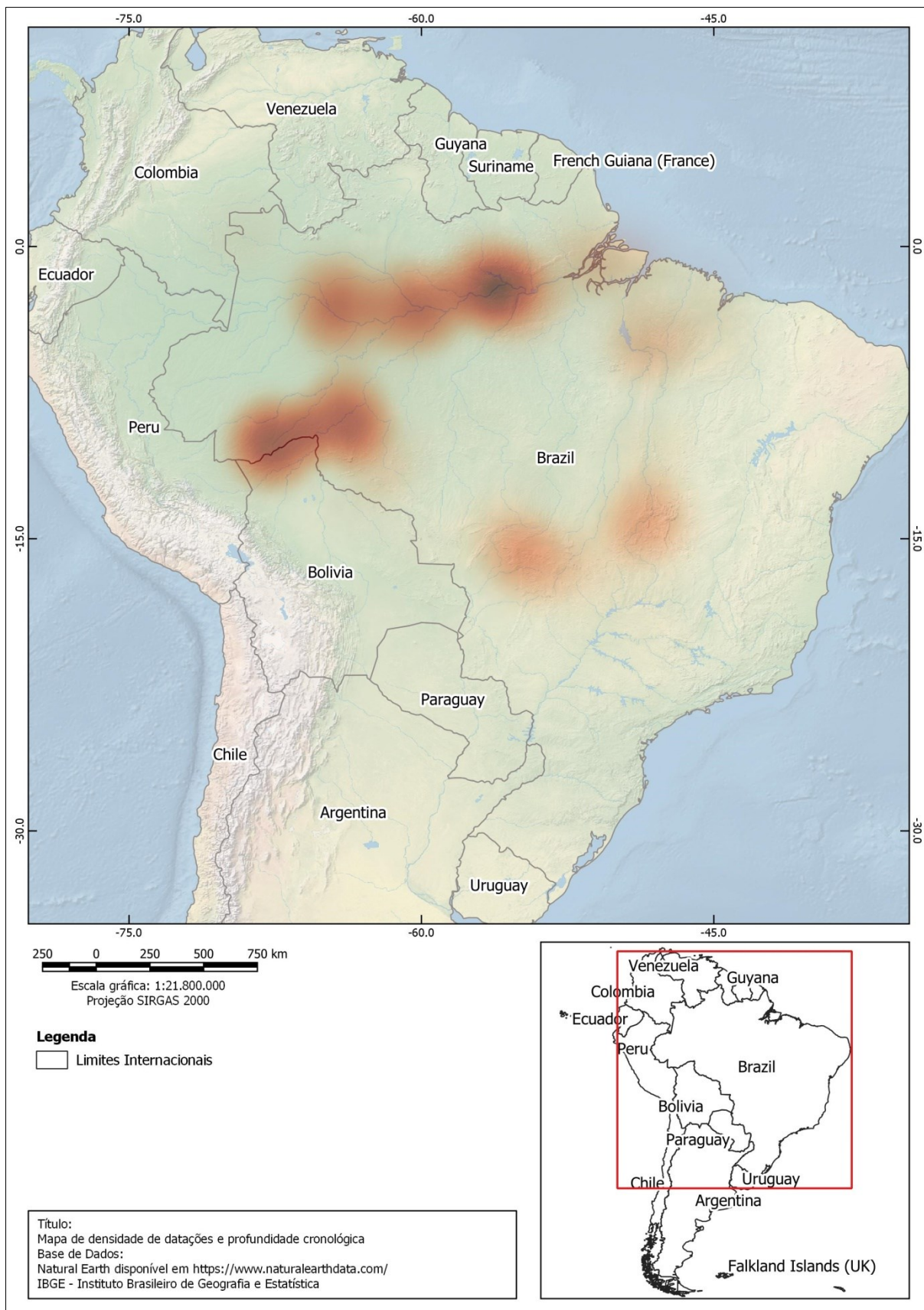


Figura 40: Mapa de densidade cronológica e de sítios arqueológicos com *caraipe* datados.

5.2.3 Modelo de rotas de dispersão para os sítios com *caraipé*

A proposição de um modelo de rotas de dispersão pode parecer um tanto defasada se for considerado apenas a perspectiva de uma difusão tecnológica para o *caraipé*. Como existe uma dificuldade em estabelecer um mapeamento amplo com dados fora do Brasil, o modelo aqui elaborado buscou contemplar uma perspectiva com peso significativo na relação espacialidade e tempo. Embora a localização de diversos sítios arqueológicos se dê nas proximidades de cursos hídricos, indiferente do contexto ambiental, existe uma significativa potencialidade de relacionar as rotas hídricas com a dispersão e mobilidade dos grupos, assumindo-se que todos deveriam ter alguma habilidade em navegação. É inegável, contudo, a importância e o papel fundamental que os rios desempenham tanto no ambiente amazônico, quanto no Cerrado. Os adensamentos de sítios arqueológicos tendem a estar próximo aos cursos de água e conforme o tamanho deste, tende a aparecer em proporções mais significativas. Essa premissa sempre foi considerada como um fato recorrente na maioria das pesquisas arqueológicas no Brasil, e acredita-se que é um fator preponderante para entender as possibilidades de locomoção dos grupos dado às limitações que as florestas densas poderiam impor. A mobilidade que essas redes permitem aos grupos humanos condicionou uma circulação bem mais ampla do que as considerações de restrição de bens e pessoas nas áreas. Modelos explicativos nessa premissa já foram utilizados em outros momentos para explicar as rotas de dispersão dos grupos humanos no Brasil e na América do Sul (BROCHADO, 1984; BONOMO et al., 2015).

Embora seja difícil identificar outras formas de rotas no registro arqueológico, principalmente nos contextos de floresta tropical, sua possibilidade não é excluída, já que há vários indícios que as populações estiveram ligadas entre si por diferentes formas que não fosse o acesso por via hídrica, fato esse verificado nos contextos da bacia do rio Xingu (HECKENBERGER, 2005) ou em outras localidades da Amazônia ocidental (NEVES et al., 2019).

Nos últimos anos, a tecnologia dos programas que trabalham com SIG aliados ao desenvolvimento de algoritmos e de expansões para aplicação em diferentes áreas têm propiciado ferramentas para testar outros modelos explicativos para a expansão e difusão de tecnologia. Um dos métodos que têm apontado resultados interessante reside na aplicação das análises de regressão em bancos de

dados cronológicos, os quais simulam expansões pautados num ponto de origem e acompanham a velocidade do avanço dessas dispersões a partir de variáveis para se calcular as melhores rotas, como a configuração topográfica e as áreas de predição para menor custo de deslocamento (SOUZA et al., 2020).

Nessa perspectiva, alguns trabalhos como os empregados para averiguar a migração dos humanos modernos do nordeste da Ásia para as Américas (HAMILTON e BUCHANAN, 2010), ou da difusão cultural Bantu no sudoeste africano (ISERN e FORT, 2019), tem se utilizado desses modelos para estimar processos de expansão, difusão e migração, considerando dados para quantificação da mobilidade de grupos pré-históricos. Embora ainda existam alguns problemas na aplicação desse modelo, que envolvem a coleta e compatibilização dos dados, bases geográficas, entre outros, o modelo apresentado por Souza et al. (2020) pode ser um excelente apoio para a explicação da dispersão do *caraipe*.

Ainda que a base de dados utilizada no trabalho de Souza et al. (2020) não indique uma correlação aos conjuntos cerâmicos, principalmente ao *caraipe*, que seria o foco aqui, dois modelos de dispersão abrangem os grupos que usualmente fazem uso do *caraipe*: o conjunto Saladóide-Barrancóide e o conjunto Inciso Ponteadado. Ambos os conjuntos cerâmicos incluem sítios em que há ocorrência do *caraipe* e os mesmos se expandem em grande parte da bacia amazônica. No caso da cerâmica Saladóide-Barrancóide, a data mais antiga foi considerada aos registros fora do Brasil, na região do rio Orinoco. Embora essas datações sejam as mais recuadas para esses conjuntos cerâmicos (e nem todos apresentam *caraipe*), algumas das datações observadas na amazônia ocidental chegam próximo a essa cronologia (ZUSE, 2014). Já no caso da cerâmica Inciso Ponteadada, sua entrada na bacia amazônica é mais tardia e acompanha a ocorrência de sítios com a cerâmica Koriabo, as quais apresentam uma baixa frequência no uso do *caraipe* (ALVES, 2019).

Ao observar o resultado desses modelos, é possível identificar que as áreas do baixo amazonas e compreendendo a porção leste da bacia tendem a ser mais recentes para as duas ocorrências. Do mesmo modo, há uma consistência na antiguidade dos conjuntos cerâmicos associados à tradição Tupiguarani (conforme a Figura 41). Desse modo, considerando o que foi anteriormente exposto, a baixa frequência de *caraipe* nos conjuntos cerâmicos, a menor densidade de sítios arqueológicos e também uma menor correlação com as tradições ceramistas, não

parecem indicar que a porção oriental, de fato, seja uma área central para a emergência do *caraipé*, ainda que se observe uma cronologia recuada, porém pouca densa nas regiões circunvizinhas.

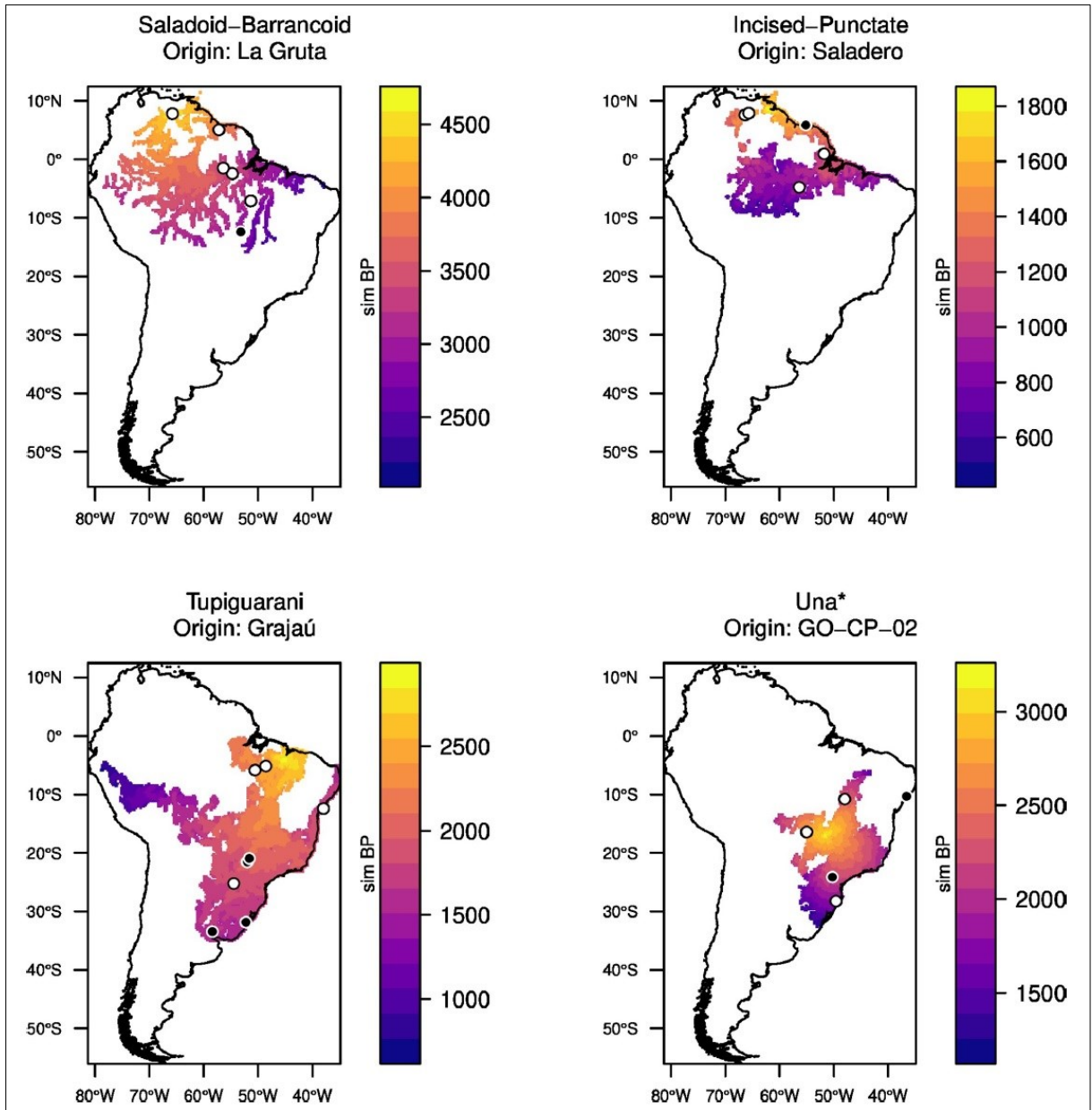


Figura 41: Simulação da dispersão de grupos ceramistas na América do Sul conforme modelo de expansão apresentado por Souza et al. (2020, p. 18).

Dentro dessa possibilidade, a correlação entre a dispersão do *caraipé* e a tendência de maior antiguidade para a porção ocidental da Amazônia fazem esta área como um provável centro para a emergência da tecnologia no contexto brasileiro. Quanto a sua dispersão, as possibilidades podem incluir a difusão da

tecnologia por trocas, conflitos, inovação ou até apropriação (essa questão será tratada adiante), onde o *caraipé* surge e se dissemina em um nível temporal muito amplo. Nesse caso, a rede hidrográfica deve ter representado um papel bastante considerável, já que os sítios arqueológicos mais antigos estão próximos aos grandes rios e tem acesso às demais regiões a partir deles. Pode-se considerar que o rio Madeira, o rio Amazonas, o rio Guaporé e o rio Tocantins tenham desempenhado um importante papel enquanto rotas por onde o *caraipé* atingiu novas áreas. Assim, como pode ser visto no mapa da Figura 40, as áreas assumidas com maior potencial de antiguidade para o *caraipé* concentram-se em diferentes pontos que abrangem, principalmente, a Amazônia ocidental e central. A partir destes dados, verifica-se também que essas áreas não apenas concentram datas bastante recuadas como apresentam uma sequência cronológica mais consistente dado a quantidade de pesquisa e a construção de quadros cronológicos (ZUSE et al., 2020). Além disso, o *caraipé* é um elemento marcante nos conjuntos cerâmicos dessa região, que incluem os sítios associados às ocupações no Acre, os sítios de ocupação da tradição Polícroma Amazônica, e até em registros da fase Bacabal (MILLER, 2009).

Outras áreas que acompanham a antiguidade do *caraipé* na Amazônia situam-se na porção central da bacia hidrográfica, incluindo o médio rio Solimões, a junção do mesmo com o rio Negro, o baixo rio Tapajós e a área entre os rios Nhamundá e Trombetas. Nessas áreas antigas as ocorrências de *caraipé* à oeste são mais frequentes nos conjuntos cerâmicos do que no baixo curso do rio Amazonas, principalmente quando associados aos conjuntos da tradição Polícroma Amazônica e da tradição Pocó-Açutuba, sendo gradativamente limitadas conforme adentram em áreas como dos rios Nhamundá e Trombetas. Por fim, a área do baixo Tapajós apresenta locais com datações bastante recuadas para contextos com *caixí*, com o *caraipé* posteriormente figurando nas coleções cerâmicas. Embora possa parecer evidente que há uma movimentação do *caraipé* no sentido oeste para leste, descendo o rio Amazonas, as datações verificadas nos contextos do baixo/médio e também da Amazônia Oriental podem levantar algumas discussões a respeito.



Figura 42: Modelo para as rotas de dispersão da tecnologia do *caraipé* a partir da Amazônia Ocidental.

Assim, uma modelagem inicial para a dispersão foi realizada a partir das redes hidrográficas observando possíveis rotas de conexão entre os sítios arqueológicos levantados, com uso de um algoritmo para análise de redes⁷⁸. Como observado, as redes de interação entre esses sítios podem ter se dado de outras formas que não apenas pela via hídrica, como também por caminhos definidos em terra (NEVES et al., 2019). Contudo, a fim de ter um modelo inicial, as rotas foram traçadas, sobretudo, considerando principalmente os cursos hídricos que

⁷⁸ A análise de redes utilizada foi uma ferramenta do *software* QGIS que teve como base a rede hidrográfica para determinar rotas de dispersão entre os sítios arqueológicos.

representariam os principais vetores de avanço populacional. A partir dessa modelagem, foi possível estabelecer algumas relações considerando a área inicial como o conjunto de sítios no alto rio Madeira, já que a data mais recuada encontrava-se naquela região. As subseqüentes rotas consideraram os seguintes cursos: rio Amazonas, à leste; rio Solimões e rio Negro, à noroeste; rio Guaporé, ao sudoeste; rio Tocantins, ao sudeste/sul; e a faixa litorânea ao norte e à leste. Dois grandes rios que eram considerados como importantes vetores de dispersão, o Tapajós e o Xingu, apresentaram poucos registros arqueológicos ao longo dos seus cursos, concentrando-se, principalmente, nas porções próximas à foz com o rio Amazonas. Um dos fatores atrelados a isso pode estar relacionados à escassez ou inacessibilidade de alguns dados durante o levantamento da base de sítios.

5.2.4 Modelo de visualização temporal a partir da cronologia dos sítios

A visualização dos dados espaciais de localização do *caraipé* conjugados com a sua cronologia permitiu observar não apenas as rotas prováveis para a dispersão do *caraipé* como também o alcance e a maior incidência temporal de sítios contendo esse conjunto cerâmico. Partindo das supostas áreas mais recuadas em termos cronológicos, a gradativa ocorrência de sítios com *caraipé* foi delimitada espacialmente de modo a criar um mapa de pontos cumulativos que representassem a disseminação deste aditivo nos sítios ao longo dos anos (MCLAUGHLIN, 2019).

Embora ainda possa ser problemático assumir apenas um local como o ponto de origem, dada a dimensão do universo estudado e de uma restrita quantidade de dados, ainda assim foi possível usá-lo como um referencial para o ponto de partida, considerando que, apesar dos problemas relacionados à datação dos contextos (ou possivelmente a limitação das informações para validade das datas), estes são os dados cronológicos mais plausíveis até então, o que leva a considerar a área como provável local de emergência para o *caraipé*, visto que corroboram com períodos de eminente desenvolvimento social e cultural dos grupos humanos da região amazônica. Aceitar, inicialmente, essa antiguidade também é permitir expandir os modelos explicativos e testar diferentes hipóteses sobre os mesmos. De modo a representar melhor a expansão do *caraipé*, mapas para visualização foram elaborados com intervalos distintos que demonstram o aumento dos registros ao longo de um período de quase 5000 anos. Entre o período de

emergência da tecnologia e o alcance máximo da sua dispersão observa-se um aumento territorial expressivo, isso se considerado apenas os dados no Brasil.

Embora as datas iniciais consideradas abarcam um período restrito, entre 4700-4000 anos AP, a despeito de problemas de resolução, os intervalos em que não há registro de sítios arqueológicos com *caraipé* são pouco frequentes, sendo possível traçar uma continuidade bastante consistente de dados a partir dos 4000 anos AP. Nesse sentido, o período mais seguro para fazer uma associação de emergência da tecnologia reside por volta dos 4000 anos, em contextos no alto rio Madeira (ZUSE, 2014), no oeste do estado do Acre (SCHAAN et al., 2012), e no baixo rio Tapajós, Pará (GOMES, 2008). Os registros apontados para a Amazônia Oriental, na divisa do estado do Maranhão com o Pará (SCIENTIA, 2010; ALMEIDA, 2013), embora bastante promissores, ainda deixam algumas questões quanto à construção de uma cronologia regional. Todas essas áreas compartilham, ao menos, algum registro de *caraipé* ao longo dos seus contextos, ainda que a ocorrência dos mesmos possa ser rara dentro dos referidos conjuntos materiais. Os dados oriundos das pesquisas de Miller (2009), principalmente aqueles referentes ao sítio Urupá, embora apresente uma datação bastante recuada, deixa mais dúvidas do que afirmações para sua relação com o *caraipé*. Ao menos nas datas mais recentes, observa-se que as mesmas podem ser viáveis dentro do escopo dessa área, onde os registros de conjuntos cerâmicos outros aparecem sempre em contextos de grande profundidade temporal (ZIMPEL, 2018).

Do mesmo modo que alguns dados ainda remetem a dúvidas na bacia Amazônica, o mesmo pode ser dito sobre como o *caraipé* chegou ou tenha surgido no Cerrado. Embora tenha-se informações para uma hipótese de que tenha acompanhado uma provável dispersão da tradição Uru, conforme já apontaram algumas pesquisas (SCHMITZ et al., 1982; WÜST, 1983; 1990; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996), existem ainda datas bastante recuadas que podem estar associadas com o *caraipé*, e colocariam em discussão o período que esse grupo chegou ao Cerrado. Há pelo menos três datações nesse espectro que podem ter sido provenientes de contextos pré-cerâmicos misturados entre as camadas de ocupações ceramistas ou ainda representarem alguma ocupação que não seja atribuída à cerâmica da tradição Uru. Distanciando-se desses problemas, não parece ser improvável que o *caraipé* tenha atingido tal dispersão, já que a cerâmica mais antiga do Centro-Oeste, associada à tradição Una data de aproximadamente

3700 anos AP (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996; SOUZA et al., 2020), além de que esse conjunto cerâmico eventualmente apresenta *caraipé* na sua composição em alguns dos seus contextos, como no caso da fase Jataí, mais tardia (entre 1350 a 900 anos AP) (SHCMITZ et al., 1989). Fato é que a cronologia para o Centro-Oeste é mais restrita que da Amazônia, ocorrendo menos registros de sítios datados entre 3000 e 2000 anos AP. Além do mais, datas recuadas também foram encontradas na bacia do rio Tocantins, o que pode sugerir que o *caraipé* tenha acompanhado esse rio enquanto uma rota de entrada nos territórios da região central do Brasil.

A partir do surgimento de sítios no Centro-Oeste, os conjuntos cerâmicos com *caraipé* passaram a ser identificados, mesmo que em baixa frequência, nos locais atribuídos à tradição Tupiguarani e Aratu. Embora nenhuma das duas tradições arqueológicas tenha o *caraipé* como elemento característico que define seu conjunto material, é recorrente encontrá-lo em sítios arqueológicos ao longo da bacia do rio Tocantins e demais afluentes, com datações por volta de 2000 anos AP (PONTIM, 2013). Essas datações se intensificam após um hiato, sendo mais recorrentes por volta de 1000 anos AP, onde passam a estar distribuídas por grande parte do Centro-Oeste do Brasil.

As áreas mais distantes das grandes bacias hidrográficas parecem ser as últimas regiões em que a tecnologia do *caraipé* chegou no Centro-Oeste, principalmente no alto rio Tapajós e alto rio Xingu. Embora território tradicionalmente ocupado há longa data, os registros de *caraipé* aparecem timidamente e, em algumas áreas, rivalizam com o *cauíxí*. Dado a dispersão de registros, não seria incomum verificar que ao longo desses rios também haveria outros sítios arqueológicos com *caraipé*, o que poderia ser averiguado apenas com um aumento de pesquisas sistemáticas.

Observando a expansão gradativa do *caraipé* é possível entender que o seu alcance territorial surge de assentamentos bastante distantes entre si no primeiro milênio desde a sua emergência. A partir desse momento, o aumento passa a ser em sítios próximo a essas áreas mais antigas, o que pode induzir que as populações estariam se estabelecendo nessas regiões. Uma expansão mais significativa só vai ocorrer por volta de 1400 a 1100 anos AP onde o número de sítios datados cresce significativamente e mantém uma variação ascendente até cerca de 500 anos AP, quando se dá o contato com o colonizador europeu. Esse período em que as datas

de *caraipé* experimentam num aumento significativo coincide com dois processos populacionais que ocorrem na Amazônia e no Cerrado por volta desse período.

Na Amazônia, por volta do ano 1000 d.C. (MORAES e NEVES, 2012, p. 134) há um adensamento populacional marcado nos registros de sítios arqueológicos com as maiores dimensões, com áreas chegando a 80 hectares. É nesse mesmo período que a tradição Polícroma Amazônica se expande de maneira rápida e em uma extensão geográfica que vai do baixo Amazonas até o rio Napo, no Equador numa faixa de quase 3500 km de extensão (pp. 136-137). Essa amplitude espacial dessa tradição arqueológica pode ser observada quando se vê o aumento exponencial de sítios datados com *caraipé*, já que a tradição Polícroma pode ter sido responsável por colaborar nesse processo.

Se for observado a região do Cerrado nesse período, tem-se o mesmo fenômeno de expansão dos limites de ocorrência dos sítios arqueológicos, ainda que um pouco mais tarde que na Amazônia, com um aumento considerável nas datas a partir de 1100 a 800 anos AP. Esse período coincide com um fenômeno igualmente característico na região que é o surgimento das aldeias circulares e a consequente recorrência da fase Mossâmedes que é uma das expressões mais significativas da tradição Aratu no Centro-Oeste, e que tem o uso de *caraipé*. É também nesse período que há um aumento no fulxo de expansão dessa tradição, com territórios na Bahia, Minas Gerais e incluindo o estado de São Paulo. Ao passo que a Amazônia experimenta um aumento populacional, o mesmo pode ser inferido para o Centro-Oeste, que tem nesse período mais datações para os contextos tanto da tradição Aratu quanto Uru no que seria a consolidação de uma organização pautada nas grandes aldeias circulares. É nesse período também que se observam uma recorrência no aumento do material da tradição Tupiguarani, como se esse grupo estivesse pressionando sua entrada na região, ainda que já tivesse áreas bem definidas e ocupadas a longo tempo (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996).

Esse aumento no número de registros só diminuirá novamente a partir do século XVI, quando o processo de colonização contribui para uma substancial diminuição dos sítios arqueológicos e nas datas para o *caraipé*. Isso pode sugerir que o *caraipé* acompanhou os movimentos migratórios de expansão de território por parte dos grupos ceramistas, ao passo que os contatos e as fronteiras que se construíam possibilitaram na incursão de cerâmica com *caraipé* (ou o próprio uso do *caraipé*) em novas áreas. Desse modo, torna-se mais evidente que o *caraipé* tenha

experimentado diferentes processos que contribuíram na sua expansão, tanto na Amazônia quanto no Cerrado. Considerando o alcance da tradição Uru, por exemplo, o *caraipé* acompanha a expansão dêmica dessa população, já que o *caraipé* é presença marcante no seu conjunto cerâmico. No caso da tradição Aratu, a expansão do *caraipé* necessariamente não pode ser atribuída a mesma, já que há sítios com uma cronologia equivalente no leste do Brasil. Até o momento, o que se observa é que o uso do *caraipé* nessa tradição é algo especificamente regional.

Contudo, essas duas perspectivas não conseguem explicar adequadamente o contexto amazônico, já que a expansão da tradição Polícroma é um processo mais tardio (por volta do século X a XII) e o *caraipé* aparece consistentemente nos conjuntos há muito mais tempo. Nesse caso, um fenômeno comum à ocorrência de *caraipé* é o compartilhamento das áreas com a expansão dos grupos falantes de língua Arawak (LATHRAP, 1970; HILBERT e HILBERT, 1980; LIMA, 2008; NEVES et al., 2020; ZUSE et al., 2020). Segundo Eriksen (2011, pp. 269-270), os grupos falantes da língua Arawak poderiam representar a expansão de grupos com características associadas ao manejo do ambiente, através da preparação de solo de Terra Preta, um conjunto cerâmico condizente com a série Barrancóide, e se estendendo desde a bacia do Orinoco até a confluência de rios maiores, como o rio Negro, Amazonas e Madeira, perpetuando um sistema que comporia uma chamada matriz Arawak (SANTOS-GRANERO, 2002). Esse complexo cultural abrangeria uma série de referenciais simbólicos com atividades e feições relacionadas à queima, cinzas, carvão, solos antropogênicos, e ao uso de *caraipé*, o qual é obtido pela queima e peneiramento das cinzas (ERIKSEN, 2011, p. 270).

Somado a isso, Arroyo-Kalin e outros autores (2009, p. 119) levantaram uma consideração sobre a relação entre o *caraipé* e as terras pretas. Quando se tratando da sua composição, os solos com alto nível de pH são decorrentes da importância da adição de cinzas como um fertilizante para esses solos, os quais também tendem a apresentar uma relação entre as feições mais escuras e as fases cerâmicas onde se encontra maior incidência de cerâmica com *caraipé*. Além disso, os diversos conjuntos cerâmicos atribuídos aos falantes de língua Arawak também compartilham o *caraipé* como uma característica preponderante, como é o caso da cerâmica Pocó-Açutuba (LIMA, 2008; NEVES, et al., 2014), a tradição Polícroma (BELLETTI, 2015; NEVES et al., 2020) e outros conjuntos que abrangem a Amazônia central e ocidental.

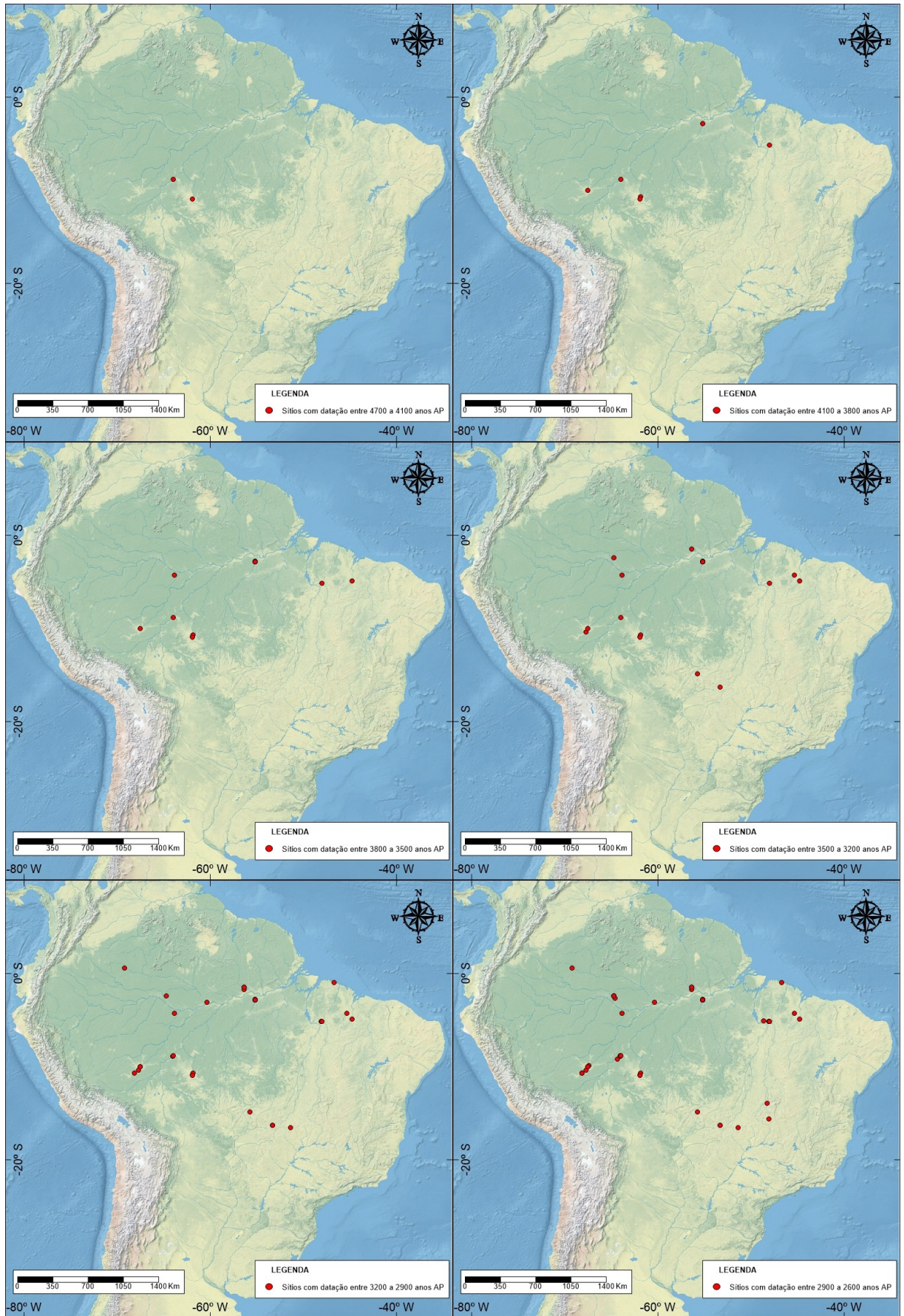


Figura 43: Modelo de visualização temporal da dispersão do *caraipe* em intervalos de 300 anos (1).

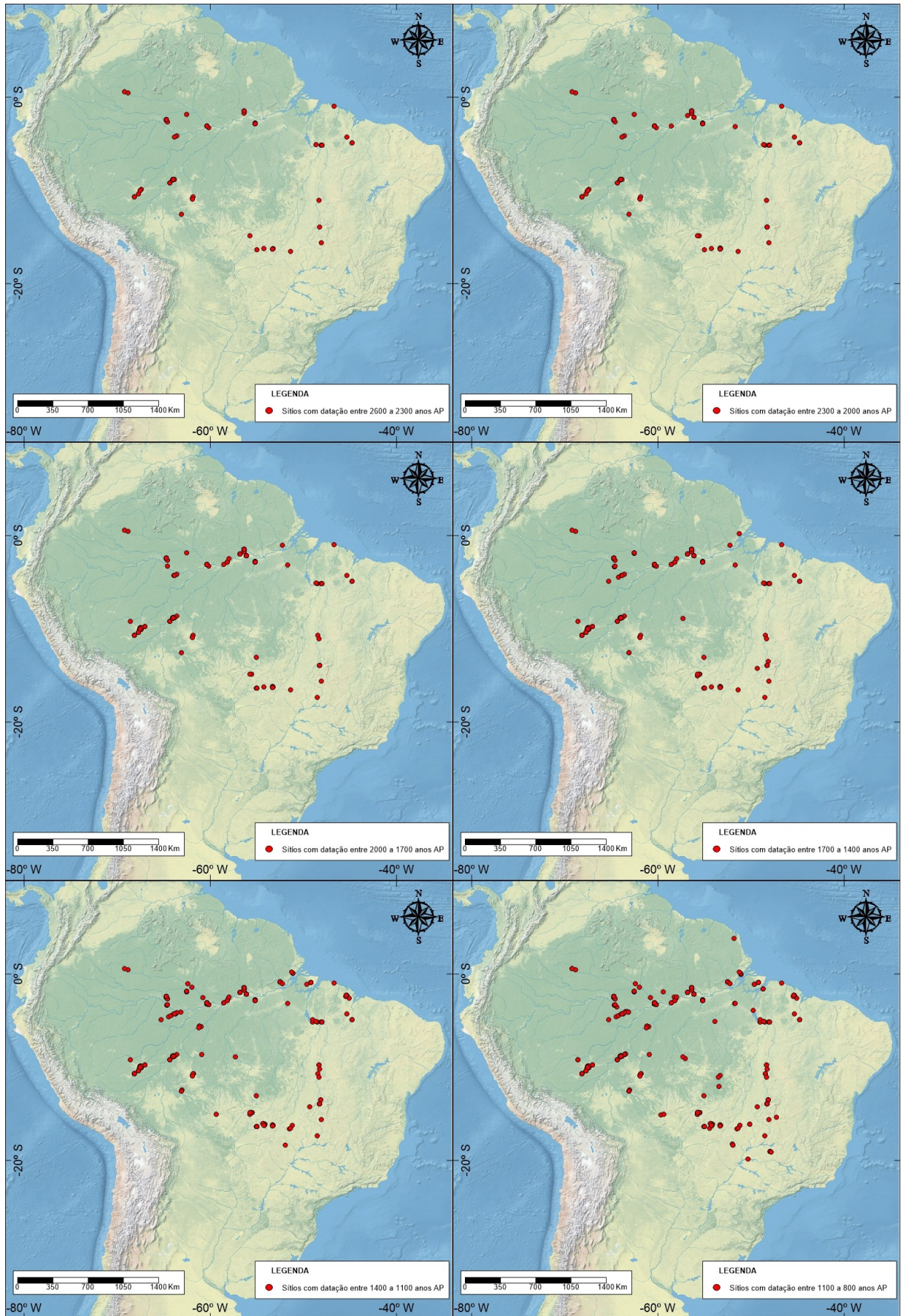


Figura 44: Modelo de visualização temporal da dispersão do *caraipe* em intervalos de 300 anos (2).

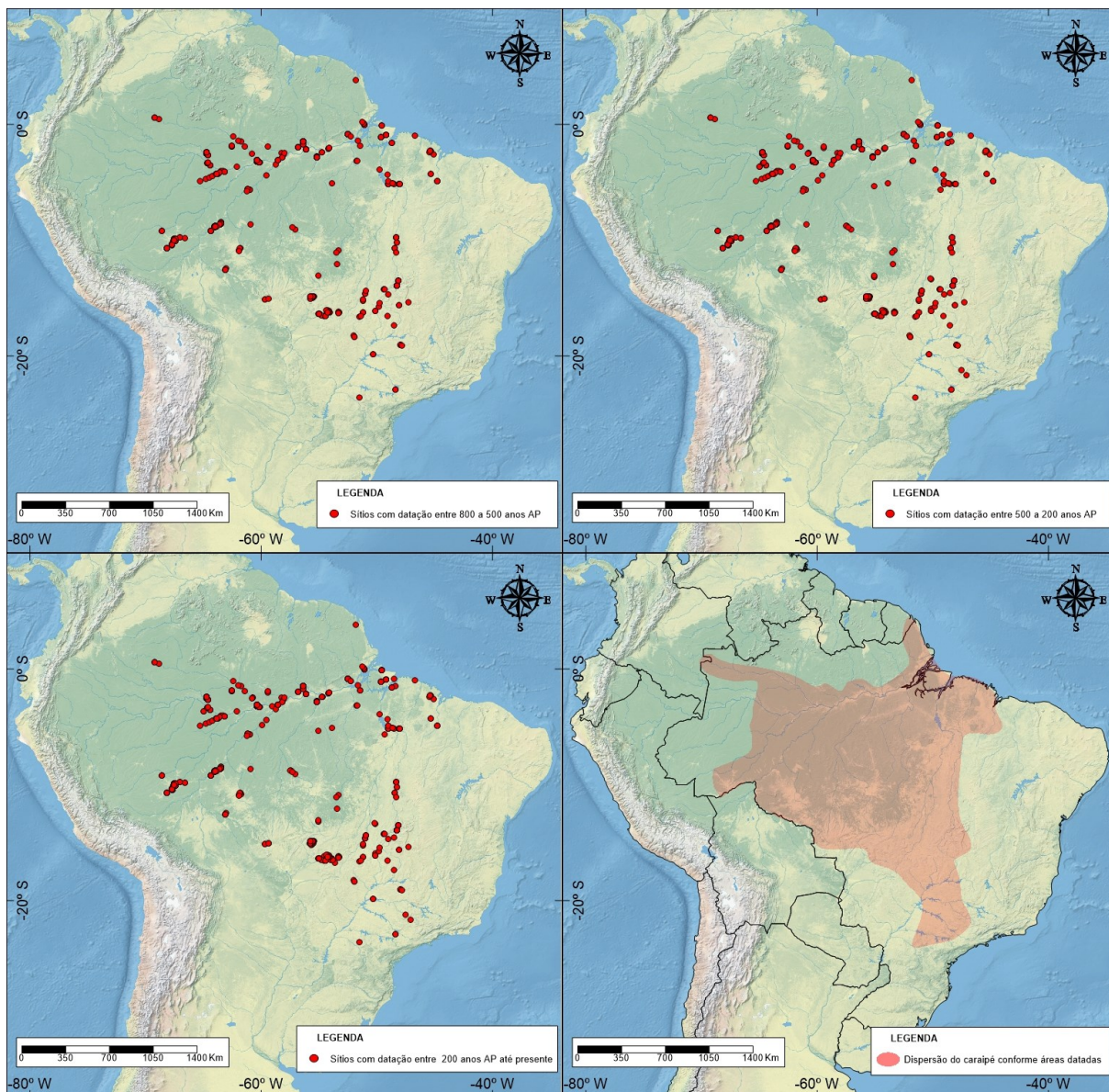


Figura 45: Modelo de visualização temporal da dispersão do *caraipé* em intervalos de 300 anos (3). No último mapa pode ser observada a área de dispersão do *caraipé*.

6 CARAIPÉ: RELAÇÕES ENTRE A PRÁTICA, TEMPORALIDADE E OS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO E PERSISTÊNCIA CULTURAL

In the new historical-processual archaeology, what people did and how they negotiated their views of others and of their own pasts *was and is* cultural process. This relocation of explanation may deprive archaeologists of direct and easy access to the ultimate *why* questions that we like to think we can answer.

Timothy R. Pauketat, 2001, p. 88

Embora se tenha visto a recorrência de algumas datações bastante recuadas para a cerâmica com *caraipé* em determinados contextos na Amazônia, talvez ainda não seja possível entrar em consenso de se associar uma determinada cultura arqueológica com tal fenômeno. As datas levantadas carecem de uma relação mais clara e estão dispostas em uma horizontalidade significativa para os contextos de ocupação durante o Formativo amazônico. A emergência do uso da cortiça de árvores do gênero *Licania* sp., contudo, apresenta indicadores de que esteja associada aos contextos que abrangem o Holoceno médio, entre 5000-4000 anos AP, e que podem marcar, de fato, o período de emergência do *caraipé*. Ainda que algumas das datas associados a estes contextos cerâmicos detenham certos problemas no que tange a recuperação de dados e das próprias datações, sem dúvida a cronologia regional e outros fatores parecem convergir para que a prática de uso do *caraipé* tenha começado na porção sudoeste amazônica. Talvez, se não a própria região onde ocorreu a emergência da prática, esta seja uma das áreas das quais se busca discutir acerca dos registros que tendem a apontar maior potencial para tal processo.

A porção oeste e sudoeste da bacia Amazônica detêm sequências cronológicas consistentes e bem documentadas sobre uma diversidade cultural no âmbito arqueológico, linguístico e etnográfico, além de outras características como a recorrência de processos que marcaram a ocupação durante a emergência de sociedades pautadas na agricultura e manejo ecológico (NEVES et al., 2014; NEVES, 2016; FAUSTO e NEVES, 2018). Observa-se ali não apenas uma confluência de grupos linguísticos, como é o caso de povos falantes da língua Tupi, Macro Jê, Arawak, Pano, além de outras línguas isoladas (ZUSE, 2014; 2016), como

também se referem a um contexto em que se apontam hipóteses para a origem de alguns desses grupos linguísticos, como é o caso dos Tupi (URBAN, 1992) e também hipóteses de origem de culturas arqueológicas (MILLER, 2009). Somado a isso, também há indícios de elementos que constituem a formação e estabelecimento de culturas arqueológicas complexas, como a construção de estruturas em terra, valas defensivas, tesos e até mesmo vias de comunicação com diferentes localidades, marcadores da modificação antrópica na paisagem (NEVES et al., 2020).

Diversos desses processos de formação e interação com a paisagem por parte dos grupos locais estariam emergindo na região precocemente se comparados com outras áreas da Amazônia, onde os mesmos processos são observados em outras regiões há pelo menos 2500 anos, como é o caso da Amazônia central (NEVES, 2007; NEVES et al., 2020). A complexidade e particularidade da trajetória de ocupação nessa área apontam para processos que estariam bastante difundidos ao longo da bacia amazônica, como o caso da existência de ocupações antigas nos sambaquis fluviais (ZIMPEL, 2018), e também das terras pretas, datadas há pelo menos 3500 anos antes da era cristã, culminando ainda numa diversidade cultural observada já no primeiro milênio d.C. (NEVES et al., 2020, p. 164). O que parece primordial é compreender o quanto esses processos se deram numa perspectiva de longo prazo, ou foram decorrentes de eventos abruptos de mudança, dado a quantidade de elementos que podem ser atribuídos às mudanças que ocorreram entre o Holoceno médio e tardio nessa região, incluindo diversidade cultural e biológica (NEVES et al., 2020).

Nesse contexto, as informações sobre o sudoeste da Amazônia são acompanhadas da diversidade dos diferentes conjuntos cerâmicos, muitos deles contemporâneos entre si, ou sucessivamente dispostos nas cronologias obtidas dos sítios na área das cachoeiras do rio Madeira (ZUSE, 2014; 2016; ZUSE et al., 2020). Considerando essa área como algo que poderia ser chamado de potencial “região antiga” para a emergência de culturas arqueológicas, os contextos observados ali se expandem para outras partes do sudoeste e oeste amazônico, as quais têm apresentado diferentes dados relacionados aos sítios e aos conjuntos cerâmicos que atestam não apenas a diversidade como também a complexidade local. Um desses casos são os sítios arqueológicos na porção leste do estado do Acre caracterizados por geoglifos, e que recentemente tem recebido cada vez mais pesquisas e

gradativamente apresentado outras perspectivas para a interpretação da ocupação naquela região, o que inclui dados para uma cronologia mais abrangente (SAUNALUOMA, 2010; 2014; 2016; SAUNALUOMA e SCHAAN, 2012). O mesmo pode ser dito da região de *Llano de Mojos* (norte da Bolívia) (SAUNALUOMA, 2014) e a faixa que abrange os rios Mamoré e Guaporé, ambos apresentando cerâmica com uso do *caraipé* dentro de suas sequências cronológicas (ZIMPEL, 2018).

No outro lado da bacia Amazônica, também é possível observar contextos que podem estar associados a uma emergência quase tão recuada quando a porção ocidental. Ainda que esses contextos sejam distintos do sudoeste amazônico, as datações mais antigas para cerâmica com *caraipé* sugerem uma cronologia muito próxima e podem se inserir numa faixa temporal que abrange entre 4500-3500 anos AP (ALMEIDA, 2008; 2013; GOMES, 2008; SCIENTIA, 2010; ALMEIDA e NEVES, 2015). Embora essas regiões careçam de sequências cronológicas a mesmo nível que se observa na Amazônia central e ocidental, o recuo temporal observado corrobora com os processos de formação observados nas áreas supostamente assumidas como mais antigas, visto que há, pelo menos, uma relação entre sudoeste, centro e leste amazônico ao menos em termos de antiguidade.

Essas características de modificações antrópicas que são associadas ao que se chama de período Formativo (PROUS, 2019), já estariam amplamente disseminadas em diferentes partes da bacia Amazônica há pelo menos 2500 anos atrás (NEVES et al., 2020). Isso, contudo, não exime de que os mesmos processos possam ter se dado ainda antes do que esse limiar cronológico. Contextos de datação de conjuntos cerâmicos referentes ao Holoceno médio e tardio são recorrentes para o médio e baixo Amazonas, contudo, a referência de conjuntos com *caraipé* são escassas e problemáticas, ainda que possam se enquadrar numa antiguidade similar a de outras regiões da bacia amazônica (ALMEIDA, 2008; 2013).

Apesar de o intervalo espacial ser demasiado se for considerado os processos para uma dispersão da tecnologia, a intermitência temporal sugere que as diferentes áreas poderiam comportar a emergência ou ter sido contemporâneas ao uso do *caraipé* na cerâmica. Embora não se tenha uma clareza do que fez o *caraipé* se disseminar tão amplamente nesse período, talvez o momento inicial de emergência que tenha sido marcado pela experimentação dos grupos e que provavelmente não eram totalmente sedentarizados ou estavam atravessando por mudanças nas suas organizações sociais e culturais. As mudanças que vinham

ocorrendo na Amazônia nessa faixa temporal evidenciam que o *caraipé* não emerge como um fenômeno isolado para a cerâmica⁷⁹, mas sim que ele estaria associado a uma série de outros processos que deram início no Holoceno médio e foram gradativamente sendo disseminados ao longo da bacia amazônica há pelo menos 2.500 anos.

6.1 DIVERSIDADE MATERIAL, CULTURAL E OS PROCESSOS FORMATIVOS DO SUDOESTE AMAZÔNICO

6.1.1 A diversidade biológica, manejo ecológico e a relação com o *caraipé*

As mudanças ocorridas durante o Holoceno médio geraram impactos gradativos que influenciaram nas estruturas e características da população que passou gradativamente a adotar práticas que seriam recorrentes também nos demais grupos na Amazônia. Um dos aspectos influenciados por essas mudanças diz respeito à produção de uma cerâmica que pode estar diretamente relacionada à escolha do *caraipé* por parte dos ceramistas. Nessa perspectiva, considera-se o que já havia sido mencionado anteriormente e que consiste na perspectiva de o uso do *caraipé* ser uma prática deliberadamente antrópica, ou seja, depende em grande medida da escolha do artesão durante a produção de um vasilhame. A escolha, o preparo e a mistura da pasta envolvem atividades dentro da cadeia de produção totalmente dependentes da intencionalidade humana, ou seja, as inclusões no barro não podem ser entendidas como algo casual. Mais do que isso, o *caraipé* depende de um processo específico para que se extraia o material silicoso, o qual pode ser operacionalizado de diferentes formas, e que é, de fato, o que se busca ao preparar a cerâmica (ROSTAIN, 2016).

Isso pode significar que as mudanças enfrentadas pelas comunidades permitiram que o processo de manufatura da cerâmica igualmente passasse por mudanças nas práticas de olaria. A necessidade de tipos específicos de vasilhames,

⁷⁹ Embora não seja o alvo dessa pesquisa, datações e contextos de cerâmica com o uso de *cauixí* também compartilham algumas características que são comuns aos contextos de cerâmica com *caraipé*, muitas vezes com datas até mais recuadas que este, como, por exemplo, a cerâmica do sítio Bacabal (MILLER, 2009; ZIMPEL, 2018) e os sítios com a cerâmica Parauá (GOMES, 2008).

principalmente detentores de características compatíveis com a nova realidade social e econômica do grupo. Um exemplo disso seria a inserção de novos alimentos, que estariam associados aos cultivos emergentes de novas plantas, e que necessitariam de um aparato mais adequado. A necessidade de uso prolongado ao fogo faria com que os vasilhames devessem ser produzidos e escolhidos em função da maior resistência ao calor. Voltando ao que foi discutido no capítulo 2, entre as diferentes formas de se buscar um efeito de maior resistência térmica para um recipiente cerâmico, as propriedades refratárias do *caraipé* podem ter um peso considerável nessa escolha.

Um segundo fator considerado é a disponibilidade do *caraipé* na região que, evidentemente, é ampla dada a variedade de espécies e o caráter endêmico da maioria delas. A sua busca e coleta pode ser realizada, inclusive por ceramistas contemporâneos, com algumas poucas horas de trabalho em distâncias consideradas adequadas a ponto de não ser um gasto de energia demasiado, caso se pense de acordo com o modelo de Arnold (1985)⁸⁰ para a exploração de recursos na produção cerâmica. Considerando o contexto do bioma amazônico, a disponibilidade para períodos anteriores à colonização europeia deveria ser maior do que se observa atualmente, além da acessibilidade não ser tão restrita. Atualmente, mesmo com as restrições de aquisição por conta de espécies específicas e das reservas de mata, algumas comunidades não possuem problema para adquiri-las (OLIVEIRA, 2015; ROSTAIN, 2016). Mesmo quando espécies específicas não estejam disponíveis, outras espécies do mesmo gênero compartilham características que podem ser utilizadas na mesma proporção, mesmo que fora do aspecto simbólico (MURCCILLO e WÜST, 1981/1982).

Consequentemente, essas mudanças acompanham também as relações que estariam sendo estabelecidas com o ambiente, já que teria se iniciado diferentes processos de domesticação e manejo de plantas (WATLING et al., 2018; 2020). Essa interação entre seres humanos/ambiente e a maior interação com a natureza permite que a vegetação possa ser trabalhada para suprir demandas específicas que vêm a desenvolver outras práticas em longo prazo (WATLING et al., 2020). Nessa perspectiva, não seria incomum pensar que a produção da cerâmica passasse por alterações também decorrentes desse processo, já que a aquisição de

⁸⁰ *Exploitable threshold model* conforme visto no capítulo 3.

novas práticas dentro das comunidades implicaria em igual adequação do conjunto material. As inovações e adoção de novas práticas acompanhariam mudanças que poderiam também estar associadas a outras características culturais emergentes, que incluem a organização social, econômica e simbólica, com perspectivas que vão se associar aos mitos e referenciais culturais que acompanhariam essas mesmas mudanças (ERIKSEN, 2011).

A conseqüente antropogenização da floresta e a maior ênfase na produção de alimentos resultaram numa mudança também do aparato material, os quais deveriam atender as formas de se processar os alimentos, já que a inserção de cultivares necessitaria ainda de novas técnicas para consumi-los. Retornando para as abordagens de performance, os vasilhames destinados para uso na cocção necessitam de maior resistência ao estresse térmico, evitando assim que se quebrem com maior frequência ou durante a atividade. Além disso, espera-se que os mesmos vasilhames tenham certa durabilidade, dado a sua demanda de produção. Embora não há um estudo comparativo sobre a eficiência térmica entre os diferentes tipos de inclusões utilizadas na cerâmica para aquele período, presume-se, a partir do que se têm levantado sobre as coleções cerâmicas, que existem mais de um tipo de material que poderia propiciar resultados similares (SKIBO, 2013). Se pensando na disponibilidade para a região amazônica, haveria, além do *caraipé*, o quartzo, o *cauíxí*, conchas trituradas e cacos de cerâmica moídos (embora este último seja de utilização mais tardia) para se obter resultados a esse nível. Assim sendo, a preferência pelo *caraipé* pode ter se dado não apenas pela necessidade de um vasilhame mais adequado e resistente, mas também por outras características que se puseram à frente das diferentes opções.

Isso pode demonstrar que uma emergência do *caraipé* é totalmente viável ao contexto que o sudoeste amazônico estaria atravessando em meados do Holoceno médio e posterior. Conforme apontado por Neves et al. (2020, p. 165), na região do alto rio Madeira e seus formadores, apresenta-se uma área de ecótonos, com limites de biomas como o cerrado e a floresta, e uma variedade paisagística sensível às mudanças climáticas do Holoceno médio. Essas mudanças podem estar associadas ao desenvolvimento da produção de alimentos e domesticação de certas plantas que ocorreram por volta de 4.000 anos a.C., e que foram intensificadas com práticas de cultivo e manejo, contribuíram para uma diversidade biológica nos últimos 3.000 anos (p. 166). Dentre esses tipos de plantas, salienta-se que alguns

desses cultivares podem ter contribuído para mudanças tanto da subsistência quanto das práticas, como o caso do feijão e da abóbora, considerados exógenos, mas que foram incorporados e experimentados devido à formação de solos de terra preta, mais favoráveis a essa prática (WATLING, et al., 2020).

Relacionado a esse processo, tem-se os registros mais recuados para os solos antropogênicos, marcando uma prática de modificação no ambiente de modo a propiciar áreas de maior produtividade agrícola e corrigindo carências que usualmente são atribuídas a um limitador ambiental (ARROYO-KALIN, 2017). As terras pretas são um fator extremamente importante nesse contexto, usualmente estão associadas a ocupações ceramistas, quando possuem uma cronologia média inicial que a situa em torno de 3.000 anos AP (NEVES et al., 2014). Antes dessa data, sítios com terra preta já haviam sido identificados por Miller no alto rio Madeira, com datações que compreendem 4.780 anos AP até 2.640 anos AP (MILLER, 1992). Embora ambos os casos apresentados por Miller tragam contextos com ausência de cerâmica nesses depósitos, foi considerado que isso evidenciaria um período com mudanças nos grupos que estariam passando a ser sedentarizados. Essas datas foram ampliadas posteriormente com as escavações nos sítios Teotônio e Garbin que recuaram a cronologia dos contextos de terra preta para cerca de 7.700 e 6.440 anos AP (ZUSE, 2014).

Seguindo a hipótese de Miller (1992), a região do alto rio Madeira apresentaria os mais antigos registros de solos antropogênicos resultado de um processo de transformação dos grupos caçadores-coletores que passaram a adotar práticas relacionadas ao manejo da paisagem e à agricultura. Essas práticas iniciadas por volta do Holoceno médio são, até certo ponto, inseridas na mesma faixa temporal que a domesticação de diversas espécies, como a mandioca (*Manihot esculenta*), que teve sua domesticação apontada para a região de Rondônia e nas terras vizinhas da Bolívia, por volta de 10.000 a 8.000 anos AP, sendo posteriormente difundida para outras regiões da Amazônia por volta de 7.000 anos AP (WATLING, et al., 2018; 2020, p. 48). Também é possível estender essa faixa temporal para a domesticação de outras plantas como a pupunha (*Bactris gasipaes*), o amendoim (*Arachis hypogea*), a pimenta (*Capsicum baccatum*), o urucum (*Bixa orellana*) e a taioba (*Xanthosoma* spp.). Além destes, espécimes domesticados em outras regiões passam a aparecer junto aos depósitos de terra preta, como o caso da abóbora (*Cucurbita* sp.), feijão (*Phaseolus* sp.), goiaba (*Psidium* sp.), castanha-

do-pará (*Bertholettia excelsa*), leguminosas (Fabaceae), piquiá (*Caryocar* sp.), palmeiras (Arecaceae) e, por fim, o milho (*Zea mays*) e o arroz (*Oryza* sp.), estes dois últimos domesticados posteriormente, já no Holoceno tardio (WATLING, et al., 2020, pp. 48-49). A domesticação e cultivo da mandioca, em especial, são importantes nesse processo de manejo e sedentarização, principalmente porque o plantio dessa raiz tuberosa, tanto a variedade doce quanto a azeda, pode apontar para questões organizacionais do espaço doméstico, dado as condições sob as quais são cultivadas. Enquanto a variedade de mandioca azeda se adaptou bem às condições do solo com baixo nutriente, possui um processo longo de desintoxicação para que seja consumida. De outro modo, a variedade doce pode ser plantada em proximidade às moradias, onde o solo é alterado devido às atividades domésticas que corrige a baixa quantidade de nutrientes e não necessita de procedimentos para desintoxicação (ARROYO-KALIN M. , 2010, p. 487).

Nessa perspectiva, a formação das terras pretas estaria associada aos refugos domésticos, com decomposição de restos alimentares, resíduos de atividades de combustão, acúmulo de lixo e até excrementos, tudo deliberadamente realizado de modo a gerar uma remobilização e manejo do sedimento além de subsequentes palimpsestos de sucessivas ocupações que resultaram nos depósitos de terra preta comumente visualizados nos sítios arqueológicos. Essas atividades, contudo, não são decorrentes apenas de uma intensificação agrícola, com a abertura e manejo de áreas específicas ao cultivo, mas também de uma prática de manutenção e enriquecimento do solo junto às habitações e nos espaços próximos, onde torna-se viável o cultivo em menor escala (ARROYO-KALIN, 2017, pp. 112-113). As terras pretas, contudo, estão sujeitas a transformações contínuas para atingirem sua composição, que derivam de fatores onde se incluem a estabilidade dos assentamentos, a densidade populacional, a geração de resíduos, que inclui a produção e descarte de vasilhames cerâmicos e o manejo da vegetação, com corte, queima e abertura das áreas. Todas essas atividades contribuem na formação em longo prazo desses depósitos, dos quais pode se considerar que não são apenas as ocupações através da ação direta e intencional, mas também a ação indireta pelo fato de que essas ocupações geram depósitos que são transformados por processos pedogênicos nas terras pretas (ARROYO-KALIN, 2017, p. 114).

Considerando a hipótese de que o *caraipe* tenha sido introduzido pela primeira vez como resultado de uma inovação ou trazida de outra área, ele surgiria

como uma forma totalmente já atrelada a algum processo de difusão ou acompanhando a chegada de grupos com referenciais e técnicas bem estabelecidas, que poderiam ter encontrado no contexto do sudoeste amazônico um aporte para se ampliarem e se popularizarem.

6.1.2 Variabilidade cerâmica no contexto de emergência do *caraipe*

Considerando todo esse cenário, o processo de sedentarização necessariamente não acompanhou uma emergência da agricultura *per se*, como é conhecido em outras partes do globo, mas sim permitiu uma transformação nas práticas de manejo e produção de alimentos, o que permitiu um aumento produtivo e conseqüentemente exigiu nova organização comunitária. Os grupos desse período experimentaram novos cultivos e novas práticas, possivelmente acompanhando a mudança no conjunto material, mais adaptado para suprir uma alimentação diferente do que se tinha até o momento (FAUSTO e NEVES, 2018).

Desse modo, também é possível observar a emergência de sítios arqueológicos com estruturas trabalhadas no solo, como valas e montículos, principalmente na região leste do Acre (SAUNALUOMA e SCHAAN, 2012). A cronologia para esses sítios os insere entre o primeiro milênio antes da era cristã até meados do século XVI, com algumas variações regionais, e algumas exceções que assinalam para uma faixa temporal entre 4.000 a 3.000 anos AP (SAUNALUOMA et al., 2018).

A grande parte desses sítios está localizada próximo aos afluentes que compõem a bacia do rio Madeira apresentam estruturas de valas e muretas indicando diferentes formas, com os contornos circulares e quadrados representando os mais comuns. Entre essas estruturas, estradas conectam umas as outras e, por vezes, ligam-se aos igarapés da região. A ocorrência dessas estruturas está associada diretamente com o estado do Acre, no lado brasileiro, mas também possuem indicação nas regiões de *Llanos de Mojos*, no entorno da cidade de Riberalta e próximo os rios *Beni* e *Madre de Dios*, variando em formas, tipologias e datações (SAUNALUOMA et al., 2018). No lado boliviano, contudo, o que predomina são os aterros e outras formas de montículos e, com menos frequência, os geoglifos. Embora tendo sido identificados em grande número nas últimas décadas, a grande maioria desses sítios foi pouco pesquisada até então, porém, as pesquisas têm

apontado que os mesmos sejam locais destinados à cerimônias ou outros fins que não seja assentamentos permanentes. Isto se dá devido a densidade material nos locais escavados que tende a ser baixa, além da porção central às valas que tem sido identificadas como “áreas limpas”, possivelmente associados à praças de encontros ou cerimoniais (SAUNALUOMA, 2010; 2014). Ao que tudo indica, muitas dessas áreas comportariam uma organização social complexa a ponto de promover a construção de tais locais, além da evidente conexão que apresentariam entre outros sítios arqueológicos, incluindo assentamentos e geoglifos. A maior parte desses locais apresenta informações que remetem a uma extensa rede de interações, talvez não tão antiga quanto se suponha aqui, mas onde a confluência entre diferentes grupos pode ser vista na diversidade cultural resultante na macrorregião (SAUNALUOMA e SCHAAN, 2012; NEVES et al., 2019).

Levando em consideração essas possíveis redes de interação, Neves et. al. (2019, p. 232) apontam para algumas características que devem ser consistentes quando se observam essas questões no contexto amazônico. Dentre os pontos destacados, destacam-se a interação entre os grupos, que deve ser multiétnica e multilinguística, já que só para a região do alto rio Madeira existe um quadro com cerca de 50 línguas agrupadas em 8 famílias linguísticas, além de 11 línguas isoladas (NEVES et al., 2020, p. 166). Com toda essa diversidade cultural, as fronteiras podem ter a tendência a ser difusas e não tão rígidas, o que levaria a integrações devido a trocas de bens e pessoas, com grande circulação dos indivíduos entre os territórios e até mesmo por uma interação de cunho ritualístico. Tudo isso, é claro, considerando que essa interação tenha se dado de forma pacífica, sem ponderar outras formas, como no caso de confrontos bélicos ou migrações forçadas.

Esse cenário de uma possível confluência cultural pode ser observado na variabilidade material que se tem para a região do sudoeste amazônico. Enquanto há diversas características emergindo durante o Formativo nessa região, muitos desses elementos parecem estar relacionados a diferentes grupos que teriam migrado ou, eventualmente, se formado naquela área ou até mesmo nas proximidades. Os conjuntos cerâmicos são um desses elementos que podem ser observados diacronicamente graças ao número de pesquisas que se desenvolveu na região (ZUSE, 2014). Miller (1987; 1992; 2009) pesquisou essa região por mais de 25 anos e conseguiu estabelecer através de uma grande quantidade de dados

uma classificação dos conjuntos cerâmicos que foram subdivididos entre as tradições, subtradições e fases, os quais se pautam grande parte das pesquisas no contexto amazônico. Apesar dessa gama de dados, muitos desses conjuntos não foram datados (ou pouco datados) e para uma grande parte não havia sido definida uma classificação, o que deixava em aberto conjuntos cerâmicos que compunham, principalmente, as áreas mais interioranas da bacia do alto Madeira (NEVES et al., 2020). As pesquisas que se seguiram nas últimas duas décadas, contudo, ampliaram a complexidade dos dados levantados por Miller, revisaram as classificações, e demonstraram que a calha do rio Madeira apresenta outros conjuntos cerâmicos que não haviam sido evidenciados (ZUSE, 2014; 2016; ZUSE et al., 2020). Esse aumento dos dados de pesquisa propiciou uma releitura e ampliou o quadro arqueológico para a região, o que permitiu uma complexificação das ocupações (principalmente a ceramista) e uma melhor cronologia para estes contextos.

Dentre os conjuntos cerâmicos pesquisados, identificaram-se ao menos seis diferentes tecnologias nas regiões das cachoeiras e que marcam, de certo modo, a diversidade no sudoeste amazônico, sem considerar ainda os contextos da Bolívia e do Acre (NEVES et al., 2020; ZUSE et al., 2020). Estes conjuntos estão divididos entre Pocó-Açutuba, Morro dos Macacos, Barrancóide, Dionísio e a Tradição Polícroma Amazônica, além de outros não identificados (ou classificados) e que detêm uma cronologia ainda mais recuada para a cerâmica (ZUSE et al., 2020). De todos os conjuntos supracitados, o *caraipe* só não está presente na cerâmica Morro dos Macacos e em alguns dos conjuntos mais antigos. Observa-se que a partir destes contextos, considera-se que o uso de *caraipe*, embora não amplamente difundido, já estaria estabelecimento nos grupos ceramistas mais antigos. Apesar dessa cerâmica ainda não classificada, os dados arqueológicos têm demonstrado que é somente com a Tradição Pocó-Açutuba que o *caraipe* passa a estar consolidado nas práticas oleiras da região, já que o uso da inclusão se faz a partir desses grupos que têm uma cronologia que chega até cerca de 3.500 anos AP (NEVES et al., 2020). Essa datação também é próxima de outros conjuntos aonde não foi identificado o uso do *caraipe* e em regiões próximas ao rio Madeira, como o caso dos sambaquis fluviais e as ocupações associadas à Fase Bacabal (ZIMPEL, 2018). Do mesmo modo que o contexto da região das cachoeiras, cerâmicas com datações superiores a 4.000 anos AP também são identificadas em outras regiões

da bacia do rio Madeira, porém, poucas têm uma associação clara a alguma tradição arqueológica, ou ainda faltam indícios suficientes para enquadrá-las em algum conjunto⁸¹.

Se as hipóteses levantadas por Neves et al. (2014) forem aceitas, a região do rio Madeira apresentaria as datas mais antigas para a tradição Pocó-Açutuba, considerando-se, ainda, a sua associação entre esses conjuntos cerâmicos e os falantes da língua Arawak. Essa relação sugere que essa região seria uma área importante na dispersão desses grupos. Além disso, essa ocupação teria gradativamente se expandido para as áreas próximas e no entorno da bacia do rio Madeira, incluindo o leste do Acre e o norte da Bolívia.

Segundo Zuse et al. (2020), a chegada desses grupos trouxe mudanças na tecnologia cerâmica, o que também influenciou nas modificações dos contextos arqueológicos e na própria demografia regional, o que reforça a ideia de uma migração para oeste a partir do rio Madeira. Do mesmo modo, há ainda uma hipótese de que essa cerâmica Pocó-Açutuba seria um conjunto bastante similar às cerâmicas Saladóide da Venezuela, a qual teria se expandido até a calha do médio e baixo Amazonas e, do mesmo modo, associadas às primeiras dispersões dos grupos de matriz cultural Arawak na Amazônia (LATHRAP, 1970; HILBERT e HILBERT, 1980; LIMA, 2008; NEVES et al., 2020; ZUSE et al., 2020). É possível que a interação que ocorria na região, assim como a mobilidade dos grupos que se expandiam para novas áreas pode ter contribuído para a adoção e posterior disseminação do uso de *caraipé*, já que esses grupos poderiam tanto ter trazido a prática de cerâmica consigo ou adquirido ela quando estabelecidos na região.

A partir de 1600 anos AP começam a surgir conjuntos cerâmicos associados ao estilo Barrancóide⁸², os quais acompanham mudanças significativas na paisagem regional, como a formação de aterros, montículos e o aumento de terra preta (ZUSE et al., 2020). A possível interação entre os grupos portadores dessa cerâmica com os grupos locais existentes ainda é incerta, porém, mais uma vez é sugerido que

⁸¹ Alguns dados levantados por Miller (2009) apontam conjuntos proto-Tupi no estado de Rondônia, porém não há muita clareza se os conjuntos com *caraipé* estariam associados às datas mais antigas, além do questionamento sobre a viabilidade das mesmas.

⁸² Aqui faz-se o uso apenas do termo Barrancóide sem entrar em méritos das discussões que envolvem a terminologia e os termos Borda Incisa e Borda Incisa/Barrancóide. O intuito é manter a terminologia utilizada por Zuse (2014) e Neves et al. (2020) já que foram as referências utilizadas aqui.

tenha relação com a diáspora dos grupos Arawak na Amazônia (ZUSE et al., 2020, p. 155). Essa cerâmica Barrancóide, ao apresentar características tecnológicas semelhantes com o conjunto Pocó-Açutuba, pode ter uma relação na qual houve uma gradativa transição entre os conjuntos, ou até mesmo se tratar de uma manifestação local. Indiferente de qual das hipóteses seja a mais adequada, um ponto importante é que as mudanças continuam até em fins do primeiro milênio do calendário cristão, o que denota que os grupos permaneceram na região durante 2000 anos ou mais.

Posterior aos grupos ceramistas Pocó-Açutuba e Barrancóide, surgem as cerâmicas dos conjuntos Jamari e da Tradição Polícroma Amazônica que passam a figurar com maior frequência nos contextos (NEVES et al., 2020). A cerâmica Polícroma característica da Amazônia corresponde a uma das tradições arqueológicas mais abrangentes da área. É de especial interesse nessa discussão, pois a partir do momento que ela começa a aparecer nos contextos, gradativamente se expande para outras áreas da bacia Amazônica. Embora a sua datação no sudoeste amazônico ainda tenha algumas ressalvas, há um forte indício de que possa ter emergido nesse contexto a partir de 700 d.C. e ter se expandido rapidamente pela calha do Amazonas (ALMEIDA, 2013). Além disso, o registro dessa cerâmica pode ser observado ao longo do rio Madeira, até sua foz, na Amazônia Central, e depois gradativamente se expande ao norte via rio Negro, à oeste via rio Solimões até a região do rio Napo, no norte do Peru e no Equador (BELLETTI, 2015; 2016). A partir do ano 1.100 d.C., há um aumento considerável nas datações para essa tradição ceramista indicando também uma dispersão geográfica para essas datas, o que indica uma hipótese de rápida expansão pela região amazônica, talvez considerando uma perspectiva bélica, com assentamentos menos duradouros e menos densos (BELLETTI, 2016).

Diferente do que foi observado nas associações linguísticas para os conjuntos cerâmicos Pocó-Açutuba e Barrancóide, que podem estar associados aos falantes da língua Arawak, no caso da Tradição Polícroma Amazônica a associação é feita com falantes de diferentes línguas da família Tupi (NEVES et al., 2020). A despeito do debate, os grupos associados a esse conjunto cerâmico também compartilharam, em algum momento, da diversidade cultural que a região do alto rio Madeira dispunha. A evidência do uso de *caraipé*, embora não seja um traço determinante, pode ter sido incorporado por esses grupos em algum momento,

sendo recorrente o uso na produção cerâmica, e a sua rápida expansão teria contribuído para que o *caraipé* atingisse regiões mais distantes. Evidente que esses grupos apresentam uma cronologia muito mais recente se comparado com outros contextos de cerâmica com *caraipé*, visto que a partir das primeiras datações o *caraipé* já figurava em um amplo território, incluindo o cerrado brasileiro. Porém, a expansão pode ter contribuído para a manutenção, reforço e ampliado ainda mais os limites que indicam essa prática.

Nessa perspectiva, se por um lado observa-se a diáspora dos grupos falantes da língua Arawak com íntima relação com conjuntos cerâmicos que possuem *caraipé*, com a Tradição Polícroma Amazônica também é possível de se fazer essa relação. Mais do que isso, a TPA conseguiu ainda expandir-se até atingir regiões mais ao leste amazônico, já o grupo Arawak tem uma dispersão bastante consistente no norte e oeste da bacia Amazônica até a calha do rio Xingu, na borda entre o bioma amazônico e o cerrado. Se for nessa perspectiva, a dispersão Arawak pode ter contribuído para ter levado o *caraipé* numa primeira onda e, num segundo momento, a expansão da Tradição Polícroma Amazônica acabou sendo responsável por levar consigo o *caraipé* para outras regiões ampliando ainda mais o território em que este foi registrado.

Observando o mapa da Figura 46, que ilustra as áreas de dispersão dos falantes da língua Arawak por volta do ano 1500 d.C., assim como sugere uma área onde estaria vigente as redes de troca desses grupos, grande parte dos registros de cerâmica com *caraipé* coincide com as regiões visto que elas abrangem as principais bacias hidrográficas que compõe a calha do Amazonas. O mesmo pode ser observado para a região subandina, os *Llanos* colombianos e a bacia do rio Orinoco. Embora toda essa região compartilhe com a área de ocorrência da cerâmica com *caraipé*, ainda é possível observar diversas outras regiões em que o registro se faz presente, podendo ainda não ser uma exclusividade atribuída a esse grupo linguístico.

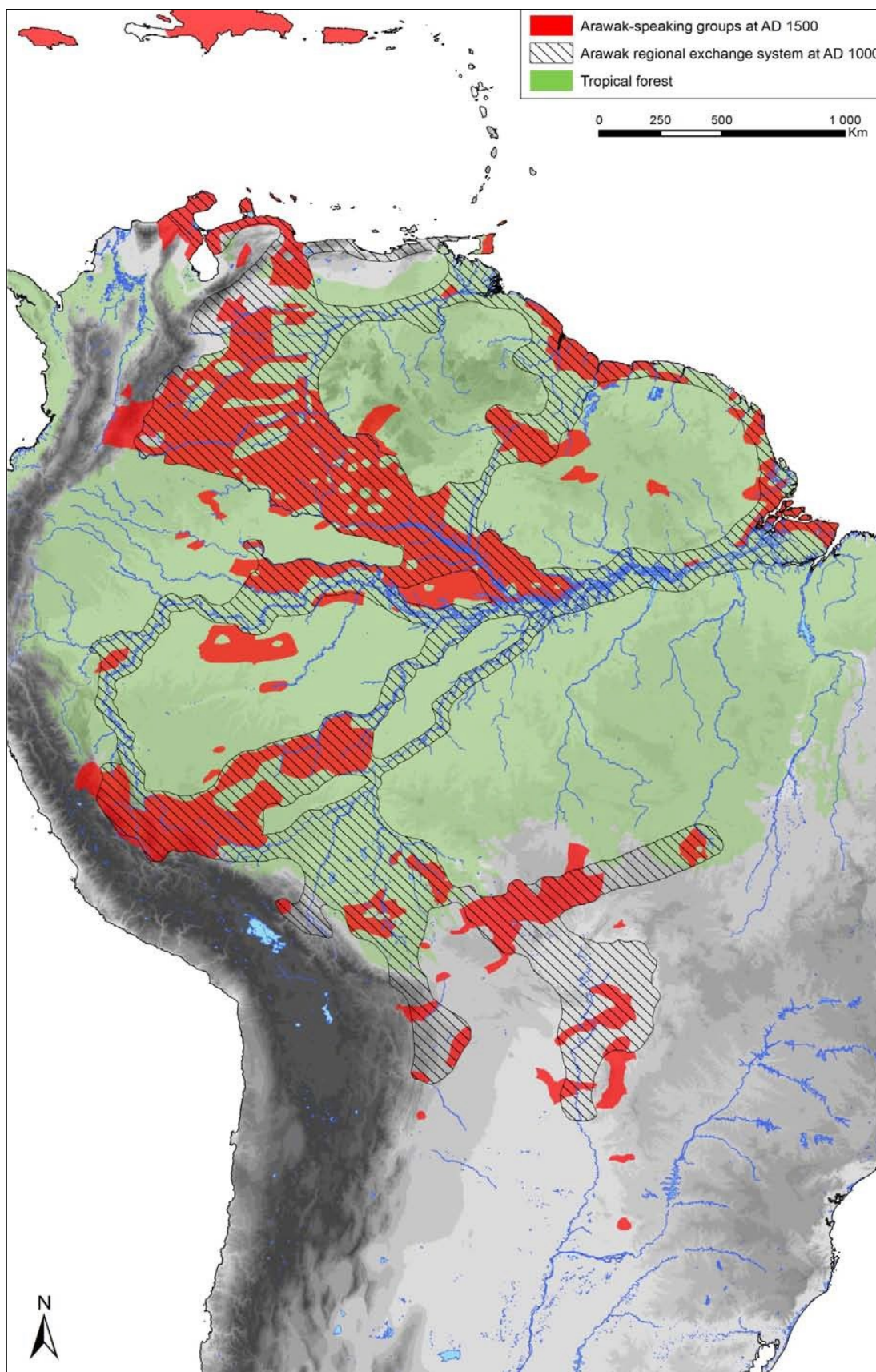


Figura 46: Mapa de dispersão dos grupos de língua Arawak e as proposições das áreas do sistema de trocas regionais, conforme demonstrado por Eriksen (2011, p. 222).

6.2 A DISPERSÃO DA CERÂMICA COM *CARAIPÉ* E AS RELAÇÕES DE DIVERSIDADE CULTURAL

As diferentes características que apontam a região do sudoeste amazônico como uma provável área de emergência para o uso do *caraipé* já demonstraram que a confluência de elementos e a diversidade cultural ali verificada foram território fértil para a manifestação e desenvolvimento de diferentes culturas. Seja pela variabilidade material (ZUSE et al., 2020) ou pela variabilidade linguística (URBAN, 1992), a região indiscutivelmente apresenta uma longa sequência cronológica além de referências sólidas quanto à antiguidade dos conjuntos cerâmicos e de outros elementos marcantes das ocupações amazônicas.

Além da região junto ao curso do rio Madeira, alguns conjuntos cerâmicos foram observados no rio Ji-Paraná e estima-se que possam ter pelo menos 4.000 anos de idade, além de apresentar o uso de *caraipé*. Esses conjuntos, embora problemáticos quanto à sua cronologia, poderiam representar ocupações contemporâneas àqueles do rio Madeira (MILLER, 2009; ZIMPEL, 2018).

A existência de outras áreas com datações inseridas na mesma faixa temporal que o sudoeste amazônico dificulta considerar a tese de que o *caraipé* emergiu nesses contextos. Enquanto algumas das datas mais antigas são problemáticas, outras tendem a ser contemporâneas (ou próximas) com áreas na Amazônia central e na Amazônia oriental. Esse distanciamento geográfico pode ser considerado em duas possibilidades: 1) que o *caraipé* possa ter se dispersado já nesse período, sendo sua emergência, provavelmente até mais antiga do que as datações disponíveis; ou 2) que os contextos em outras áreas também desenvolveram uma técnica para produção de cerâmica com *caraipé*. A possibilidade de se considerar centros emergentes distintos fica um pouco mais complicada, visto que o *caraipé* envolve um processamento adequado e específico para sua obtenção. Diferentemente, o *cauíxí* que é comum onde também existem contextos com *caraipé*, pode ser encontrado nas margens e barreiros de regiões lacustres, onde a sua extração pode se dar, inclusive, através da coleta do barro. Não incomum, o *cauíxí* aparece em contextos bem dispersos pela região amazônica, mas está muito mais circunscrito territorialmente do que o *caraipé* (LINNÉ, 1932).

Nesse caso, então, resta questionar como se deu a dispersão do *caraipé*. Para responder a essa pergunta, faz-se necessário levantar alguns pontos e

considerar algumas argumentações. Primeiro, é necessário observar se existe alguma relação direta (ou indireta) do *caraipé* com uma tradição arqueológica, grupo linguístico ou etnia indígena contemporânea. Aqui, ao referir-se à relação, busca-se um entendimento de que o *caraipé* seja um traço característico para determinado conjunto cerâmico, ou cultura especificamente. O segundo ponto é verificar se o *caraipé* possui fronteiras bem demarcadas e se, nessas fronteiras, é possível averiguar alguma relação entre grupos, materiais e práticas. E terceiro, se o *caraipé* tem algum vetor que contribuiu para a sua dispersão, já que se difundiu geograficamente por um território muito extenso.

6.2.1 A relação entre o *caraipé* e as trocas simbólicas

Durante muito tempo durante a consolidação da Arqueologia no Brasil, abraçou-se a perspectiva de definir as culturas arqueológicas através de conjuntos circunscritos determinados pelos traços culturais e que diziam respeito a um “grupo de elementos ou técnicas com persistência temporal” (CHMYZ, 1976, p. 145). Essa definição de tradição arqueológica usualmente identificava traços comuns para agrupá-los e nomeá-los, sendo o tipo de antiplástico um dos elementos recorrentes neste processo classificatório. Considerando essa metodologia, apresenta-se um primeiro problema para o *caraipé*: não é possível, no contexto da Amazônia, identificar que o *caraipé* seja uma característica inerente a um ou outro conjunto cerâmico. O *caraipé* pode ser observado em um grande número de tradições arqueológicas, seja preponderante ou em baixa frequência. Contudo, o uso do *caraipé* não foi exclusividade de apenas um grupo.

Dado esse caráter amplo, pode-se considerar que o *caraipé* é uma tecnologia partilhada, que foi gradativamente passada entre as comunidades, e que em algum momento apresentou-se como a escolha viável para a produção cerâmica, seja pelas suas características materiais, seja pelas suas significações no campo cultural. De qualquer modo, o *caraipé* é improvável de ser mapeado apenas se for considerado na perspectiva de se identificar alguma cultura ou tradição arqueológica que o tenha como um traço compartilhado. Embora não seja incomum identificá-lo como presente nesse ou naquele conjunto, de modo geral, a Amazônia apresenta uma variabilidade em termos de aditivos para a pasta cerâmica, e em muitos dos contextos os conjuntos cerâmicos compartilham mais de um tipo de

inclusão, seja ela intencional ou não. Ilustrando com o caso dos Shipibo-Conibo do Peru, os oleiros desse grupo produzem cerâmica de diferentes formas e com diferentes tipos de inclusões que são adicionadas ao barro. Mais do que isso, cada pasta é preparada e utilizada especificamente em alguma seção do vasilhame ou de maneira diferente conforme o oleiro(a) que a emprega (ALMEIDA e ROCHA, 2016).

Em termos arqueológicos, é possível ver o *caraipé* com maior recorrência em alguns conjuntos cerâmicos, mesmo que não seja uma forma determinante para tais tradições, já que existem contextos em que há mudanças na maneira de preparar a pasta e no emprego de inclusões. No caso do contexto Amazônico, observa-se a pasta com *caraipé* em maior frequência nos contextos da Tradição Pocó-Açutuba e na Tradição Polícroma Amazônica; na Tradição (ou Série) Barrancóide, Borda Incisa e, em alguns casos menos frequentes, na Tradição Tupiguarani. Quanto às fases, a variabilidade é maior, e apresenta-se em frequência variada, associada ou não a outras inclusões e, por muitas vezes, sua inclusão é rara dentro desses conjuntos.

Dentro dessa “abrangência” cultural é possível realizar algumas inferências que possam subsidiar melhor as hipóteses que envolvam a dispersão do *caraipé*. Uma dessas inferências é considerar que o *caraipé* está associado a uma prática que possivelmente começou a ser desenvolvida durante o período de sedentarização onde os grupos poderiam estar buscando vasilhames cerâmicos com maior resistência e capacidade para processar os alimentos no fogo. Essas características podem ter sido bem aceitas pelos ceramistas, devido à maior necessidade de processar novos alimentos cultivados, e a partir dessas práticas foram reproduzidos esses conhecimentos e então com outros membros da comunidade. A maior eficiência térmica que o *caraipé* propiciaria para os vasilhames viria acompanhada de todo um caráter simbólico na composição da pasta que, por sua vez, tende a apresentar maior força e tenacidade, dificultando a quebra do vasilhame (SPRUCE, 1908; LE COINTE, 1947). A necessidade de um vasilhame mais resistente também implica na busca por uma nova forma de fazer compatível com o ato de cozer os alimentos mais frequentemente, e também processar os novos cultivares. A mudança no aparato material reflete nas escolhas e aperfeiçoamento para as outras etapas da cadeia de produção. Enquanto as cerâmicas mais antigas possuem inclusões de conchas trituradas, estas acabam sendo gradativamente substituídas com a chegada de outras formas de se preparar

o barro, supostamente mais eficientes, como a adição do *cauíxí* e do *caraipé*. Além disso, é normal que a concha triturada, enquanto aditivo para a cerâmica, fique restrita à sua disponibilidade no ambiente, no caso, áreas lacustres ou no litoral.

Em termos técnicos, a concha triturada está associada a uma cerâmica mais friável e de menor proporção, estando presente em contextos de menor perspectiva de processamento dos cultivares. Essa relação está mais intimamente ligada aos seus contextos, tanto em termos cronológicos, por se tratar de ocupações muito antigas, quanto às questões de formação do registro arqueológico, no que tange a exposição às intempéries, no caso de ambientes litorâneos. Indiferente a isso, não há um estudo comparativo sobre a eficiência entre *caraipé* e a concha moída, o que não garante a eficiência de uma sobre a outra. Herbert (2008) realizou experimentações com cerâmica preparada com inclusão de concha moída para entender os processos de adoção dessa técnica na cerâmica do médio atlântico, na costa leste dos Estados Unidos. Após testar sob diferentes condições de queima, o autor deduziu que as cerâmicas apresentaram resultados satisfatórios quanto às questões de quebra e manutenção: a concha moída era adequada para os recipientes queimados em baixas temperaturas (inferior a 650°C) (HERBERT, 2008, p. 280).

Se for levado em consideração para o contexto amazônico, nesse caso, uma mudança entre o uso de concha moída para o *caraipé* não estaria relacionada às questões de eficiência do vasilhame, mas sim a questões que envolvem as escolhas de ambientes, a mudança do lacustre/litorâneo para a terra firme, assim como a exploração de recursos mais associados a esses ecotonos e pautados no cultivo em detrimento de uma maior dieta dependente da pesca.

Essa gradativa adoção por novas práticas pode ter sido transmitida comunitariamente, seja através da troca de experiências entre artesãos, seja pelas relações intercomunidades, as quais podem justificar a variabilidade do uso do *caraipé* em diferentes conjuntos materiais (SASSAMAN e RUDOLPHI, 2001). Pode-se pensar, dentro dessa perspectiva, no trânsito entre mulheres em comunidades patrilocais, nas quais as trocas de esposas e os casamentos organizados através da inserção das mulheres vindas de outras comunidades podem ter contribuído para uma circulação dessa prática, se considerado o que se observa comumente na etnohistória e na arqueologia, de que a cerâmica era um domínio feminino. Além da circulação de pessoas, não se pode esquecer da possibilidade da circulação de

bens através de redes especializadas que suprem diferentes comunidades com a produção relacionada a disponibilidade de matéria-prima ou apenas a prerrogativa da troca de bens (NEVES et al., 2019, p. 232). Embora a visibilidade de tais redes de trocas seja mais difícil de observar no registro arqueológico, pode-se ponderar a partir dos exemplos do alto Xingu, onde membros de grupos locais, com diferentes afiliações linguísticas estariam integrados num sistema regional que supriria as comunidades através da circulação de bens, incluindo aqueles de produção especializada (HECKENBERGER, 2004; 2005). Vale ressaltar que, no caso do alto Xingu, a área é relativamente pequena (considerando a perspectiva de um sistema regional de trocas) e pode ser entendida a partir de uma reconstrução histórica desse sistema, pautando-se em dados etnográficos e etnohistóricos que permitiram compreender a organização dos grupos locais. Sopesando outras áreas, o impacto da colonização europeia foi mais evidente quando se levanta informações na faixa setentrional da Amazônia, dado que o acesso das frentes colonizadoras se deu, principalmente, pelos grandes rios, como o Amazonas e o Orinoco. Através das fontes etnohistóricas, relatou-se extensas redes de troca que incluem diferentes áreas e um vasto território, que incluía desde as Guianas até os *Llanos* colombianos (PORRO, 1993; NEVES et al., 2019). Com base nessas informações é possível inferir que as diferentes áreas da Amazônia estariam conectadas de algum modo, seja por redes regionais ou redes mais amplas, as quais poderiam, segundo Neves et al. (2019, p. 239), compor um sistema de trocas, casamentos exógamos e de integração territorial.

A perspectiva de um contexto complexo de interação já seria suficiente para entender como o *caraipe* pôde circular amplamente na bacia amazônica, principalmente pela proposição de que essa prática pode ter sido compartilhada e não centralizada por apenas um grupo ou comunidade. Caso fosse o oposto, seria muito mais evidente uma restrição observada no registro arqueológico que estaria associada a um determinado tipo de conjunto material, ou a uma região mais circunscrita. O fato de que seria o “conhecimento” do *caraipe* que teria circulado justifica que ele tenha aparecido em diferentes conjuntos materiais, independente de estes grupos compartilharem ou não a mesma matriz linguística. Fica difícil definir, restando apenas inferir para um sistema de trocas regionais na Amazônia, considerando o quê se apontou nos dados etnohistóricos (PORRO, 1993), assim como nas pesquisas etnográficas com grupos contemporâneos das Guianas

(GALLOIS, 2005), e com os dados arqueológicos da Amazônia Central apresentados por Neves et al. (2019). De forma similar, Zucchi (2017) aponta para outra área de confluência que poderia ser, ainda, uma rota de ligação entre a calha do Amazonas e a porção norte da América do Sul. Essa região conhecida como a área Negro/Casaquiare/Alto Orinoco compreende numa grande diversidade cultural atestada nos dados arqueológicos e um possível local onde o grupo Proto Maipure (Arawak) migrou para a calha do rio Orinoco e para o rio Negro.

A possibilidade de que as redes que conectavam os grupos na floresta Amazônica fossem mais amplas do que se inicialmente pensava não é algo a ser descartado. Mantendo essa perspectiva em mente, pode-se ampliar o mesmo olhar para os biomas não amazônicos e as áreas fronteiriças a ele. A começar pelos Andes, não seria incomum que rotas ligassem a cordilheira e o norte da bacia do rio Amazonas, em especial o rio Madeira, Negro e Solimões. Essa suposição já foi levantada por Gassón (2002) quando sintetizou os principais conjuntos arqueológicos da bacia do rio Orinoco. Relatos de viajantes também mencionavam redes de trocas e caminhos que ligavam os grupos andinos com os vizinhos das terras baixas (PORRO, 1993).

6.2.2 A dispersão do *caraipé* no Cerrado

Dentro do território brasileiro as conexões seriam mais evidentes principalmente ao longo dos grandes rios, principalmente aqueles que são afluentes do rio Amazonas. Os rios Guaporé, Xingu e o Tocantins são três grandes bacias que fazem sua ligação com as terras interioranas. O Guaporé marca a divisa com a Bolívia e também evidencia um marco que limita com a região de *Llano de Mojos*, outra área com grande diversidade cultural (BETANCOURT, 2016). Ao sul, estaria a região do Pantanal brasileiro, um dos limites da ocorrência de cerâmica com *caraipé*. O rio Xingu seria um dos principais cursos de água com importante acesso ao interior. Embora as pesquisas arqueológicas no baixo e médio curso sejam um pouco menos frequentes, os trabalhos realizados por Heckenberger (2004; 2005) e Heckenberger et al. (2007; 2008) já evidenciaram todo um sistema envolvendo os grupos locais, inclusive abordando dinâmicas de manejo da paisagem e do estabelecimento de aldeamentos além de redes de conexão entre essas aldeias. Igualmente relevante também seria o rio Tocantins que, embora possua alguns

hiatos arqueológicos ao longo do seu curso, detém áreas bem documentadas, principalmente no baixo e médio curso (SIMÕES e ARAÚJO-COSTA, 1987; OLIVEIRA, 2005; MORALES, 2008). Compartilhando grande importância junto com o rio Araguaia, representa uma via de acesso para o centro oeste do Brasil, o que pode ter sido preferencial durante a expansão ou migração de alguns grupos (RUBIN, et al., 2019).

No Cerrado brasileiro a mesma proposta de redes de interação pode ser inferida já que há diversos indícios (arqueológicos) do contato entre os grupos dessa região, antes da chegada dos colonizadores europeus. Essa dinâmica pode ter contribuído para a dispersão do *caraipé*, tanto no sentido Amazônia/Cerrado, quanto do centro para o leste e sul do Brasil. A dispersão do *caraipé*, a despeito do que ocorre na bacia amazônica, tem um marcador forte de um conjunto cerâmico. Enquanto as tradições ceramistas na Amazônia não podem ser definidas apenas pelo uso de *caraipé*, ou seja, não há nenhuma delas em que o *caraipé* de fato seja um marcador característico, no centro oeste esse cenário é um pouco diferente. A tradição Uru possui um conjunto material notadamente marcado tanto por formas que remetem aos conjuntos amazônicos assim como a presença do *caraipé* como inclusão de pasta que é algo característico e definidor dessa cerâmica (WÜST, 1983; 1990).

Esses fortes indícios já haviam sido considerados nas hipóteses de origem e migração dos portadores dessa cerâmica (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996). Enquanto sustentava-se que a Amazônia seria o provável local de onde vieram, as pesquisas na época, contudo, não puderam subsidiar essa hipótese tanto pelas áreas amostradas até então quanto por não direcionarem especificamente para esse objeto de pesquisa. Provavelmente, com os dados produzidos até hoje, ainda haja certa dificuldade ou lacunas para corroborar totalmente essa proposição. Todavia, pesquisas posteriores (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996a; 1996b; 1997) propuseram uma relação entre a cerâmica da tradição Uru com o sudoeste amazônico, pela tradição Jamari (NEVES et al., 2019). Embora tenha sido questionada essa relação, as semelhanças com a cerâmica da tradição Inciso Ponteada se dá em um espaço territorial bastante próximo, com ocupações no alto curso do rio Xingu. Essas ocupações apontam para conjuntos cerâmicos que possuem características comuns tanto oriundos da bacia amazônica quanto do Centro-Oeste (SIMÕES, 1967). Além disso, a perspectiva do conjunto material da tradição Uru aponta para vasilhames

que teriam formas utilizadas no processamento de determinados cultivares, como o caso da mandioca. Os assadores (vasilhames planos para torrar a farinha), formas comuns para essa tradição, sugerem que teria sido o grupo quem trouxe o cultivo e processamento da “mandioca azeda” para a região (SCHMIZT et al., 1982)⁸³. Esta continua sendo uma hipótese plausível de que grupos portadores da cerâmica de tradição Uru de fato tenham migrado da Amazônia, principalmente num movimento oeste para leste, usando os vales dos rios Xingu e Tapajós, e abarcando as bacias dos rios Araguaia e Tocantins ao leste (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996, p. 38).

Considerando as demais tradições arqueológicas do Cerrado brasileiro e respectivos conjuntos materiais, os quais apresentam características bastante próprias, a dispersão do *caraipé* deve ter-se dado partindo da influência e das migrações ocasionadas pelos grupos portadores da cerâmica de tradição Uru (WÜST, 1990; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996). Essa hipótese, porém, contrasta com algumas datações que sugerem um período mais recuado para as cerâmicas com *caraipé*. Em porções do centro do estado do Mato Grosso, há pelo menos duas datas de abrigos sob rocha por volta de 3.000 anos e que indicam cerâmicas com o mesmo perfil tecnológico da tradição Uru (WÜST, 1983; VIANA et al., 2006). Se esses dados forem aceitos, é possível que o uso do *caraipé* possa ter chegado para os ceramistas do centro oeste muito mais cedo e, necessariamente, não corresponderiam unicamente uma migração por parte de grupos associados à tradição Uru. Analisando sob essa perspectiva, deve-se considerar ainda que existe a hipótese de que a cerâmica poderia ter se desenvolvido independentemente nos grupos do cerrado, como uma transição dos grupos caçadores-coletores para atividades de cultivo, ainda que esta não se relacione totalmente com a cerâmica com *caraipé* (WÜST, 1990; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996).

De todo modo, o *caraipé* tem uma relação mais íntima com o ambiente, e a sua disponibilidade parece ser mais abundante na floresta tropical, o que leva a considerar improvável que o seu uso tenha se dado simplesmente como uma inovação local. Assim, fica mais plausível aceitar que os grupos ceramistas do centro oeste tenham se formado a partir de “diferentes combinações e intensidades nos fluxos de informação, objetos e pessoas” (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996, p. 100).

⁸³ A despeito dessa informação, há poucas referências sobre os cultivos no Cerrado, mas dado as datações que se tem sobre a domesticação de algumas espécies, pressupõe-se que devam ter sido inseridos juntamente com a migração de alguns grupos.

Essa proposição sugere que os movimentos que culminaram no arranjo entre as diferentes tradições arqueológicas do centro oeste, tem como uma parte específica a entrada e influência amazônica em algum dos conjuntos cerâmicos. A ocupação dos grupos ceramistas deve ter-se dado por diferentes caminhos, incluindo a bacia do rio Tocantins, o alto rio Guaporé, e o vale do rio São Lourenço, em datações por volta de 2.500 anos AP ou até mais antigas (ROBRAHN-GONZÁLEZ, *op. cit.*). Essa cronologia parece mais consistente, embora não haja uma continuidade temporal que ligue com as demais datas que surgem com maior frequência a partir do século VIII. Nessa perspectiva, pode-se até considerar que o *caraipé* tenha adentrado na região Centro Oeste por diferentes formas e que não esteja atrelado unicamente à tradição Uru.

Outros grupos ceramistas, de todo modo, acabaram incorporando o *caraipé* em seus conjuntos embora o mesmo não fosse um marcador que acompanhasse os conjuntos cerâmicos de maneira frequente. De todo modo, a relação entre essas tradições ceramistas possibilitou que o *caraipé* pudesse acompanhar a dispersão das mesmas e atingir outras regiões ao leste e ao sul do Brasil. Considerando os conjuntos cerâmicos não amazônicos, as tradições Una e Aratu tem ligações mais íntimas com o cerrado até a porção sudeste do Brasil. Esses conjuntos cerâmicos se estendem no sentido centro-leste e centro-sudeste, atingindo até o litoral, relacionados à ocupações em sítios a céu aberto na forma de grandes aldeias (Aratu), e por sítios em abrigos sob rocha (Una)⁸⁴, com uma cronologia que pode ser traçada até cerca de 3.700 anos AP (SOUZA, MATEOS, e MADELLA, 2020). De modo mais abrangente, essas tradições ceramistas são associadas às famílias linguísticas do tronco Macro Jê (URBAN, 1992).

A relação entres esses dois conjuntos materiais com o *caraipé* se dá em alguns contextos específicos do centro oeste apenas, eles não chegam a atingir outras regiões como o litoral, e o limite máximo está nas terras altas do sul e sudeste do Brasil (AFONSO e MORAES, 2005-2006; SCHMITZ e ROGGE, 2008). Na maioria dos sítios o *caraipé* aparece apenas como uma fração das inclusões na cerâmica, sendo raros os casos em que seja a escolha preponderante. Isso pode indicar que o *caraipé* resulta de uma interação muito mais associada à troca de bens

⁸⁴ Não somente por sítios em abrigos, a tradição Una também apresenta diversos sítios a céu aberto, porém, suas cerâmicas podem ser observadas caracteristicamente em formações rochosas.

e pessoas, principalmente porque o modo de fazer a cerâmica raramente se altera. Quanto mais distante do centro oeste, menor a influência do *caraipé* nos conjuntos cerâmicos dessas tradições, ao passo que no litoral ela é praticamente inexistente. Mais do que uma apropriação do modo de fazer a cerâmica, essas tradições ceramistas não assumem totalmente a técnica, o que pode ser inferido pela manutenção dos seus referenciais originais e pelos conjuntos bem definidos mesmo com o contínuo contato entre si. A tradição Uru, por exemplo, não consegue se expandir para a porção leste do seu território, tendo uma fronteira bem delimitada pelas ocupações da tradição Aratu (WÜST, 1990; WÜST e BARRETO, 1996; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996).

Desse modo, não é improvável também que os primeiros ceramistas não pertencente à tradição Uru possam, de algum modo, ter apropriado do *caraipé* ou incluído nos seus materiais pelo contato com outros grupos. A tradição Aratu é bastante recorrente nos contextos da bacia do rio Tocantins, o que pode permitir uma ligação com os grupos mais ao norte, já no baixo curso, onde existe uma ocupação bem definida de outra tradição originária da Amazônia: a Tupiguarani.

Esses ceramistas são bem dispersos por todo o território brasileiro, alcançando diferentes ambientes e se expandido em diversos sentidos. Sua relação com a Amazônia remete a sua origem para alguma região da calha do Amazonas, seja pela hipótese da linguística que os coloca como originários do sudoeste amazônico (URBAN, 1992), assim como a proposição de Miller (2009), ou seja pela origem no outro extremo, o sudeste amazônico, entre os cursos do médio e baixo rios Xingu e Tocantins (ALMEIDA e NEVES, 2015). Indiferentes da perspectiva de origem, a tradição Tupiguarani se expandiu rapidamente no território brasileiro e foi agregando território num curto intervalo de tempo, partindo das bacias do Xingu/Tocantins há pelo menos 2.500 anos (SOUZA, MATEOS, e MADELLA, 2020). Os contextos dessa região são frequentemente observados com a presença de *caraipé* na sua cerâmica, mesmo que este não seja um dos elementos característicos dessa olaria (SIMÕES e ARAÚJO-COSTA, 1987).

O contato com os ceramistas da tradição Tupiguarani pode ter se dado em função da própria expansão desses grupos quando os mesmos avançaram para o centro oeste do Brasil por volta do século IX d.C. (WÜST, 1990). Ao que outros autores já tenham apontado (SCHMITZ e BARBOSA, 1985; SCHMITZ et al., 1989; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996), incluindo a tese primordial de Brochado (1984)

sobre a expansão em duas grandes rotas, uma Tupinambá (ao norte e pelo litoral) e outra Guarani (pelo oeste via bacia do Paraná), o centro oeste foi território de difícil acesso para os portadores da tradição Tupiguarani. Muitos dos sítios onde encontram-se o material relacionado são conjuntos multicomponenciais com outras tradições ceramistas, principalmente Uru, Aratu e Bororo (WÜST, 1990; 1998; 1999; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996). Os registros de sítios onde a cerâmica Tupiguarani é abrangente são mais escassos, e remetem a locais específicos em territórios ainda divididos com outras tradições ceramistas. Essa perspectiva levou a interpretação de que o processo de avanço da população portadora dessa cerâmica foi dificultado por ser uma região já dominada por outros grupos ceramistas e marcado de fusões sócio-culturais, miscigenação e reocupações de espaços pertencentes a assentamentos de outras populações (SCHMITZ et al., 1989). Todavia, registros mais antigos dessa cerâmica foram encontrados no norte do estado de Goiás, na área do alto rio Tocantins, com datações próximas a 2.800 anos AP, que podem indicar que o grupo já havia adentrado no centro oeste antes do que se pensava, mantendo contato, sobretudo, com portadores da cerâmica Uru e Aratu, conforme indicam os sítios dessa região (PONTIM, 2013).

Independente de qual perspectiva se considere, há um claro elemento de que o Centro-Oeste não foi um território de fácil expansão para a tradição Tupiguarani. Diferente de outras áreas no litoral e na bacia do rio Paraná, é possível observar que seus assentamentos são densos e bem estabelecidos ao longo dos cursos dos grandes rios (PROUS, 2019). Mesmo com a pressão demográfica nas calhas de rios importantes, como o Tocantins, a penetração pode ter sido barrada e as relações nem sempre podem ter se dado de maneira pacífica. Quanto à datação mais recuada, a cronologia estabelecida na região tende a demonstrar que a tradição Tupiguarani permaneceu ali e reproduziu na sua olaria o uso do *caraipé*, porém, o mesmo não se popularizou em outros assentamentos do grupo. A tendência de que os grupos portadores da cerâmica Tupiguarani trouxeram o *caraipé* para a região é muito improvável. Entretanto, a continuidade e apropriação dessa inclusão fez com que o *caraipé* circulasse nos territórios do centro oeste, e principalmente na bacia do rio Tocantins, o que denota que as relações ali estabelecidas, pacíficas ou não, contribuíram para que essa prática fosse transmitida e integrasse outros círculos comunitários.

Por fim, as últimas levas de dispersão levaram o *caraipé* até os limites do bioma de cerrado, acompanhando a grande movimentação que os portadores da tradição Aratu realizaram rumo ao leste. Essa dispersão, claramente acompanhando as áreas de cerrado, deve ter sido impactada quando próxima dos limites com a mata atlântica onde não houve mais contato com grupos do centro oeste ou a disponibilidade do *caraipé*⁸⁵ diminuiu. Embora especulativo, observa-se que os sítios onde os conjuntos cerâmicos possuem *caraipé* tornam-se mais raros, ainda que possam ter sido absorvidos, ou até mesmo apropriados por grupos totalmente distintos daqueles originários do cerrado, como é o caso da tradição Itararé (ARAÚJO et al., 2016). No estado de São Paulo e no estado do Paraná é possível ver os últimos avanços da prática do *caraipé* que se encontram em sítios esparsos longe dos domínios do Cerrado e da Amazônia.

6.2.3 Fronteiras e limites da dispersão do *caraipé*

A dimensão territorial dessa prática também foi marcada por fronteiras delimitadas, ora pressionadas para diminuir a rigidez, ora sendo afrouxada e permitindo maiores interações. Não é muito claro onde começa e terminam alguns desses limites de uso do *caraipé*. Isso também é conivente sobre a questão temporal, já que a continuidade do *caraipé* nem sempre foi interrompida totalmente, mas sim diminuiu ou aumentou a frequência conforme a região. Mesmo considerando essa perspectiva de integração entre as diferentes culturas, houve momentos em que o *caraipé* teve resistência na sua adoção por determinados grupos e foi um elemento que ajudou a marcar diferença. Como a frequência de sítios com *caraipé* tende a ser maior do centro para o oeste da bacia amazônica, mesmo com um número de pesquisas pequeno em comparação com sua faixa territorial, parece ser nessa porção que o *caraipé* teve menor resistência quanto à sua utilização. Nessa região também se observam conjuntos cerâmicos com maior frequência de *caraipé*, ainda que dividindo espaço com outras inclusões. O *cauíxí* é constantemente uma inclusão que aparece junto com o *caraipé*. Ambos representam a sílica biológica, um de origem vegetal e outro de origem animal, e que são

⁸⁵ Assume-se que os grupos continuaram com as práticas, porém não substituíram o *caraipé* quando chegaram em territórios distintos do que estariam acostumados, preferindo se adequar as ofertas do novo ambiente.

marcantes para os contextos amazônicos. Porém, quando um torna-se preponderante, o outro vai gradativamente enfraquecendo, quase como marcando uma preferência por uma ou outra forma de se obter sílica biológica.

Conforme avança para o leste, acompanhando o médio e baixo rio Amazonas, o uso do *caraipé* começa gradativamente a diminuir em algumas porções do território. Esse fato é tão marcante que é possível verificar diferenças nos conjuntos cerâmicos de uma margem para outra do rio Amazonas, onde algumas vezes o *caraipé* torna-se quase inexistente na produção cerâmica de alguns grupos (ALVES, 2019). O estilo Konduri, conforme mencionado por Guapindaia (2008) e exaustivamente descrito por Alves (2019) é um exemplo de como o *caraipé* encontra resistência na sua adoção. Na margem direita do rio Amazonas, em oposição à foz do rio Trombetas, os conjuntos cerâmicos tendem a rejeitar o *caraipé* que aparece em baixíssima frequência em algumas coleções e nunca deixa de ser acompanhado do *cauíxí*. O oposto ocorre na margem esquerda e em algumas regiões do rio Trombetas, onde o *caraipé* parece figurar com maior destaque nesse conjunto cerâmico (ALVES, 2019, p. 261).

A diminuição do uso do *caraipé* nessa região é evidente se comparado com a Amazônia Central e subindo o curso dos rios Negro e Solimões. Esse hiato só é rompido a partir das proximidades de Marajó, onde as baías que se formam em torno da ilha começam a apresentar indícios de cerâmica com *caraipé* de forma mais consistente de novo. A partir da confluência do Araguaia com o Tocantins até a foz deste, a quantidade de sítios com *caraipé* aumenta exponencialmente, muitos deles oriundos da densidade de pesquisas arqueológicas em empreendimentos hidrelétricos e de outra natureza, porém marcando uma quantidade significativa no uso de cortiça para a produção cerâmica.

Essa continuidade vai seguindo o estado do Amapá, ao norte, e as baías de Melgaço, Portel, Pacajaí e Caxiuanã, ao sul/sudoeste da ilha e só diminui a frequência, com ressalvas, na própria ilha de Marajó. Esse contexto merece uma atenção já que também sugere evidências de marcadores de limites para o uso do *caraipé*. Considerando a densidade de sítios arqueológicos e das características da ocupação nessa região, os locais onde a cerâmica apresenta *caraipé* não são tão numerosos quanto poderia se supor. A cerâmica da região foi predominantemente dominada pelo uso de caco moído como inclusão de pasta durante muito tempo (cerca de 1.500 a.C. até 500 d.C.), que só passou a mudar quando o *caraipé*

começou a figurar, em conjunto ou não com os cacos moídos, na cerâmica local (SCHAAN, 2004). Inicialmente quando aparece na Fase Marajoara, o *caraipé* estaria distribuído na periferia do então domínio marajoara, e gradativamente passou a “pressionar” os limites da prática oleira. Ainda que nunca tenha sido preponderante, seu uso tornou-se gradativamente popular, tendo resistência apenas nos artefatos típicos da cultura marajoara, como as urnas funerárias e objetos ritualísticos de importância. Na área dos tesos Camutins, a frequência do *caraipé* torna-se baixíssima, demonstrando a clara aversão pelo uso do *caraipé*, fato esse que só muda quando os cacicados marajoaras entram em declínio (SCHAAN, 2007, p. 83).

O *caraipé* só consegue atingir uma popularidade mais significativa por volta de 1200 d.C. durante a chamada cultura marajoara tardia, quando a cerâmica com *caraipé* era frequentemente utilizada na fabricação de potes de uso doméstico, principalmente para cocção e processamento dos alimentos, e o caco moído ficava restrito aos vasilhames de uso cerimonial (SCHAAN, 2007, pp. 83-84).

Observa-se a partir desse cenário que a prática do *caraipé* foi uma influência claramente estrangeira à cultura Marajoara, visto que sua adesão se deu de movimentos da periferia para o centro, possivelmente resultado da interação com outros grupos, e demarcando claramente o limite cultural já que não era utilizado na produção dos vasilhames rituais, inclusive durante o período tardio. Essa delimitação evidencia que o caráter diferenciado que o *caraipé* teve para essa região, com um domínio simbólico bem marcado, já que, mesmo sendo gradativamente popularizado na produção cerâmica com fins domésticos, jamais pode atuar no espaço simbólico.

Fica evidente que os limites da prática não estariam associados apenas a questões étnicas ou funcionais, pois a despeito dos hiatos de uso do *caraipé*, ele gradativamente vai se inserindo nas regiões em que antes seriam fronteiras para essa tecnologia. Enquanto há um certo antagonismo com o *cauíxí*, muito mais pelo fato de que ambas as inclusões propiciam performances semelhantes, a opção por um ou outro tornou-se algo que demarcou diferença. A descrição de Alves (2019) quanto à cerâmica Konduri demonstra que aquele domínio não era familiar para a olaria com *caraipé*, ainda que esta figurasse na cerâmica, nunca o era de forma predominante, o que faz observar uma clara resistência em se aderir àquela prática. Durante um longo período de tempo as margens do rio Amazonas pareciam dividir as práticas de olaria que só seriam rompidas no período colonial e pós

emancipação, com um cenário que se inverteria até os ceramistas contemporâneos que passaram a rejeitar o *cauixí* em detrimento do *caraipé* (ALVES, 2019, p. 262).

Já no Centro Oeste, as fronteiras para o *caraipé* poderiam parecer menos resistentes e rompiam-se com mais frequência, já que os conjuntos cerâmicos frequentemente apareciam com a presença de *caraipé*. Contudo, a grande maioria dos conjuntos cerâmicos não pertencentes à tradição Uru apresentavam frequência de *caraipé* nos fragmentos em porcentagens muito baixas. Alguns conjuntos, apenas poucos fragmentos eram atribuídos à pasta com *caraipé* (SCHMITZ et al., 1982; 1986; (WÜST, 1983; 1990; MORALES, 2008). Além disso, conjuntos mais homogêneos como os da tradição Aratu e Tupiguarani pouco mudavam em outros atributos formais. Visto que a frequência dos objetos de análise recaem apenas a poucos fragmentos recuperados em alguns sítios, o uso do *caraipé* por esses grupos pode ter uma possibilidade maior de estar associado à trocas de bens do que necessariamente uma interação cultural mais profunda. Diferentemente do que se observa em alguns contextos, como a Fase Mossâmedes (SCHMITZ et al., 1982; 1986), onde os conjuntos apresentam o uso do *caraipé* como um atributo majoritário, a resistência à adoção do *caraipé* devido à interação ou “pressão” das fronteiras, é menor. Nesse caso, observa-se que os grupos acabaram adotando a prática e a tornaram frequente, o que não implica também num nível de integração pleno, já que poderiam ter simplesmente emulado aquela característica.

Em síntese, a prática de uso do *caraipé* no Centro Oeste também acompanhou uma dimensão espacial limitada apenas por questões ambientais, como o bioma do Pantanal, e interrompida somente com a chegada do colonizador europeu. A tradição Uru teve um papel importante ao transmitir essa prática no Brasil central, já que decorrente do contato com outros ceramistas houve poucas mudanças no que tange à produção de sua cerâmica, com a manutenção do uso de *caraipé* até ser absorvida por outra população e sucedida pelos grupos indígenas conhecidos etnograficamente.

A ampla adoção do *caraipé* pode significar não apenas um traço de preferência de uma ou outra cultura, mas ela acompanha a mobilidade dos diferentes grupos e acaba gradativamente rompendo fronteiras, já que a sua produção permitiria uma eficiência considerável para os vasilhames cerâmicos. É possível, ainda, que o *caraipé* expresse relações diferentes nos biomas em que ocorre: enquanto na Amazônia ele não se define culturalmente como uma prática

exclusiva para um ou outro grupo, no cerrado a sua relação está mais evidente para determinados grupos, e o mesmo vai sendo gradativamente incorporado nos conjuntos cerâmicos, e conseqüentemente vai acompanhando a sua mobilidade. Essa característica faz com que ele tenha uma tendência a ser um agente transitório entre diferentes culturas e diferentes períodos, atuando de forma mais fluída, representando pouco o papel de elemento demarcador, e muito mais próximo de ser um indício de integração. O *caraipé* somente parece encontrar resistência e limite quando impedido por vias ambientais, necessariamente não aquelas que o limitam quanto a sua disponibilidade, mas sim por não ser uma resposta viável para determinado grupo em determinado contexto, ou ainda pela necessidade de se rejeitar tal prática. Desse modo, o *caraipé* pode ser visto muito mais como um agente de fazer cerâmica do que um traço determinante em um conjunto cerâmico, o que torna mais fácil olhar para ele não associado à determinada tradição ceramista, mas sim na possibilidade de ser uma prática ceramista situada espacial e temporalmente, adotada ou não por diferentes grupos.

6.3 RUPTURA E CONTINUIDADE NA PRÁTICA DO USO DE *CARAIPÉ*

Até o período da chegada do colonizador europeu o *caraipé* estava bem consolidado na produção da cerâmica indígena, tanto na Amazônia quanto no Cerrado. Toda a calha do rio Amazonas, assim como os seus principais tributários apresentaram registros de conjuntos cerâmicos com essa inclusão, que foram impulsionados a partir do ano 1000 d.C., quando também há um aumento expressivo na população e na diversidade cultural da Amazônia (MORAES e NEVES, 2012). Durante esse período o *caraipé* gozou de uma popularidade “rivalizada” apenas pelo uso do *cauíxí*, presente principalmente no estilo Koriabo que, de certa forma, limitou a sua expansão em alguns territórios do baixo Amazonas (ALVES, 2019). Nesse período de tempo, o registro do *caraipé* também teve uma relativa popularidade nos conjuntos além das fronteiras políticas do Brasil atual, incluído as regiões do alto rio Negro na fronteira com a Colômbia (ZUCCHI, 2017); a bacia do rio Napo no norte do Peru e no Equador (BELLETTI, 2015); a bacia do rio Orinoco, até a sua foz, abracando os *Llanos Colombianos* (GASSÓN, 2002); as Guianas e até as Antilhas, na América Central (BOOMERT, 1986; 2000).

Não apenas o auge populacional, mas também o caráter expansionista de alguns grupos, contribuíram para que as tradições cerâmicas atingissem novos territórios e carregassem consigo a técnica do uso de *caraipé*. Fato esse pode ser visto na rápida dispersão da Tradição Polícroma Amazônica (BELLETTI, 2015; 2016) assim como da pressão gerada em territórios vizinhos que, muitas vezes, acabavam adotando essa prática por intermédio de contatos étnicos, trocas de bens ou conflitos (NEVES et al., 2019).

De modo similar, fora do domínio amazônico, as interações decorrentes do contato entre as diferentes tradições ceramistas contribuíram para que o *caraipé* circulasse por diferentes grupos, marcando presença em contextos dos quais o seu uso não era comum. A baixa frequência nos conjuntos cerâmicos indicaria que apenas uma porção daquele grupo recorria ao uso do *caraipé* na produção cerâmica, eventualmente podendo ter sido resultado de trocas de bens ou pessoas, assim como reocupações de assentamentos com espaços definidos em que cada conjunto artefactual ocorre (WÜST e BARRETO, 1999). Esses contatos se mantêm a medida que os grupos tensionam as relações no território ou expandem-se acessando novas áreas, carregando consigo a mesma dinâmica verificada nos conjuntos materiais (WÜST, 1990; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996; AFONSO e MORAES, 2005-2006). Mesmo nos casos em que os indícios da tradição ceramista, como é o caso da Tupiguarani no baixo rio Tocantins, apresentasse recorrente uso do *caraipé* (SIMÕES e ARAÚJO-COSTA, 1987; ALMEIDA, 2008), a expansão desses grupos não carregou consigo a disseminação dessa prática, a qual ficou relegada às regiões com ambiente favorável à disponibilidade de matéria-prima conhecida.

De todo modo, o *caraipé* alcançou seu ápice de popularidade, ao menos em termos espaciais, a partir dos séculos que antecederam a chegada do colonizador europeu e até o contato com estes. Após os séculos XVI e XVII, a produção oleira com *caraipé* apresenta um declínio decorrente do avanço das frentes de colonização, as quais promoveram, sistematicamente, ações violentas de apresamento de pessoas, guerras, incitação de conflitos, e catequização dentre outras ações que transformaram profundamente a estrutura cultural dos povos indígenas naquele período (COSTA, 2017). Com a mobilização de contingentes indígena promovida pelos colonizadores para o estabelecimento de seus núcleos de povoamento, a fim de subsidiarem as fortificações de ocupação do rio Amazonas

com mão-de-obra e contingente para o enfrentamento de rivais, a inevitável diminuição da população ocasionada por esses eventos também abarcou numa diminuição da produção de cerâmica, que enfrentava um enfraquecimento das comunidades que a praticavam assim como a sua transmissão (ERIKSEN, 2011; NEVES, 2015).

É estritamente marcada a redução do número de sítios arqueológicos a partir do período que sucede o século XVI, assim como são pouco frequentes os assentamentos erigidos quando o processo colonizador estava então se estabelecendo em diversas frentes territoriais (COSTA, 2017). Embora o interesse inicial na região do rio Amazonas fosse quase que puramente exploratório e de caráter mítico, buscando por ouro e pelas cidades perdidas, a medida que colonizadores rivais (ingleses e holandeses) passaram a se interessar pelo Amazonas, realizando trocas com os indígenas e incursões na região, houve uma atenção para medidas ocupação do território por parte da coroa portuguesa. Nesse momento ocorre a instalação de feitorias, fortificações, pequenas povoações e também alguns engenhos, acompanhados de locais para ancoragem de barcos e para troca de bens (COSTA, 2017, p. 156).

Com o advento dos novos núcleos de assentamentos, ocorreu uma modificação na dinâmica populacional onde parte da população indígena foi remanejada para estes locais, o que alterou significativamente a organização dos grupos, visto que muito da população local acabou tendo que se realocar ou abandonar seus territórios tradicionais. Além disso, a exploração por parte dos europeus se dava por duas frentes: o apresamento para o trabalho escravizado e as missões de catequização (COSTA, 2017, p. 157). Toda essa mobilização resultou não apenas na instalação das fortificações, mas também na fundação de vilas e o estabelecimento de núcleos por parte da Companhia de Jesus (COSTA, 2017). Essas e outras ações empreendidas pela frente colonizadora buscavam ocupar o território e garantir o domínio da região, principalmente após o estabelecimento de núcleos urbanos mais densos, e incentivando a economia com a produção de bens de consumo para abastecer o mercado local e a metrópole. Alguns dos centros urbanos atuais foram locais que se expandiram a partir desses primeiros centros de povoamento. Apurando-se mais antigamente, é possível traçar uma origem anterior à colonização, onde determinadas cidades foram sobrepostas aos locais ancestrais

e de recorrentes ocupações pelas populações pré-coloniais, como o caso da cidade de Santarém (SCHAAN e ALVES, 2015).

Mesmo com a existência de diversas feitorias ao longo do rio Amazonas, poucas dessas áreas puderam ser identificadas pelos seus registros arqueológicos. Alguns locais, contudo, ainda mantém algumas das edificações construídas no período de colonização, como no caso de engenhos e algumas missões religiosas. Esses locais, muitas vezes, iniciaram-se do povoamento por parte da catequização ou em conjunto aos assentamentos indígenas, absorvendo mão-de-obra local e promovendo relações de troca com a população nativa. De um modo ou outro, empregavam, inicialmente, essa mão-de-obra indígena escravizada e, posteriormente, receberam cativos vindos da África que subsidiaram os trabalhos nas diferentes esferas econômicas locais (MARTINS, 2015; COSTA, 2017).

Com a inexistência de um mercado local para abastecer os emergentes núcleos de povoamento, grande parte dos bens de consumo era produzida localmente, com a circulação através de trocas com as comunidades indígenas ou nas feitorias distribuídas ao longo dos povoados ribeirinhos. Grande parte dos produtos consumidos era destinada exclusivamente para fins locais, sem grandes redes consumistas. A cerâmica era um dos bens produzidos localmente e ficava a cargo de suprir a demanda por utensílios domésticos, principalmente da população não europeia. Em Santarém, grande parte da produção cerâmica ficava por conta de um mercado local, produzido por indígenas e por uma população brasileira, também com herança indígena. A mão-de-obra escrava de origem africana era mais rara e foi gradativamente utilizada na região, principalmente após a instalação dos engenhos em algumas localidades (SYMANSKI e GOMES, 2012; MUNIZ e GOMES; 2017). Devido a esse abastecimento do mercado local através de bens produzidos na região, a cerâmica com *caraipé* acabou tornando-se um dos produtos recorrentemente utilizado e comercializado, já que grande parte da população que se ocupava desse ofício era de origem indígena (MUNIZ e GOMES; 2017).

Com a produção de cerâmica sendo realizada pela população indígena e consumida, na maioria dos casos, pelos trabalhadores domésticos que também eram, ou indígenas, ou mestiços com herança indígena, o uso de práticas e tecnologias de origem local seria uma recorrência que não foi suprimida pela interferência dos produtos e saberes externos, os quais tinham pouco a oferecer no

contexto amazônico já que esse espaço era de domínio amplo de uma população com referenciais marcados na cultura originária (SYMANSKI e GOMES, 2012).

Do mesmo modo, quando a colonização surge como um processo de transformações na cultura local, a disseminação e adoção do uso de *caraipé* já estariam muito bem estabelecidas. Outras formas de se fazer a cerâmica, contudo, enfraqueceram significativamente a ponto de quase desaparecerem, como o caso do uso de *cauíxí*. Em diversas regiões do médio e baixo Amazonas, incluindo a cidade de Santarém, a população que antecedeu os assentamentos durante a colonização europeia fazia uso com grande frequência de pasta com *cauíxí*, o que durante ao período colonial teve um abandono em diversas áreas, sendo gradativamente substituído pelo *caraipé* (ALVES, 2019). Isso é observado principalmente nos sítios arqueológicos da cidade de Santarém (SCHAAN e ALVES, 2015), onde as dinâmicas de produção cerâmica passaram por um processo histórico de homogeneização, que acompanhou a transformação dos assentamentos indígenas e do estabelecimentos dos núcleos urbanos emergentes, além do uso de uma língua geral, a inservação de um contingente populacional escravizado, tanto indígena quanto africano, e conseqüentemente novas concepções e referenciais externos à cultura local, sendo um território amplo para a conformação de novas identidades (SYMANSKI e GOMES, 2012; MUNIZ e GOMES, 2017; ALVES, 2019).

Esse mesmo fenômeno também pode ser observado na dinâmica de colonização de outras áreas da América do Sul, como no caso da bacia do rio Orinoco. Na região do médio curso, Scaramelli (2006) descreve os assentamentos indígenas e uma cronologia contínua da cerâmica desde os períodos mais antigos que antecedem a chegada dos europeus até o início do século XX. É observado que os diferentes estilos cerâmicos apresentam uma variedade de inclusões de pasta que são recorrentes até o início do período colonial, quando é possível verificar uma diminuição que culminou no uso do *caraipé* em meados do século XIX.

Assim, é possível observar que, mesmo com o advento da colonização, o que poderia sugerir em extensas modificações na estrutura dos grupos levando a um processo de transculturação e na perda de referências próprias, acaba sendo se tornando um evento mediado ao passo que o *caraipé* conseguiu sustentar elementos das práticas originárias da cultura local através da continuidade pela produção cerâmica. A movimentação, mobilização e remanejamento de contingentes populacionais, contudo, enfraqueceu diferentes práticas e as comunidades oleiras,

que acabaram optando pelo *caraipé* como uma forma de dar continuidade à sua identidade e de resistir aos adventos de uma cultura externa que vinha gradativamente pressionando a população local. Ao mesmo passo que o *caraipé* acaba substituindo outros materiais, como é o caso do *cauíxí* que acaba tendo até certa aversão por parte dos ceramistas, a sua inserção no comércio local reestabeleceu a sua dinâmica de se dispersar regionalmente, já que ele tornou-se um bem de consumo local, desejado pelos ceramistas, e sinônimo de se “fazer cerâmica”.

Um processo similar também é verificado no cerrado e centro oeste do Brasil, porém a dinâmica da colonização chega tardiamente nessa região se comparada à Amazônia. Inicialmente impulsionado pela busca de ouro, as expedições pelo interior do Brasil permitiram a fundação de núcleos de povoamento que acabaram sendo locais de referência para o posterior estabelecimento de empreendimentos açucareiros. Com a necessidade de mão-de-obra crescente, a região passou a receber contingente de escravos oriundos da África que foram a principal força de trabalho nos engenhos (SYMANSKI, 2006). Contudo, a relação com os indígenas nessa região foi restrita, ao passo que alguns grupos mantinham contato com os povos coloniais e com eles empreendiam trocas de bens. Os demais grupos indígenas buscavam isolar-se no interior, mantendo sua estrutura organizacional interna pouco influenciada pela dinâmica colonialista. As redes de interação do Xingu, por exemplo, mantiveram-se distantes até meados do século XX quando foi feito o contato com as autoridades brasileiras (HECKENBERGER, 2005).

Diferentemente da Amazônia, a continuidade do *caraipé* nessa região não se deu apenas pelo empreendimento indígena. Enquanto muitos grupos não mantiveram contato com o colonizador e se refugiaram nos territórios interioranos para fugir do apresamento e da violência promovida pelas expedições paulistas (HOLANDA, 2014), a interação com alguns indígenas, se deu principalmente através do contingente escravizado oriundo da África e dos indígenas e descendentes destes também apreendidos para trabalhar nos engenhos (SOUZA e SYMANSKI, 2009). Enquanto na Amazônia o uso do *caraipé* nos assentamentos se dava, sobretudo, pela população indígena que vivia junto aos núcleos urbanos (SYMANSKI e GOMES, 2012; MUNIZ e GOMES, 2017), no centro oeste ela também passou a compor o referencial das populações africanas, que se apropriaram do *caraipé* e passaram a produzir uma cerâmica única, com referências tanto de suas

origens na África quanto das novas práticas aprendidas no Brasil (SYMANSKI , 2006; 2010; SOUZA e SYMANSKI, 2009).

Os dois contextos compartilham muitas características referente à continuidade do *caraipé* durante os anos que se seguiram sob a égide colonialista. Em ambas as regiões o *caraipé* permaneceu presente na cerâmica local, embora na Amazônia ele tenha adquirido um caráter maior de comercialização que não foi suficientemente explorado ainda pelas pesquisas sobre ceramistas tradicionais no Centro-Oeste. Enquanto grande parte da população ribeirinha e de Santarém produzia cerâmica com *caraipé* para abastecer o mercado local até meados do século XIX (BATES, 1863; PENNA, 1971), essa prática não foi absorvida da população indígena que vivia no centro oeste. É possível de se observar que há um evidente declínio na produção cerâmica com *caraipé* no estado de Goiás, principalmente, no que segue a colonização portuguesa. Nessa região, nos núcleos de mineração, especialmente, a cerâmica não herdou o uso do *caraipé* sendo um bem de consumo, muitas vezes, trazido de outras regiões. Nessa área, a produção cerâmica se ateve em emular muito mais os padrões portugueses, embora mantivesse uma clara manutenção de tradições indígenas (SOUZA, 2000). Dado a escassez de registros do *caraipé* a partir do século XVI nas regiões ao norte do estado de Goiás, há ali uma evidente fronteira e ruptura no uso dessa prática, que só tem continuidade através das populações indígenas mais ao sul, principalmente no estado do Mato Grosso.

Contudo, tanto na Amazônia quanto no centro oeste, a população subalterna é quem teve o domínio da prática para a cerâmica com *caraipé*. Além dos indígenas, a população brasileira formada juntamente por africanos, foi quem absorveu mais intensamente a prática cerâmica. Os núcleos quilombolas e as comunidades pós-emancipação continuaram reproduzindo os mesmo referenciais aprendidos durante os anos de escravidão e deram sequência através de uma comunidade oleira que perpetuou o conhecimento. Isso é fato tanto para o centro oeste quanto para a Amazônia. Enquanto ao sul do domínio da floresta tropical, na Chapada dos Guimarães, as comunidades afro-descendentes perpetuaram o uso do *caraipé* durante a sua produção cerâmica (ASSIS VIANA, 2003; SYMANSKI, 2006), na bacia do Amazonas, diversas comunidades ribeirinhas que se estabeleceram quando da formação de quilombos, misturaram-se com a população indígena e deram continuidade através de comunidades próprias localmente, a exemplo de Maruanum

(Amapá) e Juruti (Pará). Essa associação continuou inclusive no período pós-emancipatório (FERREIRA, 2016).

Observa-se que, mesmo com todo o avanço da colonização no Brasil e o consequente extermínio da população indígena, a prática de se usar o *caraipé* para a produção cerâmica permaneceu nos diferentes grupos durante o período colonizador e também pós-emancipatório, já durante o período imperial e republicano. Mais do que isso, o *caraipé* foi capaz, inclusive, de subverter o próprio sistema mercantil que estava se instalando após o século XVI. Isso só foi possível dado o caráter transitório do *caraipé*, que não esteve desde a sua emergência, totalmente atrelado a um único grupo cultural ou comunidade. Talvez o fato de o *caraipé* transcender essa barreira fez com que fosse possível persistir a eventos críticos e passar por processos desempenhando novas formas de atuar com a população que fazia uso dele.

Mesmo com o advento do capitalismo mercantil com a inserção das *commodities*, como a louça ou utensílios em ferro (panelas), a olaria ainda manteve-se firme entre a população marginalizada e distante dos centros populosos, os quais buscavam emular as características materiais do capitalismo emergente. A cerâmica foi até meados do século XX a base da parafernália doméstica em muitas regiões do Brasil (AMARAL, 2012). Enquanto algumas comunidades de ceramistas adotaram gradativamente as formas e os elementos europeizantes na produção de seus vasilhames (ZANETTINI e WICHERS, 2009), a padronização destes elementos acabaram sendo transformadores da tradição oleira para técnicas mais condizentes com a necessidade de um mercado com claras referências europeias. A inserção de tecnologias como o torno e a adoção de formas com bases planas, alças e utensílios adaptados ao padrão culinário novo, mudaram gradativamente a tradição oleira para algo mais adequado ao contexto vigente. Essa perspectiva muitas vezes era adotada pelas comunidades ceramistas de modo a produzir um material que atendia a expectativa de determinado grupo de consumidores, de forma similar ao que ocorria nos mercados de trocas entre os indígenas norte-americanos e a cerâmica *colonoware* (MOUER et al., 1999), ou nos mercados do Rio de Janeiro (AGOSTINI, 2010).

Desse modo, perspectivas que envolviam a padronização do material acabavam apresentando uma variabilidade mais reduzida, tanto no que tange a formas, decorações e tamanhos, resumindo as cerâmicas a um conjunto comum e

com características mais homogeneizantes, e que atenderia às demandas domésticas principalmente (ARNOLD e NIEVES, 1992; LONGACRE, 1999; RICE, 1987). Para se chegar a essa padronização de produtos, os(as) oleiros(as) requeririam certo nível de especialização para controle e reprodução das peças o mais similar possível, além de estarem em conjunto com uma mesma comunidade de ceramistas. Esse incremento na perícia de produção cerâmica faz com que suas peças passem a assumir gradativamente medidas e aspectos uniformes, o que então acarreta numa padronização da produção (LONGACRE, 1999, p. 45).

Da mesma forma, decorações, tratamentos de superfície, o modo de fazer a cerâmica e as escolhas de inclusões e tipos de argila permitem percorrer um caminho que não é culturalmente determinado e tornar-se uma prática temporalmente duradoura. Essas técnicas acabam sendo perpetuadas sem a consciência de uma identificação cultural ou representações de significados, apenas fazem parte do *know-how* que é reproduzido. Isso pode ser válido também para o *caraipé*, que enquanto se insere na perspectiva de comercialização acaba atingindo um papel que o faz inerente à produção cerâmica, como é o caso da comercialização dos vasilhames no Amazonas do período colonial: a cerâmica com *caraipé* era sabidamente a mais adequada, visto que atendia bem o mercado interno, era produzida e utilizada por pessoas de origem indígena (na maioria dos casos) que já sabiam de sua eficácia no uso doméstico. Nesse sentido, atendia a um mercado específico, que demandava de um produto que lhe fosse adequado nas suas atividades. É ainda através dessa perspectiva que pode ter surgido a aversão ao *cauxí* em detrimento ao *caraipé*, já que as espículas poderiam propiciar um desconforto estomacal, o que a fez ser rejeita por algo igualmente eficaz, porém menos problemático (HILBERT, 1955).

Contudo, essas considerações demonstram apenas um aspecto, que acaba sendo generalista no que reduz a produção da cerâmica a uma interpretação de escala produtiva e especializada, com modelos de organização do trabalho (RICE, 1987). Esse modelo não necessariamente supre os aspectos econômicos da produção e distribuição da cerâmica no Amazonas, ele deixa questionamentos quanto à perspectiva das escolhas e das práticas herdadas pelos artesãos. A padronização do uso do *caraipé* pode envolver outros aspectos que tangem melhor o contexto: no caso da escala em que era produzida a cerâmica, os modos de

produção, a variabilidade dos produtos, e as mudanças em curto e longo período (RICE, 1987, p. 170).

Pensando nessa perspectiva, o *caraipé* atendeu um mercado bastante específico que as *commodities* tiveram dificuldade de adentrar: o Amazonas era uma região de difícil acesso, assim como suas áreas interioranas, o que propiciou ser mais afastadas da inovação e das novidades do capitalismo europeu. A tradição indígena prevaleceu também como uma forma de manutenção da cultura local, transformada com a nova realidade, já que era essa população que detinha a produção e comercialização da cerâmica. As formas mais simples e relacionadas à parafernália e aos costumes europeus também surgiram, mas os métodos tradicionais, como o roletado na manufatura e o uso de *caraipé* permaneceram na cerâmica, já que o espaço doméstico, incluindo a produção de alimentos, era um espaço indígena, mesmo nas áreas urbanizadas e de população descendente de europeus (SYMANSKI e GOMES, 2012; MUNIZ e GOMES, 2017).

Apesar de o capitalismo inserir outro padrão de produtos e de bens a ser desejados, como a faiança, o vidro, e a cerâmica de grês, a acessibilidade aos mesmos ainda eram restritos à parte da população. Mesmo que pudessem ser, até certo ponto, emulados, o mercado local acabou se estabelecendo a partir das tradições também locais, as quais transformaram o *caraipé* num bem de consumo indispensável, desejável pelas suas qualidades observadas nas performances dos vasilhames, e resistente em comparação à inserção de bens europeus, subvertendo e garantindo-lhe um mercado consumidor próprio. Em Santarém, a cerâmica das casas menos abastadas, e até mesmo os espaços domésticos das famílias de origem europeia tinham bens elaborados a partir de elementos presentes na tradição indígena, já que este era o contingente que trabalhava nesses locais. A própria população quilombola também assumiu algumas tradições oleiras indígenas, considerando que boa parte dessas populações acabou convergindo e coexistindo devido à ordem social que as empurrou para as margens da sociedade.

Talvez o pensamento de que a expansão capitalista global nas áreas colonizadas tenha transformado os indígenas em objetos passivos do sistema imposto, sem poder de atuação ou inativos na construção de sua própria história não seja mais algo perceptivo no espectro de entendimento do processo de colonização. Evidentemente que não se nega toda a violência empreendida nesse evento e o significado que ele tenha para as populações nativas, tanto àquelas que viviam nos

territórios ocupados, quanto àquelas trazidas à força para o trabalho compulsório. Do mesmo modo, o olhar de que a cultura dessas populações tenha sido transformada em algo adulterado ou até mesmo anulado, também não pode mais ser assumido como válido (SAHLINS, 2004, p. 444).

Quando o capitalismo mercantil começa a se consolidar na região do Amazonas, as relações e os bens carregados por esse sistema que vinha gradativamente se transformando numa força global, também se inserem junto às novas localidades e assumem significados e lugares na estrutura local. Essa inserção à força gera mudanças no fluxo histórico ao passo que as sociedades locais passam a ser incorporadas no esquema cultural que está sendo estabelecido, buscando-se nova coerência para algo que é de natureza distinta. Desse modo, antes de assumir apenas uma visão simplista de que os povos subalternos estariam à mercê do sistema mundial, deve-se examinar como eles reagem nas tentativas de se integrar e se colocar nessa experiência, evidentemente, a partir de sua própria ontologia. Essa premissa rompe com a dicotomia entre impactos e reações culturais, ao enfatizar as formas como os poderes são mediados nos esquemas culturais locais (SAHLINS, 2004, pp. 445-446).

Transpondo essa perspectiva para a produção cerâmica local, o capitalismo não pode suprimir totalmente o mercado local com a sua lógica mercantil. A busca pelo exótico que a floresta tinha a oferecer foi uma necessidade criada de modo a abastecer um mercado global emergente. Em contrapartida, a população que chegava e se conformava aos poucos nos centros urbanos recém-criados estava subjugada às regalias da floresta: a alimentação, a disponibilidade de bens, o clima, o ambiente. Tudo que eles buscavam em referência ao mundo ocidental civilizado também passava por uma conformação do que era possível naquele lugar. Assim, em vez de a cerâmica torneada ser rapidamente absorvida, o que se observou foi uma continuidade no uso da prática local de olaria, a qual atendia bem a quem estava realmente no domínio doméstico (MUNIZ e GOMES, 2017).

Desse modo, o que é possível observar, que o *caraipé* permeou uma continuidade temporal mesmo diante de algo tão impactante. A continuidade, conforme exposto por Sahlins (2004, p. 448), “não é sinônimo de imobilidade; a rigor, a mais rigorosa continuidade pode consistir na lógica da mudança cultural”. O que a população indígena no Amazonas vivenciou não foi uma transformação que solapou todos os seus referenciais culturais e suas práticas, mas sim uma mudança

que necessitou rever os seus referenciais e encontrar um modo de reinserí-los naquele novo contexto.

No fim, o sistema mercantil teve que se adaptar às necessidades locais, incorporando a tradição nativa nos seus bens de consumo. Mesmo com toda a perspectiva do processo civilizatório que o europeu trazia, eram as práticas indígenas que ditavam a base de subsistência desses contextos e de parte da população. O *caraipé* tornou-se um bem de comércio, podendo ser adquirido nas feiras, desejável e utilizado na produção de outros bens, subvertendo o próprio regime mercantil, ao passo que a produção cerâmica local se atrelou a ele garantindo a manutenção de uma prática local e tornando possível dar continuidade a ela, conformando novas identidades locais (como o caso dos quilombolas) e sustentando os saberes indígenas.

6.3.1 A resistência e o uso do *caraipé* hoje

Mesmo com o advento do capitalismo consolidado no século XX, e as populações tendo acesso a uma grande quantidade de bens de consumo, o *caraipé* não desapareceu das comunidades tradicionais. Talvez seja pelo fato de que contemporaneamente ele tenha se tornado representante em outro papel de atuação nas relações com os seres humanos. Enquanto uma noção de utilitarismo da cerâmica para as populações tradicionais não é mais uma perspectiva dominante, a prática ceramista recebeu outros significados dentro desses contextos.

Se durante os séculos XVIII e XIX o uso da cerâmica com *caraipé* estaria inserida numa perspectiva de mediação das relações de poder e dos espaços domésticos (SYMANSKI, 2006; SYMANSKI e GOMES, 2012), já no século XX até os dias atuais, essa perspectiva de resistência vai gradativamente sendo transformada com após a inserção massiva de bens de consumo e da diminuição gradativa da população de comunidades tradicionais frente a expansão e consolidação da ocupação do território pelos empreendimentos agropastoris. Nesse momento, pode-se observar que o *caraipé* se desloca de uma posição de mediação para uma perspectiva de resistência a partir da manutenção dos referenciais tradicionais.

Observa-se que diversas comunidades no século XX enfrentaram transformações significativas por conta dos conflitos com as novas frentes expansionistas, seja pela abertura de estradas ou pelo desmatamento para terras

destinadas à agropecuária. As populações indígenas acabaram sofrendo com a pressão exercida pela demanda do capitalismo, sendo desolcadas, reduzidas e até mesmo dizimadas (MELATTI, 2007).

Alguns dos dados levantados para mapear o caraipé também se fizeram da localização de comunidades contemporâneas, territórios indígenas tradicionais e até mesmo sítios arqueológicos de um passado recente. Todos esses registros acompanham um processo de continuidade para o *caraipé*. Embora a produção cerâmica tenha diminuído substancialmente nessas comunidades, ela passou a assumir outros papéis que não estão mais atrelados apenas a subsidiar os espaços domésticos. A cerâmica adquire um outro caráter que se torna essencial no contexto da atualidade. Antes o utensílio doméstico, agora ele também representa uma prática de resistência cultural.

Muitas comunidades ceramistas continuaram reproduzindo suas peças para atender uma demanda capitalista. Grande parte do que se produz foi destinado a abastecer mercados locais e, cada vez mais, direcionados a um público específico decorrente do turismo. Esse fato é recorrente em diversos território, que vão do rio Negro (MOREIRA et al., s/d), ao médio Amazonas (BORGES, 2017) e também o baixo curso (FERREIRA, 2017). As comunidades passam a se organizar em associações, as quais estabelecem desde divisões do trabalho até tornam-se os locais de aprendizado⁸⁶, em que a produção cerâmica é, muitas vezes, dividida entre a população, incluindo as diferentes etapas desde a coleta do barro e do caraipé até a queima da peça (BORGES, 2017).

Algumas dessas comunidades tornam-se proeminentes na produção cerâmica, com suas peças adquirindo notoriedade e sendo amplamente conhecidas, como o caso de Maruanum, no Amapá. Outras comunidades, como os Mati e os Baniwa (MAZZ, 2008; OLIVEIRA, 2015), produzem a cerâmica para atender demandas internas ou para manter na memória o conhecimento. Em ambos os casos, o que se faz é reafirmar as práticas que definem aspectos inerentes à cultura dessas populações. O saber-fazer empregado na produção da cerâmica, seja como artesanato ou como utensílio cotidiano, é realizado de forma a dar continuidade das práticas que envolvem o ofício do oleiro nessas comunidades. Toda a cadeia de produção passa a ser importante, ao passo que muitas comunidades que

⁸⁶ Esses grupos de ceramistas exemplificam a perspectiva de uma Comunidade da Prática.

enfrentaram mudanças significativas tendem a ressignificar e reordenar o seu universo de práticas, constituindo-se a partir daí, novas sequências operacionais. Do mesmo modo, a manutenção das práticas tradicionais também se dá num ambiente em que o saber não está inerte às mudanças, porém a influência de fatores externos parece afetar pouco as práticas (OLIVEIRA, 2015; VAN DEN BEL, 2009).

A despeito da situação enfrentada, o *caraipe* passa a ser entendido para essas comunidades como um saber tradicional, algo que está ligado não apenas à uma produção de cerâmica, mas que diz sobre a maneira como aquela população faz a cerâmica. Inclui ainda os aspectos simbólicos, as interdições, as restrições, e os diferentes espaços que a cerâmica assume dentro do grupo, seja quando ela representa um aparato utilitário, ou quando representa um aparato simbólico. Do mesmo modo, a cerâmica para o uso da comunidade muitas vezes tem um aspecto diferenciado daquela que é destinada para o artesanato. De todo modo, o *caraipe* acaba se transformando hora em um bem utilitário, hora em um bem a ser consumido, porém, dessa vez, ele está atrelado a uma outra demanda, ainda necessário para a produção cerâmica, onde está demarcado em diferentes especificidades, seja produto, ou seja utensílio, mas sempre é o saber-fazer cerâmica daquela comunidade em questão.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim dessa trajetória do *caraipé*, que se sugere ter começado cerca de 4000 anos atrás, observa-se que a construção feita até aqui se desdobrou em outras perguntas as quais não haviam sido previstas. O recuo temporal realizado para averiguar se poderia haver a possibilidade em identificar, de algum modo, onde e quando o *caraipé* teria emergido e o porquê dele ter continuado presente até hoje na produção cerâmica foi, em parte, uma jornada que demonstrou o quanto uma pesquisa tende a se desdobrar e levantar novas perspectivas e problemas.

Considerando a amplitude do tema, buscou-se trabalhar em diferentes frentes e sob diferentes perspectivas que contribuiriam para repensar conceitos e premissas que eram previamente presumidas. As diferentes abordagens para se chegar a um entendimento do que se tratava a prática de utilizar o *caraipé* dentro da produção cerâmica sempre tiveram em mente entender a questão de como essa prática foi amplamente difundida. O desafio em mapear sítios e áreas demonstrou-se maior do que o esperado e tomou uma perspectiva igualmente grande na pesquisa, já que originalmente a ideia era trabalhar muito mais sobre os contextos recentes do que adentrar numa história de longa duração. Conforme o levantamento de referências foi sendo construído, observou-se que havia ali muita informação que não poderia ser menosprezada e que daria uma perspectiva para o *caraipé* do que realmente se objetivava na pesquisa. Ao fim, tinha-se em mãos uma grande base de dados para ser observada em termos de temporalidade e continuidade para entender como o *caraipé* foi atingindo as proporções das quais se observou no seu auge e se observa até hoje.

Durante muito tempo na pesquisa arqueológica, houve uma necessidade de olhares localizados, específicos e restritos (no sentido de circunscritos), e pouco a pouco os problemas que uma arqueologia mais localizada respondia suscitavam novos questionamentos sobre o que estaria acontecendo num sentido mais amplo. As escalas de pesquisa partiram do geral para o específico e vice-versa, porém o que ficou no caminho foi entender qual a relação que se daria entre essas escalas. Conforme assinalado por Pauketat (2001, p. 87), as mudanças que ocorriam no cotidiano refletiam num contexto mais abrangente que aquele visto, já que o processo histórico se dava nas práticas do dia a dia. Logo, olhar para o cotidiano e

buscar entender as relações que se estabeleceram numa genealogia cada vez recuada permitiu construir um contínuo para a trajetória do *caraipé*.

Enquanto a perspectiva de rede, como é proposta por Latour (2012), faz conexões entre diferentes atores e que podem ser remetidos a um grande espectro temporal, é a simetria que resulta da diacronia dos eventos temporalmente dispostos num contínuo que elaboram uma trajetória para o *caraipé*. Ele pode ser entendido no campo simbólico e passa, conforme se situa temporalmente, a se transformar numa prática associada a diferentes modos de fazer e usos da cerâmica. Estabelece diferenças entre portadores de conjuntos materiais distintos, marcados pela técnica de se preparar o barro, mas também une diferentes conjuntos pelo mesmo elo comum. Mais do que a relação entre objetos e pessoas, o *caraipé* permite criar conexões entre lugares e grupos, aponta para interações e sugere atuação na mediação entre diferentes agentes sociais.

Essas relações se constroem ao observar que o *caraipé* não está preso a um simples conceito de traço tecnológico. Ele abrange uma posição que permite que seja um elemento transitório, ou seja, que permeia diferentes posições, momentos e conjuntos. Olhando sob essa direção, é mais fácil entender o *caraipé* como algo elusivo. Quanto mais se tenta circunscrever o *caraipé*, seja a alguma tradição, área cultural, ambiente geográfico, língua ou qualquer grupo abrangente, mais se observa que ele tende a se tornar problemático ou suscitar mais questões do que respostas. Essa dificuldade de circunscrever o *caraipé* demonstra que talvez se deva olhar para os contextos arqueológicos com uma visão mais integrada. Ao invés de procurar apenas por conjuntos, quem sabe, pode-se procurar por conjuntos de conjuntos que se estabelecem a partir de outros conjuntos. A complexificação de tais abordagens permite olhar para determinados elementos não como feições isoladas, mas como elementos em transformação, constantemente atribuídos a eventos e processos dos quais fazem parte (WOLF, 1984).

O caráter evasivo que o *caraipé* assume pode ser um dentre tantos elementos que poderiam ser mais bem apurados dentro das cadeias de produção da cerâmica. Gosselain (1999; 2018) aponta que as cadeias operatórias tendem a trazer informações que devem ser vistas não como um fim em si, mas entender que cada etapa e processo envolvem uma série de outras perspectivas que devem ser examinadas dentro das suas particularidades, e observar que nesse espaço existem relações previamente traçadas e informações que falam a respeito da variabilidade

ou da tecnologia da produção de cerâmica. Tomando o *caraipé* para essa perspectiva, o simples ato de se buscar a cortiça e escolhê-la como o método mais adequado de se preparar o barro já implica em uma gama de diferenciações que remetem aos referenciais simbólicos dos ceramistas. Dentro desse universo de possibilidade, o *caraipé* pode ser visto como algo que é característico ambientalmente seja na Amazônia ou no Cerrado, assim como amplamente difundido, mas ao mesmo tempo não é unanimidade nem ao menos a prática mais recorrida pelos artesãos. Ele está lá, dentro de um escopo que tangencia fronteiras e aparece aqui e ali, mas sem dar a certeza de que ele realmente é inerente aquele lugar ou pertencente àquele grupo.

Parece, ao fim, que instiga a pensar o *caraipé* não como algo definido enquanto simplesmente um traço tecnológico, mas sim pensar no *caraipé* enquanto sua representatividade no saber-fazer da cerâmica. Utilizar o *caraipé* tornou-se algo comum e indispensável ao processo de manufatura da cerâmica para algumas comunidades, a ponto haver dúvidas sobre o sucesso da manufatura sem o *caraipé*. Entre os Baniwa (OLIVEIRA, 2015, p. 330), o processo de produção da cerâmica se inicia com a preparação do *caraipé*. A ausência deste, ainda que haja substitutos, deixa claro que a tendência da “louça” é a quebra. Além disso, todo o envolvimento acerca de interdição, qual o momento que é possível coletar e utilizar a matéria-prima (COIROLO, 1991; FERREIRA, 2016), faz com que o processo produtivo necessite de regras e de condições para ser realizado. O *caraipé* tornou-se sinônimo de preparar o barro, onde o termo “temperar” parece fazer muito mais sentido nesse contexto.

Sem essa carga simbólica que é dada ao *caraipé*, as relações que seriam estabelecidas entre a materialidade e os humanos perderia parte de seu significado. Os processos que envolvem a escolha da técnica adequada, a presunção do resultado e a relação do qualitativo passam por essa concepção de relação com a matéria-prima. As interdições e as restrições demonstram como o *caraipé* atua nas decisões. Desse modo, o *caraipé* participa do curso das ações com o ser humano como intermediário entre a ação e o resultado (LATOURE, 2012).

Pode-se observar essa mesma relação quando se vê o *caraipé* sendo o elemento marcante na produção de cerâmica entre os espaços domésticos de Santarém (SYMANSKI e GOMES, 2012) e as senzalas de Chapada dos Guimarães (SYMANSKI, 2006). Nos dois contextos o *caraipé* atua como uma forma de

resistência, ao passo que ele se caracteriza na produção de conjuntos materiais que são utilizados exclusivamente por populações que expressam ali valores intrínsecos aos seus referenciais, sem emular ou reproduzir os padrões do segmento dominante. Nestes contextos, o *caraipé* assume o papel na manutenção dos referenciais tradicionais, se colocando como mediador dos espaços, onde os domínios domésticos desses grupos são reproduzidos a partir de suas cosmovisões.

De modo geral, a trajetória que se pretendeu demonstrar para o *caraipé* pode apontar algumas questões que contribuem para um debate mais amplo. Embora nem todas as questões pudessem ser sanadas, a visualização e a disposição dos dados obtidos servem como um aporte para pesquisas futuras. Ao que se pretendeu elucidar no início dessa pesquisa, pode-se indicar alguns pontos de contribuição para os debates nesse âmbito.

Uma das questões mais instigante residia na emergência do *caraipé*, a qual estaria associada às grandes mudanças que a Amazônia passou durante o processo que se iniciou na domesticação de plantas e introdução de novos cultivos, a formação dos solos antropogênicos que se adaptaram para esses cultivos e as novas formas de se relacionar com o ambiente em termos de manejo e modificação. Esses processos que culminaram numa sedentarização e reorganização social às novas formas de subsistência foram importantes para que se desenvolvessem novos referenciais simbólicos e abriu caminho para novas demandas tecnológicas e sociais. Esses processos correlacionados, ao que se observou até aqui, tendem a demonstrar que domesticação e manejo do ambiente são duas perspectivas que foram território fértil para a emergência e adoção de novas práticas, incluindo a produção da cerâmica com o uso do *caraipé*.

Todo esse cenário de mudanças e emergência foi apontado a partir de uma sequência de datações que convergiram para a porção sudoeste da Amazônia. Outras datações inseridas numa faixa cronológica próxima foram vistas na Amazônia oriental e rivalizariam, de certo modo, com a emergência dessa prática na outra extremidade da bacia do Amazonas. Enquanto as datas tendem a ser bastante recuadas, a relação com outros indícios para emergência é mais frágil quando comparada ao oeste e sudoeste. Além disso, a relação entre o *caraipé* e as tradições arqueológicas que se sucederam na ocupação daquela região também são um pouco frágeis. Enquanto existia uma base sólida nas pesquisas para argumentar sobre a antiguidade da tradição Tupiguarani para aquela região, e ainda existam

sítios com a presença de *caraipé* dentro de conjuntos relacionados a essa tradição, faltou uma cronologia mais consistente e contínua para se fazer essa inferência. Os portadores da cerâmica Tupiguarani devem ter feito contato com grupos que usavam do *caraipé* e essa prática foi incorporada em algum momento por região. Mas não há como afirmar que migração ou expansão dos Tupiguarani pudesse ser um movimento que contribuiu fortemente para a dispersão do *caraipé*, fosse o caso visualizar-se-iam muito mais indícios do *caraipé* nos sítios Tupiguarani nas regiões próximos e na continuidade desses conjuntos.

A dispersão do *caraipé*, ao que foi indicado ao longo da pesquisa, teria uma ligação com dois grandes movimentos migratório-expansivos. Um deles se refere à expansão dos grupos de matriz Arawak (SANTOS-GRANERO, 2002; ERIKSEN, 2011), dado sua ligação simbólica com elementos que também permitiram considerar o *caraipé* como inserido nesse sistema. Além disso, a relação dos conjuntos cerâmicos Barrancóide-Saladóide, com cerâmica produzida com uso de *caraipé*, e os falantes de língua Arawak assinalam para uma associação que permite considerar a expansão desse grupo linguístico com a dispersão do *caraipé*. Se a prática de produzir cerâmica a partir dessa tecnologia é algo amarrado ao simbolismo Arawak, o mesmo também poderia ser estendido à tradição Polícroma Amazônica, a qual se expandiu em um movimento posterior, nos quais também se associam aos falantes de língua Arawak. Essa segunda onda contribuiria para a dispersão mais a oeste do *caraipé*, num trânsito com os territórios circunvizinhos aos Andes e até a bacia do alto Orinoco (ERIKSEN, 2011).

Já a dispersão para o Centro-Oeste e além deste, embora não tenham sido lançadas novas perspectivas sobre essa relação, a hipótese de que a tradição Uru seja originária do ambiente amazônico e tenha levado consigo o *caraipé* parece ser a proposta mais consistente. Os intervalos cronológicos para as ocorrências mais antigas deixam ainda mais questões sobre o *caraipé* ter chegado à região por meio de outros grupos do que elucidam sobre esse problema. Além do mais, para essa região, as questões relacionadas à interação entre os diferentes grupos são as que mais demonstram embasamento para se pensar numa dispersão associada a um sistema de trocas. A frequência do *caraipé* nos conjuntos cerâmicos é bastante elucidativa, já que o uso em maior frequência estaria relegado à tradição Uru. As demais tradições incorporaram o *caraipé* em baixa quantidade, já que seus conjuntos apresentam limitados indícios na cerâmica. Uma exceção a isso seria a

fase Mossâmedes da tradição Aratu. Observa-se ali que o *caraipé* foi uma prática bem apropriada, sendo constante no seu conjunto material. Isso pode se relacionar ao fato da cerâmica da fase Mossâmedes estar bem circunscrita ao território do Centro-Oeste. As outras expressões da cerâmica Aratu, por exemplo, não acompanham essa tendência e figuram o *caraipé* sempre em baixa quantidade, fato esse que é reafirmado conforme distanciam-se os registros arqueológicos dessa região de convergência do alto rio Araguaia e Tocantins. Essa perspectiva foi considerada a ser trabalhada segundo o conceito de *peer polities* (RENFREW, 1986), porém, apesar de promissora a perspectiva para esse contexto, há um alerta do autor quando se usa essa teoria para explicar, principalmente, a dispersão espacial de um determinado traço.

Esse e outros problemas enfrentados pela pesquisa deixaram em aberto algumas questões que ainda podem ser trabalhadas futuramente e que não abarcaram as demandas dessa pesquisa. Além de se considerar a perspectiva de uma atualização das informações levantadas conforme novos dados podem ser adicionados, principalmente sequências cronológicas e registros adicionais. A constante alimentação a um banco de dados só tende a enriquecer a base pra se ampliar ou revisar as questões aqui trabalhadas. Dentro desse escopo, um primeiro passo poderia consistir no levantamento de informações de modo mais abrangente para os contextos fora do Brasil. A dispersão quase que continental do *caraipé* poderia ser mais bem compreendida com a adições destes dados.

Quanto ao entendimento do *caraipé*, talvez uma abordagem que propiciaria mais resultados, e contrastaria com a visão predominante da bibliografia sobre antiplásticos e performance de cerâmica, reside na realização de estudos experimentais com o *caraipé*. Estes, como mencionado nessa pesquisa, são praticamente inexistentes, e serviriam como base para se medir, de fato, as características que a sílica biológica desempenha na produção da cerâmica. Mais do que isso, testaria hipóteses de eficiência comparando com outros materiais utilizados com o mesmo fim. A experimentação não só colocaria uma definição às discrepâncias que se observa na literatura, como poderia indicar nova visão sobre problemas de terminologia.

Do ponto de vista tecnológico, uma maior apuração e comparação dos diferentes contextos de cerâmica com *caraipé* seria de vital contribuição à medida que verificaria as particularidades em que o *caraipé* teria sido usado, além de

mapear e descrever as cadeias operatórias, as quais propiciariam dados para discorrer sobre as questões particulares no processo de escolha de cada grupo (GOSSELAIN, 1998; 2018). Ao se observar as diferentes etapas da cadeia operatória a partir da análise de diferentes conjuntos, espacialmente e temporalmente distribuídos, haveria de se ter dados para observar as mudanças em caráter local e de como os mesmos poderiam influenciar outros aspectos em âmbito regional.

Os trabalhos etnográficos também seriam de grande valia (como foram) para contribuir com visões distintas sobre a materialidade. Partindo de uma perspectiva mais direcionada à etnoarqueologia, estudos que buscassem informações a partir das comunidades ceramistas atuais seriam fonte imprescindível para falar sobre o *caraipé*. A importância de estudos desse nível proveria uma ligação com a temporalidade do *caraipé* e fecharia uma última peça de um grande quebra-cabeça, que o uso atual e a maneira com a qual o conhecimento da cerâmica com *caraipé* persiste nos diferentes contextos que ela é utilizada.

Por fim, muito do que foi produzido nessa pesquisa pode ser considerado um passo significativo para o estudo do *caraipé*. Revisões literárias e revisitações de conceitos e abordagens servem a construção de um quadro referencial em que o tema propiciou e do quanto mais ainda pode ser desenvolvido. O assunto demonstrou que é possível trabalhar a partir da sistematização das informações que acumulam na arqueologia brasileira, e que esses dados consolidados permitem olhares diferentes para temas dos quais se insistem em manter as mesmas perspectivas.

8 REFERÊNCIAS

- AFONSO, M. C., e MORAES, C. A. (2005-2006). sítio Água Branca: interações culturais dos grupos ceramistas no norte do estado de São Paulo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Vols. 15-16, pp. 59-71.
- ALMEIDA, F. O. (2013). A Tradição Polícroma no alto rio Madeira. *Tese de Doutorado*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- ALMEIDA, F. O. (2017). A arqueologia do rio Jamari e a possível relação com os grupos Tupi-Arikém – Alto Madeira (RO). *Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas*, Vol. 17, No. 30, pp. 63-91.
- ALMEIDA, F. O., e MORAES, C. d. (2016). A Cerâmica Polícroma do rio Madeira. Em C. BARRETO, H. P. LIMA, e C. J. BETANCOURT, *Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: Rumo a uma nova síntese* (pp. 402-413). Belém: IPHAN/Museu Paraense Emílio Goeldi.
- ALMEIDA, F. O., e NEVES, E. G. (2015). Evidências arqueológicas para a origem dos Tupi-Guarani no leste da Amazônia. *Mana*, Vol. 21, No. 3, pp. 499-525.
- ALMEIDA, F. O., e ROCHA, B. (2016). Uma tradução do clássico de DeBoer e Lathrap: “O fazer e o quebrar da cerâmica Shipibo-Conibo”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Vol. 11, No. 1, pp. 315-339.
- ALVES, M. L. (2019). Objetos distribuídos do Baixo Amazonas: um estudo da cerâmica Konduri. *Dissertação de Mestrado*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.
- ALVES, S. F. (2013). *Caracterização estrutural das cinzas de caraipé (Licania octandra)*. Manaus: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, PIB-E/0032/2012.
- ARAGÓN, L. E. (2018). A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. *Revista NERA*, ano 21, n. 42, pp. 14-33.
- ARAÚJO, A. G., ORTEGA, D. D., SHRAGE, T. J., OKUMURA, M., e CECCANTINI, G. C. (2016). Tradição Itararé-Taquara na região central do Estado de São Paulo: o sítio Benedito Machado, Botucatu (SP) e suas possíveis relações com o Brasil Central. *Cadernos do Lepaarq*, Vol. 13, No. 25, pp. 6-23.
- ARNOLD, D. E. (1985). *Ceramic Theory and Cultural Process*. Cambridge: Cambridge University Press.

- ARNOLD, D. E. (1989). Algunos principios para el análisis e interpretación de la pasta: aproximación inicial. Em R. RAVINES, e F. (. VILLIGER, *La Ceramica Tradicional de Peru* (pp. 33-39). Lima: Editorial Los Pinos.
- ARNOLD, D. E., e NIEVES, A. L. (1992). Factors Affecting Ceramic Standardization. Em G. J. BEY III, e C. A. POOL, *Ceramic Production and Distribution: An Integrated Approach* (pp. 93-113). Boulder, CO: Westview Press.
- ARROYO-KALIN, M. (2010). The Amazonian Formative: Crop Domestication and Anthropogenic Soils. *Diversity*, 2, pp. 473-504.
- ARROYO-KALIN, M. (2017). Las tierras antrópicas amazónicas: algo más que un puñado de tierra. Em S. ROSTAIN, e C. J. BETANCOURT, *Las Siete Maravillas de la Amazonía precolombina* (pp. 99-117). La PAz: 4-EIAA/BAS/Plural Publicaciones.
- ARROYO-KALIN, M., e PANDURO, S. R. (2016). Tras el camino de la boa arcoíris: las alfarerías precolombinas del bajo río Napo. Em C. BARRETO, H. P. LIMA, e C. J. BETANCOURT, *Cerâmicas Arqueológicas da Amazônica: Rumo a uma nova síntese* (pp. 463-479). Belém: IPHAN/Museu Paraense Emílio Goeldi.
- ARROYO-KALIN, M., NEVES, E. G., e WOODS, W. I. (2009). Anthropogenic Dark Earths of the Central Amazon Region: Remarks of Their Evolution and Polygenic Composition. Em W. I. WOODS, W. G. TEIXEIRA, J. LEHMANN, C. STEINER, A. WINKLERPRINS, e L. (. REBELLATO, *Amazonian Dark Earths: Wim Sombroek's Vision* (pp. 99-125). New York: Springer.
- ASSIS VIANA, S. d. (2003). A Cerâmica de Varginha (MT) - Produção e Tecnomorfologia. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 13, pp. 175-195.
- BARRETO, C., LIMA, H. P., e BETANCOURT, C. J. (2016). *Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: Rumo a uma nova síntese*. Belém: IPHAN - Ministério da Cultura.
- BARSE, W. P. (2000). Ronquin, ams dates, and the Middle Orinoco sequence. *Interciencia*, Vol. 25, No. 7, pp. 337-341.
- BATES, H. W. (1863). *The Naturalist on the River Amazons. Vol. 2*. London: John Murray.
- BAXTER, M. (2017). Kernel density estimation in archaeology. Nottingham, United Kingdom: Nottingham Trent University.

- BAXTER, M., e COOL, H. (2016). *Basic Statistical Graphics for Archaeology with R: Life Beyond Excel*. Nottingham: Barbican Research Associates.
- BELLETTI, J. d. (2015). A arqueologia do Lago Tefé e a Expansão Polícroma. *Tese de Doutorado*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia.
- BETANCOURT, C. J. (2016). Dos Fases Cerámicas de la cronología ocupacional de las zanjas de la provincia Iténez - Beni, Bolivia. Em C. BARRETO, H. P. LIMA, e C. J. BETANCOURT, *Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese* (pp. 435-447). Belém: IPHAN/Museu Paraense Emílio Goeldi.
- BONOMO, M., ANGRIZANI, R. C., APOLINAIRE, E., e NOELLI, F. S. (2015). A model for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil. *Quaternary International*, Vol. 356, pp. 54-73.
- BOOMERT, A. (1986). The Cayo Complex of St. Vincent: ethnohistorical and archaeological aspects of the Island Carib problem. *Antropologica*, 66, pp. 3-68.
- BOOMERT, A. (2000). *Trinidad, Tobago and the Lower Orinoco Interaction Sphere - An archaeological/ethnohistorical study*. Alkmaar: Cairi Publications.
- BORGES, K. V. (2017). As mulheres ceramistas do Mocambo: A Arte de viver de artefatos ambientais. *Tese de Doutorado*. Manaus, AM: Universidade Federal do Amazonas.
- BRAUDEL, F. (1965). História e Ciências Sociais - A longa duração. *Revista de História*, Vol. XXX, No. 62, Ano XVI, pp. 261-294.
- BROCHADO, J. J. (1984). An Echological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into Eastern South America. *PHD Thesis*. Urbana: University of Illinois.
- BROCHADO, J. P. (1989). A expansão dos Tupi e da cerâmica da Tradição Policrômica Amazônica. *Dédalo*, No. 27, pp. 65-82.
- BROCHADO, J. P., CALDERÓN, V., CHMYZ, I., DIAS JR, O., EVANS, C., MEGGERS, B. J., . . . SIMÕES, M. F. (1969). Arqueologia Brasileira em 1968. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, No. 12, pp. 1-39.
- BRONITSKY, G., e HAMER, R. (1986). Experiments in Ceramic Technology: The effects of various tempering materials on impact and thermal-shock resistance. *American Antiquity*, 51, pp. 89-101.

- CABRAL, M. P. (2011). Juntando cacos: uma reflexão sobre a classificação da Fase Koriabo no Amapá. *Amazônica*, Vol. 3, No. 1, pp. 88-106.
- CAMPBELL, L. (1997). *American Indian Languages. The Historical Linguistics of Native America*. Oxford: Oxford University Press.
- CARNEIRO, R. L. (2009). “Cariapé”: um caso de padronização de erro em Arqueologia. *Revista de Arqueologia*, v. 22, n. 1, pp. 9-13.
- CEREZER, J. F. (2011). *Cerâmica Guarani: Manual de Experimentação Arqueológica*. Erechim: Habilis Editora.
- CHMYZ, I. (1976). Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. Em I. (. CHMYZ, *Cadernos de Arqueologia - Ano I, Nº 1* (pp. 119-148). Paranaguá: Museu de Arqueologia e Artes Populares.
- CHMYZ, I., SGANZERLA, E. M., e VOLCOV, J. E. (2009). Considerações sobre as sequências seriadas da Tradição Aratu/Sapucaí em Minas Gerais. Em B. J. MEGGERS, *Arqueologia Interpretativa - O método quantitativo para estabelecimento de sequências cerâmicas: Estudos de Caso* (pp. 63-85). Porto Nacional: UNITINS.
- COIROLO, A. D. (1991). Atividades e tradições dos grupos ceramistas do Maruanum (AP). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Vol. 7, No. 1, pp. 71-95.
- CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DO PARÁ. (1971). *Obras Completas de Domingos Soares Ferreira Penna*. Belém: Conselho Estadual de Cultura.
- CORRÊA, A. A. (2013). Longue durée: História Indígena e Arqueologia. *Ciência e Cultura*, Vol. 65, 26-29.
- CORRÊA, A. A. (2017). Datações na bibliografia arqueológica brasileira a partir dos sítios Tupi. *Cadernos do Lepaarq*, Vol. XIV, No. 27, pp. 379-406.
- COSTA, B. L. (2012). Levantamento Arqueológico na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Amanã: Estado do Amazonas. *Dissertação de Mestrado*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- COSTA, D. M. (2017). Arqueologia Histórica Amazônica: Entre Sínteses e Perspectivas. *Revista de Arqueologia*, Vol. 30, n. 1, pp. 154-174.
- COSTA, D. M. (2017). Historical Archaeology in the Amazon: the Murutucu Sugar Cane Mill Field School Project. *International Journal of Historical Archaeology*, Vol. 21, pp. 674-689.

- COSTA, M. L., KERN, D. C., PINTO, A. H., e SOUZA, J. R. (2004). The ceramic artifacts in archaeological black earth (terra preta) from lower Amazon region, Brazil: Mineralogy. *Acta Amazonica*, Vol. 34, No. 2, pp. 165-178.
- COSTA, M. L., RIOS, G. M., SILVA, M. M., SILVA, G. J., e MOLANO-VALDES, U. (2011). Mineralogia e química de fragmentos cerâmicos arqueológicos em sítio com Terra Preta da Amazônia Colombiana. *Revista Escola de Minas*, Vol. 64, No. 2, pp. 17-23.
- CRUZ, D. G. (2008). Lar, doce lar? Arqueologia Tupi na bacia do Ji-Paraná (RO). *Dissertação de Mestrado*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia.
- CRUZ, D., e PANACHUK, L. (2014). *Saga e persistência: A histórica formação do sudeste do Pará desde os tempos (mais) antigos*. São Paulo: Scientia Consultoria Científica/VALE.
- CRUZ, M. d., e CORREIA, V. H. (2007). *Cerâmica Utilitária - Normas de Inventário*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação.
- DANTAS, C. L. (2014). Fonte de Memórias: sítio arqueológico histórico Fonte da Carioca. *Dissertação de Mestrado*. Goiânia, GO: Pontifícia Universidade Católica de Goiás.
- DEAGAN, K. (2013). Hybridity, identity, and archaeological practice. Em J. J. CARD, *The archaeology of hybrid material culture. Centre for archaeological investigations, Occasional Paper n. 39* (pp. 260-276). Carbondale: Southern Illinois University.
- DEBOER, W. R., e LATHRAP, D. W. (1979). The making and breaking of Shipibo-Conibo ceramics. Em C. (. KRAMER, *Ethnoarchaeology: implications of ethnography for archaeology* (pp. 102-138). New York: Columbia University Press.
- DIAS, A. S. (1995). Um projeto para a Arqueologia Brasileira: Breve histórico da implementação do PRONAPA. *Revista do CEPA*, Vol. 19, No. 22, pp. 25-39.
- DOMANSKA, E. (2006). The return to things. *Archaeologia Polona*, Vol. 44, pp. 171-185.
- DORNAN, J. L. (2002). Agency and Archaeology: Past, Present, and Future Directions. *Journal of Archaeological Method and Theory*, Vol. 9, No. 4, pp. 303-329.

- DRUC, I. C., e CHAVEZ, L. (2014). *Pastas Cerámicas En Lupa Digital*. Blue Mounds, Wisconsin: Deep University Press.
- ERIKSEN, L. (2011). Nature and Culture in Prehistoric Amazonia: Using G.I.S. to reconstruct ancient ethnogenetic processes from archaeology, linguistics, geography, and ethnohistory. *PHD Thesis*. Lund: Lund University.
- ERIKSON, P. (1990). How crude is Mayoruna Pottery? *Journal of Latin American Lore*, 16(1), pp. 47-68.
- FAUSTO, C., e NEVES, E. G. (2018). Was there ever a Neolithic in the Neotropics? Plant familiarisation and biodiversity in the Amazon. *Antiquity*, Vol. 92, No. 366, pp. 1604-1618.
- FERNANDES, H. L. A. (2011). As Lâminas de Machado Lascadas Aratu de Piragiba - BA. *Tese de Doutorado*. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia.
- FERREIRA, A. P. (2018). *Cerâmica Apurinã: Resistência com as mãos no barro*. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia.
- FERREIRA, F. C. (2016). “Desde que me entendi”. Tecendo saberes e fazeres relativos à louça da Comunidade Quilombola do Maruanum, Amapá/AP. *Dissertação de Mestrado*. Belém, PA: Universidade Federal do Pará.
- FERREIRA, L. M., e NOELLI, F. S. (2009). João Barbosa Rodrigues: Precursor da etnoclassificação na Arqueologia Amazônica. *Amazônica*, Vol. 1, No. 1, pp. 68-95.
- FIELD, J. S., PETRAGLIA, M. D., e LAHR, M. M. (2007). The southern dispersal hypothesis and the South Asian archaeological record: Examination of dispersal routes through GIS analysis. *Journal of Anthropological Archaeology*, Vol. 26, pp. 88-108.
- GALLOIS, D. T. (2005). Percursos de uma pesquisa temática. Em D. T. GALLOIS, *Redes de Relações nas Guianas* (pp. 7-22). São Paulo: Assosiação Editorial Humanitas/FAPESP.
- GASPAR, M. V. (2014). A cerâmica arqueológica na Terra Indígena Kaiabi (MT/PA). *Dissertação de Mestrado*. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo.
- GASSÓN, R. A. (2002). Orinoquia: The Archaeology of the Orinoco River Basin. *Journal of World Prehistory*, Vol. 16, No. 3, pp. 237-311.
- GELL, A. (2005). A tecnologia do encanto e o encanto da tecnologia. *Concinnitas*, ano 6, vol. 1, no. 8, pp. 40-63.

- GILMORE, Z. I. (2015). Direct radiocarbon dating of Spanish moss (*Tillandsia usneoides*) from early fiber-tempered pottery in the southeastern U.S. *Journal of Archaeological Science*, 58, pp. 1-8.
- GOMES, D. M. (2008). O uso social da cerâmica Parauá, Santarém, Baixo Amazonas: Uma análise funcional. *Arqueología Suramericana*, Vol. 4, No. 1, pp. 4-33.
- GOMES, D. M. (2011). Cronologia e conexões culturais na Amazônia: as sociedades formativas da região de Santarém – PA. *Revista de Antropologia da USP*, vol. 54, n. 1, pp. 269-314.
- GOMES, D. M., e LUIZ, J. G. (2013). Contextos domésticos no sítio arqueológico do Porto, Santarém, Brasil, identificados com o auxílio da geofísica por meio do método GPR. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Vol. 8, No. 3, pp. 639-656.
- GOMES, D. M., SILVA, A. C., e RODRIGUES, R. (2018). Múltiplos Territórios: os sítios vizinhos às grande aldeias de Santarém, PA. *Revista de Arqueologia*, Vol. 31, No. 1, pp. 3-24.
- GOMES, D. M., SILVA, A. C., e RODRIGUES, R. (2018). Múltiplos Territórios: Os sítios vizinhos às grandes aldeias de Santarém, PA. *Revista de Arqueologia*, Vol. 31, No. 1, pp. 3-24.
- GOMES, L. S. (2016). Do cru. A vida oculta da cerâmica terena. *Tellus*, Ano 16, No. 31, pp. 163-180.
- GOSSELAIN, O. P. (1992). Technology and Style: Potters and Pottery Among Bafia of Cameroon. *Man, New Series*, Vol. 27, No. 3, pp. 559-586.
- GOSSELAIN, O. P. (1998). Social and Technical Identity in a Clay Crystal Ball. Em M. T. STARK, *The Archaeology of Social Boundaries* (pp. 78-106). Washington, D.C.: Smithsonian Institution Scholarly Press.
- GOSSELAIN, O. P. (1998). Social and Technical Identity in a Clay Crystal Ball. Em M. T. STARK, *The Archaeology of Social Boundaries* (pp. 78-106). Washington, D. C.: Smithsonian Institution Press.
- GOSSELAIN, O. P. (2014). Ceramics in Africa. Em H. SELIN, *Encyclopaedia of the History of Science, Technology, and Medicine in Non-Western Cultures*. Dordrecht: Springer.
- GOSSELAIN, O. P. (2018). *Pottery chaînes opératoires as Historical Documents*. Fonte: Oxford Research Encyclopedia of African History:

<http://oxfordre.com/africanhistory/view/10.1093/acrefore/9780190277734.001.0001/acrefore-9780190277734-e-208>

- GUAPINDAIA, V. L. (2008). Além da margem do rio - a ocupação Konduri e Pocó na região de Porto Trombetas, PA. *Tese de Doutorado*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.
- GUERRA, T. P. (2008). O sítio Moju 1: Aspectos da cerâmica neobrasileira no município de Moju, Pará. *Monografia*. Belém, Pará: Universidade Federal do Pará.
- HAMILTON, M. J., e BUCHANAN, B. (2010). Archaeological Support for the Three-Stage Expansion of Modern Humans across Northeastern Eurasia and into the Americas. *Plos One*, Vol. 5, No. 8, pp. 1-9.
- HECKENBERGER, M. J. (2005). *The Ecology of Power: Culture, Place, and Personhood in the Southern Amazon, A.D. 1000-2000*. New York: Routledge.
- HECKENBERGER, M. J., RUSSEL, J. C., FAUSTO, C., TONEY, J. R., SCHMIDT, M. J., PEREIRA, E., . . . KUIKURO, A. (2008). Pre-Columbian Urbanism, Anthropogenic Landscapes, and the Future of the Amazon. *Science*, Vol. 321, pp. 1214-1217.
- HEGMON, M. (2003). Archaeology Setting Theoretical Egos Aside: Issues and Theory in North American Archaeology. *American Antiquity*, Vol. 68, No. 2, pp. 213-243.
- HERBERT, J. M. (2008). The History and Practice of shell tempering in the Middle Atlantic: a useful balance. *Southeastern Archaeology*, Vol. 27, No. 2, pp. 265-285.
- HILBERT, K. (2007). 'Cave canem!': cuidado com os 'Pronapianos!' Em busca dos jovens da arqueologia brasileira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Vol. 2, No. 1, pp. 117-130.
- HILBERT, P. P. (1955). A Cerâmica Arqueológica da Região de Oriximiná. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, No. 9, pp. 1-76.
- HILBERT, P. P., e HILBERT, K. (1980). Resultados preliminares da pesquisa arqueológica nos rios Nhamundá e Trombetas, Baixo Amazonas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Nova Série: Antropologia*, pp. 1-11.
- HODDER, I. (1987). *Archaeology as long-term history*. Cambridge: Cambridge University Press.

- HODDER, I. (2011). Human-thing entanglement: towards an integrated archaeological perspective. *Journal of the Royal Anthropological Institute, Vol. 17*, pp. 154-177.
- HOLANDA, S. B. (2014). *Capítulos de expansão paulista*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOLANDA, S. B. (2014). *Monções*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOOPEES, J. W. (1994). Ford Revisited: A Critical Review of the Chronology and Relationships of the Earliest Ceramic Complexes in the New World, 6000-1500 B.C. *Journal of World Prehistory, Vol. 8, No. 1*, pp. 1-49.
- ISERN, N., e FORT, J. (2019). Assessing the importance of cultural diffusion in the Bantu spread into southeastern Africa. *Plos One, Vol. 14, No. 5*, pp. 1-18.
- JÁCOME, C. P. (2017). Dos Waiwai aos Pooço – Fragmentos de história e arqueologia das gentes dos rios Mapuera (Mawtohrî), Cachorro (Katxuru) e Trombetas (Kahu). *Tese de Doutorado*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.
- JORDAN, P., GIBBS, K., HOMMEL, P., PIEZONKA, H., SILVA, F., e STEELE, J. (2016). Modelling the diffusion of pottery technologies across Afro-Eurasia: emerging insights and future research. *Antiquity, Vol. 90, No. 351*, pp. 590-603.
- KRISTIANSEN, K. (2014). Towards a new paradigm? *Current Swedish Archaeology, Vol. 22*, pp. 11-40.
- LA SALVIA, F., e BROCHADO, J. P. (1989). *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura.
- LATHRAP, D. W. (1970). *The Upper Amazon*. Southampton: Thames and Hudson.
- LATOUR, B. (2012). *Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador/BA - Bauru/SP: EDUFBA/EDUSC.
- LE COINTE, P. (1947). *Árvores e Plantas Úteis (Indígenas e Aclimadas)*. 2ª Edição *Ilustrada*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.
- LEMONNIER, P. (1986). The study of material culture today: toward an anthropology of technical systems. *Journal of Anthropological Archaeology, No. 5*, pp. 147-186.
- LEROI-GOURHAN, A. (1984). *Evolução e Técnicas I: O Homem e a Matéria*. Lisboa: Edições 70.
- LÉVI-STRAUSS, C. (2013). *Antropologia Estrutural Dois*. São Paulo: Cosac-Naify.

- LIMA, F. E. (2003). Levantamento Arqueológico das áreas de interflúvio na área de confluência dos rios Negro e Solimões, AM. *Dissertação de Mestrado*. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo.
- LIMA, H. P. (2008). História das Caretas: A Tradição Borda Incisa na Amazônia Central. *Tese de Doutorado*. São Paulo, Brasil: Museu de Arqueologia e Etnologia, USP.
- LIMA, H. P. (2010). A "longue durée " e uma antiga história na Amazônia Central. Em E. PEREIRA, e V. GUAPINDAIA, *Arqueologia Amazônica, Vol. 2* (pp. 605-627). Belém: MPEG; IPHAN; SECULT.
- LIMA, H. P., e NEVES, E. G. (2011). Cerâmicas da Tradição Borda Incisa/Barrancóide na Amazônia Central. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, n. 21*, pp. 205-230.
- LIMA, L. F. (2010). A Ocupação Pré-Colonial na Fronteira Ocidental - Adaptabilidade Humana, Territorialidade e Aspectos Geomorfológicos na Microrregião do Alto Guaporé, Mato Grosso. *Tese de Doutorado*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- LIMA, L. F. (2012). A cerâmica Capão do Canga: Uma nova indústria cerâmica na bacia do alto Guaporé, Mato Grosso, Brasil. *Amazônica, Vol. 4, No. 1*, pp. 186-220.
- LIMA, T. A. (1986). Cerâmica indígena brasileira. Em D. (. RIBEIRO, *Suma etnológica brasileira - Vol. 2 - Tecnologia indígena, 2ª edição* (pp. 173-229). Rio de Janeiro: Vozes/FINEP.
- LINNÉ, S. (1925). The technique of South American ceramics. *Göteborgs kungl. Vetenskaps-och Vitterhets-Samhälles Handlingar. Fjärde följdén, XXIX, n. 5*.
- LINNÉ, S. (1932). Contribution à l'étude de la céramique sudaméricaine. *Revista del Instituto de Etnología de la Universidad Nacional de Tucumán II*, pp. 199-232.
- MACHADO, J. S. (2005). Montículos Artificiais na Amazônia Central: um estudo de caso do sítio Hatahara. *Dissertação de Mestrado*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, Unversidade de São Paulo.
- MACHADO, J. S. (2005/2006). O potencial interpretativo das análises tecnológicas: um exemplo amazônico. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, 15-16*, pp. 87-111.
- MARQUES, L. T. (2004). Modelo da Agroindústria Canavieira Colonial no Estuário Amazônico: Estudo Arqueológico de Engenhos dos Séculos XVIII e XIX. *Tese*

- de Doutorado*. Porto Alegre, RS: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- MARTINS, I. F. (2015). *Arqueologia e Etnicidade na Amazônia Oriental: O caso do Engenho Murutucu em Belém do Pará. Dissertação de Mestrado*. Belém, Pará: Universidade Federal do Pará.
- MAUSS, M. (2003). *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.
- MAZZ, J. M. (2008). Para uma Etnoarqueologia da Cerâmica Mati. *Revista de Arqueologia*, 21, pp. 45-60.
- MCKERN, W. C. (1939). The midwestern taxonomic method as an aid to archaeological culture study. *American Antiquity*, Vol. 4, No. 4, pp. 301-313.
- MCLAUGHLIN, T. R. (2019). On Applications of Space–Time Modelling with Open-Source 14C Age Calibration. *Journal of Archaeological Method and Theory*, Vol. 26, pp. 479-501.
- MEGGERS, B. J. (1948). The Archaeology of the Amazon Basin. Em J. H. STEWARD, *Handbook of South American Indians, Volume 3, The Tropical Forest Tribes*. Washington, DC: Smithsonian Institution.
- MEGGERS, B. J. (1954). Environmental Limitations on the Development of Culture. *American Anthropologist*, Vol. 56, pp. 801-824.
- MEGGERS, B. J. (1987). *Amazônia: A ilusão de um paraíso*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- MEGGERS, B. J. (1997). La Cerámica Temprana en América del Sur: Invención independiente o difusión? *Revista de Arqueología Americana*, No. 13, pp. 7-37.
- MEGGERS, B. J. (1998). *Enfoques Teóricos para la Investigación Arqueológica. Tomo I - Evolución y Difusión Cultural*. Quito: Ediciones Abya-Yala.
- MEGGERS, B. J., e EVANS, C. (1957). *Archaeological Investigations at the Mouth of the Amazon*. Washington, DC: Smithsonian Institution.
- MEGGERS, B. J., e EVANS, C. (1970). *Como Interpretar a Linguagem da Cerâmica – Manual para Arqueólogos*. Washington, DC: Smithsonian Institute.
- MELATTI, J. C. (2007). *Índios do Brasil*. São Paulo: Edusp.
- MILLER, E. T. (1992). *Arqueologia nos empreendimentos hidrelétricos da Eletronorte*. Brasília, DF: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte.

- MILLER, E. T. (2009). A Cultura Cerâmica do Tronco Tupí no alto Ji-Paraná, Rondônia, Brasil: Algumas Reflexões Teóricas, Hipotéticas e Conclusivas. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica, Vol. 1, No. 1*, pp. 35-136.
- MILLER, E. T. (2009). Pesquisas Arqueológicas no Pantanal do Guaporé: A Sequência Seriada da Cerâmica da Fase Bacabal. Em B. J. MEGGERS, *Arqueologia Interpretativa - O Método Quantitativo para Estabelecimento de Sequências Cerâmicas: Estudos de Caso* (pp. 103-117). Porto Nacional: UNITINS.
- MILLER, E. T. (2013). Algumas Culturas Ceramistas, do Noroeste do Pantanal do Guaporé à Encosta e Altiplano Sudoeste do Chapadão dos Parecis. Origem, Difusão/Migração e Adaptação – do Noroeste da América do Sul ao Brasil. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica, Vol. 5, No. 2*, pp. 335-383.
- MONGELÓ, G. (2020). Ocupações humanas do Holoceno inicial e médio no sudoeste amazônico. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Vol. 15, No. 2*.
- MONTEIRO, K. L., OLIVEIRA, C. d., SILVA, B. M., MÔRO, F. V., e CARVALHO, D. A. (jan. de 2012). Caracterização morfológica de frutos, de sementes e do desenvolvimento pós-seminal de *Licania tomentosa* (Benth.). *Ciência Rural, v.42, n.1*, pp. 90-97.
- MONTICELLI, G. (2005). Arqueologia em obras de engenharia no Brasil: Uma crítica aos contextos. *Tese de Doutorado*. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- MONTOYA, A. R. (1639). *Tesoro de la lengua guarani*. Madrid: Iuan Sanches.
- MORAES, C. P., e NEVES, E. G. (2012). O ano 1000: Adensamento populacional, interação e conflito na Amazônia Central. *Amazônica, Vol. 4, No. 1*, pp. 122-148.
- MORALES, W. F. (2008). *Brasil Central: 12.000 anos de ocupação humana no médio curso do rio Tocantins, TO*. São Paulo: Annablume.
- MOREIRA, C. G., OTERO, S. M., COSTA, K. G., OLIVEIRA, A. C., e AGUIAR, P. L. (s.d.). Etnografia na produção das panelas de cerâmica indígena da AMIRT - Associação das Mulheres Indígenas da Região de Taracuí. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/0AD00434.pdf>.

- MOSKAL-DEL HOYO, M., RAUBA-BUKOWSKA, A., LITYNSKA-ZAJAC, M., MUELLER-BIENIEK, A., e CZEKAJ-ZASTAWNY, A. (2017). Plant materials used as temper in the oldest Neolithic pottery from south-eastern Poland. *Vegetation History and Archaeobotany*, 26, pp. 329-344.
- MUNIZ, T. S., e GOMES, D. M. (2017). Identidades materializadas na Amazônia colonial: a cerâmica dos séculos XVIII e XIX do sítio Aldeia, Santarém, PA. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, Vol. 11, No. 2, pp. 50-76.
- MURCCILLO, R., e WÜST, I. (1981/1982). Aspectos da Tecnologia cerâmica Bororo. *Arquivos do Museu de História Natural, Belo Horizonte*, Vol. 6-7, pp. 323-328.
- NEVES, E. G. (1998). Paths in Dark Waters: Archaeology as Indigenous History in the Upper Rio Negro Basin, Northwest Amazon. *Phd Dissertation*. Bloomington: Indiana University.
- NEVES, E. G. (1999/2000). O velho e o novo na arqueologia amazônica. *Revista USP*, No. 44, pp. 86-111.
- NEVES, E. G. (2015). Existe algo que se possa chamar de “arqueologia brasileira”? *Estudos Avançados*, Vol. 29, No. 83, pp. 7-17.
- NEVES, E. G. (2016). Não existe neolítico ao sul do Equador: as primeiras cerâmicas amazônicas e sua falta de relação com a agricultura. Em C. BARRETO, H. P. LIMA, e C. J. BETANCOURT, *Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: Rumo a uma nova síntese* (pp. 32-39). Belém: IPHAN.
- NEVES, E. G., GUAPINDAIA, V., LIMA, H. P., COSTA, B., e GOMES, J. (2014). A tradição Pocó-Açutuba e os primeiros sinais visíveis de modificações de paisagens na calha do Amazonas. *Amazonia memorias de las conferencias magistrales del 3er Encuentro Internacional de Arqueologia Amazónica* (pp. 137-158). Quito: Ikiam.
- NEVES, E. G., MUNITA, C. S., HAZENFRATZ, R., e MONGELÓ, G. Z. (2019). Ancient exchange networks in the Central Amazon. Em *Ceramics of the indigenous cultures of South America: studies of production and exchange through compositional analysis* (pp. 231-239). Albuquerque: University of New Mexico Press.
- NEVES, E. G., WATLING, J., e ALMEIDA, F. O. (2020). A arqueologia do alto Madeira no contexto arqueológico da Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, pp. 163-182.

- NIMUENDAJÚ, C. (1926). Die Palikur-Indianer und ihre Nachbarn. *Göteborgs Kungl. Vetenskaps- och Vitterhets-Samhälles Handlingar, Fjärde föliden. XXXI, n. 2*, pp. 1-144.
- OLIVEIRA, A. E., e GALVÃO, E. (1969). A cerâmica dos índios Juruna (rio Xingu). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia, No. 41*, pp. 1-25.
- OLIVEIRA, E. R. (2005). *Aspectos da interação cultural entre os grupos ceramistas pré-coloniais do médio curso do rio Tocantins*. São Paulo: Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia. .
- OLIVEIRA, J. E., e VIANA, S. A. (1999/2000). O Centro-Oeste antes de Cabral. *Revista USP, No. 44*, pp. 142-189.
- OLIVEIRA, T. L. (2015). Os Baniwa, os artefatos e a cultura material no alto rio Negro. *Tese de Doutorado*. Rio de Janeiro, RJ: Museu Nacional.
- OLIVER, J. R. (2008). The Archaeology of Agriculture in Ancient Amazonia. Em H. SILVERMAN, e W. H. ISBELL, *Handbook of South American Archaeology* (pp. 185-216). New York: Springer.
- PANACHUK, L. (2016). A ciência do barro e os sentidos: percepções sobre experimentos cerâmicos arqueológicos em Juruti, Pará, Baixo Amazonas. *Teoria e Sociedade, No. 24.2*, pp. 31-54.
- PENNA, D. S. (1973). *Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna*. Belém, PA: Conselho Estadual de Cultura.
- PINHASI, R., FORT, J., e AMMERMAN, A. J. (2005). Tracing the Origin and Spread of Agriculture in Europe. *Plos Biology, Vol. 3, No. 12*, pp. 2220-2228.
- PONTIM, R. d. (2013). A Tradição Tupiguarani na Bacia do Alto Tocantins. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia (USP), Suplemento nº 15*, pp. 1-120.
- PORRO, A. (1993). *As crônicas do rio Amazonas: notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia*. Petrópolis: Vozes.
- PROUS, A. (2019). *Arqueologia Brasileira: A Pré-história e os verdadeiros colonizadores*. Cuiabá: Archaeo; Carlini e Caniato Editorial.
- RENFREW, C. (1986). Introduction: peer polity interaction and socio-political change. Em C. RENFREW, e J. F. CHERRY, *Peer Polity Interaction and Socio-Political Change* (pp. 1-18). Cambridge: Cambridge University Press.
- RIBEIRO, B. (1988). *Dicionário do artesanato indígena*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paul.

- RIBEIRO, J. E., HOPKINS, M. J., VICENTINI, A., SOTHERS, C., COSTA, M. A., DE BRITO, J. M., . . . PEREIRA, E. C. (1999). *Flora da Reserva Ducke. Guia de identificação das plantas vasculares de uma floresta de terra-firme na Amazônia Central*. Manaus/AM: INPA-DFID.
- RICE, P. M. (1987). *Pottery Analysis: A Sourcebook*. Chicago: The University of Chicago Press.
- RITZER, G., e GINDOFF, P. (1994). Agency-structure, micro-macro, individualism-holism-relationism: a methatheoretical explanation of theoretical convergence between the United States and Europe. Em P. (. SZTOMPKA, *Agency and structure: reorienting social theory* (pp. 3-23). Yverton: Gordon; Breach.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. (1996). A ocupação ceramista pré-colonial do Brasil Central: Origens e Desenvolvimento. *Tese de Doutorado*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- RODET, M. J., DUARTE-TALIM, D., e SANTOS JÚNIOR, V. (2013). Cadeia operatória e análise tecnológica: uma abordagem metodológica possível mesmo para coleções líticas fora de contexto (exemplo das pontas de projétil do nordeste do Brasil). *Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano - Series Especiales*, pp. 264-278.
- RODRIGUES, A. (1986). *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.
- RODRIGUES, I. M., VOLKMER-RIBEIRO, C., e MACHADO, V. S. (2017). Cauixi em cerâmica arqueológica da região de Lagoa Santa, Minas Gerais: inclusão de esponjas processadas ou exploração de depósitos sedimentares com espículas? *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Vol. 12, No. 1*, pp. 85-100.
- ROOSEVELT, A. C. (1995). Early Pottery in the Amazon: Twenty years of scholarly obscurity. Em W. K. BARNETT, e J. W. HOOPEs, *The Emergence of Pottery: Technology and Innovation in Ancient Societies* (pp. 115-131). Washington: Smithsonian Institution Press.
- ROOSEVELT, A. C., HOUSLEY, R. A., SILVEIRA, M. I., MARANCA, S., e JOHNSON, R. (1991). Eighth Millennium Pottery eom a Prehistoric Shell Midden in the Brazilian Amazon. *Science, Vol. 254*, pp. 1621-1624.

- ROSTAIN, S. (2008). The Archaeology of the Guianas: An Overview. Em H. SILVERMAN, e W. H. ISBELL, *Handbook of South American Archaeology* (pp. 279-302). New York: Springer.
- ROSTAIN, S. (2016). "C'est curieux chez les Amazoniens ce besoin de faire des vases": alfareras Palikur de Guyana. Em C. BARRETO, H. P. LIMA, e C. J. BETANCOURT, *Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: Rumo a uma nova síntese* (pp. 97-114). Belém: IPHAN.
- ROSTAIN, S. (2016). La Cerámica de Las Guianas. Em C. BARRETO, H. P. LIMA, e C. J. BETANCOURT, *Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: Rumo à uma nova síntese* (pp. 55-70). Belém: IPHAN/Museu Paraense Emílio Goeldi.
- ROUX, V. (2015). Standardization of ceramic assemblages: Transmission mechanisms and diffusion of morpho-functional traits across social boundaries. *Journal of Anthropological Archaeology*, Vol. 40, pp. 1-9.
- ROUX, V. (2017). Ceramic Manufacture: The chaîne opératoire Approach. Em A. (. HUNT, *The Oxford Handbook of Archaeological Ceramic Analysis* (pp. 102-113). Oxford: Oxford University Press.
- ROUX, V., e MANZO, G. (2018). Social Boundaries and Networks in the Diffusion of Innovations: a Short Introduction. *Journal of Archaeological Method and Theory*, Vol. 25, pp. 967-973.
- RUBIN, J. C., SILVA, R. T., BAYER, M., BARBERI, M., BARBOSA, J. B., ORTEGA, D. D., . . . VIANA, S. A. (2019). Ocupação pré-colonial na bacia hidrográfica do rio Araguaia, estados de Goiás e Mato Grosso, Brasil: síntese aproximada e dois estudos de casos. *Revista del Museo de La Plata*, Vol. 4, No. 2, pp. 401-436.
- RYE, O. S. (1981). *Pottery Technology: Principles and Reconstruction*. Washington: Manuals on Archaeology 4.
- SAHLINS, M. (2003). *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SAHLINS, M. (2004). *Cultura na Prática*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- SALDANHA, J. D., e CABRAL, M. P. (2010). A Arqueologia do Amapá: reavaliação e novas perspectivas. Em E. PEREIRA, e V. (. GUAPINDAIA, *Arqueologia Amazônica*, Vol. 1 e 2 (pp. 95-112). Belém: MPEG; IPHAN; SECULT.
- SANTACREU, D. A. (2014). *Materiality, Techniques and Society in Pottery Production - The Technological Study of Archaeological Ceramics Through Paste Analysis*. Warsaw/Berlin: De Gruyter Open.

- SANTOS-GRANERO, F. (2002). The Arawakan Matrix: Ethos, Language, and History in Native South America. Em F. SANTOS-GRANERO, e J. D. HILL, *Comparative Arawakan Histories: Rethinking Language Family and Culture Area in Amazonia* (pp. 25-50). Urbana: University of Illinois Press.
- SASSAMAN, K. E., e RUDOLPHI, W. (2001). Communities of Practice in the Early Pottery Traditions of the American Southeast. *Journal of Archaeological Research*, Vol. 57, pp. 407-425.
- SAUNALUOMA, S. (2010). Pre-columbian earthworks in the Riebralta Region of the Bolivian Amazon. *Amazônica*, Vol. 2, No. 1, pp. 104-138.
- SAUNALUOMA, S. (2014). Os sítios Pré-colombianos com estruturas de terra na região de fronteira entre o Acre, Brasil, e Riberalta, Bolívia, Amazônia Sul-Occidental. *Revista de Arqueologia*, pp. 125-149.
- SAUNALUOMA, S. (2016). Cerâmicas do Acre. Em C. BARRETO, H. P. LIMA, e C. J. BETANCOURT, *Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: Rumo a uma nova síntese* (pp. 414-419). Belém: IPHAN/Museu Paraense Emílio Goeldi.
- SAUNALUOMA, S., e SCHAAN, D. P. (2012). Monumentality in Western Amazonian formative societies: geometric ditched enclosures in the Brazilian state of Acre. *Antiqua*, Vol. 2, No. 1, pp. 1-11.
- SAUNALUOMA, S., PÄRSSINEN, M., e SCHAAN, D. P. (2018). Diversity of Pre-colonial Earthworks in the Brazilian State of Acre, Southwestern Amazonia. *Journal of Field Archaeology*, Vol. 43, No. 5, pp. 362-379.
- SCARAMELLI, K. L. (2006). Picking up the pieces: ceramic production and consumption on the middle Orinoco colonial frontier. *PHD Dissertation*. Chicago, Illinois: University of Chicago.
- SCHAAN, D. P. (2004). The Camutins Chiefdom: Rise and Development of Social Complexity on Marajó Island, Brazilian Amazon. *PHD Dissertation*. Pittsburgh: University of Pittsburgh.
- SCHAAN, D. P. (2007). Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fases e tradições. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Vol. 2, No. 1, pp. 77-89.
- SCHAAN, D. P., e ALVES, D. T. (2015). *Um Porto, Muitas Histórias: Arqueologia em Santarém*. Belém: Gráfica Supercores.
- SCHAAN, D. P., PÄRSSINEN, M., SAUNALUOMA, S., RANZI, A., BUENO, M., e BARBOSA, A. (2012). New radiometric dates for precolumbian (2000–700

- B.P.) earthworks in western Amazonia, Brazil. *Journal of Field Archaeology*, Vol. 37, No. 2, pp. 132-142.
- SCHEUER, H. L. (1982). *A tradição da cerâmica popular*. São Paulo: Editorial Livramento.
- SCHMITZ, P. I., e BARBOSA, A. S. (1985). *Horticultores Pré-Históricos do Estado de Goiás*. São Leopoldo: UNISINOS.
- SCHMITZ, P. I., e ROGGE, J. H. (2008). Um sítio da tradição cerâmica Aratu em Apucarana, PR. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Vol. 18, pp. 47-68.
- SCHMITZ, P. I., BARBOSA, A. S., JACOBUS, A. L., e RIBEIRO, M. B. (1989). Arqueologia nos Cerrados do Brasil Central: Serranópolis I. *Pesquisas, Antropologia*, No. 44, pp. 9-200.
- SCHMITZ, P. I., BARBOSA, A. S., WÜST, I., e MOEHLECKE, S. (1981). Arqueología del Centro y Sur de Goiás. *Pesquisas, Antropologia*, No. 32, pp. 85-106.
- SCHMITZ, P. I., RIBEIRO, M. B., BARBOSA, A. S., BARBOSA, M. O., e MIRANDA, A. F. (1986). *Caiapônia: Arqueologia nos Cerrados do Brasil Central*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas.
- SCHMITZ, P. I., WÜST, I., COPÉ, S. M., e THIES, U. M. (1982). *Arqueologia do centro-sul de Goiás: uma fronteira de horticultores indígenas no centro do Brasil*. *Pesquisas Antropologia*, N. 33. São Leopoldo, RS: Instituto Anchieta de Pesquisas.
- SHEPARD, A. O. (1956). *Ceramics for the Archaeologist*. Washington: Carnegie Institution of Washington.
- SILVA, C. G. (2015). Os contextos arqueológicos e a variabilidade artefactual da ocupação Jatuarana no alto rio Madeira. *Dissertação de Mestrado*. Belém: Universidade Federal do Pará.
- SIMÕES, M. F. (1967). Considerações Preliminares sobre a Arqueologia do alto Xingu (Mato Grosso). *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, No. 6, pp. 129-151.
- SIMÕES, M. F. (1972). Índice das fases arqueológicas brasileiras 1950-1971. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, No. 18, pp. 1-75.
- SIMÕES, M. F. (1977). Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica. *Acta Amazônica*, Vol. 7, No. 3, pp. 297-300.

- SIMÕES, M. F. (1981). As pesquisas arqueológicas no Museu Paraense Emílio Goeldi (1870-1981). *Acta Amazônica*, Vol. 11, No. 1, pp. 149-165.
- SIMÕES, M. F. (1981). Coletores-Pescadores ceramistas do litoral do Salgado (Pará). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, No. 78, pp. 1-26.
- SIMÕES, M. F. (1992). *Cerâmica Karajá e outras notas etnográficas*. Goiânia: UCG.
- SIMÕES, M. F., e ARAÚJO-COSTA, F. d. (1987). Pesquisas arqueológicas no baixo rio Tocantins (Pará). *Revista de Arqueologia*, Vol 4., No. 1, pp. 11-27.
- SIMÕES, M. F., e CORRÊA, C. G. (1987). Pesquisas arqueológicas no baixo Uatumã - Jatapu (AM). *Revista de Arqueologia*, Vol. 4, No. 1, pp. 29-48.
- SIMÕES, M. F., e LOPES, D. F. (1987). Pesquisas arqueológicas no baixo/médio rio Madeira (AM). *Revista de Arqueologia*, Vol. 4, No. 1, pp. 117-134.
- SIMÕES, M. F., e MACHADO, A. L. (1987). Pesquisas arqueológicas no lago de Silves (AM). *Revista de Arqueologia*, Vol. 4, No. 1, pp. 49-82.
- SIMÕES, M. F., e MACHADO, A. L. (1987). Pesquisas Arqueológicas no lago de Silves (AM). *Revista de Arqueologia*, pp. 49-82.
- SINOPOLI, C. M. (1991). *Approaches to Archaeological Ceramics*. New York: Springer.
- SKIBO, J. M. (2013). *Understanding Pottery Function*. New York: Springer.
- SKIBO, J. M., SCHIFFER, M. B., e REID, K. C. (Jan. de 1989). Organic-Tempered Pottery: An Experimental Study. *American Antiquity*, Vol. 54, No. 1, pp. 122-146.
- SOARES, J. (2013). Discutindo a tradição Aratu: proposta de um modelo de dispersão e implantação nas zonas de tensão ecológica. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, No. 23, pp. 61-77.
- SOUZA, A. M. (1997). *Dicionário de Arqueologia*. Rio de Janeiro: ADESA.
- SOUZA, J. G., MATEOS, J. A., e MADELLA, M. (2020). Archaeological expansions in tropical South America during the late Holocene: Assessing the role of demic diffusion. *Plos One*, Vol. 15, No. 4, pp. 1-32.
- SOUZA, M. A. (2000). Ouro Fino - Arqueologia Histórica de um Arraial de Mineração do Século XVIII em Goiás. *Dissertação de Mestrado*. Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás.
- SOUZA, M. A. (2017). A arqueologia dos grupos indígenas em contextos históricos: problemas e questões. *Revista de Arqueologia*, Vol. 30, No. 1, pp. 144-153.

- SOUZA, M. A., e SYMANSKI, L. C. (2009). Slave Communities and Pottery Variability in Western Brazil: The Plantations of Chapada dos Guimarães. *International Journal of Historical Archaeology*, Vol. 13, pp. 513-548.
- SPRUCE, R. (1908). *Notes of a Botanist on the Amazon and Andes*. Vol. 1. London: MacMillan and Co. Limited.
- STEWART, J. H. (1947). American Culture History in the Light of South America. *Southwestern Journal of Anthropology*, Vol. 3, No. 2, pp. 85-107.
- STEWART, J. H. (1955). *Theory of Culture Change: The methodology of multilinear evolution*. Chicago: University of Illinois Press.
- STRATHERN, M. (2014). *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac e Naify.
- SYMANSKI, L. C. (2006). Slaves and Planters in Western Brazil: Material Culture, Identity and Power. *PHD Dissertation*. Universtiy of Florida.
- SYMANSKI, L. C. (2010). Cerâmicas, identidades escravas e crioulização nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *História Unisinos*, Vol. 14, No. 3, pp. 295-312.
- SYMANSKI, L. C., e GOMES, D. M. (2012). Mundos mesclados, espaços segregados: cultura material, mestiçagem e segmentação no sítio Aldeia em Santarém (PA). *Anais do Museu Paulista*, Vol. 20, n. 2, pp. 53-90.
- TOMBER, R., CARTWRIGHT, C., e GUPTA, S. (2011). Rice temper: technological solutions and source identification in the Indian Ocean. *Journal of Archaeological Science*, 38, pp. 360-366.
- TRIGGER, B. G. (2004). *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseus.
- URBAN, G. (1992). A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. Em M. C. CUNHA, *História dos índios no Brasil* (pp. 87-102). São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP.
- VAN DEN BEL, M. (2009). The Palikur Potters: an ethnoarchaeological case study on the Palikur pottery tradition in French-Guiana and Amapá, Brazil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Vol. 4, No. 1, pp. 39-56.
- VAN DEN BEL, M. (2015). Archaeological investigations between Cayenne Island and the Maroni river: a cultural sequence of western coastal French Guiana from 5000 BP to present. Leiden: Sidestone Press.

- VAN DEN BEL, M. (2015). Rituais funerários e deposição cerâmica nos sítios AM 41 e La Pointe de Balaté: repensando o período cerâmico tardio na planície costeira oeste da Guiana Francesa. *Bolteim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Vol. 10, No. 1*, pp. 11-45.
- VAN DEN BEL, M., HAMBURG, G., e JACOBS, L. (1995). The use of kwep as a temper for clay among the Palikur in French Guyana. *Newsletter of the Department of Pottery Technology - Leiden University*, pp. 42-51.
- VAN DER LEEUW, S. (1993). Giving the potter a choice: conceptual aspects of pottery techniques. Em P. (. LEMONNIER, *Technological Choices - Transformations in material cultures since the Neolithic* (pp. 238-288). London: Routledge.
- VELDE, B., e DRUC, I. C. (1999). *Archaeological Ceramic Materials*. Berlin: Springer.
- VERSTEEG, A. H. (2008). Barrancoid and Arauquinoid Mound Builders in Coastal Suriname. Em H. SILVERMAN, e W. H. ISBELL, *Handbook of South American Archaeology* (pp. 303-318). New York: Springer.
- VIANA, S. A. (2006). *Pré-história no vale do rio Manso/MT*. Goiânia: Editora da UCG.
- VIANA, S. A., RIBEIRO, C. V., e OLIVEIRA, S. D. (2011). Cauixí em cerâmica arqueológica: uma questão de escolhas culturais. *Revista de Arqueologia, Vol. 24, No. 1*, pp. 32-51.
- WAGNER, R. (2010). Existem grupos sociais nas terras altas da Nova Guiné? *Cadernos de Campo, n. 19*, pp. 237-257.
- WALKER, M. J., BERKELHAMMER, M., BJÖRCK, S., CWYNAR, L. C., FISHER, D. A., LONG, A. J., . . . WEISS, H. (2012). Formal subdivision of the Holocene Series/Epoch: a Discussion Paper by a Working Group of INTIMATE (Integration of ice-core, marine and terrestrial records) and the Subcommittee on Quaternary Stratigraphy (International Commission on Stratigraphy). *Journal of Quaternary Science, Vol. 27, No. 7*, pp. 649-659.
- WATLING, J., ALMEIDA, F. O., KATER, T., ZUSE, S., SHOCK, M. P., MONGELÓ, G., . . . NEVES, E. G. (2020). Arqueobotânica de ocupações ceramistas na Cachoeira do Teotônio. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, pp. 47-69.
- WATLING, J., SHOCK, M. P., MONGELÓ, G., ALMEIDA, F. O., KATER, T., OLIVEIRA, P. E., e NEVES, E. G. (2018). Direct archaeological evidence for

- Southwestern Amazonia as an early plant domestication and food production centre. *Plos One*, Vol. 13, No. 7.
- WILLEY, G. R., e PHILLIPS, P. (1958). *Method and Theory in American Archaeology*. Chicago e London: The University of Chicago Press.
- WÜST, I. (1975). A cerâmica Carajá de Aruanã. *Anuário de Divulgação Científica*, Ano 2, Nº 2, Goiânia, pp. 90-165.
- WÜST, I. (1981/1982). Observações sobre a tecnologia cerâmica Karajá de Aruanã. *Arquivos do Museu de História Natural de Belo Horizonte*, Vol. 6-7, pp. 311-322.
- WÜST, I. (1983). Aspectos da Ocupação Pré-Colonial em área do Mato Grosso e de Goiás. *Dissertação de Mestrado*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- WÜST, I. (1990). Continuidade e Mudança - Para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da bacia do rio Vermelho. *Tese de Doutorado*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- WÜST, I. (1999). As Aldeias de Agricultores Ceramistas do Centro-Oeste Brasileiro. Em M. C. TENÓRIO, *Pré-História da Terra Brasilis* (pp. 321-337). Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- WÜST, I. (1999). Etnicidade e Tradições Ceramistas: Algumas reflexões a partir das antigas aldeias Bororo do Mato Grosso. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento 3, pp. 303-317.
- WÜST, I., e BARRETO, C. (1999). The Ring Villages of Central Brazil: A Challenge for Amazonian Archaeology. *Latin American Antiquity*, Vol. 10, No. 1, pp. 3-23.
- ZIMPEL NETO, C. A. (2008). Na direção das periferias extremas da Amazônia: Arqueologia na bacia do rio Jiparaná, Rondônia. *Dissertação de Mestrado*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- ZIMPEL NETO, C. A. (2018). A fase Bacabal e seus correlatos arqueológicos na Amazônia. *Tese de Doutorado*. São Paulo: Universidade de São Paulo - Museu de Arqueologia e Etnologia.
- ZUCCHI, A. (1991). El Negro-Casiquire-Alto Orinoco coo ruta conectiva entre el Amazonas y el norte de Suramerica. *Procs. of 12th Internat. Congress for Caribbean Archaeology*, (pp. 1-34). Cayenne.

- ZUCCHI, A. (2017). *Arqueología de Los Llanos Occidentales y el Orinoco - Colección Clásicos de la Arqueología Venezolana*. Caracas: Centro Nacional de Estudios Históricos.
- ZUSE, S. (2014). Variabilidade cerâmica e diversidade cultural no Alto rio Madeira, Rondônia. *Tese de Doutorado*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia.
- ZUSE, S. (2016). Variabilidade Cerâmica e Diversidade Cultural no Alto Rio Madeira. Em C. BARRETO, H. P. LIMA, e C. J. BETANCOURT, *Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: Rumo a uma nova síntese* (pp. 385-401). Belém: IPHAN/Museu Paraense Emílio Goeldi.
- ZUSE, S., COSA, A. F., PESSOA, C., e KIPNIS, R. (2020). Tecnologias cerâmicas no alto rio Madeira: síntese, cronologia e perspectivas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Vol. 15, No. 2*, pp. 137-162.

ANEXO I: BASE DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E LOCALIDADES COM CARAIPIÉ

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
14		Peru	Polícroma		Zebu		1030 ± 90	C14		Bolian (1975); Belletti (2015)
14		Peru	Polícroma		Zebu		1265 ± 90	C14		Bolian (1975); Belletti (2015)
14		Peru	Polícroma		Zebu		1515 ± 90	C14		Bolian (1975); Belletti (2015)
5 Unidos	AM-IR-64	Brasil	Polícroma	Guarita						Moraes (2006); Belletti (2015)
5 Unidos II	AM-IR-65	Brasil	Polícroma	Guarita						Moraes (2006); Belletti (2015)
50 B.E.C	RO-PV-21	Brasil	Polícroma		Jatuarana					Simões (1983); Belletti (2015)
Abaeté 1	Ab1	Brasil								Scientia (2006)
Abaeté 2	Ab2	Brasil								Scientia (2006)
Abaixo da Aldeia Wariwari	TO-CX-03	Brasil	Uru							Wüst (1993)
Abeci I		Brasil	Uru							Zanettini (2008)
Abeci II		Brasil	Uru							Zanettini (2008)
Abial		Brasil	Polícroma		Tefé					Hilbert (1968); Belletti (2013; 2015)
Abrigo das Abelhas	MT-RN-031	Brasil	Uru							Wüst (1985)
Abrigo Dipetrol (Caretas)	MT-SL-11	Brasil	Uru/Bororo			230 ± 70	1720	C14	Beta- 27427	Wüst (1983, 1990)
Abrigo Dipetrol (Caretas)	MT-SL-11	Brasil	Uru/Bororo			2110 ± 65		C14	N-5112	Wüst (1983, 1990)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Abrigo Dipterol (Lagoinha)	MT-RN-10	Brasil								Wüst (1990)
Abrigo do Garca	MT-GA-006	Brasil	Uru/Tupiguarani			2970 ± 70		C14	Beta 27424	Wüst (1983)
Abrigo do Garca	MT-GA-006	Brasil	Uru/Tupiguarani			3470 ± 75		C14	N-5117	Wüst (1983)
Abrigo do Jarudore	MT-SL-038	Brasil	Tombador/Uru			2560 ± 80		C14	N-5112	Wüst (1985)
Abrigo do Morro das Araras	MT-SL-053	Brasil	Uru							Wüst (1986)
Abrigo do Nercio	MT-GA-015	Brasil	Uru							Wüst (1986)
Abrigo Paraíso	MT-RN-027	Brasil	Uru							Wüst (1985)
Abrigo Pedra Talhada	GO-Ni-176	Brasil	Tupiguarani			2121		TL	SM 240	Pontim (2013)
Abrigo Pedra Talhada	GO-Ni-176	Brasil	Tupiguarani			1905		TL	SM 239	Pontim (2013)
Abrigo Pedra Talhada	GO-Ni-176	Brasil	Tupiguarani			1667		TL	SM 250	Pontim (2013)
Abrigo Pedra Talhada	GO-Ni-176	Brasil	Tupiguarani			1326		TL	SM 242	Pontim (2013)
Abrigo Pedra Talhada	GO-Ni-176	Brasil	Tupiguarani			1113		TL	SM 238	Pontim (2013)
Abrigo Pedra Talhada	GO-Ni-176	Brasil	Tupiguarani			1091		TL	SM 241	Pontim (2013)
Abrigo Pedra Talhada	GO-Ni-176	Brasil	Tupiguarani			1041		TL	SM 257	Pontim (2013)
Abrigo Pedra Talhada	GO-Ni-176	Brasil	Tupiguarani			828		TL	SM 243	Pontim (2013)
Abrigo Pedra Talhada	GO-Ni-176	Brasil	Tupiguarani			718		TL	SM 244	Pontim (2013)
Abrigo Pedra Talhada	GO-Ni-176	Brasil	Tupiguarani			597		TL	SM 255	Pontim (2013)
Abrigo Pedra Talhada	GO-Ni-176	Brasil	Tupiguarani			587		TL	SM 256	Pontim (2013)
Abrigo Pedra Talhada	GO-Ni-176	Brasil	Tupiguarani			577		TL	SM 258	Pontim (2013)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Lapa do Taquari										
Acácia	GO-Ni-222	Brasil	Uru/Aratu							Pontim (2013)
Acapú		Brasil								Tamanaha et al. (2015)
Acará	AM-BO-06	Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Simões & Lopes (1987); Belletti (2015)
Açutuba	AM-IR-02	Brasil	Polícroma Amazônica	Guarita		980 ± 60	990-1160 AD	C14	Beta 90009	Lima (2008); TAMANAHA (2012)
Açutuba	AM-IR-02	Brasil	Polícroma Amazônica	Guarita		790 ± 40	1210-1270 AD	C14	Beta 97529	Lima (2008); TAMANAHA (2012)
Açutuba	AM-IR-02	Brasil			Açutuba		590 a. C.	C14		Lima (2008)
Açutuba	AM-IR-02	Brasil			Açutuba		350 a.C. a 40 a.C.	C14	Beta 202677	Lima (2008)
Açutuba	AM-IR-02	Brasil			Açutuba		870 d.C. a 1030 d.C.	C14	Beta 202676	Lima (2008)
Açutuba	AM-IR-02	Brasil			Açutuba		50 a.C. a 60 d.C.	C14	Beta 202675	Lima (2008)
Açutuba	AM-IR-02	Brasil			Açutuba		1310 d.C.-1450 d.C.	C14	Beta 242432	Lima (2008)
Açutuba	AM-IR-02	Brasil			Açutuba		410 a.C.-170 a.C.	C14	Beta 178910	Lima (2008)
Açutuba	AM-IR-02	Brasil			Açutuba		430 d.C.-550 d.C.	C14	Beta 178908	Lima (2008)
Açutuba	AM-IR-02	Brasil			Açutuba		410 d.C.-600 d.C.	C14	Beta 178909	Lima (2008)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Aldeinha Bokodoro	MT-RN-019	Brasil	Bororo				1918 a 1948			Wüst (1984)
Aldo		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Aliança	RO-PV-16	Brasil	Polícroma		Jatuarana					Simões (1983); Belletti (2015)
Almeidas	PA-OR-119	Brasil								Guapindaia (2008)
Alto Alegre	AC-IQ-11	Brasil	Quinari			2070 a 1670		TL		Dias (2006)
Alto Alegre do Pindaré 4		Brasil	Histórico							Scientia (2008)
Alto Horizonte	AH	Brasil	Uru							Zanettini (2004)
Amazonas		Brasil	Polícroma					Tefé		Tamanaha (2014); Belletti (2015)
AM-BL-10		Brasil						Etno-histórica		Simões & Kalkmann (1987)
AM-BL-12		Brasil						Quemacubau		Simões & Kalkmann (1987)
AM-BL-13		Brasil	Polícroma	Guarita	Manauacá					Simões & Kalkmann (1987)
AM-BL-14		Brasil						Unini		Simões & Kalkmann (1987)
AM-BL-15		Brasil						Cumarú		Simões & Kalkmann (1987)
AM-BL-16		Brasil						Cumarú		Simões & Kalkmann (1987)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
AM-BO-1		Brasil	Inciso Ponteadada		Curralinho					Simões & Lopes (1987)
AM-BO-7		Brasil	Inciso Ponteadada		Axinim					Simões & Lopes (1987)
Ambrósio		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
AM-CR-10		Brasil	Inciso Ponteadada		Axinim					Simões & Lopes (1987)
AM-CR-12		Brasil	Inciso Ponteadada		Axinim					Simões & Lopes (1987)
AM-DE-1		Brasil			Cuaru		900 ± 90	C14	SI-4057	Simões & Kalkmann (1987)
AM-IT-10		Brasil	Saracá		Saracá					Simões & Machado (1987)
AM-IT-11		Brasil	Saracá		Saracá					Simões & Machado (1987)
AM-IT-12		Brasil	Saracá		Saracá					Simões & Machado (1987)
AM-IT-13		Brasil	Saracá		Saracá					Simões & Machado (1987)
AM-IT-15		Brasil	Saracá		Iraci					Simões & Machado (1987)
AM-IT-16		Brasil	Saracá		Iraci					Simões & Machado (1987)
AM-IT-17		Brasil	Saracá		Iraci					Simões & Machado (1987)
AM-IT-18		Brasil	Saracá		Iraci					Simões &

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
										Machado (1987)
AM-IT-19		Brasil	Borda Incisa		Silves					Simões & Machado (1987)
AM-IT-20		Brasil	Saracá		Iraci					Simões & Machado (1987)
AM-IT-4		Brasil	Borda Incisa		Silves					Simões & Machado (1987)
AM-IT-7		Brasil	Inciso Ponteadada		Garbe					Simões & Machado (1987)
AM-IT-8		Brasil	Borda Incisa		Silves					Simões & Machado (1987)
AM-IT-9		Brasil	Borda Incisa		Silves		200 ± 105	C14	N-2353	Simões & Machado (1987)
AM-IT-9		Brasil	Borda Incisa		Silves		210 ± 65	C14	N-2354	Simões & Machado (1987)
AM-MA-21		Brasil	Polícroma	Guarita	Samambaia					Simões & Kalkmann (1987)
AM-MA-22		Brasil	Polícroma	Guarita	Samambaia					Simões & Kalkmann (1987)
AM-MA-23		Brasil	Polícroma	Guarita	Apuaú					Simões & Kalkmann (1987)
AM-MA-24		Brasil	Polícroma	Guarita	Apuaú					Simões & Kalkmann (1987)
AM-MA-25		Brasil	Polícroma	Guarita	Apuaú					Simões & Kalkmann (1987)
AM-MA-26		Brasil	Polícroma	Guarita	Apuaú					Simões & Kalkmann (1987)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
AM-MA-27		Brasil	Polícroma	Guarita	Apuaú					Simões & Kalkmann (1987)
AM-MA-29		Brasil	Polícroma	Guarita	Apuaú					Simões & Kalkmann (1987); Belletti (2015)
AM-MA-30		Brasil	Polícroma	Guarita	Apuaú					Simões & Kalkmann (1987); Belletti (2015)
AM-MA-7: Colônia		Brasil	Polícroma	Guarita	Umari					Simões (s/d)
AM-MA-8: Santa Luzia		Brasil	Polícroma	Guarita	Umari					Simões (s/d)
AM-MC-25		Brasil	Inciso-Ponteada		Curralinho		885 ± 90	C14	SI-5376	Cruz (2008)
AM-MC-25		Brasil	Inciso Ponteada		Curralinho		885 ± 90	C14	SI-5376	Simões & Lopes (1987)
AM-MC-26		Brasil	Inciso Ponteada		Axinim					Simões & Lopes (1987)
AM-MC-29		Brasil	Inciso-Ponteada		Curralinho		840 ± 60	C14	SI-5378	Cruz (2008)
AM-MC-29		Brasil	Inciso-Ponteada		Curralinho		1450 ± 55	C14	SI-5377	Cruz (2008)
AM-MC-30		Brasil	Inciso Ponteada		Axinim					Simões & Lopes (1987)
AM-NA-2		Brasil	Inciso Ponteada		Curralinho					Simões & Lopes (1987)
AM-NA-3		Brasil	Inciso Ponteada		Axinim					Simões & Lopes (1987)
AM-NA-4		Brasil	Inciso Ponteada		Axinim					Simões & Lopes (1987)
AM-NA-5		Brasil	Inciso Ponteada		Axinim					Simões & Lopes (1987)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
AM-NA-6		Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Simões & Lopes (1987)
AM-TU-1		Brasil	Inciso Ponteadada		Axinim					Simões & Lopes (1987)
AM-UC-01		Brasil				990 ± 40	1025	C14	124943	Scientia (1999)
AM-UC-02		Brasil								Scientia (1998)
AM-UC-03		Brasil								Scientia (1998)
AM-UC-04		Brasil								Scientia (1998)
AM-UC-05		Brasil								Scientia (1999)
AM-UC-06		Brasil				200 ± 50	1670 a 1795	C14	124236	Scientia (1999)
AM-UC-06		Brasil				1910 ± 50	100	C14	124940	Scientia (1999)
AM-UC-06		Brasil				3630 ± 80	1965 a. C.	C14	124235	Scientia (1999)
AM-UC-07		Brasil				1040 ± 60	1005	C14	124939	Scientia (1999)
AM-UC-08		Brasil				1610 ± 70	435	C14	124237	Scientia (1999)
AM-UC-09		Brasil				580 ± 50	1400	C14	124942	Scientia (1999)
AM-UC-10		Brasil								Scientia (1998)
AM-UC-11		Brasil				2470 ± 70	745 a 530 a. C.	C14	124238	Scientia (1999)
AM-UC-17		Brasil								Scientia (1998)
AM-UC-21		Brasil				1300 ± 80	695	C14	124941	Scientia (1999)
AM-UC-22		Brasil								Scientia (1998)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
AM-UC-23		Brasil								Scientia (1998)
AM-UC-27		Brasil								Scientia (1998)
AM-UC-28		Brasil								Scientia (1998)
AM-UC-30		Brasil								Scientia (1998)
AM-UC-32		Brasil								Scientia (1998)
AM-UC-33		Brasil								Scientia (1998)
AM-UC-34		Brasil								Scientia (1998)
AM-UC-35		Brasil				1570 ± 60	530	C14	124239	Scientia (1999)
AM-UC-38		Brasil								Scientia (1998)
AM-UC-39		Brasil								Scientia (1999)
AM-UC-40		Brasil								Scientia (1998)
AM-UC-41		Brasil								Scientia (1998)
AM-UC-42		Brasil				1970 ± 70	55	C14	124240	Scientia (1999)
AM-UC-44		Brasil				1040 ± 50	1005	C14	124944	Scientia (1999)
AM-UC-45		Brasil								Scientia (1998)
AM-UC-47		Brasil								Scientia (1998)
AM-UC-48		Brasil								Scientia (1998)
AM-UC-49		Brasil								Scientia (1998)
AM-UR-1		Brasil	Saracá		Uatamã					Simões & Côrrea (1987)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
AM-UR-10		Brasil	Inciso Ponteadada		Jatapu		920 ± 75	C14	SI-5089	Simões & Côrrea (1987)
AM-UR-11		Brasil	Inciso Ponteadada		Jatapu					Simões & Côrrea (1987)
AM-UR-12		Brasil	Inciso Ponteadada		Jatapu					Simões & Côrrea (1987)
AM-UR-13		Brasil	Inciso Ponteadada		Jatapu					Simões & Côrrea (1987)
AM-UR-15		Brasil	Inciso Ponteadada		Jatapu					Simões & Côrrea (1987)
AM-UR-155		Brasil	Polícroma		Capuru					Miller (1992); Belletti (2015)
AM-UR-155		Brasil	Polícroma	Saracá	Caparu					Miller (1992)
AM-UR-16		Brasil	Inciso Ponteadada		Jatapu					Simões & Côrrea (1987)
AM-UR-17		Brasil	Saracá		Uatamá					Simões & Côrrea (1987)
AM-UR-18		Brasil	Inciso Ponteadada		Urucará					Simões & Côrrea (1987)
AM-UR-19		Brasil	Inciso Ponteadada		Urucará					Simões & Côrrea (1987)
AM-UR-2		Brasil	Saracá		Uatamá		300 ± 95	C14	SI-5086	Simões & Côrrea (1987)
AM-UR-20		Brasil	Inciso Ponteadada		Urucará					Simões & Côrrea (1987)
AM-UR-21		Brasil	Inciso Ponteadada		Urucará					Simões & Côrrea (1987)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Angico	GO-Ni-225	Brasil	Uru/Aratu							Pontim (2013)
Angoteros Pampa	Lo-Napo 005	Peru	Polícroma		Napo					Rivas Panduro (2013); Belletti (2015)
Antiga Aldeia	TO-CX-01	Brasil	Uru							Wüst (1993)
Antiga Serraria		Brasil	Polícroma		Tefé					Hilbert (1968); Belletti (2013; 2015)
Antonio Galo	AM-IR-72	Brasil	Polícroma	Guarita			1716 a 1813	TL		Moraes (2006; 2013); Belletti (2015)
Antônio Galo	AM-IR-72	Brasil								Moraes (2006)
AP-MA-5		Brasil				990 ± 40				Saldanha & Cabral (2016)
AP-MA-5		Brasil				920 ± 30				Saldanha & Cabral (2016)
AP-MA-5		Brasil				740 ± 30				Saldanha & Cabral (2016)
Apolônio	AM-IR-52	Brasil	Polícroma	Guarita	Paredão					Lima (2003)
Apôlonio	AM-IR-52	Brasil	Polícroma	Guarita						Erig Lima (2003); Belletti (2015)
Apostolo Paulo I		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Apurinã		Brasil	Contemporâneo				Séculos XX-XXI			Ferreira (2018)
ARA 10		Peru	Polícroma		Nofurei					Herrera et al. (1992); Belletti

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
										(2015)
ARA 11		Peru	Polícroma		Nofurei					Herrera et al. (1992); Belletti (2015)
ARA 13		Peru	Polícroma		Nofurei					Herrera et al. (1992); Belletti (2015)
ARA 15		Peru	Polícroma		Nofurei		620 ± 70	C14		Herrera et al. (1992); Belletti (2015)
ARA 15		Peru	Polícroma		Nofurei		1290 ± 60	C14		Herrera et al. (1992); Belletti (2015)
ARA 18		Peru	Polícroma		Nofurei					Herrera et al. (1992); Belletti (2015)
ARA 19		Peru	Polícroma		Nofurei					Herrera et al. (1992); Belletti (2015)
ARA 2		Peru	Polícroma		Nofurei					Herrera et al. (1992); Belletti (2015)
ARA 20		Peru	Polícroma		Nofurei					Herrera et al. (1992); Belletti (2015)
ARA 3		Peru	Polícroma		Nofurei					Herrera et al. (1992); Belletti (2015)
ARA 5		Peru	Polícroma		Nofurei					Herrera et al. (1992); Belletti (2015)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
ARA 7		Peru	Polícroma		Nofurei		1540 ± 70	C14		Herrera et al. (1992); Belletti (2015)
ARA 8		Peru	Polícroma		Nofurei					Herrera et al. (1992); Belletti (2015)
ARA 9		Peru	Polícroma		Nofurei					Herrera et al. (1992); Belletti (2015)
Aragraças I		Brasil	Uru							Barbosa (2019)
Araguainha 1 (Ar1)	MT-GA-048	Brasil	Uru		Uruaçu					Wüst (1989)
Araguainha 5 (Ar5)	MT-GA-052	Brasil	Uru		Uruaçu					Wüst (1989)
Arãnaí		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Arco Verde	RO-PV-05	Brasil	Polícroma		Jatuarana					Simões (1983); Belletti (2015)
Areal do Mangangá	AM-IR-27	Brasil			Manacapuru					Lima (2003)
Areal do Maracajá	AM-IR-28	Brasil	Polícroma	Guarita						Lima (2003)
Areal Tomoda	AM-IR-29	Brasil	Polícroma	Guarita	Manacapuru					Lima (2003)
Areia Branca	AR	Brasil								VIANA (2006)
Areia Branca	AB	Brasil								Scientia (2006)
Arigao Bororo	MT-SL-011	Brasil	Uru/Bororo			230 ± 70		C14	Beta 27427	Wüst (1983)
Arigolandia	RO-PV-22	Brasil	Polícroma		Jatuarana					Simões (1983); Belletti (2015)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Ariranha	GO-JÁ-92	Brasil	Uru/Tupiguarani							Martins (2009)
Arixí		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Armíndio		Brasil				930 ± 30	1045 a 1085	C14	Beta 404757	Navarro (2015)
Arraias 2		Brasil	Uru							Documento (2002)
Assis III		Brasil	Cabocla							Scientia (2003)
Assis IV		Brasil	Cabocla							Scientia (2003)
Associação Calderita		Brasil	Polícroma		Jatuarana	620 ± 40	1280 a 1410	AMS	258150	ALMEIDA (2013)
Associação Calderita		Brasil	Polícroma		Jatuarana	980 ± 40	990 a 1160	AMS	258149	ALMEIDA (2013)
Associação Calderita		Brasil	Polícroma		Jatuarana	940 ± 40	1020 a 1200	AMS	258151	ALMEIDA (2013)
Aterro Capivara		Brasil								Robrahn-González (1996)
Atoamirim		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Aviso I	PA-OR-116	Brasil				550 ± 40	1380 a 1430 AD	C14	190284	Guapindaia (2008)
Aviso I	PA-OR-116	Brasil				2210 ± 50	390 a 160 a.C.	C14	190282	Guapindaia (2008)
Aviso I	PA-OR-116	Brasil				2930 ± 50	1290 a 990 a.C.	C14	190281	Guapindaia (2008)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Aviso I	PA-OR-116	Brasil				2020 ± 60	180 a C. a 100 AD	C14	190283	Guapindaia (2008)
Aviso II	PA-OR-117	Brasil								Guapindaia (2008)
Aviso III	PA-OR-118	Brasil								Guapindaia (2008)
Bacarena 6	Ba6	Brasil								Scientia (2006)
Baco-Parí I	BP I	Brasil	Uru			590 ± 30		TL	FATEC/LV D, SP	Zanettini (2004)
Baco-Parí II	BP II	Brasil	Uru							Zanettini (2004)
Bacuía		Brasil								Hirooka & Hoeltz (2018)
Badajós		Brasil	Polícroma	Guarita						Neves (2010); Belletti (2015)
Baia		Brasil	Uru							Figuti (2000)
Baía de Caxinauá		Brasil	Histórico				Século XIX			Kern & Costa (1997)
Bairro Japão		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Balneário Quinauá		Brasil				1565 ± 35	433-638	C14	Ua-37263	Saunaluoma & Schaan (2012)
Balneário Quinauá		Brasil				1570 ± 35	432-623	C14	Ua-37262	Saunaluoma & Schaan (2012)
Balneário Quinauá		Brasil				1585 ± 30	431-602	C14	Ua-37260	Saunaluoma & Schaan (2012)
Balneário Quinauá		Brasil				1760 ± 35	246-416	C14	Ua-37261	Saunaluoma &

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
										Schaan (2012)
Barcarena 1	Ba1	Brasil				960 ± 60 AP	930 e 1.050 d.C.	C14		Panachuck (2014)
Barcarena 1	Ba1	Brasil				810 ± 60 AP	1.080 e 1.200 d.C.	C14		Panachuck (2014)
Barcarena 2	Ba2	Brasil				5.990 ± 50 AP	4.090 e 3.990 a.C.	C14		Panachuck (2014)
Barcarena 2	Ba2	Brasil				6.060 ± 50 AP	4.160 e 4.060 a.C.	C14		Panachuck (2014)
Barcarena 3	Ba3	Brasil								Panachuck (2014)
Barcarena 4	Ba 4	Brasil								Scientia (2007)
Barcarena 5	Ba 5	Brasil								Scientia (2007)
Barcarena 6	Ba 6	Brasil								Scientia (2007)
Barra do Areia	MT-SL-050	Brasil	Bororo/Tupiguarani i							Wüst (1986)
Barra do Dia IV	BDIV	Brasil	Uru/Tupiguarani/Hi stórico							Zanettini (2010)
Barracão Queimdo		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Barreira do Tambaqui		Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Moraes (2013); Belletti (2015)
Barreirão	Bar	Brasil	Uru							Zanettini (2004)
Barreirinha		Brasil	Polícroma		Tefé					Tamanaha (2014); Belletti (2015)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Barro Alto		Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Moraes (2013); Belletti (2015)
Barro Branco		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Barroso	AM-IR-47	Brasil	Polícroma	Guarita	Manacapuru/Par edão					Erig Lima (2003); Belletti (2015)
Bate Caverna ou Caverna do Lambari ou Caverna do Fundão	MT-RN-039	Brasil	Uru/Tupiguarani/B ororo			1150 ± 70	800	C14	Beta-27 425	Wüst (1985, 1990)
Batista		Brasil								Almeida et al. (2011)
Bebedouro da Pedra	SP-MR-05	Brasil	n/a							Afonso & Moraes (2005/2006)
Beira do Rio Poxoréu	MT-RN-030	Brasil	Bororo							Wüst (1985)
Bela Cruz I	PA-OR-102	Brasil								Guapindaia (2008)
Bela Cruz II	PA-OR-120	Brasil								Guapindaia (2008)
Bela Palmeira	RO-PV-08	Brasil			Bacabal					Miller (2009) Zimpel (2018)
Bela Palmeira	RO-PV-08	Brasil	Polícroma		Jatuarana					Simões (1983); Belletti (2015)
Bela Vista		Brasil	Tupiguarni		Tauarí	2215 ± 55	480 ± 20 a.C.	C14	BV-01	ALMEIDA (2008)
Bela Vista		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Bela Vista do Iranduba	AM-IR-45	Brasil	Polícroma	Guarita						Erig Lima (2003); Belletti (2015)
Belém	M-17	Brasil			Marajoara	1200 ± 60	680 to 980	C14	Beta 180942	Schaan (2004)
Belém	M-17	Brasil			Marajoara	1250 ± 60	660 to 900	C14	Beta 179075	Schaan (2004)
Belém	M-17	Brasil			Marajoara	1190 ± 40	720 to 740	C14	Beta 185013	Schaan (2004)
Belém	M-17	Brasil			Marajoara	1060 ± 40	900 to 1030	C14	Beta 188991	Schaan (2004)
Bello Horizonte	NP4	Equador	Polícroma		Napo					Meggens & Evans (1968); Belletti (2015)
Belmonte	RO-PV-12	Brasil	Polícroma		Jatuarana					Simões (1983); Belletti (2015)
Belo Horizonte		Brasil								Pedreira et al. (2012)
Belo Horizonte		Brasil				5795 ± 135		C14		Scientia (2008)
Belo Horizonte		Brasil				5455 ± 145		C14		Scientia (2008)
Belo Monte 4		Brasil				2287 ± 27		C14	OxA 32910	Müller et al. (2016)
Benedito Machado		Brasil	Taquara/Iтарaré			760 ± 40		C14	BMC 43/80N- L3	Araújo <i>et al.</i> (2016)
Benedito Machado		Brasil	Taquara/Iтарaré			690 ± 20		C14	BMC 43/80N- L4	Araújo <i>et al.</i> (2016)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Berenice		Brasil	Uru							Zanettini (2008)
Beruri		Brasil	Polícroma	Guarita						Meggers & Evans (1968); Belletti (2015)
Betânia		Brasil	Inciso Ponteadada		Corumbiara ou Pimenteira					Lima (2010)
Boa Esperança		Brasil	Inciso Ponteadada		Corumbiara ou Pimenteira					Lima (2010)
Boa Esperança		Brasil	Borda Incisa			2500 ± 40		C14	Beta-294194	Gomes (2011)
Boa Esperança		Brasil	Borda Incisa			2410 ± 40		C14	Beta-294195	Gomes (2011)
Boa Esperança		Brasil	Polícroma			1520 ± 30		C14	Beta-294193	Gomes (2011)
Boa Esperança		Brasil			Pocó	2690 ± 30	900 a 800 a.C.	C14	Beta-321192	Costa (2012)
Boa Esperança		Brasil			Caiambé	1080 ± 30	890 a 1020	C14	Beta-321196	Costa (2012)
Boa Esperança		Brasil	Polícroma		Tefé	1220 ± 30	760 a 890	C14	Beta-321195	Costa (2012)
Boa Esperança		Brasil				1520 ± 30	520 a 610	C14	Beta-294193	Costa (2012)
Boa Esperança		Brasil				3320 ± 30	1680 a 1520 a.C.	C14	Beta-321193	Costa (2012)
Boa Esperança		Brasil				2400 ± 40		C14	Beta-294194	Costa (2012)
Boa Esperança		Brasil			Pocó	2410 ± 40	590 a 400 a.C.	C14	Beta-294195	Costa (2012)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Boa Esperança		Brasil				2800 ± 30	1010 a 900 a.C.	C14	Beta- 321194	Costa (2012)
Boa Esperança		Brasil			Pocó	2500 ± 40	460 a 420 a.C.	C14	Beta- 294194	Costa (2012)
Boa Esperança		Brasil								Bassi (2016)
Boa Nova	AM-MC-24	Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Simões & Lopes (1987); Belletti (2015)
Boa Sorte	AM-IR-50	Brasil	Polícroma/Histórica	Guarita						Erig Lima (2003); Belletti (2015)
Boa Vista	PA-OR-63	Brasil	Inciso Ponteadada				1330 ± 45 a. C.	C14	7452	Hilbert & Hilbert (1980)
Boa Vista	PA-OR-63	Brasil	Inciso Ponteadada				1000 ± 130 a. C.	C14	7453	Hilbert & Hilbert (1980)
Boa Vista	PA-OR-63	Brasil			Pocó	630 ± 100	1220 a 1450 AD	C14	190280	Guapindaia (2008)
Boa Vista	PA-OR-63	Brasil			Pocó	650 ± 80	1020 a 1290 AD	C14	190277	Guapindaia (2008)
Boa Vista	PA-OR-63	Brasil			Pocó	610 ± 40	1290 a 1420 AD	C14	190278	Guapindaia (2008)
Boa Vista	PA-OR-63	Brasil			Pocó	610 ± 40	1290 a 1420 AD	C14	190279	Guapindaia (2008)
Boa Vista	PA-OR-63	Brasil			Pocó	1700 ± 40	230 a 410 AD	C14	231419	Guapindaia (2008)
Boa Vista	PA-OR-63	Brasil			Pocó	2000 ± 50	110 a.C. a 90 AD	C14	232420	Guapindaia (2008)
Boa Vista	PA-OR-63	Brasil			Pocó	1870 ± 40	60 a 240 AD	C14	232421	Guapindaia (2008)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Boa Vista	PA-OR-63	Brasil			Pocó	4180 ± 70	2910 a 2570 a.C.	C14	232413	Guapindaia (2008)
Boa Vista	PA-OR-63	Brasil			Pocó	1990 ± 70	170 a.C. a 140 AD	C14	231422	Guapindaia (2008)
Boa Vista	PA-OR-63	Brasil			Pocó	1900 ± 60	30 a.C. a 240 AD	C14	232414	Guapindaia (2008)
Boa Vista	PA-OR-63	Brasil			Pocó	1910 ± 70	50 a.C. a 250 AD	C14	232415	Guapindaia (2008)
Boa Vista	PA-OR-63	Brasil			Pocó	1770 ± 40	140 a 380 AD	C14	231416	Guapindaia (2008)
Boa Vista	PA-OR-63	Brasil			Pocó	7230 ± 50	6220 a 6010 a.C.	C14	232417	Guapindaia (2008)
Boa Vista	PA-OR-63	Brasil			Pocó	2120 ± 60	360 a.C. a 10 AD	C14	232423	Guapindaia (2008)
Boa Vista	PA-OR-63	Brasil			Pocó	1850 ± 70	10 a 340 AD	C14	232418	Guapindaia (2008)
Boa Vista	PA-OR-63	Brasil			Pocó	2100 ± 40	200 a 30 a.C.	C14	232424	Guapindaia (2008)
Boa Vista		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Boa Vista		Brasil	Polícroma		Jatuarana	4470 ± 40	3.350 a 3020 a.C.	C14	Beta 294080	Zuse (2014)
Boa Vista		Brasil	Polícroma		Jatuarana	2010 ± 30		C14	Beta 294079	Zuse (2014); Belletti (2015)
Boa Vista I		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Boa Vista II		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008);

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
										Belletti (2015)
Boa Vista III		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Boca do Campo		Brasil	Histórico							Scientia (2008)
Boca do Rio		Brasil				1150 ± 30	885 a 995	C14	Beta 406836	Navarro (2015)
Bom Futuro		Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Moraes (2013); Belletti (2015)
Bom Jardim		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Bom Jardim	RO-PV-04	Brasil	Polícroma		Jatuarana					Simões (1983); Belletti (2015)
Bom Jardim	RO-JI-29	Brasil	Tupiguarani			490 ± 60		C14		Miller (2009)
Bom Jesus		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Bom Jesus 1		Brasil	Tupiguarani		Tauarí					Scientia (2008)
Bom Jesus 14	BJ14	Brasil								Scientia (2006)
Bom Jesus 16	BJ16	Brasil								Scientia (2006)
Bom Jesus 2		Brasil	Tupiguarni		Tauarí					ALMEIDA (2008)
Bom Jesus 4		Brasil	Tupiguarani		Tauarí					Scientia (2008)
Bom Jesus 5		Brasil	Tupiguarani		Tauarí					Scientia (2008)
Bom Jesus 6		Brasil	Tupiguarani		Tauarí					Scientia (2008)
Bom Jesus 7		Brasil	Tupiguarani		Tauarí					Scientia (2008)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Bom Jesus 8	BJ8	Brasil				2650 ± 70		C14	260320	Scientia (2010)
Bom Jesus 8	BJ8	Brasil				940 ± 40		C14	260319	Scientia (2010)
Bom Jesus 9	BJ9	Brasil								Scientia (2010)
Bom Jesus da Ponta da Castanha		Brasil	Polícroma		Tefé					Belletti (2013; 2015)
Bom Jesus do Baré		Brasil	Polícroma		Tefé					Costa (2012); Belletti (2015)
Bom Jesus do Tocantins 19	BJ19	Brasil								Scientia (2008)
Bom Jesus do Tocantins 20	BJ20	Brasil								Scientia (2008)
Bom Jesus do Tocantins 21	BJ21	Brasil	Histórico							Scientia (2008)
Bom Jesus do Tocantins 22	BJ22	Brasil								Scientia (2008)
Bom Socorro	AM-IT-35	Brasil					1440 a 1500	C14		Bassi (2016)
Bom Socorro	AM-IT-35	Brasil					1460 a 1635	C14		Bassi (2016)
Bom Socorro	AM-IT-35	Brasil					1455 a 1630	C14		Bassi (2016)
Bom Socorro	AM-IT-35	Brasil					1460 a 1640	C14		Bassi (2016)
Bom Socorro	AM-IT-35	Brasil					1485 a 1650	C14		Bassi (2016)
Bom Socorro	AM-IT-35	Brasil					1430 a 1485	C14		Bassi (2016)
Bom Socorro	AM-IT-35	Brasil					385 a 535	C14		Bassi (2016)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Bomba d'Água		Brasil	Xinguana							Hirooka (2016)
Bonópolis I		Brasil	Uru							Rubin et al. (2019)
Bonópolis II		Brasil	Uru							Rubin et al. (2019)
Borba	AM-BO-05	Brasil	Polícroma	Guarita	Borba		1310 ± 50	C14		
Borges		Brasil	Konduri/Cabocla							Scientia (2003)
Brejo		Brasil	Polícroma		Jatuarana	1120 ± 40		C14		Zuse (2014); Belletti (2015)
Brejo		Brasil	Polícroma		Jatuarana	1040 ± 60		C14		Zuse (2014)
Brejo		Brasil	Polícroma		Jatuarana	1160 ± 40		C14		Zuse (2014)
Brejo		Brasil	Polícroma		Jatuarana	1040 ± 40		C14		Zuse (2014)
Brejo		Brasil	Polícroma		Jatuarana	890 ± 40		C14		Zuse (2014)
Brejo		Brasil	Polícroma		Jatuarana	760 ± 40		C14		Zuse (2014)
Brejo		Brasil	Polícroma		Jatuarana	940±30		C14		Zuse (2014)
Brejo		Brasil	Polícroma		Jatuarana	1390 ± 40		C14		Zuse (2014)
Brejo Comprido 1	BC 1	Brasil	Aratu/Uru							Morales (2008)
Brejo Comprido 7	BC 7	Brasil	Aratu/Uru							Morales (2008)
Brejo Comprido 8	BC 8	Brasil	Uru							Morales (2008)
Breu Branco 1	BB1	Brasil								Scientia (2010)
Breu Branco 2	BB2	Brasil								Scientia (2010)
Breu Branco 6		Brasil								Scientia (2006)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Breu Branco 7	BB7	Brasil								Scientia (2006)
Buckleburg 1		Suriname	Barrancóide			1845 ± 45		C14	GrN-9804	Versteeg (2008)
Buckleburg 2		Suriname	Barrancóide							Versteeg (2008)
Bujaru 1	Bu 1	Brasil								Scientia (2009)
Bujaru 2	Bu2	Brasil								Scientia (2009)
Bujaru 3	Bu 3	Brasil								Scientia (2009)
C 13		Brasil	Una							Chmyz et al. (2003)
C 34		Brasil	Bororo							Chmyz et al. (2003)
C 42		Brasil	Uru							Chmyz et al. (2003)
C 51		Brasil	Una							Chmyz et al. (2003)
C 56		Brasil	Una							Chmyz et al. (2003)
C 6		Brasil	Bororo							Chmyz et al. (2003)
C 60		Brasil	Una							Chmyz et al. (2003)
C 68		Brasil	Uru							Chmyz et al. (2003)
C 7		Brasil	Una							Chmyz et al. (2003)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Cabecinha		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Cabeludo		Brasil				1160 ± 30	885-990	C14	Beta 430864	Navarro (2018)
Cabeludo		Brasil				1200 ± 30	838-982	C14	Beta 458479	Navarro (2018)
Caboclo		Brasil				1120 ± 30	895 a 935	C14	Beta 406835	Navarro (2015)
Caboclo d'água		Brasil								Hirooka & Hoeltz (2018)
Cachoeira de Emas 1		Brasil	n/a							Afonso & Moraes (2005/2006)
Cachoeira de Emas 2		Brasil	n/a							Afonso & Moraes (2005/2006)
Cachoeira do Pingador	CP	Brasil				1000 ± 60		C14	Beta - 171753	VIANA (2006)
Cachoeira do Pingador	CP	Brasil				1620 ± 60		C14	Beta - 160508	VIANA (2006)
Cachoeira do Vira Copo		Brasil	Uru							Lima (2010)
Cachoeira Tratex I		Brasil	Uru							De Masi (2013)
Cacoal		Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Moraes (2013); Belletti (2015)
Cacoal	PA-JO-49	Brasil			Cacoal	690 ± 60	1205 to 1415	C14	Beta 129412	Schaan (2004)
Cacoal	PA-JO-49	Brasil			Cacoal	420 ± 60	1410 to 1635	C14	Beta 129411	Schaan (2004)
Cacoal	PA-JO-49	Brasil			Cacoal	370 ± 40	1545 to	C14	Beta	Schaan (2004)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
							1635		129410	
Cacoal	PA-JO-49	Brasil			Cacoal	350 ± 80	1420 to 1670	C14	Beta 129414	Schaan (2004)
Cacoal	PA-JO-49	Brasil			Cacoal	240 ± 40	1635 to 1685	C14	Beta 129415	Schaan (2004)
Cacoal	PA-JO-49	Brasil			Cacoal	550 ± 40	1290 to 1415	C14	Beta 129417	Schaan (2004)
Cacoal do Amanã		Brasil	Polícroma		Tefé		1240 ± 30	C14		Costa (2012); Gomes (2014); Belletti (2015)
Cacoal do Amanã		Brasil	Polícroma		Tefé	1270 ± 30		C14	Beta - 294196	Costa (2012); Santos (2015)
Cacoal do Amanã		Brasil	Polícroma		Tefé	980 ± 30		C14	Beta - 383582	Costa (2012); Santos (2015)
Cacoal do Amanã		Brasil	Polícroma		Tefé	750 ± 30		C14	Beta - 383581	Costa (2012); Santos (2015)
Caetano		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Cafezal	AP-MZ-15	Brasil			Mazagão					Meggors & Evans (1957)
Caiambé		Brasil	Polícroma		Tefé					Hilbert (1968); Tamanaha (2014); Belletti (2015)
Caiana		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Caiçara	AM-BO-02	Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Simões & Lopes (1987); Belletti

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
										(2015)
Caiçara		Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Moraes (2013); Belletti (2015)
Cairara		Brasil								Tamanaha et al. (2015)
Cairara		Brasil	Polícroma		Tefé					Tamanaha (2014); Belletti (2015)
Cajango II	MT-GA-005	Brasil	Bororo				1950			Wüst (1983)
Cajubim	RO-PV-03	Brasil	Polícroma		Jatuarana					Simões (1983); Belletti (2015)
Cajuiru		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Calvarinho		Brasil	Capão da Canga/Tupiguaran i							Lima (2010)
Calvário		Brasil	Inciso Ponteadada		Corumbiara ou Pimenteira					Lima (2010)
Cambaúva 2	MT-GA-32	Brasil								Robrahn- González (1996)
Cambaúva 3	MT-GA-33	Brasil	Uru		Uruaçu					Robrahn- González (1996)
Cambaúva 3 (Ca3)	MT-GA-033	Brasil	Uru		Uruaçu					Wüst (1989)
Caminho para a aldeia de Gomes Carneiro	MT-RN-015	Brasil	Bororo							Wüst (1977)
Campelo		Brasil	Polícroma		Jatuarana	370 ± 40	1440 a 1640	C14	Beta 260327	Zuse (2014); Belletti (2015)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Campina		Brasil	Capão da Canga/Uru							Lima (2010)
Campinho Três Pontes	MT-RN-032	Brasil	Uru							Wüst (1985)
Campo da Dona Edite	MT-SL-049	Brasil	Uru							Wüst (1986)
Campo da Natureza		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Campo Esperança		Brasil				544 ± 31	1399–1449	C14	Ua-49941	Saunaluoma et al. (2012)
Camutins	PA-JO-15	Brasil			Marajoara	1140 ± 40	785 - 995	C14	Beta 134537	Schaan (2004)
Camutins	PA-JO-15	Brasil			Marajoara	1290 ± 60	645 - 880	C14	Beta 134538	Schaan (2004)
Camutins	PA-JO-15	Brasil			Marajoara	1300 ± 40	660 – 790	C14	Beta 160716	Schaan (2004)
Camutins	PA-JO-15	Brasil			Marajoara	1140 ± 60	790 - 1030	C14	Beta 160717	Schaan (2004)
Candelaria		Bolívia				1700 ± 40	327	C14	Ua-24928	Saunaluoma (2010)
Candelária	RO-PV-02	Brasil	Polícroma		Jatuarana					Simões (1983); Belletti (2015)
Cangas I		Brasil	Uru			570 ± 30		C14	Beta 452046	Rubin et al. (2019)
Cangas I		Brasil	Uru			610 ± 30		C14	Beta 452047	Rubin et al. (2019)
Cangas I		Brasil	Uru			460 ± 30		C14	Beta 452048	Rubin et al. (2019)
Cangas I		Brasil	Uru			244 ± 40		LOE	Datação	Rubin et al.

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
									4540	(2019)
Cangas I		Brasil	Uru			234 ± 30		LOE	Datação 4541	Rubin et al. (2019)
Cangas I		Brasil	Uru			284 ± 40		LOE	Datação 4542	Rubin et al. (2019)
Canivete (ou Santa Isabel)		Brasil	Inciso Ponteada/Uru							Lima (2010)
Canuto 1	Ct 1	Brasil	Uru							Robrahn- González & De Blasis (1997)
Capão do Canga		Brasil	Capão da Canga			750 ± 80		TL		Lima (2010)
Capão do Canga		Brasil	Capão da Canga			1000 ± 160		TL		Lima (2010)
Carapiá	GO-Ni-229	Brasil	Uru							Pontim (2013)
Carapicho	MT-SL-021	Brasil	Uru							Wüst (1984)
Carapicho B	MT-SL-021 B	Brasil	Bororo							Wüst (1984)
Caripito		Venezue la	Histórico				1830-1920 AD			Scaramelli (2006)
Caripito		Venezue la	Histórico				1830-1920 AD			Scaramelli (2006)
Cariri	AM-MA-13	Brasil	Polícroma	Guarita	Apuaú					Simões & Kalkmann (1987); Belletti (2015)
Carneiro	AM-IR-41	Brasil	Polícroma	Guarita	Paredão					Erig Lima (2003); Belletti (2015)
Carvoeiro	AM-BL-06	Brasil	Polícroma	Guarita	Manauacá					Simões & Kalkmann (1987);

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
										Belletti (2015)
Casa do Hélio	MT-SL-030	Brasil	Tombador/Uru							Wüst (1985)
Casa Velha		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Casalvasco II		Brasil	Capão da Canga							Lima (2010)
Casca	CS	Brasil								VIANA (2006)
Casinha	PA-JO-52	Brasil			Marajoara	890 ± 100	980 – 1290	C14	Beta 146216	Schaan (2004)
Casinha	PA-JO-52	Brasil			Marajoara	1280 ± 50	660 to 880	C14	Beta 146217	Schaan (2004)
Castanhal	AM-BO-04	Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Simões & Lopes (1987); Belletti (2015)
Castanhal Grande		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Castanhal II		Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Moraes (2013); Belletti (2015)
Castanhal III		Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Moraes (2013); Belletti (2015)
Catuara	AC-IQ-08	Brasil	Quinari			880		TL		Dias (2006)
Catuara	AC-IQ-08	Brasil	Quinari			850		TL		Dias (2006)
Catuara	AC-IQ-08	Brasil	Quinari			500		TL		Dias (2006)
Cauaburis	AM-BL-09	Brasil	Polícroma	Guarita	Manauacá					Simões & Kalkmann (1987); Belletti (2015)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Caueirão		Brasil	Cabocla							Scientia (2003)
Cavalcante		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Cavalinho		Brasil	Cabocla							Scientia (2003)
Cavalo Branco		Brasil	Tupiguarni		Tauarí		1330 ± 70	C14	210848	ALMEIDA (2008)
Cavalo Branco		Brasil	Tupiguarni		Tauarí		1270 ± 40	C14	210847	ALMEIDA (2008)
Cavalo Branco		Brasil	Tupiguarni		Tauarí		1150 ± 60	C14	230214	ALMEIDA (2008)
Cavalo Branco		Brasil	Tupiguarni		Tauarí		725 ± 65	C14	210849	ALMEIDA (2008)
Caviana		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Cemitério Curupira		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Cemitério do Troale	MT-SL-043	Brasil	Uru			950 ± 60	1000	C14	Beta 27429	Robrahn-González (1996) Wüst (1990)
Cemitério Paraíso	MT-RN-028	Brasil	Uru							Wüst (1985)
Cemitério Wariwari	TO-CX-02	Brasil	Uru							Wüst (1993)
Ceramistas de Juruti		Brasil	Contemporâneo							Panachuk (2016)
Cerrado Caminho Jato	MT-RN-029	Brasil	Uru			1150 ± 65	800	C14	N-5114	Wüst (1985)
Chacra Figueroa	Lo-Curar 002	Peru	Polícroma		Napo					Rivas Panduro (2013); Belletti (2015)
Chacra Telería		Bolívia				1940 ± 40	57	C14	Ua-24931	Saunaluoma

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
										(2010)
Chemin Saint Louis		Guiana Francesa			Fase 2	2150 ± 35		C14		Van Den Bel (2015)
Chemin Saint Louis		Guiana Francesa			Fase 2	2145 ± 30		C14		Van Den Bel (2015)
Chemin Saint Louis		Guiana Francesa			Fase 2	2100 ± 30		C14		Van Den Bel (2015)
Chemin Saint Louis		Guiana Francesa			Fase 2	2000 ± 30		C14		Van Den Bel (2015)
Chemin Saint Louis		Guiana Francesa			Fase 2	1920 ± 30		C14		Van Den Bel (2015)
Chemin Saint Louis		Guiana Francesa			Fase 2	1915 ± 30		C14		Van Den Bel (2015)
Chemin Saint Louis		Guiana Francesa			Fase 2	1890 ± 30		C14		Van Den Bel (2015)
Chemin Saint Louis		Guiana Francesa			Fase 2	1875 ± 30		C14		Van Den Bel (2015)
Chemin Saint Louis		Guiana Francesa			Fase 2	1820 ± 30		C14		Van Den Bel (2015)
Chemin Saint Louis		Guiana Francesa			Fase 2	1805 ± 30		C14		Van Den Bel (2015)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Cibai-E-lari	MT-SL-086	Brasil	Bororo							Wüst (1967)
Cinco Irmãos		Brasil					1410 a 1455	C14		Bassi (2016)
Clareira 16		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Clarindo	AM-UA-10	Brasil								Neves (1998)
CO 02		Brasil	Uru							De Masi (2008)
CO 05		Brasil	Uru							De Masi (2008)
CO-03B		Brasil	Uru							De Masi (2013)
Coarí I	AM-CO-01	Brasil	Polícroma Amazônica	Guarita		800 ± 57	1093-1207 AD	C14		Hilbert (1968); TAMANAHA (2012); Belletti (2015)
Coarí II	AM-CO-02	Brasil	Polícroma Amazônica	Guarita		1187 ± 48	715-811 AD	C14		Hilbert (1968); TAMANAHA (2012); Belletti (2015)
Coca-Cola	CC	Brasil				450 ± 50		TL	TL - 548	VIANA (2006)
Coca-Cola	CC	Brasil				630 ± 90		C14	Beta - 153282	VIANA (2006)
Comunidade 13 de julho		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Comunidade de Varginha		Brasil	Contemporâneo				Séculos XX-XXI			Viana (2003)
Comunidade do Maruanum		Brasil	Contemporâneo				Séculos XX-XXI			Ferreira (2016)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Comunidade Porto da Manga		Brasil								Lima (2010)
Comunidade São Sebastião	AM-IR-31	Brasil								Lima (2003)
Comunidades São Benedito		Brasil	Contemporâneo				Séculos XX-XXI			Panachuk (2016)
Conceição		Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Moraes (2013); Belletti (2015)
Conjunto Sítios Lago do Cajari		Brasil								Costa et al. (2016)
Conjunto Vilas		Brasil	Polícroma		Tefé	1620 ± 30	410 to 550	C14	Beta-406074	Belletti (2015)
Conjunto Vilas		Brasil	Polícroma		Tefé	1610 ± 30	415 to 575	C14	Beta-406075	Belletti (2015)
Conjunto Vilas		Brasil	Polícroma		Tefé	970 ± 30	1030 to 1185	C14	Beta-386835	Belletti (2015)
Copaíba	GO-Ni-231	Brasil	Tupiguarani			370±40		TL	CB 5	Pontim (2013)
Coqueiral		Brasil				404 ± 39	1452–1627	C14	Ua-48336	Saunaluoma et al. (2012)
Coqueiral		Brasil				512 ± 39	1399–1479	C14	Ua-48335	Saunaluoma et al. (2012)
Coqueiral		Brasil				534 ± 40	1392–1460	C14	Ua-48334	Saunaluoma et al. (2012)
Coqueiro		Brasil								Navarro (2015)
Coração	RO-JP-24	Brasil	Polícroma		Jatuarana					Zuse (2014); Belletti (2015)
Coricito de Caripito		Venezuela	Histórico				1830-1920 AD			Scaramelli (2006)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Coró Coró		Brasil	Konduri							Scientia (2003)
Coroatá	PA-MT-59	Brasil			Koriabo	765 ± 95		TL	3844	BARRETO et al. (2016)
Coroatá	PA-MT-59	Brasil			Koriabo	590 ± 30		AMS	349952	BARRETO et al. (2016)
Córrego do Mato 1	MT-GA-42	Brasil	Una		Jataí					Robrahn-González (1996)
Córrego Grande	CG	Brasil								VIANA (2006)
Córrego Jeribué 1	MG 65	Brasil	Aratu				990 a 1320			Chmyz et al. (2001, 2009)
Córrego Monjolinho	MG 57	Brasil	Aratu				990 a 1320			Chmyz et al. (2001, 2009)
Córrego Paiolino 1	MG 59	Brasil	Aratu/Tupiguarani				990 a 1320			Chmyz et al. (2001, 2009)
Córrego Paiolino 2	MG 58	Brasil	Aratu				990 a 1320			Chmyz et al. (2001, 2009)
Correnteza		Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Moraes (2013); Belletti (2015)
Costa da Conceição		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Costa do Gabriel		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Costa do Goiabera		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Costa do Laranjal		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008);

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
										Belletti (2015)
Cotacocha	NP9	Equador	Polícroma		Napo					Meggers & Evans (1968); Belletti (2015)
Couto Magalhães 3		Brasil								Scientia (2003)
Coxipó		Brasil								Hirooka & Hoeltz (2018)
Crique Sparouine		Guiana Francesa				1050		C14		Van Den Bel (2015)
Crique Sparouine		Guiana Francesa				550		C14		Van Den Bel (2015)
Cubatão		Brasil	Inciso Ponteada		Corumbiara ou Pimenteira					Lima (2010)
Cuia		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Cuniã	RO-PV-10	Brasil	Polícroma		Jatuarana					Simões (1983); Belletti (2015)
Curralinho	AM-MC-29	Brasil	Inciso Ponteada/Polícroma	Guarita	Curralinho/Borbo		840 ± 60	C14	SI-5378	Simões & Lopes (1987); Belletti (2015)
Curralinho	AM-MC-29	Brasil	Inciso Ponteada/Polícroma	Guarita	Curralinho/Borbo		1450 ± 55	C14	SI-5377	Simões & Lopes (1987); Belletti (2015)
Daniel		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Domingos		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008);

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
										Belletti (2015)
Dona Doca		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Dona Maria		Brasil	Capão da Canga/Neobrasileira							Lima (2010)
Dona Rosa	AM-IR-75	Brasil	Polícroma	Guarita						Moraes (2006); Belletti (2015)
Dona Stella	AM-IR-32	Brasil			Manacapuru					Lima (2003)
Doutor Félix I	MT-RN-048	Brasil	Uru							Wüst (1986)
Doutor Félix II	MT-RN-049	Brasil	Uru							Wüst (1986)
El Círculo		Bolívia				1790 ± 75	233	C14	Hela-570	Saunaluoma (2010)
El Círculo		Bolívia				600 ± 60	1349	C14	Hel-4585	Saunaluoma (2010)
El Círculo		Bolívia				680 ± 30	1326	C14	Poz-9523	Saunaluoma (2010)
El Círculo		Bolívia				715 ± 30	1272	C14	Poz-9426	Saunaluoma (2010)
El Círculo		Bolívia				650 ± 30	1334	C14	Poz-9524	Saunaluoma (2010)
El Círculo		Bolívia				660 ± 30	1331	C14	Poz-9427	Saunaluoma (2010)
El Círculo		Bolívia				685 ± 30	1324	C14	Poz-9428	Saunaluoma (2010)
El Círculo		Bolívia				645 ± 30	1335	C14	Poz-9429	Saunaluoma

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
										(2010)
Elias		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Emival		Brasil	Aratu		Mossâmedes	589 ± 33				Silva (2004)
Emival		Brasil	Aratu		Mossâmedes	2807 ± 40				Silva (2004)
Ena		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Encantado		Brasil				1230 ± 30	770-900	C14	Beta 406837	Navarro (2018)
Engenho Água Fria		Brasil	Histórico							Symanski (2006)
Engenho do Quilombo		Brasil	Histórico				Século XIX			Symanski (2006)
Engenho Murutucu		Brasil	Neobrasileira				Séc. XVIII a XIX	Relat.		Martins (2015)
Engenho Rio da Casca		Brasil	Histórico							Symanski (2006)
Engenho Velho	AM-BL-07	Brasil	Polícroma	Guarita	Manauacá		880 ± 70	C14	SI-4055	Simões & Kalkmann (1987); Belletti (2015)
Escola	RO-JI-28	Brasil	Tupiguarani			1250 ± 60		C14		Miller (2009)
Esperança	Ep	Brasil	Uru							Zanettini (2004)
Espinhara		Brasil								Neves et al. (2016)
Estancia Giese		Bolívia				1815 ± 45	194	C14	Hela-708	Saunaluoma (2010)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Estancia Giese		Bolívia				1695 ± 40	330	C14	Hela-709	Saunaluoma (2010)
Estancia Girasol		Bolívia				475 ± 35	1428	C14	Ua-24929	Saunaluoma (2010)
Estancia Veloso		Bolívia								Saunaluoma (2010)
Estirão II	AM-MC-27	Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Simões & Lopes (1987); Belletti (2015)
Estiva 1	ES 1	Brasil				450 ± 50		TL	TL - 418	VIANA (2006)
Estiva 1	ES 1	Brasil				920 ± 70		C14	Beta - 144859	VIANA (2006)
Estiva 2	Ev2	Brasil	Aratu			760 ± 60		C14	Beta 184620	Oliveira (2005)
Estiva 2	Ev2	Brasil	Aratu			1870 ± 240		C14	LVD 1237	Morales (2008)
Estiva 2	ES 2	Brasil				810 ± 50		C14	Beta - 143980	VIANA (2006)
Estiva 2	ES 2	Brasil				1010 ± 60		C14	Beta - 156357	VIANA (2006)
Estiva 2	ES 2	Brasil				3350 ± 40		C14	Beta - 156356	VIANA (2006)
Estiva 3	Ev3	Brasil	Uru			970 ± 120		C14	LVD 1239	Morales (2008); Oliveira (2005)
Estiva 3	ES 3	Brasil								VIANA (2006)
Estrada Fazenda Bananal II		Brasil	Uru							De Masi (2013)
Estrada Nova		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
										(2007; 2008); Belletti (2015)
Estrada Nova I		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Faro	PA-NH-04	Brasil	Konduri							Alves (2019)
Fartura	FA	Brasil								VIANA (2006)
Fazenda Atlântica		Brasil				1855 ± 30	121–327	C14	Ua-37252	Saunaluoma et al. (2012)
Fazenda Atlântica		Brasil				1905 ± 35	66–233	C14	Ua-37251	Saunaluoma et al. (2012)
Fazenda Atlântica		Brasil				2110 ± 35	200 a.C. a 20 AD	C14	Ua-37253	Saunaluoma et al. (2012)
Fazenda Campo Grande		Brasil	Uru							Zanettini (2008)
Fazenda Coelho		Brasil	Uru							Zanettini (2008)
Fazenda Colorada		Brasil	Quinari			1865 ± 65	25 a 342 AD	C14	Ua-37235	Schaan et al. (2012)
Fazenda Colorada		Brasil	Quinari			1820 ± 30	131 a 326 AD	C14	Ua-37256	Schaan et al. (2012)
Fazenda Colorada		Brasil	Quinari			1775 ± 35	144 a 394 AD	C14	Ua-37567	Schaan et al. (2012)
Fazenda Colorada		Brasil	Quinari			1340 ± 35	653–773 AD	C14	Ua-37236	Schaan et al. (2012)
Fazenda Colorada		Brasil	Quinari			1275 ± 30	675–869 AD	C14	Ua-37255	Schaan et al. (2012)
Fazenda Colorada		Brasil	Quinari			750 ± 35	1244– 1378	C14	Hela-616	Schaan et al. (2012)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Fazenda Formosa		Brasil	Capão da Canga/Uru							Lima (2010)
Fazenda Furnas		Brasil	Uru/Histórico							Zanettini (2010)
Fazenda Grotão	MT-RN-046	Brasil	Uru							Wüst (1986)
Fazenda Hoshina	MT-RN-037	Brasil	Uru							Wüst (1985)
Fazenda Hoshina Curral	MT-RN-038	Brasil	Uru							Wüst (1985)
Fazenda Iquiri II		Brasil				285 ± 31	1509–1799	C14	Ua-49943	Saunaluoma et al. (2012)
Fazenda Iquiri II		Brasil				476 ± 30	1420–1606	C14	Ua-49944	Saunaluoma et al. (2012)
Fazenda Iquiri II		Brasil				706 ± 31	1281–1391	C14	Ua-49946	Saunaluoma et al. (2012)
Fazenda Iquiri II		Brasil				1741 ± 34	249–411	C14	Ua-49945	Saunaluoma et al. (2012)
Fazenda Luar do Sertão		Brasil	Uru							Schmitz et al. (2016)
Fazenda Nunes		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Fazenda Paulista I		Brasil	Uru							De Masi (2011)
Fazenda São Mateus I	FSMI	Brasil	Uru							Zanettini (2010)
Fazenda Tratex VI		Brasil	Uru							De Masi (2014)
Fazenda Tratex VIII		Brasil	Uru							De Masi (2012)
Fé em Deus		Brasil								Schaan & Martins (2010)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Figueirópolis XXXI		Brasil	Uru							Pestana (2014)
Figueirópolis XXXIII		Brasil	Uru							Pestana (2014)
Figueirópolis XXXIV		Brasil	Uru							Pestana (2014)
Flechal	AM-BO-03	Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Simões & Lopes (1987); Belletti (2015)
Flexal		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Florescia	NP5	Equador	Polícroma		Napo					Meggers & Evans (1968); Belletti (2015)
Floresta		Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Moraes (2013); Belletti (2015)
Floresta		Brasil	Pocó/Açutuba/Bor da Incisa				420 a 570	C14	FL427/297 129	Lima (2014)
Floresta		Brasil	Pocó/Açutuba/Bor da Incisa				410 a 370 a. C.	C14	FL442/297 130	Lima (2014)
Fonte da Carioca		Brasil	Histórico				Séc. XVIII			Dantas (2014)
Fortaleza	AM-UA-01	Brasil				570 ± 80	1395-1495	C14	Beta- 78437	Neves (1998)
Fortaleza	AM-UA-01	Brasil				850 ± 60	1030-1285	AMS	Beta- 93361	Neves (1998)
Fortaleza	AM-UA-01	Brasil				3160 ± 60	1525-1285 BC	AMS	Beta- 93362	Neves (1998)
Fortaleza II		Brasil	Konduri							Scientia (2003)
Forte do Castelo		Brasil	Histórico				VII-XIX			Marques (2005)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
										(1986)
GO-CP-31		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Schmitz et al. (1986)
GO-CP-32		Brasil	Aratu		Mossâmedes	1200 ± 65	930	C14	SI-6744	Schmitz et al. (1986)
GO-CP-34		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Schmitz et al. (1986)
GO-CP-35		Brasil								Schmitz et al. (1986)
GO-CP-42		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Schmitz et al. (1986)
Goiavá 1	GO 1	Brasil								VIANA (2006)
Goiavá 3	GO 3	Brasil								VIANA (2006)
GO-JA-01		Brasil	Una		Jataí	915 ± 75	1035	C14	N-2346	Schmitz et al. (1989)
GO-JA-03		Brasil								Schmitz et al. (1989)
GO-JA-05		Brasil	Una		Jataí					Schmitz et al. (1989)
GO-JA-07		Brasil								Robrahn-González (1996)
GO-JA-08		Brasil	Una		Jataí					Schmitz et al. (1989)
GO-JA-11		Brasil	Una		Jataí	1000 ± 75		C14	N-2349	Schmitz et al. (1989)
GO-JA-11		Brasil	Una		Jataí	1350 ± 75		C14	N-2350	Schmitz et al. (1989)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
GO-JA-24		Brasil	Una		Jataí					Schmitz et al. (1989)
GO-JA-30		Brasil	Una		Jataí					Schmitz et al. (1989)
GO-JA-31		Brasil	Una		Jataí					Schmitz et al. (1989)
GO-JU-01		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Schmitz et al. (1982)
GO-JU-02		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Schmitz et al. (1982)
GO-JU-03		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Schmitz et al. (1982)
GO-JU-04		Brasil	Aratu		Mossâmedes	960 ± 75		C14	SI-2768	Schmitz et al. (1982)
GO-JU-05		Brasil	Aratu		Mossâmedes	960 ± 75		C14	SI-2768	Schmitz et al. (1982)
GO-JU-07		Brasil	Uru		Itapirapuã					Schmitz et al. (1982)
GO-JU-08		Brasil	Uru		Itapirapuã					Schmitz et al. (1982)
GO-JU-09		Brasil	Uru		Itapirapuã					Schmitz et al. (1982)
GO-JU-12		Brasil	Uru		Itapirapuã					Schmitz et al. (1982)
GO-JU-13		Brasil	Uru		Itapirapuã					Schmitz et al. (1982)
GO-JU-14		Brasil	Uru		Itapirapuã					Schmitz et al. (1982)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
GO-JU-15		Brasil	Uru		Itapirapuã					Schmitz et al. (1982)
GO-JU-16		Brasil	Uru		Itapirapuã					Schmitz et al. (1982)
GO-JU-17		Brasil	Uru		Aruanã	760 ± 75	1190	C14	SI-2773	Schmitz et al. (1982)
GO-JU-18		Brasil	Uru		Aruanã					Schmitz et al. (1982)
GO-JU-19		Brasil	Uru		Aruanã					Schmitz et al. (1982)
GO-JU-20		Brasil	Uru		Aruanã					Schmitz et al. (1982)
GO-JU-21		Brasil	Uru		Aruanã					Schmitz et al. (1982)
GO-JU-22		Brasil	Uru		Aruanã					Schmitz et al. (1982)
GO-JU-23		Brasil	Uru		Aruanã	690 ± 70	1260	C14	SI-2772	Schmitz et al. (1982)
GO-JU-24		Brasil	Uru		Aruanã					Schmitz et al. (1982)
GO-JU-26		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Schmitz et al. (1982)
GO-JU-27		Brasil								Robrahn-González (1996)
GO-JU-34		Brasil	Uru		Jaupací					Schmitz et al. (1982)
GO-JU-35		Brasil	Uru		Jaupací					Schmitz et al. (1982)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
										González (1996)
GO-NI-06 (Gruta Maracanã)		Brasil				1060 ± 90		C14	Gak-7267	Andreatta (1977); Robrahn- González (1996)
GO-NI-21		Brasil	Uru		Uru					Schmitz et al. (1982)
GO-NI-22		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Schmitz et al. (1982)
GO-NI-23		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Schmitz et al. (1982)
GO-NI-24		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Schmitz et al. (1982)
GO-NI-25		Brasil	Uru		Uru					Schmitz et al. (1982)
GO-NI-26		Brasil	Uru		Uru					Schmitz et al. (1982)
GO-NI-28		Brasil	Uru		Uru	680 ± 90	1270	C14	SI-2766	Schmitz et al. (1982)
GO-NI-29		Brasil	Uru		Uru					Schmitz et al. (1982)
GO-NI-31		Brasil	Sapucaí		Itaberaí					Schmitz et al. (1982)
GO-NI-32		Brasil	Uru		Uru					Schmitz et al. (1982)
GO-NI-33		Brasil	Uru		Uru					Schmitz et al. (1982)
GO-NI-34		Brasil	Uru		Uru					Schmitz et al. (1982)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
GO-NI-35		Brasil	Uru		Uru	530 ± 90	1420	C14	SI-2765	Schmitz et al. (1982)
GO-NI-36		Brasil	Uru		Uru					Schmitz et al. (1982)
GO-NI-37		Brasil	Uru		Uru					Schmitz et al. (1982)
GO-NI-38		Brasil	Uru		Uru					Schmitz et al. (1982)
GO-NI-40		Brasil	Uru		Uru					Schmitz et al. (1982)
GO-NI-41		Brasil	Uru		Uruaçu					Schmitz et al. (1982)
GO-NI-44		Brasil	Uru		Uruaçu					Schmitz et al. (1982)
GO-NI-47		Brasil	Uru		Uruaçu					Schmitz et al. (1982)
GO-NI-49		Brasil	Uru		Uruaçu					Schmitz et al. (1982)
GO-NI-50		Brasil	Uru		Uruaçu					Schmitz et al. (1982)
GO-NI-51		Brasil	Uru		Uruaçu					Schmitz et al. (1982)
GO-NI-52		Brasil	Uru		Uruaçu					Schmitz et al. (1982)
GO-NI-53		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Schmitz et al. (1982)
GO-NI-56		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Schmitz et al. (1982)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
GO-NI-63		Brasil	Uru		Uruaçu					Schmitz et al. (1982)
GO-NI-64		Brasil	Uru		Uruaçu					Schmitz et al. (1982)
GO-RS-01		Brasil					410 a. C.	C14		Robrahn-González (1996)
GO-RV-03		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Schmitz et al. (1982)
GO-RV-05		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Schmitz et al. (1982)
GO-RV-06		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Wüst (1983)
GO-RV-07		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Wüst (1983)
GO-RV-08		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Wüst (1983)
GO-RV-09		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Schmitz et al. (1982)
GO-RV-10		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Schmitz et al. (1982)
GO-RV-11		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Wüst (1983)
GO-RV-12		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Wüst (1983)
GO-RV-13		Brasil	Aratu		Mossâmedes	775 ± 60	1175	TL		Wüst (1983); Robrahn-González (1996)
GO-RV-14		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Wüst (1983)
GO-RV-15		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Wüst (1983)
GO-RV-16		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Wüst (1983)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
GO-RV-45		Brasil								Wüst (1983)
GO-RV-46		Brasil								Wüst (1983)
GO-RV-47		Brasil								Wüst (1983)
GO-RV-48		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Wüst (1983)
GO-RV-50		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Wüst (1983)
GO-RV-51		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Wüst (1983)
GO-RV-52		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Wüst (1983)
GO-RV-53		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Wüst (1983)
GO-RV-54		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Wüst (1983)
GO-RV-55		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Wüst (1983)
GO-RV-56		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Wüst (1983)
GO-RV-57		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Wüst (1983)
GO-RV-58		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Wüst (1983)
GO-RV-59		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Wüst (1983)
GO-RV-60		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Wüst (1983)
GO-RV-61		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Wüst (1983)
GO-RV-62		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Wüst (1983)
GO-RV-63		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Wüst (1983)
GO-RV-64		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Wüst (1983)
GO-RV-65		Brasil	Aratu		Mossâmedes					Wüst (1983)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Gurupá		Brasil					Século XVII	Relt.		Lima & Fernandes (2016)
Hatahara	AM-IR-13	Brasil	Polícroma Amazônica	Guarita		350 ± 40	1470-1640 AD	C14	Beta 143582	TAMANAHA (2012)
Hatahara	AM-IR-13	Brasil	Polícroma Amazônica	Guarita			1280 AD	C14		TAMANAHA (2012)
Hatahara	AM-IR-13	Brasil	Polícroma Amazônica	Guarita			1410 AD	C14		TAMANAHA (2012)
Hatahara	AM-IR-13	Brasil			Açutuba/Manaca puru		1040 d.C.-1170 d.C.	C14	Beta 143592	Lima (2008)
Hatahara	AM-IR-13	Brasil			Açutuba/Manaca puru		890 d.C.-1020 d.C.	C14	Beta 143593	Lima (2008)
Hatahara	AM-IR-13	Brasil			Açutuba/Manaca puru		430 d.C.-540 d.C.	C14	Beta 145483	Lima (2008)
Hatahara	AM-IR-13	Brasil			Açutuba/Manaca puru		610 d.C.-670 d.C.	C14	Beta 145484	Lima (2008)
Hatahara	AM-IR-13	Brasil			Açutuba/Manaca puru		950 d.C.-1010 d.C.	C14	Beta 242439	Lima (2008)
Hatahara	AM-IR-13	Brasil			Açutuba/Manaca puru		670 d.C.-870 d.C.	C14	Beta 143591	Lima (2008)
Hatahara	AM-IR-13	Brasil			Açutuba/Manaca puru		1010 d.C.-1160 d.C.	C14	Beta 178914	Lima (2008)
Hatahara	AM-IR-13	Brasil			Açutuba/Manaca puru		980 d.C.-1130 d.C.	C14	Beta 178917	Lima (2008)
Hatahara	AM-IR-13	Brasil			Açutuba/Manaca puru		400 a.C.-220 a.C.	C14	WK 16222	Lima (2008)
Hatahara	AM-IR-13	Brasil			Açutuba/Manaca puru		890 d.C.-990 d.C.	C14	WK 16223	Lima (2008)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Iauareté I	AM-UA-02	Brasil								Neves (1998)
Iauareté II	AM-UA-03	Brasil								Neves (1998)
Idalino	AM-UA-09	Brasil								Neves (1998)
Ideal	AM-TU-02	Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Simões & Lopes (1987); Belletti (2015)
IFAP		Brasil				1190 ± 30				Saldanha & Cabral (2016)
IFAP		Brasil				1140 ± 30				Saldanha & Cabral (2016)
Igapó 1	RO-PV-19	Brasil	Polícroma/Jatuarana			2340 ± 90		C14		Cruz (2008)
Igapó 1	RO-PV-19	Brasil	Polícroma		Jatuarana					Simões (1983); Belletti (2015)
Igapó 2	RO-PV-20	Brasil	Polícroma		Jatuarana					Simões (1983); Belletti (2015)
Igarapé do Escondido	AC-XA-13	Brasil								Dias (2006)
Igarapé do Marimbondo	AP-Felipe-2	Brasil				1990 ± 50	40 ± 50 a.C.	C14	Beta 77364	CHMYZ (2006)
Igarapé do Quiquió	AP-Felipe-I	Brasil				350 ± 60	1600 ± 60 AD	C14	Beta 77365	CHMYZ (2006)
Igarapé do Testa I	AM-IR-55	Brasil	Polícroma	Guarita						Lima (2003)
Igarapé-Açu		Brasil								Tamanaha et al. (2015)
Igrejinha	MT-SL-045	Brasil	Uru			595 ± 50	1355	C14	NLB-14000	Wüst (1986, 1990)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Ilha	AM-IR-51	Brasil	Polícroma	Guarita						Erig Lima (2003); Belletti (2015)
Ilha	AM-IR-51	Brasil	Polícroma/Histórico	Guarita						Lima (2003)
Ilha das Cobras		Brasil								Zuse (2014)
Ilha das Igaçabas	AP-MP-16	Brasil			Mazagão					Meggers & Evans (1957)
Ilha das Pedras		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Ilha de Santo Antônio		Brasil	Polícroma		Jatuarana	990 ± 40	980 a 1160	C14	Beta - 260332	Zuse (2014); Silva (2015); Belletti (2015)
Ilha Dionísio		Brasil				2871 ± 28		AMS	OxA-33008	Costa (2016)
Ilha Dionísio		Brasil				2510 ± 30		AMS	Beta-416177	Costa (2016)
Ilha Dionísio		Brasil				1811 ± 34		AMS	OxA-32968	Costa (2016)
Ilha Dionísio		Brasil				1005 ± 26		AMS	OxA-33010	Costa (2016)
Ilha Dionísio		Brasil				1001 ± 31		AMS	OxA-32969	Costa (2016)
Ilha Dionísio		Brasil				780 ± 30		AMS	Beta-423122	Costa (2016)
Ilha Dionísio		Brasil				882 ± 25		AMS	OxA-33009	Costa (2016)
Ilha Dionísio		Brasil				924 ± 29		AMS	OxA-32967	Costa (2016)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Ilha Dionísio		Brasil				930 ± 30		C14	Beta-416176	Costa (2016)
Ilha do Bananal 01	GO-IB-01	Brasil	Uru		Aruaná					Barbosa (1985)
Ilha do Bananal 02	GO-IB-02	Brasil	Uru		Aruaná					Barbosa (1985)
Ilha do Bananal 03	GO-IB-03	Brasil	Uru		Aruaná					Barbosa (1985)
Ilha do Bananal 04	GO-IB-04	Brasil	Uru		Aruaná					Barbosa (1985)
Ilha do Espinho		Brasil	Una/Histórico							Lima (2010)
Ilha do Japó		Brasil								Zuse (2014)
Ilha Feia I		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Ilha Feia II		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Ilha Santa Cruz		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Ilha São Francisco		Brasil								Zuse (2014)
Ilhinha		Brasil								Scientia (2003)
Ingracia		Brasil	Cabocla							Scientia (2003)
Instituto Adventista	AM-MA-16	Brasil	Polícroma	Guarita	Apuaú					Simões & Kalkmann (1987); Belletti (2015)
Ipê Roxo	GO-Ni-230	Brasil	Uru							Pontim (2013)
Ipiranga	RO-JI-23	Brasil	Tupiguarani			3760 ± 70		C14		Miller (2009)
Ipiranga	RO-JI-23	Brasil	Tupiguarani			2340 ± 70		C14		Miller (2009)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Ipiranga	RO-JI-23	Brasil	Tupiguarani			880 ± 60		C14		Miller (2009)
Ipiranga	RO-JI-23	Brasil	Tupiguarani			480 ± 60		C14		Miller (2009)
Iracema		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Itapirema		Brasil	Polícroma		Jatuarana	620 ± 60	1270 a 1430	C14	280924	ALMEIDA (2013)
Itapirema		Brasil	Polícroma		Jatuarana	590 ± 40	1290 a 1420	C14	280923	ALMEIDA (2013)
Itapirema		Brasil	Polícroma		Jatuarana	540 ± 40	1390 a 1440	AMS	280922	ALMEIDA (2013)
Itiquira 1	MT-SL-087	Brasil	Uru							Juliani & Santos (2003)
Itiquira 1	MT-SL-087	Brasil	Uru							Wüst (1995)
Itubore (anterior a 1946)	MT-SL-017	Brasil	Bororo				1940			Wüst (1983)
Jabuti		Brasil								Rodrigues (2014)
Jabuti	PA-SA-75	Brasil	Mina			2900 ± 26	1106 a 1050 a. C.	C14	KIA 24922	Oliveira & Silveira (2016)
Jacarezinho		Brasil	Jamari			660 ± 40	1270 a 1400	AMS	280926	ALMEIDA (2013)
Jacarezinho		Brasil	Jamari			860 ± 40	1040 a 1100	AMS	280927	ALMEIDA (2013)
Jacarezinho		Brasil	Jamari			980 ± 40	990 a 1160	AMS	280925	ALMEIDA (2013)
Jacó Sá		Brasil	Quinari			1485 ± 35	545–650 AD	C14	Ua-37259	Schaan et al. (2012)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Jacó Sá		Brasil	Quinari			1205 ± 30	730–962	C14	Ua-37258	Schaan et al. (2012)
Jacó Sá		Brasil	Quinari			1195 ± 30	776–966	C14	Ua-37257	Schaan et al. (2012)
Jacundá	GO-Ni-216	Brasil	Uru							Pontim (2013)
Jacupi		Brasil								Lima & Fernandes (2016)
Jacurutu		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Jaílson	AM-IR-25	Brasil								Lima (2003)
Januari	AM-MA-05	Brasil	Polícroma	Guarita						
Jardim Aeroporto		Brasil								Lima (2010)
Jardins do Éden		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Jarudore Bororo (primeiros contatos)	MT-RN-034	Brasil	Bororo				1940 a 1965			Wüst (1985)
Jarudore Bororo dos anos 80	MT-RN-035	Brasil	Bororo				1980			Wüst (1985)
Jatobá		Brasil	Uru/Tupiguarani							Figuti (2000)
Jenipapo		Brasil	Polícroma	Guarita						Neves (2010); Belletti (2015)
Jenipapo		Brasil				1210 ± 30	775 a 820	C14	Beta 406834	Navarro (2015)
Jenipapo	Jp	Brasil	Uru			525 ± 30		TL		Zanettini (2004); Rubin et al.

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
										(2019)
Jenipapo	Jp	Brasil	Uru			300 ± 20		TL		Zanettini (2004); Rubin et al. (2019)
Jenipapo III		Brasil	Uru							Zanettini (2008)
Jenipapo IV		Brasil	Uru							Zanettini (2008)
Jerimum		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
JK		Brasil				1710 ± 30	260-533	C14	Beta- 294309	Saunaluoma & Schaan (2012)
JK		Brasil				1830 ± 30	134-345	C14	Beta- 294310	Saunaluoma & Schaan (2012)
Joanes	PA-JO-46	Brasil	Histórico				Século XVIII			Schaan (2004)
Joariá		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Jonas Costa		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Jonasa	AM-MA-06	Brasil	Polícroma	Guarita						
Jovair	Jv	Brasil	Aratu/Uru							Zanettini (2004)
Juquira	Jq	Brasil	Uru			1540 ± 60		C14		Zanettini (2004); Rubin et al. (2019)
Juruna I		Brasil	Contemporâneo				Século XX			Oliveira & Galvão (1969)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Jussara I		Brasil	Uru							Barbosa (2019)
Justo	RO-PV-17	Brasil	Polícroma		Jatuarana					Simões (1983); Belletti (2015)
Kejare anterior ao contato	MT-RN-012	Brasil	Bororo							Wüst (1983)
Kejare recente	MT-RN-013	Brasil	Bororo				1953 a 1963			Wüst (1983)
KM 167		Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Belletti (2015)
Km 28	PA-BA-11	Brasil	Tupiguarani		Tucuruí		1000 ± 70	C14	SI-4061	Simões & Araujo- Costa (1987); Cruz (2008)
Km 36		Brasil	Polícroma	Guarita						Belletti (2015)
Kuogo I Guru	MT-SL-025	Brasil	Bororo/Uru							Wüst (1984)
Kurisevo das Pedras		Brasil	Xinguana							Hirooka (2016)
La Achagüera		Venezuela	Histórico				1830-1920 AD			Scaramelli (2006)
La Pica		Venezuela	Histórico				1767-1830 AD			Scaramelli (2006)
La Pointe de Balaeté		Guiana Francesa				2325 ± 25		C14	KIA- 36135.2	Briand (2015); Van Den Bel (2015)
La Pointe de Balaeté		Guiana Francesa				2075 ± 30		C14	POZ- 35843	Briand (2015); Van Den Bel (2015)
La Pointe de Balaeté		Guiana Francesa				1616 ± 30		C14	POZ- 35848	Briand (2015); Van Den Bel (2015)
La Pointe de Balaeté		Guiana				905 ± 30		C14	POZ-	Briand (2015);

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
		Francesa							35844	Van Den Bel (2015)
Lages	AM-MA-01	Brasil	Inciso Ponteadada/Polícroma	Guarita						
Lago Camará		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Lago das Pombas		Brasil	Pocó/Açutuba/Borda Incisa				800 a 840	C14	LP307/323285	Lima (2014)
Lago das Pombas		Brasil	Pocó/Açutuba/Borda Incisa				230 a 390	C14	LP315/297132	Lima (2014)
Lago do Iranduba I	AM-IR-42	Brasil	Polícroma	Guarita						Erig Lima (2003); Belletti (2015)
Lago do Iranduba II	AM-IR-43	Brasil	Polícroma	Guarita						Erig Lima (2003); Belletti (2015)
Lago do Jacaré		Brasil				1020 ± 50	910 a 920 AD	C14	Beta 186954	Gomes (2008)
Lago do Jacaré		Brasil				3260 ± 50	1650 a 1420 a.C.	C14	Beta 187492	Gomes (2008)
Lago do Jacaré		Brasil				3660 ± 70	2210 a 1880 a.C.	C14	Beta 186955	Gomes (2008)
Lago do Jacaré		Brasil				3660 ± 40	2140 a 1920 a.C.	C14	Beta 186956	Gomes (2008)
Lago do Jacaré		Brasil				3800 ± 70	2460 a 2030 a.C.	C14	Beta 186952	Gomes (2008)
Lago do Jacaré		Brasil				3600 ± 70	2140 a 1750 a.C.	C14	Beta 186957	Gomes (2008)
Lago do Jacaré		Brasil				2740 ± 60	1010 a	C14	Beta	Gomes (2008)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
							800 a.C.		186958	
Lago do Limão	AM-IR-11	Brasil	Polícroma Amazônica	Guarita		625 ± 26	1290-1400 AD	C14	OxA 15504	TAMANAHA (2012)
Lago do Piauí		Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Moraes (2013); Belletti (2015)
Lago do Piauí 02		Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Moraes (2013); Belletti (2015)
Lago do Testa	AM-IR-53	Brasil	Polícroma	Guarita						Lima (2003)
Lago Feliciano	AM-IR-48	Brasil	Histórico							Lima (2003)
Lago Grande		Brasil			Paredão					Lima (2008)
Lago Iranduba I	AM-IR-42	Brasil	Polícroma	Guarita						Lima (2003)
Lago Iranduba II	AM-IR-43	Brasil	Polícroma	Guarita	Paredão					Lima (2003)
Lago Rico		Brasil	Uru			254 ± 35		LOE	Datação 4543	Rubin et al. (2019)
Lago Rico		Brasil	Uru			484 ± 75		LOE	Datação 4544	Rubin et al. (2019)
Lago Rico		Brasil	Uru			534 ± 35		LOE	Datação 4545	Rubin et al. (2019)
Lago Santo Antônio	AM-IR-49	Brasil	Histórico							Lima (2003)
Lagoa da Pedra I		Brasil								Pedreira et al. (2012)
Lagoa da Pedra III		Brasil								Pedreira et al. (2012)
Lagoa da Serra		Brasil	Tupiguarani							Scientia (1998)
Lagoa da Serra	LS	Brasil	Uru							Zanettini (2004)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Lagoa Preta I	SP-MR-4	Brasil	n/a			280				Afonso & Moraes (2005/2006)
Lagoa Preta II	SP-MR-16	Brasil	n/a							Afonso & Moraes (2005/2006)
Laguinho		Brasil	Polícroma Amazônica	Guarita		630 ± 40	1280-1410 AD	C14	Beta 258148	TAMANAHA (2012)
Lajeado 1	Ld	Brasil	Uru							Robrahn-González & De Blasis (1997)
Lajeado 12	Lj 12	Brasil	Uru							Robrahn-González & De Blasis (1997)
Lajeado 15	Lj 15	Brasil	Uru							Robrahn-González & De Blasis (1997)
Lajeado 19	Lj 19	Brasil	Uru			520 ± 50		C14	LVD 437	Morales (2008)
Lajeado 19	Lj 19	Brasil	Uru			1210 ± 120		C14	LVD 438	Morales (2008)
Lajeado 19	Lj 19	Brasil	Uru			1320 ± 130		C14	LVD 436	Morales (2008)
Lajeado 5	Lj 5	Brasil	Uru							Robrahn-González & De Blasis (1997)
Lajeado 6	Lj 6	Brasil	Uru			550 ± 60	1300-1450	C14	Beta 118819	Morales (2008)
Lajeado 8	Lj 8	Brasil	Uru							Robrahn-González & De Blasis (1997)
Laranjal		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008);

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
										Belletti (2015)
Laranjal do Jari 01		Brasil			Jari	3070 ± 30	1390 a 1335 a.C.	AMS	Beta 398073	BARRETO (2015)
Laranjal do Jari 01		Brasil			Hachurado- Zonado	1320 ± 30	672 a 789	AMS	-	BARRETO (2015)
Laranjal do Jari 01		Brasil			Jari	1270 ± 30	760 a 885	AMS	Beta 398072	BARRETO (2015)
Laranjal do Jari 01		Brasil			Jari	1230 ± 30	770 a 900	AMS	Beta 398068	BARRETO (2015)
Laranjal do Jari 01		Brasil			Jari	1220 ± 30	770 a 900	AMS	Beta 398071	BARRETO (2015)
Laranjal do Jari 01		Brasil			Jari	1190 ± 30	860 a 985	AMS	Beta 398067	BARRETO (2015)
Laranjal do Jari 01		Brasil			Koriabo	1180 ± 30	880 a 990	AMS	Beta 409496	BARRETO (2015)
Laranjal do Jari 01		Brasil			Jari	1140 ± 30	890 a 1015	AMS	-	BARRETO (2015)
Laranjal do Jari 01		Brasil			Jari/Hachurado- Zonado	1080 ± 30	985 a 1030	AMS	Beta 409498	BARRETO (2015)
Laranjal do Jari 01		Brasil			Koriabo	880 ± 30	1155 a 1265	AMS	Beta 409484	BARRETO (2015)
Laranjal do Jari 01		Brasil			Koriabo	610 ± 30	1385 a 1420	AMS	Beta 398066	BARRETO (2015)
Laranjal do Jari 01		Brasil			Koriabo	530 ± 30	1405 a 1450	AMS	Beta 409497	BARRETO (2015)
Las Palmeras		Bolívia				285 ± 35	1582	C14	Ua-24076	Saunaluoma (2010)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Las Palmeras		Bolívia				1850 ± 40	159	C14	Ua-24930	Saunaluoma (2010)
Laurindo		Brasil	Uru							Zanettini (2008)
Lauro	AP-MZ-12	Brasil			Mazagão					Meggers & Evans (1957)
Lauro Sodré		Brasil	Polícroma	Guarita						Neves (2010); TAMANAHA (2012); Belletti (2015)
Leal	PA-JO-55	Brasil			Cacoal	730 ± 80	1170 to 1400	C14	Beta 146221	Schaan (2004)
Leiteiro	MT-RN-022	Brasil	Uru/Tupiguarani							Wüst (1984)
Lesma		Brasil	Xinguana							Hirooka (2016)
Limoeiro		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Livramento		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Livramento		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Lobão	AC-SM-01	Brasil	Quinari		Yaco	500		TL		Dias (2006)
Lobão	AC-SM-01	Brasil	Quinari		Yaco	850		TL		Dias (2006)
Lobão	AC-SM-01	Brasil	Quinari		Yaco	1880		TL		Dias (2006)
Lobete		Brasil	Uru							Barbosa (2019)
Loca da Anta	MT-SL-062 A	Brasil	Uru/Tupiguarani			450 ± 70	1500	C14	Beta 31031	Wüst (1988, 1990)
Loca da Anta	MT-SL-062	Brasil	Uru/Tupiguarani			1700 ± 70		C14	Beta	Wüst (1988,

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
	A								31032	1990)
Loca da Panela	MT-SL-072	Brasil	Uru/Tupiguarani			1520 ± 60		C14	Beta 78255	Wüst (1988)
Loca da Panela	MT-SL-072	Brasil	Uru/Tupiguarani			2390 ± 60		C14	Beta 78256	Wüst (1988)
Loca da Taboca	MT-SL-078	Brasil	Uru							Wüst (1991)
Loca do Castelo	MT-SL-071	Brasil	Uru/Tupiguarani			1130 ± 60	820	C14	Beta 31035	Wüst (1988, 1990)
Loca do Castelo	MT-SL-071	Brasil	Uru/Tupiguarani			1990 ± 70		C14	Beta 31036	Wüst (1988, 1990)
Loca do Castelo	MT-SL-071	Brasil	Uru/Tupiguarani			5750 ± 80		C14	Beta 31037	Wüst (1988, 1990)
Loca do Morro Sozinho	MT-SL-073	Brasil	Uru							Wüst (1988)
Loca do Noel II	MT-SL-076	Brasil	Uru/Bororo							Wüst (1988)
Loca do Parto	MT-SL-075 A	Brasil	Uru							Wüst (1988)
Loca do Sapo	MT-SL-067	Brasil	Uru							Wüst (1988)
Loca dos Macacos	MT-SL-069	Brasil	Uru							Wüst (1988)
Loro		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Los Angeles	AC-XA-07	Brasil	Quinari			1708 a 1667		TL		Dias (2006)
Los Angeles	AC-XA-07	Brasil	Quinari			2920 a 2730		C14		Dias (2006)
Los Angeles	AC-XA-07	Brasil	Quinari			1410		C14		Dias (2006)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Los Angeles	AC-XA-07	Brasil	Quinari			2050		C14		Dias (2006)
Los Angeles	AC-XA-07	Brasil	Quinari			3078		TL		Dias (2006)
Los Angeles	AC-XA-07	Brasil	Quinari			1228		C14		Dias (2006)
Los Mangos del Paraguaza		Venezuela	Histórico				1200-1500 AD			Scaramelli (2006)
Lote da Sobra	MT-SL-029	Brasil	Uru			1150 ± 65		C14	N-5114	Wüst (1985); Robrahn-González (1996)
Macauã	AC-RB-03	Brasil	Quinari							Dias (2006)
Mafaldo	AM-IR-33	Brasil			Manacapuru					Lima (2003)
Manaã		Brasil	Polícroma		Tefé					Belletti (2013; 2015)
Manacá		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Manauacá	AM-BL-11	Brasil	Polícroma	Guarita	Manauacá					Simões & Kalkmann (1987); Belletti (2015)
Mandiocal		Brasil	Polícroma	Guarita						Neves (2010); Belletti (2015)
Mandu		Brasil								Almeida et al. (2011)
Mangueira		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Manoel Nunes		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Mansão das Caldas I		Brasil								Pedreira et al. (2012)
Mansão das Caldas II		Brasil								Pedreira et al. (2012)
Manuel		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Manuel Cardoso		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Mapará	GO-Ni-213	Brasil	Uru							Pontim (2013)
Mar da Galiléia		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Marabá 1		Brasil				300 a 500	1450 a 1650	C14		Scientia (2009)
Marabá 7	Ma7	Brasil								Scientia (2008)
Marabitana I	AM-UA-07	Brasil				2550 ± 50	810-515 BC	AMS	Beta-93358	Neves (1998)
Marabitana II	AM-UA-08	Brasil								Neves (1998)
Marajá	AM-MA-28	Brasil	Polícroma	Guarita	Apuaú					Simões & Kalkmann (1987); Belletti (2015)
Marajó		Brasil	Histórico							Tamanaha et al. (2015)
Maranhão		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Maravilha	RO-PV-18	Brasil	Polícroma		Jatuarana					Simões (1983); Belletti (2015)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Mariepaua		Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Moraes (2013); Belletti (2015)
Marizal		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Mata da Lavra 1		Brasil	Uru							Zanettini (2008)
Mata da Lavra 2		Brasil	Uru							Zanettini (2008)
Mata Faz. Bananal III		Brasil	Uru							De Masi (2014)
Mata Faz. Bananal IV		Brasil	Uru							De Masi (2014)
Mata Faz. Bananal IX		Brasil	Uru							De Masi (2012)
Mata Faz. Bananal V		Brasil	Uru							De Masi (2014)
Mata Faz. Bananal VI		Brasil	Uru							De Masi (2014)
Matarazzo 2		Brasil								Scientia (2003)
Mateus	AM-IR-36	Brasil			Paredão					Lima (2003)
Mato Grosso		Brasil	Polícroma	Guarita						Neves (2010); Belletti (2015)
Matrinchã	Mtch	Brasil								Scientia (2010)
Médio Areia	MT-SL-054	Brasil	Uru							Wüst (1986)
Milharal	MI	Brasil				300 ± 80		C14	Beta - 153281	VIANA (2006)
Minaçu 1/3		Brasil								Scientia (2007)
Minaçu 10		Brasil								Scientia (2007)
Minaçu 13		Brasil								Scientia (2007)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Minaçu 8		Brasil								Scientia (2007)
Miriti		Brasil								Tamanaha et al. (2015)
MMX 06		Brasil								Scientia (2014)
MMX 19		Brasil								Scientia (2014)
MMX 23		Brasil								Scientia (2014)
MMX 27		Brasil								Scientia (2014)
Mocambo		Brasil	Contemporâneo					Séculos XX-XXI		Borges (2017)
Mocinho		Brasil	Cabocla							Scientia (2003)
Moju 1		Brasil	Histórico							Scientia (2007)
Monte Alegre	RO-PV-07	Brasil	Polícroma		Jatuarana					Simões (1983); Belletti (2015)
Monte Castelo	RO-PN-08	Brasil			Bacabal	810 ± 70		C14	B-103185	Miller (2009) Zimpel (2018)
Monte Castelo	RO-PN-08	Brasil			Bacabal	1540 ± 80		C14	B-106286	Miller (2009) Zimpel (2018)
Monte Castelo	RO-PN-08	Brasil			Bacabal	2475 ± 105		C14	SI-6843	Miller (2009) Zimpel (2018)
Monte Cristo		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Monte Dourado		Brasil								Rodrigues (2014)
Monte Sião		Brasil								Schaan & Martins (2010)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Monte Sinai		Brasil	Polícroma Amazônica	Guarita		670 ± 40	1280-1310 AD	C14	Beta 242445	Neves (2010); TAMANAHA (2012); Belletti (2015)
Monte Sinai		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Morada Nova		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Morada Nova 1	MN1	Brasil								Scientia (2010)
Morada Nova 4		Brasil								Scientia (2009)
Moreira		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Moria		Brasil	Polícroma		Tefé					Belletti (2013; 2015)
Morrinho		Brasil	Capão da Canga							Lima (2010)
Morro da Janela I	MT-SL-031	Brasil	Uru/Tupiguarani			1090 ± 75	860	C14	N-5115	Wüst (1985, 1990)
Morro da Janela IV	MT-SL-33	Brasil								Wüst (1990)
Morro das Araras (1a. Aldeia)	MT-SL-051	Brasil	Uru			590 ± 60	1360	C14	Beta 27432	Wüst (1986); Robrahn-González (1996)
Morro das Araras (2a. Aldeia)	MT-SL-052	Brasil	Uru							Wüst (1986)
Morro do Cará-Cará	MT-PO-03	Brasil								Robrahn-González (1996)
Morro do Vale de Santana		Brasil	Aratu/Uru							Viana et al. (2003)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Morro dos Macacos I		Brasil	Polícroma		Jatuarana	1810 ± 40	120 a 260	C14	Beta 294090	Zuse (2014); Belletti (2015)
Morro Queimado	AM-IR-40	Brasil	Polícroma	Guarita	Manacapuru/Paradão					Erig Lima (2003); Belletti (2015)
Moura	AM-BL-03	Brasil	Polícroma	Guarita	Samambaia					Simões & Kalkmann (1987); Belletti (2015)
MT-X-1		Brasil	Inciso Ponteadada		Diauarum	830 ± 90		C14	SI-716	Simões (1967) Wust & Barreto (1999)
MT-X-10		Brasil								Simões (1967)
MT-X-11		Brasil								Simões (1967)
MT-X-12		Brasil								Simões (1967)
MT-X-2		Brasil	Inciso Ponteadada		Diauarum	830 ± 75		C14	SI-713	Simões (1967) Wust & Barreto (1999)
MT-X-3		Brasil	Inciso Ponteadada		Diauarum					Simões (1967)
MT-X-4		Brasil	Inciso Ponteadada		Diauarum					Simões (1967)
MT-X-5		Brasil								Simões (1967)
MT-X-6		Brasil								Simões (1967)
MT-X-7		Brasil	Inciso Ponteadada		Diauarum					Simões (1967)
MT-X-8		Brasil	Inciso Ponteadada		Ipavu	920 ± 90		C14	GIF-3308	Simões (1967) Wust & Barreto (1999)
MT-X-9		Brasil								Simões (1967)
Muanense		Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Moraes (2013);

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
										Belletti (2015)
Muaru	AM-BL-05	Brasil	Polícroma	Guarita	Manauacá					Simões & Kalkmann (1987); Belletti (2015)
Mukuin Caniné	MT-TP-02	Brasil				870 ± 120		TL	4107	Gaspar (2014)
Mundo Novo	MN	Brasil				610 ± 80		C14	Beta - 131300	VIANA (2006)
Mundo Novo	MN	Brasil				850 ± 90		TL	TL - 479	VIANA (2006)
Mundo Novo	MN	Brasil				1600 ± 60		C14	Beta - 153280	VIANA (2006)
Mura	AM-CR-13	Brasil	Inciso Ponteadada/Polícroma	Guarita	Currallinho/Borba					Simões & Lopes (1987); Belletti (2015)
Murici	GO-Ni-248	Brasil	Uru/Tupiguarani							Pontim (2013)
Mururu	RR-RB-01	Brasil	Polícroma	Guarita	Samambaia					Simões & Kalkmann (1987); Belletti (2015)
Mutum		Brasil	Cabocla							Scientia (2003)
Nazaré do Uruá		Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Moraes (2013); Belletti (2015)
Negro Urco	Lo-Napo 008	Peru	Polícroma		Napo					Rivas Panduro (2013); Belletti (2015)
Nossa Senhora Aparecida		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Nossa Senhora de Fátima		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Nossa Senhora do Nazaré		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Nossa Senhora do Perpétuo Socorro		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Nova Cidade		Brasil			Paredão/Açutub a					Lima (2008)
Nova Esperança		Brasil	Polícroma Amazônica	Guarita		850 ± 40	1050-1090 AD	C14	Beta 242447	Neves (2010); TAMANAHA (2012); Belletti (2015)
Nova Esperança		Brasil	Polícroma/Borda Incisa				1160 - 1230 d.C.	C14	Beta 242447	Lima (2008)
Nova Esperança		Brasil	Polícroma/Borda Incisa				800 -780 d.C.	C14	Beta 242448	Lima (2008)
Nova Esperança	AM-IR-38	Brasil	Polícroma	Guarita						Erig Lima (2003); Belletti (2015)
Nova Esperança		Brasil	Cabolca							Scientia (2003)
Nova Ipixuna 3		Brasil	Tupiguarni		Tauarí		1560 ± 90	C14	NI3-1	ALMEIDA (2008)
Nova Ipixuna 3		Brasil	Tupiguarni		Tauarí		740 ± 70	C14	NI3-2	ALMEIDA (2008)
Nova Jerusalém		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Nova Vida		Brasil				430 ± 40	1600 a 1610	AMS	258152	ALMEIDA (2013)
Nova Vida		Brasil				1790 ± 60	80 a 390	C14	280298	ALMEIDA (2013)
Nova Vida	AM-BL-04	Brasil	Polícroma	Guarita	Samambaia		1220 ± 65	C14	SI-4054	Simões & Kalkmann (1987); Belletti (2015)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Nova Vida		Brasil	Cabolca							Scientia (2003)
Nova Vida	RO-JI-17	Brasil	Tupiguarani			3990 ± 70		C14		Miller (2009)
Novo Aripuanã	AM-NA-01	Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Simões & Lopes (1987); Belletti (2015)
Novo Engenho Velho		Brasil	Polícroma		Jatuarana	490 ± 50	1400 a 1460	C14	Beta - 260339	Zuse (2014); Silva (2015); Belletti (2015)
Novo Horizonte		Brasil								Saldanha & Cabral (2016)
Novo Oriente		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Nubia		Brasil	Uru							Barbosa (2019)
Nueva Armenia	NP2	Equador	Polícroma		Napo		1220 ± 40	C14		Meggers & Evans (1968); Belletti (2015)
Nueva Armenia	NP2	Equador	Polícroma		Napo		1230 ± 40	C14		Meggers & Evans (1968); Belletti (2015)
Nuevo Roca Fuerte	NP3	Equador	Polícroma		Napo		1480 ± 40	C14		Meggers & Evans (1968); Belletti (2015)
Oficina do Túlio	MT-SL-064	Brasil	Uru							Wüst (1988)
Oswaldo		Brasil			Manacapuru		430 d.C.- 560 d.C.	C14	Beta 143608	Lima (2008)
Oswaldo		Brasil			Manacapuru		670 d.C.- 770 d.C.	C14	Beta 143609	Lima (2008)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Oswaldo		Brasil			Manacapuru		610 d.C.- 770 d.C.	C14	Beta 143614	Lima (2008)
Oswaldo		Brasil			Manacapuru		660 d.C.- 780 d.C.	C14	Beta 143613	Lima (2008)
Oswaldo		Brasil			Manacapuru		640 d.C.- 770 d.C.	C14	Beta 143617	Lima (2008)
Oswaldo		Brasil			Manacapuru		650 d.C.- 780 d.C.	C14	Beta 143619	Lima (2008)
Ouro Branco	AC-XA-10	Brasil								Dias (2006)
PA-AT-5		Brasil	Tupiguarani/Inciso Ponteada		Tauarí					Simões & Araújo- Costa (1987)
PA-AT-6		Brasil	Tupiguarani/Inciso Ponteada		Tauarí					Simões & Araújo- Costa (1987)
PA-AT-7		Brasil	Tupiguarani/Inciso Ponteada		Tauarí					Simões & Araújo- Costa (1987)
PA-AT-8		Brasil	Tupiguarani/Inciso Ponteada		Tauarí					Simões & Araújo- Costa (1987)
PA-AT-9		Brasil	Tupiguarani/Inciso Ponteada		Tauarí					Simões & Araújo- Costa (1987)
PA-BA-1		Brasil	Tupiguarani/Inciso Ponteada		Tucuruí					Simões & Araújo- Costa (1987)
PA-BA-14		Brasil	Tupiguarani/Inciso Ponteada		Tauá					Simões & Araújo- Costa (1987)
PA-BA-15		Brasil	Tupiguarani/Inciso Ponteada		Tauá					Simões & Araújo- Costa (1987)
PA-BA-16		Brasil	Tupiguarani/Inciso Ponteada		Tucuruí					Simões & Araújo- Costa (1987)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
PA-BA-17		Brasil	Tupiguarani/Inciso Ponteada		Tucuruí					Simões & Araújo- Costa (1987)
PA-BA-2		Brasil	Tupiguarani/Inciso Ponteada		Tauá					Simões & Araújo- Costa (1987)
PA-BA-21		Brasil	Tupiguarani/Inciso Ponteada		Tucuruí					Simões & Araújo- Costa (1987)
PA-BA-22		Brasil	Tupiguarani/Inciso Ponteada		Tucuruí					Simões & Araújo- Costa (1987)
PA-BA-23		Brasil	Tupiguarani/Inciso Ponteada		Tucuruí					Simões & Araújo- Costa (1987)
PA-BA-24		Brasil	Tupiguarani/Inciso Ponteada		Tucuruí					Simões & Araújo- Costa (1987)
PA-BA-25		Brasil	Tupiguarani/Inciso Ponteada		Tucuruí					Simões & Araújo- Costa (1987)
PA-BA-26		Brasil	Tupiguarani/Inciso Ponteada		Tucuruí					Simões & Araújo- Costa (1987)
PA-BA-27		Brasil	Tupiguarani/Inciso Ponteada		Tucuruí					Simões & Araújo- Costa (1987)
PA-BA-28		Brasil	Tupiguarani/Inciso Ponteada		Tucuruí					Simões & Araújo- Costa (1987)
PA-BA-29		Brasil	Tupiguarani/Inciso Ponteada		Tucuruí					Simões & Araújo- Costa (1987)
PA-BA-3		Brasil	Tupiguarani/Inciso Ponteada		Tauá					Simões & Araújo- Costa (1987)
PA-BA-30		Brasil	Tupiguarani/Inciso Ponteada		Tucuruí					Simões & Araújo- Costa (1987)
PA-BA-31		Brasil	Tupiguarani/Inciso Ponteada		Tauá					Simões & Araújo- Costa (1987)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
PA-BA-4		Brasil	Tupiguarani/Inciso Ponteada		Tucuruí					Simões & Araújo-Costa (1987)
PA-BA-5		Brasil	Tupiguarani/Inciso Ponteada		Tucuruí					Simões & Araújo-Costa (1987)
PA-BA-6		Brasil	Tupiguarani/Inciso Ponteada		Tucuruí					Simões & Araújo-Costa (1987)
PA-BA-8		Brasil	Tupiguarani/Inciso Ponteada		Tucuruí					Simões & Araújo-Costa (1987)
PA-BA-9		Brasil	Tupiguarani/Inciso Ponteada		Tucuruí					Simões & Araújo-Costa (1987)
Paché	Lo-Napo 002	Peru	Polícroma		Napo					Rivas Panduro (2013); Belletti (2015)
Pacoval		Brasil								Schaan & Martins (2010)
PA-GU-5: Manduquinha		Brasil				400 ± 50		AMS		Kern & Costa (1997)
PA-GU-5: Manduquinha		Brasil				720 ± 40		AMS		Kern & Costa (1997)
Pai e Filho		Brasil	Capão da Canga/Uru							Lima (2010)
Palikur		Guiana	Contemporâneo					Séculos XX-XXI		Van Den Bel (2009)
Panãcocha	NP13	Equador	Polícroma		Napo					Meggers & Evans (1968); Belletti (2015)
Pantanalzinho	PZ 1	Brasil				480 ± 50		TL		VIANA (2006)
Paquetá	RO-PV-09	Brasil	Polícroma		Jatuarana					Simões (1983);

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Paulinho II	MT-SL-057	Brasil	Uru							Wüst (1986)
Pedra Chata	AM-IT-30	Brasil					200 a 50 a.C.	C14		Bassi (2016)
Pedreira		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Perpétuo Socorro		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Perseverança		Brasil	Polícroma					Tefé		Costa (2006); Belletti (2015)
Piçacá Cemitério	AP-MZ-13	Brasil						Mazagão		Meggers & Evans (1957)
Piçacá Ocupação	AP-MZ-11	Brasil						Mazagão		Meggers & Evans (1957)
Piçarra 1		Brasil								Scientia (2009)
Piçarra 2		Brasil								Scientia (2009)
Piçarra 3		Brasil								Scientia (2009)
Piedra Rajada		Venezuela	Histórico				1731-1767 AD			Scaramelli (2006)
Pilão	AM-IR-73	Brasil								Moraes (2006)
Pilões 2	Pi 2	Brasil	Uru							Robrahn-González & De Blasis (1999)
Pimentel		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Pintado		Brasil	Uru							Rubin et al. (2019)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Pirapitinga	AM-JT-01	Brasil	Polícroma		Pirapitinga					Hilbert (1968); Belletti (2015)
Pitangueiras 1		Brasil	n/a							Afonso & Moraes (2005/2006)
Pitangueiras 2		Brasil	n/a							Afonso & Moraes (2005/2006)
Planície		Brasil								Hirooka & Hoeltz (2018)
Planície 2		Brasil								Hirooka & Hoeltz (2018)
Pobojaré - Fumaca II	MT-SL-027 A/MT-SL- 027B	Brasil	Bororo							Wüst (1985)
Pobojaré recente	MT-SL-026 B	Brasil	Bororo				1973 a 1980			Wüst (1985)
Pobore de Rondon	MT-SL-009	Brasil	Bororo				1910 a 1940			Wüst (1983)
Pobore dos primeiros contatos	MT-SL-008	Brasil	Bororo				ao redor de 1900			Wüst (1983)
Pobore Raireu	MT-SL-003	Brasil	Uru/Tupiguarani			1090 ± 75	860	C14	N-5113	Wüst (1983, 1990)
Poção 1	PO	Brasil				760 ± 60		C14	Beta - 160506	VIANA (2006)
Pocó	PA-NH-01	Brasil	Inciso Ponteada		Pocó		65 ± 95 a. C.	C14	SI-2774	Hilbert & Hilbert (1980)
Pocó	PA-NH-01	Brasil	Inciso Ponteada		Pocó		110 ± 90	C14	SI-2776	Hilbert & Hilbert (1980)
Pocó	PA-NH-01	Brasil	Inciso Ponteada		Pocó		205 ± 115	C14	8028	Hilbert & Hilbert

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Pupunha	RO-PV-06	Brasil	Polícroma		Jatuarana					Simões (1983); Belletti (2015)
Puruzinho		Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Moraes (2013); Belletti (2015)
Ramal 254		Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Moraes (2013); Belletti (2015)
Ramal da Esperança		Brasil	Polícroma	Guarita						Belletti (2015)
Ramal do Capatará		Brasil				1850 ± 40	90-377	C14	Beta-288232	Saunaluoma & Schaan (2012)
Ramal do Capatará		Brasil				1990 ± 30	39 B.C.- A.D. 134	C14	Beta-288233	Saunaluoma & Schaan (2012)
Ramal do Capatará		Brasil				3310 ± 40	1631-1430 B.C.	C14	Beta-288234	Saunaluoma & Schaan (2012)
Ranchada		Brasil								Scientia (2008)
Rancho do Pescador	MT-SL-068	Brasil	Uru							Wüst (1988)
Rancho Fundo	MT - RN - 056	Brasil	Uru				1200 a 1700			Wüst (1995)
Rancho Queimado 1		Brasil	n/a							Afonso & Moraes (2005/2006)
Rancho Queimado 2		Brasil	n/a							Afonso & Moraes (2005/2006)
Rancho Queimado 3		Brasil	n/a							Afonso & Moraes (2005/2006)
Recanto		Brasil	Xinguana							Hirooka (2016)
Recanto Feliz	MT-RN-051	Brasil	Uru							Wüst (1986)
Redenção		Brasil								Scientia (2003)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Refinaria	AM-MA-17	Brasil	Polícroma	Guarita						Simões & Kalkmann (1987); Belletti (2015)
Rema	RO-PV-15	Brasil	Polícroma		Jatuarana					Simões (1983); Belletti (2015)
Remanso		Brasil				630 ± 80		C14		Scientia (2008)
Remanso		Brasil				2330 ± 60		C14		Scientia (2008)
Remanso		Brasil				3550 ± 100		C14		Scientia (2008)
Repartimento		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Reserva Tikuna		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Reserva Tikuna 1		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Ribeirão Grande		Brasil	Xinguana							Hirooka (2016)
Ribeirão Vermelho 4	RV 4	Brasil								VIANA (2006)
Ribeirão Vermelho 6	RV 6	Brasil				870 ± 60		C14	Beta - 148697	VIANA (2006)
Ribeirão Vermelho 6	RV 6	Brasil				1200 ± 120		C14		VIANA (2006)
Rio Amapá Grande 1	AP-CA-41	Brasil			Aristé					Silva (2016)
Rio Branco	PA-JO-50	Brasil				530 ± 100		C14	Beta 146214	Schaan (2004)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Rio Branco	PA-JO-50	Brasil				190 ± 40		C14	Beta 146215	Schaan (2004)
Rio Branco 1		Brasil								Scientia (2010)
Rio dos Bois	RB	Brasil	Uru							Zanettini (2004)
Rio dos Bois 1		Brasil								Scientia (2007)
Rio dos Bois 2		Brasil								Scientia (2007)
Rio Ferro		Brasil	Xinguana			1860 ± 30	125 a 250	C14	Beta- 383942	Hirooka (2016)
Roca Comunitário (Bororo)	MT-SL-004 A	Brasil	Bororo/Uru			700 ± 70	1250	C14	Beta- 27426	Wüst (1983); Robrahn- González (1996)
Roca da Dona Alice	MT-SL-028	Brasil	Uru							Wüst (1985)
Roca da Dona Thomazia	MT-RN-040	Brasil	Uru							Wüst (1986)
Roca do Kaiua	MT-SL-001	Brasil	Uru							Wüst (1983)
Roca do Otacílio	MT-SL-061	Brasil	Uru			780 ± 70	1170	C14	Beta 31030	Wüst (1988, 1990)
Roca do P.I. Gomes Carneiro	MT-RN-014	Brasil	Uru							Wüst (1977)
Roca do Waldemar	MT-RN-036	Brasil	Bororo/Tupiguarani/Uru				séc. XIX- XX			Wüst (1985); Robrahn- González (1996)
Roca do Waldomiro	MT-SL-006	Brasil	Uru							Wüst (1983)
Roca Pobore	MT-SL-010 A	Brasil	Uru/Tupiguarani							Wüst (1983)
Roca Pobore (SPI)	MT-SL-010 B	Brasil	Bororo				1949 a 1974			Wüst (1983)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Roncador dos Mendes	RO	Brasil				370 ± 50		C14	Beta - 160505	VIANA (2006)
Rondon		Brasil	Xinguana							Hirooka (2016)
RO-PN-11		Brasil			Bacabal					Miller (2009) Zimpel (2018)
RO-PN-12		Brasil			Bacabal					Miller (2009) Zimpel (2018)
Rosarinho	AM-CR-08	Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Simões & Lopes (1987); Belletti (2015)
Ruy		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Salomir		Brasil								Scientia (2003)
Salto Grande 1	SG 1	Brasil								VIANA (2006)
Salviano	AM-IR-46	Brasil						Paredão		Lima (2003)
Samambaia	AM-BL-02	Brasil	Polícroma	Guarita	Samambaia					Simões & Kalkmann (1987); Belletti (2015)
Samaúma		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Samuel	RO-PV-11	Brasil	Polícroma					Jatuarana		Simões (1983); Belletti (2015)
San Felipe Escuela	Lo-Napo 007	Peru	Polícroma					Napo		Rivas Panduro (2013); Belletti (2015)
San Isidro		Venezue	Histórico							Scaramelli (2006)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
		la					AD			
San Rafael	Lo-Curar 001	Peru	Polícroma		Napo					Rivas Panduro (2013); Belletti (2015)
Santa Bárbara		Brasil								Scientia (2003)
Santa Cruz		Brasil	Polícroma Amazônica	Guarita						Neves (2010); TAMANAHA (2012); Belletti (2015)
Santa Cruz	RO-PV-14	Brasil	Polícroma		Jatuarana					Simões (1983); Belletti (2015)
Santa Fé		Brasil	Polícroma Amazônica	Guarita		1140 ± 40	780-990 AD	C14	Beta 242454	Neves (2010); TAMANAHA (2012); Belletti (2015)
Santa Helena		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Santa Luzia	AM-AI-01	Brasil	Polícroma		São Joaquim					Hilbert (1968); Belletti (2015)
Santa Luzia		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Santa Luzia		Brasil	Konduri							Scientia (2003)
Santa Luzia da Ilha Grande		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Santa Luzia do Pacajá		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Santa Luzia I		Brasil								Schaan & Martins (2010)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Santa Luzia II		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Santa Maria		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Santa Maria		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Santa Maria I	AM-UA-04	Brasil								Neves (1998)
Santa Maria II	AM-UA-05	Brasil								Neves (1998)
Santa Maria III	AM-UA-06	Brasil								Neves (1998)
Santa Paula	RO-JP-03	Brasil	Polícroma		Jatuarana	1550 ± 30	420 a 580	C14	Beta 294095	Zuse (2014); Belletti (2015)
Santa Paula	RO-JP-03	Brasil	Polícroma		Jatuarana	1530 ± 30	430 a 600	C14	Beta 294093	Zuse (2014)
Santa Paula	RO-JP-03	Brasil	Polícroma		Jatuarana	1520 ± 40	430 a 620	C14	Beta 294094	Zuse (2014)
Santa Rita		Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Moraes (2013); Belletti (2015)
Santa Rosa	AM-MA-09	Brasil	Polícroma	Guarita	Apuaú		825 ± 90	C14	SI-2751	Simões & Kalkmann (1987); Belletti (2015)
Santa Silvia		Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Moraes (2013); Belletti (2015)
Santa Teresinha		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Santana	PA-MT-26	Brasil				580 ± 90		TL	3842	BARRETO et al. (2016)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Santana	PA-MT-26	Brasil				720 ± 120		TL	3843	BARRETO et al. (2016)
Santana do Guaporé		Brasil	Capão da Canga							Lima (2010)
Santíssima Trindade		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Santo Agostinho		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Santo Amaro		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Santo Antônio		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Santo Antônio	RO-PV-01	Brasil	Polícroma		Jatuarana					Simões (1983); Belletti (2015)
Santo Antônio 1		Brasil								Müller et al. (2016)
Santo Antônio 10		Brasil				843 ± 27		C14	OxA 33034	Müller et al. (2016)
Santo Antonio da Pedreira		Brasil								Saldanha & Cabral (2016)
Santo Antonio do Apeú		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Santo Eduardo		Brasil	Polícroma		Tefé					Tamanaha (2014); Belletti (2015)
Santo Izidoro		Brasil	Polícroma		Tefé					Belletti (2013; 2015)
São Benedito	PA-JO-54	Brasil			Mangueiras/Marajoara/Cacoal	1580 ± 60	370 a 620	C14	Beta 146220	Schaan (2004)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
São Benedito I		Brasil								Schaan & Martins (2010)
São Benedito II		Brasil								Schaan & Martins (2010)
São Bento		Brasil								Schaan & Martins (2010)
São Carlos		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
São Domingos		Brasil	Polícroma		Jatuarana	500 ± 30	1400 a 1440	C14	Beta 294096	Zuse (2014); Belletti (2015)
São Domingos		Brasil	Polícroma		Jatuarana	360 ± 30	1450 a 1640	C14	Beta 294097	Zuse (2014); Belletti (2015)
São Francisco		Brasil								Schaan & Martins (2010)
São Francisco		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
São Jerônimo	AM-UA-12	Brasil								Neves (1998)
São João		Brasil								Schaan & Martins (2010)
São João		Brasil	Polícroma/Borda Incisa		Tefé/Caiambé	1070 ± 30	990 a 1025	C14	Beta-449137	Lopes (2018)
São João		Brasil	Polícroma/Borda Incisa		Tefé/Caiambé	650 ± 30	1300 a 1404	C14	Beta-468051	Lopes (2018)
São João		Brasil	Polícroma/Borda Incisa		Tefé/Caiambé	520 ± 30	1405 a 1455	C14	Beta-484782	Lopes (2018)
São João	AM-IR-44	Brasil	Polícroma	Guarita						Erig Lima (2003);

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
										Belletti (2015)
São João 4 (SJ4)	MT-GA-037	Brasil	Uru		Uru					Wüst (s/d); Robrahn- González (1996)
São João da Boa Vista		Brasil								Schaan & Martins (2010)
São João I	AM-MA-20	Brasil	Polícroma	Guarita						Simões & Kalkmann (1987); Belletti (2015)
São João II	AM-MA-21	Brasil	Polícroma	Guarita						Simões & Kalkmann (1987); Belletti (2015)
São Joaquim	AM-AI-02	Brasil	Polícroma		São Joaquim					Hilbert (1968); Belletti (2015)
São Jorge	AM-IR-63	Brasil	Polícroma	Guarita						Moraes (2006); Belletti (2015)
São Jorge	MT-RN-017	Brasil	Uru							Wüst (1984)
São José	PA-AT-4	Brasil	Tupiguarani		Taurí		1550 ± 70	C14	SI-4058	Simões & Araujo- Costa (1987); Cruz (2008)
São José	AM-MA-11	Brasil	Polícroma	Guarita	Apuaú					Simões & Kalkmann (1987); Belletti (2015)
São José	AM-IR-39	Brasil			Manacapuru					Lima (2003)
São José 1	SJ 1	Brasil								VIANA (2006)
São José do Saúba		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
São José I		Brasil								Schaan & Martins

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
										(2010)
São José II		Brasil								Schaan & Martins (2010)
São Miguel		Brasil								Schaan & Martins (2010)
São Miguel Arcanjo		Brasil								Schaan & Martins (2010)
São Miguel do Araguaia I		Brasil	Uru			216		LOE		Rubin et al. (2019)
São Miguel do Araguaia II		Brasil	Uru			411		LOE		Rubin et al. (2019)
São Miguel do Araguaia IV		Brasil	Uru							Rubin et al. (2019)
São Miguel do Cacau		Brasil	Polícroma		Tefé	150 ± 30		C14	Beta - 383584	Costa (2012); Santos (2015); Belletti (2015)
São Miguel do Cacau		Brasil	Polícroma		Tefé	1240 ± 30		C14	Beta - 383585	Costa (2012); Santos (2015); Belletti (2015)
São Miguel do Cacau		Brasil	Polícroma		Tefé	990 ± 30		C14	Beta - 386836	Costa (2012); Santos (2015); Belletti (2015)
São Miguel do Cacau		Brasil	Polícroma		Tefé	2700 ± 30		C14	Beta - 383583	Costa (2012); Santos (2015); Belletti (2015)
São Paulo		Brasil								Schaan & Martins (2010)
São Paulo	AM-CR-09	Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Simões & Lopes (1987); Belletti (2015)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
São Paulo		Brasil	Konduri/Pocó							Scientia (2003)
São Paulo II		Brasil	Polícroma Amazônica	Guarita						Neves (2010); TAMANAHA (2012); Belletti (2015)
São Pedro		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
São Pedro 1	SP1	Brasil								Scientia (2010)
São Pedro 11	SP11	Brasil								Scientia (2008)
São Pedro 12	SP12	Brasil								Scientia (2008)
São Pedro 14	SP14	Brasil								Scientia (2008)
São Pedro 2	SP2	Brasil								Scientia (2006)
São Pedro 5	SP5	Brasil								Scientia (2010)
São Pedro 6	SP6	Brasil								Scientia (2010)
São Pedro 8	SP8	Brasil					1220 to 1300 AD	C14	260340	Scientia (2010)
São Pedro 9	SP9	Brasil								Scientia (2010)
São Pedro da Vila Lira		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
São Pedro do Tauna		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
São Raimundo de Cima		Brasil	Polícroma		Tefé					Belletti (2013; 2015)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Sítio Aldeia		Brasil	Histórico				Séculos XVIII-XIX			Muniz & Gomes (2016)
Sítio da Bateria	MT-SL-066	Brasil	Uru							Wüst (1988)
Sítio da Lagoa	MT-SL-047	Brasil	Uru/Bororo							Wüst (1986)
Sítio da Mata		Brasil								Rodrigues (2014)
Sítio das Abelhas	MT-RN-020	Brasil	Uru							Wüst (1984)
Sítio do Caju	MT-RN-024	Brasil	Uru/Tupiguarani							Wüst (1984)
Sítio do Posto	MT-MR-006	Brasil	Uru							Wüst (1984)
Sítio do Waldir	MT-SL-048	Brasil	Tombador/Uru							Wüst (1986)
Sítio Residencial Interlagos		Brasil	Aratu			590 ± 40	1290-1420	C14	Beta 238714	Schmitz & Rogge (2008)
Sol de Campinas do Acre		Brasil								Caldarelli & Kipnis (2017)
Sorval		Brasil	Cabocla							Scientia (2003)
Sumaré	GO-Ni-233	Brasil	Tupiguarani							Pontim (2013)
Tabarana	GO-Ni-206	Brasil	Tupiguarani			761		TL	SM 295	Pontim (2013)
Taboca	AM-MC-28	Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Simões & Lopes (1987); Belletti (2015)
Tadarimana (1979 - 1983)	MT-SL-020	Brasil	Bororo				1978 a 1981			Wüst (1983)
Tadarimana anterior a 1978	MT-SL-002	Brasil	Bororo				1974 a 1978			Wüst (1983)
Taitetu	MT-TP-03	Brasil				380 ± 50		TL	4109	Gaspar (2014)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Tamanduazinho		Brasil	n/a							Afonso & Moraes (2005/2006)
Tapera		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Tapera do Jó	TJ	Brasil				770 ± 60		C14	Beta - 148698	VIANA (2006)
Tapera do Pingador		Brasil	Histórico				Início Séc. XX			Symanski (2006)
Tapiocanga	Tap	Brasil	Uru							Zanettini (2004)
Taquari 1	MT-GA-060	Brasil	Tupiguarani/Uru							Juliani & Santos (2003)
Taquari 1	MT-GA-060	Brasil	Tupiguarani/Uru							Wüst (1994)
Taquari 4	MT-GA-063	Brasil	Tupiguarani/Uru							Juliani & Santos (2003)
Tarumã-Açu IV		Brasil	Polícroma	Guarita						Belletti (2015)
Tauaquera	AM-UR-14	Brasil	Inciso Ponteada		Jatapu					Simões & Côrrea (1987)
Tauary		Brasil	Polícroma		Tefé	490 ± 30	1420 to 1460	C14	Beta-3868378	Belletti (2015)
Tauary		Brasil	Polícroma		Tefé	320 ± 30	1505 to 1590	C14	Beta-386837	Belletti (2015)
Teles Pires I		Brasil	Uru							De Masi (2008)
Tempestad	Lo-Napo 004	Peru	Polícroma		Napo					Rivas Panduro (2013); Belletti (2015)
Tênue		Brasil				204 ± 31	1654–	C14	Ua-49942	Saunaluoma et al.

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
							1891			(2012)
Teotônio	RO-JP-01	Brasil	Polícroma		Jatuarana	2730 ± 75		C14		Cruz (2008)
Teotônio	RO-JP-01	Brasil	Polícroma		Jatuarana	1250 ± 30	680 a 830	AMS	323281	ALMEIDA (2013)
Teotônio	RO-JP-01	Brasil	Polícroma		Jatuarana	1550 ± 30	430 a 580	AMS	323284	ALMEIDA (2013)
Tequinho		Brasil				1879 ± 39	71–321	C14	Ua-48323	Saunaluoma et al. (2012)
Tequinho		Brasil				1956 ± 34	39 a. C. a 204 AD	C14	Ua-48329	Saunaluoma et al. (2012)
Tequinho		Brasil				1964 ± 40	46 a. C. a 204 AD	C14	Ua-48321	Saunaluoma et al. (2012)
Terra Arada		Brasil	Capão da Canga							Lima (2010)
Terra Cinza		Brasil	Xinguana			430 ± 30	1450 a 1515	C14	Beta-383943	Hirooka (2016)
Terra Nova	AM-MA-03	Brasil	Polícroma	Guarita						
Terra Preta	AM-MA-10	Brasil	Polícroma		Apuaú		1545 ± 60	C14	SI-2752	Simões & Kalkmann (1987); Belletti (2015)
Terra Preta	AM-MA-10	Brasil	Polícroma		Apuaú		1560 ± 95	C14	SI-4052	Simões & Kalkmann (1987); Belletti (2015)
Terra Preta		Brasil				910 ± 60	1010 a 1260 AD	C14	Beta 178444	Gomes (2008)
Terra Preta		Brasil				1220 ± 60	670 a 970 AD	C14	Beta 178442	Gomes (2008)
Terra Preta		Brasil				1320 ± 60	630 a 810 AD	C14	Beta 178443	Gomes (2008)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Terra Preta		Brasil				1840 ± 50	70 a 260 AD	C14	Beta 186959	Gomes (2008)
Terra Preta		Brasil				2490 ± 80	810 a 395 a.C.	C14	Beta 180713	Gomes (2008)
Terra Preta		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Terra Preta		Brasil	Polícroma	Guarita						Neves (2010); Belletti (2015)
Terra Preta		Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Moraes (2013); Belletti (2015)
Terra Preta	AM-NA-08	Brasil	Tupiguarani			1210 ± 60		C14		Miller (2009)
Terra Preta 1		Brasil				640 ± 50		C14		Scientia (2008); Panachuck (2016)
Terra Preta 1		Brasil				1760 ± 40		C14		Scientia (2008); Panachuck (2016)
Terra Preta 1		Brasil				1960 ± 40		C14		Scientia (2008); Panachuck (2016)
Terra Preta 1		Brasil				2040 ± 40		C14		Scientia (2008); Panachuck (2016)
Terra Preta 1		Brasil				2090 ± 50		C14		Scientia (2008); Panachuck (2016)
Terra Preta 1		Brasil				1710 ± 50		C14		Scientia (2008); Panachuck (2016)
Terra Preta 2		Brasil	Inciso Ponteada/Histórica		Konduri	690 ± 40	1270 a 1310	C14	221030	Costa (2008); Panachuk (2016)
Território Baniwa		Brasil	Contemporâneo				Séculos XX-XXI			Oliveira (2015)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Território Mati		Brasil	Contemporâneo				Séculos XX-XXI			Mazz (2008)
TI Cachoeirinha		Brasil	Contemporâneo				Séculos XX-XXI			Gomes (2016)
TI Trombetas/Mapuera		Brasil	Contemporâneo				Séculos XX-XXI			Jácome (2017)
Tia Bila	MT-RN-026	Brasil	Uru							Wüst (1984)
Tingui	GO-Ni-245	Brasil	Uru			1240 ± 200		C14		Pontim (2013)
Tingui	GO-Ni-245	Brasil	Uru			1040 ± 100		C14		Pontim (2013)
Tingui	GO-Ni-245	Brasil	Uru			850 ± 50		C14		Pontim (2013)
Tingui	GO-Ni-245	Brasil	Uru			540 ± 40		C14		Pontim (2013)
Tiputini	NP1	Equador	Polícroma		Napo					Meggens & Evans (1968); Belletti (2015)
Tokihiro	AM-IR-06	Brasil			Paredão/Manacapura					Lima (2003)
Tombador margem direita	MT-SL-37	Brasil	Uru/Tombador			2570 ± 70		C14	Beta 27428	Wüst (1985, 1990)
Tombador margem esquerda	MT-SL-035	Brasil	Tombador/Uru							Wüst (1985)
Tonalito III	To III	Brasil	Uru							Zanettini (2004)
Toqueiro	GO-Ni-152	Brasil	Uru							Pontim (2013)
Tori Paru da época de Baldus	MT-SL-014	Brasil	Bororo				1930 a 1940			Wüst (1983)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Tori Paru dos anos 70	MT-SL-015	Brasil	Bororo e Industrial				1970			Wüst (1983)
Tori Paru dos primeiros contatos	MT-SL-013	Brasil	Bororo							Wüst (1983)
Tracuá	AM-MA-12	Brasil	Polícroma	Guarita	Apuaú					Simões & Kalkmann (1987); Belletti (2015)
Traipu	AM-BO-08	Brasil	Inciso Ponteadada/Polícroma	Guarita	Currálinho/Borba		1710 ± 80	TL		
Travessia		Brasil	Polícroma	Guarita						Scientia (1997)
Três Meninas	TM	Brasil	Uru							Zanettini (2004)
Trocana	AM-CR-14	Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Simões & Lopes (1987); Belletti (2015)
Tucum	GO-Ni-242	Brasil	Uru							Pontim (2013)
Tucunaré	AM-MA-14	Brasil	Polícroma	Guarita	Apuaú					Simões & Kalkmann (1987); Belletti (2015)
Tumichucua		Bolívia				1905 ± 40	98	C14	Hela-702	Saunaluoma (2010)
Tumichucua		Bolívia				2045 ± 65	72	C14	Ua-24932	Saunaluoma (2010)
Ubim	AM-MA-19	Brasil	Polícroma	Guarita	Apuaú					Simões & Kalkmann (1987); Belletti (2015)
União	RO-PN-09	Brasil			Bacabal	1330 ± 70		C14	B-103188	Miller (2009) Zimpel (2018)
Uricurituba	AM-CR-07	Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Simões & Lopes (1987); Belletti

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
										(2015)
Uruá		Brasil	Konduri							Scientia (2003)
Urupá	RO-JI-15	Brasil	Tupiguarani			5070 ± 60		C14		Miller (2009)
Urupá	RO-JI-15	Brasil	Tupiguarani			4230 ± 100		C14		Miller (2009)
Vale da Benção		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Vale da Cascata		Brasil	Uru							Tedesco (2015)
Vale Verde		Brasil	Polícroma	Guarita						Lima e Tamanaha (2007; 2008); Belletti (2015)
Valentim	AP-MZ-14	Brasil			Mazagão					Meggers & Evans (1957)
Vandercléia	AM-IR-54	Brasil	Polícroma	Guarita						Lima (2003)
Vencedores	Lo-Napo 003	Peru	Polícroma		Napo					Rivas Panduro (2013); Belletti (2015)
Veneza	RO-PV-13	Brasil	Polícroma		Jatuarana					Simões (1983); Belletti (2015)
Ventania		Brasil				775±60	1239	TL		Caldarelli & Kipnis (2017)
Ventania		Brasil				325±30	1689	TL		Caldarelli & Kipnis (2017)
Viana		Brasil	Konduri							Scientia (2003)
Vila	AM-MA-15	Brasil	Polícroma	Guarita	Apuaú					Simões & Kalkmann (1987); Belletti (2015)

Sítio	Código	País	Tradição	Subtradição	Fase	Data BP	Data AD	Método	Lab. Cod.	Referências
Vila Medeiros		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Vila Nova 1	VN1	Brasil				2470 ± 70		C14	226127	Scientia (2010)
Vila Nova 1	VN1	Brasil				3150 ± 60		C14	226128	Scientia (2010)
Vila Nova 1	VN1	Brasil				3080 ± 70		C14	226129	Scientia (2010)
Vila Nova 3	VN3	Brasil				2560 ± 60		C14	226130	Scientia (2010)
Vila Nova 3	VN3	Brasil				3950 ± 70		C14	226131	Scientia (2010)
Vila Nova 3	VN3	Brasil				4960 ± 60		C14	226132	Scientia (2010)
Vila Nova 3	VN3	Brasil				2820 ± 60		C14	226133	Scientia (2010)
Vila Nova II		Brasil	Polícroma Amazônica	Guarita		1970 ± 30	40 a.C. - 80 AD	C14	Beta 297133	TAMANAHA (2012)
Vila Paulista	MT-RN-050	Brasil	Uru							Wüst (1986)
Vila São José		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Vista Alegre		Brasil								Schaan & Martins (2010)
Vista Alegre	AM-BL-01	Brasil	Polícroma	Guarita	Samambaia		1325 ± 60	C14	SI-4053	Simões & Kalkmann (1987); Belletti (2015)
Vista Alegre		Brasil	Polícroma	Guarita	Borba					Moraes (2013); Belletti (2015)
Vista Alegre		Brasil	Polícroma		Jatuarana	3140 ± 40	1500 a 1370 a.C.	C14	Beta 294100	Zuse (2014); Belletti (2015)
Vista Alegre		Brasil	Polícroma		Jatuarana	1240 ± 30	680 a 880	C14	Beta 294099	Zuse (2014)

